UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP
Faculdade de Ciências e Letras - Campus de Assis

VIRGILIO PAULO DA SILVA ALVES

OS PROCESSOS DE PRODUÇÃO DE TRABALHADORES(AS) DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES INSURGENTES DO DISPOSITIVO INTERCESSOR

ASSIS
2025

VIRGILIO PAULO DA SILVA ALVES

OS PROCESSOS DE PRODUÇÃO DE TRABALHADORES(AS) DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES INSURGENTES DO DISPOSITIVO INTERCESSOR

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras de Assis-SP, para obtenção do título de doutor em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. Silvio José Benelli

ASSIS

2025

A474p

Alves, Virgilio Paulo da Silva
Os processos de produção de trabalhadores(as) da Assistência Social : Contribuições insurgentes do Dispositivo Intercessor / Virgilio Paulo da Silva Alves. -- Assis, 2025
403 f.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientador: Silvio José Benelli

1. Psicologia. 2. Assistência Social. 3. Dispositivo Intercessor. 4. Práxis. 5. Psicanálise. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp.
Dados fornecidos pelo autor(a).

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Assis

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE VIRGILIO PAULO DA SILVA ALVES, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS - CÂMPUS DE ASSIS.

Aos 21 dias do mês de fevereiro do ano de 2025, às 9h, no(a) Sala de defesas da Pós-graduação e sala virtual: meet.google.com/byt-fswi-gtt, realizou-se a defesa de TESE DE DOUTORADO de VIRGILIO PAULO DA SILVA ALVES, intitulada **O DISPOSITIVO INTERCESSOR E OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO/PRODUÇÃO DE TRABALHADORES DO SUAS, que foi alterado para: "Os processos de produção de trabalhadores(as) da Assistência Social: contribuições insurgentes do Dispositivo Intercessor" por solicitação da Comissão Examinadora**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. SILVIO JOSÉ BENELLI (Participação Presencial) do(a) UNESP/FCL - Assis, Profa. Dra. FLÁVIA CRISTINA SILVEIRA LEMOS (Participação Virtual) do(a) Universidade Federal do Pará (UFPA), Profa. Dra. MABEL MASCARENHAS TORRES (Participação Virtual) do(a) Universidade Estadual de Londrina (UEL), Profa. Dra. LUCIANA BATISTA DA SILVA (Participação Presencial) do(a) UNESP/FCL - Assis, Profa. Dra. SONIA REGINA VARGAS MANSANO (Participação Virtual) do(a) Universidade Estadual de Londrina (UEL). Após a exposição pelo doutorando e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, o discente recebeu o conceito final: APROVADO. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Prof. Dr. SILVIO JOSÉ BENELLI

Dedico este trabalho à Rosa Miranda, *in memoriam*, que marcou a sua partida na mesma data de finalização desta tese. Mulher guerreira, uma das minhas mães de coração, de descendência afrobrasileira, implicada na luta pela igualdade racial e de gênero e no enfrentamento do racismo, filha de Otilia, que me ajudou a compreender, desde os tempos de menino, os significantes de classe social, racismo e gênero, contribuindo para minha inscrição na luta política. Agradeço por ter se implicado, com todo o afeto e apoio, junto a minha mãe, Maria, e as outras mães de coração (Dulce e Ivone), amigos e amigas do Grupo de Adolescentes Multiplicadores (GAM), para que fosse possível ingressar na graduação, auxiliando na minha permanência na Universidade o que contribuiu para que eu me formasse, sendo fonte de inspiração para toda essa trajetória pela psicologia.

Ao Leandro Sbeguen, *in memoriam*, psicólogo, um grande amigo, na qual a vida foi breve e sua partida uma escolha.

Ao José Paulo C. de Menezes, *in memoriam*, dos quais as trocas por longas conversas e diálogos sobre Instituições, Assistência Social, Políticas Públicas, músicas e poemas, me possibilitaram compreender algumas sutilezas da vida que estão sempre em condição escorregadias.

À Felicidade, *in memoriam*, minha bisavó, que integrava os povos indígenas da região do Recôncavo baiano, não sabemos se foi capturada ou desaldeiada, aproximadamente aos 6 anos de idade, que pouco sei sobre, e em nome dela dedico a todos os sujeitos, a qual suas histórias foram apagadas.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Silvio José Benelli, pela orientação desta tese, pela escuta e transferência, que foram intercessoras para que eu pudesse me transformar como trabalhador-intercessor-pesquisador, sua implicação subjetiva, ética e política, sempre singularizantes, contribuiu para tentarmos, no campo de trabalho, mas também na Universidade não reproduzirmos as práticas tradicionais e disciplinares, criando condições para escutarmos as diferentes vozes dos trabalhadores da AS que nos atravessaram, as quais pudemos materializá-las, significantizá-las por meio desta tese. A busca que realizamos pela produção de um saber-fazer-poder outro, produziu em nós efeitos éticos e políticos: transformei-me, não sou mais o mesmo.

As professores que compuseram as bancas examinadoras: Prof.ª Dr.ª Flávia Cristina Silveira Lemos, Prof.ª Dr.ª Luciana Batista da Silva, Prof.ª Dr.ª Mabel Mascarenhas Torres, Prof.ª Dr.ª Roberta Carvalho Romagnoli, e Prof.ª Dr.ª Sônia Regina Vargas Mansano, as quais as contribuições, no Exame de Qualificação e na Banca de Defesa, foram intercessoras e contribuíram para avançarmos na análise e na escrita. Aos (as) professores suplentes pela disponibilidade e contribuições.

Aos (as) trabalhadores(as), colegas mestrandos(as) e doutorandos(as), e professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Sociedade da Unesp de Assis, pelas trocas e diálogos ao longo dessa estrada.

Aos trabalhadores e as trabalhadoras dos diversos estabelecimentos socioassistenciais que pudemos conviver em algum processo formativo, todas as trocas, convivências, escutas, diálogos e conversas foram fundamentais, para que eu pudesse analisar a minha própria práxis, na qual sem essas experiências, não seria possível a inspiração que contribuiu à minha busca pela posição de Sujeito, como trabalhador-intercessor no campo da Educação Permanente da Assistência Social e como pesquisador no âmbito da Universidade.

Aos amigos e amigas que me acolheram nos encontros do grupo e nos momentos em que estive em Assis, pelas escutas e falas que possibilitaram me inscrever em um laço social, que mesmo não tendo realizado a graduação na Unesp de Assis, fizeram me sentir pertencente a essa instituição, inclusive a criar afeto ao Prof. Dr. Abílio Costa-Rosa, *in memoriam*, mesmo não tendo o conhecido.

Em especial, agradeço ao(a) Andrey, Ana, Carine, Bruna, Carmen, Felipe, Hellen, Igor, Isabela, Jô, Juliana, Laura, Lucas, Luciana, Maico, Natália Sara, Simone, Taís, Tati, Waldir e William.

Aos companheiros do "Laboratório Transdisciplinar de Intercessão-Pesquisa em Processos de Subjetivação e 'Subjetividadessaúde' – LATIPPSS" da Unesp – Assis, pela coragem, implicação, trocas, compartilhamentos e experiências que nos enriqueceram nessa trajetória.

À Yasmin pela revisão e contribuição na elaboração desta tese.

Às minhas filhas, Nina e Maria Beatriz, fontes de inspiração para a existência.

À Mari, pelo afeto, paciência, apoio e convivência, uma conexão e um presente que aconteceu com meu ingresso no curso de doutorado da Unesp de Assis, proporcionando que nossas vidas se encontrassem nesse mesmo tempo e espaço.

À minha mãe, Maria da Silva Alves, ao meu pai, Virgilio Silvino Alves, *in memoriam*, as minhas irmãs, Marizete, Mirian, Marta, Marilene, Marlene, Mônica, Ana Cristina, Simone e Jussara e irmãos, Wangy, Vandersom e Valmir, e as minhas sobrinhas e sobrinhos que acreditaram que a educação era a melhor saída para enfrentar os desafios de Classe Social.

À Rosa Miranda, *in memoriam*, Dulce Firmento (outra mãe que encontrei na vida) e todos amigos e amigas do GAM, que foram fundamentais para o nosso ingresso e permanência na graduação de psicologia, amizades que nos marcaram nos encontros e desencontros de nossas lutas na adolescência e juventude.

Ao Diego Fernandes, *in memoriam*, Paulinho Educador, Diego (Cavaleiro Andante), Marcelo Donizete, Amaral, Jean, Bruno, Fabinho, próximos e distantes, a qual a amizade é síntese, possibilitando nos singularizarmos. E a todos os amigos e amigas que não pude estar mais presente, neste período desafiador.

ALVES, V. P. S. **Os processos de produção de trabalhadores(as) da Assistência Social: Contribuições insurgentes do Dispositivo Intercessor.** 2025. 403 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras. Assis, 2025.

RESUMO

Nesta intercessão-pesquisa problematizamos a nossa práxis a partir da posição de um trabalhador-intercessor que desenvolvia ações de supervisão técnica, capacitações e assessorias no âmbito da Política Nacional de Educação de Permanente do Sistema Único de Assistência Social (PNEP/SUAS) (Brasil, 2013) junto aos trabalhadores que compunham algumas equipes de referências dos estabelecimentos socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em municípios do interior paulista. Partimos de questões sobre o processo de institucionalização da PNEP/SUAS (Brasil, 2013), como o processo de formação e capacitação dos trabalhadores vem ocorrendo, os processos de formação/produção de trabalhadores do SUAS disponíveis na atualidade e seus funcionamentos e fundamentos teóricos, técnicos, políticos e éticos. Perguntamos: como uma empresa de assessoria privada que se pauta pelos valores éticos do SUAS (direitos sociais, cidadania, democracia, participação popular, transformação social) se posiciona diante da exigência em responder a encomenda da contratante ou problematiza a demanda procurando contemplar as pulsações instituintes da demanda social e os direitos dos sujeitos sociais e famílias dos estabelecimentos socioassistenciais? Desta pergunta outras duas se desdobram. Como os trabalhadores aprendem para realizar seu trabalho no SUAS? E como são os processos de formação de trabalhadores no contexto da sociedade capitalista que está promovendo intensos processos de precarização das relações trabalhistas? Acreditamos que os trabalhadores que operam com os processos de formação dos trabalhadores da Assistência Social (AS) enfrentam desafios em se aproximar do lugar de quem vai problematizar a práxis no cotidiano do trabalhador social. O Dispositivo Intercessor (DI) foi nossa estratégia metodológica por acreditarmos que ele pode contribuir para desvendarmos alguns dos muitos impasses no campo do trabalho psicossocial no SUAS, buscando promover a superação da divisão do trabalho entre saber e fazer. O DI foi desenvolvido em dois momentos. No primeiro foram realizadas intercessões com as equipes de referência

da Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE) de dois municípios do interior do Estado de São Paulo. O segundo momento, denominado de Dispositivo Intercessor como Meio de Produção de Conhecimento (DIMPC) foi operacionalizado quando refletirmos sobre nossa práxis, produzindo análises críticas e escrevemos nossos ensaios que compõem essa tese. As bases do DI incluem perspectivas transdisciplinares do Materialismo Histórico de Marx; da Análise Institucional (AI), da Filosofia da Diferença de Deleuze e Guattari, com as análises de Foucault sobre instituições na Sociedade Disciplinar e na Sociedade de Segurança, e no plano das Relações de Poder e, principalmente, da Psicanálise no campo de Freud e Lacan. Nos ocupamos de problematizar o campo das práticas de formação de trabalhadores e a nossa práxis como trabalhador que desenvolvia ações de Educação Permanente no SUAS, buscando contribuir para que outros trabalhadores possam se inspirar para singularizar as suas práticas e fortalecer as forças instituintes presentes nas lutas sociais.

Palavras-chave: Dispositivo-intercessor, intercessão-pesquisa, Assistência Social, formação de trabalhadores do SUAS, práxis.

ALVES, V. P. S. **The Production Processes of Social Assistance Workers: Insurgent Contributions of the Intercessor Device.** 2025. 403 f. Thesis (Doctorate in Psychology) – São Paulo State University (Unesp), Faculty of Sciences and Letters. Assis, 2025.

ABSTRACT

In this intercession-research we problematize our praxis from the position of a worker-intercessor who developed technical supervision, training and advisory actions within the scope of the National Permanent Education Policy of the Unified Social Assistance System (PNEP/SUAS) (Brazil, 2013) together with the workers who made up some reference teams from the social assistance establishments of the Unified Social Assistance System (SUAS) in municipalities in the interior of São Paulo. We start with questions about the process of institutionalization of PNEP/SUAS (Brazil, 2013), how the process of training and training of workers has been taking place, the processes of training/production of SUAS workers currently available and their functioning and theoretical foundations, technical, political and ethical. We ask: how does a private consultancy company that is guided by the ethical values of SUAS (social rights, citizenship, democracy, popular participation, social transformation) position itself in the face of the requirement to respond to the contractor's order or problematize the demand by seeking to contemplate the instituting pulses of social demand and the rights of social subjects and families in social assistance establishments? From this question two others unfold. How do workers learn to perform their work at SUAS? And what are the worker training processes like in the context of a capitalist society that is promoting intense processes of precarious labor relations? We believe that workers who operate with the training processes of Social Assistance (AS) workers face challenges in approaching the place of those who will problematize the praxis in the daily life of social workers. The Intercessor Device (ID) was our methodological strategy because we believe that it can contribute to unveiling some of the many impasses in the field of psychosocial work at SUAS, seeking to promote overcoming the division of labor between knowing and doing. The DI was developed in two stages. In the first, intercessions were carried out with the reference teams of Basic Social Protection (PSB) and Special Social Protection (PSE) from two municipalities in the interior of the State of São Paulo. The second moment, called Intercessor Device as a

Means of Knowledge Production (DIMPC) was operationalized when we reflected on our praxis, producing critical analyzes and writing our essays that make up this report. The foundations of ID include transdisciplinary perspectives from Marx's Historical Materialism; of Institutional Analysis (AI), Deleuze and Guattari's Philosophy of Difference, with Foucault's analyzes of institutions in the Disciplinary Society and the Security Society and, mainly, Psychoanalysis in the field of Freud and Lacan. We are concerned with problematizing the field of worker training practices and our praxis as a worker who developed Permanent Education actions at SUAS, seeking to contribute so that other workers can be inspired to singularize their practices and strengthen the instituting forces present in social struggles.

Keywords: Device-intercessor, intercession-research, Social Assistance, training of SUAS workers, praxis.

LISTA DE QUADROS

Ensaio 1

Quadro 1 – Características dos estabelecimentos socioassistenciais com os quais operamos no tempo da intercessão-pesquisa nos municípios A e B..... 75
Quadro 2 - Breve apresentação dos estabelecimentos como campo de trabalho 77

Ensaio 2

Quadro 1 – Dispositivos de Trabalho e Figuras da expertise..... 169
Quadro 2 - Modalidades do Dispositivo Interventor e Figuras da expertise 177
Quadro 3 - Possibilidades das práticas intercessoras..... 201

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI – Análise Institucional
AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
AS – Assistência Social
BPC – Benefício de Prestação Continuada
CAPACITASUAS – Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPS – Centro de Atenção Psicossocial
CEDAP – Centro de Educação e Assessoria Popular
Centro Pop – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CEPHAS – Centro de Educação Profissional Hélio Augusto de Souza
CEPROSOM – Centro de Promoção Social Municipal
CERI – Centro para a Pesquisa e Inovação do Ensino
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social
CFP – Conselho Federal de Psicologia
CIJ – Conselho Infanto Juvenil
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
COMEC – Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas
COVID-19 – Coronavírus *Disease* do ano de 2019
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CS – Centro de Saúde
CSAC – Coordenadoria Setorial e Avaliação e Controle
CT – Conselho Tutelar
DI – Dispositivo Intercessor
DIMPC – Dispositivo Intercessor como Meio de Produção do Conhecimento
DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EPI – Equipamento de Proteção Individual

FEAC – Federação das Entidades Socioassistenciais de Campinas

FUNDHAS – Fundação Hélio Augusto de Souza

GAM – Grupo de Adolescentes Multiplicadores

HTP – *House*, *Tree*, *Person*

ID Jovem – Programa Identidade Jovem

IGD – Índice de Gestão Descentralizada

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

IST – Infecções Sexualmente Transmissíveis

LATIPPSS – Laboratório Transdisciplinar de Intercessão-Pesquisa em Processos de Subjetivação e Subjetividadessaúde

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária

LOA – Lei do Orçamento Anual

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

LTDA – Limitada

MAB – Movimento de Adolescentes do Brasil

MC – Ministério da Cidadania

MCP – Modo Capitalista de Produção

MEI – Microempreendedor Individual

NEEP – Núcleos Estadual de Educação Permanente

NMEP – Núcleo Municipal de Educação Permanente

NOB RH do SUAS – Norma Operacional Básica dos Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social

NOB SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OSC – Organização da Sociedade Civil

OKA– *Organizational Knowledge Assessment*

OSCs – Organizações da Sociedade Civil

PAEFI – Serviço de Proteção Social e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PAF – Plano de Acompanhamento Familiar

PAIF – Serviço de Proteção de Atendimento Integral à Família e Indivíduos

PBF – Programa Bolsa Família

PDI – Plano de Desenvolvimento Individual

PMAS – Plano Municipal de Assistência Social

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar Contínua

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNEP/SUAS – Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPHM – Paradigma Psiquiátrico Hospitalocêntrico Medicalizador

PPS – Paradigma Psicossocial

PROBIS – Programa Bolsa de Estudo e Isenção do Imposto sobre Serviço

PROUNI – Programa Universidade para Todos

PSB – Proteção Social Básica

PSE – Proteção Social Especial

Psi – Psicologia

PUC –Pontifícia Universidade Católica

RENEP/SUAS – Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social

RMA – Relatório de Monitoramento e Avaliação

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SEDS – Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social

SETA – Sociedade Educativa de Trabalho e Assistência

SIBEC – Sistema de Benefícios ao Cidadão

SIMA – Sistema de Monitoramento Acadêmico

SINAN – Sistema de Informação de Agravo de Notificação

SMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SysOKA– S*ystem Organizational Knowledge Assessment*

TABA – Espaço de Vivência e Convivência do Adolescente

TAR – Teoria Ator-Rede

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TNSS – Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
VIOLAR – Laboratório de Estudos sobre Juventude, Ciências Sociais e Violência

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **22**

Referências bibliográficas **44**

ENSAIO 1 ..... **46**

A BUSCA PELA POSIÇÃO INTERCESSORA: A PRÁXIS NAS EXPERIÊNCIAS DE INTERCESSÃO-PESQUISA EM PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE TRABALHADORES(AS) DA ASSISTÊNCIA SOCIAL **46**

1. Introdução 46

2. O desenvolvimento da intercessão-pesquisa 59

2.1. O Dispositivo Intercessor (DI) como estratégia de trabalho na práxis 59

2.2. O diário de intercessão-pesquisa 68

2.3. Dispositivo Intercessor como Modo de Produção de Conhecimento (DIMPC) 70

2.4. Os processos de formação dos(as) trabalhadores(as) da AS como campo de intercessão 71

3. Algumas cenas das experiências de intercessão nos processos de formação/produção dos(as) trabalhadores(as) da AS 82

3.1. O processo de inserção institucional do trabalhador como mais um 83

3.2. Explicitando os paradoxos institucionais da AS por meio dos acontecimentos-sujeito 86

3.3. O modo de funcionamento do Trabalho Social nos estabelecimentos socioassistenciais 91

3.4. A busca intercessora como um lugar de confronto aos modos disciplinares dos sujeitos no trabalho: como operamos com o DI no plano da práxis? 97

3.5. A ética e a resistência nas práticas do Trabalho do Social 102

3.6. Transversalizando os encontros individuais para encontros ampliados dos CRAS: os atravessamentos do trabalho 109

3.7. O processo de estudo dos(as) trabalhadores(as) da PSE de Média e Alta complexidade sobre o Trabalho Psicossocial 113

3.8. O trabalho está difícil porque o número de famílias é alto ou por que não calculamos os efeitos éticos e políticos de nossas práticas? 116

3.9. A caixa com materiais lúdicos como ferramenta de trabalho no Serviço de Abordagem Social de Criança e Adolescente 118

3.10. O processo de ruptura de laços entre os(as) trabalhadores(as) de uma equipe do SCFV 120

4. A nossa apropriação das perspectivas teóricas e técnicas do DI para operarmos em processos de formação dos(as) trabalhadores(as) na AS ... 123

Considerações Finais 134

Referências bibliográficas 137

ENSAIO 2 – UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO DOS(AS) TRABALHADORES(AS) NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: A CRÍTICA ÀS FIGURAS DA EXPERTISE POR MEIO DAS PRÁTICAS INTERCESSORAS 145

1. Introdução 145

2. A institucionalização da Educação Permanente na Assistência Social e as nossas experiências como trabalhador-intercessor 149

2.1 A Educação Permanente do SUAS como nosso campo de trabalho 150

2.2 Quando reproduzimos práticas sociais disciplinares nos processos formativos? 151

3. Os dispositivos do Trabalho Social como analisadores institucionais das figuras da expertise e das práticas intercessoras nos processos de formação dos(as) trabalhadores(as) da AS 162

3.1 Os dispositivos institucionais e a análise paradigmática 162

3.2 A análise crítica dos dispositivos institucionais de formação dos(as) trabalhadores(as) da AS: de um lado as figuras de expertise e do outro as práticas intercessoras 166

3.3 As figuras da expertise e seus dispositivos 168

3.4 Análise das figuras da expertise típicas do Dispositivo Intromissor 170

3.5 Análise das figuras da expertise típicas do Dispositivo Interventor 176

3.6 A Crítica do Dispositivo Interventor ao Dispositivo Intromissor 197

3.7 As práticas intercessoras, seus dispositivos e discursos 199

4. O empresariamento da Educação Permanente como analisador institucional do risco da reprodução do MCP na Assistência Social 213

Considerações Finais 216

Referências bibliográficas 217

ENSAIO 3 – A PANDEMIA DE COVID-19 E A GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL COMO ANALISADOR INSTITUCIONAL DAS PRÁTICAS ASSISTENCIALISTAS NO TRABALHO SOCIAL NA ASSISTÊNCIA SOCIAL 226

1. Introdução 226

2. O campo institucional da AS, o Trabalho Social e a pandemia de COVID-19 236

2.1 O processo de institucionalização da AS no cenário neoliberal brasileiro e a precarização do Trabalho Social 238

2.2 A pandemia de Covid-19, a governamentalidade neoliberal e os seus efeitos no Trabalho Social 241

2.3. Os discursos dos(as) trabalhadores(as) da AS sobre o Trabalho Social no período de pandemia Covid-19 243

2.4 A normatização da AS durante a pandemia do Covid-19, os contradições em seu discurso institucional oficial e as lacunas do saber-fazer no Trabalho Social 250

2.5 Problematizações de alguns estudos acadêmicos sobre a relação pandemia de Covid-19 e a AS 254

3. A ameaça e o risco do retorno do assistencialismo como efeito ético e político na prática disciplinar no Trabalho Social 259

Considerações Finais 266

Referências bibliográficas 267

ENSAIO 4 – ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE INSTITUCIONAL (AI) E DA PSICANÁLISE DE FREUD-LACAN PARA O(A) TRABALHADOR(A)-INTERCESSOR(A) OPERAR NA ASSISTÊNCIA SOCIAL (AS) 274

1. Introdução 274

2. A emergência do Trabalho Psicossocial Crítico-Intercessor como analisador institucional do Trabalho Social produzido nas práticas dos(as) trabalhadores(as) da AS 281

3. Nosso ponto de partida: algumas experiências com processos de formação dos(as) trabalhadores(as) e a lacuna do sujeito do inconsciente nas práticas sociais 289

3.1 Acontecimentos da experiência – A tentativa de produzir um Trabalho Psicossocial Crítico-Intercessor e a repetição do Trabalho Social deflagrada pela institucionalização do sujeito como prática de Proteção Social 289

3.2 Acontecimentos da experiência – Enfrentando a resistência dos(as) trabalhadores(as) para a produção de uma implicação subjetiva singularizada e coletiva nas práticas sociais 297

3.3 Acontecimentos da experiência: a transferência, a contratransferência e a provocação institucional 300

3.4 Por que o Trabalho Psicossocial Crítico-Intercessor na AS requer um campo complexo crítico-analítico que inclua o sujeito de desejo do inconsciente? 303

4. A contribuição da Análise Institucional (AI) por meio dos seus operadores conceituais para um(a) trabalhador(a)-intercessor(a) se localizar na Assistência Social (AS) e operar com o Trabalho Psicossocial 308

4.1 Movimento Institucionalista, o surgimento da AI e sua pertinência para AS 313

4.2 Movimento Institucionalista no Brasil 317

4.3 A Análise Institucional 320

4.4 A Problematizando as formas sociais da Assistência Social: suas formas, discursos e funções 323

4.5 Funções negativas 325

4.6 As formas sociais da AS 329

4.7 Operadores conceituais da AI que um(a) trabalhador(a) da AS pode se apropriar para produzir a práxis 334

4.8 A análise paradigmática das clínicas psicológicas presentes nas práticas dos(as) psicólogos(as) na AS e dos efeitos éticos e políticos do trabalho nos sujeitos como estratégias para a localização do intercessor na instituição 338

4.9 A análise paradigmática das Clínicas Psicológicas na AS: As Clínicas Convencional, Ampliada e Intercessora 341

4.10 A análise paradigmática das dimensões éticas e políticas das práticas sociais dos(as) trabalhadores(as) como efeitos nos sujeitos da AS 344

4.11 Análise de implicação e sobreimplicação 348

5. A subjetividade e a Assistência Social: contribuições da Psicanálise do campo Freud-Lacan para operar com o sujeito de desejo do inconsciente no Trabalho Psicossocial 352

5.1 A subjetividade como realidade psíquica e a sua concepção moebiana 358

5.2 A dimensão do inconsciente da subjetividade no campo de Freud-Lacan e o sujeito de desejo como campo de trabalho e análise para a produção do Trabalho Psicossocial Crítico 361

5.3 A escuta analítica na AS 364

5.4 O Conceito e o manejo da transferência e sua pertinência para o Trabalho Psicossocial na AS 368

5.5 Recompondo os discursos por meio da escuta e da transferência para a emersão do sujeito de desejo do inconsciente 370

5.6 Os Quatro Lugares Fixos e Seus Elementos Rotativos 372

Considerações Finais 380

Referências bibliográficas 382

CONSIDERAÇÕES GERAIS 392

Referências bibliográficas 402

APÊNDICE A – TCLE 403

APRESENTAÇÃO

Nosso projeto de intercessão-pesquisa teve como objetivo problematizar a minha práxis a partir da posição de um trabalhador-intercessor que desenvolvia ações de supervisão técnica, capacitações e assessorias no âmbito da PNEP/SUAS (Brasil, 2013) junto aos(as) trabalhadores(as) que compunham algumas das equipes de referências dos estabelecimentos socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em municípios do interior paulista.

O meu interesse pelos processos de formação/capacitação iniciou-se muito cedo em minha trajetória pessoal. Aos sete anos, em 1994, ingressei na Fundação Hélio Augusto de Souza (FUNDHAS)[1], mesmo ano em que a unidade Direito de Ser foi inaugurada, configurando a minha trajetória como criança e adolescente usuária das ações sociais promovidas pela prefeitura as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social. Com 12 anos de idade, em 1999, comecei participando em grupos de adolescentes nos quais eram realizadas discussões sobre sexualidade, cidadania, direitos da criança e do adolescente, saúde sexual e saúde reprodutiva dentre outros e passei a me engajar em coletivos de adolescentes e jovens. Integrei ao Conselho Infanto Juvenil (CIJ) no qual representei os adolescentes no Conselho Curador (órgão máximo de deliberação) da FUNDHAS.

Dos 07 aos 13 anos participei em diferentes projetos e atividades assistenciais, culturais e educativas promovidas pela FUNDHAS tais como Capoeira, Artesanato, Preservação do Meio Ambiente e Plantio e Poda de Plantas (educação ambiental), Futebol, Futsal, Vôlei, Handball, Atletismo, Informática, Campeonatos e Disputas em algumas Modalidades Esportivas. Dos 12 aos 18 anos participei do projeto de Música (Flauta Doce, Saxofone Tenor, Bateria, Violão e Coral), Teatro, Pintura de Tela Tinta a Óleo, Inglês, Espanhol, Rádio e realizei os cursos profissionalizantes de Auxiliar

[1] A Fundação Hélio Augusto de Souza (FUNDHAS) é uma fundação criada em 1987 e mantida pela Prefeitura de São José dos Campos. De acordo com o site http://fundhas.org.br/quem-somos/ acessado em 16.08.2021 a FUNDHAS possui 10 unidades, divididas por regiões, atendendo crianças e adolescentes de 06 a 14 anos, no contraturno escolar. Para os adolescentes de 15 a 18 anos a FUNDHAS conta com o Centro de Educação Profissional Hélio Augusto de Souza (CEPHAS) que desenvolve educação profissional, iniciando com a Empregabilidade dos adolescentes, dos 15 aos 18 anos, atendendo em quatro unidades, com a possibilidade posterior de ingresso no ensino formal técnico, via vestibulinho do CEPHAS. Tem como objetivo promover a emancipação social como uma aquisição processual de concepções e fazeres que possam contribuir e fortalecer o sujeito promovendo intervenções de caráter preventivo e proativo no desenvolvimento e formação integral do sujeito. Disponível em: https://fundhas.org.br/ Acesso em: 3 abr. 2025.

Administrativo e Comercial e Telemarketing. Fiz ainda o curso técnico de Gestão Empresarial no Centro Educacional Professor Hélio Augusto de Souza (CEPHAS).

O CIJ tinha como objetivo organizar as crianças e os adolescentes, sistematizando em documento escrito as suas reivindicações para levá-las como pautas de suas assembleias. O CIJ era organizado por meio de gestões de 2 anos, com cargos eleitos em assembleia, compostos por presidente, secretário geral e coordenador de comissões. O CIJ tinha assento no Conselho Curador, órgão máximo de deliberação da FUNDHAS. O presidente do CIJ como membro possuía direito de voz e voto nas deliberações das assembleias ordinárias e extraordinárias do Conselho Curador, podendo apresentar pautas a partir das reivindicações das crianças e adolescentes, função que cheguei a ocupar.

Um dos projetos dos quais participei juntamente com o CIJ foi o grupo de adolescentes multiplicadores, ação desenvolvida pelos trabalhadores da unidade "Direitos de Ser Novo Horizonte" da FUNDHAS em parceria com o Centro de Saúde Novo Horizonte. Ao longo das atividades do grupo discutimos sobre as adolescências, sexualidade, prevenção, Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), antes denominada de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), Drogas, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Era o ano 2000 e eu tinha 13 anos nessa época.

A FUNDHAS era filiada ao Movimento de Adolescentes do Brasil (MAB)[2], integrava a sua agenda de ações e atividades que eram construídas coletivamente em várias localidades do Brasil. Dos 13 aos 18 anos participei ativamente na articulação e integração das ações do CIJ, do Programa de Proteção Integral à Saúde do Adolescente do município, do MAB por meio de ações organizativas de encontros municipais de adolescentes, grupos de adolescentes e das Conferências dos Direitos

[2] O Movimento de Adolescentes do Brasil foi uma rede formada a partir de diversos grupos de adolescentes, jovens e/ou educadores/as que assumiram compromissos de promover meios para a cidadania. Tinha como objetivos: 1) desenvolver projetos, programas e/ou ações locais, regionais, nacionais e internacionais, favorecendo a intervenção sociopolítica e cultural dos grupos filiados na comunidade; 2) intervir na formulação de políticas públicas, através de sua participação social em diferentes áreas de atuação como: Educação, Arte e Cultura, Saúde e Sexualidade, Meio Ambiente e Direitos Humanos; 3) contribuir para a promoção da participação social de adolescentes e jovens nas ações de intervenção social e controle social de políticas públicas; 4) fortalecer e articular a rede nacional de adolescentes discutindo os conceitos das ações educativas desenvolvidas pelo MAB e estabelecer novas metas para o movimento.. A última atividade desenvolvida pelo MAB foi o 13º Encontro Nacional de Adolescentes (ENA) que ocorreu no ano de 2010 na cidade de Santa Bárbara d'Oeste no qual participamos como integrante da comissão organizadora. O MAB não possui mais um site ativo e, no entanto, algumas instituições ainda lhe fazem referência. Possui 2 livros publicados nos quais conta parte dessa história e também há muitos artigos científicos que relatam parte das experiências vivências pelos adolescentes e jovens que participaram do movimento. Disponível em: http://www.papai.org.br/antigo/conteudo/view?ID_CONTEUDO=595) Acesso em: 16 ago. 2021

das Crianças e dos Adolescentes e outros projetos de formação e multiplicadores desenvolvidos por adolescentes para e com adolescentes.

Parte dessas experiências, ao longo da minha adolescência em São José dos Campos, me levou a fomentar e mediar diferentes projetos e grupos de adolescentes com a perspectiva de refletir temáticas de interesse e contribuir para a capacitação de outros adolescentes e a criação de novos grupos coordenados e mediados por adolescentes com o apoio de profissionais de diferentes estabelecimentos como a Fundação Hélio Augusto de Souza (FUNDHAS), Centro de Saúde (CS), Escolas, MAB e Partido Político. Essa implicação e engajamento produziu a Organização da Sociedade Civil (OSC) Grupo de Adolescentes Multiplicadores em Rede de São José dos Campos – SP (GAM)[3] que buscava organizar e articular os grupos de adolescentes do município.

A minha busca por desenvolvimento da autonomia e por meio do investimento no processo educacional me levou a participar do Programa Bolsa de Estudos e Isenção de Impostos (PROBIS)[4] de São José dos Campos, e então obtive uma bolsa integral para o curso do Ensino Médio no Colégio Educacional Objetivo. O cotidiano escolar no Ensino Médio foi atravessado de vivências do estigma da pobreza, marcadas pelas diferenças perceptíveis das diferenças de classe social, preconceitos e discriminações. Na época me faltavam elementos para compreensão e elaboração dessas vivências conflituosas e os sentimentos de inferioridade e vergonha que me acompanharam durante todo o processo de conclusão do Ensino Médio neste estabelecimento de educação privado.

Em 2006 sai da cidade de São José dos Campos – SP, minha cidade natal e passei a viver em Campinas-SP, em razão de ter ingressado no curso de Psicologia

[3] O Grupo de Adolescentes Multiplicadores em Rede foi construído por adolescentes, jovens e educadores em 2005. Tinha como objetivo mobilizar, articular e organizar fóruns de discussões sobre políticas públicas para a juventude e fortalecimento do protagonismo juvenil. O GAM desenvolveu trabalhos de formação e conscientização de jovens para as questões de saúde, visando a diminuição da vulnerabilidade juvenil em relação às DST/AIDS, drogas, gravidez na adolescência, violência etc. Chegou a desenvolver parceria em 2007 com a prefeitura de São José dos Campos firmando convênio para o desenvolvimento do programa “Lado a Lado com a Prevenção” bem como com outros órgãos desenvolvendo diversos projetos e ações de formação. Essas informações podem ser encontradas em http://premiolaureatebrasil.com.br/fellows-brasil/2008-2/. O GAM não possui mais site e não está mais em atividade. Somos sócios fundadores da ONG e compomos a primeira diretoria na função de presidente.

[4] O Programa Bolsa de Estudo e Isenção do Imposto sobre Serviço (PROBIS) da Prefeitura de São José dos Campos oferece para a população de baixa renda bolsas de estudos cedidas por escolas particulares do município através de isenção de impostos. Disponível em: https://www.sjc.sp.gov.br/servicos/educacao-e-cidadania/bolsas-de-estudo/ Acesso em: 16 ago. 2021.

da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-CAMPINAS), por meio do Programa Universidade Para Todos (PROUNI)[5].

Minha trajetória percorreu os desafios que a vida impunha e as oportunidades ofertadas para acessar e tentar fazer-me sujeito social por meio de uma rede de relações, do pertencimento às ações, serviços, programas, benefícios e projetos ofertados pelas Políticas Públicas de Assistência Social; Criança e Adolescente; Educação, Cultura e filiação e militância partidária, o que fez desses espaços sócio-políticos, um campo de significantes e sentidos configurando uma área de vida e trabalho.

Minha busca por sobrevivência e permanência no curso de graduação em Psicologia me instigou a realizar contatos com as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) que atuavam no MAB. A partir de algumas conversas com algumas dessas ONGs consegui uma entrevista na OSC "Espaço de Vivência e Convivência do Adolescente" (TABA), onde obtive uma inserção de trabalho. Na TABA atuei como educador social no Programa Protagonismo Juvenil que, após a publicação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (TNSS) (Brasil, 2009), foi transformado em Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), dentre outros projetos. Desempenhei nessa entidade assistencial ainda as funções de estagiário, coordenador de projetos e oferecemos supervisão profissional aos demais educadores sociais, em condição de autônomo ou estagiário de psicologia.

Nesse período atuei como educador social nas OSCs "SOS Adolescente", "Horizontes" e "Sociedade Educativa de Trabalho e Assistência (SETA)" que possuíam parcerias com a Assistência Social, com registro em carteira de trabalho no regime de Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) na primeira OSC citada e na condição de autônomo na segunda. Atuei também como orientador de medidas no Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida na OSC "Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC)" também com registro em carteira de trabalho que passou a ser mais frequente em nosso cotidiano. Ainda durante a graduação fomentei a formação de uma rede de jovens no município de Campinas.

---

[5] O Programa Universidade para Todos (ProUni) do Ministério da Educação foi criado em 2005, oferecendo bolsas de estudos integrais e parciais em instituições particulares de educação superior através de isenção de impostos. Disponível em: http://prouniportal.merc.gov.br/ Acesso em: 16 ago. 2021.

Ao longo da graduação em Psicologia meus interesses nos estudos foram articulados aos campos da psicologia social e educacional. As nossas atividades de estágios profissionalizantes foram desenvolvidas em escolas públicas, OSCs e também na Clínica Escola. O nosso trabalho de conclusão de estágio foi na área educacional.

Após concluída a graduação em Psicologia, no ano de 2010, passei a atuar como psicólogo na OSC "Centro de Educação e Assessoria Popular (CEDAP)" no Serviço de Proteção Social e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). Nesse mesmo ano iniciei o atendimento clínico em consultório de Psicologia, trabalho que desenvolvo até o momento, no ano de 2025.

Mesmo já concluída a graduação sentia falta de elementos das ciências sociais que pudessem contribuir para a qualificação de minha práxis como psicólogo na Assistência Social. Frente a essa minha necessidade ingressei no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), participando do Grupo de Pesquisa "Laboratório de Estudos sobre Juventude, Ciências Sociais e Violência (Violar)" com área e concentração em Ciências Sociais. Durante minha estada no programa desenvolvi a dissertação de mestrado intitulada "Jovens Rurais da Metrópole: sentidos atribuídos à e experiência juvenil em uma comunidade do Distrito de Joaquim Egídio de Campinas – SP" publicada em formato de livro em 2016 (Alves, 2014, 2016).

A minha dissertação foi produto de uma pesquisa desenvolvida com jovens que viviam em uma fazenda situada em uma comunidade rural de um distrito do município de Campinas. Realizei visitas à comunidade, diálogos com moradores e entrevistas semiestruturadas com 7 sujeitos identificados como jovens pelos próprios moradores compreendidos como informantes qualificados. Escolhemos essa comunidade por causa de minha experiência anterior no local, por meio de um projeto de "Saúde e Cultura na Comunidade" que contou com financiamento empresarial com a oferta de ações como grupo de adolescentes e jovens, artesanato, dança, baile noturno, capoeira, esporte, costura e bailes aos fins de semana. Além da oferta de atividades com as mulheres em parceria com o Centro de Saúde que se deslocava uma vez por semana para atendimento das demandas de saúde dos moradores da comunidade.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa de mestrado busquei compreender como aqueles sujeitos vivenciavam e produziam sentidos para a experiência de viver aquele modo específico de ser jovem. Me interessava compreender as práticas

culturais, a vivência da sociabilidade juvenil e o uso do tempo livre, a partir da hipótese de que há diferentes modos de vivenciar a juventude. Busquei caracterizar como seria viver a juventude em comunidade rural da metrópole. A pesquisa foi desenvolvida a partir do campo teórico e metodológico da história oral de gênero temático. Realizei as entrevistas, as transcrevi e as transformei em narrativas para posteriormente analisá-las. Os resultados da pesquisa apontaram que há modos diferentes de viver a juventude. A experiência juvenil dos sujeitos participantes da pesquisa apontou para um modo muito peculiar de viver a juventude em uma comunidade rural da metrópole. A juventude para esses jovens era encurtada, se iniciava aos 12 anos e se encerrava aos 16 anos. Não apresentavam muitos ritos de passagem da infância para a adolescência/juventude, vivenciando elementos da infância na juventude como um contínuo de práticas e brincadeiras típicas da infância (esconde-esconde, pega-pega, rouba-bandeira dentre outras).

No entanto, os ritos de passagem da juventude para a vida adulta eram bem demarcados, entre esses jovens participantes da pesquisa de mestrado, geralmente interrompendo a vivência da juventude a partir do casamento, trabalho e nascimento de filhos, processo no qual passaram a se identificar com os mais velhos que se dedicavam ao trabalho no cotidiano da fazenda e as mulheres em serviços como bares e restaurantes da região. A comunidade se situava a 8 quilômetros da rodovia de asfalto, sendo o trecho constituído por uma estrada de terra. O transporte público chegava apenas até o asfalto, o que dificultava a mobilidade urbana dos moradores que dependiam de caronas de vizinhos que possuíam automóveis. O serviço público de Saúde era ofertado 1 vez por semana através do deslocamento da equipe da saúde até o local. Não havia presença alguma de serviços da Assistência Social.

As crianças e jovens da comunidade do estudo frequentavam a escola pública municipal situada na área urbana no Centro do Distrito. Para viabilizar o acesso dos estudantes a prefeitura ofertava um transporte escolar gratuito. A escola, para esses jovens, era compreendida com a expectativa de ser um caminho para a ascensão social, porém, diante das diversas experiências de discriminações e violências vivenciadas no cotidiano escolar, o estigma e a vergonha os distanciaram da escola, produzindo como efeito o abandono dos estudos, frustrando, assim, suas expectativas. A dura realidade vivenciada por estes jovens era demarcada desde muito cedo, constituída pelas desigualdades no campo da sociabilidade. As regras da fazenda impunham aos jovens restrições e proibições quanto ao acesso a

determinados lugares da fazenda por meio de regulamento, com monitoramento via sistema de câmeras e ameaças de punições, desconstruindo a ideia romantizada da vida no rural articuladas a de liberdade e segurança. Esses jovens depositavam na instituição educacional as possibilidades de obter transformações das suas realidades, sonhando e desejando se profissionalizar. No entanto, a escola pouco atendia essas expectativas marcando as vivências da sociabilidade com preconceitos e discriminações por viverem na área rural, chamados pelos colegas que viviam em áreas asfaltadas de “joelho vermelho”. Essas e outras marcas escolares produziram nesses jovens conflitos e dificuldades para a conclusão das etapas de ensino, entrando para as estatísticas dos sujeitos com defasagem na idade escolar.

Durante o período do curso de mestrado (2012 a 2014) desenvolvi concomitantemente o Programa Mais Educação em 6 (seis) escolas municipais em Campinas-SP, realizando grupos com crianças e adolescentes na perspectiva de contribuir para a ampliação do repertório cultural, informacional e apoio e orientação junto a equipe técnica pedagógica e corpo docente. Nesse mesmo período iniciei minha atuação como docente ministrando aulas em cursos de pós-graduação no nível de especialização *Lato Sensu*. Ao longo dos anos, desenvolvemos a prática da docência em diversos cursos da graduação em diferentes estabelecimentos de ensino superior, 1 público e os demais privados.

Durante minha trajetória, já havia recebido convites para apresentar falas, palestras, e para ministrar oficinas e capacitações junto a outros adolescentes e jovens e, em menor intensidade, para um público composto por profissionais. Porém em 2013 fomos convidados por uma profissional do serviço social para compor um trabalho de supervisão técnica para um CREAS de município do interior de São Paulo. Essa experiência produziu muitas análises e reflexões, à medida que os profissionais formulavam seus questionamentos sobre o cotidiano do trabalho e nos exigiam produzir e fornecer respostas para seus problemas. Naquela época utilizava a problematização de estudos de casos e buscava instrumentalizar a equipe com a apresentação de ferramentas de trabalho, tais como modelos instrumentais de planos de acompanhamento familiar.

O desenvolvimento de trabalhos de supervisão técnica foi uma experiência nova e desafiadora. Tais demandas me provocaram o interesse em estudar e refletir, buscando encontrar estratégias para que pudesse contribuir para o desenvolvimento

de processos organizativos do trabalho nos serviços socioassistenciais de modo a que fossem transformadores.

A partir do meu desejo de trabalhar na área da capacitação técnica junto aos trabalhadores do SUAS, me juntei a outros profissionais que também tinham esse interesse e formamos um grupo que culminou na abertura da empresa “Alves & Moreira LTDA” já com o nome fantasia “Instituto Apprimore”. Na época, os serviços oferecidos pela empresa eram pouco demandados, com pouco movimento/atividade e isso não permitia avançar e consolidar a empresa. Essa situação me levou a buscar trabalhos como pessoa física e mantivemos a empresa aberta, apesar do pouco movimento.

Nesse mesmo ano de 2013 fui contratado como pessoa física na função de assessor técnico na “Federação das Entidades Socioassistenciais de Campinas (FEAC)”. Na FEAC atuei assessorando Organizações da Sociedade Civil (OSCs) das áreas da Assistência Social, Educação e Saúde na área da Juventude. Junto com a rede de entidades desenvolvi pesquisas de opinião, produção de materiais técnicos, seminários e fomento da rede de juventude de Campinas.

A partir de um convite, passei a atuar como Diretor da Diretoria de Vigilância Socioassistencial do “Centro de Promoção Social Municipal (CEPROSOM)”, autarquia responsável pela gestão do SUAS no município de Limeira, no ano de 2014. A diretoria na época era responsável pelo Monitoramento e Avaliação, Cadastro Único e Educação Permanente do SUAS. Meu ingresso no CEPROSOM coincidiu com o encerramento oficial do Instituto Apprimore.

Então me aproximei da área da Vigilância Socioassistencial e Gestão do Trabalho no SUAS. A partir da implantação da Política Nacional de Educação Permanente (PNEP) no município de Limeira, processo deflagrado com a construção do Plano Municipal de Educação Permanente a criação do Núcleo Municipal de Educação Permanente (NMEP), incluindo outros trabalhadores interessados e com o surgimento de outros convites para desenvolver ações de capacitações, novamente o desejo de desenvolver atividades juntos aos trabalhadores do SUAS em diferentes localidades retornou. Em 2016 reabro a empresa Instituto Apprimore como Microempreendedor Individual (MEI). No ano de 2019 o Instituto Apprimore passou por um processo de desenquadramento e foi transformado em uma microempresa.

Com o desejo de dialogar com grupos de profissionais sobre o trabalho assistencial e educativo a partir de uma articulação entre teoria e prática, criei o

Instituto Apprimore em parceria com uma trabalhadora do serviço social. Passamos a oferecer um programa de cursos para promover ações por meio de trabalhos com metodologia grupal com foco em famílias, crianças e adolescentes. Com a realização do desenvolvimento da primeira turma de trabalhadores(as) sociais para a realização do curso, outras foram sendo formadas e as ações ofertadas foram se ampliando para um conjunto de temas desenvolvidos pela empresa, incluindo e integrando outros (as) trabalhadores(as) da psicologia e pedagogia. A partir das nossas ofertas, vários municípios passaram a demandar do Instituto Apprimore capacitações e cursos para seus(suas) trabalhadores(as) do SUAS. Junto com os cursos, as supervisões e assessorias técnicas também passaram a ser solicitadas.

Concomitantemente a experiência da empresa, com minha saída do CEPROSOM ocorrida no ano de 2017, fui convidado a atuar como coordenador da Coordenadoria Setorial e Avaliação e Controle (CSAC), setor da Secretaria de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos da prefeitura de Campinas - SP. Esse setor era responsável pelo monitoramento e avaliação dos serviços socioassistenciais que eram desenvolvidos por meio de parcerias entre o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) no município. Atuei como coordenador CSAC até agosto do ano de 2018 quando então decidi me desligar desse trabalho e passei a dedicar maior tempo com as encomendas das prefeituras ao Instituto Apprimore, com a clínica e com a docência.

As encomendas das diferentes prefeituras e equipes profissionais constituíam-se de expectativas da obtenção de um super conhecimento do profissional assessor que deveria ofertar instrumentais, ferramentas e tecnologias que pudessem transformar as ações socioassistenciais, buscando resolver os problemas advindos dos processos de trabalho.

Todavia, a partir da perspectiva do materialismo dialético e da ação social de Paulo Freire (1998), percebi em algumas experiências de assessoria desenvolvida, a frustração dos trabalhadores diante da não apresentação de respostas prescritivas que viabilizassem soluções cabais para os problemas e também de resistências quanto à proposta de implementação de uma modalidade de trabalho mais coletivo. Embora os(as) trabalhadores(as) alcançassem uma percepção crítica e uma tomada de consciência quanto aos seus processos de trabalho, ainda esperavam de mim, como especialista, uma resposta capaz de solucionar pragmaticamente os problemas. Se de um lado havia a expectativa dos(as) trabalhadores(as) do SUAS sobre o meu

trabalho de assessoria, do outro lado me ocupava com estudos e leituras teóricas, buscando elementos e reflexões sobre a práxis nos diferentes espaços das Políticas Públicas, a fim de responder, ao menos parcialmente, a essas expectativas dos(as) trabalhadores(as).

A partir do desenvolvimento das ações de assessoria, passei a indagar sobre os processos que vinha construindo e contribuindo junto às equipes de referência da área da Assistência Social. Estaria de fato, contribuindo para a qualificação da oferta dos estabelecimentos socioassistenciais? De que modo a compreensão e a produção de um saber-fazer sobre os sujeitos e as famílias atendidas e acompanhadas pelos(as) trabalhadores(as) do SUAS contribuíam para a transformação da realidade e emancipação social desses sujeitos?

Eu passei a perceber que para o desenvolvimento do trabalho de capacitação e supervisão era necessário refletir sobre o processo relacional que se constituía entre os membros das equipes assessoradas e também sobre a relação entre essas equipes e os sujeitos e famílias atendidas nos estabelecimentos socioassistenciais, bem como com os(as) profissionais que ocupavam cargos de gestão municipal (chefe, coordenador, assessor, assessor, apoio de chefia, gerente, diretor, secretário) e com demais órgãos e estabelecimentos das Políticas Públicas Sociais. À medida que os processos de capacitações/supervisões/assessorias eram realizados, tentei me deslocar do lugar daquele que dava respostas prontas, buscando me posicionar a partir de um lugar implicado e consequente com as críticas feitas +aos processos verticais, autoritários e burocráticos de trabalho. No entanto, os grupos de trabalhadores(as) continuavam a nos exigir a apresentação de um conhecimento especializado, técnico e resolutivo, cobrando uma entrega encomendada na lógica da "Figura da expertise[6]", que legitimaria o trabalhador-especialista por meio do domínio

[6] Baremblitt (2002) problematizou o Modo Capitalista de Produção (MCP) referindo-se sobre o surgimento de um campo de especialidades, que denominou de expertises, em que especialistas, autorizados pelas instituições formadoras, e apropriados de conhecimentos pré-concebidos como expertise sobre uma determinada temática, capturados pela lógica do trabalho do MCP nas instituições, utilizaria da expertise para operar como processos formativos dos trabalhadores, com apresentação de soluções heterogeridas sobre os problemas que compõem o cotidiano do trabalho. Geralmente soluções que não resolvem os problemas, pois estariam atuando somente sobre as formas positivas da instituição, ignorando aquilo que estaria oculto e também compõe os problemas sociais, que somente seria possível pela problematização crítica das encomendas com os próprios trabalhadores, sujeitos participantes dos processos formativos. Criamos o conceito de "Figuras da expertise" para denominar todas as práticas de formação dos trabalhadores que reproduzem a lógica capitalista, mesmo que de maneira desavisada. Para a construção deste conceito, por meio da análise paradigmática (Costa-Rosa; Benelli, 2012; Benelli, 2020; 2022) como estratégia de localização conceitual, tomamos como o seu oposto dialeticamente as "Práticas Intercessoras", mesmo as

de um conhecimento pré-concebido, que opera com uma verdade do saber implicando o sujeito em uma relação de poder, com o efeito de opressão ou subalternização, que o objetifica e o silencia.

Esses desafios em qualificar a minha práxis me levou a querer problematizar a minha práxis no campo da Educação Permanente dos(as) trabalhadores(as) da AS. Minha primeira tentativa de produzir conhecimento sobre esse campo me aproximou do Núcleo de Pesquisa e Estudo em Trabalho e Ação Social (NUTAS), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), no ano de 2018, coordenado pelo professor doutor Odair Furtado em parceria com a professora doutora Maria da Graça Marchina Gonçalves, que mais tarde criou o Núcleo de Estudos em Políticas Públicas e Desigualdade Social (NUPPDES). Essa aproximação ocorreu com a minha participação no processo seletivo para o curso de doutorado, neste mesmo ano, a qual não obtive êxito, mas fui convidado a participar das reuniões do Nutas e dos encontros entre núcleos da Psicologia Social da PUC-SP. Participei de encontros semanais com diversas reflexões, problematizações e leituras de textos, teses, artigos de trabalhadores(as) e pesquisadores(as) sobre dimensão subjetiva e a atividade humana, bem como estratégias presentes nas pesquisas dos(as) colegas na produção de intervenções sociais.

A abertura do novo núcleo pela professora Gonçalves, em que se ocupava da problematização da subjetividade e da desigualdade social, me levou novamente a prestar o processo seletivo para ingresso no ano de 2019, no qual obtive êxito, no entanto, o corte arbitrário de investimentos em Educação pelo desgoverno federal gerida por uma governamentalidade neoliberal, de um grupo de direita que havia acabado de chegar ao poder, empoderada pelo governo golpista, anterior, após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, impactou diretamente na redução drástica das bolsas de estudo, impedindo que realizasse a minha matrícula.

O acontecimento-sujeito, que me impediu de ingressar no curso de doutorado na PUC-SP, me possibilitou que reavaliasse escolha da instituição universitária nos direcionando para a escolha de uma universidade pública, que viabilizasse nosso

---

inadvertidas, devidas as suas diferenças dialéticas radicais, em que superam inclusive as práticas transitórias, ao não objetificar o sujeito, criando um campo de trabalho e análise para emersão do sujeito social, político, mas também operando com a dimensão inconsciente da subjetividade, para singularizar as ações e fortalecer, por meio do desejo-ideal, as pulsações instituintes inerentes às lutas sociais.

desejo de pesquisa. Realizei algumas buscas nos sites de conjunto de universidades públicas que possuía Programa de Pós-graduação em Psicologia.

Naquele mesmo o ano de 2019 fui convidado para participar de um Seminário sobre a Vigilância Socioassistencial no município de Ourinhos-SP, próximo de Assis, por um colega psicólogo que havia se graduado em psicologia e estava realizando o curso de mestrado na Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho no campus de Assis-SP (UNESP-ASSIS). Esse encontro foi importante para criar pré-condições para se fomentar um laço social entre mim e essa universidade.

Explorando os diferentes grupos existentes no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Unesp de Assis-SP e com as referências recebidas por esse colega, decidi realizar um contato por e-mail com o professor doutor Silvio José Benelli, coordenador do Laboratório Transdisciplinar de Intercessão-Pesquisa em Processos de Subjetivação e “Subjetividadessaúde” (LATIPPSS), na expectativa de qualificar a minha própria práxis para operar também com a dimensão inconsciente da subjetividade, para além do plano social e político, como proposto no Dispositivo Intercessor (DI), me aproximando do desejo de ingressar no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, área de concentração em Psicologia e Sociedade, na linha de pesquisa Atenção Psicossocial e Políticas Públicas. Por meio de conversas com o professor Dr. Silvio José Benelli e da farta e importante bibliografia que ele me ofereceu, prestei o processo seletivo do ano de 2020 para o doutorado. Tendo sido aprovado, ingressei no Curso de Doutorado do Programa e passei a participar de reuniões de trabalho com o professor Benelli, em supervisões coletivas e individuais, e, posteriormente, do LATIPPSS.

Esse encontro com o professor Benelli me provocou a indagar e a refletir sobre minha práxis em diferentes contextos institucionais por meio de trabalhos de assessoria, na assistência às famílias no âmbito do SUAS, me apropriando de estratégias de trabalho e de uma grade analítica proporcionadas pela apropriação do DI para operar com ele na práxis e produzir conhecimentos. Com o acesso a um conjunto de produções compostas por artigos, dissertações, teses, livros e outras produções, fui me organizando por meio de algumas leituras prioritárias e me colocando a reescrever o projeto a partir de uma intercessão-pesquisa mobilizando elementos teóricos, técnicos, políticos e éticos que pudessem me ajudar a me localizar nas práticas para produzir a práxis, problematizando ela para me reposicionar e para

produzir, em um segundo momento, conhecimentos a partir do saber-fazer gerado pela análise crítica da práxis profissional.

Acredito que o DI pode ser um interessante operador para a problematização e produção da postura de trabalhador-intercessor que desenvolve processos de capacitações, supervisões e assessorias junto às equipes e grupos de trabalhadores(as) do SUAS. Esse consiste no meu campo de intervenção institucional (Baremblitt, 2002).

Em um levantamento inicial realizado no “Google” com as palavras “Consultoria”, “Capacitação”, “SUAS” e “Assistência Social” identifiquei, a partir da delimitação de 300 respostas, 33 empresas ofertando um conjunto de ações de capacitação, assessoria e supervisão para as equipes de referência dos serviços e equipes de gestão. Dentro desse conjunto de ações, identifiquei a comercialização de sistemas informatizados, consultoria na área administrativa e financeira, monitoramento e avaliação, diagnóstico, elaboração de projetos e planos, capacitação, formação, cursos, supervisões técnicas, treinamentos motivacionais e “*coaching*”.

Acreditamos que o surgimento do SUAS e suas regulamentações produziu também esse mercado de oferta de produtos e serviços aos(as) trabalhadores(as). Quais as práticas estão sendo desenvolvidas por essas empresas e trabalhadores(as)? Qual seria o sentido de sua práxis? Esse foi o meu campo de análise, enquanto um recorte institucional que tornou exequível a problematização desse fenômeno social.

Já em uma busca no “Catálogo de Teses e Dissertações” da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do “Google Acadêmico” específicas sobre a práxis desse(a) trabalhador(a) que desenvolve capacitações, supervisões e assessorias com os(as) trabalhadores(as) do SUAS encontramos poucas publicações a respeito. Como foi desenvolvido o processo de institucionalização da PNEP/SUAS? Como o processo de formação e capacitação dos(as) trabalhadores(as) do SUAS vem ocorrendo? Como os processos de formação instituídos atravessam as práxis dos(as) trabalhadores(as) que ocupam esses lugares como capacitadores(as), assessores(as), mediadores(as), interventores(as), intercessores(as), supervisores(as)? O que vem sendo produzido pela comunidade científica sobre a práxis dos(as) trabalhadores(as) que operam os processos de

Educação Permanente? Essas questões também estão incluídas no meu campo de análise.

Parti da minha práxis como trabalhador-intercessor inserido no campo de Trabalho Social do SUAS, da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) (Brasil, 1993), da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (Brasil, 2004) e dos(as) trabalhadores(as) que compunham algumas das equipes de referência dos estabelecimentos socioassistenciais nos quais trabalhei, como campo de trabalho e análise.

Embora haja o surgimento considerável de empresas que prestam serviços específicos ao SUAS não se nota o desenvolvimento de muitas pesquisas sobre o tema. Diante dessa escassez de problematizações sobre a práxis do(a) trabalhador(a) assessor(a)/capacitador(a) e supervisor(a) busquei por meio desta Intercessão-Pesquisa contribuir para a problematização da práxis desse(a) trabalhador(a) junto às equipes de referência a partir do DI.

Na escrita destes ensaios decidi por não flexionar o gênero das palavras, em todas as circunstâncias, isto é, aplicado a todo o texto, pois nos referimos às trabalhadoras e aos trabalhadores, como significante do termo “ser humano”, de modo a incluir todas as possibilidades de gênero humano. Nas experiências que apresento, quando estou me referindo a experiência de um sujeito determinado, realizei a flexão de gênero, considerando que nos referimos a um sujeito singular.

A Intercessão-Pesquisa, produto do DI, se insere como um campo teórico-conceitual, ético, político e sociocultural, no qual me posicionei ao longo de sua execução. Este processo foi operado em dois momentos, que estruturam as práticas metodológicas adotadas e seus respectivos objetivos. O primeiro momento, denominado Dispositivo Intercessor (DI), foi caracterizado pela realização da intercessão propriamente dita. Neste momento, o trabalhador-intercessor adotou uma série de estratégias com o intuito de possibilitar, em algumas situações, a problematização e a tomada de consciência sobre o *modus operandi* da equipe de trabalhadores(as) em relação à sua própria práxis. A partir dessa tomada de consciência, propus a mobilização do não-saber inconsciente, dos conhecimentos e das práticas, buscando promover uma análise crítica sobre o fazer-saber. Este movimento de problematização abriu um campo dialético de análise, em que busquei não apenas transpor a realidade objetiva ou a razão econômica para uma práxis intercessora, mas também potencializar o fazer-saber por meio de determinados

elementos teórico-técnicos e ético-políticos (Souza, 2016; Benelli, 2022; Périco, 2021).

O segundo momento da Intercessão-Pesquisa, denominado Dispositivo Intercessor como Modo de Produção de Conhecimento (DIMPC) foi caracterizado pela elaboração teórica sobre a práxis da intercessão vivenciada. Esse momento de sistematização teórica culminou na produção dos ensaios que compõem esta tese. Foi, portanto, um espaço de reflexão e análise, em que busquei problematizar em forma de escrita os saberes que produzimos nas práticas realizadas anteriormente (Souza, 2016).

Durante o meu processo de intercessão-pesquisa, operei com o diário de intercessão, uma ferramenta que foi estratégica a sistematização das reflexões que produzi sobre a minha própria práxis. Esse diário não se configurou como um momento de pesquisa em si, mas como um horizonte para que eu pudesse me reorientar nas intercessões, permitindo a autoanálise constante sobre o que estava fazendo. Nesse sentido, o diário funcionou como um espaço para indagações e reposicionamentos na práxis, permitindo reavaliar continuamente as ações que desenvolvi e os efeitos que elas geraram (Souza, 2016).

A análise da implicação da própria práxis incluiu um processo semelhante a uma autobiografia, na medida em que tomei a minha própria história, registrada nos diários de intercessão, nas cenas das experiências, nos relatos, nas falas e nos casos vivenciados, como objeto de pesquisa. Essa construção também envolveu minhas sensações e memórias, enquanto corpo social inserido nos dispositivos institucionais, configurando um lugar de fala atravessado por outras vozes que tentei escutar nas práticas formativas realizadas.

Desde o início de minha atuação como trabalhador envolvido com processos de formação na AS, já utilizava o diário, que ora era denominado de "diário de bordo", ora de "diário de campo". Esses registros são compostos de anotações gerais sobre as discussões nos encontros, perguntas, temas emergentes, sugestões, reflexões, e até mesmo frases e poemas que surgiram a partir das experiências. Com o advento do DI, consegui elevar minha prática de escrita para o "Diário de Intercessão", uma prática que me permitiu reposicionar minha escrita, analisando de forma crítica as ações realizadas e os efeitos éticos e políticos delas, tanto para mim quanto para os trabalhadores envolvidos.

O diário de intercessão, portanto, não é um simples registro das experiências vividas. Ele é uma ferramenta que permite ao trabalhador-intercessor se distanciar de uma escrita linear, lógica e objetiva, sendo uma estratégia provocadora que pode ser adotada por ele para problematizar a própria práxis após a experiência de trabalho. Por meio dele, foi possível refletir criticamente sobre a práxis, indagando sobre os efeitos éticos e políticos gerados pelas ações no âmbito do trabalho (Nascimento; Lemos, 2020).

A escrita do diário de intercessão, à luz da perspectiva de Nascimento e Lemos (2020), que também me localizo, se configurou como um ato político e ético, um exercício de cuidado de mim e do outro, um processo de produção de subjetividade. Foi um movimento de singularização da prática, que possibilitou ao trabalhador-intercessor estabelecer conexões com outros documentos, realizando leituras, escritas e reescritas, sempre com um posicionamento crítico sobre a produção de verdades. De acordo com esses autores, a escrita de um diário de campo crítico deve considerar elementos que denominamos analisadores institucionais, os quais podem surgir da práxis, por meio de acontecimentos, do tempo cronológico linear, da descontinuidade e da implicação (Lourau, 1995). Esses analisadores podem se manifestar em deslocamentos de forças singularizantes, no fora-texto, nas bordas, nos transbordamentos e na mutação dos processos.

Os diários de intercessão, nesse contexto, podem contribuir para que o trabalhador-intercessor provoque a produção de textos coletivos com outros trabalhadores, permitindo, por meio da restituição de significantes, deslocamentos não só dos sujeitos diretamente envolvidos, mas também da própria análise que o trabalhador-intercessor realiza sobre a sua prática. A escrita do diário, como estratégia do DI, visa analisar um campo de significantes, gerando um processo de cuidar-se que possibilite deslocamentos no campo do trabalho, a partir de um reposicionamento do trabalhador-intercessor.

No segundo momento, já com as práticas intercessoras consolidadas, o trabalhador-intercessor pode assumir também a posição de trabalhador-intercessor-pesquisador, a fim de analisar os saberes produzidos no primeiro momento da intercessão, considerando na análise os diários de intercessão. Esse conhecimento, gerado na prática, foi analisado, problematizado e utilizado como base para a produção da pesquisa. A escrita do diário intercessor, que auxiliou o trabalhador-intercessor na produção da práxis, passa por uma análise crítica no DIMPC,

identificando os elementos de fora-texto, bordas, transbordamentos e lacunas, para contribuir com a produção da pesquisa.

Essa análise crítica exige uma defesa aguerrida do posicionamento do trabalhador-intercessor, que precisa questionar constantemente os momentos nos quais o conhecimento produzido contribui para o saber da vida, e quando, por outro lado, esse mesmo conhecimento pode se tornar uma ferramenta de opressão para os sujeitos com os quais se trabalha. A Intercessão-Pesquisa, portanto, exigiu uma transversalidade nas práticas, em que considero não apenas a experiência prática, mas também as dinâmicas de poder que circularam nas relações de assessoria e suas implicações para a desigualdade social, especialmente no que tange às desigualdades sociais e a interseccionalidade de raça, etnia e gênero. Esses elementos precisavam ser problematizados, pois atravessavam os sujeitos na AS, configurando-se como aspectos a serem discutidos nas relações com os sujeitos da AS.

Assim, a Intercessão-Pesquisa, por meio do diário de intercessão, não se limitou a uma reflexão teórica sobre as práticas vivenciadas, mas se construiu como um espaço de análise crítica das relações de poder e da produção de subjetividades, buscando constantemente a transformação das práticas em direção a um cuidado ético, político e social mais justo e plural.

Esta tese de Intercessão-Pesquisa buscou articular a subjetividade por meio das contribuições da psicanálise do campo Freud-Lacan, do materialismo dialético de Marx, da Análise Institucional, de Lourau e Lapassade, que se origina da articulação entre esses dois campos, e da contribuição da Filosofia da Diferença de Deleuze e Guattari e da Análise das Sociedades Disciplinar e de Segurança, e o plano das relações de poder de Foucault. Por meio da apropriação do DI, no encontro transdisciplinar do trabalho com diferentes planos epistemológicos conceituais-teóricos, éticos, políticos e socioculturais, encontrei um campo analítico fecundo para pensar a realidade de um trabalhador no contexto da Assistência Social (AS) (Benelli, 2022).

Com o meu processo de apropriação do DI como campo de trabalho e análise para operar com processos formativos dos trabalhadores da AS, entendi que foi necessário problematizar a materialidade do trabalho, as nossas implicações na produção de subjetividades e a relação entre Política Pública, subjetividade e a própria prática do trabalhador, incluindo as minhas condições de trabalho e experiências.

Muitos dos processos de formação que operei com os trabalhadores ocorreram de modo precarizado e singular, como em um dos municípios em que me percebi como um psicólogo, sozinho, atuando em diversos estabelecimentos socioassistenciais, na posição de trabalhador-intercessor-assessor-supervisor-psicólogo, enfrentando demandas massivas, provocadas pelas relações institucionais, alimentadas por um Estado populista e autoritário, formando desafios constantes às práticas críticas na AS.

No campo de trabalho e análise, busquei realizar uma articulação entre o materialismo dialético e a dimensão inconsciente da subjetividade da psicanálise do campo Freud-Lacan, no entanto, operar com esses campos, que são indissociáveis no DI, me levou não somente a refletir sobre alguns desses conceitos que podem se constituir como operadores para que o(a) trabalhador(a) produza o Trabalho Psicossocial Crítico-Intercessor, mas a problematizar com os sujeitos as práticas como modo de produção e como elas produziam efeitos na materialidade da existência cotidiana dos sujeitos.

Tentei, por meio das contribuições de Marx e Lacan, problematizar o "trabalho morto" e à lógica capitalista que objetifica os(as) trabalhadores(as) e os sujeitos-usuários das Políticas Públicas, subordinando-os(as) a um discurso da verdade sobre um saber, que o(a) subalterniza, para produzir ações micropolíticas situados no “Trabalho Vivo” Meyhe (2002), elevando as práticas na AS por meio da multiplicação de significados para enfrentarmos com os sujeitos os conflitos institucionais de modo coletivo, implicando o sujeito na construção de saídas para lidar com os impasses que vivenciava.

O DI foi meu campo de trabalho e análise não para observar o que estava ocorrendo no cotidiano dos estabelecimentos socioassistenciais, mas para que me localizasse na AS como instituição para interceder junto aos(as) trabalhadores(as), problematizando-a e reinventando-a.

O processo que vivenciei no Exame de Qualificação ocorrido no mês de abril de 2024, contribuiu para que reposicionasse a minha escrita de modo intercessor, entendendo que o trabalho de formação de outros(as) trabalhadores(as) na AS é indissociável da formação do próprio trabalhador como sujeito. Busquei enfrentar a impossibilidade de dissociação tomando como análise a minha própria práxis, aspecto que foi explorado em todos os ensaios que integram esta tese, uma vez que, na

construção analítica e crítica do trabalho, a prática aparece não só como campo de resistência, mas também de reinvenção da própria subjetividade.

A complexidade do trabalho na AS, permeada por desafios como os efeitos éticos e políticos nos sujeitos, a desigualdade social e as interseccionalidades de raça, etnia e gênero, foram analisadas por meio de um campo rizomático de atravessamentos e transversalidades, em que múltiplas vozes e análises se encontram.

Ao operar com o DI como ferramenta para questionar a opressão nas práticas sociais fui exigido pela própria realidade dos estabelecimentos institucionais, na condição de trabalhador-intercessor, a desenvolver uma análise crítica das desigualdades estruturais, assim como a considerar nela as experiências vividas pelos trabalhadores e usuários, como sujeitos da AS.

A minha tentativa na Intercessão-Pesquisa foi de contribuir para localizar paradigmaticamente as diferentes práticas de formação de trabalhadores. Em meu processo de construção de conhecimentos, também intercessores, busquei subverter as reproduções do MCP presentes em minhas práticas como modo de produção de conhecimento, desafiando as narrativas teleológicas e me deslocando para um campo que possibilitava operar com a produção e o fortalecimento da multiplicidade nas práticas sociais, à qual as histórias (minha e dos sujeitos com quem trabalhei), foram localizadas na produção de história oral e da micro-história, contrapondo a História Oficial da AS, o que me exigiu distanciarmos de uma visão única e linear da história, favorecendo uma interpretação plural e crítica dos processos de subjetivação na AS (Meyhi, 2002).

Operei com a intercessão entre a psicanálise de Freud-Lacan e as contribuições de Deleuze e Guattari sobre o desejo e a subjetividade. Sei que tratam de diferenças importantes. Enquanto Freud e Lacan, na perspectiva do sujeito desejante e estruturado pelo inconsciente, oferecem uma compreensão conceitual da subjetividade vinculada a um vazio fundamental formando o desejo, Deleuze e Guattari oferecem uma visão do desejo como positividade, em contraposição ao conceito lacaniano. Não busquei superar, nos ensaios, essas diferenças, mas acredito na potência e ressonâncias que o encontro dessas diferenças pode gerar, abrindo um campo sócio-simbólico entre os sujeitos, seja pelo Discurso Histérico ou pelo Discurso do Analista (Cury, 2015; Périco, 2021).

A complexidade da Intercessão-Pesquisa reside em sua tentativa de construir uma análise que se direcione para além do mero campo científico-técnico, que se debruça sobre o campo da Política Pública e suas articulações com o campo do trabalho vivo (Meyhe, 2002). Procurei explicitar a minha experiência como trabalhador na AS, com os meus impasses, conflitos/problemas institucionais e desafios, produzindo conhecimento sobre a forma como a qual nós nos formamos como trabalhador-intercessor, analisando criticamente a minha própria organização das práticas, e considerando as relações de poder que circularam o meu campo dos processos formativos, e as formas de resistência que puderam ser articuladas.

No âmbito desta Intercessão-Pesquisa realizei intercessões com algumas equipes de referência do SUAS com as quais já atuava como formador, supervisor e assessor, com o total de 32 trabalhadores de 2 municípios do Estado de São Paulo. Obtive a aceitação formalizada dos gestores dos municípios, trabalhadores(as) na função de gerir a AS, juntamente com a anuência dos(as) trabalhadores(as) das equipes participantes por meio dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A). Meu projeto e intercessão-pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética e aprovado no ano de 2022 conforme o parecer de n° 24048370.

Esta tese de doutorado foi composta em forma de ensaio, configurando quatro ensaios, que podem ser lidos na sequência que os apresentamos ou um independente do outro, embora a leitura na sequência lógica proposta contribua para a compreensão da problematização que procuramos desenvolver, com uma conexão crítica entre eles que buscamos, na escrita do último, superar os paradoxos e lacunas presentes nos dois primeiros. No entanto, os primeiros também contribuíram para o entendimento dos últimos. O modelo de ensaio foi a nossa escolha devido aos referenciais teórico-práticos, éticos, políticos e socioculturais dos quais nos inspiramos, sendo ele a melhor forma para explicitar o processo de desenvolvimento e os resultados de nossa Intercessão-Pesquisa. A forma de produzir conhecimento organizado por meios de ensaios possibilita ao trabalhador-intercessor operar com as experiências inacabadas, como um exercício da sistematização do saber gerado na práxis que não possui a pretensão de se encerrar, mas sim deixar elementos em aberto para que o leitor possa criar suas próprias conexões, a partir da sua própria realidade e assim ser útil a sua práxis (Starobinski, 2011; Benelli, 2020, 2022; Périco, 2021).

Nesta Intercessão-Pesquisa, propomos um exercício de análise institucional, psicossocial e política, que atravessou as nossas práticas de formação junto aos(as)

trabalhadores(as) da AS, desenvolvendo uma articulação entre o saber-fazer e a luta contra as desigualdades sociais, de gênero e raça. A seguir, cada ensaio será articulado a partir de seus objetivos e questionamentos centrais, promovendo uma continuidade entre os temas e desafios levantados.

O primeiro ensaio propõe um exercício de reflexão sobre o trabalho realizado como supervisor e assessor em processos de formação de trabalhadores da AS. O objetivo foi o de demonstrar o nosso posicionamento como um sujeito promotor de intercessões que visava superar a dicotomia entre o saber e o fazer no campo da AS. Ao questionarmos, em nossas práticas, a fragmentação do trabalho social reproduzida sob o Modo Capitalista de Produção (MCP), surgiu em nós, a busca por um saber-fazer singular, que articulasse teoria e prática de forma dialética para produzir a práxis. Realizamos uma crítica a naturalização do trabalho assistencialista e buscamos transformar as práticas formativas em espaços de fomento da autogestão, por meio do fortalecimento da autonomia dos trabalhadores, com o objetivo de criar uma práxis transformadora.

A nossa busca por respostas críticas nos gerou questionamentos fundamentais: como desenvolver práticas formativas que não reproduzam as desigualdades sociais, de gênero e raça? Como evitar que a formação se torne uma prática disciplinar, voltada apenas para a reprodução de uma tarefa?

No segundo ensaio produzimos uma análise crítica das diferentes modalidades de formação dos trabalhadores da AS disponíveis na atualidade. Realizamos uma análise discursiva da Educação Permanente institucionalizada, no campo das normativas, na AS, problematizando a abertura ocorrida para o surgimento de um conjunto de empresas ofertando processos formativos aos trabalhadores sociais. Buscamos entender diferentes efeitos éticos e políticos dessas práticas formativas nos sujeitos-trabalhadores e como elas, por meio dos seus dispositivos institucionais, mantêm os trabalhadores imersos em práticas disciplinares, em detrimento de uma formação crítica e coletiva. Partimos nesse ensaio das seguintes indagações: como essas práticas estão reproduzindo ou subvertendo a lógica da expertise? Como as diferentes modalidades de formação – desde cursos técnicos até práticas mais críticas como a Análise Institucional – contribuem para a organização dos trabalhadores em resistência ao MCP? A reflexão crítica aqui propõe uma visão complexa sobre os efeitos éticos e políticos dessas práticas formativas, criticando o conjunto de ofertas que não favorecem a autonomia e a ação coletiva. A crítica às “Figuras da Expertise”

foi, portanto, nossa tentativa de romper com a instrumentalização do saber e contribuir com a produção de uma formação que possa gerar mudanças efetivas no campo da AS.

O terceiro ensaio problematiza as práticas sociais no contexto histórico e político da pandemia de Covid-19 e da governamentalidade neoliberal, tomados como analisadores institucionais do Trabalho Social na AS. O objetivo foi analisar as práticas de formação dos trabalhadores e as práticas dos próprios trabalhadores sociais nos atendimentos dos sujeitos-usuários da AS. Refletimos os efeitos éticos e políticos da gestão da pandemia, que, em muitas localidades, representou o retorno ou o risco de retorno da lógica assistencialista e clientelista no Trabalho Social. A análise da biopolítica e da necropolítica aplicadas no contexto da AS durante a pandemia foi central para entender como a crise sanitária atravessou e afetou a subjetividade dos trabalhadores e usuários e, consequentemente, as práticas presentes no Trabalho Social.

Os questionamentos principais surgiram a partir da necessidade de uma crítica às práticas de controle e disciplina impostas pelas políticas neoliberais: como os trabalhadores da AS podem construir estratégias subversivas frente à lógica assistencialista? Como formar trabalhadores críticos que possam enfrentar a reprodução do MCP nas práticas assistenciais? Esse ensaio contribui com a reflexão sobre como enfrentar as práticas disciplinares e implementar estratégias micropolíticas, que articulem resistência coletiva e o fortalecimento das lutas sociais.

O quarto ensaio propõe uma incursão teórica-conceitual nos campos da Análise Institucional (AI) e da Psicanálise, do campo Freud-Lacan, com foco nos significados e pertinências de alguns dos seus operadores que podem contribuir para a práxis intercessora dos trabalhadores da AS. Por meio da nossa práxis, buscamos problematizar as pertinências dos operadores desses campos distintos para que o trabalhador-intercessor possa se localizar na instituição da AS e atuar para promover a transformação social e a superação das dicotomias do saber-fazer e da subjetividade serializada. A partir das contribuições de Lourau, Lapassade, Freud, Lacan e outros teóricos, buscamos explicitar algumas ferramentas para um trabalho que não seja meramente técnico, mas que envolva a subjetividade e os processos inconscientes, que denominamos de “Trabalho Psicossocial Crítico-Intercessor”. Partimos dos seguintes questionamentos: como a AI e a Psicanálise podem contribuir para tentarmos subverter as formas de subjetivação reproduzidas nas práticas da AS?

Como transformar o não-saber institucional em uma ferramenta de crítica e subversão das práticas disciplinares?

A articulação entre os ensaios traz uma reflexão crítica e analítica sobre os processos de formação dos trabalhadores da AS e as práticas intercessoras que podem ser adotadas para enfrentar a reprodução das desigualdades sociais e as dinâmicas de poder no campo institucional. Cada ensaio propõe uma análise complexa e densa das práticas formativas, das condições institucionais e das dinâmicas de poder, buscando, com eles, fortalecer a organização coletiva dos trabalhadores, impulsionar lutas sociais e subverter as práticas assistencialistas que contribuem para a perpetuação do MCP.

A reflexão proposta por cada ensaio permite que os(as) leitores(as) se conectem de forma intercessora, ajudando a mapear possibilidades de resistência e de transformação no campo institucional da AS. A crítica às práticas disciplinares e a busca por uma práxis crítica e autônoma são fundamentais para que os(as) trabalhadores(as) da AS possam operar mudanças estruturais nas relações de poder e nos processos sociais de inclusão e exclusão social.

Referências bibliográficas

ALVES, V. P. S. **Jovens rurais da metrópole**: os sentidos atribuídos à experiência juvenil em uma comunidade do distrito de Joaquim Egídio - Campinas (SP). 2014. 118 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.12733/1623060. Acesso em: 31 dez. 2024.

ALVES, V. P. S. **Jovens rurais da metrópole**: sentidos atribuídos a experiência juvenil. 1ªED. Paco Editorial. Jundiaí (SP). 2016.

BENELLI, S. J.; COSTA-ROSA, A. Paradigmas diversos no campo da Assistência Social e seus estabelecimentos assistenciais típicos. **Psicologia USP**, v. 23, n. 4, p. 609-660, 2012.

BENELLI, S. J. **Psicologia e Assistência Social:** interfaces políticas, clínicas e éticas. Curitiba: CRV, 2020. p. 139-169.

BENELLI, S. J. **Entidades assistenciais para crianças e adolescentes no município**: impasses institucionais e possibilidades. São Paulo: Unesp Digital, 2022.

BAREMBLITT, G. F. **Compêndio de análise institucional e outras correntes:** teoria e prática. 5ª ed. Belo Horizonte: Instituto Felix Guattari, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei Federal n° 8.742**. Lei Orgânica da Assistência Social. Brasília: Planalto Central, 1993.

BRASIL. **Resolução nº 145. Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), 2004.

BRASIL. **Resolução nº 109**. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), 2009.

BRASIL. **Resolução nº 04**. Política Nacional de Educação Permanente do SUAS. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), 2013.

CURY JR, J. E**. Que voz na voz não ouvida? Uma escuta psicanalítica a catadores de recicláveis.** Dissertação (Mestrado em Programa) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis-SP, 2015.

LOURAU, R. **A análise institucional**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MERHY, E. E. **Saúde: a cartografia do trabalho vivo em ato**. São Paulo: Hucitec, 2002.

NASCIMENTO, M. L.; LEMOS, F. C. S. A pesquisa-intervenção em Psicologia: os usos do diário de campo. **Barbarói,** v.57, p. 239–253, 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 25 ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

PÉRICO, W. **Ensaios sobre psicanálise, instituições e luta de classes no campo de Saúde Mental Coletiva**. 258 f. Universidade do Estado do Rio de Janeiro Centro de Educação e Humanidades Instituto de Psicologia, Rio de Janeiro, 2021.

SOUZA, W. A. O dispositivo intercessor na Assistência Social: um modo de transformação da realidade. **Revista de Psicologia da UNESP. v** 15, n. 1, p .53-69, 2016.

STAROBINSKI, J. É possível definir o ensaio? **Revista Remate de Males**, v. 31, n. 1-2 p. 13-24. 2011. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8636219/3928 Acesso em: 29 dez. 2024.

ENSAIO 1
A BUSCA PELA POSIÇÃO INTERCESSORA: A PRÁXIS NAS EXPERIÊNCIAS DE INTERCESSÃO-PESQUISA EM PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE TRABALHADORES(AS) DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

1. Introdução

A partir de nossa intercessão-pesquisa buscamos, neste ensaio, apresentar nosso trabalho como supervisor e assessor em processos de formação de trabalhadores da Assistência Social (AS). Também objetivamos demonstrar a tentativa de nos posicionarmos enquanto sujeito promotor de interseção e produtor de práticas coletivas.

Desenvolvemos a Intercessão-Pesquisa considerando a AS como nosso campo de trabalho institucional e o Dispositivo Intercessor (DI) como estratégia para nos posicionarmos no campo de trabalho e de análise para produção de conhecimento.

Nossa experiência com processos formativos dos trabalhadores da AS nos levou a acreditar que o DI pode funcionar como uma estratégia de subversão da lógica econômica/racional e mercadológica do capitalismo, se constituindo como um dispositivo que pode contribuir para a problematização da práxis de trabalho, criando condições para promover a emergência de outros profissionais mais implicados com o trabalho psicossocial desenvolvidos na Política de Assistência Social.

O DI, estratégia adotada para o desenvolvimento desta intercessão-pesquisa, se refere a uma modalidade de produção de saber e de conhecimento, elaborado pelo Prof. Dr. Abílio da Costa-Rosa e que vem sendo desenvolvido como campo de trabalho-intercessão e análise por meio do projeto de pesquisa intitulado “Projeto de Pesquisa Temática 2: O Dispositivo Intercessor e a intercessão-pesquisa: transformar para conhecer” (Benelli, 2023), organizado e orientado pelo Dr. Silvio José Benelli. Essa perspectiva assume um posicionamento de superação da ruptura entre saber-fazer produzida pela divisão do trabalho, tal como ela se encontra instituída na sociedade capitalista. O DI é operado pelo trabalhador-intercessor com estratégias que podem possibilitar a superação da dicotomia entre aqueles que pensam e aqueles que executam. As produções sobre o DI estão sendo elaboradas também no contexto

do Laboratório Transdisciplinar de Intercessão-Pesquisa em Processos de Subjetivação e "Subjetividades Saúde" (LATIPPSS) da UNESP[7].

Ao longo do desenvolvimento do doutorado, em conjunto com nosso orientador e com as diversas experiências compartilhadas pelos colegas do LATIPPSS, encontramos no DI a possibilidade de operar na práxis[8], inspirados, orientados, avisados, prevenidos e precavidos pelo Materialismo Histórico de Marx, pela Psicanálise do campo Freud e Lacan, pela Análise Institucional (AI) de Lourau e Lapassade, pela Filosofia da Diferença de Deleuze e Guattari e por Foucault sobre instituições na Sociedade Disciplinar e na Sociedade de Segurança, incluindo a relação de poder. Esse conjunto de dimensões conceituais-teóricas se constituem para o DI como ferramentas teórico-técnicas, éticas, políticas e socioterritoriais que podem ser táticas e estratégicas para que possamos criar práticas, desenvolver ações e justificar o que estamos tentando fazer no plano da práxis. Esses serão intercessores conceituais importantes para a produção da problematização da nossa práxis.

Os primórdios da ciência moderna demarcaram a produção de uma dicotomia em torno do saber-fazer, descolando a teoria da prática, rompendo com a práxis, de modo que a teoria – como conhecimento científico cristalizado em livros – passou a existir desarticulada da prática. A partir do Modo Capitalista de Produção (MCP), consolidou-se a divisão do trabalho, gerando a diferenciação entre o fazer e o pensar (Andrade, 2011; Mexko, 2017; Pinto, 2019; Souza, 2015, 2016).

Buscamos radicalizar nossos trabalhos de formação com os trabalhadores da AS por meio do DI. Identificamos que o DI pode contribuir para que os trabalhadores repensem o próprio fazer e os processos instituídos a partir de um processo dialético.

---

[7] O Dispositivo Intercessor consiste numa formulação original do Prof. Dr. Abílio da Costa-Rosa, docente do Departamento de Psicologia Clínica e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Sociedade da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, São Paulo, infelizmente falecido em 26/11/2018. A "Carta de fundação do Laboratório Transdisciplinar de Intercessão-Pesquisa em Processos de Subjetivação e "Subjetividadessaúde" (LATIPPSS)" escrita pelo Prof. Abílio, bem como trabalhos inéditos sobre o tema foram publicados num número especial da Revista de Psicologia da UNESP organizado pelo coletivo do Laboratório. Cf. em: http://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/issue/view/88. Há várias intercessões-pesquisas orientadas por Costa-Rosa que se plasmaram em dissertações de mestrado e em teses doutorado, em artigos científicos e em trabalhos apresentados em congressos. O Dr. Silvio José Benelli continua trabalhando com o DI, compondo um grupo de trabalhadores que desenvolvem intercessões-pesquisa nas diferentes áreas da Saúde, da Saúde Mental, da Assistência Social e da Política Nacional para Crianças e Adolescentes.

[8] "A práxis pressupõe um fazer autônomo, desenvolvido pelo exercício da cidadania e pela consciência do que se está fazendo, o que se difere da aplicação de conhecimento (Castoriadis, 2000). Podemos pensar a práxis como a [...] *ação pensada e teoria praticada* [...]" (Benelli, 2022, p. 181).

Nós nos apropriamos do DI a partir do lugar de trabalhador-intercessor que já ocupávamos, uma vez que já estávamos inseridos num dado estabelecimento no qual desenvolvíamos nossa atuação profissional. Foi necessário como trabalhador-intercessor tentar me posicionar a partir de uma ética que possibilitasse a produção de saber inerente a todo fazer. É preciso lembrar que o DI opera com a ética do sujeito, incluindo nessa relação o inconsciente, que advém do campo teórico de Freud e Lacan.

A posição intercessora que buscávamos na práxis nos foi possível em alguns momentos nos quais tentamos operar como analista nos posicionando a partir de uma "douta ignorância" em que suspendemos nosso próprio conhecimento, uma vez que nosso conhecimento poderia não servir para o outro que terá de produzir/mobilizar o saber sobre si mesmo. De acordo com Souza (2015, 2016) o trabalhador-intercessor pode assumir algumas estratégias, tais como: a interrogação, sublinhamentos, assinalamentos, escansões, proposições, dentre outras. Essas táticas possibilitam a promoção dos processos desejantes no coletivo de trabalho que atua num dado estabelecimento.

Utilizamos os estudos sobre o DI de Costa-Rosa (2008, 2019), Costa-Rosa e Garcia (2018) e também de outras produções desenvolvidas pelos trabalhadores intercessores do LATIPPSS, que inclui as contribuições do Prof. Dr. Silvio José Benelli e de tantos outros trabalhadores-intercessores (Benelli, 2014; Costa-Rosa, 2019; Costa-Rosa; Garcia, 2018; Andrade, 2013; Fiochi, 2015; Galiego, 2013; Garcia, 2013; Goto, 2018; Martini, 2010; Mexko, 2017; Miranda, 2011; Paes, 2014; Pereira, 2011; Périco, 2014; Santos, 2011; Shimoguiri, 2015; Souza, 2015; Stringheta, 2007).

O LATIPPSS liderado pelo Dr. Silvio José Benelli e o seu grupo de orientandos vêm buscando operar com o DI na perspectiva da crítica ao saber disciplinar, vertical, hierarquizado e hegemônico que predomina nas instituições acadêmicas, com algumas exceções. Dentre as pesquisas já publicadas pelo grupo destacam-se as produções do professor Benelli (Benelli; Costa-Rosa, 2013a, 2013b; Benelli, 2014, 2016, 2019) e algumas teses e dissertações produzidas sob sua orientação, defendidas recentemente (Penariol, 2017; Souza, 2019; Proença, 2020; Shimoguiri, 2020; Tonon, 2021; Mexko, 2021, Vieira, 2023; Monghine, 2024). A maioria dessas intercessões foram desenvolvidas no campo da Saúde Mental, com algumas produções na área da Assistência Social, o que demonstrava ainda pouca apropriação

do DI no campo da práxis dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O DI foi desenvolvido em dois momentos, sendo o primeiro caracterizado pela realização da intercessão propriamente dita. Essa foi realizada pelo trabalhador-intercessor a partir da adoção de estratégias que possibilitaram, em alguns momentos, a problematização e a tomada de consciência do *modus operandi* da equipe de trabalhadores sobre sua própria práxis. A partir da tomada de consciência da práxis propusemos a mobilização do não-saber inconsciente, dos conhecimentos e das práticas, buscando problematizar o fazer-saber abrindo um campo dialético de análise. A posição de intercessão refere-se a tentativa, a partir de ações, de transpor a realidade objetiva ou a razão econômica para uma práxis intercessora. Isso quer dizer que a intercessão propõe potencializar o fazer-saber a partir de determinados elementos teórico-técnicos e ético-políticos (Souza, 2016).

O segundo momento da nossa intercessão-pesquisa, denominado de Dispositivo Intercessor como Modo de Produção de Conhecimento (DIMPC), refere-se ao momento de elaboração teórica sobre a práxis da intercessão que vivenciamos, a sistematização e produção desse ensaio que estamos apresentando (Souza, 2016). Ainda durante a intercessão-pesquisa construímos o diário de intercessão que teve como objetivo sistematizar as reflexões sobre a nossa própria práxis. Entendemos que esse momento ainda não era o da pesquisa, pois o diário se constituiu como um horizonte para orientar e reorientar as intercessões, permitindo sistematizar a autoanálise sobre o que estávamos fazendo, nos indagando e nos reposicionando na práxis (Souza, 2016).

A partir do DI pretendíamos desenvolver um trabalho transdisciplinar e produzir uma crítica ao modo naturalizado e coisificado que, baseado na dicotomia entre o saber e o fazer, reduz o trabalhador social a um tarefeiro e o sujeito de direitos a um objeto de intervenção. Queríamos contribuir para a criação de condições institucionais que fomentassem um trabalho dialético de articulação do saber-fazer como práxis, problematizando a inclusão funcional dos sujeitos sociais no MPC.

Com o DI tentamos produzir um saber-fazer singular que pudesse gerar sentido para os sujeitos interessados e implicados na construção de respostas próprias para seus problemas e demandas. Como trabalhador-intercessor buscamos assumir um posicionamento que contribuísse com o fomento da autonomia dos sujeitos na produção de seus próprios saberes para operar na práxis.

Nosso trabalho com processos de formação de trabalhadoras e trabalhadores da AS consistia na realização de supervisões técnicas, cursos formativos e assessorias junto às equipes dos diversos estabelecimentos socioassistenciais. Nesses processos, era comum, após o encerramento das atividades dos encontros, realizarmos alguns autoquestionamentos sobre os efeitos das ações realizadas por mim enquanto trabalhador que ocupava esse lugar de formação de outros trabalhadores. Os autoquestionamentos partiam da indagação sobre os efeitos éticos e políticos do nosso trabalho.

Partimos da concepção de que nossas ações não são neutras, uma vez que possuem efeitos éticos e políticos nos sujeitos. O MCP cindiu o saber e o fazer no trabalho. Essa lógica também se reproduz na dimensão do trabalho na AS. Então, como desenvolver um trabalho que não reproduza o MCP enfrentando as desigualdades sociais, de raça/etnia e gênero e que possa superar dialeticamente a dicotomia entre saber-fazer-poder?

A busca pelo posicionamento crítico diante da realidade e dos problemas inerentes às demandas do trabalho nos levou à procura de estratégias mais avisadas e precavidas para o enfrentamento do capitalismo, bem como de suas expressões nos trabalhadores e sujeitos atendidos nos estabelecimentos socioassistenciais, tal busca é orientada ao fortalecimento das lutas sociais[9]. De acordo com Marx (2017, p. 892-893):

> [...] O principal mérito da economia clássica é o de ter dissolvido essa falsa aparência, essa empulhação, essa autonomização e ossificação recíprocas dos diferentes elementos sociais da riqueza, essa personificação das coisas e essa reificação da relações de produção, essa religião da vida cotidiana, ao reduzir os juros a uma parte do lucro e a renda ao excedente sobre o lucro médio, de maneira e ambos passam a coincidir no mais-valor; com isso, ela representa o processo de circulação como mera metamorfose das formas e, por último, no processo direto de produção, reduz o valor e o mais-valor das mercadorias ao trabalho. Ainda assim, mesmo seus mais destacados representantes, como não poderia deixar de ser do ponto de vista burguês, continuam mais ou menos prisioneiros do mundo da aparência que sua crítica extingue e, por isso, recaem todos eles, em maior ou menor grau, em inconsequências, semiverdades e contradições irresolvidas.

[9] As lutas sociais se constituem de ações que buscam confrontar o poder que se exerce como abuso e opressão para a manutenção da exploração capitalista. Foucault (2022, p.141) em diálogo com Deleuze em os “Intelectuais e o Poder” disse: “[...], mas, se é contra o poder que se luta, então todos aqueles sobre quem o poder se exerce como abuso, todos aqueles que o reconhecem como intolerável, podem começar a lutar onde se encontram e a partir de sua atividade (ou passividade) própria. E iniciando esta luta - que é a luta deles – de que conhecem perfeitamente o alvo e de que podem determinar o método, eles entram no processo revolucionário. Evidentemente como aliados do proletariado [...]”.

As demandas existentes nos processos de formação eram constituídas por meio das contradições presentes no discurso institucional da AS e pelas operações realizadas pelos trabalhadores nos estabelecimentos socioassistenciais. A AS em seu discurso oficial se posiciona para o enfrentamento da desigualdade social por meio de programas, projetos, serviços e benefícios, por intermédio da garantia do direito, da participação e da cidadania, porém as suas formas estabelecidas se contradizem, seja pela precarização dos serviços tipificados – isso assumido, inclusive, com a quantidade insuficiente de trabalhadores concursados – optando-se pela terceirização, essa frequentemente camuflada pelo discurso da complementaridade. Além disso, são encontradas outras tantas formas de inconsistências oriundas da precariedade dos recursos materiais e financeiros para a criação de condições materiais mínimas para o desenvolvimento do trabalho.

Desde a criação da AS e de toda sua regulamentação institucional, identificamos que a Política de Assistência Social sofre os efeitos políticos e éticos das ações governamentais neoliberais, produzindo a contradição entre o que assumiu em seu discurso oficial e as práticas sociais operadas pelos trabalhadores nos estabelecimentos socioassistenciais.

> A/o beneficiária/o do PTRC não tem voz, não tem espaço de manifestação em nenhuma instância, deve se manter em fila e nunca em círculo, sua mobilidade está em cumprir condicionalidades, isto é, ser disciplinada/o. Não conta com canal de comunicante entre os entes federativos e as/os beneficiárias/os. A linguagem é sistêmica, digital, de formato descendente e não relacional. Não se conta no CRAS com disponibilidade de trabalhadores para incluir as famílias beneficiárias no Serviço de Atenção Integral a Família (PAIF) (Sposati; Meira, 2023, p.48).

O não diálogo e a não inclusão dos beneficiários de programas de transferência de renda no PAIF que significaria, no discurso oficial da AS, o desenvolvimento de um trabalho com eles e suas famílias de acompanhamento, portanto mais mediado e não pontual, produz uma dissociação entre benefício e serviço socioassistencial, contrariando a própria orientação da AS de que não deve existir concessão de benefício ao sujeito sem a sua inclusão em um serviço, sobre o risco de reduzir o Trabalho Social a uma prática assistencialista.

De acordo com Sposati e Meira (2023) o Programa Governamental de Transferência de Renda sob Condicionalidades (PTRC) não deve ser assumida como prática benevolente do Estado, sendo designada para os sujeitos denominados

vulneráveis. Isto porque tal ação entraria em conflito com as concepções oriundas da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) (Brasil, 1993) que regulamentou a AS como um dos tripés da Seguridade Social garantida pela Constituição Federal (Brasil, 1988) como direito de todo e qualquer cidadão, sendo o Estado responsável em promover as ações de Proteção Social.

As contradições no campo institucional da AS produzidas pelas ações macropolíticas e micropolíticas geram efeitos no Trabalho Social, enfraquecem a organização dos trabalhadores implicados com as lutas sociais e produzem dicotomias nas práticas sociais típicas do MCP.

Na tentativa de fortalecer o enfrentamento do MCP na AS tentamos nos apropriar do DI como estratégia de trabalho e análise, por reunir um conjunto de estratégias que podem ser operadas para contribuir com a organização de um trabalho coletivo, autogestivo e crítico ao *modus operandi* do cotidiano dos estabelecimentos socioassistenciais, para o que nos inspiramos em Marx:

> Em contrapartida, é natural que os agentes reais da produção se sintam plenamente à vontade nessas formas estranhadas e irracionais de capital-juros, terra-renda, trabalho-salário, pois elas constituem precisamente as configurações da aparência em que tais agentes se movem e com as quais lidam todos os dias. Por isso, é também natural que a economia vulgar, que não é nada além de uma tradução didática, doutrinária em maior ou menor grau, das concepções correntes dos agentes reais da produção, nas quais ela introduz certa ordem inteligível, encontre precisamente nessa trindade, na qual está extinto todo nexo interno, a base natural e indubitável de sua altivez trivial. Ao mesmo tempo, ao proclamar e elevar à qualidade de dogma a necessidade natural e a legitimação eterna de suas fontes de rendimentos, essa fórmula corresponde ao interesse das classes dominantes (Marx, 2017, p.892-893).

O trabalhador da AS, ao se naturalizar com as práticas disciplinares, não problematiza criticamente a realidade sócio simbólica da formação social capitalista e nem a realidade da formação subjetiva dos sujeitos, contribuindo, desse modo, com os interesses das classes dominantes. Ao ignorar a demanda social e a demanda individual como campo de trabalho para o fortalecimento das lutas sociais contra o capitalismo, o trabalhador reproduz a lógica mercadológica no Trabalho Social

Nosso encontro com o DI ocorreu pelo ingresso no curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UNESP. Em contato com as produções, reflexões e contribuições do professor Dr. Silvio José Benelli, nosso orientador, e de diversos colegas, buscamos ao longo desse período construir nosso posicionamento intercessor nas experiências de trabalho. O campo de análise dessa

Intercessão-Pesquisa foi oriundo da nossa própria práxis tomada como campo de trabalho e busca pelo desenvolvimento de intercessões e, em um segundo momento, da produção de conhecimento sobre a própria práxis. Para tal análise utilizamos algumas ferramentas como os diários de intercessão, registros, relatórios, dentre outros documentos articulados com as minhas memórias.

Trabalhar com o DI foi uma escolha ética e política diante da realidade social que pretendíamos modificar, sendo uma tentativa de confrontação aos processos capitalistas instituídos na instituição da AS. Isso exigiu de nós uma estratégia robusta e complexa que pudesse, de fato, contribuir para o nosso posicionamento diante da realidade também complexa.

Como o nosso trabalho não se produz de modo linear, nem sempre encontramos as condições necessárias à posição intercessora para confrontar ações que contribuam para a permanência da mesmice, da reprodução social e da manutenção da desigualdade. Mas, em algumas brechas institucionais, foi possível o nosso posicionamento intercessor contribuindo para o desenvolvimento da crítica, da não objetificação do sujeito e da organização dos sujeitos para o enfrentamento aos problemas de seus cotidianos.

Neste ensaio, apresentaremos o DI como modalidade de trabalho, campo conceitual e analítico que nos orientou ao longo da realização dessa Intercessão-Pesquisa, e também a análise crítica de algumas experiências do trabalho que realizamos por meio de processos de formação dos trabalhadores na AS, bem como nossa busca pela posição intercessora nas brechas institucionais para a confrontação do MCP, buscando contribuir para a organização dos trabalhadores na luta de classes sociais.

O trabalho de fortalecimento das lutas sociais envolve construir uma rede de diálogos entre os trabalhadores, escutando os acontecimentos relatados pelos sujeitos e problematizando as contradições e as negações presentes nas práticas dos trabalhadores que se expressam pelas desigualdades para além da renda, incluindo as expressões de gênero e raça que marcam os sujeitos por meio de violências, exclusões e mesmo extermínio dos povos afrodescendentes, periféricos e vulneráveis.

O DI se localiza na dimensão transdisciplinar e acreditamos que a transdisciplinaridade foi uma exigência para a nossa lida com os problemas oriundos do próprio trabalho. Não escolhemos a transdisciplinaridade por acaso. Nosso

questionamento era: estaríamos lidando com problemas complexos de modo ingênuo, sem calcularmos os efeitos do nosso trabalho? Para responder tal questionamento, trabalhamos com uma diversidade de campos conceituais, éticos e políticos tomando diferentes contribuições para a construção de uma grade analítica que nos possibilita compreender a realidade institucional da AS.

Buscamos articular as diferentes contribuições epistemológicas de um conjunto de autores, mas estamos avisados dos seus limites e diferenças. Não nos ocupamos em problematizar essas diferenças e muitos menos equacioná-las, mas sim em articular diferentes contribuições que possam se constituir como uma potência e força para a luta de classes.

Com o DI procuramos realizar outro modo de trabalho nos processos formativos dos trabalhadores da AS. A Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) se constituiu como um campo de trabalho no qual muitos trabalhadores procuram empresas de assessoria que ofertam ações formativas diversas, que tenham como público prioritário os seguintes estabelecimentos socioassistenciais: o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), o Acolhimento Institucional etc. As ações desenvolvidas por esses trabalhadores eram constituídas por tentativas de responder às encomendas[10] que carregavam de modo implícito as demandas decorrentes dos problemas oriundos do cotidiano do trabalho. Dessa forma, efetuamos uma progressiva apropriação do DI e da AI, bem como dos desafios, onde as condições nem sempre eram favoráveis para a intercessão. Assim, a partir dos nossos esforços em construir uma perspectiva paradigmática sobre a AS que nos possibilitassem uma vivência intensa do processo de qualificação das nossas práticas constituídas pelos desafios que o nosso posicionamento produzia frente aos problemas identificados na realidade social, buscamos nos posicionar no cotidiano dos processos formativos de modo que esses corroborassem com a nossa práxis.

[10] Lourau (1995) problematiza que toda forma social se constitui de uma unidade funcional que na perspectiva de Hegel sobre singularidade, se forma de um modo negativo. A encomenda corresponde a solicitação explícita pelo grupo-cliente do trabalho a ser realizado pelo analista institucional. Por meio de sua problematização junto ao grupo-trabalhadores, o analista opera tentando explicitar a demanda que estava oculta, a parte negativa da encomenda que poderá emergir a partir da sua problematização junto ao coletivo de trabalhadores e não apenas ao grupo-cliente que solicitou o trabalho.

Nosso posicionamento se constituiu em localizar as oportunidades para que pudéssemos desenvolver intercessões[11] que pudessem mobilizar o saber-fazer para forjar a práxis nas equipes. Consideramos que a intercessão representa uma possibilidade para qualquer trabalhador que busca operar na AS, caso ele vise produzir efeitos éticos e políticos singularizados a partir de certa implicação com o trabalho que realiza, adotando a perspectiva do DI. Entendemos que as ações de Educação Permanente que são ofertadas pelas empresas produzem nos trabalhadores efeitos éticos e políticos que ainda podem estar atrelados ao fortalecimento das forças instituídas e a manutenção das desigualdades sociais. Entendemos que não existia problematizações sobre gênero e raça no discurso oficial da AS, isto é, nos documentos instituidores desse campo institucional (Leis, Resoluções, Portarias, Decretos, Cadernos temáticos de orientação técnica). Em contradição a ausência do discurso sobre identidade racial, percebemos em nossas idas aos estabelecimentos uma notável presença de sujeitos afrodescendentes, configurando como um expressivo público da AS.

Iremos apresentar algumas experiências de intercessão relacionadas aos processos formativos dos trabalhadores da AS que desenvolvemos por meio de assessorias, supervisões e formações dos estabelecimentos socioassistenciais tais como Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centro Pop, Redes de Proteção ou estabelecimentos, Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e Grupo de Trabalho.

Nossa aproximação com os elementos teóricos-assistenciais, técnicos-assistenciais, jurídicos-políticos, socioculturais e éticos do DI possibilitou que fôssemos, ao longo de nossas práticas de formação junto aos trabalhadores da AS, forjando estratégias de subversão à lógica disciplinar que estaria presente nas ofertas mais comuns de Educação Permanente do SUAS, inclusive em nossas próprias práticas como assessor.

[11] A intercessão foi um conceito para nomear estratégias de posicionamento na prática que se contrapõem ao modo de trabalho intervencionista que produz a tutela (Costa-Rosa, 2019). Costa-Rosa inspirou-se no conceito forjado por Deleuze que assim o problematizou: “O essencial são os intercessores. A criação são os intercessores. Sem eles não há obra. Podem ser pessoas – para um filósofo, artistas ou cientistas; para um cientista, filósofo ou artistas – mas também coisas, plantas, até animais, como em Castañeda. Fictícios ou reais, animados ou inanimados, é preciso fabricar os seus próprios intercessores” (Deleuze, 1992, p. 156).

A lógica disciplinar do trabalho reproduz os processos instituídos nos estabelecimentos sociais e tendem a reprodução social. De acordo com Althusser (2023, p.82):

> Somos levados a formular a hipótese a seguir, em função mesmo da diversidade dos aparelhos ideológicos de Estado em seu papel único, ainda que comum, de reprodução das relações de produção. Enumeramos, nas formações sociais capitalistas contemporâneas, um número relativamente elevado de aparelhos ideológicos de Estado: o aparelho escolar, o aparelho religioso, o aparelho familiar, o aparelho político, o aparelho sindical, o aparelho de informação, o aparelho cultural etc.

Foucault (2022) não se propõe a "[...] delimitar os efeitos do poder no nível da ideologia" (p. 238). Para o autor seria mais materialista "[...] problematizar o corpo e os efeitos do poder sobre ele" (Foucault, 2022, p. 238). A disputa de forças e poder precisa ser confrontada no campo das lutas sociais, pois para o fortalecimento das lutas sociais, não se pode excluir, como no esforço estruturalista, os acontecimentos. Como transversalizar essa lógica? Se não conseguirmos sustentar uma posição intercessora o tempo todo, assim como ocorre também na posição de analista, devemos, rizomatizar, no confronto de forças, construir as linhas de fuga (Deleuze; Guatari, 2000).

Se todos os estabelecimentos se constituem como dispositivos de subjetivação, como problematizar as subjetividades que estão sendo produzidas nos estabelecimentos socioassistenciais? Poderia o DI contribuir para que os trabalhadores se organizassem para a produção de subjetividades coletivas que potencializassem as lutas de classe social, gênero e raça/etnia?

Os trabalhadores assessores que operam com processos de formação dos trabalhadores da AS vivenciam exigências para que ocupem a posição de especialista nos processos formativos. A posição de especialista se assemelha a posição do mestre conforme mencionado por Lacan (1992) no Seminário "Avesso da Psicanálise". De acordo com o autor, o discurso do mestre se constitui pelo discurso do governo e da lei. Nesse discurso o outro, receptor da lei, recebe tal saber que não deve ser questionável, dirigido pelo mestre, que está submetido a lei e o submete à mesma obediência.

Na posição de mestre, o trabalhador, posicionado como especialista, busca produzir uma verdade. Outrossim, essa posição, inicialmente, é assumida por nós nos processos de formação ou mesmo em uma análise. Como estamos vivenciando o

capitalismo, nos parece coerente essa lógica, na qual os trabalhadores exijam do trabalhador supervisor a posição de saber. Nosso trabalho, consciente dessa posição, é interceder para que possamos nos movimentar em direção a mudança da posição do discurso. A mudança do discurso pode ocorrer tanto pela identificação e explicitação da contradição institucional ofertada pelo confronto ao instituído, quanto pela ruptura e fomentação de outras conexões e intervenções dos trabalhadores. Essa alteração discursiva proporciona que nos movimentemos para a posição de intercessor.

No caso dos processos formativos, por nós desenvolvidos, não foi diferente. De modo desavisado algumas vezes acabamos por buscar corresponder às expectativas dos trabalhadores que nos faziam as solicitações de formação dos trabalhadores sociais, sem problematizar as encomendas, sentindo que isso era uma obrigação inerente ao trabalho de assessoria, sem calcular os efeitos éticos e políticos que nossas práticas poderiam gerar nos trabalhadores e nos sujeitos atendidos por eles. Diante dessas reflexões nos questionamos: os processos de formação dos trabalhadores são todos iguais? Como operar com processos de formação dos trabalhadores a partir do DI?

Pretendemos apresentar neste ensaio algumas experiências de nossa intercessão-pesquisa buscando problematizá-las criticamente. A intenção é discutir nosso próprio modo de operar, enquanto formador de outros trabalhadores sociais.

Do lugar de trabalhador buscamos as brechas institucionais para que pudéssemos confrontar as forças instituídas nos estabelecimentos socioassistenciais e estimular as forças pulsantes instituintes presentes na equipe de trabalhadores e nos sujeitos atendidos por eles. Apresentaremos algumas cenas das nossas experiências.

As experiências de intercessão-pesquisa que realizamos referem-se aos processos de formação que desenvolvemos junto aos trabalhadores da AS em dois municípios do interior do estado de São Paulo, ao longo dos anos de 2020 e 2023.

Alguns desses processos formativos tiveram o seu início antes do nosso ingresso no doutorado. O processo de desenvolver a intercessão não foi linear e nem sempre houve as condições necessárias para operarmos a partir de uma posição intercessora. Todas as cenas e experiências que apresentaremos são oriundas dos estabelecimentos sociais de dois municípios escolhidos para essa problematização. Organizamos os relatos sobre nossas intercessões, nos estabelecimentos

socioassistenciais, os relacionando com as denominações de municípios A e B. Além da escrita dos Diários de Intercessão, ao longo do desenvolvimento do trabalho junto aos trabalhadores dos estabelecimentos socioassistenciais, produzimos alguns documentos como relatórios, fluxogramas, estudos, problematização de analisadores, que consideramos como registros das ações desenvolvidas.

Neste ensaio procuramos analisar criticamente os processos de formação que desenvolvemos nos municípios com os trabalhadores da AS dos seguintes estabelecimentos socioassistenciais: três CRAS e um CREAS (município A); e dois CREAS, um Centro POP, duas OSCs executoras da AS, um Grupo de Trabalho da Proteção Social Especial (PSE) e uma formação aos trabalhadores da PSE (município B).

O interesse em analisar criticamente as práticas operadas nesses municípios se constitui pela possibilidade de problematizarmos o que estávamos desenvolvendo no âmbito dos processos de formação dos trabalhadores da AS, num tempo inicial ainda sem o referencial do DI. Incluímos a análise do nosso processo de apropriação do DI e tentativas de nos reposicionarmos na prática com as ferramentas conceituais-teórica, éticas e políticas do DI para a produção de outro modo de trabalho com os processos formativos dos trabalhadores da AS.

Devido à complexidade presente no âmbito do Trabalho Social da AS buscamos apresentar algumas cenas das experiências dos processos de formação dos trabalhadores buscando abarcar as relações de poder e seus efeitos.

Este ensaio está organizado em uma primeira parte em que buscamos apresentar a nossa apropriação do DI como estratégia de trabalho e análise; uma segunda parte em que apresentamos cenas das experiências de intercessão-pesquisa nos municípios; e por último, analisamos criticamente as nossas experiências de intercessão-pesquisa apontando alguns analisadores para o trabalho com o DI.

Acreditamos que a análise crítica da nossa prática e dos momentos nos quais ela pode ter alcançado o estatuto da práxis pode contribuir para que outros trabalhadores que também operam com processos de formação dos trabalhadores da AS e buscam a transformação social do MCP, se inspirem na tentativa de confrontação dos processos instituídos na AS que reproduzem e mantêm as desigualdades sociais.

2. O desenvolvimento da intercessão-pesquisa

A Intercessão-Pesquisa se constitui como um modo de produção de conhecimento científico a partir da própria práxis, sendo que o trabalhador-intercessor se posiciona de modo crítico com relação ao modo de produção de conhecimento da instituição universidade.

Avisados quanto ao modo disciplinar e positivista de produção de conhecimento científico, a nossa Intercessão-Pesquisa está ancorada no DI como estratégia de trabalho, de análise e pesquisa. O DI se constitui por um conjunto de estratégias que podem contribuir para o enfrentamento da dicotomia entre saber e fazer, no cotidiano do trabalho. Essa dicotomia foi acirrada pelo MCP, em que o trabalhador foi transformado em um operador/executor de ações, sem tempo previsto no trabalho, para pensar sobre o que está fazendo e os efeitos do seu trabalho. Essa última tarefa ficou designada aos trabalhadores que ocupam cargos de gestão, tais como coordenador, supervisor, assessor, gerente, encarregado, chefe de setor, dentre outras nomenclaturas existentes nos diversos estabelecimentos socioassistenciais. O DI consiste numa estratégia robusta e complexa que pode contribuir para a superação dialética dessa dicotomia entre saber-fazer, a partir do desenvolvimento de intercessões que contribuam para a produção do saber na prática, possibilitando em alguns momentos o trabalho na práxis.

O DI foi desenvolvido em nossa Intercessão-Pesquisa, por meio de dois momentos. No primeiro momento buscamos, a partir dos trabalhos de formação dos trabalhadores que já vínhamos desenvolvendo, problematizar criticamente o nosso trabalho, buscando condições para que pudéssemos operar com a posição intercessora. Já no segundo momento, denominado DIMPC, buscamos analisar criticamente a nossa práxis vivenciada nos estabelecimentos socioassistenciais para a produção de conhecimento.

2.1. O Dispositivo Intercessor (DI) como estratégia de trabalho na práxis

A partir do DI buscamos desenvolver um trabalho que pudesse produzir uma crítica ao modo naturalizado e coisificado da forma de trabalho disciplinar que, baseado na dicotomia entre o saber e o fazer, reduz o trabalhador social a um tarefeiro e o sujeito de direitos a um objeto de intervenção por meio do Trabalho Social.

Queremos contribuir para a criação de condições institucionais que fomentem um trabalho dialético na articulação do saber-fazer como práxis, problematizando a inclusão meramente funcional dos sujeitos sociais na AS.

O trabalhador-intercessor por meio do DI opera com algumas ferramentas na busca por oportunidades de produção de um saber-fazer singular que contribua para que os sujeitos interessados e implicados promovam respostas próprias para seus problemas e demandas. Como trabalhador-intercessor tentamos assumir um posicionamento que fomentasse a autonomia do sujeito e a organização coletiva para a produção dos seus próprios saberes na dimensão da práxis.

Podemos por meio da captação das brechas institucionais buscar nos posicionar como intercessor, na tentativa de contribuir para que os sujeitos entendam e compreendam quais são as possibilidades e as oportunidades no cotidiano do trabalho para fortalecer as forças instituintes. Nos processos de formação dos trabalhadores da AS procuramos criticar a administração do acesso aos direitos sociais por meio da AS e identificar as inadequações cotidianas como oportunidades/brechas para promover a transformação desejada. Isso significa problematizar coletivamente a dicotomia entre as verdades do sujeito e a verdade dos relatórios, o vínculo entre o trabalhador e o sujeito, operando em rede, não para enredar os sujeitos e reduzi-los a posição de objeto, mas para fomentar a criação de processos de produção de subjetividades singularizadas implicadas com a transformação social das desigualdades sociais e do MCP na AS.

Pensando no contexto neoliberal, quais são os espaços existentes para operarmos com o DI? Ao analisarmos a relação entre os pobres, território e Estado, nos questionamos se os estabelecimentos socioassistenciais são locais de promoção de cidadania ou de segregação. No tempo histórico da produção das diferentes formas de segregação social no Brasil foi possível observar a tentativa de expulsão das populações chamadas de vulneráveis dos centros urbanos.

Embora a presença feminina e afrodescendente esteja presente nos estabelecimentos socioassistenciais como público atendido percebemos uma ausência dessa problematização pelos trabalhadores. Essa ausência ou negação da consideração a respeito da expressão racial e de gênero na AS também foi discutida por Costa (2017, p. 227):

> De todo modo, diante de uma presença negra constante, poder-se-ia dizer que seria impossível, então, tais profissionais negarem o corpo negro como

> elemento mais presente no serviço. Mas, embora o corpo negro seja um dado e que por meio dele se transmita determinada mensagem, não necessariamente esta mensagem tomará este próprio corpo como dado central. Isso pôde ser visto na forma como se deram as descrições dos(as) assistentes sociais e psicólogos(as), que praticamente não situaram a raça/cor dos (as) atendidos(as) pelo serviço. Ou seja, ao mesmo tempo que o corpo veicula uma série de significações calcadas na produção de um imaginário social sobre o negro, ele também é negado.

As práticas sociais desenvolvidas ao longo da história do Brasil, e que ainda estão presentes, podem ser denominadas de Tecnologia Social do Trabalho Social. As práticas sociais são constituídas de ações tais como discussão de caso, visita domiciliar, ações de busca ativa, dentre outras, que podem ser utilizadas como mecanismo de controle, mas também podem ser subvertidas por meio do DI, quando ele é adotado como princípio ético e político e se torna presente nas práticas dos trabalhadores nos territórios.

A partir de nossa análise sobre os aparatos institucionais do trabalho presentes no documento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (Brasil, 2004) ressaltamos a necessidade premente de reavaliar e transformar as estruturas institucionais que regem a AS. Destacamos a urgência de promover a aprendizagem historicizada e coletiva para fomentar a implicação de cada trabalhador com práticas singularizadas que podem contribuir para produzir outros efeitos éticos e políticos.

O DI foi uma forma de fabricar o agir e a ação política como transgressão dos limites institucionais, pois possibilita ir além das práticas sociais automatizadas e repetitivas, especialmente em contextos de ordem antidemocrática.

Destacamos a capacidade dos sujeitos de produzirem o conhecimento necessário para abordar suas problemáticas, quando se autorizam a questionar as forças instituídas e assim gerar novos sentidos a partir das experiências cotidianas. Propomos operar contribuindo para a superação das contradições e impasses e para a multiplicação de novos sentidos a partir de conexões que podem potencializar as ações, com foco na transformação por meio do entendimento mais complexo das realidades vivenciadas.

Para operarmos a partir do DI com as equipes de trabalhadores buscamos nos posicionar como intercessor a partir de algumas estratégias que podem ser denominadas de táticas mínimas necessárias, adotando o trabalho coletivo como dispositivo de produção social.

A subversão do modo disciplinar do Trabalho Social pressupõe organizarmos o trabalho de modo coletivo, pautado pela perspectiva da autoanálise[12] e da autogestão[13], categorias chave da AI, de forma que as equipes de trabalhadores pudessem adotar posicionamentos políticos e éticos que lhes permitissem discernir os discursos explícitos e não explícitos que contribuem com a manutenção do MCP.

O posicionamento crítico dos trabalhadores sociais frente a realidade problemática pode gerar uma implicação com a realidade psíquica dos usuários-sujeitos, possibilitando movimentos em direção da produção de sentidos sobre a realidade social e também o desenvolvimento de ações que buscam o enfrentamento das desigualdades sociais no horizonte de sua transformação.

Na relação com os trabalhadores podemos identificar os discursos explícitos, mas também o modo negativo dos discursos, explicitando-os quando das brechas institucionais para a produção de saber. Todo trabalho inclui uma simultânea produção de saber e de conhecimento, que podemos chamar de autoconhecimento, isto é, o saber pela e na práxis. O trabalhador-intercessor-pesquisador busca saber da práxis na práxis e saber sobre o saber na práxis (Benelli, 2020).

O DI refere-se a um conjunto de estratégias transdisciplinares construído para que os trabalhadores possam operar no trabalho para resistir, subverter, elaborar, metabolizar e se posicionar, com base em uma ética intercessora, na perspectiva da transformação da realidade por meio da produção de práticas de Trabalho Social singularizadas.

Avaliamos que para enfrentar as desigualdades sociais na AS precisamos nos posicionar de outro modo, operando com práticas sociais em uma perspectiva ampla e transdisciplinar, pois os problemas sociais decorrentes das desigualdades sociais são complexos e exigem tratativas também complexas para a não reprodução de processos disciplinares que contribuem para a manutenção do MCP.

A nossa experiência sobre os processos de formação de trabalhadores sociais, a partir da apropriação do DI, evidencia que conceber somente o sujeito social e o sujeito político podem gerar efeitos lacunares, que em última análise, por não se

---

[12] Autoanálise: “Reger-se por si mesmos, dando sua própria definição dos problemas” (Baremblitt, 1996, p. 90). Trata-se de um processo em que o sujeito busca produzir uma crítica a sua própria práxis. Seu contrário consiste na heteroanálise, realizada pelo especialista externo.

[13] De acordo com Baremblitt (1996) autogestão refere-se ao movimento de sujeitos, organizados em grupo, que buscam gerenciar e resolver os próprios problemas. Os trabalhos autogestivos buscam tomar as suas próprias escolhas e decisões, na posição do poder coletivo, de modo que o outro não venha decidir pelo grupo. Seu avesso é a heterogestão, ou governo do outro.

diferenciarem dialeticamente das práticas disciplinares mais comuns, tendem a fortalecer as forças hegemônicas institucionais e consequentemente a reprodução das desigualdades sociais.

Para enfrentarmos as desigualdades sociais na AS acreditamos que é necessário concebermos para além do sujeito social e político, o plano da subjetividade humana que inclui o sujeito do inconsciente. E o DI pode contribuir para esse feito ao nos permitir reconhecer a importância do sujeito inconsciente e possibilitar condições analíticas para o enfrentamento dos limites dos Trabalhos Social visando à superação do paradigma disciplinar e hegemônico na AS.

Nossa intercessão-pesquisa buscou não apenas produzir uma crítica quanto ao modo do trabalho disciplinar que está presente no cotidiano das práticas desenvolvidas por diversas equipes de trabalhadores sociais, mas também apresentar algumas dessas estratégias pautadas pelo DI para que busquemos outro posicionamento político e ético diante das demandas dos trabalhadores da AS e da população atendida por eles.

Benelli (2014, 2020, 2022) transpôs a estratégia da análise paradigmática elaborada por Costa-Rosa (2000, 2013) no âmbito da atenção à Saúde Mental, para outros campos institucionais, tais como o da política dos direitos da criança e do adolescente e o da AS. Esses trabalhos de Benelli foram inspiradores e possibilitaram condições para podermos desenvolver as práticas formativas com as equipes da AS. Com essas equipes operamos buscando enfrentar as resistências e os impossíveis do Trabalho Social, fomentando um movimento de subversão aos Paradigmas da Caridade Cristã, Filantrópico, Clientelista e Higienista, ainda presentes nas práticas realizadas pelos trabalhadores dos estabelecimentos socioassistenciais.

O DI permite trabalharmos com o campo simbólico por meio da linguagem, em que o intercessor empresta o corpo e a subjetividade, sem ter que pagar em excesso, com narcisismo e gozo (angústia ou regozijo bondoso), um dos motivos da produção do sofrimento inerente ao trabalho (Costa-Rosa, 2019).

As forças neoconservadoras se fortaleceram violentamente instituindo processos neoliberais no Brasil, no mesmo período da criação da AS como Política Pública. Para resistirmos aos processos institucionalizados que cristalizam as práticas sociais e contribuem para os processos de serialização na AS são fundamentais experiências e movimentos junto as(os) trabalhadoras(es) que contribuam para o fomento de outras práticas e posicionamentos, buscando transmutar as práticas em

práxis, no campo do atendimento e acompanhamento dos sujeitos-usuários, possibilitando a constituição do sujeito de desejo na superação dialética do sujeito objetificado pelas práticas disciplinares que normalmente são desenvolvidas pelos trabalhadores.

Acreditamos que o especialismo científico e disciplinar presentes nos processos de formação dos trabalhadores da AS se fortaleceram com o avanço neoliberal no Brasil.

De acordo com Costa-Rosa (2019, p. 50)

> Nessas circunstâncias, o sujeito, como sujeito do inconsciente, costuma aparecer apenas no seu movimento de eclipse; isto é, ele aparece para sumir imediatamente na adequação ao saber da ciência, das práticas psicológicas de suprimento, ou mesmo na adequação às práticas das diversas instituições místico-religiosas. [...] Em contrapartida, como operam as instituições do campo da SMC parametradas pelas ações do trabalhador-intercessor, diante dos acontecimentos-sujeito? Operamos com os Discursos de Lacan (1969-1970/1992), como "modos de produção", na análise dos impasses psíquicos. [...] Esse sujeito deve ser considerado como "analisando/questionando" da situação de crise que experiência; o que faz dele uma figura do sujeito barrado, sem dívida, mas uma figura particular. Trata-se de distinguir, portanto, o sujeito da transferência anônima, do sujeito que se dirige ao outro na "suposição de saber" configurando o Discurso da Histeria como tal. Este outro, no Discurso da Histeria, a que se dirige o sujeito que se queixa já está situado e é reconhecido por ele como capaz, de certo modo, de responder com a oferta.

O trabalhador-intercessor atua inspirado pela posição do analista. A posição intercessora não é fixa, depende das condições necessárias para que possamos na relação com o outro, conceber o sujeito do inconsciente, que aparece e desaparece. Há a necessidade de condições para que o trabalhador-intercessor identifique as brechas institucionais disponíveis nas práticas institucionais para que possa se posicionar como intercessor e o outro, sujeito em relação, também possa se posicionar como sujeito do inconsciente, sendo essas circunstâncias que configuram as brechas institucionais, para que possamos produzir práticas singularizadas.

Para desenvolvermos nosso trabalho de assessoria de modo não disciplinar, propomos operarmos com base na AI e na psicanálise do campo de Freud e Lacan[14],

[14] É inspirado na estratégia do analista, no discurso do analista, mais do que como pessoa de um analista, pois qualquer trabalhador poderia ocupar a posição intercessora, caso esteja avisado, e operará sem saber, inadvertidamente, na posição de analista. A partir do DI, o trabalhador-intercessor avisado se posiciona inspirado na posição do analista no plano social e subjetivo. Por meio das noções de acontecimentos-sujeito e transferência da psicanálise, o trabalhador-intercessor busca identificar impasses, sofrimentos e sintomas por meio da sua realidade psíquica consciente e inconsciente, bem como do próprio corpo pulsional, e dos sujeitos com os quais se relaciona. O intercessor atua na chamada psicanálise em intensão. Este modelo permite ocupar as brechas institucionais, oferecendo suporte e atuando como coadjuvante, "mais um" (+1), não tomando os sujeitos dos estabelecimentos socioassistenciais como objetos passivos sobre os quais intervém (Costa-Rosa, 2019).

nos posicionando a partir de uma “douta ignorância”, em que suspendemos nosso próprio conhecimento, uma vez que ele pode não servir para o outro, que terá de produzir/mobilizar o saber sobre si mesmo, abrindo caminho para mudança dos discursos e para emersão do sujeito de desejo (Freire, 1998).

Para operarmos com o DI é necessário adequarmos a instituição à psicanálise criando condições para nos posicionarmos como trabalhador-intercessor operando com as formações sociais e subjetivas inconscientes. Ocupar essa posição exige o conhecimento sobre alguns conceitos da psicanálise. Nos apropriamos como intercessor da noção conceitual de continuidade, contiguidade e interpretação no campo simbólico e imaginário, o que nos envolve a apropriação das teorias fundamentais de Freud e Lacan, explorando os processos de constituição subjetiva primária e subjetivação secundária (Costa-Rosa, 2008).

Para que haja implicação singularizada podemos trabalhar com o sujeito de desejo e do carecimento. As noções de acontecimentos-sujeito e transferência, na psicanálise em intensão, contribuem para que o trabalhador se posicione em um lugar tático, numa estratégia ética e política para ocupar as brechas institucionais.

A análise das transferências permite identificar as projeções de sentimentos e emoções do sujeito no trabalhador-intercessor que geram pistas para a compreensão dos impasses psíquicos dos sujeitos. A transferência possibilita ao trabalhador-intercessor desenvolver processos de destituição subjetiva junto aos trabalhadores contribuindo para que sua atuação gere maior autonomia neles. Esses conceitos inerentes ao trabalho com o DI oportunizam, de acordo com Costa-Rosa (2008), a criação das condições necessárias para sustentar o posicionamento do trabalhador-intercessor e a emersão do sujeito.

Postulamos que algumas noções da psicanálise articuladas com outras conexões conceituais, políticas e éticas podem contribuir com os objetivos da PNAS. Na posição de trabalhador-intercessor, suportamos várias demandas e encarnamos diversas suposições. Ao identificamos os impasses/sofrimentos/enigmas e sintomas por meio da realidade psíquica consciente e inconsciente, incluindo o corpo pulsional, podemos de modo coletivo, operarmos para promover uma construção coletiva que fomente a transformação da realidade social, buscando desenvolver um conjunto múltiplo e variável de ações no campo institucional (Costa-Rosa, 2008).

Buscando romper com a divisão social do trabalho, o DI propõe que a teoria necessária para equacionar as demandas seja produzida na prática, para que

possamos, de fato, operarmos na práxis. Com a divisão social do trabalho, a teoria passou a ser a principal forma dos sujeitos de operar na prática, buscando aplicá-las nas realidades sociais, o que acaba criando uma inversão e produzindo a dicotomia entre o fazer-saber (Benelli, 2020).

A busca pela singularização da ação é um dos posicionamentos do intercessor, que pode repensar e reposicionar o seu próprio fazer e o conhecimento instituído, visando a superação dialética da divisão social do trabalho. O trabalhador-intercessor é um sujeito precavido pela dialética da transferência do trabalho coletivo, produzindo conhecimento sobre os impasses que atravessam os sujeitos (acontecimentos-sujeito). Ele busca se posicionar como um sujeito político e ético, operando com a ética do carecimento e do desejo, o que possibilita a implicação com as suas próprias demandas decorrentes da práxis, produzindo saberes para as construções coletivas singularizantes.

Para a posição de trabalhador-intercessor é fundamental que o trabalhador realize sua análise pessoal, para que possa se precaver dos seus próprios acontecimentos-sujeito e da contratransferência, como meio para se implicar como sujeito diante das possibilidades do exercício do poder-saber-fazer (Costa-Rosa, 2008).

O DI é uma ferramenta de trabalho para que possamos extrair a teoria que toda prática possui, colocando em análise os acontecimentos-sujeitos, nossos posicionamentos e os efeitos éticos e políticos gerados pelas nossas práticas, identificando as repetições para transformá-las por meio da autonomia do sujeito e das ações coletivas (Costa-Rosa, 2008).

A partir do DI o trabalhador-intercessor usa os acontecimentos naturais ou construídos no cotidiano dos estabelecimentos para contestar os processos institucionais instituídos. Ao identificarmos os impasses e contradições, buscamos analisá-los para transformá-los. Isso pode gerar rupturas e desbloquear o que fazia a movimentação cessar, multiplicando outros sentidos, não para equilibrar, mas para potencializar as forças instituintes dos trabalhadores (Costa-Rosa, 2008).

Com o DI, consideramos que os próprios sujeitos podem produzir o saber necessário para o enfrentamento da sua problemática, uma vez que toda produção inclui uma simultânea produção de saber e conhecimento como “autoconhecimento”, que podemos denominar de saber na práxis. O DI permite produzir em nossas

intercessões, a enunciação da demanda, mas não se propõe a produção de um conhecimento de tipo enciclopédico.

Os saberes enunciados dizem sobre o saber inconsciente. Por meio do DI o trabalhador pode interceder, momento em que atua inspirado pela posição do analista (Costa-Rosa, 2008).

No campo institucional toda encomenda carrega a brecha para acessarmos a demanda, gerando um saber novo. Diante desse novo saber podemos escolher e decidir sobre nossas ações: luta ou fuga? Acasalamento ou dependência? O conhecimento sobre os pressupostos básicos dos processos grupais (Bion, 1970) também contribui para que o intercessor possa operar com o desenvolvimento da autogestão para o enfrentamento das demandas dos próprios coletivos, operando com a produção das redes de contratualidade (Costa-Rosa, 2008).

Costa-Rosa (2008) forjou o conceito de redes de contratualidade social. As redes de contratualidade compõem uma Tecnologia Social que representa uma multiplicidade de vínculos que podem abrir possibilidades efetivas de trocas econômico-produtivas, socioculturais, afetivo-relacionais e subjetivas. Essas redes, ao se tornarem mais complexas, oferecem maior autonomia, prevenindo assim a anulação do sujeito. Quanto mais a rede for articulada com autonomia, maior será a sua complexidade (Costa-Rosa, 2008).

Nas redes criadas pelos estabelecimentos socioassistenciais de cada município tais como Rede da Proteção Social Básica, Rede da Proteção Social Especial, Rede da Proteção Integral das Crianças e do Adolescentes, Rede de Enfrentamento e Combate à Violência contra a Mulher, Rede de Proteção do Idoso, Rede de Proteção às Pessoas com Deficiência, Rede de Proteção à População em Situação de Rua, dentre outras, aparecem elementos de organização e trabalho como metas, desejos e necessidades (enunciadas). Na análise dos discursos explícitos dos integrantes dessas redes podemos buscar acessar os discursos não explícitos, os não ditos dos discursos grupais, para problematizar a complexidade das problemáticas que configuram as demandas sociais. A partir do DI, buscamos produzir intercessões visando o enfrentamento das demandas sociais para a transformação da realidade e a produção do sujeito ético e político.

Os trabalhadores que atuam a partir do modo tradicional e disciplinar do trabalho e da pesquisa operam por meio do modo de um saber colonizante[15]. Como subverter o saber colonizante como guia para uma implicação singularizante nas práticas e nos processos de formação dos trabalhadores da AS?

Encontramos no DI a possibilidade de subverter a ética e politicamente nossas práticas sociais normalizadoras e disciplinares em práxis. Com o DI podemos buscar transformar nossas ações de modo que produzam efeitos éticos e políticos transdisciplinares.

2.2. O diário de intercessão-pesquisa

O diário de intercessão não consiste num simples registro das experiências vivenciadas, não se trata de uma escrita linear, lógica e objetiva. Os diários de intercessão são instrumentos que o trabalhador-intercessor-pesquisador adota como artefatos para problematizar a própria práxis após a experiência de trabalho. A partir do diário de intercessão é possível refletirmos de modo crítico sobre nossa práxis, indagando e problematizando sobre o que fizemos na dimensão do trabalho e dos efeitos éticos e políticos ocasionados.

Ao longo da nossa intercessão-pesquisa a estratégia do diário de intercessão contribuiu para que pudéssemos nos indagar o que havia se produzido no encontro de formação e os efeitos éticos e políticos promovidos em nós mesmos e nos trabalhadores. Essa ferramenta nos auxiliou no desenvolvimento de uma autoanálise.

Os diários de intercessão contribuíram para que pudéssemos criar conexões da experiência vivida, refletir quanto aos impasses do trabalho e sobre as novas possibilidades de ação por meio de uma escrita de si. A escrita do diário é uma oportunidade para pensar sobre si mesmo, buscando se diferenciar/singularizar o pensamento (Nascimento; Lemos, 2020).

Essa perspectiva de escrita se constrói como um ato político e ético, de cuidado de si e do outro, de produção de subjetividade, a partir de um processo de

[15] O termo refere-se aos seus arrolamentos no plano econômico e político que continuaram a se desenvolver mesmo depois do período colonial contribuindo para a expansão do capitalismo. A decolonialidade pressupõe o enfrentamento das formas coloniais de dominação e submissão ainda existentes na sociedade. De acordo com Ballestrin (2013, p.100) “A colonialidade se reproduz em uma tripla dimensão: a do poder, do saber e do ser. E mais do que isso: a colonialidade é o lado obscuro e necessário da modernidade; é a sua parte indissociavelmente constitutiva.”

singularização da prática, criando conexões com outros documentos, realizando leitura, escritas e reescrita, em um posicionamento crítico sobre a produção de verdades (Nascimento; Lemos, 2020).

De acordo com Nascimento e Lemos (2020) a escrita de um diário de campo que se pretende crítico deve considerar alguns elementos que estamos nomeando de analisadores institucionais e que podem servir para a produção do diário de intercessão (Nascimento; Lemos, 2020).

Os analisadores institucionais podem emergir da práxis por meio dos acontecimentos, do tempo cronológico linear e da descontinuidade, da implicação (Lourau, 1995), dos deslocamentos de forças singularizantes, do fora-texto, das bordas, dos transbordamentos, da transdução, da mutação e da restituição.

> [...] Os diários têm tradicionalmente sido usados como um complemento das práticas de pesquisa. Todavia, Lourau não se apropriava dele desse modo. Os diários não deveriam ser subalternizados e nem priorizados frente a outras táticas, pois cada estratégia teria sua relevância na produção de saberes e de rupturas das cristalizações desde que historicizados e desnaturalizados pela crítica aos universais e às linearidades (Nascimento; Lemos, 2020. p. 241-242).

A produção do diário de intercessão é confeccionado na articulação entre a transcrição das experiências de trabalho e a simbolização da posição que o trabalhador-intercessor ocupou, considerando o contexto sócio-histórico, se diferenciando das pesquisas tradicionais e disciplinares (Janegitz, 2022).

É a partir do diário que o trabalhador-intercessor, problematizando a posição ocupada no trabalho, busca se reposicionar a partir das demandas identificadas.

> Os registros do diário de intercessão, assim como a própria intercessão-pesquisa, revelam a relação de implicação do trabalhador-intercessor com o campo de trabalho e possibilita a análise da implicação (LOURAU, 1975). Esse processo rompe radicalmente com os interesses da ciência positivista, que engendra e fomenta a produção de um conhecimento neutro, fragmentado, disciplinar e normatizador. O trabalhador-intercessor faz ressoar seu lugar de existência e transparece sua experiência afetiva com o campo. O afeto destacado aqui se relaciona com a ideia de mobilização [affetare do latim]: ir atrás, pôr(-se) em ação. Desse modo, a dimensão do afeto é manifestada nos registros e a escrita inscreve os sentimentos que atravessaram o trabalhador-intercessor no processo de recordação (Janegitz, 2022, p.43).

Ao mesmo tempo em que o diário intercessão é uma ferramenta para a práxis, possibilita também um registro documental da experiência de trabalho que pode ser utilizado após o período de desenvolvimento das intercessões como documentos a serem problematizados para a produção do conhecimento.

2.3. Dispositivo Intercessor como Modo de Produção de Conhecimento (DIMPC)

O Dispositivo Intercessor como Modo de Produção de Conhecimento corresponde ao segundo momento do DI, aqui o denominaremos didaticamente de DIMPC. Se, no primeiro momento do DI, enquanto trabalhador-intercessor, buscámos produzir o saber da práxis na práxis, no segundo momento do DI o trabalhador-intercessor-pesquisador desenvolve o saber sobre o saber na práxis para produzir um saber que possa responder às exigências institucionais, tais como os de um Programa de Pós-Graduação da instituição universitária.

Um trabalhador-intercessor pode não ser um pesquisador que irá produzir conhecimento para a instituição universitária. Pode ser que ele utilize do DI para qualificar a sua prática transmutando-a ao plano da práxis e isso lhe basta. Porém, esse mesmo trabalhador-intercessor, inserido em uma instituição universitária, poderá problematizar o saber gerado na práxis para produzir conhecimentos, como pesquisador da própria práxis, que podem ser intercessores para outros sujeitos (Benelli, 2019; Costa-Rosa, 2011-a, 2011-b).

O momento do DIMPC é um marcador importante, pois rompe com a lógica positivista de transformação do sujeito em um objeto de pesquisa. Para gerar essa ruptura lógica o DI propõe que primeiro qualificamos a nossa práxis, para depois de já vivenciadas as experiências de trabalho-intercessão possamos reunir os diários de intercessão, incluir outros documentos e produtos do trabalho, colocando à crítica a relação saber-fazer-poder para a produção de conhecimento singularizado.

O DIMPC foi uma estratégia que utilizamos para subverter a lógica da pesquisa tradicional, sem objetificar o sujeito, contribuindo para o fortalecimento das lutas sociais e, ao mesmo tempo, responder a demanda realizada pela Universidade a respeito da elaboração de uma escrita crítica sobre o campo trabalho. Fizemos isso de modo que possa interessar aos demais trabalhadores que também operam com os processos de formação dos trabalhadores e buscam contribuir com as ações de autogestão que possam fortalecer a organização dos trabalhadores e as lutas sociais.

> [...] Depois de transcorrido algum tempo da intercessão vivenciada é que o intercessor se volta para a tarefa específica de analisar o processo buscando elementos para a construção da argumentação em torno das questões que

> orientam a sua meta de produção de um conhecimento, assim, começa sua práxis de produção de conhecimento (Andrade, 2011, p. 177).

É operando com o DIMPC que o trabalhador-intercessor-pesquisador produzirá textos sobre o trabalho-intercessão buscando explicitar os impasses vivenciados na instituição e estabelecimento nos quais trabalhou a partir de uma grade teórica conceitual, ético política e sociocultural transdisciplinar.

> Neste contexto, consideramos que ao mesmo tempo em que o trabalhador-intercessor provoca o seu campo de trabalho, questionando e legitimando o saber produzido na práxis ele também, enquanto pesquisador, estimula debates relacionados a produção de conhecimento e problematiza as posições hierarquizadas reproduzidos no campo universitário, dentre elas a do profissional intelectual, o qual é tido como o produtor do conhecimento e o profissional técnico que é visto como o mero executor de um saber alienado. Saber este, que nessa relação pode ser associado a uma mercadoria, isto é, um saber que foi descolado da prática, numa relação autoritária de negação [...] (Janegitz, 2022, p.46).

Como momento de produção de conhecimento o DIMPC é uma potente estratégia do DI para enfrentarmos o discurso institucional universitário que propõe a ideia de que para produzir conhecimento temos de seguir investigando de um modo hierarquizado, transformando o sujeito em objeto de pesquisa, sem nada contribuir para o seu cotidiano. Se a pesquisa não contribuiu para que o sujeito possa problematizar as condições e as oportunidades de modificação da sua realidade social, qual seria então o seu efeito, senão reforçar a dicotomia entre saber-fazer-poder?

2.4. Os processos de formação dos(as) trabalhadores(as) da AS como campo de intercessão

Os processos de formação dos trabalhadores da AS no âmbito dessa intercessão-pesquisa se constituiu por meio do desenvolvimento de assessorias, supervisão técnica e formação[16]. Todas as ações desenvolvidas no município A ocorreram por um único contrato entre uma empresa de treinamento e a prefeitura. Essa empresa me convidou para desenvolver o trabalho de formação dos técnicos da

[16] De acordo com a PNEP/SUAS (Brasil, 2013) as ações de capacitações foram as seguintes: introdutória com a carga horária entre 20-40 horas; capacitação de atualização com a carga horária entre 40-100 horas/aula; e supervisão técnica voltada às equipes e grupos de trabalhos. Já as ações de formação podiam ser formação técnica de nível médio, aperfeiçoamento, especialização e mestrado. No entanto, atentos as discussões sobre a capacitação como resposta ao capacitismo, que pressupõe um sujeito incapaz, decidimos por nomear nossas experiências de formação, uma vez que o conceito de formação busca melhor explicitar os processos que desenvolvemos com os trabalhadores.

AS. Embora a encomenda era de assessoria, no contrato de prestação de serviço, ao longo das reuniões com os trabalhadores da gestão e com as equipes, o trabalho demandado pelas equipes se fundamentou como o sendo de Supervisão Técnica, com algumas demandas de produções de documentos tais como sistematização de protocolos e fluxogramas para os atendimentos realizados nos estabelecimentos assistenciais.

No município B realizamos uma assessoria, uma formação e supervisões técnicas. Cada experiência de trabalho foi formalizada por um tipo de contrato. O principal contratante dos trabalhos que desenvolvemos foi a prefeitura, que formalizou um contrato para o trabalho com o Centro Pop, um contrato para o trabalho com os CREAS 1 e 2, um contrato para a assessoria junto ao Grupo de Trabalho e um contrato para a formação junto aos trabalhadores dos estabelecimentos públicos da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. Os outros trabalhos foram formalizados a partir de outro contrato específico, direcionado a cada uma das duas OSCs com as quais trabalhamos.

Nossa experiência com processos de formação de trabalhadores iniciou-se em 2012. Nosso primeiro trabalho de Supervisão Técnica com uma equipe do CREAS de um município, atuação que não está incluída nessa intercessão-pesquisa, foi realizado por meio de uma empresa que fundamos com alguns colegas. Contudo, após um período, fechamos a empresa. Em 2016 decidi reabrir a empresa individualmente, primeiro como Microempreendedor Individual (MEI) e que depois foi reenquadrada como uma Microempresa (ME). As experiências de intercessão-pesquisa junto aos estabelecimentos do município B ocorreram por intermédio de contratos jurídicos realizados com essa empresa ME, pela qual eu respondia legalmente.

As oportunidades de problematização das encomendas eram bastante limitadas, ocorrendo em algumas oportunidades quando já tínhamos certa apropriação do DI, isso nos possibilitou a utilização de ferramentas da AI para problematizá-las. Essa problematização das encomendas foi facilitada nas situações em que conseguimos realizar reuniões antes do processo formativo começar, quando, juntamente com os trabalhadores, realizamos criticamente a problematização da encomenda. Essa possibilidade não ocorreu na maioria dos estabelecimentos nos quais nos inserimos. Nessas situações nos valemos das referências da própria AS, por meio da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (PNEP SUAS) (Brasil, 2013) que definia o que era uma supervisão técnica ou outras modalidades

presentes no processo formativo como estratégia de diálogo inicial procurando problematizá-la.

As conexões possíveis para os recebimentos e as possibilidades de problematizações das encomendas ocorreram de modos distintos. No município A, por exemplo, nossa assessoria ocorreu mediante processo licitatório, no qual uma empresa de treinamento, situada no município, havia vencido e assumido a prestação do serviço. Nossa entrada como assessor para atuar nesta empresa junto aos processos de formação dos trabalhadores desse município ocorreu por intermédio de um trabalhador psicólogo que estava desenvolvendo uma assessoria nos estabelecimentos socioassistenciais e, devido à pandemia de Covid-19, o município interrompeu o processo de formação. Quando os trabalhadores da gestão municipal da AS decidiram pela retomada do processo formativo para os trabalhadores sociais, em novembro de 2020, o psicólogo que havia sido contratado anteriormente já havia assumido outros compromissos de trabalho inviabilizando o seu retorno.

Dessa forma, fomos recepcionados nesta empresa pela coordenadora que nos explicou a proposta de trabalho, dizendo se tratar de uma assessoria que poderia ocorrer em formato de supervisão técnica aos três Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e ao único Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) do município A. Na ocasião realizamos uma reunião com a presença de uma trabalhadora de apoio técnico da empresa e de outra trabalhadora que tinha o cargo de gerente de proteção social do município interessado.

Na reunião realizada com a gerente de proteção social da Secretaria de Promoção Social, responsável pela execução da Política Pública de AS nos foi encomendado a continuação no mesmo formato que vinha sendo realizado: se tratava de dois encontros mensais com as equipes de cada estabelecimento socioassistencial, com duração de três horas cada, além da realização de uma reunião denominada de “Rede SUAS” composta pelos três CRAS e um CREAS, com duração de 2 horas cada. O nosso processo de assessoria nesses estabelecimentos teve início no mês de novembro de 2020 e encerrou-se no mês de dezembro de 2021. Os encontros com a “Rede SUAS” tinham a periodicidade de um encontro a cada dois meses, tendo por objetivo fortalecer a relação e a articulação entre a Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE) de média complexidade.

Os encontros com as equipes de cada estabelecimento socioassistencial do município A foram encomendados para apoiar as equipes durante o período

pandêmico de Covid-19 trabalhando elementos tais como as inseguranças e as dificuldades decorrentes do cotidiano do Trabalho Social, a partir de um conjunto de estratégias tais como as seguintes: discussão de casos que estavam em atendimento/acompanhamento; apropriação de normativas da AS; e a realização do desenvolvimento de outras ações que fossem encomendas pelos trabalhadores, sem especificações detalhadas sobre quais seriam.

Já em relação ao nosso trabalho com o município B, seu início foi a partir de contratos de prestação de serviço por meio da minha empresa individual. Foram realizados alguns contratos com a prefeitura e com algumas OSCs para o desenvolvimento dos trabalhos a partir de 2021, embora no caso da Organização da Sociedade Civil (OSC), que desenvolvia o serviço especializado de abordagem social de crianças e adolescentes, especificamente, nosso trabalho de supervisão dessa equipe foi iniciado em 2019.

Os nossos trabalhos com os processos de formação dos trabalhadores dos municípios A e B iniciaram com a construção de alguns combinados com as equipes dos estabelecimentos sobre as estratégias que pretendíamos operar na condução da supervisão técnica, mesmo considerando as encomendas de produção de alguns documentos ao longo do processo. Assim, buscávamos construir vivências de alianças de contratualidade para que pudéssemos construir as condições necessárias para que trabalhássemos a partir do DI.

A realização de combinados tinha como intuito criar condições para que pudéssemos avançar para outro tipo de formação que não fosse disciplinar. Os combinados consistiam em enfatizar a importância da circulação da palavra, da garantia do sigilo, da identificação das demandas dos trabalhadores, não para apresentar a resposta ao problema, mas sim, para que reuníssemos estratégias de organização para que a própria equipe buscasse encontrar suas soluções.

Em alguns estabelecimentos socioassistenciais combinávamos com os trabalhadores a organização de cada encontro a partir de dois momentos. No primeiro momento, buscávamos trabalhar sobre os acontecimentos-sujeitos dos estabelecimentos. Já no segundo momento, atendíamos as encomendas das equipes, nos implicando com os casos em acompanhamento e promovendo a discussão sobre eles.

O trabalho com os processos de formação dos trabalhadores nos desafiou a buscar compreender e desvendar o que estava ocorrendo na perspectiva do macro e

micropoder na AS. Isso fez com que as encomendas iniciais fossem tangenciadas pela necessidade de compreensão e produção de leituras sobre a realidade social que cada estabelecimento enfrentava. Esse desafio nos levou a tentar desenvolver ações intercessoras que pudessem criar condições para que os trabalhadores produzissem suas análises críticas a respeito da realidade social encarada em seus cotidianos.

De modo geral, nossa inserção foi marcada por uma posição calcada em produzir coletivamente saber-fazer que contribuíssem para explicitar e enfrentar a interseccionalidade política, econômica, social, ética, ambiental, jurídica, sanitária e seu efeito problemático no Trabalho Social da AS. Segue abaixo uma caracterização dos estabelecimentos nos quais trabalhamos:

Quadro 1 – Características dos estabelecimentos socioassistenciais com os quais operamos no tempo da intercessão-pesquisa nos municípios A e B

Estabelecimentos Socioassistenciais	**MUNICÍPIO**	**Território**	**Sujeitos participantes**	**Nº de encontros**	**Periodicidade**	**Carga horária por encontro**	**Tipo de encomenda**
CRAS 1	A	Localizado na região Sul de um município de grande porte	2 trabalhadoras	22	Quinzenal	3 horas	Assessoria
CRAS 2	A	Localizado na região Norte de um município de grande porte	5 trabalhadoras	22	Quinzenal	3 horas	Assessoria
CRAS 3	A	Localizado na região Leste de um município de grande porte	5 trabalhadoras	22	Quinzenal	3 horas	Assessoria
CREAS 1	A	Localizado na região central de um município de grande porte	7 trabalhadoras	22	Quinzenal	3 horas	Assessoria
Rede SUAS (CRAS e CREAS)	A	Constituída pelos CRAS 1, 2, 3 e CREAS 1 de um município de grande porte	Aproximadamente 15 trabalhadoras por encontro	6	Bimestral	2 horas	Assessoria

CREAS 1	B	Localizado na região Leste de uma metrópole	6 trabalhadoras	12	Quinzenal	2 horas	Supervisão Técnica
CREAS 2	B	Localizado na região Noroeste de uma metrópole	5 trabalhadoras	12	Quinzenal	2 horas	Supervisão Técnica
Centro Pop	B	Localizado na região central de uma metrópole	15 trabalhadoras	24	Quinzenal	2 horas	Supervisão Técnica
Serviço de Abordagem Social de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua operando por uma OSC	B	Localizado na região Leste de uma metrópole	6 trabalhadoras	48	Quinzenal	2 horas	Supervisão Técnica
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos operado por uma OSC	B	Localizado na região Norte de uma metrópole	5 trabalhadoras	36	Quinzenal	3 horas	Supervisão Técnica
Grupo de trabalho metas e tempo de permanência	B	Constituído pela participação por representação de todos os estabelecimentos da rede parcerizada com o município que compõem os serviços de média complexidade da Proteção Social Especial de uma metrópole	40 trabalhadoras	22	Quinzenal	3 horas	Assessoria
Rede de estabelecimentos públicos da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade Proteção Social CRAS e CREAS	B	Constituída para participarem de uma formação por meio da representatividade dos estabelecimentos públicos de média e alta complexidade da Proteção Social Especial	80 trabalhadoras	11	Quinzenal	3 horas	Formação

Fonte: Elaborado pelo próprio autor, 2024.

Apresentamos também outro quadro com uma breve apresentação dos estabelecimentos socioassistenciais participantes da Intercessão-Pesquisa.

Quadro 2 - Breve apresentação dos estabelecimentos como campo de trabalho

Estabelecimentos Socioassistenciais	**Município**	**Breve apresentação**
CRAS 1	A	Esse estabelecimento situava-se no início dos bairros mais populosos. Com uma população mais idosa, a localização, em alguns momentos, dificultava o acesso da população ao equipamento. A estrutura possuía uma recepção, uma cozinha, uma sala administrativa, uma sala de Serviço Social, uma sala de coordenação e uma sala de grupo. O espaço externo do estabelecimento era bastante reduzido, com uma garagem pequena. A estrutura do equipamento apresentava rachaduras e, de acordo com a equipe, em épocas de chuvas ocorriam goteiras, tendo-se o risco de molhar/danificar materiais e documentos. Houve uma reforma que não sanou esse problema de infiltração. A equipe era composta por uma assistente social, uma coordenadora, um motorista e dois assistentes administrativos.
CRAS 2	A	Esse equipamento, localizado na região Leste do município, possuía uma recepção, uma sala de equipe, compartilhada com a coordenação, uma sala de grupo, uma sala com computadores, uma sala para atendimento individual, uma cozinha e banheiros. A estrutura não era ampla, mas na lateral do estabelecimento havia uma escola e um amplo espaço formando uma praça.
CRAS 3	A	Esse equipamento, localizado na região Norte do município, era instalado na estrutura de uma antiga creche, tendo um terreno amplo com algumas instalações. A primeira concentrava todas as salas das equipes. Cada trabalhador possuía sua sala, onde realizavam os atendimentos individuais. Havia ainda uma sala de coordenação, uma sala administrativa, banheiros amplos, recepção e cozinha. A outra estrutura separada possuía uma sala ampla de grupo, além de outras salas individuais. Esse espaço era utilizado para o oferecimento de cursos profissionalizantes. A equipe era composta por uma coordenação, dois assistentes sociais, um assistente administrativo, um motorista e uma trabalhadora uma auxiliar de limpeza.
CREAS 1	A	Esse estabelecimento, localizado na região central do município, era uma casa alugada com dois andares, onde no primeiro encontrava-se a recepção, e algumas salas: uma da administração, uma da coordenação, uma para

		atendimento individual, uma para a equipe técnica, uma cozinha, uma sala de reunião/atividades grupais e uma escada com acesso ao 2º andar no qual havia outra sala coletiva. A equipe era composta por uma coordenadora, três assistentes sociais, uma psicóloga, duas estagiárias de serviço social, uma assistente administrativa, um motorista, uma auxiliar de limpeza. Eram desenvolvidos nesse equipamento os seguintes programas: o PAEFI, o MSE de LA e o Serviço de Escuta Especializada de Criança e Adolescente. Além da realização de triagens, em que realizam atendimentos, para registrar como em atendimento, mas aguardando acompanhamento.
Rede SUAS (CRAS e CREAS)	A	Essa Rede foi constituída para atender a encomenda da contratação da assessoria que previa encontros bimestrais entre o CREAS e os CRAS 1, 2 e 3. Devido ao período pandêmico, combinamos a realização dos encontros de modo remoto no intuito de mitigar o contágio pelo coronavírus SARS-CoV-2 (Covid). Dificilmente estavam presentes todos os trabalhadores dos estabelecimentos que se organizavam em um modo representativo para a participação dessa organização socioassistencial. Iniciávamos os encontros com as notícias dos estabelecimentos e em seguida provocávamos, em nossa tentativa intercessora, a problematização das encomendas apresentadas pelos trabalhadores dos aparelhos sociais em seus cotidianos. Realizamos ao longo do processo formativo 6 encontros durante o período de 12 meses.
CREAS 1	B	Localizado na região leste do município, este estabelecimento desenvolvia o PAEFI e realizava a gestão técnica dos serviços com parcerias entre a prefeitura e as OSCs que desenvolviam um serviço complementar de acompanhamento às famílias vítimas de violência doméstica. A equipe era composta por um coordenador, três assistentes sociais, três psicólogos, um orientador social, uma advogada, um motorista, uma auxiliar de limpeza e um trabalhador da área de segurança patrimonial.
CREAS 2	B	Esse estabelecimento, localizado na região na região noroeste do município, também desenvolvia o PAEFI e a gestão técnica dos serviços com parcerias entre a prefeitura e as OSCs. Uma das regiões mais populosas do município. Temos pouco a dizer sobre a estrutura do espaço, pois não tivemos a oportunidade de desenvolver nenhum encontro presencial.
Centro Pop	B	Localizado na região central do município, esse estabelecimento contava com o Serviço Especializado de Atendimento à População em Situação de Rua, além da oferta de café da manhã, entrega de vale almoço para os usuários do serviço (a comida era ofertada em outros estabelecimentos). A estrutura possuía banheiro com chuveiros com água quente, lavanderia aparelhada com máquinas de lavar e varal para secar as roupas, guarda-volumes pelo período em que estariam no estabelecimento e sala de estar com televisão. As ofertas do estabelecimento consistiam em atendimento socioassistencial para suprir as necessidades básicas,

		realização do trabalho técnico com a perspectiva de construção de um Plano de Acompanhamento e Desenvolvimento Individual, que visasse contribuir para a organização pessoal, acesso aos direitos e possibilidade de alternativas que fomentassem a saída dos usuários da situação de rua.
Serviço de Abordagem Social de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua operado por uma OSC	B	Essa OSC encontrava-se em um bairro próximo a área central, no entanto, ficava afastada estrategicamente de espaços nobres, sendo localizada próxima dos fluxos de rodovias que permitiam o acesso à diferentes pontos da cidade, considerando que somente existe um serviço no município. A estrutura da OSC contava com duas garagens, uma sala de recepção integrada às mesas dos técnicos, uma sala de reunião, uma sala de coordenação, uma sala da superintendência executiva, uma cozinha e uma sala de atendimento individual. A equipe do serviço era composta por uma coordenadora, uma psicóloga, uma assistente social, três educadores sociais, uma auxiliar de limpeza, um motorista e uma auxiliar administrativa. Realizamos a execução do Serviço Especializado de Abordagem Social de Crianças e Adolescentes em situação de rua, no ano de 2019, junto a OSC, formalizando um processo de supervisão técnica junto à equipe. Esse processo foi encerrado em agosto de 2023.
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos operado por uma OSC	B	Localizado na região norte do município esse estabelecimento privado, uma OSC, possuía parceria com a prefeitura de Campinas para o desenvolvimento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitários - SCFV para o público de 06 a 14 anos e também para a modalidade intergeracional para os demais sujeitos de diferentes idades. As instalações próprias da OSC, possuía um campo de futebol, dois quiosques, uma horta, uma sala ampla, uma sala de informática, uma sala de artesanato, uma sala de atendimento individual, uma sala de grupo, banheiros amplos, uma sala para a equipe técnica, uma sala para o setor administrativo e uma sala para a coordenação técnica. Também se encontrava no local uma cozinha estruturada, com ofertas de cursos profissionalizantes ligados às áreas de culinária e gastronomia. A equipe era composta por três assistentes sociais, uma psicóloga, uma orientadora pedagógica, dois educadores sociais, uma coordenação técnica, uma coordenação administrativa, uma coordenação de projetos e relações institucionais, um assistente e uma analista administrativa.
Grupo de trabalho metas e tempo de permanência	B	Esse GT surgiu por encomenda da gestão técnica que havia recebido solicitações para a realização da redução das metas, principalmente, um dos serviços de atendimento especializado de famílias em situação de violência doméstica. Buscando subsidiar uma proposta que justificasse o aumento ou a manutenção do número de metas, a gestão solicitou que coordenássemos um trabalho coletivo problematizando o tema, realizando alguns estudos que contribuíssem para o avanço dessa discussão. O GT contou dois momentos. O primeiro momento foi realizado ao longo do ano de 2020 e teve a realização de 6 encontros de 3 horas e trinta minutos, totalizando 21 horas. Ao longo desse primeiro momento

		pudemos construir algumas questões. O segundo momento nasceu da continuidade da parceria, originando um aprofundamento do estudo inicial. Esse processo de assessoria ocorreu durante o ano de 2021 e contou com 18 encontros de 3 horas, totalizando 54 horas. No final desses encontros, construímos um documento coletivo, que sistematizava e registrava o processo ocorrido, bem como organizava as recomendações dos trabalhadores das diferentes áreas da Política de Assistência Social daquele município.
Rede de estabelecimentos públicos da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade Proteção Social CRAS e CREAS	B	Esse processo de trabalho surgiu a partir da encomenda da gestão para que pudéssemos problematizar o que foi designado como trabalho Psicossocial. Para avançarmos na construção da proposta de trabalho colocamos no centro da análise o fato principal avanço almejado pela gestão. Realizamos um conjunto de 4 encontros com a presença de todos os gestores públicos dos serviços socioassistenciais de média e alta complexidade de execução pública. Participaram todos os gestores e mais representantes de cada equipe, totalizando 80 participantes. Ao longo dos encontros para a problematização das encomendas, buscamos discutir o que estavam nomeando de trabalho psicossocial. Esse trabalho nos permitiu distinguir alguns processos que, inclusive, contribuíram para a nossa apropriação do DI. Ao alinharmos o que gostaríamos de discutir, propusemos nos situar no campo crítico. Conseguimos alguns acordos, no sentido de precaver e nosso posicionamento, avisando os trabalhadores acerca da perspectiva crítica e dos desafios que esse processo formativo geraria a partir dessa proposta. Nossa proposta foi construída com as seguintes estratégias: composição de subgrupos, indicação bibliográfica crítica, organização para leituras, encontros presenciais para apresentação de uma síntese coletiva sobre as leituras e um amplo debate sobre os temas que circularam entre os encontros. Foram realizados 11 encontros de 4 horas, sendo três horas presenciais e 1 horas de planejamento. Totalizando 44 horas. Os encontros eram formados com a periodicidade quinzenal, ocorrendo entre os meses de abril a novembro de 2023. Alguns analisadores foram sistematizados. O processo de formação contou ainda com um trabalho coletivo, garantido pela participação de colegas do LATIPPSS que foram convidados, sobre a encomenda de um determinado analisador, a desenvolverem uma intercessão junto aos participantes, esses compuseram leituras, sínteses e apresentações a respeito do texto selecionado pelo convidado do LATIPPSS.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor, 2024.

Propusemos repensar, com as equipes com as quais atuamos, os espaços de formação dos trabalhadores da AS. Os encontros de supervisão, principalmente, eram centrados em discussões de caso e nelas notávamos a objetificação do sujeito, sem explorar muito a potência que as Políticas Públicas possuíam para fomentar o aumento do acesso das famílias aos estabelecimentos socioassistenciais ou para

contribuir com a melhoria dos seus modos de vida, incluindo a função protetiva das famílias. Os estabelecimentos socioassistenciais vivenciavam dificuldades em operar com ações proativas e preventivas de enfrentamento às vulnerabilidades sociais.

Ao longo dos encontros de assessoria às equipes dos estabelecimentos socioassistenciais apontavam para a ocorrência de uma intensificação das vulnerabilidades sociais vivenciadas pelas famílias atendidas/acompanhadas, no contexto pandêmico, econômico social, político e ambiental. Entendemos, pelos relatos dos trabalhadores, que ocorria uma intensificação das violações de direitos, considerando as dificuldades de acesso das famílias aos estabelecimentos socioassistenciais e das demais Políticas Públicas, bem como devido às peculiaridades de cada território. Abordamos a importância do posicionamento dos trabalhadores na perspectiva da defesa intransigente dos direitos dos sujeitos e na organização coletiva para construírem processos de trabalho mais autogestivos.

Nossos processos formativos de assessoria buscaram explorar as encomendas peculiares de cada estabelecimento socioassistencial (reflexões, adequações do número de famílias em relação a condições sociais para o trabalho, discussão de caso, articulação, formação da rede intersetorial, dentre outras). Mas há de se destacar que a maioria das equipes dos estabelecimentos socioassistenciais de CRAS demandavam a problematização da gestão territorial e da instrumentalidade de um trabalho que denominaram de psicossocial, a partir da compreensão de modelos de instrumentais para operar com o plano de acompanhamento familiar.

Diante da demanda das equipes dos estabelecimentos socioassistenciais, buscamos ao longo dos encontros, problematizar e construir instrumentais que pudessem contribuir no desenvolvimento do acompanhamento familiar de modo mais mediado. Também procuramos acolher as demais demandas/necessidades do cotidiano do Trabalho Social de cada estabelecimento com o intuito de melhor conhecer a realidade das dinâmicas familiares e territoriais, fomentando um posicionamento crítico por parte dos trabalhadores frente aos seus próprios problemas.

Ao longo dos encontros fomos buscando analisar as demandas, identificando aquelas que se referiam às urgências do cotidiano e aquelas na quais seria possível, mesmo diante das precárias condições materiais, a realização de um trabalho mais mediador por meio do acompanhamento familiar, instrumentalizado e problematizado por uma concepção de sujeito social, político e psíquico.

Percebemos a necessidade de explicitar os elementos que compõem as demandas das equipes dos estabelecimentos socioassistenciais, diferenciando as demandas explícitas e implícitas, que se expressavam pelo não dito. Essa reflexão possibilitou aos trabalhadores a compreensão a respeito do quanto as demandas oficiais estavam articuladas com as ações que são ofertadas no cotidiano dos estabelecimentos assistenciais, o que nos levou a levantar a hipótese de que para avançarmos em relação ao Trabalho Social, as equipes dos estabelecimentos deveriam reorganizar as ofertas de suas ações.

3. Algumas cenas das experiências de intercessão nos processos de formação/produção dos(as) trabalhadores(as) da AS

A partir da empresa que fundamos, e do convite de outras empresas para que ofertássemos nossos cursos formativos, conseguimos ter a oportunidade de trabalhar por meio de palestras, assessorias e supervisões técnicas com trabalhadores da AS em diferentes municípios. Especificamente, para essa intercessão-pesquisa, consideramos algumas experiências com os processos formativos que foram realizados entre o ano de 2020 a 2023, período no qual iniciamos nosso movimento de apropriação do DI, buscando ocupar posições intercessoras ao longo do desenvolvimento do nosso trabalho. Organizamos as experiências da nossa práxis com os processos formativos realizados nos municípios A e B em formas de narrativas das cenas de experiências.

Tomamos nosso trabalho junto aos trabalhadores dos estabelecimentos AS, com os quais atuamos, como nosso campo de trabalho-intercessão e análise, buscando problematizar algumas das cenas dessas experiências de intercessão. Isso possibilitou que contribuíssemos com a produção do conhecimento no campo institucional dos processos de formação dos trabalhadores da AS. A nossa apropriação do DI ocorreu ao longo dos processos de trabalhos desenvolvidos junto às equipes de alguns estabelecimentos da AS por meio da realização de um conjunto de atividades que incluíram levantamento bibliográfico, leituras críticas das bibliografias e documentos institucionais da AS, reuniões de orientação e supervisão com o orientador dessa intercessão-pesquisa, análise pessoal, grupo de estudos, trocas com colegas trabalhadores-intercessores, reflexões e tentativas de novos posicionamentos. As cenas vivenciadas ao longo do primeiro momento do DI,

articuladas com o momento do DIMPC, estão problematizadas nas diversas narrativas que produzimos.

Dessa forma, buscamos narrar a nossa inserção institucional bem como o processo de apropriação do DI, mas também apontar os modos de funcionamento do Trabalho Social nos estabelecimentos, os paradoxos que identificados nos discursos dos trabalhadores e as nossas tentativas de posicionamento intercessor. Essas narrativas procuraram contemplar a práxis e articulá-la ao campo conceitual, ético e político. Problematizamos também outras cenas que nos ajudaram a compreender os desafios, os limites e as potências do trabalho operando com o DI nos processos de formação dos trabalhadores e no Trabalho Social.

3.1. O processo de inserção institucional do trabalhador como mais um

A nossa inserção nos estabelecimentos socioassistenciais, nos quais atuamos na posição de trabalhador que desenvolveu processos formativos, ocorreu em um período marcado pela eclosão da pandemia do Covid-19, coincidente a um período de governamentalidade[17] neoliberal, criando um cenário desafiador para as equipes que desenvolviam as ações socioassistenciais e também para nós, como trabalhador convidado, que se ocupava com as encomendas dos processos de formação.

Orientados pelo DI, buscamos problematizar e subverter certos padrões e modos de produzir os processos formativos que estávamos construindo, contrariando o modo esperado pelas equipes, o que em algumas situações geraram conflitos e atritos entre os trabalhadores, com relação ao que estávamos propondo e fazendo.

Os conhecimentos intercessores que ofertamos sobre a conjuntura social contribuíram para que os trabalhadores pudessem, a partir do seu próprio modo de compreender a realidade, produzir saberes sobre os acontecimentos e atravessamentos que vivenciavam no cotidiano dos estabelecimentos socioassistenciais.

---

[17] O conceito de governamentalidade, proposto por Foucault em sua obra, abarca duas grandes esferas: a primeira diz respeito aos mecanismos de poder e as práticas de governo que objetivam a sujeição dos indivíduos; já a segunda se refere à relação existente no governo estabelecido pelo próprio indivíduo consigo mesmo e com os outros. Foucault apresentou o conceito de governamentalidade na quarta lição do Curso Segurança, Território, População, ministrado no Collège de France, em 1978, tendo explicado que ele diz respeito ao "[...] conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança" (Foucault, 2008, p. 143).

Entendíamos que precisávamos problematizar as diversas práticas sociais presentes no campo de trabalho na AS que fortaleciam um *modus operandi* disfuncional a respeito do fortalecimento da posição de sujeito. Se de um lado tínhamos a encomenda advinda dos trabalhadores em discutir os acontecimentos-sujeito apresentando propostas de intervenção dentro de um conjunto de práticas já corriqueiras ao trabalho social, tais como discussão de caso, visita domiciliar, atendimentos, acompanhamentos, encaminhamentos, dentre outras ações, por outro lado tínhamos o desafio de discutir as possibilidades existentes das tecnologias sociais de trabalho, de modo a que o sujeito não fosse objetificado.

Em uma cena de nossa experiência de supervisão técnica nos deparamos com uma equipe que não conseguia identificar e apresentar as problemáticas do serviço porque a coordenadora, de um certo modo, inibia a fala e os movimentos de trabalho analítico. Tal cena representa como essa coordenadora do serviço, movimentos quase que previsíveis de práticas disciplinares, sem confrontar suas contradições, o que gerava em última análise, a objetificação do sujeito. Foi então que em um dado encontro a coordenadora não pôde participar, pois estaria presente em outra reunião.

Nessa ocasião, os trabalhadores conseguiram falar uma vez que se sentiram em um espaço protegido, com garantia do sigilo, se puseram a apresentar alguns problemas que enfrentavam no desenvolvimento do trabalho no estabelecimento assistencial. De acordo com eles, a gestão política, de maior comando hierárquico da AS na localidade, formalizava diretamente as práticas dos trabalhadores com demandas políticas, estabelecendo atitudes em prol da resolução de problemas que advinham da ordem hierárquica superior e não necessariamente da demanda social. Esses pedidos, que eram repassados a equipe de trabalho como problema a ser enfrentado, nem se quer eram analisados frente às críticas e divergências dos trabalhadores que, pelo argumento do “manda quem tem poder e obedece quem tem juízo”, acabavam acatando tais solicitações, produzindo um processo de subjetivação disciplinar com efeitos moralizantes, clientelistas, filantrópicos e tuteladores nos sujeitos.

Em outro estabelecimento nos deparamos com uma cena que nos possibilitou uma conexão reflexiva sobre esses acontecimentos-sujeitos. Embora em territórios diferentes, verificamos a recorrência de uma mesma problemática emblemática: a participação da coordenadora nos encontros de supervisão técnica era um impedimento para a fala livre das equipes. Em um evento similar a coordenadora

também não pôde participar do encontro e a equipe identificou naquele evento a possibilidade para trazer questões incômodas que estavam silenciadas. As trabalhadoras se sentiam assediadas pela coordenadora devido a sua exigência para com elas no sentido do cumprimento das ações burocráticas que haviam sido combinadas. De acordo com a equipe, a dinâmica do cotidiano, considerando o número insuficiente de trabalhadores, fazia com que tivessem de se ocupar de tarefas operacionais, como a de realizar a recepção dos sujeitos, a qual nomeavam de "atender a porta", acolhendo e fazendo o direcionamento do sujeito, inclusive, para o Cadastro Único, isso além das tarefas sociais oriundas dos atendimentos que realizavam ao público incluído no estabelecimento. As práticas exigidas pela coordenadora eram relacionadas a realização de visitas domiciliares, visto que ela também sofria pressão pela gestão da política municipal para inovar as suas ações, incluindo contribuição e envolvimento com a causa institucional da própria OSC, que diferiam bastante de aspectos éticos e políticos da própria política pública de AS.

Para operarmos como trabalhador-intercessor foi necessário conhecer os "impossíveis freudianos" caracterizados pelas impossibilidades de terapeutizar, governar e ensinar o outro, o que nos pressupunha assumir a posição de douta ignorância para que os sujeitos-trabalhadores, na relação com os outros sujeitos-usuários, pudessem se autoanalisarem, se autogovernarem e aprenderem.

Essas cenas demonstram os paradoxos presentes no desenvolvimento das práticas realizadas pelos trabalhadores da AS frente às demandas da população. Como trabalhador-intercessor buscamos identificar os eventos que ocorriam com as equipes para que, a partir de uma posição intercessora, pudéssemos problematizar as contradições presentes entre os discursos da política pública de AS e os discursos dos estabelecimentos.

Ficou evidente nas equipes com as quais trabalhamos as dicotomias entre os trabalhadores que ocupavam a posição de gestão e os trabalhadores que ocupavam a posição de executores das ações. Nosso desafio diante dessas cenas foi o de buscar um modo de explicitar as dicotomias, procurando contribuir para a superação da divisão presente no trabalho entre os que pensam, decidem e mandam e os que obedecem e executam. Todavia, essa superação é um processo que se produz com as possibilidades e as oportunidades que nem sempre estavam disponíveis.

Se de um lado dessa divisão encontrávamos os gestores que em alguns casos, avisados ou não, assumiram o assédio como estratégia/estilo de gestão, por outro

lado tínhamos os trabalhadores que deviam executar as ações, como metas de trabalho, conforme o que se era combinado. Como subverter essa lógica dicotomizada entre saber-fazer?

A partir desse questionamento, entendemos que precisaríamos explicitar tais paradoxos aos trabalhadores caso quiséssemos provocar um movimento de autoanálise a respeito de suas ações e efeitos éticos e políticos que eram promovidos neles mesmos enquanto trabalhadores sociais e também nos sujeitos atendidos. Problematizar as contradições da política de AS configurou para nós a possibilidade de criar condições para que os trabalhadores pudessem identificar analisadores institucionais com potência para contribuir com a organização dos trabalhadores por meio de estratégias de autogestão.

Nossa discussão e problematização dos paradoxos da AS nos provocou a reflexão a respeito de como os trabalhadores conseguiam ver os problemas no cotidiano do trabalho. Surgiu então um questionamento: se apenas identificar e endereçar a gestão não resolviam tais questões, como enfrentá-las?

3.2. Explicitando os paradoxos institucionais da AS por meio dos acontecimentos-sujeito

Em uma ocasião a coordenadora do CRAS, indignada, questionou se era caso de responsabilidade do CRAS avisar as famílias que estivessem de sobreaviso de despejo pelo proprietário do imóvel. Era o trabalho da equipe do CRAS avisar a família sobre a decisão judicial de desapropriação de imóvel? Muitos trabalhadores, especialistas, que operavam com processos de formação dos trabalhadores da AS, diriam que não. Essa resposta é confirmada pela leitura e apropriação dos documentos institucionais da AS. No entanto, essa foi uma das perguntas realizadas em um dos encontros de supervisão técnica de um CRAS. Esse questionamento, já carregando a sua resposta, veio com uma frustração em relação a gestão municipal que havia enviada tal solicitação. Esse ocorrido possibilitou compreender o processo de repetição institucional do instituído, bem como as tentativas de rupturas e de criação de novas conexões.

De acordo com Souza (2009) para compreendermos a desigualdade e a marginalidade brasileira precisamos refletir sobre as contradições da sociedade moderna que pretende, ao menos em seu plano discursivo, ser igualitária e justa, mas

na qual em sua materialização encontramos a formação de desigualdades e injustiças, como podemos identificar no âmbito da AS.

A modernidade em países como o Brasil é deficiente, seletiva e periférica, porque jamais foi realizado no país um esforço social e político dirigido e refletido visando a uma efetiva equalização de condições sociais das classes populares empobrecidas. Há uma racionalidade que promove a manutenção das desigualdades e gera a Questão Social e suas expressões de gênero, raça, dentre outros. É por meio dessa racionalidade que os corpos são controlados e disciplinados, por meio de uma desorganização e desestruturação sistêmica que, de acordo com Souza (2009), ajuda a compreender os altos índices de alcoolismo, os intensos conflitos familiares, as violências no cotidiano dessas famílias e a "má-fé" de práticas institucionais que são efetuadas de modo contrário ao que foi declarado na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (Brasil, 2004) como discurso oficial da AS, envolvendo praticamente todo o aparato de instituições estatais e paraestatais, reproduzindo esse mesmo padrão conservador neoliberal.

O regime de um governo se forma por uma racionalidade econômica formada por determinadas técnicas que Foucault (2008) problematizou com a introdução do termo governamentalidade, contribuindo como ponte de passagem para o desdobrar do seu pensamento sobre a política, a ética, o governo da população e o governo de si. A partir deste conceito foi possível designar as instituições, as reflexões, os cálculos, as táticas, em que o alvo era a população, pautada na forma de saber da economia política, contando com os dispositivos de segurança como instrumentos para a supremacia do governo sobre os outros (Farhi Neto, 2010).

A noção de governamentalidade provoca um deslocamento, uma retração, da noção de biopolítica[18], racionalizando os problemas sociais que são colocados à prática governamental, possibilitando gerir a população por meio dos indicadores estatísticos referentes à pobreza, violência, mortalidade, desemprego, desalento, natalidade, longevidade, dentre outros aspectos. Deduz-se que há uma biopolítica própria a cada tipo de governamentalidade. A governamentalidade liberal, por exemplo, corresponderia a um modo específico de se encarregar das questões

[18] A biopolítica em seu sentido estrito é a racionalização das práticas de um determinado tipo de relação de poder, aquela que se estabelece entre Estado e população, considerada como conjunto de seres vivos caracterizados por uma série de variáveis de viés biológico (Farhi Neto, 2010).

médicas e seu regime governamental está diretamente ligado à racionalidade econômica e à governamentalidade (Farhi Neto, 2010).

Foucault procurou descrever os mecanismos e as estratégias pelas quais o governo liberal racionaliza e põe em prática o direcionamento, a delimitação dos comportamentos, a regulação do modo de agir dos homens (Farhi Neto, 2010). Até que ponto o Estado pode e deve governar os sujeitos sociais? Até onde é justificável a intervenção do Estado na vida da população? Até onde a intervenção do Estado é útil e como ela contribui para a sua própria existência e para a existência dos que lhe são submetidos?

Na Idade Média, a crítica ao exercício ilimitado do poder soberano era feita a partir da teologia e do direito natural que eram os fundamentos de uma crítica ao poder soberano sem limites (Farhi Neto, 2010). Na modernidade o mercado foi formado como o lugar de manifestação de uma verdade, funcionando de acordo com um mecanismo espontâneo, natural e autorregulado, no qual as leis naturais de funcionamento eram colocadas como já conhecidas. O mercado tornou-se o lugar de comprovação da verdade dos atos de governo, em que as ações do governo passaram a ser avaliados, não mais como justos ou injustos a partir da teologia, não mais como legítimos ou ilegítimos a partir da teoria jurídica, mas como verdadeiros ou falsos a partir da economia política (Farhi Neto, 2010).

O regime governamental liberal é a prática de governo que se refere ao regime de verdade da economia política. Para a economia política, a realidade econômica é formada pela naturalidade das relações de troca entre homens que fazem valer livremente e reciprocamente seus interesses privados. Quanto menor for a interferência regulamentar, quanto menos ocorrer a coerção externa à liberdade de troca, à liberdade econômica, maiores seriam os benefícios resultantes dessa somatória de trocas, inaugurando a sociedade de segurança (Farhi Neto, 2010).

Dessa forma, questionamos como a biopolítica, na sociedade de segurança, estaria se presentificando nas práticas dos trabalhadores dos estabelecimentos socioassistenciais. No início de cada encontro deixávamos a palavra circular para que os trabalhadores pudessem contar quais eram os acontecimentos-sujeito (eventos, acontecimentos, ações, falas, efeitos) que atravessavam o cotidiano do trabalho, criando situações problemas que demandassem reflexão, crítica e conexões para que os próprios trabalhadores pudessem apontar estratégias de enfrentamento.

O Trabalho Social era realizado pelas equipes dos estabelecimentos socioassistenciais por meio de diversas práticas sociais articuladas ao aparelho de Estado e, nas tentativas de intercessão, perguntávamos para quem estávamos produzindo as informações sobre o sujeito ao discutirmos os casos sem o sujeito que era objeto do debate. Nos diversos casos que discutimos por encomenda[19] dos trabalhadores fomos percebendo que o espaço de supervisão funcionava como um suporte para que os trabalhadores problematizassem informações ou sustentassem outras discussões de casos com e para as redes nomeadas de proteção, focalizadas por segmento (criança e adolescente, mulher, idoso, população em situação de rua, dentre outros), incluindo estabelecimentos de políticas públicas tais como Conselho Tutelar, Conselhos de Direito, Ministério Público e Tribunal de Justiça. Todas essas discussões de caso não contavam com a participação do sujeito, o principal interessado.

Produzimos saberes sobre o sujeito que municiavam e justificam as práticas dos diferentes trabalhadores dos estabelecimentos, mas que não implicavam o próprio sujeito, mantendo-o numa posição de objetificação. Se as discussões de caso não envolvem o próprio sujeito como lugar de fala, estaria explícito que não se trata de uma prática com o objetivo de produzir saber-fazer ao próprio sujeito, configurando tal prática como uma estratégia de biopolítica, produzindo um efeito mais de controle do corpo do que de transformação social.

Em um dos CRAS que desenvolvíamos a Supervisão Técnica, os trabalhadores – problematizando as quantidades de Rede de Proteção específicas que foram formadas pelo município (Rede das gestantes, Rede dos Idosos, Rede de Acolhimento Institucional, dentre outras) e, mais avisadas dos paradoxos inerentes a sua criação – identificaram que a Rede de Proteção à Gestante, por exemplo, foi criada por determinação judicial devido às dificuldades da rede em acompanhar os casos, compreendidos como de alta complexidade, que chegavam ao MP.

Os casos chegavam ao MP com divergências entre o Conselho Tutelar, o CREAS e o CRAS. Essa rede foi criada com o objetivo de contribuir para o fortalecimento do diálogo e do acompanhamento social, mas com o passar do tempo

[19] Algumas encomendas por discussão de caso carregavam a demanda ocasionada pela ausência de um trabalhador formado na área de psicologia. Alguns estabelecimentos, por não terem a presença do psicólogo na equipe, os trabalhadores faziam discussões de casos cercadas por dúvidas sobre o campo de saber e atuação da psicologia na AS.

ela se transformou em um espaço para discutir casos de acolhimento institucional de bebês que ainda estavam sendo gestados pelas mães. Essas situações de acolhimento de bebês ainda não nascidos derivam de discussões de casos, tais como o de uma mulher gestante, com histórico de viver em situação de rua e com uso de Substâncias Psicoativas, que já teve um de seus filhos acolhidos em um estabelecimento da AS. A Rede de Proteção à Gestante já se organizava para, com o protagonismo do Conselho Tutelar (CT), realizar o acolhimento institucional do bebê, assim que nascesse, já na maternidade, antes mesmo da alta médica. Problematizamos esse caso em um dos encontros de supervisão técnica do CRAS. O posicionamento dos trabalhadores do CT era pelo acolhimento do bebê, o que era endossado pelo CREAS, mas a equipe do CRAS, que estava acompanhando a família pelo PAIF tinha outra opinião, pois avaliava que, diferente da situação da outra gestação, a mulher, nesse momento, estava organizando a vida para receber esse bebê tendo, inclusive, alugando um pequeno barraco. Em uma visita domiciliar, os trabalhadores do CRAS identificaram que havia um movimento de preparação da mulher para receber esse bebê, com a organização de roupas lavadas e dobradas, além de alguns itens de cuidado (mamadeira, potes, fraldas). Entretanto, considerando a situação precária da moradia, o histórico de situação de rua e o uso de substância psicoativa, o CT já havia solicitado ao MP o acolhimento institucional do bebê, o que foi acatado e determinado pelo órgão.

Em nossa discussão de caso problematizamos a possibilidade de manutenção do vínculo mãe e bebê, chegando a supor que ela iria sair da cidade para poder ficar com seu bebê. Fato esse que acabou ocorrendo. A partir desse evento, foi possível refletir como a Rede de Proteção à gestante agiu de modo punitivo e controlador, sem ao menos considerar o desejo e as possibilidades do sujeito em questão, no caso, da mãe. Diante dessa situação, decidiram em uma reunião que passariam a fazer a discussão de casos com a participação dos sujeitos nele envolvidos. No entanto, o que a equipe relatou que, com a adoção dessa medida foi a formação de um verdadeiro Tribunal do Júri, no qual os trabalhadores inquiriam os sujeitos e os julgavam por meio de concepções morais. Com isso, foi produzido um efeito de silenciamento do sujeito, uma vez que as perguntas inquisitórias eram respondidas com os monossílabos “sim” ou “não”, ou seja, não contribuindo para o fortalecimento e sustentação do sujeito na construção de sua própria história.

As contradições nas práticas dos estabelecimentos socioassistenciais também eram observadas, dentre outras práticas, na visita domiciliar. Praticamos a visita domiciliar como trabalho social para impor modelos de vida, não levando em consideração a história, os arranjos da família e seus próprios processos inventivos das pessoas?

A visita domiciliar como tecnologia social dos dispositivos de governamentalidade da Sociedade de Segurança foi colocada como um instrumento impositivo que acabou por produzir práticas higienistas, com trabalhadores orientando sobre como as pessoas deviam viver, caracterizando inclusive práticas policialescas. Na sociedade de segurança os corpos e as multidões são alvos de mecanismos de controle e de práticas realizadas sem crítica e reflexão por parte dos trabalhadores sociais, o que concretiza a AS como um desses mecanismos.

Na perspectiva da economia política busca-se governar o mínimo para manter unidas as forças que compõem o Estado. A economia política surgiu da regulação a partir do lugar do mercado, em que se articularam a produção às necessidades da população. Com o liberalismo o soberano tornou-se plenamente um governador da população quando deixou de querer governá-la, pautado em atos intervencionistas que geravam o totalitarismo. Já no neoliberalismo, forma liberal contemporânea, acentuou-se a concorrência e os sujeitos sociais foram transformados em empreendedores e empresas, assim como os próprios trabalhadores designados pelo Estado a função de operar com tarefas que objetivam produzir um controle social dos sujeitos (Farhi Neto, 2010; Foucault, 2022).

3.3. O modo de funcionamento do Trabalho Social nos estabelecimentos socioassistenciais

> Os trabalhadores atuavam como se soubessem o que estavam fazendo, mas o que produziam era um fazer-fazer (Diário de Intercessão, 2021).

Do ponto de vista das práticas do trabalho social nos estabelecimentos socioassistenciais, os trabalhadores procuravam atuar localizados a partir do discurso da AS, como por exemplo, do documento sobre o Serviço de Proteção Social e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) que deve ser desenvolvido pelo CREAS, bem como por outros documentos de referência, tais como as normativas conceituais, técnicas, éticas e políticas presentes na PNAS (Brasil,

2004), no Caderno de Orientação Técnica do PAIF volume 1 (Brasil, 2012a), no Caderno de Orientação Técnica PAIF volume 2 (Brasil, 2012b), dentre outros. Mas, em diversas ocasiões, notamos que os trabalhadores se posicionavam de modo desavisado frente às contradições presentes no discurso da AS, ou adotavam modos de ação inadvertidamente críticos.

Da perspectiva do trabalho endereçado ao trabalhador que se ocupava com os processos de formação dos trabalhadores da AS, era esperado dele o desenvolvimento de ações também orientadas pelo discurso da AS, problematizadoras do cotidiano dos trabalhadores, realizando discussões de casos e contribuindo para a efetivação de ações e encaminhamentos para acesso aos direitos dos sujeitos frente às prerrogativas da seguridade social.

As práticas das equipes de trabalhadores eram operadas por ações não problematizadas, mas orientadas pelo discurso oficial da AS por meio de normativas, tais como os cadernos de orientação técnica. Outros trabalhadores desenvolviam suas práticas de modo, inclusive, contraditório ao discurso oficial do SUAS, produzindo efeitos éticos de tutela, reproduzindo as forças instituídas que contribuem para a manutenção das desigualdades sociais. Outros ainda, de modo inadvertido, desenvolviam algumas práticas críticas. Mas para compreendermos o modo de funcionamento do trabalho social entendemos que precisamos explicitar como foi realizado o processo de formação das equipes de referência na AS, em cada estabelecimento socioassistencial.

Os psicólogos já estão institucionalizados como membros das equipes dos estabelecimentos socioassistenciais, mas a chegada de trabalhadores (as) com o saber psicológico não foi suficiente para o avanço do saber-fazer, para além do Trabalho Social e do Trabalho Psicossocial. A Psicologia, especificamente como saber, passou a contribuir na composição das práticas das equipes de referência do SUAS com a inserção dos psicólogos na maioria dos estabelecimentos socioassistenciais tipificados. A partir da PNEP (Brasil, 2004) e da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB RH) do SUAS (Brasil, 2006), a atuação do profissional da Psicologia foi ratificada através da contratação obrigatória.

A materialização do SUAS ocorreu de modo diferenciado de município para município, diversificando o financiamento, a organização fática dos serviços, a organização da rede socioassistencial e também a atuação do psicólogo nesses espaços. Por exemplo, o tamanho e configuração das equipes de referência foram

criadas por parâmetros associados ao porte populacional do município, sendo tipificado em pequeno, médio e grande.

O Serviço Social, como disciplina, já estava na AS antes da chegada dos profissionais da Psicologia. Esses dois campos de saberes científicos passaram a conviver e as normativas instituídas pelo SUAS exigiam um trabalho interdisciplinar, embora fosse nomeado de Trabalho Social e não de Psicossocial.

Os trabalhadores que compõem as equipes de referência dos estabelecimentos socioassistenciais utilizaram diversas técnicas, com o predomínio de técnicas individuais, para abrir caminhos aos processos do Trabalho Social, a partir dos conceitos fundadores do SUAS: Matricialidade Socio-Familiar[20], Território de Gestão e Território Vivido[21], Vulnerabilidade e Risco Social[22], Rede de Serviços e Benefícios Socioassistenciais[23], Pertencimento[24] e Exclusão Social[25].

A chegada dos psicólogos ocorreu primeiro na Proteção Social Especial e depois na Proteção Social Básica, sendo esses os dois níveis protetivos e estruturadores do SUAS. Compreende-se que os esforços do Conselho Federal de Psicologia (CFP) em enfatizar o compromisso social da Psicologia, ao longo das últimas gestões, contribuíram para a conquista de espaço para a inserção da profissão na política de Assistência Social.

A AS no Brasil ganhou status de direito do cidadão e de dever do Estado com a Constituição Federal de 1988. No entanto, algumas ações e práticas sociais que marcaram a história e a produção do país ainda continuam a ser desenvolvidas (Benelli; Costa-Rosa, 2012). Essas práticas desenvolvidas pelos trabalhadores reúne um conjunto de atividades tais como: visita domiciliar, estudo de caso, discussão de caso, oficina, acolhida, encaminhamentos, concessão de benefícios eventuais, transferência de renda, referenciamento, contra referenciamento, atendimento,

---

[20] Proteção especializada para famílias com ruptura de vínculos familiares e comunitários.
[21] Territórios de Gestão ou Território Vivido. Identificado no volume 3 do Capacita-SUAS (Brasil, 2013).
[22] Vulnerabilidade e Risco Social. Presente no Caderno de Concepção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Brasil, 2014).
[23] Rede de Serviços Socioassistenciais: Compreensão do fluxograma e da proposta de acompanhamento familiar da Proteção Social proposta pelo Diagnóstico Socioterritorial de Limeira-SP de 2016, baseada em propostas de serviços socioassistenciais para: proteção para a não ameaça de ruptura dos vínculos familiares e comunitários.
[24] Pertencimento. Conceito articulado com Autonomia e Cidadania. Configuram como um dos resultados esperado por alguns serviços. Presente na Concepção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Brasil, 2014).
[25] Exclusão Social. Conceito abordado por Sawaia (2002).

acompanhamento, diagnóstico social, análise técnica, relatórios, dentre outras ações (Benelli, 2014).

A maioria dessas práticas sociais atravessaram o século XX, sendo desenvolvidas majoritariamente por instituições religiosas de forte cunho assistencialista e benemerente, no campo da ajuda e do favor das classes dominantes aos pobres. Essas práticas serviram de estratégias para “apaziguar” os conflitos de classe social emergentes do período pós-escravidão e ao longo do processo de modernização e urbanização que o país vivenciou no início e decorrer do século XX.

Com a criação dos cursos de Serviço Social e Psicologia e suas regulamentações como profissões, as práticas sociais passaram por um processo de sistematização dos conhecimentos, na perspectiva de qualificar a intervenção profissional no campo dessas ciências disciplinares. No entanto, ambas ainda tinham muitas dificuldades de se desvincular dos interesses das classes dominantes. Os assistentes sociais foram os primeiros trabalhadores a assumir as práticas assistenciais como área de atuação. Já os psicólogos demoraram um pouco mais para adentrar a esse campo de trabalho (Yamamoto; Oliveira, 2010).

Os movimentos de reconceituações ocorridos na América Latina, que culminaram no Brasil nos anos 1980 foram fundamentais tanto ao Serviço Social quanto à Psicologia. O Serviço Social a partir da análise crítica da sua práxis, refundou as bases da profissão, buscando um compromisso ético e político com a classe trabalhadora. A Psicologia viveu um processo similar, buscando romper com práticas psicologizantes e elitizadas (Lane; Codo, 2001).

Após a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (Brasil, 1993) e da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (Brasil, 2004), foi aprovada a NOB RH SUAS (Brasil, 2006), e a partir desse momento, os assistentes sociais e psicólogos passaram, de forma declarada e institucionalizada, a compor a Assistência Social e compreendê-la como campo de trabalho. Essa normativa, (Brasil, 2006) apresentou uma memória histórica da Assistência Social, apontando as desigualdades sociais e os problemas sociais que se constituíam como desafios a serem enfrentados pelos trabalhadores do SUAS. O documento ofereceu um conjunto de princípios éticos direcionados a todos trabalhadores, buscou alinhar um posicionamento ético e político em torno da defesa aos direitos humanos e sociais. O documento do SUAS (Brasil, 2006) também explicita que somente a inclusão dos usuários nos estabelecimentos socioassistenciais não produz Proteção Social, pois esta depende do acesso da

família e dos sujeitos sociais a um conjunto de direitos constitucionais (previdência, trabalho, habitação, alimentação, Educação, Saúde, Esporte, Lazer, Cultura). O documento aponta como desafio colocado às equipes de trabalhadores o caráter articulador do SUAS na garantia do acesso do sujeito social às demais políticas públicas.

A NOB RH SUAS (Brasil, 2006) também enfatizou a importância do fomento de um movimento interdisciplinar na equipe de referência para o desenvolvimento do trabalho com as famílias e sujeitos sociais, apontando, para além dos princípios éticos, que as categorias de classe de cada profissão (Serviço Social e Psicologia) deveriam orientar os profissionais sobre suas atuações no âmbito do SUAS. O documento afirma ainda a importância da gestão do trabalho e da Educação Permanente, através da oferta de capacitações e supervisões técnicas aos trabalhadores para o fortalecimento dos sujeitos sociais em torno da Proteção Social.

Em 2007 o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e o CFP publicaram o documento “Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social” (CFP/CFESS, 2007), que buscou apresentar elementos históricos e políticos na construção da Política de Assistência Social, os processos de desenvolvimento das profissões de Serviço Social e Psicologia no Brasil, e os parâmetros norteadores para o desenvolvimento do trabalho no SUAS. É um documento importante, pois norteia as atribuições dos trabalhadores, propondo reafirmar a política de Assistência Social no campo dos Direitos, com ênfase à historicidade dos sujeitos no desenvolvimento da autonomia, nas reconceituações das profissões e reposicionamentos políticos e éticos dos trabalhadores quanto ao enfrentamento às desigualdades sociais.

Em 2011, buscando ratificar a equipe de referência definida pela NOB RH SUAS, foi aprovada a Resolução n° 17 (Brasil, 2011), reconhecendo as categorias profissionais de nível superior que deveriam compor os serviços socioassistenciais. De acordo com essa normativa (Brasil, 2011) ficam definidos como componentes das equipes de referência da Proteção Social Básica (PSB): o (a) assistente social e o (a) psicólogo; na composição da equipe de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade: profissionais da assistente social, psicologia e advocacia. O documento reconheceu que os profissionais como antropólogo, economista doméstico, pedagogo, sociólogo, terapeuta ocupacional e musicoterapeuta poderiam

compor as equipes de referência ou apoiar as ações através de assessorias às equipes.

A Resolução n° 17 (Brasil, 2011) também definiu as categorias profissionais que podem compor a gestão do SUAS: assistente social, psicólogo, advogado, administrador, antropólogo, contador, economista, economista doméstico, pedagogo, sociólogo e terapeuta ocupacional.

Em 2014 por meio da aprovação da Resolução n° 9, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) reafirmou e reconheceu os trabalhadores de nível médio e fundamental como trabalhadores do SUAS, definindo suas atribuições. Este documento considerou como trabalhadores do SUAS: educadores sociais, monitores, arte-educadores, orientadores sociais dentre outras profissões similares na categoria de ensino médio, como trabalhadores que compõem as equipes de referência dos serviços socioassistenciais.

No entanto, pelas experiências que vivenciamos, nos parece prevalecer como força instituída nos estabelecimentos socioassistenciais um trabalho profissional bastante disciplinar. As ações dos trabalhadores produzem efeitos nos cotidianos das vidas dos sujeitos dos estabelecimentos socioassistenciais. “A implicação é ao mesmo tempo “[...] fonte de conhecimento e de desconhecimento [...] ocupa um lugar importante tanto no seio dos processos criativos como na alienação individual, social e política” (Amado, 2005, p. 281).

O SUAS foi criado por três funções complementares: Defesa dos Direitos, Proteção Social e Vigilância Socioassistencial, que deviam se orientar pela transdisciplinaridade, transversalizando as ações do sujeito, ou seja, buscando condições para que eles pudessem diferir de modo singular, mas em uma sociedade desigual isso é inviabilizado (Cardoso; Romagnoli, 2019).

A partir de nossas experiências concretas no cotidiano institucional dos estabelecimentos assistenciais, acreditamos na necessidade e urgência na promoção de espaços de diálogo entre os sujeitos componentes das equipes de trabalho. Isso seria útil para enriquecer o debate coletivo e possibilitar uma compreensão mais ampla da complexidade das vivências dos trabalhadores do SUAS. “Complexidade na qual vivemos em que os fenômenos são cada vez mais desafiantes para os pesquisadores e mais difíceis de serem formatados em um único modelo de conhecimento ou a uma determinada metodologia” (Cardoso; Romagnoli, 2019, p. 9).

As tecnologias sociais utilizadas pelas equipes dos estabelecimentos socioassistenciais que acompanhamos eram desenvolvidas pelos trabalhadores a partir de um leque diversificado de posicionamentos éticos e políticos. Ao assumirmos uma posição intercessora, problematizamos essas práticas buscando contribuir para que os trabalhadores pudessem resistir ao modo disciplinar do trabalho social, analisando, elaborando e produzindo ações singulares e coletivas para a transformação, confrontando as ações que, inclusive na contramão do discurso oficial da AS, mobilizavam a vergonha, a culpa, a repetição e a manutenção das desigualdades sociais.

Ao longo de nossa jornada como assessor junto aos trabalhadores dos estabelecimentos socioassistenciais percebemos dificuldades que emanam das suas práticas sociais, sendo que alguns dos sujeitos se esquivavam da dimensão da subjetividade como elemento de trabalho. Alguns trabalhadores rotularam a subjetividade como elemento do campo da Saúde, se posicionando de modo a evitar os aspectos subjetivos do sujeito, o que acabou por colaborar para a produção de processos de subjetivação serializados. O trabalho focado em ações objetivas e de objetificação do sujeito, desconsiderando o sujeito de desejo e, em alguns casos, até mesmo a dimensão política, corrobora para a produção de um tipo de trabalho que reproduzia uma racionalidade científica hegemônica, não contribuindo para a transformação da realidade social.

A partir da emergência das ciências humanas, as ações sociais desenvolvidas inauguraram uma nova racionalidade, a econômica. Nessa lógica, o interesse econômico passa a se sobressair como forma específica de governo, o “governo econômico” (Farhi Neto, 2010). Estaria a Assistência Social isenta da lógica dessa racionalidade econômica? Provavelmente, se não problematizarmos nossas práticas sociais, tenderemos à reprodução dessa lógica no âmbito assistencial e estaremos sujeitos aos seus efeitos éticos e políticos.

3.4. A busca intercessora como um lugar de confronto aos modos disciplinares dos sujeitos no trabalho: como operamos com o DI no plano da práxis?

Operar com o DI exigiu que buscássemos uma posição intercessora já no momento da recepção da encomenda do trabalho. A partir da perspectiva de uma busca pela posição intercessora, não levávamos saberes prontos, mas perguntas e

questionamentos sobre as diversas contradições que estavam presentes nas ações governamentais e entre as encomendas e as demandas da população atendida, incluindo as dos trabalhadores da AS.

A busca pela posição intercessora nos desafiava a também nos desvencilhar das armadilhas criadas pelas encomendas e pela exigência dos trabalhadores por respostas pragmáticas que pudessem resolver os seus problemas do cotidiano. Antes de nossa apropriação do DI, buscaríamos responder a tais solicitações, mesmo que isso nos provocasse certos incômodos. Porém, com a nossa apropriação contínua de outro modo de trabalhar, já avisados sobre os efeitos de nosso trabalho nos sujeitos, fomos buscando não dar respostas, mas sim, instigar com os trabalhadores movimentos que pudessem desembocar na potência inventiva de soluções para os seus próprios problemas.

Não conseguimos, em todos os processos de formação dos trabalhadores que desenvolvemos, ocupar ou adotar uma posição intercessora. Mas em alguns momentos, considerando as condições disponíveis, acreditamos que contribuímos para o fortalecimento da organização dos trabalhadores em direção as lutas sociais necessárias a serem travadas, aquelas que se orientam pelas demandas populares.

Do lugar de trabalhador-Intercessor, buscamos nos localizar no processo de viver o social, o político e o subjetivo, procurando examinar as demandas sociais, que se encontravam no lugar de alienação, endereçadas a nós como encomendas. Nossa busca pela posição intercessora nos levou a nos situar no campo existencial, social e subjetivo cotidiano, exercitando o poder da contratualidade social, ouvindo as demandas-necessidades-desejos do sujeito, assumindo um papel de coadjuvante, o mais-um (+1), produzindo o suporte para que os trabalhadores construíssem saber-fazer na própria práxis. Os trabalhadores naturalizando o lugar que ocupavam nas contradições e nos conflitos institucionais, acabavam por contribuir para que o sujeito dos estabelecimentos socioassistenciais ficasse no lugar de objeto passivo (Costa-Rosa, 2008).

Com a nossa apropriação do DI começamos a nos indagar a quem, ou para que, serviam as discussões de caso, as visitas domiciliares, os atendimentos, os acompanhamentos, os encaminhamentos, dentre outras práticas contraditórias realizadas pelas equipes de trabalhadores dos estabelecimentos socioassistenciais.

Essas indagações rompiam os limites dos nossos diários de intercessão, sendo compartilhadas com os trabalhadores, ampliando-se o leque de questionamentos,

sem apresentar respostas aos problemas. Nosso intuito não era de deslegitimar as práticas do trabalho social, mas questioná-las ao ponto que pudessem contribuir com novos movimentos, para que os trabalhadores pudessem refletir e se posicionarem de modo implicando com a produção de ações singularizadas. Nos estabelecimentos socioassistenciais nos quais conseguíamos, em alguns momentos, superar as solicitações e ânsias pela discussão de casos, abrindo novos temas e problemas a serem enfrentados, era criado um espaço para reflexões sobre os acontecimentos-sujeito, revelando outras situações problemas do cotidiano do estabelecimento, que de fato caracterizavam as demandas.

Nos estabelecimentos onde ocorria a insistência pelas discussões de caso passamos a ampliar nossas estratégias, buscando radicalizar a posição de não objetificação do sujeito, o que nos levava a questionar junto aos trabalhadores elementos que pudessem fortalecer a problematização do caso a partir do envolvimento do próprio sujeito para a solução dos problemas que vivenciava. Nossas discussões problematizam os espaços de exercício da cidadania e participação dos sujeitos atendidos, buscando enfrentar as éticas que insistiam em moralizar, julgar e tutelar o sujeito.

De modo geral, as estratégias iniciais foram as mesmas, mas a partir da problematização das encomendas de cada equipe dos estabelecimentos e da explicitação das demandas buscamos nos reposicionar. Isso possibilitou ao longo do processo o desenvolvimento de ações singularizadas e direcionadas a cada realidade social do estabelecimento.

Para a produção de práticas singularizadas, por meio de nossas práticas sociais, precisávamos saber o que estávamos fazendo, analisando criticamente os efeitos éticos e políticos dessas práticas em nós trabalhadores e nos sujeitos atendidos no cotidiano dos estabelecimentos socioassistenciais.

Os trabalhadores dos estabelecimentos socioassistenciais podem operar com diferentes tipos de dispositivos de trabalho, embora nem sempre saibam bem o que estaria orientando suas práticas. Um deles é o dispositivo intromissor autoritário que se forma pela apropriação do conhecimento científico, no plano positivista, a partir do qual o sujeito ocupa o lugar de especialista, título fornecido pelas instituições de ensino, que lhe daria o poder, pelo saber, de se intrometer de maneira autoritária. Isso é feito sob o discurso de que se trata uma prática neutra, técnica, imparcial, dotada

de uma racionalidade científica, objetificando o sujeito e lhe endereçando uma verdade (Benelli, 2023).

Outro tipo de práticas configura o dispositivo interventor, no qual os trabalhadores tentam diferenciar suas práticas do dispositivo intromissor, incluindo o plano social e a subjetividade, porém ainda não se diferenciam de modo radical e dialético do dispositivo intromissor. Esses trabalhadores por conceberem a subjetividade como restrita ao campo de registro da linguagem no plano do imaginário, produzem processos lacunares e acabam por fortalecer, de forma desavisada, as forças institucionais hegemônicas. O dispositivo interventor abarca mais de uma submodalidade, tais como: a modalidade terapêutica-pedagógica e a político-pedagógica (Intervenção crítico dialético), além de incluir as atuações dos trabalhadores que se orientam pelo discurso oficial da AS (Benelli, 2023).

Já os trabalhadores que operam com práticas intercessoras produzem o dispositivo de pesquisa intervenção cartográfico ou o Dispositivo Intercessor (DI) que se diferenciam de modo radical e dialeticamente dos dispositivos intromissor e interventor. No dispositivo cartográfico o trabalhador realiza a crítica à ciência e à subjetividade, concebendo suas ações como ato político, a partir da clínica da diferença/esquizoanálise. O sujeito na perspectiva cartográfica é concebido no plano sócio-histórico, com diversas formas de subjetivação que podem culminar em processos de serialização e/ou singularização do sujeito (Benelli, 2023).

No DI, que constitui nossa perspectiva de análise e trabalho, o sujeito é concebido no plano social, plano político e na realidade psíquica, sendo essa pautada nos registros de linguagem que envolvem o imaginário, o simbólico e o real, isso mediante a perspectiva de Freud e Lacan. O trabalhador no DI procura produzir o saber pela práxis com o intuito da superação por meio da subversão e superação das dicotomias clássicas presentes no dispositivo intromissor típico do MCP, tais como o saber-fazer, o objetivo-subjetivo, o normal-anormal e o objeto-sujeito (Benelli, 2023).

Em nossa intercessão-pesquisa junto às equipes dos estabelecimentos socioassistenciais identificamos um conjunto de tecnologias operadas no trabalho social. A partir das demandas oriundas dos processos de formação dos trabalhadores, colocávamos à crítica o conjunto dessas tecnologias, os motivos de suas escolhas como forma de trabalho e os efeitos éticos e políticos que elas poderiam gerar, o que possibilitou a realização de algumas reflexões e problematizações a respeito das práticas dos trabalhadores da AS.

Problematizando a tecnologia da visita domiciliar como prática social questionamos se existiriam diferenças nos efeitos éticos e políticos nas diversas formas de utilização dessa tecnologia social. Entendemos que alguns trabalhadores a utilizavam para verificar se os sujeitos estavam mentindo em relação as informações prestadas em atendimentos anteriores. Outros trabalhadores já a utilizavam como estratégia de articulação entre saber-fazer sobre o modo de vida do sujeito e dos coletivos que viviam naquela comunidade. É possível analisar e inferir que, na primeira situação, os trabalhadores tendem a produzir como efeito ético a tutela, a filantropia e o clientelismo. Se, de fato, não paramos para pensar sobre os que estamos fazendo e os efeitos éticos e políticos que estão implícitos nas nossas práticas, estaremos à deriva e com grandes dificuldades de mobilizar um campo teórico-técnico, ético-político e sociocultural transformador.

As tecnologias sociais presentes no trabalho social da AS podem ser operacionalizadas de modo que se produza um processo de subversão dos instrumentos, a partir de uma implicação singularizada. Nesse sentido, as experiências com instrumento da visita domiciliar, do atendimento, da produção de relatórios e das discussões de casos podem ser operadas pelos trabalhadores da AS buscando uma ruptura com os modos de trabalho presentes nos dispositivos intromissor e interventor, que podem contribuir, dessa forma, para o enfrentamento e o confronto da manutenção das hierarquias institucionais e das forças hegemônicas de normalização social.

A partir da posição intercessora na práxis podemos tentar subverter os efeitos éticos e políticos disciplinares mais comuns, se deslocando, como trabalhador, da posição de detentores de saber sobre o outro e buscando operar para que o próprio sujeito se implique de modo singularizante no enfrentamento de suas demandas, como a realização de visitas às famílias não para fiscalizá-las, penalizá-las ou culpá-las, mas para implicá-las na produção de singularidades como efeito de articulação entre saber-fazer-poder.

Outra possibilidade de subversão pode ser exercitada no modo de produzir os relatórios, uma vez que questionávamos, em conjunto com os trabalhadores, se a escrita desses documentos poderia ser acompanhada pelos sujeitos atendidos nos estabelecimentos socioassistenciais. Essa prática, adotada a partir desse questionamento, se aproximou do que ocorreu com a discussão de caso, na qual também propusemos a participação próprios sujeitos, não para a formação de um

tribunal do júri, mas para que os eles não ficassem no lugar de meros objetos de intervenção, subvertendo a relação sujeito-objeto para sujeito-sujeito.

Não se trata de negar o uso das tecnologias sociais existentes, mas sim de implicá-las em uma outra concepção de sujeito que contribua para a criação de efeitos éticos e políticos que fortaleçam as forças pulsantes instituintes na perspectiva das lutas sociais populares.

As instrumentalidades/tecnologias do trabalho social podem ser relacionadas como dispositivos de intromissão, de intervenção ou se diferenciar dialética e radicalmente para uma prática de ação intercessora, fortalecendo as resistências às forças que violentam os trabalhadores e sujeitos atendidos pela AS. Acreditamos que ao reposicionarmos nossas práticas sociais por uma lógica singularizante, estaremos mais próximos, inclusive da proteção social tal como preconizada pela AS.

Os trabalhadores ao não se questionarem criticamente sobre os efeitos éticos e políticos de suas práticas sociais podem reproduzir uma visão disciplinar autoritária, mandando, decidindo pelo outro e produzindo efeitos éticos na perspectiva da tutela.

De acordo com Benelli (2014) as possibilidades éticas e seus efeitos, que podem ser encontrados nas práticas sociais de psicólogos e outros trabalhadores no campo da AS, não são necessariamente realizadas de modo deliberado. Elas podem ser produtos de práticas que, inclusive, nem foram calculadas pelos trabalhadores.

Os problemas com os quais lidam os trabalhadores do SUAS são complexos e exigem uma abordagem transversal e transdisciplinar, bem como o trânsito do trabalhador pelos planos da política, da economia, da administração pública, da Saúde, da Assistência Social, da Educação, da Segurança Pública, do Judiciário e das Ciências Sociais e Humanas (Benelli, 2014).

A complexidade advém do próprio trabalho coletivo e também porque os problemas relacionados com a questão pobreza-cidadania estão atravessados por uma diversidade de fatores determinantes dos processos de exclusão-exploração-marginalização que o capitalismo globalizado inflige aos brasileiros pertencentes às classes populares em geral.

3.5. A ética e a resistência nas práticas do Trabalho do Social

> Quando o pau come solto, quem toma no lombo é a população em situação de rua. São os cidadãos miseráveis, contradição que não cabe. Como ser cidadão e ao mesmo tempo miserável? Não deveríamos conceber na palavra

> sujeito a ideia da conjunção “e” entre cidadão e miserável (Diário de Intercessão, 2022).

As práticas sociais desenvolvidas pelos trabalhadores dos estabelecimentos socioassistenciais produziam efeitos nos sujeitos. Os efeitos nos trabalhadores sociais correspondiam às queixas sobre as dificuldades em se desenvolver um trabalho que vislumbrasse uma mudança da realidade.

O contexto de pandemia de Covid-19, justaposto a um governo neoliberal, contribuiu para uma significativa desorganização frente à ausência de um comando governamental que valorizasse SUAS. Enquanto política pública, o SUAS deixou de ser fortalecido para, inclusive, passar a receber profundos ataques por intermédio de discursos oficiais da AS, desrespeitando, por exemplo, a política pública de Proteção Social do Estado brasileiro. Esses discursos oficiais ignoravam as normativas assistenciais, contradizendo e criando ações desvinculadas e fragmentadas, típicas do assistencialismo. Os estados e municípios se viraram como puderam, alguns se alinhando, na perspectiva da gestão neoliberal, outros buscando enfrentar os problemas locais de modo isolado.

As equipes de trabalho dos CRAS desses municípios com os quais trabalhamos teve que realizar uma volumosa quantidade de atendimentos online, focados na concessão de benefícios ou inclusão em programas de transferência de renda. Nesse período, notamos que as equipes problematizavam as práticas que realizavam com as famílias sob um forte reducionismo das ações com foco no acesso delas à renda. Quando identificavam demandas relacionadas à educação, se queixavam, pois, as escolas estavam no modelo remoto. Já quando identificavam demandas nas famílias relacionadas à Saúde, a queixa apresentada por eles era devida à sobrecarga do atendimento na saúde e a dificuldade de dialogar com o Centro de Saúde.

Diante da nossa inquietude em relação às queixas sobre as dificuldades em se realizar o trabalho social no período pandêmico, refletimos sobre a necessidade desses trabalhadores de desenvolver, junto aos usuários dos estabelecimentos socioassistenciais, formas outras de enfrentamento às dificuldades que apontavam em relação aos insucessos da comunicação e encaminhamento para outras políticas públicas.

Nossa indagação inquietante se transformou em palavra dita em alguns momentos, o que sabemos e podemos fazer, especificamente, para além das demais

políticas públicas? Qual é o saber e o fazer singular que somente os estabelecimentos socioassistenciais podem realizar?

Duas cenas são importantes para a problematização e exemplificação de alguns efeitos éticos de práticas sociais diferentes, promovidos nos sujeitos atendidos em alguns estabelecimentos socioassistenciais. A primeira cena refere-se a uma das discussões de caso realizada em um CREAS. A assistente social A. esboçou um caso no qual tinha sido realizada uma visita domiciliar que identificou uma precariedade nas condições materiais da família (ausência de geladeira, fogão, guarda-roupa etc.) chefiada por Marlucia[26], uma mulher afrodescendente. Após a assistente social A. reportar essa ocorrência à coordenadora Isabella, uma mulher branca, esta relatou que possuía um grupo de apoio no *Whatsapp* e que ao se deparar com a situação, que julgou ser um problema da família, acionou o grupo conseguindo a doação para a família (fogão e geladeira). A Isabella mobilizou seus contatos pessoais e mandou entregar os objetos na casa da família. A Marlucia ao receber as doações teria reclamado, pois não havia solicitado nada, dizendo que agora com a geladeira e o fogão teriam um aumento na conta de energia que não conseguiriam pagar. “Nosso trabalho é difícil, veja que ingratidão dessa família”, foi o que concluiu Isabella, não se sentindo reconhecida e dada a resistência da Marlucia em não assumir a posição do pobre necessitado que deveria agradecer ao Estado pela esmola dada por um suposto cidadão de bem, mediada por uma funcionária pública que ocupava um cargo de gestão em um estabelecimento público promotor de direitos.

A segunda cena é referente ao trabalho social desenvolvido em um Centro Pop no período pandêmico de Covid-19. Ao longo da pandemia os sujeitos-cidadãos atendidos e cidadãos-trabalhadores, vivenciaram momentos difíceis, relacionados às sobreposições do aumento no número de sujeitos em situação de rua, o que proporcionava também um acréscimo às necessidades de ações do estabelecimento, ao mesmo tempo em que o número de trabalhadores estava reduzido. Ou seja, possuíam uma insuficiência de recursos materiais, bem como apresentavam um crescente processo de adoecimento psíquico dos trabalhadores e dos sujeitos atendidos.

[26] Nome fictício atribuído ao sujeito do estabelecimento que operamos com a Intercessão-Pesquisa com o intuito de preservar a identidade. Os demais nomes que surgirem adiante (sujeitos atendidos e sujeitos trabalhadores) também são fictícios com a mesma finalidade.

Desde os primeiros encontros com essa equipe de trabalhadores, tornou-se nítidas as dificuldades de alguns em sustentar uma posição reflexiva e crítica. A equipe era dividida entre os profissionais de nível superior, nomeados de técnicos (assistentes sociais e psicólogos) e do outro lado os trabalhadores de nível médio, que possuíam um cargo similar ao de orientador social. Se de um lado os técnicos desenvolviam ações de atendimento e acompanhamento, os orientadores sociais cuidavam de controlar e monitorar o horário de entrada dos sujeitos, o guarda volume, o espaço de lavagem de roupas, os banheiros, a sala de estar e o vale alimentação do lanche ou/e almoço.

Nos encontros de supervisão técnica, os trabalhadores denominados técnicos traziam casos para serem discutidos, enquanto apresentavam e discutiam os seus saberes sobre o que conheciam dos sujeitos, os orientadores ficavam em silêncio. O vazio de palavras dos trabalhadores orientadores sociais era tão constrangedor, chegando ao ponto de, em todos os encontros, os técnicos passarem a afirmar que gostariam de ouvir os orientadores sociais. No começo, alguns trabalhadores disseram que não compreendiam o objetivo daquela reunião. Eles sentiam que estavam perdendo tempo. A visão dos orientadores, de modo geral, era que alguns técnicos e a coordenação do estabelecimento “passavam a mão na cabeça” dos sujeitos atendidos, pois quando os combinados de convivência do estabelecimento não eram respeitados pelos sujeitos-usuários não havia uma atitude de responsabilização do sujeito pela quebra da regra estabelecida. Alguns trabalhadores chegaram a falar, se posicionar, mas a retórica dos técnicos era de que o trabalho exigia tempo de dedicação, pois precisam escutar, desenvolver um trabalho para ver se teria alguma mudança no comportamento do indivíduo atendido. Porém outros técnicos, discordavam entre si. Um trabalhador afirmou que o estabelecimento deveria possuir combinados internos sobre o que se deveria fazer. No meio desses encontros, às vezes silenciado, em outros momentos agitadíssimo, havia um trabalhador que literalmente dormia. A nossa inquietação como trabalhador que tentava operar com o DI consistia na dificuldade em contribuir para a superação dialética da divisão sociotécnica do trabalho que, nesse caso, não gastava energia alguma em se camuflar.

Como os processos de trabalho de formação dos trabalhadores da AS podem contribuir para se romper essa divisão entre saber-fazer, uma vez que os sujeitos

participantes acreditavam que o saber técnico não contribuiria em nada em seu fazer cotidiano?

Em um dos encontros, por meio da tentativa de operar a partir da posição intercessora, buscamos tirar o tamponamento dessa situação, como dizem, colocar lenha na fogueira, discutindo uma situação de violência. Elza, uma mulher afrodescendente, trabalhadora-orientadora social, relatou ter sofrido assédio por parte de Bianor enquanto monitorava o tempo de duração dos banhos, um homem branco acompanhado pelo estabelecimento. A Elza ao monitorar o banho do sujeito, que estaria demorando e extrapolando, o indagou sobre o tempo determinado. Ele ao desligar o chuveiro e sair, mostrou o pênis para ela, insinuando que ela o pegasse e manipulasse.

A Elza ao relatar sobre a situação de violência sexual que havia sofrido, contando outras violências que sofreu com falas racistas de Bianor contra ela, cobrava da equipe e da coordenação do Centro Pop uma postura disciplinar que proibisse a entrada dele no estabelecimento. A coordenação e a maioria da equipe técnica sustentavam a necessidade de acompanhar o Bianor. Apenas um dos técnicos apontava que a ação realizada por ele era crime e o mesmo deveria ser punido.

O conflito explícito, o acontecimento-sujeito, envolto na situação problema a ser enfrentada levou a equipe a fazer alguns encontros de debates. A equipe havia chegado à conclusão de que deveriam organizar um fluxo interno de como processar as situações de conflito e de não cumprimento dos combinados, pactuando, inclusive, com os sujeitos-usuários, por meio de uma assembleia com a população em situação de rua atendida no local.

A demanda identificada pelos trabalhadores gerou um processo de produção coletiva com os trabalhadores sobre um fluxo de procedimento para situações indisciplinares. Ao longo dos encontros seguintes a equipe elaborou o fluxograma, mediado pelo processo de supervisão técnica, que demarcava a necessidade de escuta, de responsabilização e acompanhamento. O interessante dessa cena foi que a situação problema desse grupo levou os trabalhadores a dialogarem, rompendo o silencio e promovendo uma implicação maior dos técnicos e dos orientadores sociais. Após encerrado o processo de supervisão técnica, tivemos a notícia de que uma nota de repúdio e uma denúncia sobre a política higienista, que estava em curso pela gestão municipal para a população em situação de rua, havia sido lida em alguns eventos e protocolada junto ao Ministério Público. Esse documento teria sido

articulado pelos trabalhadores desse estabelecimento com o apoio de dezenas de trabalhadores de outros estabelecimentos.

As duas cenas foram mobilizadas e apresentadas para problematizar a ética e os movimentos de resistência. Na primeira cena, a Isabella por meio de uma prática assistencialista, produz como efeito a ética da tutela, porém houve a resistência do sujeito, que não se submeteu a posição de necessidade como julgava a Isabella.

Na segunda cena, temos uma prática de controle disciplinar do banho, que gerou como efeito no Bianor a resistência por meio de sua subversão, ao resistir em obedecer às regras do estabelecimento, reproduzindo falas racistas e não aceitando se submeter ao controle do tempo de banho. Na discussão de caso que realizamos sobre a reação do Bianor ficou evidenciado que ele havia passado a manhã inteira aguardando para ser atendido por um trabalhador técnico que não o atendeu, alegando que havia outros atendimentos urgentes, porém o não atendimento não apareceu no discurso da orientadora social que inclusive não sabia dessa situação do não atendimento pelo outro técnico. A situação do banho teria ocorrido no período da tarde, embora não justificasse a produção de violências, mas evidenciava os problemas e efeitos próprios da divisão sociotécnica do trabalho.

As duas cenas que vivenciamos explicitam a resistência dos sujeitos. Embora a resistência conote a problematização da própria ação dos trabalhadores, os sujeitos atendidos por esses estabelecimentos resistiram, porque não deixaram de ocupar a posição de sujeito, sofrendo inclusive os efeitos dessas situações objetificadoras e tuteladoras.

Dentre as possibilidades éticas que orientam as práticas podemos elencar algumas com base nas hipóteses de Benelli (2014). A ética da tutela é aquela em que o trabalhador se relaciona com o sujeito social a partir de um saber a priori, com base na racionalidade científica. Nessa perspectiva, o trabalhador está posicionado no lugar de quem detém o saber sobre o que é melhor para o outro, partindo do pressuposto de que o outro não saberia sobre si mesmo. Constitui nessa ética um conjunto de práticas articuladas entre social-psi-jurídico-legal que cristaliza o sujeito em uma condição de passividade (Benelli; Costa-Rosa, 2011; 2013a; 2013b).

Identificamos também a ética da interlocução, na qual, tanto o trabalhador quanto o sujeito social atendido nos estabelecimentos socioassistenciais estabelecem uma relação igualitária, no entanto, o poder decisório sobre a vida do sujeito fica a cargo do trabalhador (Benelli, 2014).

Outra ética possível refere-se àquela da ação social, em que o trabalhador e o sujeito atendido na AS se implicariam na perspectiva do fortalecimento das pulsões instituíntes, buscando transformar/modificar a realidade sociopolítica e enfrentar as desigualdades sociais e violências em que vivem, a partir a afirmação da cidadania e do sujeito de direitos (Benelli, 2014). Trata-se da ética do paradigma do sujeito cidadão nas políticas públicas na qual o trabalhador procura deliberadamente orientar suas práticas sociais por meio dos documentos e marcos conceituais do SUAS. Nessa ética, o trabalhador buscaria uma articulação de um conjunto de aspectos, tais como o sujeito de direitos-cidadão, protagonismo, cidadania, participação democrática e controle social (Benelli, 2014).

No campo de trabalho na AS também haveria a ética do cuidado, pautada no envolvimento do trabalhador com o sofrimento do sujeito social/família. Nessa modalidade ética o trabalhador na posição de cuidador ao se identificar com a dor do outro acaba por simpatizar com ela, tornando-se solidário ao outro. Esta ética fundamenta formas de ajuda e está pautada em um plano orientado pela caridade cristã. Práticas de cuidado também podem estar pautadas na medicalização, psiquiatrização, psicologização e assistencialismo (Benelli, 2014).

Haveria também, em menor escala, a ética do sujeito do desejo inconsciente que é operada a partir da Psicanálise de Freud e Lacan e problematiza o inconsciente e o campo da linguagem por meio dos registros do imaginário, do simbólico e do real, estimulando o sujeito a se posicionar diante dos conflitos e contradições, orientando-o pela consideração do próprio desejo.

Na perspectiva de Benelli (2014) também encontramos a ética do sujeito, em que para além do inconsciente, plano subjetivo, inclui-se também uma implicação sociocultural. O sujeito nessa ética é considerado um ator social no plano da história e da política. Essa é a ética pela qual buscamos nos orientar e posicionar ao longo dos processos formativos. Essa ética pode ser assumida pelos trabalhadores da AS, principalmente, quando a demanda de trabalho se caracteriza por necessidades relativas aos processos de subjetivação. No entanto, é necessário considerar alguns aspectos para que se possa operar com essa ética no campo da AS, precavidos pela psicanálise em intensão, tais como as perspectivas teórico-técnicas na produção de diferentes subjetividades (singularizada ou serializada), e formas de relações transferenciais (Benelli, 2014).

3.6. Transversalizando os encontros individuais para encontros ampliados dos CRAS: os atravessamentos do trabalho

Os encontros de supervisão no município A, seguiam com o formato de encontros individuais até a metade do processo de formação. O espaço coletivo de formação dos trabalhadores da AS que existia, envolvendo mais de um estabelecimento, era aquele composto por encontros bimestrais entre CRAS e CREAS. Eles oportunizaram experiências potentes, com o surgimento de pautas relacionadas às dificuldades, essas nomeadas de articulação, nos procedimentos de referenciamento e contrarreferenciamento[27] entre esses estabelecimentos. Isso promoveu a possibilidade de os trabalhadores dialogarem e se organizarem à nível municipal.

Em um dos encontros, os trabalhadores do CREAS apresentaram uma proposta de protocolo para o referenciamento do PAEFI, a partir de certos critérios definidos e mapeados, tendo por referência as normativas federais da AS. Naquela ocasião os trabalhadores dos CRAS identificaram a necessidade de produzirem também um protocolo de encaminhamento para eles, buscando qualificar os processos de referenciamento, incluindo o desenvolvimento de um fluxograma de atendimento interno. Essa identificação da demanda possibilitou que as equipes se organizassem e ampliassem um dos encontros com a equipe de cada estabelecimento de CRAS com a participação das demais equipes dos outros CRAS.

No decorrer do processo de assessoria aos trabalhadores dos CRAS, entendemos que havia uma demanda em relação a criação de um espaço de diálogos entre os três CRAS do município A.

Nos encontros da Rede SUAS, os trabalhadores dos CRAS percebiam que o CREAS havia avançado na construção de um protocolo por meio do qual haviam organizado e criado alguns critérios para orientar seu trabalho. Seu intuito era de

[27] De acordo com os cadernos de orientação técnica do PAIF, volume 1 e 2, (Brasil, 2012a; 2012b) o referenciamento envolve, para além do simples encaminhamento, um conjunto de procedimentos, tais como: orientação, direcionamento das famílias ou um dos seus membros para os demais estabelecimentos socioassistenciais, articulação da rede e realização de contatos, de modo a garantir a efetivação do encaminhamento, obtendo retorno da informação. Já a contrarreferência refere-se ao mesmo procedimento, porém se dá quando o CRAS recebe um encaminhamento de um estabelecimento socioassistencial de maior complexidade, como, por exemplo, do CREAS, o que deverá ser precedido também dos mesmos procedimentos do referenciamento. Tanto o referenciamento como o contrarreferenciamento pressupõem estratégias de gerência dos sujeitos e de suas informações.

qualificar os encaminhamentos/referenciamentos das famílias em situação de violência e com ameaça de ruptura de vínculos entre seus membros, realizados pelos diversos estabelecimentos públicos.

Os CRAS estavam há quinze anos buscando construir um fluxo na Proteção Social Básica. Diferente do CREAS que era apenas um estabelecimento socioassistencial, os CRAS precisavam forjar um espaço de diálogo entre eles para que pudessem fazer construções coletivas.

Cada CRAS possuía uma realidade diferente, com procedimentos diversos para os atendimentos, acompanhamentos e encaminhamentos/referenciamentos. As diferenças entre os CRAS poderiam ser interessantes no sentido de representar uma maior autonomia das equipes para construírem os seus processos de trabalho de modo singularizado, porém, não era isso o que ocorria. A ausência de diálogo entre os estabelecimentos da PSB gerava confusões em relação a concepção de sujeito, aos processos de trabalho, aos efeitos éticos e políticos não desejados e ao enfraquecimento dos movimentos dos trabalhadores que ficavam segregados em territórios, o que dificultava a organização coletiva do Trabalho Social.

Haveria alguma possibilidade de melhora na comunicação e na organização dos trabalhadores dos diferentes CRAS? Ao longo dos encontros acessamos um conjunto de queixas dos trabalhadores referentes às suas dificuldades em operar com práticas críticas, para além do trabalho técnico de atendimento, majoritariamente individualizado, focalizado em transferência de renda, concessão de cesta básica e encaminhamentos para outros estabelecimentos públicos.

Os trabalhadores do CRAS 1 foram os primeiros a explicitar o desejo de avançar para uma discussão coletiva a respeito da criação de ferramentas de trabalho organizadas por meio de um Plano de Acompanhamento Familiar. O fato deles estarem menos sobrecarregados com discussões individualizadas em relação às famílias circunscritas no plano da urgência e emergência constituiu uma brecha institucional para que propusessem a ampliação de alguns de seus encontros para incluir a participação dos trabalhadores dos demais CRAS.

A ideia de ampliação de um espaço de diálogo e a organização dos trabalhadores da PSB surgiu em um dos encontros de assessoria do CRAS 1 e se concretizou com o convite aos trabalhadores dos demais CRAS que se propuseram participar. Esse espaço criado junto aos trabalhadores, que não estava no escopo

inicial da assessoria, possibilitou aos trabalhadores trocarem as experiências sobre como cada estabelecimento lidava com as suas demandas.

Ao longo dos encontros ampliados entre os trabalhadores da PSB, os demais CRAS também foram cedendo um encontro para que pudessem se encontrar, conversar e, inclusive, se organizar estrategicamente para participarem da reunião da Rede SUAS de modo mais articulado.

No decorrer desse processo de encontros ampliados foi possível a elaboração coletiva de um protocolo comum a todos os CRAS que versava sobre o fluxograma de atendimento, ferramentas para acompanhamento familiar e um diagrama que mapeava as principais atividades dos trabalhadores.

Os encontros de assessoria entre CRAS e CREAS, que denominamos de encontros da Rede SUAS, já estavam previstos como um dos pontos do nosso trabalho formativo. A encomenda pela formação dessa rede foi endereçada a nós pelos trabalhadores que ocupavam, naquele momento, a função de gestão da Proteção Social, sendo motivados pelos problemas oriundos da relação entre CRAS e CREAS.

Para os gestores da proteção social do município A os CRAS e CREAS vivenciavam conflitos na relação de referenciamento e do contrarreferenciamento entre si e era necessário estabelecer fluxos para melhorar o canal de comunicação e os atendimentos.

Em diálogo com os trabalhadores percebemos que os problemas presentes na relação entre CRAS e CREAS circundavam as queixas entre os trabalhadores do CREAS de que os relatórios produzidos pelos trabalhadores dos CRAS eram pouco embasados, alegando que não era apontado nos relatórios as violências domésticas que justificariam o referenciamento das famílias ao CREAS. Já os trabalhadores dos CRAS traziam como queixas o não reconhecimento do trabalho que faziam com as famílias, afirmando que o CREAS era resistente aos referenciamentos e que os trabalhadores dos CRAS mantinham atendimentos a algumas famílias, sem realizar o referenciamento ao CREAS, devido à informação que recebiam de que o CREAS tinha muitas demandas reprimidas (família sem atendimento/lista de espera) e por isso demorava em atender os casos encaminhados.

Os encontros estavam programados para ocorrer de modo bimestral, com a duração de duas horas cada e no formato online, pois reuniria um coletivo grande de

trabalhadores e essa forma virtual ajudaria a prevenir a transmissão/contágio do Covid-19.

Em relação aos CRAS, destacamos que os encontros ampliados possibilitaram a participação das equipes dos demais CRAS para pensar nas questões coletivas sobre a PSB, na elaboração e na sistematização dos processos de trabalho no CRAS. Isso contribuiu para a produção dos esboços do fluxograma de atendimento do CRAS, revisão do PAIF e de um diagrama de atividades e competências, que foram base para a construção do Protocolo da Proteção Social Básica. Esses encontros também contribuíram para problematizarmos os temas a serem discutidos referentes ao processo de conferência do ano de 2021, estabelecendo os assuntos a serem levados para a Conferência de Assistência Social.

Em relação ao CREAS, nas brechas institucionais que percebíamos, discutíamos e problematizávamos sobre a diferenciação entre atendimento e acompanhamento e o papel do CREAS e do PAEFI. Discutimos ainda sobre outros aspectos teóricos-conceituais do SUAS, na perspectiva de contribuir para o trabalho crítico da equipe.

Como forma de conclusão dos processos de assessorias, finalizamos de modo coletivo os documentos intitulados “Protocolo de Referenciamento ao CREAS” e o “Protocolo da PSB”. Essa ação foi realizada por meio de escritas grupais, com revisão técnica e validação da proposta de fluxograma de atendimento de sujeitos sociais/desejos e famílias no âmbito do CRAS e do CREAS. Tais documentos consistiram num avanço quanto ao trabalho assistencial no município.

Foi possível, ao longo do período de assessoria, realizar e problematizar discussões de casos e dos referenciais teóricos, conceituais e práticos, dentre outras ações, buscando interceder de modo que os trabalhadores pudessem se reposicionar no enfrentamento das desigualdades sociais.

Enfatizamos que durante o processo de assessoria vivenciamos a finalização de uma gestão municipal e o início de outra. Isso nos permitiu identificar alguns processos instituídos na forma de funcionamento do Poder Público que se mantiveram na nova gestão e precisavam de análise crítica, tais como: composições das equipes de acordo com a NOB RH SUAS, superando precarização dos estabelecimentos socioassistenciais, – o CRAS 01 não tinha muito o que ofertar, era visto como um estabelecimento que não tinha demanda, mas havia demanda –; a importância do psicólogo na composição das equipes, pois os estabelecimentos atuavam apenas

com assistentes sociais, o que gerava, em consequência, uma perspectiva disciplinar e dificuldades para lidar com problemas complexos como as desigualdades sociais, violações de direitos, violências e autonomia.

3.7. O processo de estudo dos(as) trabalhadores(as) da PSE de Média e Alta complexidade sobre o Trabalho Psicossocial

Embora tenha sido desafiador, tendo-se em vista a escassa problematização acadêmica sobre o trabalho psicossocial que pode ser realizado na AS (Benelli, 2022, 2023) e a ausência de qualquer referência técnica no âmbito do discurso oficial da AS que a assuma o trabalho social como o seu horizonte de trabalho, a encomenda chegou de modo direto, sem precisar a complexidade que o tema configurava como um analisador temático: - *Gostaríamos de uma formação sobre o trabalho psicossocial na AS*. Mas o que seria o trabalho psicossocial na concepção desses trabalhadores? Tratava-se da junção da dupla assistente social e psicólogo? Ou desejavam problematizar o psicossocial a partir de um plano de trabalho transdisciplinar?

Essas perguntas iniciais nos permitiram, em algumas reuniões com os gestores dos serviços da PSE de média e alta complexidade, problematizar as possibilidades de contribuirmos a partir das práticas dos trabalhadores, a produção de um saber sobre o tema.

Para desenvolvermos esse processo de formação tomamos com referência a análise paradigmática desenvolvida por Benelli (2023) sobre as figuras psicológicas da clínica, considerando que ela poderia ser intercessora e contribuísse para a discussão da situação-problema que os trabalhadores haviam compartilhado e que havíamos aceitado, buscando contribuir com sua problematização.

Identificamos ao longo desse processo de formação com esses trabalhadores da PSE alguns desafios que localizam na dificuldade dos trabalhadores se organizarem para a realização das leituras indicadas. Percebemos que os trabalhadores não possuíam em sua rotina cotidiana do trabalho, espaço para realização de leituras e estudos, muito menos espaço para pensar sobre os problemas que identificam no cotidiano do próprio trabalho, envolvendo o atendimento da população nesses estabelecimentos da AS.

As dificuldades em fazer as leituras indicadas produziram certa resistência ao processo de formação. Isso foi percebido diante de algumas ausências e da redução

do número de participantes que iniciou com 80 e finalizou com um número inferior à metade disso. As dificuldades de participação ocorreram também entre os gestores que alegaram problemas com as diversas agendas e tarefas que surgiam do cotidiano dos estabelecimentos, o que dificultava sua presença ou a preparação para que pudessem participar de modo a produzir certa implicação subjetiva singularizante.

Nossa intenção com a intercessão proposta era de que os trabalhadores encontrassem meios e formas para conseguirem se organizar para a produção de textos que pudessem ser intercessores ao trabalho. Alguns trabalhadores conseguiam ler os textos e buscaram produzir sínteses escritas, demonstrando estarem implicados com o processo.

Ao longo do processo procuramos realizar algumas alterações nas estratégias, buscando reposicionar nossa intercessão de modo que contribuíssemos com a produção do trabalho coletivo. Uma das estratégias foi garantir em cada encontro um momento em que o grupo podia trocar sobre o que leram e produzir uma síntese, mesmo que viesse com menos qualidade de elaboração, sob a forma de itens, ideias condensadas, que eram apresentadas aos demais trabalhadores. Esse espaço oportunizava aos trabalhadores que ainda não haviam lido o texto, entrar em contato com o conteúdo a partir de algumas cópias que levávamos com essa intenção. Se o trabalho não permite tempo para leitura no tempo em que tinham, como nos organizaríamos para lermos e pensarmos sobre o trabalho desenvolvido? Como esse trabalho poderia se orientar na perspectiva do trabalho psicossocial, não reduzindo o sujeito a objeto?

Ao final do processo formativo algumas questões nos chamaram a atenção. A primeira delas foi sobre o questionamento de um trabalhador, que estava implicado com o processo e com a realização do nosso estudo sobre o trabalho psicossocial na AS, sobre a possibilidade de desenvolver um trabalho transdisciplinar, a partir do DI, mas utilizando outra corrente teórica como a análise comportamental e não a psicanálise. Buscando compreender a questão, advinda da abordagem psicológica que o trabalhador que apresentou essa dúvida, que era destoante epistemologicamente, do DI.

De modo geral, consideramos que não há como operar com o DI sem a psicanálise em articulação com outros campos teóricos, éticos, políticos e socioterritoriais. Porém o trabalhador poderia singularizar sua prática inventando seus próprios processos de trabalho.

Em uma das minhas falas, problematizávamos sobre o sujeito, nomeado de autor (em autoria) de violência doméstica de gênero. A violência, como expressão de relações de poder, pode circular em seus efeitos no corpo, considerando que o poder ele circula, não é central, mas sim periférico, como afirmou Foucault (2022).

No entanto, algumas trabalhadoras ali presentes sentiram-se ofendidas, ao me compreenderem mal, me nomeando de machista e que minha fala poderia abrir brechas para o processo de relativização da violência contra a mulher. Na ocasião, busquei dialogar com essas trabalhadoras. A nossa posição de homem ocupando espaço de formação de trabalhadores, pode representar um conluio com o pacto inconsciente machista. Cabe a nós trabalhadores, nos posicionarmos de modo crítico, repudiando as situações de submissão, violência racial e de gênero. É preciso desconstruir o discurso oficial e estrutural do machismo e da branquitude que não explicita e camufla a história e o devir, como palco de lutas sociais.

Não se trata mesmo de julgar sobre as verdades da produção e sustentação crítica, pois quando o saber-poder circula, circula também os efeitos éticos e políticos sobre os corpos.

As provocações, discordâncias e conflitos advindos dos trabalhadores, geraram em mim também movimentos, que levaram a me indagar sobre a minha própria condição de sujeito.

Buscamos ao longo desse processo convidar colegas que estudavam sobre o tema, a maioria deles, componentes do LATIPPS, para o desenvolvimento de um trabalho intercessor coletivo. Dos cinco trabalhadores-intercessores, quatro eram do LATIPPS. Cada trabalhador recebeu o tema que havia sido definido em reunião preparatória com os trabalhadores, bem como um conjunto de textos, os mesmos que os trabalhadores participantes eram orientados a ler e a partir deles produzir a síntese proposta. No encontro o trabalhador-intercessor convidado tinha aproximadamente uma hora para apresentar o seu trabalho-intercessor, esse tempo poderia variar de acordo com a implicação dos participantes. Após a intercessão do trabalhador-intercessor, o grupo se reuniu em subgrupos para discutir as reflexões produzidas a partir do texto e da síntese. Em seguida cada subgrupo apresentava o que havia discutido numa plenária, abrindo espaço para um debate amplo com todos os subgrupos.

O processo formativo foi permeado pela consideração significativa dos trabalhadores sobre o processo de formação geral, mas algumas perguntas iniciais

ainda continuaram sem resposta. Afinal, o que era o trabalho psicossocial? O que era uma análise paradigmática?

Os trabalhadores encerraram o processo formativo sem essas respostas elaboradas em um formato enciclopédico, mas estavam munidos de outras estratégias e referências de textos intercessores, que lhe poderiam gerar condições para que, a partir da sua própria implicação e produção singular, pudessem criar as suas respostas.

Se o processo de formação não trouxe de modo explícito os significantes do trabalho psicossocial e da análise paradigmática, esse mesmo processo contribuiu também para o fortalecimento, como um dos seus prováveis efeitos, da mesma nota de repúdio que havia surgido no Centro Pop, que foi assinada por vários trabalhadores participantes desse processo formativo, denunciando os processos de gestão municipal e dos seus atravessamentos na desconstrução de políticas públicas voltadas para a população em situação de rua, substituídas naquele momento por estratégias de governo por meio de ações com forte viés higienista.

Mais do que responder a encomenda, acreditamos que o processo de formação dos trabalhadores trouxe contribuições para as lutas sociais, quando fortalecemos as formas e práticas críticas e inventivas de posicionamento no trabalho, de modo a não se anular como trabalhador-sujeito e nem usuário-sujeito.

3.8. O trabalho está difícil porque o número de famílias é alto ou por que não calculamos os efeitos éticos e políticos de nossas práticas?

Realizamos um trabalho de assessoria a um Grupo de Trabalho criado com a finalidade de problematizar o tempo de permanência das famílias em todos os serviços da Rede Parceirizada da Proteção Social Especial (PSE) de média complexidade, composta por Organizações da Sociedade Civil, registradas no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

Estávamos vivenciando o início da pandemia de Covid-19 e muitos trabalhadores estavam em *home office.* De modo remoto realizamos os encontros via plataforma de chamada de vídeo. Ao final do processo produzimos um documento como conclusão do trabalho e com recomendações do Grupo de Trabalho. O documento foi sistematizado a partir da organização de dados secundários dos

serviços, registrados nos sistemas de informação de monitoramento de avaliação da Vigilância Socioassistencial do município.

O processo de construção coletiva desse documento foi longo. Em uma primeira etapa recebemos os dados, realizamos as correções de inconsistências, fizemos o cruzamento dos dados e organizamos painéis de indicadores para cada serviço socioassistencial. Ainda nesse primeiro processo, após a produção de alguns indicadores, os trabalhadores, repartidos por representatividade de serviços/estabelecimentos socioassistenciais se reuniram para discutir os dados, produzindo uma análise sobre as informações, que após serem debatidas e problematizadas, poderiam se converter em recomendações para as áreas administrativas da política de Assistência Social do município.

Aconteceu, no entanto, que a encomenda da gestão para a realização desse processo formativo era advinda da quantidade de reivindicações provenientes das OSCs que executavam um serviço socioassistencial específico. Como era um dos maiores serviços da PSE, solicitavam a redução do número de famílias que deveriam ser acompanhadas por trio de profissionais, conforme estava contratado entre a prefeitura e a OSC. Os trabalhadores desse serviço específico avaliavam que deveriam reduzir o número de metas por trio de trabalhadores. A equipe desse serviço era composta por um assistente social, um psicólogo, ambos trabalhando 30 horas semanais, e um educador social com 15 horas por semana, para atender 30 famílias em situação de violência doméstica e com ameaça de ruptura de vínculo.

A encomenda explícita, como apareceu no primeiro encontro, quando fizemos o levantamento das expectativas, foi pela redução das metas, isto é, diminuir o número de famílias atendidas por equipe de referência. Realizamos juntamente com os trabalhadores uma análise dos dados de monitoramento e de avaliação das práticas sociais desenvolvidas pelos trabalhadores de diferentes estabelecimentos socioassistenciais. Os dados foram fornecidos pela equipe da Vigilância Socioassistencial do município e retratavam um período lógico do Trabalho Social anterior à pandemia de Covid-19. Na problematização dessas informações ficou visível que as equipes investiam mais tempo em reuniões com outros trabalhadores dos diversos estabelecimentos de políticas públicas, do que com o atendimento das famílias. Havia a prevalência de um número alto de atendimentos por telefone e pouquíssimos atendimentos presenciais, já antes do período da Covid-19, o que dava em média dois atendimentos por mês para cada família, por cada trabalhador.

Consideramos que a média esconde a verdade e, em diálogo com os trabalhadores, eles relataram as particularidades do atendimento de cada família. Algumas famílias demandavam um número alto de atendimentos, em um determinado momento, e havia famílias que não demandavam atendimentos em determinados períodos. Essa diversidade de famílias e formas de operar pelas diferentes equipes de trabalho das OSCs, nos levou a problematizar se de fato haveria efeitos nos sujeitos atendidos pelas equipes dos estabelecimentos socioassistenciais envolvidos, ao reduzir as metas dos serviços, pois se as práticas instituídas não mudassem, o que representaria para a população? A redução das metas por cada equipe garantiria maiores condições de trabalho e, por seguinte, maior qualidade nos efeitos éticos e políticos de transformação da realidade? Ao final desse processo foi proposta a ampliação da carga horária do educador social, equiparando-a aos dos demais trabalhadores. Também foi realizado uma problematização crítica sobre as diferentes práticas desenvolvidas pelas equipes dos estabelecimentos socioassistenciais parceiros, visando a contribuir com a tomada de decisão em outro estudo que pretendiam desenvolver sobre a redução de metas.

A encomenda trazida pela gestão técnica e confirmada pelos trabalhadores participantes, que estavam compondo o GT por meio de representatividade institucional, não foi atendida. Ao finalizarmos o processo formativo, a avaliação dos trabalhadores foi marcada por frustrações, mas também por potência, pois os trabalhadores, ao vivenciarem essa análise dos dados, ao lerem os documentos normativos da AS e outros textos intercessores, puderam problematizar os efeitos do trabalho que se produzem nas equipes e nos sujeitos atendimentos nos estabelecimentos assistenciais.

3.9. A caixa com materiais lúdicos como ferramenta de trabalho no Serviço de Abordagem Social de Criança e Adolescente

> O que eu consigo ver é só um terço do problema. É o sistema que tem que mudar. Não se pode parar de lutar. Senão não muda. (Não é sério. Canção de Charlie Brown Jr. e Negra Li).

Em um dos encontros de supervisão técnica que realizamos junto a um Serviço Especializado de Abordagem de Criança e Adolescente, um dos educadores falou: “Haveria de ter um jeito de realizar contato com essas crianças. Quando a gente

chega, eles saem correndo. parece que eles já marcaram o nosso carro como se fosse uma viatura de polícia" (Diário de campo, 2022).

A experiência vivenciada nesse processo de formação com essa equipe de trabalhadores, nos gerou inquietações, nos conectando com a leitura do livro "A polícia da família" de Donzelot, onde lemos:

> De modo geral a filantropia se distingue da caridade, na escolha de seus objetivos, por essa preocupação de pragmatismo. Em vez de dom, conselho, pois este não custa nada. Assistência às crianças em vez de assistência aos velhos, às mulheres e não aos homens pois, a longo prazo, esse tipo de assistência pode, senão render, pelo menos evitar gastos futuros. A caridade desconhece esse investimento pois só pode arder ao fogo de uma extremada miséria, com a visão de um sofrimento espetacular, a fim de receber, em troca, através do consolo imediato que fornece, o sentimento de engrandecimento do doador (Donzelot, 1980, p. 59).

As inquietações advindas da prática de supervisão com essa equipe de trabalhadores nos levaram a problematizar quais efeitos a atuação dos trabalhadores estavam produzindo nas crianças e adolescentes por meio da abordagem como prática social.

Ao longo de alguns encontros problematizamos quais seriam as formas que operavam na prática da abordagem social. Muitos chegavam às crianças e aos adolescentes com perguntas, com um formulário para preencher com informações, dizendo que era da prefeitura, que estavam ali para ajudá-los, buscando desenvolver certa simpatia. Os trabalhadores, em suas abordagens sociais, perguntavam o que tais sujeitos estavam fazendo na rua ou porquê estavam envolvidos com algum tipo de trabalho. Eles tinham como intenção ampliar o repertório informacional da criança e do adolescente, e acreditavam que levando informações sobre direitos e conceitos sobre o trabalho infantil e suas consequências, ajudariam a cumprir os objetivos do seu trabalho de abordagem.

Alguns sujeitos já abordados por essa equipe em experiências anteriores, ao reconhecerem o carro do estabelecimento ou os trabalhadores da abordagem tentavam ir embora antes que ela se iniciasse. Outros sujeitos abordados ouviam as orientações da equipe e obedeciam. Uns, mesmo ouvindo, continuavam com a permanência na rua e com a prática de mendicância ou de trabalho infantil e havia aqueles que, embora estivem na abordagem, pareciam não ouvir. A equipe realizava a orientação, se tivesse algum adulto, propunham encaminhamento para os serviços da rede socioassistencial. As abordagens novas eram comunicadas ao Conselho Tutelar.

A equipe funcionava com uma meta de 100 abordagens mensais. Realizavam constantemente estudos sobre os territórios nos quais atuavam. Também desenvolviam rotineiramente trajetos pelas principais vias e potenciais pontos de trabalho infantil nas diferentes regiões. Desenvolviam as ações de abordagens principalmente a partir de solicitações encaminhadas pelos órgãos públicos.

Buscando transversalizar as práticas de abordagens, propusemos como prática de reflexão aos trabalhadores que eles pensassem: quais ferramentas poderiam atuar? Quais os efeitos que desejariam produzir nos sujeitos? Haveria como produzir outros efeitos com a prática dessa abordagem? Como subverter sua característica inerentemente disciplinar?

Após muitas reflexões o grupo chegou a concluir com a possibilidade da criação de uma caixa com materiais lúdicos para ser utilizada na abordagem social. Na caixa que construíram tinham jogos e brinquedos – dama, dominó, *Uno*, pião, bola, materiais para produzir uma pipa – livros, materiais para desenho e pintura, dentre outros itens.

Como estratégia da equipe de trabalho, a abordagem iniciaria com o convite da criança ou adolescente em conhecer a caixa, como forma de buscar uma interação mais singularizada. A equipe declarou, após muitas problematizações e leituras de textos intercessores, que como um dos efeitos almejados seria a sustentação de uma postura interventiva que não objetificasse o sujeito. A caixa foi criada e por um longo período dos encontros de supervisão não se falou mais sobre o assunto. Passado algum tempo, já nos últimos encontros de supervisão, que foram encerrados em agosto de 2023, o mesmo educador trouxe notícias de que após a sua construção ele tinha conseguido utilizá-la apenas com uma criança. Dessa forma notou-se que o problema não tinha a ver com a estratégia inventada, mas com a própria dinâmica da abordagem que os profissionais desenvolviam. A forma das abordagens era composta por situações nas quais não havia espaço ou condições para que os trabalhadores pudessem dispor de algum tempo para o desenvolvimento dessa estratégia, pois as abordagens ocorriam em lugares de muita circulação de pessoas ou tráfego de carro. A situação na qual conseguiram utilizá-la foi em uma visita domiciliar, o que teria facilitado a criação de um campo de subjetivação com a criança.

3.10. O processo de ruptura de laços entre os(as) trabalhadores(as) de uma equipe do SCFV

No início do processo de supervisão técnica da equipe de trabalhadores de uma OSC que desenvolviam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitários (SCFV) era comum entre os trabalhadores a produção de um discurso de que não havia rotatividade de trabalhadores. Todas estavam ali há aproximadamente cinco anos. Mas não sabiam eles que iriam enfrentar uma situação de rotatividade importante.

O processo de supervisão dessa equipe iniciou em abril de 2020. No ano de 2022 a equipe já tinha sido quase toda trocada, com exceção da coordenação e de uma assistente social, mas do conjunto de cinco trabalhadores, três já haviam sido trocados mais de uma vez pela equipe gestora. E foi em uma dessas cenas que ouvimos a história de uma psicóloga recém-contratada que trabalhava com AI. Essa trabalhadora, sempre muito crítica, passou a ocupar os espaços e a se envolver em outras atividades para além do trabalho técnico que lhe era designado, que era o atendimento individual dos usuários do estabelecimento. Mas a trabalhadora queria atuar na fila para o almoço, no apoio ao desenvolvimento das atividades de outros trabalhadores. No primeiro encontro com a participação dela, expliquei o propósito da supervisão na perspectiva do DI. Falamos do processo instituído e das brechas necessárias para transversalizar o trabalho social. Naquela ocasião, a psicóloga se posicionou como porta-voz da equipe, dizendo que estavam sofrendo assédio moral por parte da coordenação. Disse que havia tomado um tapa da coordenadora, ao chamar sua atenção, dizendo que ela estava interferindo no modo de operar da equipe. Naquele momento, outros trabalhadores também apontaram situações difíceis na relação com a coordenadora, não no plano do contato físico, mas sim da ordem da exigência, da pressão para que produzissem muito trabalho.

Aconteceu que, logo após a supervisão, a trabalhadora foi até a coordenadora, que não havia participado da reunião, e contou com certos detalhes o que ela havia dito sobre a própria coordenadora e o que a equipe havia dito sobre ela. Essa situação gerou um conflito, pois a coordenadora decidiu sentar-se com a equipe e abrir o assunto, além de conversar de modo individual com cada trabalhador, que negaram ter dito algo contra ela.

No encontro seguinte de supervisão, a psicóloga já não era mais trabalhadora da OSC. Nesse encontro a coordenadora seguiu com o discurso de que a psicóloga tinha sido demitida por ter quebrado com o sigilo da equipe. A equipe demorou a se recuperar e, com o passar dos meses, a orientadora pedagógica passou em um

concurso e pediu demissão, demitiram uma assistente social e contrataram novos trabalhadores para ocuparem as vagas disponíveis.

Com os novos trabalhadores o processo de Supervisão Técnica praticamente iniciou novamente e muitas das experiências vivenciadas anteriormente foram sendo silenciadas pelos trabalhadores. Um dos motivos que contribuiu para esse silenciamento foi a decisão não dialogada da participação da coordenação técnica em nossos encontros. Nessa nova configuração da equipe o trabalho de Supervisão Técnica seguiu com a solicitação dos trabalhadores de indicações de referências bibliográficas críticas, estudos e reflexões, problematizações das suas práticas sociais diante das demandas dos sujeitos e produção de um documento técnico que descria as suas atribuições e os processos de trabalho interno.

A equipe de trabalhadores depois da demissão da psicóloga sofreu outras trocas de trabalhadores (Assistente Social e Orientadora Pedagógica) antes de alcançar uma instabilidade menor. Decorrido um tempo do trabalho recebemos a notícia de que a OSC estava respondendo a uma denúncia anônima de assédio moral por parte da coordenadora registrada na ouvidoria da prefeitura, situação que levou a instituição a transferi-la para outro cargo de coordenação e a contratar outro trabalhador para a coordenação técnica.

A nossa experiência que vivenciamos com esses trabalhadores nos levou a problematizar os efeitos éticos e políticos das nossas ações. O que representaria uma oportunidade institucional para que os trabalhadores radicalizassem as suas ações criando rupturas e conexões inventivas? Como coletivizar as ações por meio da organização dos trabalhadores para precaver e prevenir possíveis retaliações individuais?

O Trabalho Social se constitui em um campo de batalha e disputa política, podendo ocorrer ações disciplinares, mas também outros posicionamentos éticos e políticos nas práticas dos trabalhadores de modo a gerar ações críticas e transformadoras da realidade. Mas as estratégias críticas realizadas sem uma organização e produção coletiva dos sujeitos podem gerar perseguições e consequências ao trabalhador que a protagoniza de modo individual. Não se produz a luta social, pois se ela representa a implicação com as demandas sociais, precisa ser produto do coletivo.

Ao longo do trabalho com formação dos trabalhadores da AS tomamos contato com um conjunto de experiências e situações que foram problematizadas e narradas

nessa Intercessão-Pesquisa. Buscamos descrever essas experiências com algumas cenas, cientes de que elas não representam a totalidade da experiência vivida. Ao apresentarmos algumas cenas do trabalho com processos formativos desenvolvidos com os trabalhadores da AS, na tentativa de operarmos com o DI, surgiram alguns analisadores institucionais do Trabalho Social na AS: A pandemia de Covid-19, a governamentalidade neoliberal, o Trabalho Psicossocial, a resistência dos sujeitos à objetificação, as figuras de expertises dos processos de formação dos trabalhadores, os efeitos éticos e políticos das práticas sociais nos sujeitos, a biopolítica no Trabalho Social, a práxis para o enfrentamento do MCP na AS, dentre outros. Esses analisadores nos ajudam a compreender a complexidade da demanda social na AS e a complexidade que envolve o próprio trabalho social. Nesse sentido, operar com o DI exigiu de nós alguns movimentos para que pudéssemos tentar assumir uma posição intercessora, confrontando os processos instituídos no trabalho social dos trabalhadores dos estabelecimentos da AS.

Em nossas tentativas de operar com o DI percebemos que a posição intercessora não é uma cadeira que se senta e estaria sempre disponível, quando o intercessor assim o desejasse. O trabalho com o DI exigiu a busca por posicionamentos críticos, procurando articular em um plano transdisciplinar a radicalidade em não reduzir os sujeitos à condição de objeto. Buscamos incluir em nossa concepção de sujeito a intersecção entre classe social, gênero e raça, com estratégias que contribuíssem para que os trabalhadores operassem com as práticas sociais, problematizando os acontecimentos que atravessam os sujeitos no cotidiano do trabalho considerando a implicação social, política e subjetiva, para gerar outras conexões a partir de práticas singularizadas.

4. A nossa apropriação das perspectivas teóricas e técnicas do DI para operarmos em processos de formação dos(as) trabalhadores(as) na AS

As encomendas dos trabalhadores das prefeituras e OSCs de processos formativos foram constituídas por expectativas dos trabalhadores sociais voltadas para a obtenção de um super conhecimento do trabalhador assessor que deveria ofertar instrumentais, ferramentas e tecnologias que pudessem transformar as ações socioassistenciais, buscando resolver os problemas advindos dos processos de trabalho.

Todavia, a partir da perspectiva do materialismo dialético e da ação social de Paulo Freire (1998), percebemos em nossas experiências com processos de formação dos trabalhadores, a frustração deles diante da não apresentação de respostas prescritivas que viabilizassem soluções cabais para os problemas e também de resistências quanto à proposta de implementação de uma modalidade de trabalho mais coletivo e politizado.

Embora os trabalhadores alcançassem uma percepção crítica e uma tomada de consciência quanto aos seus processos de trabalho, isso ainda não era suficiente para que pudessem operar de modo crítico para o fortalecimento das lutas sociais e para a transformação da realidade, visto as repetições, reproduções e limitações do trabalho social nos contextos institucionais locais e brasileiros.

Diante dos problemas do cotidiano dos estabelecimentos socioassistenciais, os trabalhadores esperavam de nós, como especialistas, uma resposta capaz de solucionar os problemas que advém da demanda social. Se de um lado havia a expectativa dos trabalhadores do SUAS com o nosso trabalho de formação dos trabalhadores, do outro lado nos ocupávamos com estudos e leituras teóricas, buscando elementos e reflexões sobre a práxis nos diferentes espaços das políticas públicas, a fim de responder, ao menos parcialmente, a essas expectativas. Era assim que tínhamos apreendido a desenvolver os processos de formação dos trabalhadores, antes da nossa aproximação e radicalização em operar com o DI.

Antes mesmo do nosso contato com o DI, indagava-me sobre os processos que já havia realizado, problematizando e questionando se as ações desenvolvidas estavam contribuindo junto às equipes de referência da área da Assistência Social. Estaríamos, de fato, contribuindo para a qualificação da oferta dos serviços? De que modo a compreensão e a produção de um saber sobre os sujeitos e as famílias atendidas e acompanhadas pelos trabalhadores do SUAS contribuíam para a transformação da realidade e emancipação social desses sujeitos?

A escolha de operar com o DI ocorreu porque percebemos que para o desenvolvimento do trabalho de capacitação e supervisão era necessário refletir sobre o processo relacional entre os membros das equipes e também sobre a relação entre essas equipes e os sujeitos e famílias atendidas nos estabelecimentos socioassistenciais, bem como com os trabalhadores da gestão municipal e com os demais órgãos e estabelecimentos das políticas públicas. À medida que os processos de capacitações/supervisões/assessorias eram realizados, tentamos nos deslocar do

lugar daquele que daria respostas prontas, buscando nos posicionar a partir de um lugar implicado e consequente, haja vista as críticas institucionalistas aos processos verticais, autoritários e burocráticos de trabalho, e aos marcadores de classe social, raça e gênero, praticamente ausentes nas problematizações dos trabalhadores sociais. No entanto, os grupos de trabalhadores continuavam a nos exigir a apresentação de um conhecimento especializado, técnico e resolutivo.

Acreditamos que o DI foi um interessante operador para a problematização e produção de outra postura para mim, enquanto trabalhador-intercessor que desenvolve processos de capacitações, supervisões e assessorias junto às equipes e grupos de trabalhadores do SUAS.

Com o intuito de qualificarmos a nossa práxis, utilizando a ferramenta do diário de intercessão, objetivamos problematizar como nós nos formamos para sermos formadores de trabalhadores do SUAS. Percebemos que fomos nos autorizando a ser formador dos trabalhadores do SUAS, porque encontramos nesse tipo de trabalho uma oportunidade para problematizar o *modus operandi* do Trabalho Social, que normalmente não consegue garantir direitos e no qual não concebe o sujeito como cidadão. As pessoas atendidas raramente vivenciam experiências democráticas e de ação cidadã, e como sujeito que também já vivenciou pessoalmente a vergonha, a culpa e a raiva por ter sido atendido na AS, tive a possibilidade de retornar a esse lugar como trabalhador, já mais prevenido e avisado, buscando fortalecer a luta pela qualidade da política pública de AS.

O processo de como fomos nos autorizando como formador de trabalhadores do SUAS, se mistura à minha trajetória como trabalhador da AS, bem como ao contexto social e trabalhista, também precarizado, como trabalhador empreendedor, que mesmo tendo trabalhado em diversos estabelecimentos, abriu uma empresa de formação e assessoria e passou a oferecer cursos e atividades de formação para os trabalhadores do SUAS.

Uma de nossas indagações materializadas em nosso projeto de Intercessão-Pesquisa se refere à reflexão crítica advinda dos desafios de nossa práxis como trabalhadores que desenvolvemos ações de formação (capacitação, supervisão técnica, assessoria/consultoria) com outros trabalhadores do SUAS, a partir da problematização de diversas cenas das experiências sobre o nosso trabalho e as práticas presentes no Trabalho Social. Tal questionamento era: como, localizado em uma empresa de assessoria/formação privada que se pauta pelos valores éticos do

SUAS (direitos sociais, cidadania, democracia, participação popular, transformação social) eu poderia me posicionar diante da exigência em responder e problematizar às solicitações do contratante, procurando contemplar as pulsações instituintes dessa demanda social e os direitos dos sujeitos sociais e famílias atendidos pelas equipes de trabalhadores dos estabelecimentos socioassistenciais? Desta pergunta outras duas se desdobraram. Como os trabalhadores aprendem para realizar seu trabalho no SUAS? E como são os processos de formação de trabalhadores no contexto da sociedade capitalista que está promovendo intensos processos de precarização das relações trabalhistas?

Nosso trabalho de formação dos trabalhadores da Assistência Social (SUAS) ocorreu em um contexto de precarização das relações trabalhistas, envolvendo a PNEP do SUAS, bem como as figuras das expertises geradas pelas ofertas de capacitações, supervisões e assessorias, além das formas diversas da administração pública no Brasil: patrimonialista; burocrática; gerencial; modelo democrático neoliberal; modelo democrático popular; modelo de organização em rede, tornaram as condições mais complexas para um trabalho de implicação singularizante.

A partir da bibliografia existente nos apropriamos do DI e operamos com ele produzindo uma intercessão-pesquisa. Adotamos a intercessão como horizonte ético da práxis buscando nos posicionar como trabalhador-intercessor na práxis de processos de formação junto a outros trabalhadores que compõem as equipes de referência dos serviços socioassistenciais do SUAS por meio de capacitações, supervisões e assessorias e através dela buscar subverter as práticas tradicionais de capacitação, supervisão e assessorias empresariais, na perspectiva de criar, inventar e operar com técnicas pertinentes para a práxis intercessora relatando no diário de campo sua operacionalização, possibilidades, limites, impasses, dificuldades, efeitos.

Como estratégia tática realizamos levantamentos, mapeamentos, caracterizações, problematização dos diversos processos de formação/produção de trabalhadores do SUAS disponibilizados pelo SUAS por meio da PNEP e pelas empresas de consultorias diversas, por meio da revisão da literatura, incluindo documentos e bibliografia.

Operar com o DI nos levou a criar estratégias para a apropriação também de alguns conceitos da AI, da Filosofia da Diferença de Deleuze, da Sociedade Disciplinar e da Sociedade de Segurança de Foucault e principalmente da Psicanálise do campo de Freud e Lacan para operar nas práxis com eles e produzir nossas análises.

Procuramos operar as nossas ações a partir do DI, porém é importante contextualizar que nosso processo de trabalho de formação nos municípios iniciou quando ainda estávamos, como trabalhador, em contato inicial com as perspectivas críticas do DI. Essa contextualização é importante porque pudemos perceber as nossas tentativas enquanto um trabalhador assessor que já buscava orientar suas ações de modo intercessor, concebendo os trabalhadores como sujeitos sociais e políticos, incluindo o plano da subjetividade inconsciente. O encontro com o DI e sua apropriação possibilitou que reavaliássemos nossas práticas, investindo nas possibilidades inventivas dos estabelecimentos e nas condições para exercitar um outro posicionamento, o do trabalhador-intercessor.

Iniciamos nosso trabalho a partir de um discurso que ocupava uma certa posição de mestria, inclusive já prevista e exigida ao especialista que vai realizar uma assessoria em estabelecimentos de uma instituição complexa, com problemáticas também complexas.

No começo dos trabalhos de assessoria nos ocupamos com as ações de realizar orientações técnicas diversas, aprofundamento teórico-prático das questões que atravessavam o Trabalho Social, discussões de caso, análise técnicas de contexto, bem como o fomento de encaminhamentos e possibilidades de intervenções técnicas, estimulando o fortalecimento do movimento interdisciplinar no Trabalho Social.

Ainda nos encontros iniciais de assessoria às equipes de trabalhadores dos estabelecimentos socioassistenciais, buscamos problematizar as encomendas realizadas pelos trabalhadores da gestão da AS, procurando detectar as demandas de cada estabelecimento socioassistencial para que, a partir delas, pudéssemos pensar na construção de processos que contribuíssem para que as equipes se implicassem com as suas próprias demandas.

Os nossos encontros de formação dos trabalhadores da AS foram marcados e realizados em reuniões que começaram com a apresentação dos trabalhadores, levantamento de expectativas, alinhamento do trabalho a ser desenvolvido, problematizações dos acontecimentos-sujeitos, e de alguns analisadores que emergiram a partir da crítica aos processos instituídos e disciplinares presentes nas práticas sociais, dos atravessamentos sociais, econômicos, políticos ambientais e sanitários e dos efeitos do trabalho nos trabalhadores dos estabelecimentos socioassistenciais e na população atendida.

Nossa meta de trabalho sempre esteve alinhada com o objetivo de contribuir para que os trabalhadores produzissem suas análises críticas sobre o contexto que vivenciavam no cotidiano do trabalho. Em nossa jornada com processos formativos dos trabalhadores da AS, percebemos que eu estava ocupando uma posição de mestria, principalmente quando tentava contribuir com as análises críticas quanto ao contexto atual de trabalho na AS e também quando apresentava o discurso oficial da AS por meio de documentos institucionais. Perante a percepção da posição de maestria nos processos de assessoria e considerando as exigências inerentes ao papel do *expert* procuramos nos reposicionar nas brechas institucionais para que pudéssemos nos deslocar do lugar de especialista para forjar a posição intercessora.

A realidade do Trabalho Social presente nos estabelecimentos socioassistenciais dos municípios participantes era desafiadora para o trabalho intercessor, considerando todas as precarizações em conjunto com a insuficiência numérica de trabalhadores. Em todos os estabelecimentos socioassistenciais dos dois municípios ficou evidente o número reduzido de trabalhadores. Isso estava em consonância com a ausência de condições materiais para o desenvolvimento de um trabalho mais crítico e politizado. O contexto da pandemia de Covid-19 desafiava ainda mais um Trabalho Social que incluísse perspectivas grupais devido às regulamentações da AS que propôs evitar os atendimentos presenciais e proibiu a realização de grupos. O Trabalho Social dos CRAS, por exemplo, foi focalizado em atendimentos breves e pontuais com fins de avaliação para concessão de cesta básica e inclusão em programas de transferência de renda.

As oportunidades que encontramos ao longo dos processos de assessoria foram criadas pelas contradições de discursos e ações desenvolvidas pelos diferentes trabalhadores. Buscamos a cada contradição entre o discurso oficial da AS, as práticas realizadas pelos trabalhadores da gestão municipal e pelos trabalhadores dos estabelecimentos socioassistenciais, realizar perguntas e indagações que pudessem colaborar com a reflexão crítica e com a produção de ações singularizadas, na perspectiva coletiva, promovendo fomentar a confrontação ao MCP.

Na PSB evidenciamos a demanda por maiores investimos nas ações de gestão territorial e nas ações mediadas de acompanhamento familiar de modo a produzir efeitos singularizados em suas práticas. Na PSB foi possível adentrar aos elementos que constituíam a “gestão territorial”. Foi possível produzir conhecimentos sobre as

diferentes realidades e propor reflexões e possibilidades de ações com vistas a um outro posicionamento dos trabalhadores, mais próximo da intercessão.

Já na Proteção Social Especial a reflexão foi significativa quanto à necessidade de estruturação das equipes de referência das diversas ofertas doo CREAS, organizando estratégias de trabalho visando qualificar o Trabalho Social. Pudemos discutir com os trabalhadores sobre os documentos institucionais que estavam em elaboração, no sentido de contemplar as demandas identificadas pelas equipes. Bem como propusemos problematizar com criticidade os relatos dos trabalhadores sobre as dinâmicas familiares explorando as potencialidades dos atendimentos/acompanhamentos que realizavam.

Especificamente em relação ao município B, o interesse dos trabalhadores da PSE de média e alta complexidade em estudar sobre o que seria o Trabalho Psicossocial, oportunizou muitas tentativas de organização para pensar a práxis e os seus desafios no cotidiano do trabalho.

Nossa implicação subjetiva com as demandas e problemáticas vivenciadas pelas equipes dos estabelecimentos socioassistenciais possibilitou identificar conflitos, contradições, resistências e ressonâncias na busca pela efetivação dos direitos humanos e sociais dos indivíduos e famílias e pela transformação da realidade social desigual. Percebemos que havia muitos desafios no cotidiano dos estabelecimentos socioassistenciais que precisariam ser endereçados aos trabalhadores da gestão da AS municipal ou mesmo ao MP por representação do poder executivo.

Durantes os encontros de formação, nossa atitude problematizadora promoveu a consideração a respeito da dimensão crítica como norteadora do Trabalho Social, de modo que os trabalhadores dos estabelecimentos assistenciais pudessem desenvolver ações que buscassem ser mais amplas quanto à concepção do sujeito político, social e psíquico, incluindo o inconsciente. Pudemos mediar intensos e implicados diálogos entre as equipes dos estabelecimentos socioassistenciais nos diferentes níveis de complexidade da Proteção Social.

Problematizamos os processos instituídos, regulamentados ou não, que organizavam as ações desenvolvidas pelas equipes dos estabelecimentos, sendo que o automatismo das práticas contribuía para um trabalho pouco crítico, pautado nas urgências, tendendo a naturalizar as desigualdades sociais.

Em nossas tentativas de assumir a posição intercessora buscamos operar instrumentalizando-nos pela AI, avisados pela Psicanálise, prevenidos pelo Materialismo Histórico e precavidos pela Filosofia da Diferença. Porém, ao longo trabalho de assessoria considerando nosso processo de apropriação do DI e as condições possíveis para o trabalho, algumas vezes percebíamos que estávamos posicionados mais próximo de uma pedagogia política do que de um trabalhador intercessor.

Nas tentativas de deslocamentos para a posição de trabalhador-intercessor buscávamos fomentar nos trabalhadores mudanças das práticas do Trabalho Social para que pudessem contribuir para a produção de efeitos na subjetividade. A lógica capitalista produz uma materialidade social capitalista que produz uma subjetividade capitalista. Perguntávamos como poderíamos subverter o plano da consciência para operarmos com a subjetividade do inconsciente.

Buscamos mobilizar saberes críticos para problematizar o discurso oficial da AS e fomentar processos transdisciplinares nas equipes de trabalhadores. O objetivo era de que exercitassem processos mais democráticos, identificando suas forças pulsantes instituintes, isto é, os processos de trabalho e a implicação dos trabalhadores que corroborassem para o enfrentamento das desigualdades sociais.

Considerando os registros de cada encontro foi possível perceber que as equipes de trabalhadores avançaram, mobilizando conhecimentos (referências técnicas e conceituais) bem como elaborando e criando estratégias para novas práticas instituintes (instrumental de PAIF, protocolos e fluxogramas de atendimento/referenciamento e diagrama de atividades).

Nos diversos estabelecimentos socioassistenciais havia aspectos comuns que constituem o plano universal da instituição AS, tais como a procura das famílias por alimentos/cesta básica e acesso a programas de transferência de renda. Foi possível notar o agravamento das vulnerabilidades sociais, como a intensificação dos conflitos familiares, violências e fragilização emocional das famílias e dos profissionais, no cenário social do aumento significativo de mortes decorrentes do Covid-19.

No plano da particularidade, identificamos um conjunto de práticas com as quais cada equipe do estabelecimento socioassistencial operava. Detectamos, por exemplo, as mudanças repentinas nas configurações de algumas equipes, com transferências dos trabalhadores para outros estabelecimentos; as estratégias que utilizavam nas práticas de atendimento, acompanhamento e visita domiciliar; nos

critérios para desligamento das famílias dos estabelecimentos; nas estratégias de acolhida; discussões de casos, dentre outros aspectos.

Já no plano das práticas singularizadas foi possível verificar as tentativas dos trabalhadores em ampliar os espaços de reuniões, transversalizando-os de modo a promover uma implicação singularizada na produção de documentos que norteariam os seus próprios trabalhos e por meio do endereçamento aos trabalhadores da gestão municipal as demandas quanto a estrutura para o desenvolvimento do Trabalho Social que envolvia trabalhadores, recursos financeiros e materiais. Nesse sentido, a assessoria técnica possibilitou contribuir para a acolhida dos profissionais, buscando conceber os trabalhadores a partir da produção de uma implicação subjetiva que pudesse singularizar suas práticas de Trabalho Social.

Todo nosso esforço, dentro das possibilidades que tínhamos para operar, foi permeado por muitos desafios: a continuidade de práticas que contribuíam para a reprodução social e a manutenção das desigualdades sociais, com a ênfase em atendimentos emergenciais/urgentes por meio de ações imediatas; a prevalência do foco no indivíduo; as dificuldades de interlocução com os trabalhadores das demais políticas públicas; os impasses emocionais das famílias atendidas/acompanhadas e dos trabalhadores que compunham as equipes de referência; e as expectativas/dificuldades/ruídos na comunicação entre equipes de referência dos estabelecimentos de níveis de complexidade diferentes, bem como a gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Insistimos nas tentativas junto aos trabalhadores de explicitar os processos instituídos e de mobilizarmos conceitos teóricos críticos e documentos técnicos do discurso oficial da AS (Caderno de Orientação Técnica para Elaboração de Plano de Acompanhamento Familiar para CRAS e CREAS da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (SEDS) (São Paulo, 2013), modelos de fluxos e outros planos de acompanhamento familiar de outros municípios e produções acadêmicas intercessoras).

Intercedemos junto às equipes técnicas para que revisitassem os seus próprios fluxos materializados ou discursivos (CRAS e CREAS) e os demais documentos técnicos (prontuário/plano de acompanhamento e protocolos). Nas oportunidades que tivemos nos encontros entre as equipes dos estabelecimentos socioassistenciais, nossa estratégia se pautou na qualificação da escuta dos trabalhadores, nas tentativas de mobilização das contradições, deslocamentos, transversalização para

que pudéssemos ocupar a posição intercessora fomentando os processos instituintes, no sentido da produção dialética de um saber-fazer na práxis melhor posicionada e orientada para a transformação da realidade social necessária ao enfrentamento das desigualdades sociais.

O lapso de tempo em que operamos com esse processo intercessor de formação dos trabalhadores foram desafiadores, principalmente para os trabalhadores que já vinham atuando na linha de frente do enfrentamento às desigualdades sociais, mesmo antes da pandemia de Covid-19 e de todo o sofrimento e mortes que ela causou.

Mas com o agravamento das vulnerabilidades e riscos sociais, foi mais que necessário que as equipes de trabalhadores sociais estivessem posicionadas de modo a concretizar a AS como referência de Proteção Social às famílias. Compreender o que estávamos vivendo nos anos de 2020 e 2021 já era um grande desafio, dada a sobreposição complexa da intensificação da investida neoliberal no país e dos processos sociais agravados pela pandemia do Covid-19.

Percebíamos a vontade dos trabalhadores em se implicarem de modo singularizado com as demandas oriundas do atendimento e acompanhamento das famílias por meio do Plano de Acompanhamento Familiar e Fluxos. Mas o aumento das tarefas, a precarização dos recursos humanos e as dificuldades de interlocução entre as equipes de trabalhadores das demais políticas produziram efeitos diversos no desenvolvimento de um trabalho crítico e mais intercessor, o que gerava por vezes sentimentos de angústia, culpa, ansiedade e frustrações.

Esperávamos que os processos de assessoria gerassem nos trabalhadores condições para que se posicionassem como sujeitos sociais, na produção da história; como atores políticos na dimensão dos direitos e do exercício da cidadania; implicados e atentos para a dimensão do desejo inconsciente. Porém, em cada encontro de assessoria, as notícias dos CRAS estavam relacionadas ao aumento das tarefas caracterizadas por buscas das famílias em relação as cestas básicas, transferência de renda e outras situações de vulnerabilidade e risco social, tais como as violências e os conflitos familiares.

Percebemos também um movimento da gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) do município A em adotar algumas estratégias importantes, tais como a criação de um serviço domiciliar na Proteção Social Especial; a criação de um programa de transferência de renda emergencial e ações de

planejamento da Assistência Social. No entanto tais iniciativas não eram construídas em diálogo com os trabalhadores, que acabavam ficando sabendo das informações pelas notícias da imprensa, inviabilizando o planejamento de ações que pudessem organizar as tarefas do trabalho decorrentes dessas iniciativas dos gestores e políticos da AS. Porém a mesma equipe de gestão do município A foi capaz de trocar os trabalhadores dos estabelecimentos socioassistenciais, sem consulta prévia, produzindo descontinuidades do Trabalho Social e também no processo de assessoria que estávamos desenvolvendo. Realizamos diálogos sobre essas mudanças e os efeitos produzidos nos trabalhadores e nas famílias, que tiveram o atendimento/acompanhamento descontinuado por tais trabalhadores.

Ao longo do processo de formação realizado os trabalhadores buscavam se implicar com o trabalho de modo singularizado solicitando indicação de textos e materiais que os ajudassem a problematizar suas demandas. Pretendiam reorganizar a oferta dos estabelecimentos assistenciais de modo a se posicionarem na perspectiva da garantia dos acessos das famílias aos seus direitos, voltando-se para o desenvolvimento da autonomia, para a vivência da cidadania e a defesa da democracia e proteção social.

As equipes se implicaram na criação de outras estratégias para qualificar suas ações assistenciais, não sem dificuldades. Essas se relacionavam com as restrições que a pandemia produziu sobre as possibilidades de trabalho. Mas para além da pandemia, isto é, das ações que podiam ser desenvolvidas sem desrespeitar os protocolos de segurança no enfrentamento da pandemia, encontravam obstáculos que se configuravam pelas condições de trabalho que não permitiam que operassem de modo intercessor. Alguns desses obstáculos foram gerados pela insuficiência de trabalhadores nas equipes (equipes reduzidas); ausência do trabalhador de psicologia (limitando a produção de proteção social, não alcançado a interdisciplinaridade preconizada pelo SUAS); dificuldades de comunicação e articulação da PSB; dentre outras.

Essas dificuldades encontradas na tentativa de se construir as estratégias de trabalho intercessoras acabaram por gerar sentimentos de cansaço e frustrações. Em vários momentos buscamos escutar os trabalhadores, auxiliando-os a processar/elaborar esses sentimentos. Convidamos os trabalhadores a fomentarem um trabalho coletivo que buscasse dar visibilidade a tais dificuldades, no horizonte da

construção de movimentos que pudessem contribuir para criar melhores condições para que os trabalhos das equipes pudessem ocorrer.

Acreditamos que a realização de um trabalho na AS seria capaz de produzir mudanças apenas se a equipe de trabalhadores colocar como necessidade a preconização de uma organização transdisciplinar que fomente processos de autogestão, pois senão corremos o risco de permanecer num reducionismo disciplinar.

Encerramos os processos de formação dos trabalhadores, nos municípios A e B acreditando que auxiliamos os trabalhadores a adotarem uma maior criticidade em suas práticas. Ao longo desse tempo, objetivamos nos inventar, nos transformar e nos reposicionar ética e politicamente, enfrentando os processos instituídos e buscando lidar com as resistências, fortalecendo as forças pulsantes dos trabalhadores, com as continuidades e as transformações possíveis.

Considerações Finais

Nosso objetivo com esse ensaio foi de problematizar a nossa práxis a partir da posição de um trabalhador-intercessor que desenvolveu ações de supervisão técnica, capacitações e assessorias no âmbito da PNEP junto aos trabalhadores que compõem as equipes de referências dos estabelecimentos socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em municípios do interior paulista.

Ao longo de nossa problematização tentamos elucidar como os trabalhadores aprendem para realizar seu trabalho no SUAS e como são os processos de formação de trabalhadores no contexto da sociedade capitalista, uma vez que essa ordem tem promovido intensos processos de precarização das relações trabalhistas do SUAS, em dois municípios paulista.

Acreditamos que para desenvolvermos um trabalho como empresa, buscando subverter a lógica capitalista, necessitaríamos de uma estratégia robusta que contribuísse para a análise crítica da complexidade da realidade, caso contrário, poderíamos acabar reproduzindo a lógica instituída no Trabalho Social, contribuindo para a manutenção das desigualdades sociais, sem fortalecimento da organização dos sujeitos necessárias às lutas sociais.

Nosso modo de tentar subverter essa lógica ocorreu pela apropriação do DI. Acreditamos que é possível desenvolver processos formativos críticos por meio do DI. Ele pode ser uma potente ferramenta para contribuir com processos de

desterritorializações e desestratizações, para fazer circular as ações rizomáticas de ruptura, conexões e invenção das práticas singularizando-as.

No entanto, operar com o DI não é simples nem na práxis e nem no modo de Produção de Conhecimento (DIMPC), pois o DI foi criado em um campo de conhecimento transdisciplinar propondo também uma concepção de sujeito formado em um campo de intersecção entre classe social, raça e gênero, o que o enlaça no plano social, político e subjetivo. Nesse sentido, exige do trabalhador-intercessor apropriação desses diversos conceitos. A exigência não é do DI, mas a partir do momento em que o trabalhador se posiciona como sujeito não reduzindo o outro a um objeto, o próprio campo de trabalho exigirá a consideração das condições materiais e conjunturais e de novas conexões. Um esforço pela apropriação crítica da documentação e da bibliografia da área da AS pode possibilitar que o trabalhador fique mais avisado e precavido dos efeitos do Trabalho Social em si e nos sujeitos.

Operar com o DI não significa que nossas ações serão necessariamente exitosas. Alguns desafios, a depender das condições sociais estruturais e das conjunturas institucionais, poderão se constituir como peso de montanhas que obstaculizam algum movimento, ruptura, ou não veremos os seus efeitos no imediato do tempo e da experiência de intercessão-pesquisa que se finda.

Buscamos operar com o DI em nossos processos de assessoria e supervisão técnica nos estabelecimentos socioassistenciais de dois municípios do interior do estado de São Paulo, pois estes nos possibilitariam, a partir do posicionamento como trabalhador-intercessor, fomentar mudanças e questionar as estruturas institucionais da AS, a fim de evitar a perpetuação das desigualdades sociais.

Nossas práticas que se propuseram intercessoras foram desenvolvidas procurando operar com estratégias que permitissem introduzir uma discussão sobre as micro revoluções e suas repercussões, realizando uma análise crítica e reflexões junto aos trabalhadores sobre as características e o papel do SUAS diante das diversas práticas sociais que estavam desenvolvendo.

Neste ensaio, apresentamos o DI como estratégia para contribuir teórica, analítica, ética e politicamente com a qualificação das práticas dos trabalhadores sociais.

Diante das demandas da população que procurava pelos estabelecimentos socioassistenciais e do desafio dos trabalhadores em desenvolver atividades/ações psicossociais, provocamos o que seria uma implicação singularizada, orientada sob a

perspectiva da superação dialética da divisão sociotécnica do Trabalho Social na produção de saberes-fazeres. Procuramos criar condições para o reposicionamento do trabalhador e a subversão das práticas disciplinares, contribuindo para forjarmos uma práxis transformadora, resistente e intercessora.

A nossa problematização se baseou na AI e na Filosofia da Diferença. Sabemos que há diferenças entre esses campos. Assim, entendemos que não tinha um jeito de nos posicionarmos como intercessor o tempo todo, mas em determinadas situações, isso foi possível. Orientados pela AI podemos confrontar as forças instituídas que podem enfraquecer as forças instituintes (Lourau, 1995).

O trabalho que desenvolvemos acerca dos processos de formação dos trabalhadores pode ser posicionado de modo a fortalecer as forças instituintes dos trabalhadores? Essa indagação nos acompanhou ao longo deste ensaio, e para respondê-la tentamos conectar uma apresentação de certas cenas oriundas das experiências de intercessão que compuseram nosso campo de trabalho e Intercessão-Pesquisa, buscando no plano transdisciplinar produzir conexões entre as dimensões conceituais, éticas e políticas que nos ajudaram na procura por uma posição intercessora em um plano interdisciplinar.

Tomamos a AS como campo institucional de trabalho e intercessão-pesquisa, nos lembrando de que sua origem era a de ser uma produção do Estado, e como instituição possuía ordenamento jurídico, legal, técnico, político e ético, com as legislações que a paramentavam por intermédio de decretos, resoluções, portarias e os cadernos de orientação técnica, dentre outros documentos que buscaram normatizar e orientar o trabalho das equipes dos seus diversos estabelecimentos socioassistenciais, que foram criados para o atendimento da população que seria protegida.

A AS, organizada como SUAS, apresentava seus objetivos, princípios, diretrizes, seguranças e afianças que conotavam a complexidade da Política Pública de Assistência Social, por tanto, nosso ensejo de tomá-la como instituição. Tomar a AS como instituição nos possibilitou criar conexões para a ação e análise, para desvendar os processos territorizalizados e desenvolvermos intercessões que contribuíssem para o desenvolvimento de ações coletivas que confrontassem os processos instituídos, podendo produzir como efeito processos de transversalidades e desterritorizações, buscando sustentar a não objetificação do sujeito, por meio da ética do Sujeito da Atenção Psicossocial.

O confronto entre processos de subjetivação instituído e instituinte, no campo da supervisão e da assessoria, com os trabalhadores da AS abriu possibilidades para intercedermos na produção de efeitos éticos e políticos que confrontassem o instituído fortalecendo as forças instituintes.

Nossa tentativa neste ensaio foi de buscar explicitar as relações de poder que circularam nos espaços de supervisão e assessoria. Entendemos que essas relações de poder são importantes, pois são elas também que mantêm a desigualdade social reproduzidas nas relações. Foi preciso estarmos atentos ao nosso trabalho com sujeitos tradicionalmente classificados entre as populações vulneráveis pois a posição privilegiada de classe, raça, etnia, gênero, ou qualquer outra facilmente convida a hierarquizações que mais reforçam nossas diferenças e despotencializam àqueles que já entram nesta relação por sua condição desfavorecida (Romagnoli, 2015).

Dessa forma, acreditamos que no Trabalho Social realizado na AS, há o risco de que nossas atuações possam encobrir práticas morais, relações de tutela e de assujeitamentos presentes no uso cotidiano e acrítico do nosso conhecimento. Tal fato pode incapacitar os usuários com os quais trabalhamos. Entendemos, a partir das experiências aqui relatadas, a necessidade que temos de rastrear as relações de poder nesse lugar daquele que foi destinado a “cuidar/proteger os vulneráveis”.

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Ed. 17, 2023.

AMADO, G. Implicação. In Barus-Michel, J., *et al*. **Dicionário de psicossociologia**. 2005. p. 285-285.

ANDRADE, M. C. Dispositivo intercessor – uma perspectiva multirreferencial de produção de conhecimento. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 10, n. 1, p. 171-183, 2011.

ANDRADE, M. C. **Encontro da Loucura com o Trabalho na Economia Solidária**: a produção da práxis de pré-incubagem através do Dispositivo Intercessor na Saúde Mental. 2013. 298 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Assis, SP, Brasil, 2013.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89-117, mai./ago. 2013.

BAREMBLITT, G. **Compêndio de análise institucional e outras correntes**. 3. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

BENELLI, S. J. As éticas nas práticas de atenção psicológica na assistência social. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 31, n. 2, p. 269-287, 2014.

BENELLI, S. J. Risco e vulnerabilidade como analisadores nas políticas públicas sociais. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 33, n.4, p. 735-745, 2016.

BENELLI, S. J. Problematizando a instituição pesquisa na universidade e nas práticas psicológicas. **Revista de psicologia da Unesp**, v. 18, n. especial, p. 88-120, 2019.

BENELLI, S. J. O campo socioassistencial e as figuras diversas do trabalhador social. In: BENELLI, S. J. **Psicologia e Assistência Social:** interfaces políticas, clínicas e éticas. Curitiba: CRV, 2020. p. 139-169.

BENELLI, S. J. **Entidades assistenciais para crianças e adolescentes no município**: impasses institucionais e possibilidades. São Paulo: Unesp Digital, 2022.

BENELLI, S. J. **Problematizações das figuras da Psicologia Clínica**: olhar, cuidar e escutar. Unesp Digital, 2023.

BENELLI, S. J.; COSTA-ROSA, A. Paradigmas diversos no campo da Assistência Social e seus estabelecimentos assistenciais típicos. **Psicologia USP**, v. 23, n. 4, p. 609-660, 2012.

BENELLI, S. J; COSTA-ROSA, A. Para uma crítica da razão socioeducativa em entidades assistenciais. **Estudos de Psicologia (**Campinas), v. 28, n. 4, p. 539-563, 2011.

BENELLI, S. J.; COSTA-ROSA, A. Dispositivos institucionais filantrópicos e socioeducativos de atenção à infância na assistência social. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 30. n.2, p. 283-301, 2013a.

BENELLI, S. J.; COSTA-ROSA, A. Para uma crítica da razão socioeducativa em entidades assistenciais. **Estudos de Psicologia**, PUC-Campinas, v. 28, n. 04, p. 539-563, 2011. Disponível em < http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v28n4/14.pdf >. Acesso em: 12 dez. 2013b.

BION, W. R. **Experiências com grupos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1970.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988 (atualizada até a Emenda Constitucional nº 107). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 mar. 2021.

BRASIL. **Lei Federal n° 8.742**. Lei Orgânica da Assistência Social. Brasília: Planalto Central, 1993.

BRASIL. **Orientações técnicas sobre o PAIF**. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. V. 1. Brasília: MDS, 2012a.

BRASIL. **Orientações técnicas sobre o PAIF**. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: MDS, V. 2, 2012b.

BRASIL. **Resolução nº 145**. Política Nacional de Assistência Social. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), 2004.

BRASIL. **Resolução nº 269**. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), 2006.

BRASIL**. Resolução de n° 17**. Ratifica a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUA. Conselho Nacional de Assistência Social, 2011

BRASIL. **Resolução nº 04**. Política Nacional de Educação Permanente do SUAS. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), 2013.

BRASIL. **Resolução n° 109**. Ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de ocupações profissionais de ensino médio e fundamental do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), 2014.

CARDOSO, M. L. M.; ROMAGNOLI, R. C. Contribuições da cartografia para a produção de uma ciência nômade. **Revista Polis e Psique**, Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 6-25, set.-dez. 2019.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

BRASIL. Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselho Federal de Psicologia (CFP), 2007.

COSTA, G. (2017). Assistência Social, no enlace entre a cor e gênero dos(as) que dela necessitam. *O Social em Questão*, 20(38), 227-246.

COSTA-ROSA, A. O modo psicossocial: um paradigma das práticas substitutivas ao modo asilar. In P. D. C. AMARANTE (Org.). **Ensaios**: subjetividade, saúde mental e sociedade. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. p.141-168.

COSTA-ROSA, A. **Redes de contratualidade social em sujeitos do sofrimento psíquico grave**: integrando a estratégia saúde da família e estratégia atenção psicossocial no território. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2008. (Trabalho não publicado).

COSTA-ROSA, A. **Operadores fundamentais da atenção psicossocial:** contribuição a uma clínica crítica dos processos de subjetivação na saúde coletiva.

Tese de livre docência. Assis: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, Faculdade de Ciências e Letras, 2011a.

COSTA-ROSA, A Ética e clínica na Atenção Psicossocial: contribuições da psicanálise de Freud e Lacan. **Saúde e Sociedade** (São Paulo), v.20, n.03, p. 743-757, 2011-a.

COSTA-ROSA, A. **Operadores fundamentais da atenção psicossocial:** contribuição a uma clínica crítica dos processos de subjetivação na saúde coletiva. Tese de livre docência. Assis: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, Faculdade de Ciências e Letras, 2011-b.

COSTA-ROSA, A. **Atenção psicossocial além da Reforma Psiquiátrica**: contribuições a uma clínica crítica dos processos de subjetivação na saúde coletiva. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

COSTA-ROSA, A. Por que a Atenção Psicossocial exige uma clínica fundada na psicanálise do campo Freud-Lacan?. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 18, n° especial, p. 37-54, 2019.

DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, G. Conversações (1972-1990). São Paulo: Editora 34, 1992. p. 219-226.

DELEUZE, G.; GUATARRI F. **Mil Platôs**: Capitalismo e Esquizofrenia 1º. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.

DONZELOT, J. **A Polícia das Famílias**. Rio de Janeiro: Graal Ed., 1980.

FARHI NETO, L. **Biopolítica**: as formulações de Foucault. Cidade Futura, 2010.

FIOCHI, P. I. C. **Entre laços e nós**: (im)possibilidades de um psicanalista nos espaços de Educação Permanente em Saúde. 2015. 168 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - (Doutorado em Psicologia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, SP, Brasil, 2015.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Ed. 14, 2022.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 25 ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GALIEGO, A. H. B. **O dispositivo intercessor como modo de produção do conhecimento:** construção do saber na práxis de um Centro de Atenção Psicossocial de álcool e outras drogas. 2013. 78 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2013.

GARCIA, A. S. **Atenção Primária e Atenção Psicossocial**: Dispositivo Intercessor como operador da produção de conhecimento da Saúde Coletiva. 2013. 133 f. Tese

(Doutorado em Psicologia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP)- Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Assis, SP, Brasil, 2013.

GARCIA, A. S.; COSTA-ROSA, A. O Dispositivo Intercessor: contribuições da filosofia da diferença. *In*: TOLEDO, R. F.; ROSA, T. E. C.; KEINERT, T. M.; CORTIZO, C. T. (Orgs.). **Pesquisa participativa em saúde:** vertentes e veredas. Instituto de Saúde, São Paulo, 2018. p. 167-186.

GOTO, K. S. **Reforma Psiquiátrica no Brasil contemporâneo**. 2018. 198 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2018.

JANEGITZ, H. H. S. **Uma psicóloga trabalhando na assistência social:** problematizações da práxis num Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). 217 f. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2022.

LACAN, J. **O seminário 17:** o avesso da psicanálise. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1992.

LANE, S. T. M.; CODO, W. (Orgs.) **Psicologia Social:** o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 2001.

LIMEIRA. **Diagnóstico Socioterritorial do município de Limeira**. Limeira: CEPROSOM, 2016.

LOURAU, R. **A análise institucional**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARTINI, R. B. **O dispositivo intercessor como meio de superação dialética da medicalização da saúde mental**. 2010. 95 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2010.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro III. O processo Global da produção capitalista. Tradução Rubens Enderle. Edição de Friedrich Engels. 1º Ed. São Paulo. Boitempo, 2017.

MEXKO, S. **Psicologia e assistência social:** contribuições da psicanálise de Freud e Lacan e do materialismo histórico. 2017. 128 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2017.

MEXKO, S. **Uma psicóloga psicossocial no CAPS**: Contribuições da Psicanálise do campo de Freud e Lacan e do Materialismo Histórico. 2021. 225p. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Assis, 2021. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/213964 Acesso em: 10 dez. 2024.

MIRANDA, C. M. **Saúde Mental infanto-juvenil**: uma reflexão sobre políticas públicas a partir do dispositivo intercessor como meio de produção de conhecimento na práxis. 2011. 95 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2011.

MONGHINE, I. D. **Proteção ou punição**? Ensaios sobre a práxis de uma trabalhadora social desenvolvida num Conselho Tutelar. 2024. 117 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Ciência e Letras, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Assis, 2024. Link: https://hdl.handle.net/11449/255714 Acesso em 10 dez. 2024.

NASCIMENTO, M. L.; LEMOS, F. C. S. A pesquisa-intervenção em Psicologia: os usos do diário de campo. **Barbarói,** v.57, p. 239–253, 2020.

PAES, M. R. R. **Ensaios de Intercessão-Pesquisa:** entre significantes e instituições. 2014. 112 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2014.

PENARIOL, Marita Pereira. **Análise institucional da prefeitura municipal**: desvendando a lógica de funcionamento da gestão pública. 2017. 231f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, São Paulo, 2017. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/149909 Acesso em: 10 dez. 2024.

PEREIRA, E. C. **Ensaio de intercessão institucional em um CAPS – Centro de Atenção Psicossocial**. 2011. 115 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2011.

PÉRICO, W. **Contribuições da psicanálise de Freud e Lacan a uma psicotherapia Outra:** a clínica do sujeito na Saúde Coletiva. 2014. 164 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2014.

PINTO, F. F. **Narrativas sobre a práxis na Assistência Social**: uma análise sobre a proteção social e o processo de gestão do trabalho. Dissertação (Mestrado em Psicologia e Sociedade). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2019.

PROENÇA, F. A. **Análise Institucional da Assistência Social como política pública de direito social**: desafios e impasses discursivos. 2020. 128 f. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, São Paulo. 2020. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/192446 Acesso em 10 dez. 2024.

ROMAGNOLI, R. C. Problematizando as noções de vulnerabilidade e risco social no cotidiano do SUAS. **Psicologia em Estudo, Maringá**, v. 20, n. 3 p. 449-459, jul./set. 2015

SANTOS, L. A. **Planejamento participativo e Intercessão-pesquisa como dispositivos de participação e emancipação do trabalho e do trabalhador na**

Saúde Mental Coletiva. 2011. 96 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - (Doutorado em Psicologia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, SP, Brasil, 2011.

SÃO PAULO. **Caderno de Orientações**: referências técnicas para a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar. São Paulo: (SEDS), 2013.

SAWAIA, B. **Exclusão ou Inclusão perversa**? As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. SAWAIA, B. (Orgs.). Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

SHIMOGUIRI, A. F. D. T. **Contribuições da psicanálise de Freud e Lacan e do Materialismo Histórico para a Terapia Ocupacional:** uma clínica do desejo e do carecimento na Saúde Coletiva. 2015. 134f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2015.

SHIMOGUIRI, A. F. D. T. **O inconsciente é a política**: contribuições do Dispositivo Intercessor para o saber-fazer da Terapia Ocupacional Psicossocial. 2020. 295p. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2020. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/202764 Acesso em 10 dez. 2024.

SOUZA, Helder Barros. **O psicólogo no cenário do Sistema Socioeducativo em Meio Aberto**: problematizando saberes e fazeres. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/191001 Acesso em: 10 dez. 2024.

SOUZA, J. (Org.) **Ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, W. A. **A assistência social e o trabalho com as pessoas em situação de rua no CREAS:** um campo de intercessão. 2015. 168 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2015.

SOUZA, W. A. O dispositivo intercessor na Assistência Social: um modo de transformação da realidade. **Revista de Psicologia da UNESP. v** 15, n. 1, p .53-69, 2016.

SPOSATI, A.; MEIRA, P. T. **Transferência de renda no Brasil**: entre a herança recebida e a direção prometida. 1ª Ed. São Paulo, Cortez, 2023.

STRINGHETA, L. V. H. O. **Método intercessor e saúde mental – construindo saberes a partir da práxis**. 2007. 106 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2007.

TONON, F. H. **O adolescente consumidor de álcool e drogas e as internações**: deslocamentos e posicionamentos para práticas psicossociais. 2021. 255 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Estadual Paulista (UNESP),

Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2021. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/202653 Acesso em 10 dez. 2024.

VIEIRA, B. R. S. **As múltiplas dimensões do exercício profissional da assistente social**: problematizando a práxis de trabalho no CRAS. 2023. Dissertação (Mestrado em Psicologia) -Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Assis, São Paulo, 2023. Disponível em https://repositorio.unesp.br/items/a435bf7b-dfe7-4a2a-80f8-160903d4210e Acesso em 10 dez. 2024.

YAMAMOTO, O. H.; OLIVEIRA, I. F. Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, (n.spe.), p. 9-24, 2010.

ENSAIO 2 – UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO DOS(AS) TRABALHADORES(AS) NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: A CRÍTICA ÀS FIGURAS DA EXPERTISE POR MEIO DAS PRÁTICAS INTERCESSORAS

1. Introdução

Neste ensaio, parte de nossa Intercessão-Pesquisa, refletimos criticamente sobre as diferentes modalidades de formação disponíveis aos trabalhadores da Assistência Social (AS). Por meio de uma análise crítica dos dispositivos mobilizados e operados nestes processos, buscamos problematizar as ofertas de ações no domínio das capacitações, assessorias, cursos e supervisões, e seus efeitos nos sujeitos-trabalhadores e sujeitos-usuários da AS. Nosso objetivo foi de investigar sobre como essas práticas de formação estão sendo estudadas no campo científico.

A problematização crítica dos diferentes dispositivos e processos formativos oferecidos atualmente aos trabalhadores da AS surgiu como uma demanda da nossa própria tentativa de operar na práxis com processos de formação. Nosso esforço de sair de uma lógica individualizante nos processos formativos e incorporar dimensões éticas e políticas coletivas gerou o desafio de estarmos mais avisados quanto aos seus efeitos nos sujeitos e incluir a dimensão do inconsciente/desejo no âmbito da subjetividade do sujeito como parte do trabalho, com a tentativa de sustentar práticas críticas e não meramente reprodutivas. Isso nos levou à aproximação e uma apropriação do Dispositivo Intercessor (DI), por meio do nosso ingresso no curso de doutorado do Programa de Pós-graduação em Psicologia e Sociedade da Universidade Estadual Paulista (UNESP), para operar com ele na tentativa de produzir ações intercessoras, coletivas e singularizantes que contribuíssem para a organização dos trabalhadores e fortalecimento das lutas sociais de enfrentamento das desigualdades sociais e suas seletividades de gênero e raça.

A intercessão-pesquisa que desenvolvemos sob a orientação do Prof. Dr. Sílvio José Benelli foi operada por meio da estratégia do DI, o que nos levou a analisar nossas práticas em processos formativos e seus efeitos, além de buscar um reposicionamento intercessor entre os trabalhadores, com o intuito de produzir a práxis para singularizar os processos formativos na Assistência Social (AS). O DI possibilitou, ainda, por meio do que denominamos Dispositivo Intercessor como Modo de Produção de Conhecimento (DIMPC), a criação de uma grade analítica capaz de

distinguir os diferentes tipos de processos formativos disponíveis aos trabalhadores da AS, sendo este o objetivo principal deste ensaio.

O DI constituiu tanto nosso campo de trabalho quanto de análise para a forja da práxis e a produção de conhecimento. Na potência de um campo transdisciplinar e heterogênico, ele nos permitiu, a partir da Análise Institucional (AI) de Lourau e Lapassade, realizar uma análise da Educação Permanente no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no contexto da instituição AS.

A tentativa de analisar nossa práxis com os processos formativos dos trabalhadores da Assistência Social (AS) nos remete a algumas cenas da experiência vivida como trabalhadores da AS, em um período anterior à nossa inserção na Educação Permanente como campo de trabalho, mas que, de alguma forma, contribuíram para essa escolha. Iniciamos nossa trajetória com processos formativos dos trabalhadores da AS no ano de 2012. Até 2023, operamos com formações em um conjunto variado de estabelecimentos socioassistenciais, espalhados por mais de quinze municípios. Foi a partir das experiências iniciais com esses processos formativos, que denominamos de "acontecimentos-sujeitos", atravessamentos que vivenciamos enquanto sujeitos-trabalhadores, que emergiram um conjunto de perturbações e inquietações, nos levando a questionar nossas práticas e seus efeitos éticos e políticos sobre os sujeitos-trabalhadores, mas também sobre os sujeitos-usuários, afetados pelas práticas dos trabalhadores no Trabalho Social.

Algumas dessas inquietações geraram os seguintes questionamentos: Como se deu o processo de institucionalização da Educação Permanente no SUAS? Como nos inserimos, primeiro como trabalhadores e, posteriormente, como trabalhadores-intercessores, nos processos de formação dos trabalhadores da AS? Como a problematização das diversas ofertas de processos formativos e seus efeitos éticos e políticos nos sujeitos se tornou essencial para que pudéssemos estar atentos à não reprodução das práticas disciplinares? Os processos formativos dos trabalhadores da AS são todos iguais? Como essas práticas se orientam no plano conceitual-teórico e quais os efeitos éticos e políticos que produzem nos trabalhadores?

Buscamos, então, refletir sobre alguns desses questionamentos por meio de algumas cenas e memórias da nossa experiência com o trabalho na AS, e da problematização crítica sobre o processo de institucionalização da Educação da Educação Permanente e de a abertura criada em suas normativas para o surgimento

de um conjunto variado de ofertas de processos de formação dos trabalhadores oferecidos por empresas.

Movidos pela curiosidade crítica e pelo desejo de entender a Educação Permanente do SUAS como campo de trabalho, realizamos, em 2021, um levantamento por meio de uma pesquisa no Google sobre empresas de assessoria, consultoria, capacitação, treinamento e supervisão no âmbito do SUAS e da Política de Assistência Social (AS). A pesquisa identificou 33 empresas, com base em uma amostra de 300 respostas, que ofereciam processos formativos aos trabalhadores da AS. Essas empresas disponibilizavam uma gama de serviços e produtos, caracterizados por estratégias de excelência (expertises), que se apresentavam como práticas inovadoras. Entre os produtos oferecidos, destacavam-se sistemas informatizados de gestão financeira-administrativa, monitoramento e avaliação das informações sobre os serviços, prontuários eletrônicos, diagnósticos, matricialidade sociofamiliar, proteção social, violência, planos e projetos, além de ações de capacitação, formação, cursos, supervisões e assessorias, todas voltadas para instrumentalizar as equipes de trabalhadores sociais na operacionalização dos serviços.

Nosso objetivo foi mapear as ações formativas, procurando diferenciá-las em duas categorias: as de caráter disciplinar e as que situamos no campo crítico. Para isso, realizamos um levantamento de produções acadêmicas sobre o tema e complementamos nossa análise com informações disponíveis em documentos normativos, sites, redes sociais, blogs e outros materiais.

A análise que desenvolvemos procurou lidar com a complexidade da formação dos trabalhadores no SUAS, apontando para os efeitos éticos e políticos nos sujeitos, dependendo dos diferentes tipos de formação e dos dispositivos operados para sua implementação. Também problematizamos os processos instituídos e reproduzidos por essas formações, apontando o “não-dito” da própria AS: a operação com ações que visam cuidar dos vulneráveis, mas que, de modo contraditório e velado, estabelecem a necessidade de se manter a condição de vulnerabilidade para fortalecer a exploração no capitalismo, que é, em si, o maior produtor de pessoas vulneráveis.

Atualmente, uma vasta gama de ofertas de processos formativos está disponível aos trabalhadores da AS, abrangendo áreas como Administração, Gestão Territorial, Letramento Racial, Letramento em Gênero, Justiça Restaurativa,

Comunicação Não Violenta, Supervisão Clínica Institucional, Supervisão Psicanalítica, Supervisão Institucional, Supervisão Técnica, Socianálise, Análise Institucional (AI), Modalidades de Gestão, Matricialidade Sociofamiliar, Marketing Social, Gestão do Trabalho no SUAS, Educação Permanente, Formação Continuada, Capacitação, Capacita SUAS, Assessoria, Consultoria, Administração Pública, Gestão Institucional, Mentoria, Mentoria Parental, Constelação Familiar, Análise Sistêmica, *Coaching*, Tutoria, Facilitação, Mediação, *Compliance, Advocacy* e *Influencer* Digital.

Se essas práticas estão amplamente disponíveis, é provável a existência de trabalhadores produzindo essas ofertas de formação, enquanto outros as acessam e consomem. Quais são as necessidades dos trabalhadores que criam conexões com esses diferentes processos formativos? Essas necessidades dos trabalhadores que se conectam com esses diferentes processos formativos estão relacionadas, muitas vezes, a uma busca por atualização profissional, aprimoramento de habilidades, ou até mesmo pela promessa de soluções rápidas para demandas institucionais e operacionais. Os processos formativos ofertados pelas empresas eram voltados para um público diversificado, incluindo psicólogos, assistentes sociais, educadores sociais, cuidadores, gestores, entre outros. As atividades eram variadas, englobando cursos, seminários, mediações, palestras, oficinas, assessorias, mentorias, *coaching*, supervisões e capacitações, entre outras.

A maioria dessas ações pode ser entendida como nichos de mercado[28] na AS, ligados ao domínio da expertise, com base em saberes e fazeres técnicos, teorias e vivências, frequentemente acompanhados pela promessa de resolver problemas ou demandas institucionais, sob uma lógica mercadorizada a Educação Permanente vem sendo transformada em mercadoria e rentável. Poucas são as estratégias que buscam se implicar para a problematização da qualidade de vida dos trabalhadores, condições de trabalho e formação do sujeito-trabalhador, para além da lógica da Educação Permanente restrita ao discurso oficial em que a focaliza como estratégia para a

[28] Nesse caso, Mercado se refere ao conjunto de consumidores ou clientes potenciais que uma empresa ou organização tenta alcançar com seus produtos ou serviços. O mercado pode ser amplo ou segmentado em grupos específicos (nichos), com base em características, necessidades ou comportamentos semelhantes. Ao identificar um nicho de mercado, a empresa foca em um público específico, criando estratégias mais direcionadas para atender melhor essas pessoas. Disponível em: https://www.agendor.com.br/blog/nicho-de-mercado/#:~:text=%C3%89%20f%C3%A1cil%20entender%20o%20que,(refer%C3%AAncia%20para%20os%20clientes Acesso em 21 fev. 2023.

qualificação do Trabalho Social e não dos sujeitos-trabalhadores. Como entender e nomear essa diversidade de processos de formação? Possuem diferenças? Como distinguir e classificar quanto ao plano epistemológico, de modo a organizá-las criticamente? Produzem os mesmos efeitos éticos e políticos? Essas ofertas de formação, com nomes diferentes, chamaram nossa atenção. Diante da possibilidade de as empresas reproduzirem práticas disciplinares e do grande número de trabalhadores e venderem esses processos de formação, buscamos problematizar criticamente algumas dessas ofertas.

Para entender e classificar essa diversidade de processos formativos, é necessário analisar as diferenças entre eles no plano epistemológico, distinguindo-os pela maneira como se organizam conceitualmente e pelos efeitos éticos e políticos que produzem. Essas ofertas de formação, apesar de seus nomes distintos, chamam nossa atenção justamente pela possibilidade de reprodução de práticas disciplinares, e pelo número crescente de trabalhadores e empresas que vendem esses processos.

A maneira que encontramos para problematizar essas ofertas foi identificar a concepção de indivíduo-sujeito que elas promovem, organizando-as conforme sua proximidade ou distanciamento de determinados dispositivos de trabalho. Isso permitiu distinguir as práticas que produzem efeitos disciplinares das que se alinham com uma abordagem crítica. Nossa análise crítica desses processos formativos contribuiu para que nos tornássemos mais atentos às práticas disciplinares presentes nessas ofertas, assim como aos seus efeitos éticos e políticos. A experiência que buscamos construir, ao nos afastarmos das práticas disciplinares e nos aproximarmos de um campo crítico, pode servir de inspiração para outros trabalhadores que operam com processos formativos ou com o Trabalho Social, ajudando-os a produzir ações coletivas que fortaleçam as lutas sociais no enfrentamento do Modo Capitalista de Produção (MCP).

2. A institucionalização da Educação Permanente na Assistência Social e as nossas experiências como trabalhador-intercessor

A AS se constituiu como uma das Políticas Sociais integrantes da Seguridade Social, a partir da Constituição de 1988 (Brasil, 1988). Em 1993, foi aprovada a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) (Brasil, 1993). Após onze anos, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) instituiu a Política Nacional de Educação

Permanente do SUAS (PNAS/SUAS) (Brasil, 2004), com diretrizes voltadas à Gestão do Trabalho no âmbito da AS.

Outras regulamentações, que antecederam a PNEP/SUAS (Brasil, 2013), já possuíam incorporações de elementos da Gestão do Trabalho e da Educação Permanente, como a Norma Operacional Básica (NOB SUAS) (Brasil, 2005), a Norma Operacional Básica dos Recursos Humanos do SUAS (NOB RH do SUAS) (Brasil, 2006), o Protocolo de Gestão Integrada (Brasil, 2009a), a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (TNSS) (Brasil, 2009b), entre outras.

De acordo com Ferreira (2015), foi possível identificar nos relatórios das conferências da AS (III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII) temas gerados por debates e diálogos que configurou na demanda dos trabalhadores nos estabelecimentos socioassistenciais pela qualificação das práticas sociais (serviços, equipamentos, equipes, materiais, metodologias etc.), com ênfase no Trabalho Social interdisciplinar e na composição das equipes de referência. As forças pulsantes instituintes, presentes nas conferências, culminaram na criação da PNEP/SUAS (Brasil, 2013).

A PNEP/SUAS (Brasil, 2013), como política institucionalizada na AS, junto com as normativas que a precederam, possibilitou a criação das diretrizes para a Gestão do Trabalho. Estas reuniram um conjunto de elementos teóricos, políticos e éticos, consolidando as modalidades de Educação Permanente: capacitação, formação e supervisão técnica. A assessoria e consultoria, como estratégias técnicas da gestão do trabalho, já existiam na Assistência Social antes da PNEP/SUAS (Brasil, 2013), como identificado na NOB RH do SUAS (Brasil, 2006).

Observamos que, após a institucionalização da PNEP/SUAS (Brasil, 2013), houve um aumento significativo nas atividades denominadas "Educação Permanente" ou "Gestão do Trabalho". Esse crescimento foi visível pelo número de empresas oferecendo capacitação e supervisão técnica.

2.1 A Educação Permanente do SUAS como nosso campo de trabalho

Nós, que, também nos inscrevemos no processo histórico da constituição da PNEP/SUAS (Brasil, 2013), criamos em 2012 uma empresa[29] com o propósito de operar com a oferta de processos formativos junto aos trabalhadores da AS.

[29] Essa empresa foi a primeira iniciativa que criamos em sociedade com mais três trabalhadores, resultado de intensos diálogos sobre as possibilidades de atuar com ações críticas de formação dos

Enquanto trabalhadores da AS, nos dedicamos a diferentes atividades formativas, desenvolvendo diversas atividades que incluíam supervisões de equipe, rodas de conversas, formações e assessorias, em diferentes estabelecimentos socioassistenciais, junto aos trabalhadores que atendiam e acompanhavam as famílias e sujeitos-usuários, por meio de uma diversidade de práticas sociais. Em nossas experiências entendemos que os trabalhadores, de algum modo, acessavam processos formativos variados ofertados por empresas. Entre essas empresas, havia as que se posicionavam como detentoras de saberes e fazeres, se autoafirmando como especialistas em determinados temas. Os processos formativos podem produzir efeitos éticos e políticos nos trabalhadores que os vivenciam e de modo consequente, produzir efeitos também nos sujeitos atendidos por esses trabalhadores.

Procuramos, antes de analisar criticamente esse conjunto variado de práticas de formação, refletir sobre como nos autorizamos a operar com processos formativos de outros trabalhadores e os processos que nos levaram a querer entender criticamente suas diferenças. Realizamos essa reflexão sobre nossa práxis por meio de algumas cenas de experiência do trabalho que reconstituímos utilizando as nossas memórias, sensações e análise dos registros de diários, que já adotamos desde o início de nossas práticas nesse campo e dos diários de intercessão produzidos no âmbito da Intercessão-Pesquisa.

2.2 Quando reproduzimos práticas sociais disciplinares nos processos formativos?

Na tentativa de entender o que me levou a querer ocupar a posição de um trabalhador que atua junto aos processos formativos de outros trabalhadores, me lembrei de um jovem afrodescendente que compunha uma das primeiras famílias que acompanhei no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a

---

trabalhadores – como capacitação técnica, cursos, supervisão técnica, assessoria e produção de eventos – com o objetivo de contribuir para o fortalecimento do sujeito e da luta social. No entanto, as dificuldades para abrir campos de trabalho, aliadas à diversidade epistemológica dos trabalhadores, que frequentemente geravam mais desconexões do que conexões, culminaram em uma ruptura da empresa. Após esse período de interrupção, a empresa foi reaberta com o propósito de enfrentar o trabalho relacionado a algumas encomendas voltadas para ações coletivas/grupais. A reabertura aconteceu a partir de uma parceria com uma trabalhadora crítica da área do Serviço Social, embora inicialmente em formato de Microempreendedor Individual (MEI). Posteriormente, a empresa se desenquadrou dessa modalidade, passando a se constituir como uma Empresa Individual, mas mantendo o caráter coletivo no trabalho, uma vez que o aumento das demandas por processos formativos exigiu a colaboração de um coletivo de trabalhadores para operar suas atividades.

Famílias e Indivíduos (PAEFI), em uma OSC que possuía parceria com o município de Campinas-SP.

O primeiro contato sobre o jovem Cad[30] e sua família ocorreu por meio do seu prontuário, que se dividia em duas pastas, cada uma com mais 300 páginas. Ao folhearmos aquelas páginas, me deparei com algumas fotos, que me lançaram em um conjunto de sentimentos misturados com raiva, indignação, tristeza, injustiça, gerando uma sensação de "terror sem nome".

A experiência vivenciada com aquele jovem me levou a refletir sobre o conjunto de práticas que reproduzíamos nos diferentes sujeitos/famílias que atendíamos. A família de Cad estava a mais de 20 anos em acompanhamento na AS, passando pelos atendimentos de trabalhadores de vários estabelecimentos. Cad sofreu um acolhimento institucional juntamente com a irmã mais velha, quando tinha 6 anos de idade, devido as situações de abuso sexual que os dois vivenciaram, tendo como autor o próprio pai, padrasto de sua irmã. No entanto, ao retornarem para o convívio com a mãe, após a sua separação conjugal do pai, Cad já estava com 12 anos de idade e conhecia todo o circuito que os adolescentes em situação de rua viviam, inclusive os territórios em que ocorria aliciamento de adolescentes para fins sexuais e uso de drogas, levando-o a desenvolver, de modo associado, as experiências de viver na rua, de exploração sexual e de dependência em *crack*. Ao longo de toda a sua adolescência o jovem circulou entre a casa da sua mãe, a rua e as instituições de acolhimento institucional para adolescentes. Com 15 anos, Cad realizou um assalto a uma senhora no centro da cidade, desarmado, mas fingindo ter uma arma e passou 18 meses cumprindo medida socioeducativa em uma unidade da Fundação Casa. Ao cumprir o tempo determinado pelo juiz da Vara da Infância e Juventude, ao sair recebeu mais uma medida socioeducativa em meio aberto de Liberdade Assistida (LA).

As fotos, que produziram em mim uma explosão de sentimentos, foram referentes a um exame de corpo e delito ao qual Cad foi submetido devido a um

[30] "Cad" se refere ao nome fictício "Cadmus", que foi atribuído ao sujeito com o intuito de preservar sua identidade. O nome foi derivado de uma forma latinizada do grego Κάδμος (Kadmos), cujo significado é incerto. Na mitologia grega, Cadmo era filho do rei fenício Agenor e foi enviado por seu pai para resgatar sua irmã Europa, que havia sido raptada por Zeus, embora não tenha conseguido recuperá-la. Segundo a lenda, Cadmo fundou a cidade de Tebas e introduziu o alfabeto na Grécia, informações extraídas do site: https://www.nome.me/pt/origem-uso-e-significado-nome/cadmus.html. De acordo com Poddis (2010), o destino de Tebas está relacionado ao destino de Cadmo. A fundação da cidade não é retratada por valores positivos, ao contrário, como resultante de uma maldição que recaiu sobre Cadmo, sua linhagem e sua cidade, por meio de várias formas aniquiladoras.

espancamento que sofreu – em uma noite que estava dormindo no Centro da cidade – por um grupo de 6 a 10 *Skinhads,* todos vestiam roupas iguais e cobriam os rostos com máscaras. Os traumas físicos e emocionais da extrema agressão física que havia sofrido por esses indivíduos foram relatados pelo jovem para os policiais e trabalhadores da AS.

Quando Cad completou 18 anos, ainda em situação de rua, mas não podendo mais frequentar os abrigos institucionais que fizeram parte da sua trajetória, começou a frequentar o fluxo de rua da população adulta, sendo flagrado por policiais por um assalto, em posse de uma arma de fogo.

Cad ficou no sistema penitenciário pelo período de um ano, quando recebeu um mandado de segurança, condicionando a sua liberdade ao acompanhamento psicossocial por um CAPS do município. O desfecho desta situação ocorreu devido a uma articulação dos trabalhadores sociais com o defensor público que fez a defesa de Cad, alegando que ele não possuía condições cognitivas e subjetivas para ser responsabilizado pelas supostas ações que teria produzido.

Tentamos agendar alguns atendimentos com Cad, mas percebi que ele não comparecia nas datas agendadas, no entanto, de modo surpresa, aparecia na instituição, como se estivesse realizando uma visita domiciliar invertida. Realizamos alguns atendimentos, o escutando e buscando contribuir para que ele pudesse produzir sentido para o que estava vivendo.

Durante os longos períodos nos quais Cad não comparecia ao estabelecimento, eu juntamente com a assistente social, parceira de trabalho, realizamos algumas visitas domiciliares, mas nunca encontrávamos o Cad na residência. Em uma dessas ocasiões, escutando a mãe de Cad – isso enquanto eu tomava um café oferecido por ela, do qual me lembro do gosto marcante associado ao cheirinho de alho frito refogado, em meio ao preparo do arroz – ela nos disse que o atual companheiro, pai do irmão mais novo de Cad, não o aceitava em casa. Mesmo ela tentando acolhê-lo quando aparecia, os conflitos entre ele o padrasto, o levavam novamente para o fluxo da rua.

Ao longo do acompanhamento que realizei, percebi que Cad estava mais vinculado ao CAPS do que ao estabelecimento assistencial em que também recebia atendimento. Diante da complexidade das diversas violências que ele havia vivenciado e das marcas deixadas por essas experiências, Cad começou a relatar que estava ouvindo vozes. Esse relato, que também foi compartilhado com os

trabalhadores do CAPS, nos levou a organizar uma reunião para a discussão do caso de Cad.

A reunião teve como objetivo reunir as diferentes perspectivas dos profissionais envolvidos no atendimento, buscando compreender melhor os aspectos psicossociais que envolviam o jovem, e assim, articular uma intervenção mais integrada e eficaz. As vozes que Cad relatava ouvir poderiam estar associadas ao sofrimento e às marcas de uma trajetória de violência extrema, o que demandava uma abordagem sensível e multifacetada.

Na ocasião estavam presentes os trabalhadores do último abrigo institucional que Cad havia frequentado, eu e a assistente social, parceira de trabalho, representantes da Defensoria Pública, trabalhadores do Centro de Saúde de referência de atendimento da família, os trabalhadores do CAPS (psicólogos, enfermeiras, terapeutas ocupacionais e o psiquiatra), além de um trabalhador-supervisor-psiquiatra-psicanalista, externo à de trabalho do CAPS. Após uma longa problematização da trajetória de Cad, o psiquiatra do CAPS sugeriu que aumentaria a dosagem dos medicamentos para possibilitar o cessar das alucinações. Mas a intervenção do supervisor, que atuava sobre um paradigma de trabalho contrário ao medicalizador, trouxe uma questão provocadora e enigmática: *"E se essas vozes que ele está ouvindo forem sinais de reconstituição do seu modo de subjetivar, após tantas violências sofridas?"*

Essa pergunta possibilitou aos trabalhadores um deslocamento das práticas que vinham sendo realizadas com Cad, oportunizando uma prática menos medicalizadora e implicada com ações que pudessem contribuir com o seu processo de simbolização. E em mim gerou uma inquietação sobre como algumas ações operadas pelos trabalhadores podem gerar no sujeito efeitos tão diferentes. O aumento da quantidade de medicamento prescrito ao Cad poderia ter como efeito fazer cessar o frágil processo de simbolizar de sua máquina de subjetivação. Essa experiência, entre outras, me fez querer dar voz aos sujeitos por meio dos processos formativos, na tentativa de evitar que sejam novamente subalternizados, acreditando que poderiam contribuir para uma formação crítica.

As primeiras experiências que vivenciei nos processos formativos foram desafiadoras, pois acreditava que todas as nossas ações deveriam gerar efeitos transformadores nos sujeitos. Nos empenhávamos para isso, realizando exaustivos estudos sobre diferentes abordagens do Trabalho Social na AS.

Reunimos um conjunto de cenas dessas experiências que nos forneceram pistas da necessidade de estar mais avisados dos processos que envolviam a instituição AS, frente a algumas práticas que eram reproduzidas pelos trabalhadores sociais com efeitos disciplinares e das resistências de alguns trabalhadores com os processos que estávamos operando.

Uma das cenas ocorreu no início de minha jornada, em meu primeiro trabalho de supervisão técnica com a equipe de trabalhadores de um CREAS, no ano de 2012. Um dos psicólogos da equipe foi transferido de um Centro de Saúde para a equipe do CREAS. Em uma das reuniões, alguns trabalhadores relataram que gostariam de dialogar sobre a posição do determinado psicólogo, pois este se recusava a atender ligações telefônicas das famílias ou realizá-las, seja para um agendamento de atendimento presencial ou diante da necessidade de troca de alguma informação, acreditando que isso não era sua atribuição, que poderia ser da assistente social, mas dele não era. De acordo com o psicólogo, que buscou apresentar as suas razões, utilizava como parâmetro a experiência que vivencia com a clínica psicológica no estabelecimento da saúde. Para ele, os membros da família deveriam procurá-lo caso tivessem alguma demanda. Esse episódio gerou discussões sobre as atribuições dos trabalhadores, especialmente no que se refere às orientações da NOB RH do SUAS, que definem claramente as responsabilidades e os limites de atuação dos profissionais no contexto da AS. Esse fato nos provocou a pensar criticamente sobre a formação do psicólogo para atuar na Política Pública de AS. Como esses processos ocorrem? O que levava o trabalhador a resistir a atender um telefonema?

Outra cena que vivenciamos ocorreu durante um curso que realizamos em um município do interior de São Paulo, sobre a prevenção e enfrentamento aos casos de violência contra a mulher. Durante essa formação, problematizávamos a violência simbólica, utilizando como referência um episódio ocorrido no final de 2017. Nesse episódio, um grupo de extrema direita protestou contra a visita de Judith Butler ao Brasil, para participar de um evento. Ao relatar o fato e problematizar criticamente a situação como uma violência simbólica contra a mulher, dado o papel representativo de Judith Butler na luta pelos direitos das mulheres, uma participante, mulher branca, inconformada com nossas falas, interrompeu-nos bruscamente. Com o dedo apontado, acusou-nos de estar fazendo "ideologia de gênero". Na tentativa de nos intimidar, ela exigiu que parássemos de falar, ameaçando nos denunciar ao Ministério

Público (MP). Naquele momento, nosso trabalho estava sendo desenvolvido em parceria com outra colega.

Apesar da interrupção e da ameaça, continuamos a expor nossas ideias, abrindo espaço para que a participante também pudesse se manifestar. Contudo, ela não sustentou a conversa, reiterando sua ameaça de denúncia, se levantou e decidiu se retirar do processo de formação. Esse episódio evidenciou não apenas o impacto das questões ideológicas e de gênero, mas também as resistências que surgem ao tentar discutir temas ligados às opressões estruturais, como a violência contra a mulher. Continuamos a trabalhar tentando aproveitar a brecha gerada pela trabalhadora para produzir um agenciamento em defesa da democracia do direito à livre produção de conhecimento e saber sobre as expressões de gênero e raça, frequentemente inviabilizadas, por essas vozes opressoras. Mas o que levaria uma mulher, em um espaço de formação dos trabalhadores, sobre estratégias de enfrentamento da violência contra a mulher, se rebelar e tentar interromper o processo? Quais forças dominantes estavam sendo reproduzidas? Quais seriam os efeitos de sua fala, nela, em nós e nos demais trabalhadores participantes?

Em outra cena da experiência fomos realizar uma assessoria aos conselheiros tutelares de um município, no ano de 2020. Enfrentamos, na ocasião, a resistência dos trabalhadores, que questionaram nossa competência e legitimidade como formadores. Essa experiência nos levou a refletir sobre as dificuldades de estabelecer uma relação de transferência e a importância de uma formação mais crítica, baseada nas contribuições de campos teóricos transdisciplinares. A nossa contratação para esse trabalho ocorreu por meio de uma empresa que havia estabelecido uma parceria com a prefeitura, através de um processo licitatório. A encomenda dos gestores à empresa e a mim foi que realizássemos uma problematização ao Sistema de Proteção Especial às crianças e adolescentes e as atribuições dos conselheiros tutelares.

Desde o início do processo de formação, os participantes passaram a questionar se eu teria a competência necessária para desenvolver a formação. Essa experiência ocorreu em 2020, quando ainda não havíamos nos apropriado da problematização da encomenda de trabalho. Isso nos levava, muitas vezes, a tentar responder diretamente à encomenda da gestão, ao invés de problematizá-la. Ao longo de cinco encontros de formação, buscamos questionar e refletir sobre os temas solicitados, com o objetivo de que os conselheiros produzissem uma crítica ao campo das violações de direitos de crianças e adolescentes. No entanto, os trabalhadores

oscilavam na frequência, com a ausência de alguns participantes e a falta de envolvimento dos presentes nas ações e reflexões que queríamos suscitar.

Frente a resistência dos conselheiros tutelares, ainda sem conseguir avançar na problematização da encomenda pela formação, que tornava a demanda dos trabalhadores em um modo oculto, busquei, junto aos trabalhadores, abrir um espaço de circulação de palavra, a fim de compreender melhor a não implicação e a resistência. Tentamos, dessa forma, criar possibilidades para outro tipo de processo. Foi nesse momento que os trabalhadores começaram a questionar meu saber enquanto formador. Eles buscavam acessar um conhecimento mais convencional, adquirido por meio de materiais de eventos e vídeos de plataformas sociais, provenientes de figuras de expertise na formação de conselheiros tutelares. A busca deles era por um conhecimento quase enciclopédico, transmitido por especialistas, que os orientassem sobre o que fazer em seu trabalho, alinhado com as práticas de outras figuras de especialistas populares nesse campo.

Apesar de tentarmos ajustar os acordos com os trabalhadores, não conseguimos superar as resistências. Só no último encontro, ao avaliarmos o processo formativo, os trabalhadores esclareceram que haviam solicitado à gestão que contratasse um dos especialistas por eles indicados para a formação. Esse momento gerou indagações importantes para nós: O que me autoriza a ser um trabalhador que opera com processos formativos de outros trabalhadores? Como se formou a figura do especialista, que desautoriza outros trabalhadores a saber-fazer-poder no campo do trabalho?

No mesmo ano (2020), fomos convidados pela mesma empresa para desenvolver uma assessoria a uma equipe de gestão da Política Municipal de Assistência Social, com a tarefa de elaborar um diagnóstico socioterritorial e o Plano Plurianual Municipal de Assistência Social. O município, de pequeno porte, com menos de 5.000 habitantes, localiza-se no interior de Minas Gerais. Realizamos, junto com a equipe da empresa, a análise e sistematização dos dados oficiais sobre indicadores sociais disponíveis e uma pesquisa quantitativa de opinião. Para construir o Plano Municipal de Assistência Social, visitamos o município e tivemos um longo diálogo com duas trabalhadoras: uma coordenadora da Assistência Social e a coordenadora do CRAS, ambas formadas em Serviço Social. Conversamos sobre as demandas da população, a estrutura da Política de Assistência Social no município e

as ações a serem implementadas, com o objetivo de fortalecer o caráter protetivo da assistência social.

Uma das principais questões levantadas pelas trabalhadoras dizia respeito ao controle exercido pelo prefeito sobre a lista de beneficiários da cesta básica. O prefeito selecionava arbitrariamente os nomes que considerava necessários, fechava a lista e encaminhava para as técnicas executarem a distribuição. A falta de autonomia, a exploração política dos sujeitos e o favorecimento de aliados políticos da prefeitura estavam claros, e toda essa situação configurava uma exploração dos pobres, em nome da pobreza, para benefício pessoal e político. Esse tipo de governamentalidade disciplinar nos levou a questionar até que ponto os processos formativos, como a assessoria, podem fortalecer as forças instituintes por meio da organização dos sujeitos-trabalhadores e sujeitos-usuários, ou se acabam, na verdade, fortalecendo os processos instituídos que geram efeitos disciplinares nos sujeitos.

No documento técnico produzido, que incluía o Diagnóstico Socioterritorial e o Planejamento Plurianual da Assistência Social do município, tentamos materializar um processo de diálogo contínuo, mediado por cinco reuniões remotas de três horas cada, com as trabalhadoras. O objetivo era escutar, dialogar e analisar, ao mesmo tempo em que sistematizávamos propostas de ações. Buscamos sugerir ações que contribuíssem para fortalecer a transparência pública, a proteção social, a qualificação das ações dos trabalhadores do CRAS, a destinação de orçamento para o desenvolvimento de ações, estímulo à participação cidadã dos usuários, defesa da autonomia técnica dos trabalhadores, e a composição de equipes por meio de concursos públicos. Após a finalização desse trabalho, não obtivemos mais retorno sobre os efeitos gerados. Embora tivéssemos buscado direcionar o documento para fortalecer a AS como um campo de direito, cidadania e participação social, não sabíamos ao certo quais seriam os efeitos concretos do nosso trabalho sobre os trabalhadores.

O conjunto das cenas das experiências com o trabalho na AS nos fizeram refletir sobre os processos formativos e os desafios existentes para operarmos de modo crítico, criativo, buscando enfrentar as resistências e as forças neoconservadoras que poderiam emergir nos processos com os trabalhadores.

Essas experiências de assessoria e formação nos conduziram a perceber algumas práticas recorrentes entre os trabalhadores. Um exemplo disso foi a aplicação do modelo de clínica psicoterapêutica, em que o trabalhador se posicionava

por meio de uma divisão técnica do trabalho. Nesse modelo, a ideia era de que não seria função do psicólogo fazer ligações para os sujeitos, como seria esperado em uma clínica privatista, onde o cliente procura o profissional. Esse posicionamento refletia uma separação entre os papéis do trabalhador e do usuário, desconsiderando a dinâmica relacional e o potencial de intervenção ativa no acompanhamento.

Outra situação foi quando uma trabalhadora nos exigiu que parássemos de problematizar a violência simbólica de gênero contra a mulher, encerrando a discussão abruptamente. A resistência dos conselheiros tutelares em se implicar com o processo formativo ou mesmo o modelo de gestão da AS verticalizado, cínico e controlador, em que o direito dos sujeitos, como o acesso à cesta básica, fica reduzido à vontade expressa do prefeito. Essas ações nos provocaram a refletir sobre o papel do nosso trabalho no campo da Educação Permanente da Assistência Social. Como operar de forma a superar a divisão sociotécnica do trabalho? Como enfrentar as resistências e as forças reacionárias nos processos formativos e fortalecer as lutas sociais?

Essas cenas retiradas da nossa experiência com os processos de formação dos trabalhadores gerou em mim um saber importante sobre as encomendas hegemônicas das instituições, que buscam instrumentalizar e capacitar os trabalhadores para lidar com sujeitos e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, que em outros tempos eram consideradas pelos regime governamental e pela ideologia dominante como sujeitos desprezíveis, perigosos, um risco para a sociedade, e que precisavam ser controlados e disciplinados por meio de instituições totais (prisão, seminário, orfanato, hospício, internato).

Essas práticas de instrumentalização e capacitação se inserem na lógica do utilitarismo, onde os sujeitos ficam reduzidos a uma lógica mercadológica do capitalismo. As próprias capacitações oferecidas nas instituições socioassistenciais, sob a ótica da Educação Permanente, denunciam a lógica capacitista, em que se supõe que os trabalhadores estão "desqualificados", são sujeitos incapazes de produzir respostas qualificadas no enfrentamento dos problemas do cotidiano dos seus trabalhos, e precisam ser treinados por especialistas. Contudo, como bem coloca Benelli (2023) todo sujeito, ao realizar uma ação, gera, concomitantemente, um saber sobre o que está fazendo. Assim, o problema está nas ações reproduzidas que reforçam a lógica do não-saber-fazer-poder no campo do trabalho.

O trabalho com processos formativos dos trabalhadores da AS nos levou a diferentes territórios, alguns com trabalhadores buscando produzir saídas criativas e outros atravessados por ações macropolíticas que fortalecem a reprodução de práticas assistencialista e tuteladoras, com seus efeitos de controle e exploração dos sujeitos nos levando a realizar uma aproximação da realidade do trabalho na AS com as críticas produzidas a partir do filme *"Quanto Vale ou é por Quilo?*[31] *",* que nos lembrou da elitização, do racismo e da exploração dos sujeitos em situação de vulnerabilidade, especialmente da população afrodescendente, corpos masculinos e femininos objetificados e mercantilizados ao longo da história do país. A relação entre o SUAS, as OSCs e as empresas, assim como aparece no filme, retrata uma realidade dura do Brasil, revelando uma governamentalidade neoliberal na AS.

O filme "Quanto Vale ou é por Quilo" problematizou a elite colonizadora, racista, misógina, machista hegemônica e dominante nas organizações privadas, com fins lucrativos e sem fins lucrativos, mas que atravessam a história da formação social capitalista no Brasil, em uma rede enredada com o Estado, fazendo do racismo, da pobreza e do pobre, um processo de mercantilização ao longo de toda a história do país. Essa produção retrata que nas últimas décadas, em nome da responsabilidade social das empresas, por meio de fundações, organizações da sociedade civil e institutos, a mercantilização da infância e dos trabalhadores – pessoas que representam um risco a essa elite brasileira, que, utilizando a vulnerabilidade social como um novo conceito, continuou a lucrar em cima da miséria, da violência, explorando a população por meio da objetificação dos corpos afrodescendentes, descartando-os quando não mais utilizáveis, em condição de dejeto.

A alusão ao filme é evidente quando problematizamos o SUAS e sua relação com toda essa rede que de OSCs e empresas, contratando trabalhadores para operarem em estabelecimentos socioassistenciais como CRAS e CREAS ou executando os chamados serviços socioassistenciais em caráter complementar. No campo da Educação Permanente da AS, operado pelas empresas privadas, o filme "Quanto Vale ou é por Quilo" não é mera coincidência, principalmente por conta da redução do financiamento público desta política social, que acaba por reproduzir e fortalecer as forças neoconservadoras. É possível que essas empresas estejam

[31] Filme dramático brasileiro dirigido pelo Sérgio Bianchi e lançado em 2005.

produzindo efeitos disciplinares nos trabalhadores sociais, que por sua vez também podem reproduzi-las aos sujeitos-usuários da AS.

Os sujeitos-usuários no discurso oficial da AS foram declarados como cidadãos, no entanto, a situação de vulnerabilidade social que vivencia, o desvela como um risco aos cidadãos denominados de “cidadãos de bem”, fortalecendo uma lógica de funcionamento das ações governamentais de direita em que marginalizam toda a população que vive em situação de rua, em extrema pobreza, com dependência de drogas, sem proteção social, emigrantes, nos momentos de maiores crises e problemas sociais, como vivenciamos no período da pandemia de Covid-19.

No campo de trabalho de Educação Permanente da AS, às empresas são encomendas pelas prefeituras processos de instrumentalização dos trabalhadores. Mas o que seria instrumentalizar, senão a apropriação de instrumentos. Porém, mais do que estar avisado de ferramentas/tecnologias do Trabalho Social ou Trabalho Psicossocial, é necessário problematizar o uso que se faz desses instrumentos, como modo de apropriação, em uma ética utilitarista.

A capacitação tem sido muitas vezes uma ferramenta para instrumentalizar os trabalhadores sem que se problematize criticamente a lógica utilitarista do processo, que pressupõe que os trabalhadores são incapazes de se organizar e refletir sobre suas práticas. A instrumentalização proposta pelas prefeituras, ao contratar empresas, assume que o problema está na falta de capacitação dos trabalhadores, mas não leva em conta as condições estruturais e as formas do trabalho no neoliberalismo, nem a divisão sociotécnica do trabalho, que reduz os trabalhadores a meros executores de tarefas, sem autonomia para refletir sobre elas, uma vez que a supervisão técnica garantida pela Educação Permanente, mas que frequentemente não é operada com criticidade, pois poderia contribuir para que os trabalhadores pudessem enfrentar alguns dos seus problemas gerados pelos atravessamentos das ações macropolíticas nos sujeitos, nos seus modos de subjetivação.

Quando não conseguimos enfrentar as resistências ou estabelecer processos de transferência, para operarmos de modo crítico, estaríamos sujeitos a reprodução de práticas disciplinares?

Na tentativa de enfrentar os diversos incômodos gerados nas nossas práticas, buscamos compreender esse conjunto de ofertas de processos formativos disponíveis pelas empresas, na tentativa de diferenciá-los quanto aos seus efeitos éticos e

políticos nos sujeitos, para que pudéssemos nos localizar criticamente no campo de trabalho de trabalho para forjar a práxis junto aos trabalhadores sociais.

3. Os dispositivos do Trabalho Social como analisadores institucionais das figuras da expertise e das práticas intercessoras nos processos de formação dos(as) trabalhadores(as) da AS

> Ao considerar os três momentos da instituição e pensá-los na AI da instituição Assistência Social, temos que, no plano da universalidade, está a proposta positiva do discurso oficial: superação das vulnerabilidades, garantia de direitos; no plano da particularidade, estaria a prática, o trabalho de fato efetuado nos equipamentos pelos agentes, incluindo usuários, técnicos e demais trabalhadores; e o terceiro plano é o da singularidade em que o discurso oficial está na prática e a prática é pensada e repensada, ou seja, a práxis. Nem toda prática tem o estatuto da práxis, porque na práxis o trabalhador/usuário/público atendido deve ser considerado enquanto sujeito da ação e da política (Proença, 2020, p. 28).

3.1 Os dispositivos institucionais e a análise paradigmática

Analisamos criticamente os processos de formação dos trabalhadores sociais disponíveis atualmente, organizando-os em dois grandes grupos: 1) figuras da expertise e 2) práticas intercessoras. Apreciamos o problema do desenvolvimento dessas expertises e práticas intercessoras, tentando diferenciá-las quanto ao plano conceitual teórico, que envolve a concepção de indivíduo-sujeito e os efeitos éticos e políticos de suas ações.

Identificamos que o grupo das figuras da expertise é hegemônico nos processos formativos dos trabalhadores do SUAS, e seu oposto paradigmático é o grupo das práticas intercessoras. Até que ponto as práticas já são intercessoras ou ainda não são, caracterizando-se como figuras da expertise? Como analisá-las criticamente?

Para a produção desse estudo, nos orientamos como vetor de análise a ideia de dispositivo utilizada por Benelli (2023) para a problematização e análise das possibilidades da produção do conhecimento científico da universidade e também dos dispositivos clínicos da psicologia. O autor identificou diferentes perfis dentro do campo de atuação dos pesquisadores e trabalhadores da AS, sendo: os intromissores, que se caracterizavam pela imposição de suas práticas sem a devida escuta ou articulação com as necessidades reais dos sujeitos; e os interventores, cujas ações

se pautavam por uma postura mais diretiva e autoritária, muitas vezes distantes do diálogo com os sujeitos e da construção conjunta.

Benelli (2023) também destacou dois grupos que operavam dentro do campo crítico: os cartográficos, que buscavam mapear as dinâmicas e as relações de poder, analisando e compreendendo as realidades de forma a promover uma leitura crítica dos territórios e dos sujeitos envolvidos, e os intercessores, que se viam como mediadores entre diferentes processos e saberes, criando espaços de reflexão e transformação, sempre atentando para as questões éticas e políticas que envolvem o Trabalho Social.

Esses diferentes perfis indicam formas distintas de inserção no campo da Assistência Social, com variações nas abordagens, nos métodos e nos objetivos de intervenção. Inspirados nas investigações realizadas por Benelli (2023), decidimos utilizar o conceito de dispositivos na nossa análise dos processos de formação dos trabalhadores, apesar de algumas delas não se constituírem como figuras da produção do conhecimento científico da universidade ou figuras da clínica da psicologia.

Benelli se baseou no termo “dispositivo” cunhado por Foucault ao se referir aos mecanismos institucionais, físicos, administrativos e estruturas de conhecimento que potencializam e mantêm o exercício do poder dentro do corpo social.

Foucault (2022) problematizou três aspectos sobre o termo dispositivo, afirmando que ele compõe, no primeiro aspecto:

> [...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. (Foucault, 2022, p. 364).

O segundo aspecto sobre o dispositivo diz respeito à:

> [...] natureza da relação que pode existir entre esses elementos heterogêneos. Sendo assim, tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação dessa prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes. (Foucault, 2022, p. 364).

No terceiro aspecto, Foucault conclui:

> [...] entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O

> dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante. Esse foi o caso, por exemplo, da absorção de uma massa de população flutuante que uma economia de tipo essencialmente mercantilista achava incômoda: existe aí um imperativo estratégico funcionando como matriz de um dispositivo, que pouco a pouco tornou-se o dispositivo de controle-dominação da loucura, da doença mental, da neurose. (Foucault, 2022, p. 365).

O dispositivo é um conjunto heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas; as normas explícitas ou não, às práticas, sendo, portanto, a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. Em um dispositivo, a força, o enunciado e o sujeito são antes de tudo tensores ou vetores.

Para o nosso campo de trabalho e análise, o dispositivo se refere a uma grade analítica que possibilita construir articulações entre saber-poder e a produção de subjetividade. O dispositivo envolve a arquitetura, os discursos, as teorias, as práticas, as normas, explícitas ou não. Por meio dessa ferramenta, podemos reunir elementos que estão associados a uma mesma problemática e suas formas de produção de saber, bem como o uso do poder (Benelli, 2023).

Problematizamos a nossa própria práxis com os processos formativos dos trabalhadores e, buscando criar conexões delas com as experiências de trabalhadores-pesquisadores de outras localidades, encontramos na produção de Romagnoli e Silva (2019) a problematização da intersetorialidade, realizada sobre uma pesquisa-intervenção operada com o Núcleo Intersetorial Regional Técnico (NIR-T), que se trata de um dispositivo proposto no município de Belo Horizonte, capital mineira, com o intuito de fomentar e sustentar ações coletivas por meio da intersetorialidade, envolvendo trabalhadores de estabelecimentos de diferentes políticas públicas (Saúde, Educação, Assistência Social, Cultura, dentre outros). A problematização produzida pelas autoras gerou algumas ressonâncias ao que estamos entendendo, por meio da nossa práxis, que nossas ações de análise crítica podem agenciar o coletivo de trabalhadores a um novo lugar de trabalho, formando um dispositivo.

Mas mesmo essas experiências enfrentaram desafios, como processos de estratificação ocorridos pela pressa dos trabalhadores em quererem solucionar os problemas dos sujeitos, pautadas em elementos jurídicos e normativos, antes de escutar e analisar criticamente as situações-problemas. Inclui nesse cenário outros elementos que sinalizam dispositivos diferentes de trabalho, também com efeitos

diversos nos sujeitos, tais como o modo-indivíduo de subjetivação, que amplifica a dimensão privada, pautada em méritos e fracassos das ações individuais, não considerando o plano social, histórico e político; individualização de questões institucionais; esforço pela padronização dos casos; busca por soluções rápidas; concepção fatalista sobre transformações sociais; desesperança em alteração das situações de vulnerabilidade social; processos de queixas e lamentações; a presença da biopolítica como tecnologia de trabalho de exercício de poder sobre a vida do sujeito denominado de vulnerável, produzindo efeitos sobre os modos de subjetivação dos sujeitos (Romagnoli; Silva, 2019).

Os dispositivos e suas práticas sociais de produção de saber e poder produzem também os sujeitos, sendo eles os trabalhadores ou as pessoas atendidas nos estabelecimentos que compõem a instituição AS. Na sociedade disciplinar, foram criados alguns dispositivos, tais como o dispositivo médico, o dispositivo pedagógico e o dispositivo psicológico. É por meio desses dispositivos institucionais, que operam nos estabelecimentos institucionais, que pode ocorrer a manipulação dos indivíduos a partir de determinadas técnicas, produzindo também determinadas subjetividades, com efeitos no sujeito (Benelli, 2023).

Ao mapearmos as forças e poderes moleculares institucionais e seus efeitos, construímos uma grade analítica dessa máquina lógica que é o dispositivo, configurado pela formação social e pelas formações subjetivas, os quais, ao serem identificados, nos possibilitam explicitar os planos da realidade social, o plano da realidade psíquica e os efeitos éticos e políticos nos sujeitos (Benelli, 2023).

A análise dos diferentes dispositivos ocorre pela diferenciação paradigmática. A partir da AI, o paradigma se monta em um modelo estruturado dialeticamente na instituição, o qual tem seu modo de funcionamento e organização interna alicerçado por um arcabouço teórico que possibilita uma compreensão histórica da realidade. Na relação entre o aparente e a forma, entre os sentidos e aquilo que se produz, pressupõe-se um todo estruturado e articulado em um ordenamento jurídico-ideológico e teórico-técnico das atividades-ações desenvolvidas sobre determinadas demandas (Benelli; Costa-Rosa, 2012; Costa-Rosa, 2000).

Benelli e Costa-Rosa (2012) propuseram no mínimo quatro parâmetros para a compreensão de um paradigma institucional formado no âmbito da produção, do que podemos chamar de dispositivo de uma instituição, e que inclui as práticas dos trabalhadores: as concepções do “objeto” e seus meios de ação sobre ele, que

envolvem a compreensão da realidade psíquica do sujeito e a implicação com a produção de sentido ou saber inconsciente, isto é, os diferentes processos de subjetivação; as formas de organização do dispositivo institucional, suas formas verticalizadas ou transversalisadas; os modos da relação da instituição com os sujeitos-trabalhadores e sujeitos-usuários, no plano territorial (modos democráticos, no plano da cidadania e do direito, críticos, intercessores ou modos autoritários, colonizadores, opressores, mecanicistas, repetitivos, de controle e poder sobre o outro); e os efeitos éticos, políticos, sociais e estéticos nos sujeitos, que podem contribuir para a sua sedimentação, com produção de disciplina, controle, culpabilização, tutela ou subversão, resistência, autonomia, organização coletiva e linhas mais flexíveis ou de fuga.

Os paradigmas presentes nas práticas institucionais não são explicitados. Foi por meio da análise paradigmática de nossas práticas e seus efeitos em nós e nos sujeitos que tentamos explicitá-las (Benelli, 2023).

3.2 A análise crítica dos dispositivos institucionais de formação dos(as) trabalhadores(as) da AS: de um lado as figuras de expertise e do outro as práticas intercessoras

Em nossa análise sobre os processos de formação dos trabalhadores da Assistência Social (AS), buscamos problematizar as ofertas de processos formativos críticos, que chamamos de práticas de mediação, devido aos seus efeitos de não objetificação dos sujeitos, tanto de forma intencional quanto inadvertida. Em contraste, analisamos as demais práticas, que, embora apresentem diferenças entre si, algumas são explicitamente positivistas, outras mais terapêuticas ou pedagógicas, e algumas ainda mais polarizadoras, como figuras da expertise, que, ao reproduzirem práticas disciplinares, limitam a transformação dos sujeitos. As práticas de mediação são, dialeticamente, o oposto das práticas ligadas à figura da expertise. Acreditamos que os trabalhadores que atuam com práticas de mediação se assemelham ao analista institucional, pois buscam uma abordagem crítica e transformadora, que vai além da aplicação técnica e busca uma relação mais reflexiva e emancipadora com os sujeitos.

O debate sobre o tema da expertise foi formulado por Baremblitt (2002) no contexto da Análise Institucional (AI). Ele nos ajudou a pensar os processos de formação dos trabalhadores da AS e as realidades da vida social. Nomeamos esse

conjunto de processos de formação como figuras da expertise, baseados no conceito de expertise de Baremblitt (2002).

De acordo com Baremblitt (2002), a expertise inclui todas as ciências disciplinares, e seus saberes e fazeres disciplinares são considerados expertises, saber-poder apropriado pelo indivíduo, que pode até vendê-los por meio de serviços.

Baremblitt (2022) discutiu as especialidades e fez a crítica delas a partir do analista institucional. Para o autor, o analista institucional não é um especialista como os outros, pois opera de forma diferente dos experts que buscam assumir a posição de saber-poder, mandando os outros realizarem tarefas.

Consideramos o DI como referência das práticas intercessoras devido ao seu componente crítico e a sua diferença paradigmática e radical das figuras da expertise, que possibilitou localizá-lo como referência paradigmática e analítica para diferenciarmos o conjunto de processos formativos dos trabalhadores da AS. As práticas intercessoras são radicalmente opostas às figuras de expertise no plano paradigmático, pois incorporam em seu plano de trabalho a concepção de sujeito social, político e subjetivo, isto é, a dimensão da realidade psíquica e do desejo.

As práticas formativas disponíveis no mercado configuram um espectro de ofertas diversas, constituídas a partir de expertises que variam desde experiências baseadas no senso comum até as práticas intercessoras, estas que carregam em si a contradição em relação às figuras da expertise.

Embora não tenhamos encontrado muitos estudos sobre a práxis dos trabalhadores especialistas que atuam junto às equipes de referência, gestão e controle social no âmbito institucional do SUAS, foi possível perceber a existência de uma diversidade de trabalhadores fomentando ações, que organizamos em dois grandes grupos: figuras da expertise variadas e práticas intercessoras, sendo o segundo grupo dialética e radicalmente diferente do primeiro.

A seguir, apresentamos resenhas de algumas dessas figuras da expertise, caracterizadas por diferentes saberes e práticas disciplinares, que, ao se articular com um discurso de verdade sobre o Trabalho Social na AS, geram efeitos de objetificação do sujeito. Também apresentamos resenhas sobre as práticas intercessoras, buscando diferenciá-las no âmbito social, político e da realidade psíquica. Nosso objetivo é exemplificar como esses processos de formação dos trabalhadores da AS se montam em dispositivos de trabalho, problematizando seus efeitos éticos e políticos nos sujeitos-trabalhadores e sujeitos-usuários.

3.3 As figuras da expertise e seus dispositivos

A análise de um conjunto de saberes e práticas nos permitiu realizar uma leitura crítica do pensamento advindo da problematização das práticas presentes nos processos de formação dos trabalhadores da AS que encontramos. Localizamos uma variedade de trabalhadores operando com figuras formadas por campos conceituais-teóricos, éticos, políticos e socioculturais que estamos chamando de expertise.

Consideramos que todas as figuras de expertise, incluindo o discurso oficial da PNEP/SUAS (Brasil, 2013), compõem o campo disciplinar dos saberes e práticas.

Realizamos uma análise de documentos e bibliografia acessados por meio de sites de busca, redes sociais, artigos, dissertações e teses, reunindo um conjunto de expertises que organizamos sob o título de figuras de expertise ou da pesquisa. Os atores sociais que atuam como especialistas, internos ou externos, se caracterizam pela posição de quem sabe como resolver os problemas típicos do cotidiano dos estabelecimentos socioassistenciais, prometendo e oferecendo respostas simples às encomendas feitas a eles, sem, no entanto, analisar criticamente a demanda implícita nas encomendas (Baremblitt, 2002).

A partir da Análise Institucional (AI), estamos nomeando como figuras da expertise os processos de formação dos trabalhadores da AS, que consistem em saberes mobilizados e utilizados na tentativa de corresponder a uma encomenda realizada pelos trabalhadores ou diretamente pelas chefias – aqueles que ocupam cargos de gestão com a responsabilidade de gerir a política em sua localidade municipal. O problema é que nem todas as encomendas são problematizadas ou analisadas com a criticidade necessária para se aproximar das demandas não explicitadas da população.

O conceito de figuras da expertise é analítico e visa compreender as diferentes formas de produção e transmissão de saberes no contexto da formação dos trabalhadores da AS. Trabalhadores especialistas se apropriam ou produzem saberes e práticas geralmente a partir de experiências, vivências de trabalho e resultados alcançados em determinadas práticas. Contudo, uma vivência ou experiência desenvolvida em um contexto específico não necessariamente se aplica a outros contextos. Essa tentativa de criar uma estratégia resolutiva genérica é contraditória, pois uma técnica pode produzir efeitos diferentes dependendo da realidade social

local e das condições históricas e materiais, dos processos de subjetivação dos sujeitos dos estabelecimentos sociais que possuem complexidade, serialização/estratificação/repetição e singularidade/linhas flexíveis/linhas de fuga/criação (Deleuze; Guattari, 2000).

As ofertas de expertise geram expectativas de uma solução, que nem sempre se concretiza ao final da formação, capacitação, assessoria, consultoria ou supervisão. Nos estudos que reunimos sobre essas figuras, percebemos que o insucesso das ações formativas é frequentemente atribuído às ineficiências do Estado.

Ao analisarmos criticamente as figuras de expertise, identificamos algumas diferenças entre elas e construímos uma classificação, conforme o quadro 1 que segue:

Quadro 1 – Dispositivos de Trabalho e Figuras da expertise

Dispositivos de Trabalho / **Características**	**Dispositivo Intromissor**	**Dispositivo Interventor**
Figuras da Expertise	Administração/ gestão territorial; Modalidades de Gestão, Marketing Social, Assessoria, Consultoria, Administração Pública, Gestão Institucional, Tutoria, influencer digital, Compliance, Mentoria.	Supervisão Psicanalítica, Supervisão Institucional, Mentoria Parental, Constelação Familiar, Análise Sistêmica, Coaching, Análise, Mentoria, Educação Social, Matricialidade Sociofamiliar, Gestão do Trabalho no SUAS, Educação Permanente, Formação Continuada, Supervisão Técnica, Capacitação Técnica, Capacita SUAS, Facilitação, Mediação, Advocacy.
Plano conceitual teórico	Modo unidisciplinar. Aplicação teórica com a promessa de solução.	Perspectiva dialética e totalizante social, por meio de intervenção, com amplo uso de técnicas e práticas alternativas. Constitui a Clínica Ampliada, operando de modo individual e em grupo. Tenta articular teoria e prática, integrando técnicas curativas e preventivas, buscando refutar as técnicas terapeutizantes e alienantes.
Plano da subjetividade	A subjetividade é um fenômeno a ser identificado para ser isolado e expurgado do campo de trabalho.	Intervenções na perspectiva pedagógico/politizante, concebendo o sujeito no plano da história, integração de elemento orgânicos, social e psíquicos, o que exigiria um desenvolvendo

		um trabalho na perspectiva multidisciplinar.
Plano social	Indivíduo dicotomizado, a-histórico. Isola os problemas sociais e os ignora.	Concepção de subjetividade restrita ao campo de registro do imaginário.
Plano político	Ignora essa dimensão, se pretende neutra.	Éticas da interlocução, da ação social, paradigma do sujeito cidadão nas políticas públicas e ética do cuidado.
Efeitos éticos e políticos	Concepção de sujeito passivo, apolítico pautada na ética da tutela.	Busca implicação com o compromisso social político, priorizando classes que vivenciam condições de vida precarizadas. Concepção de poder alternado e distribuído. Ampliar e compartilhar espaços de tomada de escolha/decisão.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das discussões de Benelli (2023).

3.4 Análise das figuras da expertise típicas do Dispositivo Intromissor

Do conjunto de processos de formação ofertados aos trabalhadores da AS que propusemos analisar identificamos que há uma diversidade de expertises, sendo algumas delas estranhas e variadas. Decidimos localizá-las como figuras da expertise do Dispositivo Intromissor devido à ausência da criticidade em seus discursos e as intromissões que produzem em suas práticas que acabam por reproduzir a lógica disciplinar, apesar de algumas delas não se configurarem como figuras da pesquisa ou da clínica.

O Dispositivo Intromissor se constitui na perspectiva da apropriação do conhecimento científico no plano positivista e autorizado pelas instituições científicas, no plano acadêmico. O trabalhador que opera a partir do Dispositivo Intromissor se caracteriza por ser um especialista, apropriado de certo tema que lhe daria o poder, pelo saber que detém, de se intrometer de maneira autoritária, sob o discurso de desenvolver uma prática neutra, técnica, imparcial e dotada de uma racionalidade científica, sobre um objeto, o qual pretende conhecer e modificá-lo a partir de um suposto saber científico, que se assume como verdadeiro. O outro, no Dispositivo Intromissor é concebido e posicionado como um objeto e assim é reduzido e coisificado, perdendo sua condição de sujeito.

No Dispositivo Intromissor o sujeito é cindido quanto aos planos social, político e psíquico, imperando as dicotomias entre ciência-política, saber-poder, pensar-fazer, teoria-prática, planejadores-executores, sujeito-objeto, neutralidade-implicação, normal-anormal, objetividade-subjetividade. A subjetividade na perspectiva intromissora é considerada uma variável problemática que deve ser desconsiderada do campo de trabalho (Benelli, 2023).

Essas cisões presentes no Dispositivo Intromissor possibilitam ao especialista isolar os fenômenos para depois manusear, prever situações, antecipar problemáticas, manipular e se intrometer (Benelli, 2023).

> Trata-se de conhecer para saber, saber para prever, prever e prescrever para controlar, de acordo com o lema positivista clássico. O conhecimento certo e verdadeiro, com base numa perspectiva causal, leva à formulação de modalidades de intromissão com objetivos preventivos, com a pretensão de evitar as possibilidades desviantes da norma" (Benelli, 2023, p.125).

O Dispositivo Intromissor caracteriza as figuras de expertise presentes na formação dos trabalhadores da AS, nos seus aspectos mais disciplinares e conservadores, contribuindo para a reprodução das forças hegemônicas e para a manutenção das desigualdades sociais. Nesse campo de trabalho, as figuras da expertise partem de uma concepção de indivíduo dicotomizado do plano social, operando de modo unidisciplinar e, frequentemente, com apenas um trabalhador/especialista, que possui a pretensão de uma ciência neutra que ignora ou isola os problemas sociais, para que possa propor uma aplicação teórica, que traria a solução do problema.

Os especialistas que se ocupam desse tipo de trabalho tendem a direcionar suas práticas, centradas em conhecimentos teóricos descolados da realidade social, para os grupos sociais mais privilegiados, tanto em relação à condição financeira quanto à formação acadêmica (Benelli, 2014).

A formação do especialista geralmente requer um tempo duradouro e um alto investimento financeiro, que muitas vezes está incluído nos valores de prestação dos serviços. O especialista típico do Dispositivo Intromissor busca se posicionar de modo fixo e constante, aplicando técnicas teóricas e reduzindo a condição do sujeito a um objeto, cabendo ao indivíduo se adaptar. Como efeito dessas práticas, se produz um processo de formação cujas bases estão na normalização social do indivíduo, operando com a ética da tutela (Benelli, 2014).

3.4.1 O intelectual

No trabalho de Júnior (2005), foi possível identificar a conceituação do intelectual-especialista, figura de expertise da era moderna, que passou a ocupar um lugar central nos modos de produção e trabalho nas últimas décadas. O autor remete à origem da palavra "intelectual", que passou por uma transformação de sentido. Segundo Júnior (2005), até meados do século XIX, a palavra intelectual era usada como adjetivo, com um sentido pejorativo. Com a transformação, a palavra passou a ser utilizada como substantivo, especialmente após o "Manifesto dos Intelectuais", fruto de manifestos de professores na França, que se opunham à ordem sociopolítica (Júnior, 2005, p. 45).

Observa-se a transição lenta da figura do erudito para a do intelectual, o que revela a formação social recente com o avanço do capitalismo, aliado ao avanço tecnológico e ao especialismo, fenômeno que ficou conhecido como “crise universal das letras e do espírito” (Júnior, 2005, p. 47).

Para Junior (2005), a identidade da figura do intelectual se caracteriza por conflitos e dificuldades, em um processo contínuo de mutação. A figura do intelectual se constituiu a partir da valorização da racionalidade, em contraposição ao idealismo, tomando o positivismo como base, diferenciando o conhecimento do intelectual do não conhecimento científico.

3.4.2 Marketing Social

Dentro do conjunto das figuras da expertise, identificamos o Marketing Social, um saber que visa influenciar o comportamento dos sujeitos, muito presente nas Organizações da Sociedade Civil (OSCs) que atuam como estabelecimentos da AS, mas também utilizado por estabelecimentos públicos, como as campanhas de “Não Dê Esmola[32]”.

[32] “Não dê esmola”: Esse tipo de campanha pretende mudar o comportamento das pessoas que dão alguma ajuda monetária para a população que se encontra em situação de rua, enunciando um discurso de que o ato de dar “esmola” estaria contribuindo para a manutenção das pessoas na rua, alimentando dependências químicas, contribuindo para a exploração infantil e submetendo-os às violências. Alguns exemplos podem ser vistos nos sites seguintes:
https://caxias.rs.gov.br/noticias/2020/08/prefeitura-lanca-a-campanha-nao-de-esmola-promova-o-resgate-da-cidadania;

De acordo com Kotler, Zaltman e Lee (2011), o Marketing Social buscava, por meio de “poderosas ferramentas”, influenciar o comportamento individual para a solução de problemas. Embora os autores não deixem explícitas quais seriam essas ferramentas, supomos que se trata de ferramentas de comunicação de massa. Diante da promessa de solução de problemas, foi criado o Centro Nacional de Marketing Social, que ofertava ações de consultoria, treinamento e destinação de recursos para aqueles que desejavam utilizar as “poderosas ferramentas”.

Quais comportamentos deveriam ser modificados? A quem interessam tais mudanças? As figuras que ocupam e utilizam a expertise dessas “poderosas ferramentas” foram formadas por empreendedores, estudiosos e financiadores.

Kotler, Zaltman e Lee (2011) mencionam como *case*[33] de sucesso experiências realizadas no Canadá, Austrália, Nova Zelândia e Reino Unido. Um exemplo de sujeito que ocupa a figura da expertise em Marketing Social foi Nancy Lee, professora, palestrante, editora e praticante. Lee apresentou muitos exemplos, considerados como o motivo da riqueza de sua técnica. Exemplos de campanhas incluem “Não fume!”, “Não use drogas!”, “Não abuse de qualquer substância!”, que passaram a ser utilizados nas políticas públicas de saúde, educação e AS: “Não dê esmola!” São as mesmas técnicas empregadas em campanhas de vendas.

O Marketing Social como expertise foi também utilizado pelas OSCs, abrindo um campo de trabalho para ações de assessoria, consultoria e extensão universitária. Essas ações de Marketing Social, conforme a experiência relatada por Kuzma, Queiros Silva e Veloso (2015), buscaram promover a visibilidade da imagem da instituição junto à comunidade, com o objetivo de captação e ampliação de recursos financeiros.

---

https://www.divinopolis.mg.gov.br/portal/noticias/0/3/3607/campanha-nao-de-esmola-de-dignidade-e-apresentada;
https://www.praiagrande.sp.leg.br/institucional/noticias/campanha-nao-de-esmola;
https://www.caraguatatuba.sp.gov.br/pmc/2020/01/campanha-nao-de-esmola-de-futuro-realiza-12-mil-abordagens-no-ultimo-trimestre-de-2019/. Todos acessados em 23 nov. 2023. No entanto, esses tipos de campanhas tendem a fomentar a aporofobia, produzindo o efeito contrário do seu discurso, contribuindo para aversão aos pobres e manutenção da desigualdade social.

[33] *Case*/Caso de sucesso: se acordo com um site de uma empresa de treinamento para lideranças de Marketing e empresários no âmbito de vendas digitais “*Case* de sucesso” é uma prova real de determinada expertise em saber-fazer algo. Definem como “*Case* de Sucesso” uma estratégia efetiva para divulgação em diferentes canais de comunicação. Disponível em: https://resultadosdigitais.com.br/agencias/case-de sucesso/#:~:text=Um%20case%20de%20sucesso%20%C3%A9,divulga%C3%A7%C3%A3o%20nos%20mais%20diversos%20canais Acesso em: 21 fev. 2023.

3.4.3 Método Organizational Knowledge Assessment (OKA)

Outra figura da expertise pode ser identificada no trabalho de Mueller (2014), que discute como a administração pública assumiu rapidamente conceitos originados e utilizados exclusivamente no setor privado. O método OKA foi um desses exemplos, tratando-se de um software denominado *System Organizational Knowledge Assessment* (SysOKA), que possibilitou as gestões públicas municipais a desenvolverem diagnósticos para avaliar o grau de conhecimento sobre a gestão. Essa ferramenta foi criada pelo Banco Mundial e não estava desvinculada de seus interesses, como o fomento de ações de apoio técnico e financiamento de projetos e ações sociais. A ferramenta foi justificada como um caminho para a melhoria da qualidade da oferta dos serviços públicos, em contraste com as organizações privadas, cujo objetivo era o lucro.

3.4.4 Empreendedorismo e Consultoria como Figura da Expertise Intromissora

Junior e Santos (2014) buscaram estabelecer relações teóricas entre a atividade de consultoria e o empreendedorismo. Essa articulação é interessante, pois pode ajudar a compreender-se, de fato, as ações voltadas aos trabalhadores da AS se orientam por essa perspectiva, além de abrir um campo de análise crítica sobre a associação desse campo de trabalho, defendido por alguns, ao especialismo, como uma prerrogativa específica de atuação.

Diversos autores apontam que as ações de consultoria estão presentes desde o século XIX, com a ideia de aconselhamento[34], mediante a posse de conhecimentos especializados, ou expertises. A ação de consultoria pode ser caracterizada como atividades em que os especialistas, detentores de expertise, são chamados a dar suas

[34] O conceito de aconselhamento, de acordo com Donzelot (1980), surgiu no mesmo tempo histórico do planejamento familiar. O conselho, como instrumento surgiu em estabelecimentos assistenciais de orientação religiosa, antes da institucionalização da assistência aos pobres como ação da filantropia, a partir da ideia de que melhor do que dar esmola ou açoite ao pobre envergonhado, seria dar conselhos. O aconselhamento surgiu como um instrumento associada à ideia de sedução e de estimulação da autonomia da família como forma de evitar a intervenção do Estado (Donzelot, 1980). Na AS o conselho tem aparecido no SUAS sob a forma de orientação técnica, mas parece ter as mesmas roupagens que Donzelot problematiza em seus escritos A orientação associada ao desenvolvimento da autonomia e da capacidade de proteção da família, por exemplo, seria um modo de operar para evitar acolhimentos institucionais de um dos membros da família.

opiniões ou desenvolver pareceres e laudos específicos em relação ao ramo do suposto saber disciplinar (Bond, 1999; Grocco; Gutmann, 2005; Junior; Santos, 2014).

De acordo com Junior e Santos (2014), embora a consultoria seja uma atividade antiga, foi nas últimas décadas que a prática de aconselhamento e orientação se profissionalizou, passando a ser uma atividade remunerada e, em muitas áreas e localidades, regulamentada, como no caso do Serviço Social.

A consultoria, como fenômeno de mercado, se desenvolveu com o aumento da prestação de serviços. Segundo Junior e Santos (2014), isso advém da expansão da prestação de serviços. A consultoria se constitui como uma atividade interativa, na qual a figura da expertise, externa à organização, busca ser um apoio ou mesmo apresentar soluções aos problemas do trabalho ou do negócio, em um período determinado. Geralmente, são ações realizadas por profissionais liberais, organizados em torno de uma empresa ou pessoa jurídica, prestando serviços a outras empresas (Junior; Santos, 2014).

Dentre os tipos de consultoria, podemos destacar: consultoria interna e externa, de pacote, artesanal, de procedimentos e virtual "*e-consulting*" (Junior; Santos, 2014; Oliveira, 2006).

Junior e Santos (2014) também promovem uma reflexão sobre o papel social do empresário e do empreendedorismo. Schumpeter (1982) define o empresário como aquele que detém recursos, capital e conhecimento. Ao assumir a perspectiva de desenvolvimento econômico, Schumpeter os denomina de "destruidores criativos", uma vez que, ao propor uma inovação no mercado, tornam produtos e tecnologias existentes obsoletos. Como agentes de transformação, os empreendedores oferecem uma solução que será adquirida por um custo, tornando inúteis as soluções e arranjos existentes dentro das equipes de trabalho.

De modo geral, todas essas pesquisas e práticas revelam, em seus discursos explícitos e implícitos, o viés disciplinar, sustentando a condição de especialista-intelectual moderno, com estudos baseados na objetificação do sujeito e sistemas informatizados de tratamento e categorização das informações, produzindo verdades científicas. É comum que essas figuras da expertise se mantenham como detentoras do conhecimento, buscando, em suas investidas, encontrar soluções para questões que os próprios anunciaram com base em um campo epistemológico variável.

3.5 Análise das figuras da expertise típicas do Dispositivo Interventor

O Dispositivo Interventor constitui um conjunto polissêmico de práticas, discursos e efeitos éticos e políticos, com a intenção de superar o Dispositivo Intromissor. De acordo com Benelli (2023), diversos termos foram utilizados para designar esse conjunto de práticas interventoras psicossociais, tais como o trabalho psicossocial, intervenção psicossocial, dupla psicossocial, atendimentos psicossociais, reabilitação psicossocial, apoio psicossocial, visitas/entrevistas domiciliares psicossociais, reuniões e grupos psicossociais, relatórios psicossociais.

O Dispositivo Interventor surgiu, ao que parece, a partir de um conjunto de práticas sociais que buscavam se contrapor ao Dispositivo Intromissor, incluindo o plano social no campo de trabalho. Haveria uma modalidade em que as práticas sociais seriam operadas pelos trabalhadores tentando incluir o plano da intersubjetividade, conectando este ao plano social, "[...] mas isso parece ser feito de modo muito rápido e sem maior consistência teórica e ética [...] acabando por produzir um movimento de intensa 'psicologização da vida cotidiana'" (Benelli, 2023, p.143) com práticas centradas no plano relacional.

De acordo com Benelli (2023) o Dispositivo Interventor nomearia um conjunto variado de práticas que incluem o behaviorismo, as práticas sócio-históricas e algumas psicanálises.

As práticas típicas do Dispositivo Interventor consistem no manejo de técnicas pedagógicas com o intuito de operar no plano das relações interpessoais, visando efeitos terapêuticos. Como efeito político, acaba por produzir o ajustamento do sujeito ao contexto social, normalizando e naturalizando a desordem social/risco social, que é nomeada de demanda, funcionando a partir da ética da tutela (Benelli, 2023).

No Dispositivo Interventor, é possível identificar um conjunto de figuras de expertise que buscam se diferenciar das do Dispositivo Intromissor. No entanto, nossa análise indica que, embora os operadores dessa figura tentem se afastar das expertises positivistas, ao não articularem adequadamente a complexidade da subjetividade, acabam por contribuir para a manutenção do poder hegemônico.

As figuras de expertise no Dispositivo Interventor podem ser organizadas em modalidades distintas. Benelli (2023) caracterizou duas principais modalidades que denominou de: "terapêutico" e "pedagógico politizante" (ou Intervenção crítico dialética). Buscamos situá-las conforme o quadro 2. Além dessas, identificamos outra

modalidade, que denominamos de Discurso Oficial da PNEP/SUAS, ou Discurso Oficial do SUAS como Política Pública.

Essa última modalidade, no plano conceitual-teórico, se aproxima da Pedagogia Politizante e alinha-se com a concepção de sujeito social no plano da história e o sujeito político no plano dos direitos e da cidadania. No entanto, as práticas interventoras podem se diferenciar na concepção de subjetividade. Enquanto no Discurso Oficial da AS, essa questão, ainda é pouco discutida, na Pedagogia Politizante a subjetividade e a concepção do sujeito social são mais exploradas, embora de forma restrita ao plano do imaginário.

Essas diferenças se refletem nos efeitos éticos e políticos das figuras da expertise. Ambas as modalidades concebem o sujeito político por meio da ampliação da participação nos espaços decisórios, no exercício da cidadania e no acesso aos direitos, enfatizando ações individuais e coletivas. No campo ético, a Pedagogia Politizante gera como efeito a ética da ação social, enquanto os discursos da AS produzem a ética do paradigma do sujeito cidadão nas políticas públicas.

Quadro 2 - Modalidades do Dispositivo Interventor e Figuras da expertise

Modalidades do Dispositivo Interventor / **Características**	Terapêutico-pedagógico	Pedagogia politizante (Intervenção crítico-dialética)	Discurso Oficial da PNEP/SUAS
Figuras da Expertise	Supervisão Psicanalítica, Constelação Familiar, Mentoria parental, Análise Sistêmica, *Coaching.*	Supervisão Institucional, Análise, Educação Social, Facilitação, Mediação, *Advocacy.*	Matricialidade Sociofamiliar, Gestão do Trabalho, Educação Permanente, Formação Continuada, Supervisão Técnica, Capacitação Técnica, Capacita SUAS);
Plano conceitual teórico	Crítica a clínica convencional. A clínica ampliada: clínica do olhar; clínica da intersubjetividade (conversação terapêutica, aconselhamento e sugestionalidade); clínica do cuidado;	Perspectiva dialética e totalizante social. Intervenção, com amplo uso de técnicas e práticas alternativas. Práticas individuais ou grupais. Tenta articular teoria e prática, integrando técnicas pedagógicas, curativas e preventivas.	Perspectiva dialética e totalizante social. Intervenção, com amplo uso de técnicas e práticas alternativas. Práticas individuais ou grupais. Tenta articular teoria e prática, integrando técnicas pedagógicas, curativas e preventivas.

	e a clínica do sujeito.	Refutam técnicas terapeutizantes e alienantes.	Refutam técnicas terapeutizantes e alienantes.
Plano da subjetividade	Ênfase na singularidade humana. Restrição a dimensão do imaginário não incluindo o campo de análise da dimensão simbólica.	Intervenções na perspectiva pedagógico/politizante, concebendo o sujeito no plano da história e em uma integração entre os elementos orgânicos, sociais e psíquicos. Trabalho na perspectiva multidisciplinar	Intervenções na perspectiva pedagógico/politizante, concebendo o sujeito no plano da história e em uma integração entre os elementos orgânicos, sociais e psíquicos. Trabalho Social na perspectiva interdisciplinar.
Plano social	Concebe o sujeito social. Opera com análise das classes sociais. Restrição das práticas em processos ideológicos da formação social. Produzem práticas que buscam a inclusão social.	Concebe o sujeito social. Opera com análise das classes sociais. Restrição das práticas em processos ideológicos da formação social. Produzem práticas que buscam a inclusão social.	Concebe o sujeito social. Opera com análise das classes sociais. Restrição das práticas em processos ideológicos da formação social. Produzem práticas que buscam a inclusão social.
Plano político	Ética da interlocução. Ética do cuidado.	Visa a implicação com o compromisso social político, buscando priorizar as classes que vivenciam condições de vida precarizadas. Concepção de poder alternado e distribuído. Objetiva ampliar e compartilhar espaços de tomada de escolha/decisão. Tem a concepção de sujeito de direito. Afirma o exercício da cidadania. Pratica a identificação das necessidades e direitos dos sujeitos.	Busca implicação com o compromisso social político, buscando priorizar a classes que vivenciam condições de vida precarizada. Concepção de poder alternado e distribuído. Ampliar e compartilha espaços de tomada de escolha/decisão. Concepção de sujeito de direito. Exercício da cidadania. Pratica a identificação das necessidades e direitos dos sujeitos.
Efeitos éticos e políticos	Concepção de sujeito de direito. Exercício da cidadania. Identificação de suas necessidades e direitos.	Éticas da ação social	Ética do sujeito cidadão nas políticas públicas. Ética da ação social.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das discussões de Benelli (2023).

3.5.1 A modalidade terapêutica-pedagógica como figura das expertises

O discurso oficial da Assistência Social (AS) preconiza que os trabalhadores não desenvolvam práticas psicoterápicas ou terapêuticas. Autores críticos e dialéticos apontam que a clínica psi não seria útil para o trabalho da AS, embora reconheçam que a formação dos psicólogos seja hegemonicamente voltada para vertentes clínicas. A crítica desses autores tende a reduzir a psicoterapia à ideia de disciplina restrita ao imaginário da formação social (Benelli, 2014). Mesmo com essa crítica, a psicologia é considerada uma das categorias essenciais para o trabalho interdisciplinar na AS.

Especialistas na perspectiva dialética sugerem que psicólogos devem se posicionar para produzir mudanças sociais a partir da ordem política. Já outros pesquisadores não críticos propõem alternativas de trabalho que articulam saberes da pedagogia, psicometria, cognitivismo, teoria sistêmica, entre outras áreas. Isso gerou práticas como entrevista psicossocial, dupla psicossocial, atendimento psicossocial, e relatório psicossocial, reunidas no conceito de intervenções psicossociais (Benelli, 2014).

Essas intervenções psicossociais se inserem na modalidade terapêutico-pedagógica do Dispositivo Interventor, e as críticas de Benelli (2014) indicam que essas práticas não se distinguem dialeticamente das práticas do Dispositivo Intromissor.

Assim, elaboramos uma resenha acerca de alguns dos processos de formação dos trabalhadores da AS que localizamos na vertente terapêutica-pedagógica do Dispositivo Interventor.

3.5.1.1 Grupos e Trajetória de Vida

De acordo com Josso (2006), a expertise do trabalho em grupo se concentra na produção sobre e decisão de partilhar as partilhas das trajetórias de vida. Esse campo de saber parte da concepção de "vidas cruzadas", representadas como nós de cabestan ou nós de atração, que formam um elo dentro do sujeito em relação aos "não ditos" do narrador, que se recusa a responder. O trabalho teórico problematiza os laços de parentesco e diferentes tipos de ligações sociais (formadoras, deformadoras

e transformadoras), propondo uma terapêutica que restringe a subjetividade ao campo social. Isso resulta em efeitos éticos relacionados à interlocução social.

3.5.1.2 *Coaching* e Mentoria no Contexto da Assistência Social

O *Coaching* e a Mentoria, práticas amplamente adotadas no mundo corporativo, estão sendo cada vez mais aplicadas no campo da AS. Apesar de sua popularidade como ferramentas para o desenvolvimento individual e profissional (Almeida, 2013; Oliveira, 2015; Melo *et al*., 2015), uma análise crítica revela que essas metodologias, longe de serem instrumentos neutros de empoderamento, estão intrinsecamente e profundamente alinhadas ao capitalismo neoliberal, funcionando como mecanismos de maximização de lucros por meio da superexploração da força de trabalho. Essas práticas poderiam ser localizadas no Dispositivo Intromissor, mas devido à complexidade da associação dessas práticas com a utilização dos conhecimentos cognitivos do sujeito e de algumas abordagens positivistas da psicologia, as localizamos no Dispositivo Interventor, embora esses conhecimentos foram apropriados e utilizados de modo utilitarista. O que parece ser uma busca pelo autodesenvolvimento e pela melhoria contínua dos indivíduos, na verdade, muitas vezes serve como uma estratégia para intensificar a produtividade e aumentar os lucros gerados pela exploração da mais-valia dos trabalhadores.

No caso do *Coaching*, como descrito por Almeida (2013) e outros autores, o foco está no aprimoramento do desempenho individual para alcançar resultados mais eficientes. No entanto, essa abordagem ignora as desigualdades sociais e as condições estruturais que formam a realidade do sujeito e o atravessa. Ao enfatizar o aprimoramento das competências individuais, o *Coaching* reduz o sujeito a responsável exclusivo pelo seu sucesso ou fracasso, desconsiderando as condições históricas e sociais que moldam as oportunidades de cada um.

No contexto corporativo, tanto o *Coaching* quanto a Mentoria são usados como ferramentas para aumentar a produtividade e maximizar os lucros da empresa, às custas da exploração da mais valia do trabalhador. O *coach*, trabalhador que opera nos processos de formação com a expertise do *coaching* figura, atua como mediador, não apenas orientando o *coachee*, sujeitos submetidos a vivência desses processos (clientes), mas também reforçando a lógica empresarial de eficiência a qualquer custo, potencializando as competências dos trabalhadores para gerar maior retorno

financeiro para a organização. A ênfase nas "competências comportamentais" (criatividade, flexibilidade, inovação) reflete diretamente essa lógica. Tais habilidades são valiosas para as empresas porque elas aumentam a capacidade de adaptação e produtividade do trabalhador (Melo *et al.,* 2015).

Essas práticas de *coaching* podem tornar os trabalhadores mais suscetíveis à lógica da produtividade incessante, desconsiderando seus limites físicos e emocionais. Isso ocorre porque esta prática utiliza de ferramentas técnicas e metodológicas para mapear as falhas e lacunas de desempenho, transformando o indivíduo em um objeto passível de constante aprimoramento e ajuste (Oliveira, 2015). O processo de identificação e superação de fragilidades pode ser visto, portanto, não como um meio de autoconhecimento, mas como uma estratégia para maximizar a produção, um aspecto fundamental no capitalismo, onde o trabalhador é implicado a atender às crescentes exigências das empresas. O *Coaching*, nesse sentido, serve ao sistema capitalista ao transformar o trabalhador em um "produto" constantemente aperfeiçoado, mas que, ao mesmo tempo, é constantemente explorado para gerar mais valor para a organização.

No caso da Mentoria, a dinâmica é similar. Embora o mentor seja visto como um guia que compartilha sua experiência para o crescimento do mentorado (Oliveira, 2015), essa relação pode ser usada para reforçar as hierarquias e as relações de poder dentro das organizações. O mentorado é incentivado a se adaptar às expectativas do mentor e da empresa, sem questionar as condições estruturais do ambiente de trabalho ou as injustiças do sistema capitalista. A competência, nesse modelo, é definida de forma restrita, como um conjunto de aptidões comportamentais e técnicas que devem ser ajustadas para atender às necessidades da organização, sem que se questione o impacto desse modelo sobre o sujeito enquanto trabalhador.

Em contextos como o da Assistência Social, o *Coaching* e a Mentoria podem ser particularmente problemáticos. Essas práticas, ao enfatizarem o desenvolvimento individual e a liderança, ao serem aplicadas na AS, desconsideram as profundas desigualdades sociais e as condições estruturais que precisam ser transformadas para melhorar as condições de vida das populações em situação de vulnerabilidade. O *Coaching* e a Mentoria, ao promoverem a ideia de que o sucesso depende do esforço individual, obscurecem a necessidade de transformação das condições sociais e políticas que originam as desigualdades. Essa abordagem individualizante desvia o foco das mudanças sociais necessárias, perpetuando um sistema que

explora as fragilidades do sujeito, em vez de promover sua autonomia e dignidade como cidadão de direito.

Assim, em vez de uma prática emancipatória, o *Coaching* e a Mentoria funcionam como dispositivos que sustentam e expandem a lógica capitalista, onde a exploração da força de trabalho é intensificada para gerar lucros contínuos seja por meio da sobreimplicação do sujeito-trabalhador com o trabalho articuladas as estratégias de gestão assediadoras, gerando efeitos de esgotamento, culpabilização, responsabilização e adoecimento nos sujeitos.

3.5.2 A Modalidade Pedagógica Politizante como Figura da Expertise

As figuras da expertise na modalidade Pedagógica Politizante do dispositivo interventor reúnem a maioria dos processos formativos disponíveis atualmente aos trabalhadores da AS). Essa modalidade, a nosso ver, acaba por reunir um conjunto de práticas, pois se articula também com o discurso oficial da AS, incluindo até os da própria PNEP/SUAS (Brasil, 2013).

O Dispositivo Interventor como vertente pedagógica/politizante, que propõe a crítica à psicologia convencional na AS, nos permite compreender que as divisões dos saberes são produtos históricos da instituição acadêmica e seus operadores. Propõe, ainda, uma perspectiva de integração dos elementos orgânicos, sociais e psíquicos, desenvolvendo um trabalho na perspectiva multidisciplinar, em que o sujeito é concebido como um sujeito social, e a psique teria "[...] conotações institucionais, políticas, culturais e sociais, exigindo análises e contextualizações conjunturais e estruturais" (Benelli, 2014, p.13).

O trabalho no Dispositivo Interventor pedagógico/politizante, no plano conceitual e teórico, está alinhado com uma perspectiva dialética e totalizante da sociedade. Politicamente, busca uma implicação com o compromisso social e político, priorizando as classes que vivenciam condições de vida precarizadas. O modo de trabalho pretende articular teoria e prática, integrando as tecnologias curativas e preventivas, refutando práticas que provocam processos terapeutizantes e geram alienações. O trabalhador que opera com a intervenção possui uma formação que utiliza amplamente técnicas e práticas alternativas, constituindo a Clínica Ampliada, posicionando-se como assessor, mediador, facilitador e transmissor de estratégias, tanto na perspectiva individual quanto grupal. O poder, por meio do dispositivo

interventor, se manifesta de modo alternado e distribuído, ampliando e compartilhando os espaços de tomada de decisão, em oposição ao dispositivo intromissor, caracterizado por ser autoritário. Quanto aos efeitos éticos das intervenções, estas produziriam o sujeito político a partir da reflexão sobre os direitos sociais e o exercício da cidadania (Benelli, 2014).

3.5.2.1 Capacitação em Imersão

Camara (2020), a partir do financiamento do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONDECA) de São Paulo para o Projeto da Casa das Caldeiras, ampliou a ação com uma capacitação denominada “Imersiva” aos trabalhadores do SUAS. Camara (2020) parte do campo teórico construcionista, que exige uma postura sócio-histórica, e do campo teórico-metodológico centrado nas práticas discursivas cotidianas desenvolvidas pelo Núcleo de Práticas Discursivas no Cotidiano: Direitos, Riscos e Saúde (NUPRAD/PUC-SP), com foco na dialética como campo teórico e metodológico.

Camara (2020) propõe que, ao invés de desenvolver ações diretamente com a população, como especialistas, os formadores se colocam na posição de aconselhar e orientar os profissionais. As ações de capacitação dialogam com os “elementos” a priori do grupo, que possibilitam criar possibilidades de convivência entre os trabalhadores e fomentar as habilidades socioemocionais[35] (Camara, 2020).

Nesta perspectiva de expertise, o trabalho se desenvolve em torno da perspectiva do sujeito social. O foco recai no campo interrelacional, em processos pedagógicos de aprendizagem e ampliação de habilidades socioemocionais,

[35] De acordo com Silva e Camara (2020) as habilidades socioemocionais surgiram como área de interesse no Brasil a partir da década de 1990 como um paradigma do desenvolvimento humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e foram organizadas pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) que envolvem desenvolver processos de aprendizagem por meio de quatro pilares que seriam: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a ser e aprender a conviver. A aprendizagem das habilidades socioemocionais teria como objetivo ensinar os sujeitos a trabalharem com as suas emoções na relação com o outro, gerenciando os problemas do cotidiano por meio do autoconhecimento e envolvimento na construção de soluções. O conceito de habilidades socioemocionais teria ainda um viés normalizador do sujeito e foi instituído como estratégia na Educação Básica do Brasil. Camara (2020) propôs utilizar esse conceito com os trabalhadores da AS a partir da encomenda de qual seria o papel da família na aprendizagem das habilidades socioemocionais. Benelli (2022), ao fazer a crítica das habilidades socioemocionais, que considera como um exemplo de pedagogia-terapêutica, propõe como seu contraponto, o que denominou de habilidades psicopolíticas.

intervindo para ensinar, podendo mobilizar como efeitos a ética da tutela e da interlocução.

3.5.2.2 Performances dos Vínculos

Um exemplo de figura da expertise do dispositivo interventor na modalidade Pedagógica Politizante, referente ao trabalho de Rodrigues e Guareschin (2017), é o uso da Teoria Ator-Rede (TAR[36]). A TAR caracteriza, em uma grade analítica do sujeito social, os atores humanos, os não atores humanos e os vínculos de rede, por meio da descrição e análise de como as relações são construídas (Rodrigues, 2017; Rodrigues; Guareschin, 2017).

As performances dos vínculos no SUAS, problematizadas por Rodrigues e Guareschin (2017), partem da identificação de três tipos de *Assemblage* [37] presentes no Caderno de Concepção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Rodrigues e Guareschin (2017) identificaram que as orientações conceituais e técnicas do SCFV, como discurso oficial da AS, possuem um primeiro *assemblage* em que há uma articulação conceitual-teórica entre as contribuições de Lev Vygotsky e Paulo Freire, que fundamentam os processos coletivos propostos no documento. Outro *assemblage* presente no documento que orienta tecnicamente o SCFV discute o vínculo afetivo, a partir de propostas de experimentações que articulem a capacidade dos sujeitos de se afetar. Por fim, um terceiro *assemblage* aborda o vínculo performatizando com a ética, na perspectiva de uma educação política (Rodrigues; Guareschin, 2017). Esse trabalho inclui em sua perspectiva o sujeito social e o sujeito político, mas não aborda explicitamente o sujeito psíquico. A partir dos três conceitos extraídos do SCFV, os autores propõem um trabalho que busca produzir uma espécie de "mapa da rede" de relações e atores presentes.

---

[36] Teoria Ator-Rede (TAR) é uma teoria social que surgiu da articulação dos estudos de ciência, tecnologia e sociedade, na década de 1980 e contou com estudos de Michel Callon, Bruno Latour, Madelaine Akrich, dentre outros. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Teoria_ator-rede Acesso em: 20 mar. 2023.

[37] *Assemblage* é um termo de origem francesa e tem como significado a montagem. Constitui-se por uma arte em que objetos são unidos através de colagem ou encaixe expressando um imaginário. Assemblage foi introduzido na arte pelo pintor e gravador Jean Dubuffet em 1953. Disponível em: https://www.historiadasartes.com/olhovivo/atelie/assemblage/#:~:text=O%20termo%20origina%2Dse%20do,encaixe%2C%20expressando%20o%20seu%20imagin%C3%A1rio Acesso em: 20 mar. 2023.

3.5.3 O discurso oficial da PNEP/SUAS como figura de expertise

Há, ainda, figuras da expertise que operam no Dispositivo Interventor a partir de atividades de formação oferecidas aos trabalhadores já mais alinhados com os discursos do SUAS e da PNEP/SUAS (Brasil, 2013). A análise de alguns trabalhos produzidos nesse contexto é interessante, pois revela a proximidade e fusão conceitual entre a modalidade Pedagógica Politizante do Dispositivo Interventor e as figuras da expertise que dialogam com os discursos da própria AS. Embora possamos tratá-las como a mesma modalidade, optamos por separá-las didaticamente para contribuir com a compreensão de nossa análise.

Freitas (2017), em sua dissertação de mestrado, questiona as possibilidades da PNEP/SUAS (Brasil, 2013) quanto à melhoria dos serviços socioassistenciais e à qualificação dos trabalhadores. Segundo Freitas (2017), a PNEP/SUAS (Brasil, 2013) foi fruto de debates e reflexões produzidas ao longo de oito Conferências Nacionais de Assistência Social[38] entre 1995 e 2011. A construção da PNEP/SUAS (Brasil, 2013) ocorreu um ano após a criação do Programa Nacional de Capacitação do SUAS (Capacita SUAS), instituído pela Resolução do CNAS nº 08. Freitas (2017) também discutiu como a PNEP/SUAS foi sendo implementada em um contexto de precarização do trabalho, questionando se seria possível garantir Educação

[38] A I Conferência de 1995 teve como tema "A assistência Social como um direito do cidadão e dever do Estado" e deliberou que o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e a Secretaria Nacional de Assistência Social (SAS) criassem programas de capacitação e uma política de qualificação sistemática e continuada dos trabalhadores. A II Conferência de 1997 teve como tema "O Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social: Construindo a Inclusão e a Universalidade de Direitos" que pautou a implantação de capacitação permanente como caminho para qualificar os trabalhadores para assegurar a garantia dos direitos da população abarcando o campo democrático. A III Conferência de 2001 teve como tema "Política de Assistência Social: Uma Trajetória de Avanços e Desafios" que deliberou a elaboração de uma política nacional que articulassem os três entes federados (municípios, estados e união) fomentando a descentralização e o financiamento. A IV Conferência de 2003 teve como tema "Assistência Social como Política de Inclusão: uma Nova Agenda para a Cidadania – LOAS 10 anos" deliberando as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social, entre elas a Gestão do Trabalho. A V Conferência de 2005 teve como tema "SUAS – Plano 10: Estratégias e Metas para a implementação da Política nacional de Assistência Social" deliberou a implantação de uma política de capacitação continuada, a partir de princípios éticos, políticos, profissionais, com vistas a qualificação das ofertas à população. Esta conferência contribuiu para uma agenda de trabalho. A VII Conferência de 2009 teve como tema "Participação e Controle Social no SUAS" e debateu a importância de espaços de trocas reflexivas entre os trabalhadores, reiterando a necessidade de qualificação. Segundo Freitas (2017) ocorrerá o debate sobre os conceitos de capacitação permanente ou continuada. A VIII Conferência de 2011 teve como tema "Consolidar o SUAS e Valorizar os seus Trabalhadores" e foi considerada uma conferência crucial para a posterior criação da PNEP (Brasil, 2013), uma vez que debateu temas como Gestão do Trabalho, Planos de Carreira, Cargos e Salários, Concurso Público e a Política de Educação Permanente (Freitas, 2017).

Permanente para os trabalhadores do SUAS, mesmo diante das contradições do capitalismo.

O plano da PNEP/SUAS concebe o sujeito social e o sujeito político, mas não problematiza como o próprio discurso da PNEP/SUAS e da AS abrem espaço para que empresas operem com os processos formativos, muitas vezes com práticas que se distanciam de seus propósitos originais.

Nosso interesse em uma análise institucional da PNEP/SUAS (Brasil, 2013) surgiu a partir dos desafios da práxis vivenciados por trabalhadores que desenvolviam processos formativos orientados pelos discursos presentes nela. A questão central que se coloca é: seria viável que um trabalhador, ao atuar com processos formativos críticos, adote os princípios éticos e políticos da PNEP/SUAS? Ou, por outro lado, esses processos formativos estariam mais alinhados com práticas de reprodução de hierarquias e de manutenção das desigualdades sociais?

Com a instituição da PNEP/SUAS (Brasil, 2013), surgiram diversas empresas que começaram a ofertar processos formativos para os trabalhadores do SUAS. Essas empresas atuavam no fornecimento de expertises de Educação Permanente, estabelecendo um nicho de mercado dentro do contexto da formação dos trabalhadores do SUAS. Avaliamos que seria prudente nos perguntarmos que tipo de trabalhador tais empresas estavam formando para enfrentar as demandas sociais do povo que procura pelos estabelecimentos socioassistenciais.

Instituída pela resolução do CNAS de n° 04/2013 da AS. No entanto, a PNEP/SUAS (Brasil, 2013) buscou regulamentar um dos objetivos do SUAS presente na LOAS (Brasil, 1993), que se refere a implementação da Gestão do Trabalho e da falta de recursos financeiros destinados aos municípios para a criação dos Planos Municipais de Educação Permanente na Assistência Social. Este documento foi instituído como produto de uma conjunção de forças de trabalhadores e pesquisadores presentes também na PNAS/SUAS (Brasil, 2004) e na NOB RH SUAS (Brasil, 2006), representadas por meio de reivindicações e diretrizes que constam no eixo de Gestão do Trabalho do Plano Decenal de Assistência Social, ratificada na V Conferência Nacional de Assistência Social e no Programa Nacional de Capacitação do SUAS (CAPACITA SUAS[39]), criado em 2012 pela Resolução do CNAS de n° 08 (Brasil, 2012).

[39] O CAPACITA SUAS foi um programa criado em 2012 para ofertar formação e capacitação permanente aos trabalhadores, gestores, conselheiros e técnicos da rede socioassistencial do SUAS.

A PNEP/SUAS (Brasil, 2013) foi construída na perspectiva de profissionalizar os trabalhadores do SUAS como uma resposta às demandas de qualificação dos trabalhadores dos Serviços Socioassistenciais, Gestão e Controle Social. A PNEP do SUAS (Brasil, 2013) tinha como objetivos institucionalizar no SUAS um olhar político-pedagógico e uma cultura de Educação Permanente, propondo desenvolver junto aos trabalhadores e conselheiros do Sistema de Conselhos da Assistência Social (Nacional, Estaduais e Municipais), condições para fortalecer e a centralidade dos direitos sociais do cidadão nas ações de gestão, dos serviços e benefícios socioassistenciais; desenvolver competências e capacidades específicas e compartilhadas com o objetivo de produzir qualidade contínua da gestão, da oferta de serviços, benefícios socioassistenciais, do controle e da participação social; descentralização junto aos estados, municípios e DF as atribuições de planejamento, oferta e implementação de ações de formação e capacitação; realização de diagnósticos de necessidades; gestão de redes de capacitações; desenvolvimento de percursos formativos e ações de capacitação; promoção de mecanismos de ensino e aprendizagem contínuo e permanente; articulação do ensino, pesquisa e extensão; e consolidação das referências teóricas, técnicas e ético-políticas no SUAS.

Os temas capacitação, formação e supervisão aparecem regulamentados no SUAS primeiramente na NOB RH/SUAS (Brasil, 2006). Esse documento apontou as diretrizes para condições de trabalho comprometeram a construção de uma política nacional de capacitação assumindo no âmbito nacional, estadual e distrital a responsabilidade pela oferta de capacitações e apontando como obrigação dos gestores municipais a liberação dos trabalhadores para a participação em atividades formativas. O documento enfatizava que a capacitação dos trabalhadores deveria ser desenvolvida com a finalidade de produção e difusão dos conhecimentos para qualificação dos trabalhadores que compõem as equipes que atendem os sujeitos que procuram pelos estabelecimentos socioassistenciais (atribuições técnicas) e os trabalhadores que assumem as atribuições em torno de cargos de coordenação,

---

Ele se constituía através da Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS (RENEP/SUAS) formada por estabelecimentos de ensino, escolas de governo, institutos Federais e de processos de chamada pública. Um conjunto de cursos foram ofertados ao longo dos anos de 2012 a 2014 através do Sistema de Monitoramento Acadêmico (SIMA). Além dos cursos foram publicados Cadernos do Capacita SUAS “Volume 1: Assistência Social: Política de direitos à Seguridade Social”, “volume 2: Proteção de Assistência Social: Segurança de acesso a benefícios e serviços de qualidade”; e “Volume 3: Vigilância Socioassistencial: Garantia do caráter público da Política de Assistência Social” (Brasil, 2013). Disponível em: https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/gestao-do-suas/gestao-do-trabalho-1/capacitasuas Acesso em: 20 mar. 2023.

diretor, assessor e secretário (atribuições gerenciais), com perspectivas ao efetivo exercício do controle social e autonomia dos sujeitos sociais para o aprimoramento da política pública. efetivação dos objetivos da PNEP/SUAS.

A NOB RH/SUAS (Brasil, 2006) estabelece como princípio fundamental da Educação Permanente a realização de processos formativos sistemáticos, contínuos, sustentáveis, participativos, nacionalizados, descentralizados, avaliados e monitorados. A NOB RH/SUAS (Brasil, 2006) apontou que a gestão do trabalho deveria ser institucionalizada e fundamentada como Educação Permanente, com a possibilidade da realização de supervisão integrada, na perspectiva do aprimoramento da prestação dos serviços. A gestão do trabalho no SUAS deveria garantir a desprecarização dos vínculos dos trabalhadores com o fim da terceirização, promoção da educação permanente, realização de planejamento estratégico e de uma gestão participativa com controle social, integrando e alimentando os sistemas de informações (NOB RH/SUAS) (Brasil, 2006).

A Gestão do Trabalho ganhou um novo lugar institucional com a PNEP do SUAS (Brasil, 2013), com princípios, diretrizes e objetivos para a capacitação e qualificação dos trabalhadores do SUAS, apontando para que os estados e municípios se organizassem, regulamentando a nova política em suas localidades e criando e aprovando planos estaduais e municipais de Educação Permanente e Núcleos Estaduais e Municipais de Educação Permanente (NEEP) (NMEP).

O documento que criou a PNEP/SUAS (Brasil, 2013) estava organizado com a seguinte estrutura: Introdução, Histórico, Público da PNEP/SUAS, Objetivos da PNEP/SUAS, Trabalho, Controle Social e Educação Permanente no SUAS, Perspectivas política-pedagógica da Educação Permanente do SUAS, Percursos formativos e ações de formação e capacitação, Certificação, Configuração organizacional da PNEP/SUAS, Responsabilidades dos entes federados, Monitoramento e Avaliação e Referências.

A PNEP/SUAS (Brasil, 2013) introduziu a noção de percursos formativos, materializados em três possibilidades: Gestão do SUAS, Provimento de Serviços e Benefícios Socioassistenciais e Controle social do SUAS. Além da noção de percursos formativos, a PNEP/SUAS (Brasil, 2013) instituiu estratégias de percursos como ação de capacitação ou de formação. As ações de capacitações foram as seguintes: introdutória com a carga horária entre 20 e 40 horas; capacitação de atualização com a carga horária entre 40 e 100 horas/aula; e supervisão técnica voltada às equipes e

grupos de trabalhos. Já as ações de formação podiam ser formação técnica de nível médio, aperfeiçoamento, especialização e mestrado social do SUAS. Ela também sugeriu a implementação de ações de capacitação (com cargas horárias variadas) e formação (incluindo especializações e mestrados).

Identificamos que a PNEP/SUAS (Brasil, 2013) buscou problematizar a necessidade da desprecarização das relações de trabalho, propondo uma coordenação nacional e estadual dos processos de gestão do trabalho. Percebemos que a PNEP/SUAS (Brasil, 2013) enfatizou a autonomia dos trabalhadores articulada ao Controle Social, propondo não reduzir a Educação Permanente a concepção de capacitação como pontual ou continuada. A PNEP/SUAS (Brasil, 2013) enfatiza que a Educação Permanente deveria ser conduzida pela gestão institucionalizada a partir do fomento de uma cultura de Educação Permanente, que precisaria ser produzida nas práxis dos trabalhadores, pois seria a partir do cotidiano que poderiam identificar as dificuldades do trabalho e a produção de soluções viria do engajamento ativo dos trabalhadores.

Embora a PNEP/SUAS tenha sido criada em 2013, não houve a destinação de recursos financeiros aos municípios para que criassem os seus Planos Municipais de Educação Permanente. A ausência de financiamento das ações de Educação Permanente, as precarizações das condições de trabalho e a terceirização dos estabelecimentos socioassistenciais contribuíram para o distanciamento do trabalhador em pensar sobre as dimensões éticas, teórico-assistencial, técnico-assistencial, jurídico-político e sociocultural de suas práticas sociais. Isso poderia ter sido diferente se houvessem processos formativos implicados com a singularização das ações e que contribuíssem para a análise do saber-fazer-poder presentes nas práticas sociais, produzindo como efeito a crítica à reprodução e repetição de práticas hierarquizadas, cristalizadas, mecanizadas e burocratizadas, de viés ético assistencialista e filantrópico (Benelli; Costa-Rosa, 2012).

Essas ações da PNEP/SUAS (Brasil, 2013) foram timidamente implantadas nos municípios, uma vez que não houve planejamento estratégico, definição e destinação de orçamento federal continuado aos estados e municípios para o desenvolvimento desta política.

A PNEP/SUAS (Brasil, 2013) apresentou diretrizes articuladas com certas bases dialéticas e históricas, buscando se distanciar de um viés positivista, disciplinar-tradicional, empresarial e mercadológico, porém nos pareceu ter encontrado

dificuldades para sua efetivação com seus pressupostos éticos, conceituais e técnicos. Contudo, o discurso empresarial também compõe a PNEP, o que se pode constatar por meio dos termos conceituais presentes em seu discurso “serviço”, “gestão”, “gerência”, “usuário”, “equipamento”.

Do conjunto de empresas que operam com processos de formação dos trabalhadores do SUAS, algumas se alinham eticamente e politicamente com os discursos da PNEP/SUAS (Brasil, 2013) e, consequentemente, ao discurso oficial da AS.

Mas estar alinhada ética e politicamente com a PNEP/SUAS (Brasil, 2013) ainda não significa operar com práticas críticas, uma vez que o discurso oficial do SUAS se concretiza institucionalmente em dispositivos que não se diferenciam dialeticamente das práticas disciplinares. Quando essas práticas, embora no plano social e político, não se diferenciam radicalmente das práticas disciplinares, acabam por contribuir com as forças hegemônicas na manutenção das desigualdades sociais.

Muitas das empresas de assessoria desconhecem os discursos da PNEP/SUAS (Brasil, 2013) e nem orientam os seus processos formativos por ela. Se não se orientam pelo discurso oficial da AS, quais planos teóricos-conceituais, éticos e políticos operam em suas práticas?

A implantação da Educação Permanente no SUAS como parte da Política Nacional de Assistência Social abriu possibilidades para um novo tipo de trabalho, em que diversos trabalhadores passaram a ofertar ações formativas, também sendo contratados por estabelecimentos empresariais especializados em fornecer expertises da Educação Permanente. Isso foi realizado por meio de diferentes tipos de contratos trabalhistas tais como Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Microempreendedor Individual (MEI), Trabalhadores Autônomos e Informais, mesmo sem contrato ou garantias legais trabalhistas, produzindo um grande leque de ofertas de processos formativos por meio do desenvolvimento de ações e atividades de formação aos trabalhadores do SUAS.

As encomendas muitas vezes não problematizadas como demandas, são endereçadas aos especialistas-intelectuais-expertos que operam com produção de respostas, com a promessa de solução dos problemas. Esses trabalhadores especialistas são orientados por uma diversidade teórica, metodológica, ética e política e ofertam prestações de serviços em formatos tais como cursos de capacitação/formação, de supervisão, de assessoria/consultorias na área das

políticas públicas sociais. Essas práticas são desenvolvidas em sua maioria por empresas. Se há empresas ofertando esses serviços, há também muitos trabalhadores vivenciando essas práticas.

Desse conjunto de serviços[40] prestados pelas empresas aos trabalhadores da AS, o curso era uma modalidade formativa caracterizada por propostas em que as dimensões teóricas, metodológicas, éticas e políticas eram definidas *a priori* pela empresa que o disponibilizava. Existiam cursos livres de curta duração e cursos de longa duração.

As capacitações e formações no âmbito do SUAS eram fornecidas a partir da perspectiva das necessidades encomendadas pelas gestões dos municípios às empresas. Os eixos temáticos e metodológicos podiam ser dialogados e pactuados entre a contratada e a contratante, constituindo a encomenda. Já as dimensões teóricas, políticas e éticas na maioria das vezes ficavam a cargo do trabalhador contratado para realizar o trabalho de formação. Havia capacitações em que as equipes levantavam a encomenda e outras em que o tema já era definido *a priori* pelas gestões municipais, sem consultas prévias aos trabalhadores; em alguns casos as empresas tinham a autonomia e se responsabilizavam pela definição dos elementos que seriam contemplados.

A supervisão técnica pressupunha oferecer apoio à equipe de referência ou de gestão de um dado estabelecimento em seus processos de trabalho cotidiano. Eram encontros continuados, com periodicidade sistemática, em que se buscava discutir casos das famílias e ou indivíduos atendidos e as estratégias dos trabalhadores para a solução de problemas e elaboração de formas de encaminhamentos processuais. Geralmente esses espaços formativos tinham como foco as discussões de caso e as relações interpessoais da equipe de trabalhadores.

Já as assessorias e consultorias no SUAS geralmente eram solicitadas para o desenvolvimento de algum projeto, ação, instrumento ou ferramentas que permitissem resolver uma demanda em torno de um problema institucional como, por exemplo, condução de um processo de grupo de trabalho; revisão e análise técnica de

[40] A caracterização desse conjunto de serviços por meio de cursos, capacitações/formações, supervisões institucionais e assessorias/consultorias foram identificados no site de uma empresa que oferta esses serviços no âmbito das políticas públicas. Disponível em: www.institutoapprimore.com.br Acesso em: 20 mar. 2023.

documentos técnicos diversos; produção de fluxogramas; diagnósticos; planejamento; além de outros processos.

A PNEP/SUAS (Brasil, 2013), de acordo com nossa análise paradigmática, pode ser localizada no âmbito do discurso oficial da AS, radicalizada por meio da nossa intercessão-pesquisa desenvolvida em estabelecimentos assistenciais do SUAS, o que nos possibilita analisá-la criticamente por meio do DI. Em seu discurso, o SUAS concebe o plano social e político, propondo operar com o sujeito de direito, na produção da autonomia e do protagonismo do sujeito na sua trajetória histórica, de modo dialético, e com o sujeito político, por meio do fomento da participação e do exercício da cidadania.

A PNEP/SUAS (Brasil, 2013) concebe o sujeito social e político, apesar disso abriu espaço para que os processos de formação dos trabalhadores da AS fossem operados por empresas, essas que por sua vez, em suas formas institucionais constituíram um nicho de mercado e não estão isentas do campo ideológico da formação social capitalista, reproduzindo em suas práticas o Modo Capitalista de Produção (MCP).

Contudo, apesar da intenção de promover uma educação permanente voltada para o fortalecimento da autonomia dos trabalhadores e para o aprimoramento dos serviços, a PNEP/SUAS não conseguiu se desvincular de discursos empresariais e de uma política neoliberal de precarização das condições de trabalho.

3.5.3.1. A Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade foi introduzida como uma estratégia de trabalho nas equipes dos estabelecimentos socioassistenciais do SUAS. No entanto, alguns atores a percebem não apenas como uma intervenção das políticas sociais, mas também como uma intervenção de caráter “neoliberal”. A seguir, procuramos demonstrar analiticamente como a interdisciplinaridade se configura como uma forma de expertise.

Mangini e Mioto (2009) argumentam que a interdisciplinaridade envolveu tanto intelectuais e pesquisadores da área quanto interesses e investimentos do setor econômico. No campo científico, a interdisciplinaridade surgiu no final da década de 60 e se expandiu além do conhecimento acadêmico, sendo adotada como uma estratégia para o desenvolvimento do trabalho e da produção. Observa-se que a

interdisciplinaridade, embora tenha surgido no âmbito acadêmico, foi apropriada para a formação de um novo tipo de trabalhador: o trabalhador multi-habilitado.

Na apresentação de Guy Michaud, como citado por Mangini e Mioto (2009), ao Centro para a Pesquisa e Inovação do Ensino (CERI), organização vinculada à OCDE, o autor propôs uma problematização das terminologias por diferentes níveis: Multi (disciplinar); Pluri (disciplinar); Inter (disciplinar); e Trans (disciplinar). Almeida (2000) e Melo e Almeida (2000) refletiram sobre três possíveis campos teóricos da interdisciplinaridade: humanista, da complexidade e da crítica social.

Pombo (2005), ao analisar os prefixos que se relacionam com a terminologia "disciplinaridade", propôs que, na perspectiva "multi" e "pluri", as disciplinas coexistem lado a lado; na "inter", a diferença está na ação conjunta das disciplinas; e na "trans", o trabalho vai além dos limites das disciplinas (*Apud* Mangini; Mioto, 2009).

Mangini e Mioto (2009) afirmam que as pesquisas sobre o tema começaram no Seminário de Pluridisciplinaridade e Interdisciplinaridade nas universidades, conhecido como Congresso de Nice. Este evento, patrocinado pela OCDE e com a presença de empresários de vários países, demonstrou como o tema ganhou força ao ser articulado tanto nas universidades quanto no meio empresarial, especialmente durante a crise do sistema capitalista na década de 1970. Como resposta aos movimentos político-culturais que se opuseram aos modelos de trabalho taylorista e fordista, as empresas foram desafiadas a buscar novas formas de organização do trabalho, baseadas na racionalização e reorganização dos processos produtivos, o que culminou no modelo toyotista.

A interdisciplinaridade foi, assim, apropriada pelas forças produtivas como uma estratégia para organizar e contribuir com o acúmulo de capital, tornando-se parte do processo de exploração da força de trabalho. Ela foi associada a conceitos típicos do modo de produção capitalista, como a redução do desperdício de recursos e a implementação de processos de qualidade, que visam identificar e corrigir problemas sem novos investimentos. No mercado, a interdisciplinaridade passou a ser vista como uma forma de evitar o investimento na formação continuada do trabalhador, buscando aumentar a lucratividade com a exigência de habilidades cognitivas e emocionais, além da força de trabalho física.

Embora as ideias sobre trabalho interdisciplinar tenham surgido nas universidades, por meio de movimentos estudantis, as empresas se apropriaram dessas ideias e as aplicaram nos seus processos de trabalho. No campo da

Assistência Social, a interdisciplinaridade visava melhorar a qualidade dos serviços prestados pelos estabelecimentos socioassistenciais, mesmo sem investir na melhoria das condições institucionais.

3.5.3.2 Supervisão Técnica, Assessoria, Consultoria, Formação e Capacitação na AS

Nesta modalidade de expertise, o supervisor é um trabalhador externo à equipe, que realiza encontros periódicos com os membros da equipe, com ou sem a presença do coordenador. O objetivo é escutar os relatos sobre um caso[41], buscando contribuir para que a equipe identifique os casos e ajudar a identificar situações de vulnerabilidade e violações de direitos, sugerindo estratégias de ação com a família envolvida. Essas estratégias incluem a busca ativa, visitas domiciliares[42], inclusão ou atualização no Cadastro Único, diálogos e articulações com outras entidades, como Saúde, Educação, Trabalho e o Poder Judiciário. Tais práticas são apresentadas como formas de trabalho, mas nem sempre são problematizadas criticamente. Como advêm da tecnologia do inquérito (Foucault, 2013), podem carregar práticas discursivas e não discursivas que produzem efeitos éticos não desejados ou não questionados.

Carmona e Santos (2019) associam a supervisão às normativas do SUAS, entendendo-a como um espaço de qualificação para os serviços socioassistenciais. Para esses autores, a supervisão contribui para a qualidade dos serviços, baseada no desenvolvimento intelectual dos trabalhadores.

---

[41] O caso seria a ciência social possível sobre o singular, modalidade de conhecimento promovida e desenvolvida a partir da emergência das ciências humanas que inauguraram uma nova racionalidade (Foucault, 2013, p. 159). Para Foucault (2013, p. 183), as técnicas de Exame transformam cada indivíduo em um 'caso': "O caso não é mais, como na casuística ou na jurisprudência, um conjunto de circunstâncias que qualificam um ato e podem modificar a aplicação de uma regra, é o indivíduo tal como pode ser descrito, mensurado, medido, comparado a outros e isso em sua própria individualidade; e é também o indivíduo que tem que ser treinado ou retreinado, tem que ser classificado, normalizado, excluído, etc".

[42] Quanto ao estudo de caso e a visita domiciliar identificamos uma relação de complementaridade nos processos de produção ou validação de uma verdade sobre o sujeito-objeto estudado. Os trabalhadores dos CRAS e CREAS muitas vezes realizam a visita domiciliar como forma de complementar os dados para a composição de um relatório ou por se sentirem cobrados pelos trabalhadores das áreas de gestão como a Vigilância Socioassistencial, ao identificar ou apontar um baixo número de visitas realizadas pelo estabelecimento socioassistencial. Um exemplo disso foi o caso do menino encontrado no Barril, em Campinas, em 2021, quando a mídia cobrou a realização da visita domiciliar. Reportagens sugeriram que, caso a visita tivesse ocorrido, a criança teria sido poupada da violência sofrida. Disponível em: https://www.mpsp.mp.br/w/denunciados-por-tortura-contra-menino-encontrado-em-barril-em-campinas-tornam-se-r%C3%A9us Acesso em: 23 nov. 2023.

A supervisão caracteriza-se por ser um processo que articula saberes e práticas, e a partir de um referencial teórico das expertises consolidadas, podem ser problematizados novos caminhos diante das demandas dos trabalhadores (Guerra; Braga, 2009; Carmona; Santos, 2019).

Carmona e Santos (2019) associam a supervisão a uma prática similar à supervisão de estágio na formação acadêmica, observando as "formas particulares de enfrentamento da chamada 'Questão Social' pelo Estado, e sua relação com o mercado de trabalho" (Carmona; Santos, 2019, p. 39). O sujeito que ocupa essa posição de supervisão/capacitação/assessoria deve ter um conjunto de competências e habilidades[43], que contribuam para enfrentar o conservadorismo (Carmona; Santos, 2019).

Os autores baseiam suas análises da supervisão no referencial teórico da dialética materialista[44]. A partir da experiência relatada na pesquisa desenvolvida por Carmona e Santos (2019) estas buscavam, identificando os seguintes objetivos nas suas práticas de supervisão: 1) Nivelamento de conceitos; 2) Políticas de Assistência Social; 3) Aprofundamento sobre os serviços do CREAS, com ênfase no matriciamento sociofamiliar; 4) Aprofundamento sobre os serviços do CREAS; 5) Relação entre os equipamentos da rede socioassistencial; 6) Intersetorialidade e Interinstitucionalidade; e 7) Interdisciplinaridade (Carmona; Santos, 2019, p. 42-43).

Durante a supervisão do CREAS, Carmona e Santos (2019) relataram uma rotatividade de 100% da equipe, o que resultou na necessidade de reiniciar a revisão de conteúdo, exigindo maior flexibilidade ao longo do processo. Através de documentos normativos da política de Assistência Social, as autoras buscaram articular conteúdos teóricos para problematizar a prática. Entre as estratégias utilizadas, destacam-se os "estudos de textos, estudos de casos, debates e trabalhos em grupos e subgrupos, permitindo uma reflexão crítica sobre o trabalho cotidiano no CREAS", além de "avaliação presencial e encaminhamentos" (Carmona; Santos, 2019, p. 43).

---

[43] O conjunto de competências e habilidades propostas pelos autores Carmona e Santos (2019) referem-se a "uma visão de totalidade e crítica acerca da demanda; capacidade de leitura crítica e propositiva da realidade; capacidade argumentativa, comunicativa, relacional e negocial, bem como de articular pessoas em torno do trabalho em comum, garantir a articulação de elementos técnicos, teóricos, éticos e políticos" (Carmona; Santos, 2019, p. 39).

[44] Materialismo dialético: através da mediatização da realidade social, busca envolver os trabalhadores em certo profissionalismo, que se processa por várias aproximações, por meio de diversos encontros (Carmona; Santos, 2019, p.42).

Carmona e Santos (2019) também relataram discussões de casos em todos os encontros, com uma análise da totalidade, visando à garantia de direitos. A coordenação da equipe técnica foi avaliada positivamente, mas houve a “blindagem burocrática da gestão” sobre as demandas dos trabalhadores, culminando na “negação das reivindicações”, muitas vezes caracterizadas como “suporte técnico” e “capacitações continuadas” (Carmona; Santos, 2019, p. 45). Contudo, não ficou claro se houve estratégias de reposicionamento frente à gestão. Os autores destacaram como desafios contemporâneos a precarização do trabalho, e afirmam que a supervisão deve sustentar o compromisso ético-político com a qualidade dos serviços (Carmona; Santos, 2019).

Carmona e Santos (2019) consideram a assessoria e consultoria como competências do Serviço Social, conforme a Lei 8662/1993, que regulamenta a profissão e assegura o desenvolvimento dessas ações nos estabelecimentos, como prerrogativa exclusiva do Serviço Social. A Psicologia também adota esse enfoque.

A assessoria é um trabalho complexo que exige tempo para o desenvolvimento de ações, geralmente sem vínculo com o grupo, sendo muitas vezes caracterizada pelo acompanhamento e monitoramento das ações. Os autores apontam como uma ação que pretende aprofundar temas (Matos, 2009; Carmona; Santos, 2019; Ferreira, 2015).

Já a consultoria é vista como uma ação mais pontual, desenvolvida por especialistas com um certo acúmulo de conhecimento (Matos, 2009; Carmona; Santos, 2019; Ferreira, 2015). Segundo Santos (2010), o consultor deve estar comprometido com um esforço contínuo de leitura e estudo, mantendo uma postura de respeito pela experiência do cliente. Santos (2010) descreve o trabalho do consultor da seguinte forma:

> Ser consultor é ler, ler muito, estudar, trabalhar, virar algumas noites, trabalhar em alguns finais de semana e feriados, conhecer bem o negócio do cliente, e nunca achar que sabe mais do negócio do que seu cliente. Ele conhece o dia a dia, as dificuldades, as nuances do negócio, conforme Azevedo (2009). (Santos, 2010, p.26-27)

As estratégias de supervisão, consultoria, capacitação e formação podem ser operacionalizadas a partir de diversas dimensões teórico-conceituais. Carmona e Santos (2019), utilizando o referencial da dialética materialista, identificam que o trabalhador que ocupa esses espaços de expertise precisa desenvolver competências

e habilidades específicas. Eles tentam diferenciar suas práticas, mas, como Santos (2010) aponta, as exigências do consultor se aproximam do especialista intelectual, embora ainda de forma não tão distante das figuras de expertise típicas do Dispositivo Intromissor.

A expertise na formação dos trabalhadores do SUAS tem sido desenvolvida com foco na apropriação das regulamentações e normativas do SUAS. Santos e Vitório (2016), em seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), indicam que a consolidação do SUAS ocorre por meio do compromisso entre as forças, saberes e expertises dos trabalhadores, para implementar as normativas do SUAS. Embora as autoras proponham estratégias políticas criativas, observam que a formação continua a se concentrar na compreensão das normativas do discurso oficial da Assistência Social, com poucas críticas a suas contradições e limitações. Esse desafio também se reflete na formação acadêmica, onde a defasagem da Educação Básica impacta a introdução ao conhecimento científico, como pode ser observado com os alunos que chegam ao Ensino Superior com lacunas no aprendizado. Como Deleuze (1992) destacou, as escolas têm sido substituídas pela "Educação Permanente", impulsionada por empresas.

3.6 A Crítica do Dispositivo Interventor ao Dispositivo Intromissor

No trabalho de Duarte e Areosa (2020), encontramos uma problematização do modelo de ofertas socioassistenciais associadas às ações de caridade ao longo da história e seus movimentos em direção a ações pautadas nos direitos sociais, por meio de políticas públicas. Essas diversas fases na história da Assistência Social (AS) denotam a associação das ofertas de auxílio aos pobres às concepções ideológicas presentes nas ações religiosas, higienistas, disciplinares/controle ou de repressão à população. Ao longo do tempo, os modelos socioassistenciais se modificaram, e foi possível identificar rupturas, superações e continuidades nas práticas. Um exemplo disso pode ser ilustrado pelo relato sobre o trabalho de um psicólogo atuando em um estabelecimento denominado Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Esse psicólogo, conforme apontado por Duarte e Areosa (2020), afirmou utilizar o genograma em todas as famílias que atendia, além de aplicar o teste psicológico *House Tree Person* (HTP) em crianças. Esse exemplo revela a continuidade de

práticas atreladas à avaliação psicológica, uma abordagem associada ao dispositivo intromissor.

As críticas presentes no trabalho de Duarte e Areosa (2020) refutam as práticas sociais associadas à clínica convencional, um aspecto claramente vinculado ao dispositivo intromissor. Duarte e Areosa (2020), ao citar outros autores, questionam a prática da psicoterapia na AS, atribuindo uma responsabilidade à formação curricular da graduação em Psicologia, onde ainda predomina uma ênfase na psicoterapia e em fenômenos psicológicos tradicionais, o que acaba formando os trabalhadores que irão atuar na AS.

Diante do posicionamento ético dos trabalhadores, Duarte e Areosa (2020) indicam que, embora houvesse o desejo de promover a autonomia do sujeito, a prática se contrapunha a esse desejo. Na prática, os trabalhadores se viam operando com práticas assistencialistas e normatizadas, contradizendo o discurso de promoção da autonomia. Esse paradoxo é observado em documentos oficiais tanto da AS quanto da Política Nacional de Assistência Social (PNEP/SUAS) (Brasil, 2013), e no Código de Ética da Psicologia (Brasil, 2005), que afirmam a autonomia do sujeito e a necessidade de que os trabalhadores se posicionem concepção integral do sujeito social nos estabelecimentos da AS. No entanto, os insucessos das ações, que acabam por contribuir para a manutenção e reprodução social das desigualdades, seriam originados pela alta e excessiva demanda que chega aos estabelecimentos socioassistenciais (Duarte; Areosa, 2020). Isso levanta a questão: como transcender a normatização de uma visão assistencialista, quando as condições sociais para o desenvolvimento de um trabalho transdisciplinar não são favoráveis?

Duarte e Areosa (2020) apontam que os trabalhadores julgam ser difícil abandonar a lógica de detentores do saber, pois essa lógica é frequentemente reforçada no cotidiano. O trabalho na AS parece se caracterizar pela realização de encaminhamentos e contatos com outros estabelecimentos de políticas públicas, como Saúde e Educação. Os trabalhadores realizam reuniões para tratar de casos e situações complexas do trabalho, mas muitas vezes se frustram com as dificuldades enfrentadas no trabalho em rede, não explicitadas no desenvolvimento de ações em comum, ou seja, no trabalho interdisciplinar (Duarte; Areosa, 2020).

A demanda excessiva e a sobrecarga nos estabelecimentos de AS são frequentemente justificativas para as frustrações e insucessos do trabalho intersetorial e interdisciplinar. Essa realidade dificulta a realização de trabalho coletivo e a ruptura

com a normatização da visão assistencialista. De acordo com Duarte e Areosa (2020), não será possível verificar avanços enquanto as diversas demandas do Poder Judiciário e da Gestão continuarem a chegar aos estabelecimentos de AS sem espaços adequados para reflexão e organização do trabalho. Pensamos, de fato, que os espaços de reflexão são fundamentais para a construção de ações coletivas. Contudo, será que a transformação social da excessiva demanda dependeria apenas da capacidade organizativa e reflexiva dos trabalhadores?

3.7 As práticas intercessoras, seus dispositivos e discursos

As práticas intercessoras constituem um conjunto de práticas que emergem no plano transdisciplinar, com o objetivo de, de maneira radical e dialética, superar a dicotomia entre sujeito e objeto, tanto na própria práxis quanto no modo de produção do conhecimento. Esse movimento se dá quando, após as intercessões institucionais situadas, avançamos para o momento dois do Dispositivo Intercessor (DI), em que se escrevem ensaios sobre a própria práxis.

O foco das práticas intercessoras é operar com conceitos como sujeito, subjetividade, inconsciente e desejo, concebendo o sujeito numa relação dialética entre os planos social e psíquico. Essa abordagem se fundamenta na psicanálise de Freud e Lacan (Benelli, 2014). Além disso, inserem-se nesse campo as contribuições da Filosofia da Diferença de Deleuze, Guattari e Foucault, bem como a análise lógico-histórica estrutural (crítica, política e econômica) de Marx. Os analisadores institucionais e grupais partem da Análise Institucional (AI), que articula as bases psicanalíticas freudianas e lacanianas, ampliando a compreensão da dinâmica das instituições e dos grupos.

Rodrigues e Barros (2003) discutem a heterogênese como um campo de intervenção baseado mais nas possibilidades conectivas e nas escolhas éticas e políticas do que em uma epistemologia positivista que direciona as ações. O objetivo é deslocar o trabalhador da homogeneidade restrita à ciência para a heterogeneidade situada nas múltiplas dimensões políticas, éticas, conceituais e socioculturais, onde as diferenças são vistas como potência para a transformação.

Rodrigues e Barros (2003) destacam a reflexão sobre o grupo como campo de trabalho no Brasil, caracterizando-o pela heterogênese advinda do encontro entre planos grupais e institucionalista. O movimento grupalista enfrentava o funcionalismo

adaptativo, buscando romper com a psicanálise oficial acomodada (aplicada) e sua conivência com regimes políticos autoritários, enquanto o movimento institucionalista, inspirado em Marx e Lapassade, visava separar o grupo para operar na sociedade capitalista. Com a crítica radical às concepções naturalizadas de grupo, a perspectiva grupalista institucionalizada, buscou operar com o grupo tomando-o como instituição, possibilitando assim produzir intervenções para revelar aquilo que estava oculto nos processos institucionais, introduzindo a análise como campo de trabalho nos grupos.

O grupo, na perspectiva institucionalista, deixa de ser um fenômeno isolado e se torna um dispositivo de intervenção institucional. A convergência entre os campos epistemológicos de Pichon, Lourau e Lapassade criou, no Brasil, uma vertente que Rodrigues e Barros (2003) denominaram grupalista-institucionalista.

Os trabalhadores dessa vertente não veem o campo teórico como o fim, mas como um meio para a produção coletiva, problematizando radicalmente a reprodução dos processos instituídos e apostando na (hetero)gênese sócio-histórica. A complexidade do trabalho envolve a análise contínua das demandas e a problematização das encomendas, exigindo autocrítica e autogestão, com o grupalismo funcionando como um agenciamento.

A sustentação dessa complexidade nos exige uma historicização dialética, e a Filosofia da Diferença pode ajudar a criar conexões e deslocamentos. Não se trata de superar campos epistemológicos, mas de operar com eles, criando formas de trabalho e efeitos nos sujeitos-trabalhadores e usuários.

Quando não conseguimos atuar como intercessores, podemos acabar reproduzindo práticas disciplinares, ainda que com boas intenções. Em que momentos nosso saber sobre a vida pode gerar opressão nos sujeitos com os quais trabalhamos? Os discursos colonizadores estão presentes nessas reproduções, especialmente nos momentos em que as práticas dos trabalhadores geram efeitos de opressão.

Os trabalhadores da AS têm enfrentado a redução de liberdade em seu campo de atuação devido à imposição das políticas neoliberais, e as práticas reprodutivas resultam em efeitos disciplinares. O DI, por sua vez, é uma estratégia tática para lidar com a disciplina, com a qual o trabalhador-intercessor opera em um campo transdisciplinar para enfrentar a complexidade da realidade, busca articular um conjunto de planos conceituais-teóricos, ético, político e sociocultural, do materialismo dialético, da Análise Institucional, da psicanálise de Freud-Lacan, da Filosofia da

Diferença e a Genealogia de Foucault, formando um campo transdisciplinar. Nosso interesse está nas convergências dessas diferenças, como potência para fortalecer processos instituintes e subverter a relação entre trabalhador e sujeito-usuário.

No quadro 3 apresentamos uma síntese das possibilidades das práticas intercessoras.

Quadro 3 - Possibilidades das práticas intercessoras

Modalidades do dispositivo / **Características**	Análise Institucional	Dispositivo cartográfico	Dispositivo intercessor	Práticas intercessoras inadvertidas
Práticas Intercessoras	Análise de instituições e grupos.	Pesquisa-intervenção, cartografia.	Intercessão, intercessão-pesquisa	Letramento Racial, Letramento em gênero, Supervisão Clínica Institucional, Supervisão Institucional, Psicanálise, Socianálise, Análise Institucional (AI).
Plano conceitual teórico	Psicanálise de Freud-Lacan.	Crítica radical à ciência e à subjetividade. Clínica da diferença ou conhecida também como de esquizoanálise.	Articula a Análise Institucional, Psicanálise de Freud e Lacan, o materialismo dialético de Marx. Inclui a Filosofia da Diferença (Deleuze, Guattari e Foucault).	Campo conceitual-teórico variado, mas que acaba por se posicionar no plano transdisciplinar.
Plano da subjetividade	Plano do Inconsciente da Subjetividade para produção de implicação singularizante.	Há diversas formas de subjetivação e consequentemente produção de processos de serialização e singularização.	Trabalha com a subjetividade no plano do inconsciente em que envolvem os registros da linguagem na dimensão do imaginário, simbólico e real.	Campo variado.

Plano social	Materialismo Dialético, sujeito capaz de produzir historicização.	Concebendo o sujeito no plano sócio-histórico, do devir.	Concepção do sujeito no plano da história, buscando superar as dicotomias entre saber-fazer-poder.	Concebe o sujeito social no plano da história.
Plano político	Autogestão e autoanálise, posição de analista, sujeito que fala, provoca e produz deslocamentos institucionais.	Intercessão como ato político. Problematização dos planos macropolítico e micropolítico.	Concepção do sujeito político no plano do poder.	Concebe o sujeito político no plano da participação.
Efeitos éticos e políticos	Produção do sujeito de desejo operado em produção coletiva.	Singularização subjetiva	Sujeito inconsciente e do carecimento.	Éticas variadas.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das discussões de Benelli (2023).

Identificamos algumas práticas que vêm sendo realizadas na atualidade e que se pretendem críticas, tais como o letramento racial, letramento em gênero, supervisão clínica institucional, supervisão institucional, socianálise, Análise Institucional (AI) e psicanálise. Não buscamos especificar todas elas. Consideramos que são práticas intercessoras, pois emergem a partir de um campo conceitual-teórico transdisciplinar e operam articulando os planos do sujeito social, político e da subjetividade.

Apresentaremos uma resenha a respeito de algumas dessas práticas buscando exemplificar no que diferem quanto aos demais dispositivos.

3.7.1 Análise Institucional como campo de trabalho na AS

A AI, considerada uma vertente da psicanálise que problematiza as instituições, surgiu com base no retorno a Freud, sendo também inspirada pelas problematizações propostas por Lacan e outros psicanalistas que atuavam com grupos e instituições.

No contexto da instituição a AI incorporou algumas contribuições da psicanálise freudiana, como os conceitos de transferência, contratransferência e o sujeito do

inconsciente. Esses conceitos foram problematizados e operacionalizados dentro de um campo transdisciplinar, característico da AI.

Lourau (1995) analisou o sujeito social a partir da perspectiva de que este vive em uma família, participa de um regime assalariado, de convivência (como casamento e união estável), e é regido por um conjunto de regras, modelos e valores de comportamento. Essas instituições estão associadas a noções que organizam o cotidiano do sujeito social dentro de uma trama social. Segundo o autor, é por meio dessas noções que o capital institui o salário, subtraindo rendimentos e lucros, assim como o celibato faz parte de um sistema de relações sexuais.

Lapassade (1977) sugere que as instituições podem ser compreendidas sob duas óticas. A primeira delas diz respeito aos grupos sociais oficiais, como os CRAS, CREAS, Centros de Saúde, Prefeituras, Ministérios Públicos, Conselhos Tutelares, Famílias, Conselhos de Direitos, Escolas, entre outros. A segunda ótica, que também fundamenta a compreensão das instituições, refere-se aos “sistemas de regras que determinam a vida desses grupos”.

Até o século XX, as instituições eram tratadas principalmente no campo da Sociologia. Elas eram analisadas no contexto jurídico e antropológico, como instituições primárias e secundárias. Na contemporaneidade, especialmente com Marx no século XIX, as instituições eram vistas de forma restrita, associadas aos sistemas jurídicos (Direito e Lei). Para Marx, as instituições e ideologias eram compreendidas como superestruturas, historicamente determinadas, enquanto as forças produtivas e as relações de produção configuram a infraestrutura. Foi com Durkheim, no século XX, que a Sociologia passou a ser reconhecida como a ciência das instituições (Lapassade, 1977).

Lapassade (1977) também destacou o encontro entre a Sociologia e a Psicologia, o que deu origem à psicossociologia, uma corrente derivada do estruturalismo funcionalista, e que passou a adotar a instituição como categoria de campo de intervenção.

3.7.1.1 A Análise Institucional como estratégia para um processo de trabalho de supervisão técnica de um CREAS

Souza e Romagnoli (2021) analisaram a dinâmica de gestão no CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), adotando o referencial da Análise

Institucional para examinar as contradições e impasses presentes nas práticas cotidianas da equipe de trabalhadores. A principal problemática abordada foi a separação dos técnicos por núcleos especializados, que, embora tenha sido pensada para garantir uma atuação mais focada nas demandas específicas de cada público atendido – como idosos, pessoas com deficiência, mulheres vítimas de violência etc. – acabou por gerar uma fragmentação nas práticas institucionais, dificultando a articulação e a troca de saberes entre os profissionais, limitando a integração das intervenções.

Para os autores, a divisão técnica dos trabalhadores, ao invés de promover a especialização de forma produtiva, criou um ambiente de isolamento entre os núcleos, impedindo o diálogo constante entre as diferentes áreas de atuação. Isso afetou o protagonismo e a autonomia dos técnicos, que foram desafiados a lidar com questões complexas e multifacetadas, mas sem o suporte necessário para uma análise e intervenção colaborativa. Essa situação refletiu um modelo de gestão que, embora funcional, perpetuou práticas repetitivas e desestimulantes, nas quais as relações entre os profissionais se tornaram mais fragmentadas e limitadas.

No processo de supervisão realizado com a equipe de trabalhadores do CREAS, Souza e Romagnoli (2021) dialogam com a obra de René Lourau, trazendo à tona o conceito de instituinte – a força de transformação presente dentro de qualquer instituição – e o instituído, que se refere à estrutura e práticas que se cristalizam dentro da instituição. O processo dialético entre forças instituídas e instituintes foi essencial para compreender como o modelo de gestão e as relações institucionais podem ser tanto reprodutores de uma lógica hierárquica e fragmentada, quanto um campo de resistência e transformação.

Para Souza e Romagnoli (2021), a separação em núcleos técnicos não apenas contribuiu para a falta de transversalidade e colaboração entre os profissionais, mas também dificultou a identificação das contradições e conflitos presentes nas relações de trabalho. A ausência de uma abordagem integrada no atendimento aos usuários criou um campo fértil para a reprodução de práticas de controle, em que os profissionais acabaram internalizando a lógica da especialização e da separação, em detrimento de uma ação coletiva e reflexiva.

Os impasses presentes nas políticas públicas de Assistência Social, especialmente no contexto brasileiro, acentuaram a dificuldade dos trabalhadores em implementar práticas fundamentadas nos direitos humanos e em uma abordagem

ética e política transformadora das desigualdades sociais. Isso tornou necessário resistir às pressões pela reprodução das práticas existentes e buscar novas formas de atuação que desafiam as limitações impostas pela estrutura institucional.

Por fim, Souza e Romagnoli (2021) apostaram em uma mudança paradigmática no processo de gestão das instituições de Assistência Social, com ênfase na criação de espaços mais coletivos e horizontais. Nesses espaços, as forças instituintes poderiam agir para transformar as práticas rígidas e segmentadas em modelos mais flexíveis, criativos e integrados, por meio de processos de autogestão e transversalização dos espaços, criando linhas de fuga em um ambiente marcado por linhas duras e segmentadoras das práticas sociais.

3.7.1.2 Análise Institucional e o “amigo crítico” como consultor

Carvalho e Ramôa (2012) analisaram as ambiguidades nos discursos de uma experiência de assessoria, partindo da Análise Institucional e problematizando “[...] o perito, o assessor, o consultor ou o amigo crítico” no desenvolvimento da ação de assessoria (Carvalho; Ramôa, 2012).

Segundo Ardoino (1990), o perito era um especialista em determinada área e respondia por uma encomenda, executando uma ação planejada. Já Segovia (2007) caracterizava o perito como um interventor. O consultor, por sua vez, era visto como um facilitador, que se implicava junto ao grupo envolvido na situação que se pretendia melhorar e desenvolvia uma intervenção (Ardoino, 1990). O consultor, como figura da expertise, de acordo com Carvalho e Ramôa (2012, p. 109), necessitava de “tempo e maturação”, estando “ligado ao vivido” e à “historicidade”. O “amigo crítico” possuía um diferencial no vínculo, pois se aproximava da organização, como colaborador, em uma parceria, apoiando e criticando as ações, tal como citado por Carvalho e Ramôa (2012).

Segovia (2010) caracterizava a assessoria como um Sistema de Apoio, baseado em estratégias construtivistas e colaborativas. Para o autor, a assessoria pode ser situada em dois processos. O primeiro é constituído pela oferta de serviços especializados, como supervisão, assessoria de formação e orientação. O segundo envolve a criação de estruturas pré-definidas que introduzem o conceito de territorialização, atribuindo à instituição a função de desenvolver mudanças (Carvalho; Ramôa, 2012).

3.7.2 O Dispositivo Cartográfico e outras práticas intercessoras inadvertidas: O movimento institucionalista e a potência da heterogênese na reinvenção das práticas sociais

As práticas em torno do Dispositivo Cartográfico, produzidos por Deleuze, Guattari e Foucault, foram constituídas a partir das críticas radicais do campo das práticas das expertises que integram o Dispositivo Intromissor (Benelli, 2023).

A partir da crítica radical à ciência e à subjetividade, o Dispositivo Cartográfico permite que o trabalhador se posicione com intervenções como atos políticos, a partir da clínica da diferença, conhecida também como esquizoanálise, concebendo que no plano sócio-histórico há diversas formas de subjetivação e, consequentemente, de produção de processos de serialização e singularização (Benelli, 2023).

As práticas cartográficas utilizam os conceitos de linhas de segmentaridades dura e flexível, assim como o conceito de linhas de fuga. Essas linhas se manifestam tanto na perspectiva molar, que envolve processos de reprodução e estabilização, quanto na molecular, em que as linhas funcionam como rizomas. Na perspectiva molecular, as linhas se conectam por qualquer ponto, partindo da concepção de localidade ou território, e promovem um movimento de fluxos e transformações contínuas. As linhas de fuga, nesse contexto, têm o papel de romper com as estruturas rígidas, possibilitando novas formas de organização e conexão. Cada ponto de conexão é heterogêneo, o que possibilitaria novos encontros, fluidez, agenciamentos e uma diversidade de arranjos, e a produção de movimentos que podem promover processos e devir de desterritorialização e reterritorialização, com vistas aos processos inventivos de si (Benelli, 2023).

As práticas cartográficas partem da problematização dos planos macropolítico e micropolítico. No plano macropolítico haveria processos abstratos de sobrecodificação que acabam por produzir identidades, individualidade, bem como a relação sujeito-objeto. Já no plano micropolítico encontram-se os processos abstratos de produção de mutação ou guerra. O Dispositivo Cartográfico propõe formas para que o sujeito não seja capturado pela sobrecodificação totalizadora, buscando meios para que ele produza movimento e processos de devir (Benelli, 2023).

3.7.2.1 Governamentalidade e a racionalidade neoliberal na AS

Em sua tese de doutorado, Lockmann (2013) problematizou as estratégias de governamentalidade aplicadas à população dentro do neoliberalismo, com especial ênfase nas políticas sociais que lidam com as demandas das camadas mais pobres. Essas políticas buscam não apenas amparar, mas também inserir os pobres na rede de produção e consumo. Contudo, nem todos terão sucesso nessa inclusão, o que gera uma demanda constante pela criação de programas sociais. Em outras palavras, a perspectiva neoliberal busca garantir que ninguém seja excluído, mas sim mantido no "jogo" capitalista (Foucault, 2008), como coloca Lockmann (2013).

Lockmann (2013) define o "manter todos no jogo" como um princípio mobilizador das políticas sociais contemporâneas, que são produzidas sob uma "racionalidade neoliberal" (Lockmann, 2013, p. 33). Essa racionalidade visa governar e controlar os diferentes grupos sociais.

Portanto, é fundamental questionar e problematizar as políticas sociais que têm como único objetivo amparar os pobres, sem promover mudanças estruturais. Para a formação de um trabalhador crítico, é essencial que se reflita sobre essas políticas, buscando não apenas a assistência, mas também o fortalecimento da autonomia dos sujeitos e a transformação das condições sociais e políticas que geram a pobreza e a exclusão. Sob a lógica neoliberal, as políticas sociais têm como princípio a inclusão de todos no jogo de consumo e produção, formando outro tipo de sujeito: um sujeito que consome e produz, mas que é também controlado e disciplinado (Lockmann, 2013).

3.7.2.2 A filosofia da diferença e a instrumentalidade do trabalho na Assistência Social

No trabalho de Paulon e Romagnoli (2018), observamos um esforço em problematizar a instrumentalidade na Assistência Social (AS), por meio de um trabalho que buscou implicar e articular um campo de forças e saberes coletivos, orientados pelos planos político-ético-estético, como proposto por Guattari. O objetivo foi romper com a perspectiva individualista, harmoniosa e adaptativa que geralmente predomina.

Para Paulon e Romagnoli (2018), a instrumentalidade e as tecnologias do Trabalho Social podem ser vistas como dispositivos de resistência contra as forças

que violentam os sujeitos atendidos pela AS. Os autores, imbuídos de uma perspectiva crítica, afirmam que os trabalhadores, muitas vezes, possuem uma visão generalista e distante das situações de vulnerabilidade vividas pelos sujeitos, fundada na ideia de que estes não seriam capazes de gerenciar suas próprias vidas e, por isso, precisam ser tutelados (Paulon; Romagnoli, 2018).

A força e a fraqueza presentes nos sujeitos sociais que vivem situações de vulnerabilidade não são dicotômicos, mas sim condições essenciais dos encontros. Esses encontros podem, de acordo com Espinosa, nos tornar fortes ou fracos (Paulon; Romagnoli, 2018). Será nos encontros entre desiguais que podemos gerar potência. A vontade de poder, não apenas dos sujeitos atendidos, mas também dos trabalhadores que os assistem, pode possibilitar a atualização das relações que sustentam as práticas nas políticas públicas (Paulon; Romagnoli, 2018). Além de dialogar com Espinosa, os autores também recorrem à Teoria da Vontade de Poder de Nietzsche, buscando radicalizar o conhecimento como afeto e transversalizar os espaços hierarquizados.

3.7.3 O Dispositivo Intercessor

A partir da crítica às práticas sociais localizadas nos Dispositivos Intromissor e Interventor, o DI foi forjado buscando superar as dicotomias entre os planos social, político e da realidade psíquica, a partir de posicionamentos éticos e políticos do trabalhador e do fomento de práticas intercessoras que podem contribuir para a superação dialética da divisão sociotécnica do trabalho típica do Modo Capitalista de Produção (MCP), possibilitando uma articulação entre saber-fazer-poder na práxis.

De acordo com Benelli (2023), o conceito de intercessão foi oriundo das produções críticas de Deleuze, que significa intervir/interceptar nas perspectivas de deriva, devir e desvio, produzindo na relação entre sujeito-sujeito, interferências a partir da concepção da intercessão como um termo, um sujeito ou uma coisa, possibilitando a criação/intervenção pelo trabalhador dos seus próprios intercessores.

O DI se diferencia dialética e radicalmente dos Dispositivos Intromissor e Interventor, pois “[...] não se trata, portanto, de se intrometer, de intervir, mas de interceder” (Benelli, 2022, p.157). Como modo de trabalho, as práticas em torno do DI propõem a produção de saber a partir da práxis do próprio trabalhador, com o intuito da superação, por meio da subversão das dicotomias entre doença-cura, normal-

anormal, sujeito-objeto, dentre outras, concebendo a relação sujeito-sujeito por meio da diferenciação no plano epistemológico, técnico, político e ético (Benelli, 2022).

Para operarmos de modo intercessor, com vistas ao processo de singularização das práticas, o DI foi forjado a partir da criação do paradigma Psicossocial (PPS) para que os trabalhadores possam se orientar e diferenciar radicalmente as práticas típicas dos Dispositivos Intromissor e Interventor, situados na ética do sujeito inconsciente e do carecimento. Da perspectiva do DI, a relação sujeito-objeto é subvertida a partir da concepção de sujeito social, no plano da história, sujeito político, no plano da cidadania e sujeito do inconsciente, no plano da realidade psíquica (Benelli, 2023).

3.7.4 O DI como estratégia para forjar a práxis nos processos formativos dos trabalhadores da AS

A partir do Dispositivo Intercessor (DI), que nos oferece um campo de trabalho crítico para a análise, Costa-Rosa (2011b) propôs a ética do sujeito. Essa ética se baseia no sujeito do desejo inconsciente, conforme concebido na Psicanálise de Freud e Lacan. O objetivo é problematizar o inconsciente e o campo da linguagem a partir dos registros do imaginário, simbólico e real, orientando o sujeito a se posicionar diante de seus conflitos e contradições, e, assim, compreender seu próprio desejo. Para além do inconsciente, a ética do sujeito integra também um plano subjetivo e sociocultural.

As intercessões operadas a partir do DI podem contribuir para fomentar os processos de superação dialética da divisão sociotécnica do trabalho, enfrentando as dicotomias entre saber, fazer e poder (Benelli, 2014). Por meio do DI, os trabalhadores podem utilizar práticas intercessoras, baseadas numa articulação complexa da Análise Institucional (AI) de Lourau e Lapassade, do materialismo dialético de Marx, da psicanálise de Freud e Lacan, e da filosofia da diferença de Deleuze, Guattari e Foucault.

Da perspectiva das práticas intercessoras, a complexidade do DI vem do próprio trabalho coletivo, além do fato de que as questões relativas à pobreza e cidadania estão permeadas por uma variedade de fatores que determinam os processos de exclusão, exploração e marginalização impostos pelo capitalismo globalizado. Esse contexto exige dos trabalhadores novas formas de processos

formativos, que possibilitem práticas singularizadas, capazes de confrontar os dispositivos de produção de subjetividade serializada, fortalecendo as forças hegemônicas do capitalismo.

De forma geral, todas as práticas intercessoras se diferenciam dialeticamente e radicalmente das figuras da expertise presentes nos dispositivos intromissor e interventor, refutando as práticas disciplinares que contribuem para a reprodução social e o fortalecimento dos processos de serialização.

Embora não tenhamos encontrado estudos específicos sobre a ética do sujeito e as práticas intercessoras no processo de formação dos trabalhadores da AS, há uma produção significativa de teses, dissertações, artigos e ensaios de colegas que operam na práxis como trabalhadores-intercessores-pesquisadores, a partir do Laboratório Transdisciplinar de Intercessão-Pesquisa em Processos de Subjetivação e Subjetividadessaúde (LATIPPSS)[45]). Entre os principais autores e pesquisas associadas a esse campo estão: Benelli (2014), Costa-Rosa (2019), Costa-Rosa e Garcia (2018), Andrade (2013), Fiochi (2015), Galiego (2013), Garcia (2013), Goto (2018), Martini (2010), Mexko (2017), miranda (2011), Paes (2014), Pereira (2011), Périco (2014), Santos (2011), Shimoguiri (2015), Souza (2015), Stringheta (2007).

O trabalho de formação desenvolvido com trabalhadores da AS, por meio do DI como estratégia, é operador pelo trabalhador-intercessor na tentativa de criar conexões entre diferentes campos conceituais-teóricos, ético, político e sociocultural da Psicanálise de Freud-Lacan, da Análise Institucional (AI) de Lourau e Lapassade, do Materialismo Histórico (MH) de Marx, da Filosofia da Diferença de Deleuze e Guattari, e das Sociedades Disciplinares, de Segurança e do plano das relações de poder de Foucault. Esse campo transdisciplinar é necessário para sustentar a práxis frente à complexidade da realidade dos sujeitos-trabalhadores e sujeitos-usuários dos estabelecimentos socioassistenciais (Benelli, 2023).

---

[45] O Grupo de Pesquisa denominado Laboratório Transdisciplinar de Intercessão-Pesquisa em Processos de Subjetivação e Subjetividadessaúde (LATIPPSS) liderado pelo Prof. Dr. Silvio José Benelli, por meio do projeto de pesquisa temático "O Dispositivo Intercessor e a intercessão-pesquisa: transformar para conhecer" vem buscando operar com o DI na perspectiva da crítica ao saber disciplinar, vertical, hierarquizado e hegemônico que predomina nas instituições acadêmicas, com algumas exceções. Dentre as publicações sobre as intercessões-pesquisas já realizadas pelo grupo destacam-se as produções de Benelli e Costa-Rosa (2011a, 2011b, 2013) e de Benelli (2014, 2016, 2019, 2022, 2023) e algumas teses e dissertações produzidas sob sua orientação, já defendidas (Penariol, 2017; Souza, 2019; Proença, 2020; Shimoguiri, 2020; Tonon, 2021; Mexko, 2021; Janegitz, 2022; Monghine, 2024; Vieira, 2024).

O trabalhador-intercessor, que opera com o DI como estratégia para se posicionar criticamente no campo de trabalho e análise, exercendo tentativas de sustentação de uma complexidade analítica para produzir a práxis. Embora haja uma insistência do trabalhador-intercessor, por conta de sua implicação singularizante, entendemos que não é possível manter uma posição intercessora o tempo todo junto aos trabalhadores nos processos formativos. Nosso campo de articulação precisa operar com múltiplos campos, e não com um único campo, o que será possível quando houver condições favoráveis para o trabalho, que pode ser denominado de brechas institucionais.

O esforço do trabalhador pela posição intercessora nos processos formativos na AS, tentando ocupar as brechas institucionais, exige que ele se localize em campos de trabalho nos quais conceitos teóricos, éticos, políticos e socioculturais os ajude a adotar uma postura crítica e estratégias analíticas que possibilitem rupturas com práticas disciplinares. O objetivo é produzir efeitos que fortaleçam as lutas sociais e conectem os sujeitos a forças instituintes.

O Materialismo Histórico (MH) de Marx ajuda o trabalhador-intercessor a se situar nossa posição de classe social, realizando uma análise lógico histórica estrutural (crítica, política e econômica) da formação social capitalista, que desvela uma luta dos sujeitos pela própria existência no capitalismo. Os determinantes sociais da formação capitalista impuseram condições de trabalho ao proletariado, intensificando a exploração da mais-valia por meio da divisão técnica do trabalho, controle do tempo, produção e implantação de programas de qualidade e a imposição de metas e carreiras passando a exigir cumprimento de metas como modo de remuneração ou mesmo permanência no trabalho. Esses processos implantados no campo do trabalho passam a produzir no sujeito-trabalhador diversos adoecimentos no campo do trabalho, próprios do capitalismo neoliberal, incluindo a utilização do assédio moral como estratégia de gestão de equipe, para expropriar do trabalhador a mais valia, fazendo-o produzir o máximo possível no menor tempo ou descartando, quando possível, aqueles que não se alinham ao modo de trabalho (Antunes; Praun, 2015).

Como destacam Antunes e Praun (2015, p. 420):

> [...] as práticas dessa natureza são ferramentas de gestão voltadas para garantir, por meio da pressão institucionalizada, tanto o aumento constante da produtividade como o isolamento e a exclusão daqueles que se constituem como ‘barreiras’ para sua plena realização.

O MH também permite que ao trabalhador-intercessor operar com os efeitos das ações macropolíticas e dos processos instituídos pela formação social capitalista, possibilitando agir, como sujeitos, na produção de subjetividades singulares, problematizando os determinantes sociais e seus efeitos, e a nos reposicionar frente às contradições ou lacunas institucionais, gerando deslocamentos e novas formas de responder às demandas sociais.

A Filosofia da Diferença de Deleuze e Guattari propõe que a realidade é subjetivada por “linhas de subjetivação” que, embora em sua maioria rígidas, podem ser quebradas por linhas flexíveis e de fuga. Dessa maneira, podemos criar rizomas, multiplicando as possibilidades de ação.

O campo transdisciplinar mobilizado pelo trabalhador para a prática intercessora envolve conceitos de sujeito, processos de subjetivação, inconsciente e desejo, orientando-nos pela psicanálise de Freud e Lacan (Benelli, 2014), articulando os conceitos psicanalíticos com os processos de subjetivação.

A psicanálise de Freud-Lacan enfoca o Édipo familista como fundador da subjetividade, enquanto Deleuze e Guattari tratam o desejo como positividade, não como falta. Acreditamos que esses campos convergentes permitem que os processos de trabalho sejam tanto reprodutores quanto criativos, rompendo com a lógica estruturalista.

Quando conseguimos atuar como trabalhadores-intercessores, buscamos operar no campo simbólico, elucidando significantes não ditos e deslocando-nos da posição de mestre, fortalecendo condições institucionais para a criação do "objeto a" como uma forma de criação. No entanto, se não há condições de trabalho para operar com o desejo e a potência, o desejo dos sujeitos poderia se configurar como falta?

Acreditamos que as diferenças epistemológicas entre os campos conceituais, teóricos, éticos, políticos e socioculturais podem contribuir para a implicação singularizante do sujeito nas lutas sociais, potencializando o desejo e os ideais na produção coletiva de ações, em vez de reforçar o Modo de Produção Capitalista (MCP) presente no Trabalho Social.

O DI é uma abordagem que articula diversas perspectivas filosóficas e visões de subjetividade, permitindo-nos operar como trabalhadores-intercessores, acreditando na potência da heterogênese. Esta possibilidade permite a associação de diferentes correntes, muitas vezes opostas, e é essa heterogênese que possibilita a

criação de estratégias originais, capazes de desnaturalizar práticas assistenciais e psicologizantes.

4. O empresariamento da Educação Permanente como analisador institucional do risco da reprodução do MCP na Assistência Social

> Os processos de formação podem ser uma prática intercessora de trabalho ou se configurar em um mercado de expertises. (Diário de intercessão, 2021)

Os nossos incômodos e inquietações gerados pelas nossas experiências com processos formativos nos levou a querer problematizar esse campo complexo que se constituiu a Educação Permanente na AS, operando por trabalhadores contratados por empresas.

O desejo por analisar a nossa própria práxis buscando nos localizarmos operando com práticas críticas nos conectou com o DI como estratégia de trabalho e análise, oportunizado pelo nosso ingresso ao curso de doutorado.

O DI nos ofereceu, como estratégia analítica, um ponto de partida para compreender os tipos de dispositivos de trabalho que caracterizavam as dinâmicas de Educação Permanente na AS, particularmente em relação ao crescente ingresso de empresas especializadas em programas de capacitação. Ao explorar as práticas intercessoras nesse contexto, o estudo de Benelli (2023) sobre a psicologia clínica contribuiu como uma analogia reveladora para entender os diversos processos formativos propostos pelas empresas que se inserem no setor público da AS. No entanto, surge uma questão crucial: estariam esses programas comprometidos com a transformação das desigualdades sociais ou são apenas instrumentos para expandir a lógica mercadológica no serviço público, transformando o Trabalho Social em um produto a ser negociado?

A presença de empresas do mercado de expertises tem sido crescente na AS. Estas empresas frequentemente oferecem consultorias e programas de treinamento que, sob a ótica da melhoria das práticas profissionais, falham em questionar as relações e formas de poder e as desigualdades sociais subjacentes às políticas públicas. Se, por um lado, essas empresas se inserem no debate sobre a melhoria da gestão do SUAS, por outro, operam dentro de uma lógica empresarial que está em confronto com os princípios fundantes do SUAS, como a justiça social e a

democratização do acesso aos estabelecimentos públicos e suas ações de proteção e participação social.

No contexto da PNEP/SUAS (Brasil, 2013), que orienta a Educação Permanente para a AS, deveria haver uma ênfase na formação crítica, reflexiva e emancipatória dos trabalhadores. A Política Pública definiu a Educação Permanente como um espaço para promover a valorização do saber-prático e do conhecimento empírico, além da formação teórica, tendo como meta a transformação social e a superação das desigualdades. No entanto, muitas vezes, a educação oferecida pelas empresas de expertises adota uma abordagem técnica e gerencial, centrada em resultados eficientes e medíveis, que, ao fim, desvia da missão central da assistência social – a promoção da cidadania e a transformação das condições de vida das camadas populares.

Esse movimento em direção ao empresariamento da Educação Permanente na AS acirrou contradições no campo das práticas dos trabalhadores sociais, evidenciando um paradoxo estrutural. Por um lado, as políticas públicas voltadas para a assistência social, como o SUAS, foram concebidas para promover a democratização dos serviços e garantir a cidadania plena aos indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Por outro, as práticas de gestão que têm se consolidado ao longo do tempo, especialmente com o ingresso de empresas de expertises, estão subordinadas a uma lógica técnica e empresarial, que muitas vezes serve apenas para ampliar a competição no mercado público e não para efetivar transformações estruturais.

O Auxílio Brasil é um exemplo nítido dessa captura de poder pela lógica do assistencialismo. Embora o programa tenha sido apresentado como uma iniciativa de combate à pobreza, ele se configurou, na prática, como um instrumento de controle e dependência, sem promover mudanças substantivas nas condições de vida dos beneficiários. Ao invés de atuar na transformação das condições estruturais da população em situação de vulnerabilidade social, o programa reafirma a lógica de dependência assistencial, subvertendo os princípios da assistência social democrática e alimentando um ciclo de subordinação em vez de emancipação.

Por sua vez, o SUAS, ao se apresentar como uma Política Pública democrática e participativa, inclui a proposta de criar uma rede pública descentralizada que efetivamente democratize o acesso a direitos fundamentais. No entanto, a fragilidade orçamentária e a incapacidade de garantir financiamento adequado para a rede

pública têm forçado a dependência das organizações da sociedade civil (OSCs) para a execução de Políticas Sociais essenciais. Nesse contexto, o SUAS se vê refém de um modelo híbrido que mantém as OSCs como prestadoras de serviços, reproduzindo a lógica assistencialista histórica do país.

O Marco Regulatório do Terceiro Setor (MROSC), estabelecido pela Lei Federal nº 13.019 (Brasil, 2014), ao normatizar as relações entre o poder público e as OSCs, consolidou uma parceria institucional que, longe de resolver as disparidades no financiamento da AS, aprofundou as contradições entre os modelos de gestão pública democrática e os interesses mercadológicos. De fato, o MROSC tem alimentado o crescimento de um mercado que compete diretamente com o SUAS, ao inserir o modelo neoliberal de gestão no setor público. Esse movimento de corporativismo nas políticas de AS demonstra a fragilidade do SUAS enquanto um modelo de transformação estrutural, refletindo as limitações orçamentárias e as dificuldades de consolidar uma rede pública efetiva e integrada.

A crescente presença de empresas especializadas em gestão técnica no campo da AS, muitas vezes, redefine o conceito de eficiência em detrimento da reflexão crítica sobre a Questão Social. Ao priorizar a eficiência técnica e os resultados mensuráveis, as práticas de gestão com base no mercado de expertises não só desvirtuam o papel do SUAS enquanto um campo democrático e transformador, como também fragilizam os princípios fundantes da assistência social. A captura do poder pastoral, ao adotar uma lógica de gestão empresarial, ameaça converter a potência transformadora da AS em uma estratificação técnica, limitando suas ações a uma gestão burocrática e fragmentada.

A reflexão crítica dos trabalhadores, nesse contexto, se torna uma linha de fuga necessária para resistir a esse modelo de captura e reafirmar os princípios democráticos da AS. Para isso, é fundamental a defesa da rede pública estatal, bem como a criação de mecanismos eficazes de financiamento, que não sejam subordinados às lógicas de mercado, mas que priorizem a promoção dos direitos humanos e a efetiva transformação das desigualdades sociais. Somente através de uma resistência coordenada e reflexiva, operando com o desejo dos sujeitos, os trabalhadores poderão garantir que o SUAS não seja apenas mais um mecanismo de controle social, mas sim uma ferramenta de emancipação e transformação social.

Considerações Finais

A partir da análise crítica do campo de trabalho da AS e da identificação de um leque diversificado de ofertas de processos formativos para os trabalhadores desse campo, construímos este ensaio com o intuito de problematizar que tipo de trabalhador está sendo formado e quais os possíveis efeitos éticos e políticos de suas práticas, tanto para os sujeitos atendidos quanto para os próprios trabalhadores. Esta reflexão se orienta pela premissa de que a formação do trabalhador na AS não é neutra, mas está imersa em um contexto de poder, teórico e institucional, que molda e condiciona as ações no cotidiano do Trabalho Social.

De acordo com a nossa análise paradigmática, três dispositivos predominam nos processos formativos dos trabalhadores da AS: o **Dispositivo Intromissor**, o **Dispositivo Interventor** e o **Dispositivo Intercessor.** Buscamos diferenciá-los à medida que compreendemos a complexidade que exige o trabalho nos estabelecimentos socioassistenciais. Essa diferenciação não se dá apenas pelas estratégias e práticas operadas, mas também pelos planos conceituais e teóricos subjacentes a cada dispositivo. Esses planos envolvem a concepção do sujeito social, político e da subjetividade, que variam consideravelmente, produzindo efeitos diversos nas práticas dos trabalhadores e na transformação da realidade dos sujeitos atendidos.

A presença das figuras da expertise nos processos de formação dos trabalhadores da AS, seja no âmbito do Dispositivo Intromissor ou do Dispositivo Interventor, é notável. Embora existam distinções significativas entre esses dispositivos, o que encontramos de comum entre eles é a tendência de fortalecer as forças hegemônicas do capitalismo. Essas figuras de expertise, muitas vezes, operam sob a lógica da gestão empresarial e da eficiência, em um movimento que desvia a atenção das necessidades reais dos sujeitos atendidos e da missão transformadora da AS. O perigo está em sua capacidade de reproduzir uma lógica técnica e despolitizada, em que os trabalhadores se tornam agentes de uma resposta "pronta" a problemas complexos, desconsiderando as nuances da subjetividade e da transformação social, contribuindo para a permanência dos sujeitos na posição subalterna.

Diante disso, surge a pergunta: seria possível um outro modo de operar nos processos de formação dos trabalhadores da AS? Acreditamos que sim. Acreditamos

que, ao nos posicionarmos como trabalhadores psicossociais, operando com práticas intercessoras, podemos criar espaços de intervenção mais críticos, dialéticos e radicalmente diferentes. Essas práticas buscam integrar as dimensões sociais, políticas e subjetivas do sujeito, envolvendo o inconsciente e os processos pulsionais, e se distanciam da lógica fragmentada e instrumentalizada que predomina nos dispositivos mencionados.

Encontramos, assim, um conjunto de estratégias que nomeamos como práticas intercessoras, as quais visam se distanciar das abordagens lineares e técnicas das expertises, buscando uma produção de saberes que emane da práxis. As práticas intercessoras operam com os planos do social, do político e da subjetividade, procurando confrontar os processos de serialização da subjetividade e os modos disciplinares típicos do MCP. Essas práticas têm o potencial de desafiar os mecanismos de conformação da subjetividade, presentes nas intervenções usualmente oferecidas no mercado de expertises, que muitas vezes se baseiam em tecnologias de "salvamento" e respostas rápidas, sem considerar as complexidades e contradições presentes nas condições de vida dos sujeitos atendidos.

O objetivo desta reflexão não é apresentar soluções definitivas, mas sim fomentar a criação de condições analíticas para fundamentar ações intercessoras. Buscamos, ao final, oferecer pistas sobre como podemos desenvolver tais práticas, considerando os efeitos éticos, subjetivos, sociais e políticos envolvidos, e como elas podem contribuir para o enfrentamento das desigualdades sociais, sempre com a orientação de transformar a realidade. A prática intercessora, ao ser posicionada como uma estratégia que transcende as respostas prontas e simplistas, pode se configurar como uma alternativa mais potente para a construção de uma Política Social que não se submeta às lógicas de mercado, mas que, ao contrário, seja capaz de dialogar com as necessidades reais da população e dos trabalhadores da AS.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, S. L. E. O. **Supervisão em coaching: o desenvolvimento profissional de especialistas de coaching.** 2013. Tese de Doutorado em Psicologia do Trabalho e das Organizações – Universidade de Évora, Évora, 2013.

ANDRADE, M. C. **Encontro da Loucura com o Trabalho na Economia Solidária**: a produção da práxis de pré-incubagem através do Dispositivo Intercessor na Saúde

Mental. 2013. 298 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Assis, SP, Brasil, 2013.

ANTUNES, R.; PRAUN, L. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 123, p. 407-427, jul./set. 2015. http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.030.

ARDOINO, J. Les postures (ou impostures) respectives du chercheur, de l'expert et du consultant, **Atas do Colóquio Les Nouvelles Formes de la Recherche en Education au regard d'une Europe en devenir** (pp. 22-30), 1990.

BAREMBLITT, G. F. **Compêndio de análise institucional e outras correntes:** teoria e prática. 5ª ed. Belo Horizonte: Instituto Felix Guattari, 2002.

BENELLI, S. J. As éticas nas práticas de atenção psicológica na assistência social. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 31, n. 2, p. 269-287, 2014.

BENELLI, S. J. Risco e vulnerabilidade como analisadores nas políticas públicas sociais. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 33, n.4, p. 735-745, 2016.

BENELLI, S. J. Problematizando a instituição pesquisa na universidade e nas práticas psicológicas. **Revista de psicologia da Unesp**, v. 18, n. especial, p. 88-120, 2019.

BENELLI, S. J. O campo socioassistencial e as figuras diversas do trabalhador social. In: BENELLI, S. J. **Psicologia e Assistência Social:** interfaces políticas, clínicas e éticas. Curitiba: CRV, 2020. p. 139-169.

BENELLI, S. J. **Problematizações das figuras da psicologia clínica:** olhar, cuidar, escutar. São Paulo: Unesp Digital, 2023.

BENELLI, S. J; COSTA-ROSA, A. Para uma crítica da razão socioeducativa em entidades assistenciais. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 28, n. 4, p. 539-563, 2011.

BENELLI, S. J.; COSTA-ROSA, A. Paradigmas diversos no campo da Assistência Social e seus estabelecimentos assistenciais típicos. **Psicologia USP**, v. 23, n. 4, p. 609-660, 2012.

BENELLI, S. J.; COSTA-ROSA, A. Dispositivos institucionais filantrópicos e socioeducativos de atenção à infância na assistência social. **Estudos de Psicologia (**Campinas), v. 30. n.2, p. 283-301, 2013.

BOND, W. J. **Vôo solo:** criando e conduzindo uma empresa de consultoria. Nobel, São Paulo. 240p, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.

BRASIL. Lei **nº 8.742**. Dispõe sobre *a* organização da *assistência social* e dá outras providências. Brasília, 1993.

BRASIL. **Resolução nº 07**. Gestão integrada dos serviços, benefícios socioassistenciais e transferências de renda. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), 2009a.

BRASIL. **Resolução nº 145**. Política Nacional de Assistência Social. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), 2004.

BRASIL. **Resolução nº 130**. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), 2005.

BRASIL. **Resolução nº 269**. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), 2006.

BRASIL. **Resolução nº 109**. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), 2009b.

BRASIL. **Resolução nº 08**. Programa Nacional de Capacitação do SUAS – CapacitaSUAS. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), 2012.

BRASIL. **Resolução nº 04**. Política Nacional de Educação Permanente do SUAS. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), 2013.

BRASIL. **Resolução n° 109**. Ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de ocupações profissionais de ensino médio e fundamental do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), 2014.

CAMARA, M. S. S. B. **Habilidades Socioemocionais como ferramenta para o trabalho social:** avaliação de uma metodologia de capacitação para profissionais do Sistema único de Assistência Social. 2020. 122 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) –Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

CARMONA, R. G.; SANTOS, D. R. A supervisão Técnica em Serviços do SUAS: uma competência profissional em construção no Serviço Social. **Revista Humanidades em Perspectivas**. Vol.2, n.1, jul/dez, 2019.

CARVALHO, A.; RAMÔA, M. Ambiguidades nos discursos e nas práticas de assessoria. Um olhar sobre dois anos de consultoria em agrupamentos TEIP. **Revista Portuguesa de Investigação Educacional**, vol. 11, 2012, pp. 103-123**.**

COSTA-ROSA, A. **Redes de contratualidade social em sujeitos do sofrimento psíquico grave**: integrando a estratégia saúde da família e estratégia atenção psicossocial no território. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2008. (Trabalho não publicado).

COSTA-ROSA, A. **Operadores fundamentais da atenção psicossocial:** contribuição a uma clínica crítica dos processos de subjetivação na saúde coletiva.

Tese de livre docência. Assis: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, Faculdade de Ciências e Letras, 2011a.

COSTA-ROSA, A. Ética e clínica na atenção psicossocial: contribuições da psicanálise de Freud e Lacan. **Saúde e Sociedade**, 20(3), 743-757, 2011b.

COSTA-ROSA, A. Por que a Atenção Psicossocial exige uma clínica fundada na psicanálise do campo Freud-Lacan? **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 18, n° especial, p. 37-54, 2019.

COSTA-ROSA, A.; GARCIA, A. S. O Dispositivo Intercessor: contribuições da filosofia da diferença. In: TOLEDO, R. F.; ROSA, T. E. C.; KEINERT, T. M.;
CORTIZO, C. T. (Orgs.). **Pesquisa participativa em saúde:** vertentes e veredas. Instituto de Saúde, São Paulo, 2018. p. 167-186.

CUNHA, E. V.; SOUSA, W. J. Administração e indígenas no Brasil: conhecimento e interesse na pesquisa stricto sensu. **Cad. EBAPE.BR**, v. 20, nº 1, Rio de Janeiro, jan./fev. 2022

DELEUZE, G. A sociedade de controle. In DELEUZE, G. **Conversações** São Paulo: Ed. 34, 1992. p. 219-226.

DELEUZE, G.; GUATARRI F. **Mil Platôs**: Capitalismo e Esquizofrenia 1º. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.

DONZELOT, J. **A Polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, v. n. 9, 1980.

DUARTE, N. A. S.; AREOSA, S. V. C. A práxis do psicólogo no contexto da assistência social. Revista Psicologia, **Diversidade e Saúde**, v. 9, n. 2, p. 150-161, 2020.

FERREIRA, S. S. **Educação Permanente no Sistema Único de Assistência Social**: gestão democrática para uma ética pública. 2015. 186 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

FIOCHI, P. I. C. **Entre laços e nós**: (im)possibilidades de um psicanalista nos espaços de Educação Permanente em Saúde. 2015. 168 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - (Doutorado em Psicologia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, SP, Brasil, 2015.

FOUCAULT, M. **O poder psiquiátrico (1973-1974)**. SP-SP, Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir:** história da violência nas prisões. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Ed. 14, 2022.

FREITAS, R. M. C. **A Política Nacional de Educação Permanente para Trabalhadores do SUAS:** limites, possibilidades e perspectivas. 2017. 88 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) — Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

GALIEGO, A. H. B. **O dispositivo intercessor como modo de produção do conhecimento:** construção do saber na práxis de um Centro de Atenção Psicossocial de álcool e outras drogas. 2013. 78 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2013.

GARCIA, A. S. **Atenção Primária e Atenção Psicossocial**: Dispositivo Intercessor como operador da produção de conhecimento da Saúde Coletiva. 2013. 133 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP)- Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Assis, SP, Brasil, 2013.

GOTO, K. S. **Reforma Psiquiátrica no Brasil contemporâneo**. 2018. 198 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2018.

GROCCO, L.; GUTTMANN, E. **Consultoria empresarial**. São Paulo: Saraiva, 2005.

GUERRA, Y.A.D.; BRAGA, M.E. Supervisão em Serviço Social. In: CFESS. ABEPSS. (Org.). **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS. ABEPSS, 2009.

JANEGITZ, H. H. S. **Uma psicóloga trabalhando na assistência social:** problematizações da práxis num Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). 217 f. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2022.

JOSSO, M. C. As figuras de ligação nos relatos de formação: ligações formadoras, deformadoras e transformadoras. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.32, n.2, p. 373-383, maio/ago. 2006.

JÚNIOR, D. M. A. De Amadores a Desapaixonados: eruditos e intelectuais como distintas figuras de sujeito do conhecimento no Ocidente contemporâneo. **Revista de História**, Uf'C. Fortaleza, v. 3, n. 6, p. 43-66, 2005.

JUNIOR, G. B. S.; SANTOS, J. A. G. A Consultoria Organizacional e o Empreendedorismo: uma breve análise teórica da atividade de consultoria e do processo empreendedor. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**. Vitória da Conquista-BA. V.11, n. 17, p. 103-126, 2014.

KOTLER, P.; LEE, N. R. **Marketing Social**: Influenciando comportamentos para o bem. Artmed Editora S. A. 3. ed. Porto Alegre: RS, 2011.

KUZMA, E. L; QUEIROZ SILVA, A. VELOZO, A. C. A implementação do Marketing no Terceiro Setor: O caso de uma ONG Assistencialista de Animais. **Revista Conexão**, UEPG, v. 11, n. 2, p. 232-247, 2015.

LAPASSADE, G. **Grupos, organizações e instituições**. Francisco Alves, 1977.

LOCKMANN, K. A. **A proliferação das políticas de Assistência Social na Educação escolarizada**: estratégias da governamentalidade neoliberal. 317 f. Tese

de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Estudos Culturais em Educação. Porto Alegre, 2013.

LOURAU, R. **A análise institucional**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MANGINI, F. N. R.; MIOTO, R. C. T. A interdisciplinaridade na sua interface com o mundo do trabalho**. Rev. Katál**. Florianópolis v. 12, n. 2, p. 207-215, jul./dez, 2009.

MARTINI, R. B. **O dispositivo intercessor como meio de superação dialética da medicalização da saúde mental**. 2010. 95 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2010.

MATOS, M. C. Assessoria, consultoria, auditoria, supervisão técnica. In: CFESS/ABEPSS (Orgs.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: Abepss, 2009.

MELO, A. I. S. C. de; ALMEIDA, G. E. S. de. Interdisciplinaridade: possibilidades e desafios para o trabalho profissional. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**: o trabalho do assistente social e as políticas sociais, Brasília: UNB/CEAD, 2000. (v. 4)

MELO, L. H.; MATOS, F. R. N.; MACHADO, D. Q.; MELO, L. H. de. O coaching e o processo de desenvolvimento de competências e habilidades na aprendizagem gerencial. **Caderno de Administração**, Revista do Departamento de Administração da FEA (CAD), v. 9, n. 1, p. 25-48, jan.-dez. 2015.

MEXKO, S. **Psicologia e assistência social:** contribuições da psicanálise de Freud e Lacan e do materialismo histórico. 2017. 128 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2017.

MEXKO, S. **Uma psicóloga psicossocial no CAPS**: Contribuições da Psicanálise do campo de Freud e Lacan e do Materialismo Histórico. 2021. 225p. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Assis, 2021. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/213964 Acesso em 10 out. 2024.

MIRANDA, C. M. **Saúde Mental infanto-juvenil**: uma reflexão sobre políticas públicas a partir do dispositivo intercessor como meio de produção de conhecimento na práxis. 2011. 95 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2011.

MONGHINE, I. D. **Proteção ou punição?** Ensaios sobre a práxis de uma trabalhadora social desenvolvida num conselho tutelar. 2024. 113 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) -Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Assis, São Paulo, 2024.

MUELLER, R. R.; BRAUN, C. C. A gestão do conhecimento na administração pública municipal em Curitiba com a aplicação do método OKA — *Organizational Knowledge Assessment*. **Rev. Adm. Pública** — Rio de Janeiro 48 (4), 2014, p.983-1006.

OLIVEIRA, D. P. R. **Manual de consultoria empresarial:** conceitos, metodologias, práticas. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

OLIVEIRA, E. M. Coaching e a Reinserção Social de jovens em conflito com a lei: estudo de caso da Oficina *Coaching Life* para jovens. **Cescontexto-debates**, n. 10, p. 110-118, 2015.

PAES, M. R. R. **Ensaios de Intercessão-Pesquisa:** entre significantes e instituições. 2014. 112 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2014.

PAULON, S. M.; ROMAGNOLI, R. Quando a vulnerabilidade se faz potência. **Interação em Psicologia**, v. 22, n. 3, p. 178-187, 2018.

PENARIOL, Marita Pereira. **Análise institucional da prefeitura municipal**: desvendando a lógica de funcionamento da gestão pública. 2017. 231f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, São Paulo, 2017. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/149909 Acesso em: 20 nov. 2024.

PEREIRA, E. C. **Ensaio de intercessão institucional em um CAPS – Centro de Atenção Psicossocial**. 2011. 115 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2011.

PÉRICO, W. **Contribuições da psicanálise de Freud e Lacan a uma psicotherapia Outra:** a clínica do sujeito na Saúde Coletiva. 2014. 164 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2014.

PODDIS, J. G. **Morte e sacrifício na Grécia antiga: a morte acolhida de Heitor, Antígona e Sócrates**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2010.

POMBO, O. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, mar. 2005. Disponível em: Acesso em: 4 maio 2007.

PROENÇA, F. A. **Análise Institucional da Assistência Social como política pública de direito social**: desafios e impasses discursivos. 2020. 128 f. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, São Paulo. 2020. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/192446 Acesso em 21 nov. 2024.

ROMAGNOLI Roberta Carvalho; SILVA, Coutinho Bruna. O cotidiano da intersetorialidade e as relações entre as equipes. **Estudos e Pesquisas em Psicologia.** Rio de janeiro, v. 19, n. 1, p. 107-126, jan.-abr. 2019. Disponível em:

https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/43009/29720. Acesso em: 6 jun. 2019.

RODRIGUES, H. B. C.; BARROS, R. D. B. Socioanalyse et pratiques groupales au Brésil: un mariage hétérogène. **L'Homme et la société** n.147-148, p.55-70, 2003.

RODRIGUES, L; GUARESCCHI. A performance do vínculo na Política de Assistência Social. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**; Rio de Janeiro, v. 70, n. 1, p. 161-174, 2017.

RODRIGUES, L. **Performances do vínculo na Política de Assistência Social**: um objeto múltiplo (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil, 2017.

SANTOS, J. R. **Papel do consultor na Organização**. Monografia apresentada ao Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UNISALESIANO, Lins, SP para Pós-Graduação "Lato Sensu" em MBA em Gestão Empresarial, 2010.

SANTOS, J. T. P.; VITÓRIO, L. L. M. **A consolidação do Sistema Único de Assistência Social**: uma análise da Gestão do Trabalho. Trabalho de Conclusão de Curso. Serviço Social. Centro Universitário UNIVAG, 2016.

SANTOS, L. A. **Planejamento participativo e Intercessão-pesquisa como dispositivos de participação e emancipação do trabalho e do trabalhador na Saúde Mental Coletiva**. 2011. 96 f. Tese (Doutorado em Psicologia)- (Doutorado em Psicologia)- Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, SP, Brasil, 2011.

SEGOVIA, J. D. Assesoria educativa: modelos y processos, in J. A. Costa; A. Neto-Mendes e A. Ventura (orgs.), **A Assessoria na Educação em Debate**. Aveiro: Universidade de Aveiro (pp. 32-47), 2007.

SEGOVIA, J. D. Comprender y redirecionar las prácticas de asesoria, **Revista Ibero-Americana de Educação**, n.º 54 (pp. 65-83), 2010. (http://www.rieoei.org/rie54a03.htm; acedido em 20-10-2011).

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SHIMOGUIRI, A. F. D. T. **Contribuições da psicanálise de Freud e Lacan e do Materialismo Histórico para a Terapia Ocupacional:** uma clínica do desejo e do carecimento na Saúde Coletiva. 2015. 134f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2015.

SHIMOGUIRI, A. F. D. T. **O inconsciente é a política**: contribuições do Dispositivo Intercessor para o saber-fazer da Terapia Ocupacional Psicossocial. 2020. 295p. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de

Ciências e Letras, Assis, 2020. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/202764 Acesso em 14 nov. 2024.

SOUZA, C.; ROMAGNOLI, R. C. Experiência de gestão no CREAS em interlocução com a Análise Institucional. **Psicologia Ciência e Profissão,** Brasília, v. 41, e222287, p. 1-12. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-3703003222287 Acesso em: 14 nov. 2024.

SOUZA, H. B. **O psicólogo no cenário do Sistema Socioeducativo em Meio Aberto**: problematizando saberes e fazeres. 2019. 268 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, São Paulo, 2019. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/191001 Acesso em 14 nov. 2024.

SOUZA, W. A. **A assistência social e o trabalho com as pessoas em situação de rua no CREAS:** um campo de intercessão. 2015. 168 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2015.

SOUZA, W. A. O dispositivo intercessor na Assistência Social: um modo de transformação da realidade. **Revista de Psicologia da UNESP. v** 15, n. 1, p .53-69, 2016.

STRINGHETA, L. V. H. O. **Método intercessor e saúde mental – construindo saberes a partir da práxis**. 2007. 106 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2007.

TONON, F. H. **O adolescente consumidor de álcool e drogas e as internações**: deslocamentos e posicionamentos para práticas psicossociais. 2021. 255 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2021. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/202653 Acesso em 14 nov. 2024.

VIEIRA, B. R. S. **As múltiplas dimensões do exercício profissional da assistente social**: problematizando a práxis de trabalho no CRAS. 160 f. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2024.

ENSAIO 3 – A PANDEMIA DE COVID-19 E A GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL COMO ANALISADOR INSTITUCIONAL DAS PRÁTICAS ASSISTENCIALISTAS NO TRABALHO SOCIAL NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

1. Introdução

Realizamos um recorte de tempo correspondente ao período que operamos com os processos de formação dos trabalhadores da Assistência Social (AS) entre os anos de 2020 e 2022, para problematizar criticamente os efeitos da eclosão da pandemia do *Corona Vírus Disease,* ocorrida no ano de 2020 (Covid-19)[46], e das ações governamentais no Trabalho Social operado pelos trabalhadores da AS a partir de algumas experiências com a prática de Supervisão Técnica das equipes de trabalhadores de três Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e três Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de dois municípios do interior paulista.

Desenvolvemos práticas de Supervisão Técnica buscando nos localizarmos na práxis por meio das perspectivas teórica-conceitual, ética, político e sociocultural do Dispositivo Intercessor (DI). Nas oportunidades institucionais procuramos assumir posições intercessoras junto aos trabalhadores na tentativa de forjar a práxis implicada com o fortalecimento da capacidade de organização dos trabalhadores para a produção de ações-reflexões coletivas e singularizadas que fomentassem no engajamento para as lutas sociais frente o Modo Capitalista de Produção (MCP) presente no Trabalho Social da AS.

A nossa tentativa de forjar a práxis nos processos de Supervisão Técnica junto aos trabalhadores da AS nos exigiu elencar como problema inerente ao Trabalho Social o fenômeno sanitário da pandemia de Covid-19 no Brasil, justaposto, articulado

[46]COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. Ela afeta principalmente o sistema respiratório e pode variar de sintomas leves, como febre e tosse, a casos graves que podem levar à pneumonia ou à morte, especialmente em grupos de risco. A doença surgiu em dezembro de 2019 e se espalhou globalmente, levando a uma pandemia no início do ano de 2020. Disponível em: https://Covid-19.saude.gov.br/ Acesso em: 10 out. 2023.

e gerido por uma governamentalidade[47] neoliberal[48], presente em ações governamentais que regiam também os processos de institucionalização da AS, produzindo efeitos nas práticas sociais dos trabalhadores com o risco do retorno das ações assistencialistas. A conjugação desses dois fenômenos e seus efeitos no Trabalho Social, emergiu em nossos processos de formação com os trabalhadores como um relevante analisador institucional da AS para que tentássemos nos posicionar criticamente na práxis, incentivando a produção coletiva do conhecimento sobre o Trabalho Social.

Dialogamos neste texto com diferentes autores que nos auxiliaram na problematização e busca pela posição intercessora junto aos trabalhadores nos processos formativos que realizamos na AS no período de pandemia de Covid-19. Para tanto, procuramos analisar criticamente as ações macropolíticas[49], as ações micropolíticas[50], que obtivemos notícias, e seus efeitos no Trabalho Social. As ações macropolíticas foram produzidas por um governo de direita que operou por meio de uma governamentalidade neoliberal e cínica para com as Políticas Públicas. No plano da micropolítica as ações, despercebidas pela sociedade e que podemos ter notícias por meio da análise da nossa práxis, dos diálogos com os trabalhadores e por produções intercessoras de conhecimentos, podem reproduzir os processos instituídos pelas ações macropolíticas, mas também produzir rupturas, invenções, deslocamentos das ações e novas conexões como formas de confrontar as estratégias de controle das mortes e do cotidiano da vida (Romagnoli; Braga; Souza, 2021).

Incluímos em nossa problematização algumas experiências, falas e sensações emanadas de nossas tentativas junto aos trabalhadores de nos posicionarmos de forma inventiva por meio de deslocamentos e novas conexões mesmo diante das

---

[47] De acordo com Foucault (2008) a governamentalidade pode se referir ao governo de si, mas também se refere a racionalidade governamental de uma determinada técnica de governo exercida por meio da biopolítica que racionaliza os problemas sociais possibilitando gerir/controlar a população utilizando indicadores estatísticos da pobreza, da violência, da mortalidade, do desemprego, do desalento, da natalidade, da longevidade, programas, instituições, discursos, dentre outros aspectos.

[48] Refere-se ao neoliberalismo, a forma social capitalista contemporânea derivada do liberalismo que instaurou uma nova ordem social econômica e política baseada no livre comércio e na mobilidade de capital em que ao Estado é atribuída a função de intervenção mínima para a manutenção da ordem institucional, provocando ações governamentais de austeridade.

[49] A ação macropolítica justaposta aos movimentos molares e moleculares, utiliza-se da classificação e da exclusão, padronizando e normatizando o cotidiano da vida dos sujeitos (Deleuze; Guattari, 1996).

[50] A ação micropolítica também se constitui por movimento molares e moleculares e pode gerar homogeneização, mas possibilita a produção de deslocamentos e novas conexões inventivas (Deleuze; Guattari, 1996).

condições sanitárias limitantes das práticas coletivas presenciais devido aos cuidados exigidos e necessários para mitigar a transmissão da Covid-19 na tentativa de proteger a vida dos sujeitos-usuários e dos trabalhadores da AS.

Por meio do DI como Modo de Produção do Conhecimento (DIMPC)[51] consideramos a pandemia de Covid-19 e a governamentalidade neoliberal como analisadores institucionais também para a produção de conhecimento sobre a nossa práxis e o Trabalho Social, problematizando as ações disciplinares, as resistências dos sujeitos-usuários e sujeitos-trabalhadores da AS, as possibilidades de superação dialética dessas práticas, diante do risco do fortalecimento e do retorno da lógica assistencialista e clientelista no Trabalho Social.

Percebemos o risco ao retorno de práticas assistencialista e clientelista no Trabalho Social da AS, no contexto de pandemia de Covid-19, pelas contradições institucionais que constatamos entre os discursos dos trabalhadores e o discurso oficial da AS, o que possibilitou procurarmos nos reposicionar ética e politicamente junto aos trabalhadores para fomentar um saber-fazer que contribuísse para o enfrentamento do viés disciplinar instituído que produzia a serialização das práticas sociais, promovendo a objetificação dos sujeitos assistidos.

Analisamos criticamente os saberes-fazeres produzidos nos processos de formação dos trabalhadores da AS tentando dialogar com as experiências de outras localidades, indo além dos municípios nos quais atuamos, para construir estratégias que poderiam contribuir para enfrentar os problemas inerentes à ameaça do retorno do assistencialismo.

No campo de trabalho perguntávamos sobre quais eram os efeitos do processo de institucionalização da AS e das práticas sociais operadas pelos trabalhadores sociais nos sujeitos-usuários e nos próprios trabalhadores no período de pandemia de Covid-19.

A emergência e urgência da pandemia de Covid-19 e as estratégias governamentais para mitigar seus efeitos de transmissão impuseram condições adversas ao trabalho coletivo na AS, uma vez que até mesmo nossos processos de formação no início da pandemia ficaram interrompidos por um período aproximado de

[51] A Intercessão-Pesquisa se constitui por dois momentos lógicos. O primeiro denominado de Dispositivo Intercessor (DI) se refere ao momento da realização da intercessão na práxis em um dado estabelecimento institucional. O segundo momento, denominado de Dispositivo Intercessor como Modo de Produção do Conhecimento (DIMPC), se refere ao tempo da pesquisa, realizada no período após a intercessão, divergindo da modalidade da pesquisa clássica-disciplinar (Benelli, 2021).

seis meses como efeito das recomendações da esfera federal à AS feitas por meio de normativas institucionais.

A imediata interrupção dos grupos, dos encontros coletivos da rede e qualquer atividade presencial que pudesse gerar aglomerações representou para algumas equipes um processo de descontinuidade, desorganização do trabalho e dificuldades para retomar estratégias grupais, mesmo depois do período pós pandêmico. Isso porque a esfera federal não dialogou com os estados e municípios para pensaram na elaboração de estratégias que pudessem construir meios para que não houvesse simplesmente a interrupção, considerando os desafios que já existiam na construção de grupos de sujeitos-usuários na AS, que geralmente prevaleciam em suas práticas sociais atendimentos individuais. Os grupos existentes antes da pandemia de Covid-19 ainda representavam uma experiência incipiente que alguns trabalhadores buscavam sustentar em suas práticas, constituindo como uma força instituinte que poderia gerar novos agenciamentos moleculares[52].

Do conjunto das nossas experiências junto aos trabalhadores surgiram alguns questionamentos: como as equipes de trabalhadores da AS, em contato com as demandas das famílias e dos sujeitos, operaram com as ações-reflexões coletivas? Quais foram os efeitos éticos e políticos do Trabalho Social no período de pandemia de Covid-19 nos sujeitos que atendemos nos estabelecimentos socioassistenciais e em nós trabalhadores? Sobre quais critérios analíticos e táticos estávamos trabalhando com os sujeitos? Quais os processos instituídos que operaram como potencial de produção de paralisação? Como resistir aos processos de serialização do Trabalho Social para não paralisarmos diante das demandas sociais? Como os trabalhadores da AS, nas diferentes localidades do país, trabalharam com a contradição entre o risco do retorno ao assistencialismo e do clientelismo e a necessidade de garantir direitos e promover ações de cidadania-participação frente a tragédia sanitária e da precarização das condições de trabalho?

A experiência de problematização crítica do Trabalho Social nos processos de formação dos trabalhadores da AS, nesse período de justaposição da pandemia de Covid-19 e de um governo de direita, nos levou a mapear algumas falas dos trabalhadores que foram significativas na práxis e contribuíram para a discussão que nos propomos a fazer neste estudo sobre as práticas dos trabalhadores, as forças

[52] A ideia de molecular se remete aos movimentos que produzem micromultiplicidades (Deleuze; Guattari, 1996).

instituintes, as forças instituídas pelo Estado e os seus efeitos na AS, buscando explicitar os elementos que contribuíram para a redução do Trabalho Social às práticas disciplinares e as tentativas de resistência, enfrentamento e subversão dessa lógica.

Realizamos uma análise crítica da AS por meio das normativas institucionais que foram instituídas no período pandêmico produzindo contradições em relação ao que escutávamos dos trabalhadores nos encontros de Supervisão Técnica dos estabelecimentos. Alguns estudos publicados sobre a AS no tempo de pandemia de Covid-19 foram intercessoras ao nosso trabalho possibilitando que dialogássemos com as problematizações, experiências e os arranjos inventivos vivenciados por outros trabalhadores e pesquisadores.

Acreditamos que a escrita desse ensaio pode contribuir para mapearmos características da Biopolítica da Governamentalidade Neoliberal exercida no Brasil por um governo de direita que produziu uma tragédia social e sanitária por meio de uma gestão necropolítica da pandemia de Covid-19, criando uma cisão entre os interesses econômicos e a necessidade de proteção da vida.

Analisar criticamente as ações macropolíticas e micropolíticas na política de Assistência Social pode contribuir para que os trabalhadores estejam mais avisados e posicionados para se organizarem e construírem as estratégias críticas e subversivas para enfrentar as práticas disciplinares existentes na AS.

Dentre os processos de formação dos trabalhadores da AS que realizamos a partir da solicitação da demanda por gestores da AS (Assessoria, Formação, Capacitação e Supervisão Técnica) decidimos refletir sobre estratégia denominada de Supervisão Técnica.

As encomendas de Supervisão Técnica eram problematizadas com os trabalhadores buscando compreender suas demandas, criando condições para que pudéssemos operar junto às análises dos acontecimentos-institucionais-sujeitos que as equipes vivenciavam no cotidiano do trabalho nos estabelecimentos socioassistenciais, fomentando a criação de espaço e tempo de escuta uns dos outros para que se organizassem, refletissem e se reposicionassem diante de suas práticas sociais.

O processo de Supervisão Técnica foi estabelecido como uma estratégia de Gestão do Trabalho por meio da Educação Permanente que foi instituído na AS pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência

Social (NOB RH do SUAS) (Brasil, 2006a). Em 2013 a Supervisão Técnica foi reafirmada como processo de Educação Permanente na Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social (PNEP SUAS) (Brasil, 2013). Já em 2016 a Supervisão Técnica foi regulamentada por meio da Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) de Nº 06 (Brasil, 2016a).

Nossa escolha por problematizar algumas experiências de Supervisão Técnica se constitui pela característica dessa modalidade de processo de formação que possui caráter continuado e institucional, com periodicidade regular, o que possibilitava que os trabalhadores vivenciassem processos mais longos, com um risco menor de interrupção. Essa estratégia de trabalho em alguns estabelecimentos durou alguns anos favorecendo o desenvolvimento de um trabalho-intercessor em direção à elaboração de algumas resistências relacionadas aos processos de objetificação dos sujeitos e ao tempo necessário para o fortalecimento da implicação subjetiva dos trabalhadores nas produções de práticas coletivas e singularizadas. Porém, o fato de que a Supervisão Técnica possa favorecer um trabalho crítico não significa que os trabalhadores dos estabelecimentos socioassistenciais saiam ilesos das vivências de práticas operadas por trabalhadores-supervisores que produzem efeitos ético e político disciplinares nos sujeitos.

O trabalhador que ocupa a posição de supervisor, por ser um trabalhador externo ao estabelecimento, contratado para exercer essa função por determinado período de tempo, se vê em um tipo de trabalho pautado pela heterogestão[53], realizando a escuta dos trabalhadores a partir de relatos de casos preparados por eles para discutir, orientar e recomendar, por meio de uma racionalidade técnica, ações como a realização de outras discussões de caso com a Rede, estabelecimento da busca ativa ou visita domiciliares, construção de relatórios, encaminhamentos, dentre outras práticas existentes no Trabalho Social. Essas estratégias do Trabalho Social derivaram da tecnologia do inquérito, técnicas de exame que reduzem o sujeito a um caso, descrevendo-o, mensurando-o, quantificando-o, analisando-o, incluindo-o e excluindo-o de categorias pré-estabelecidas (Foucault, 2013).

Operamos nos encontros de Supervisão Técnica buscando subverter a heterogestão, promovendo ações que pudessem contribuir para um trabalho pautado

[53] Gestão realizada por sujeito estranho ao estabelecimento socioassistencial. De acordo com Baremblitt (1996) a AI propõe fomentarmos a autogestão, que se refere ao movimento de sujeitos, organizados em grupo, que buscam gerenciar e resolver os seus próprios problemas.

no fortalecimento da autoanálise e da autogestão junto às equipes. Desenvolvemos uma variedade de práticas desde a escuta analítica dos trabalhadores, notícias dos acontecimentos institucionais, a circulação da palavra, problematização crítica dos discursos e contradições, proposituras de leituras bibliográficas, sistematizações de escritas coletivas, leituras de documentos institucionais, rodas de conversas, estudos, discussões de casos, encaminhamentos, referenciamentos, articulações, dentre outras, na tentativa de localizar as demandas e endereçá-las, buscando contribuir para que os sujeitos enfrentem os seus próprios problemas – sujeitos-usuários, sujeito-trabalhador social, sujeito-trabalhador-gestor.

Avisados sobre as tecnologias do inquérito (Foucault, 2013) passamos a agir por intermédio de práticas na quais assumimos uma posição crítica na tentativa de não objetificar os sujeitos, questionando os efeitos éticos e políticos das ações de nossas práticas nos sujeitos, procurando nos reposicionar para o fortalecimento de produções coletivas de enfrentamento ao MCP no Trabalho Social.

As tentativas de operar com a práxis no desenvolvimento de processos de formação dos trabalhadores para subverter o paradigma disciplinar das práticas sociais na AS nos levou a escolher o DI, situado em um plano transdisciplinar e multirreferencial por meio de um conjunto de estratégias teóricas-conceituais, éticas, políticas e socioculturais intercessoras na tentativa de lidarmos com a complexidade da realidade dos estabelecimentos institucionais da AS.

O plano transdisciplinar que operamos por meio do DI não é uma tentativa de se construir uma grande teoria ecumênica que fosse capaz de resolver e superar as disparidades e os limites epistemológicos existentes em diferentes campos práticos e conceituais, mas sim uma aposta na articulação de alguns elementos como estratégica para criarmos camadas analíticas da complexidade da realidade e de inventar possibilidades para o nosso (re)posicionamento na prática para produzir a práxis.

Procuramos nos localizar na AS, como trabalhador-intercessor, para problematizar as nossas práxis e produzir conhecimento sobre o saber-fazer desenvolvidos nelas, do lugar de pesquisador, que possa ser crítico e inspirador a outros trabalhadores que buscam analisar a o seu próprio saber-fazer-poder para a produção de efeitos de fortalecimento das lutas sociais.

O trabalho e a análise no DI tem como base algumas contribuições da Análise Institucional (AI) de Lourau e Lapassade, do Materialismo Histórico (MH) de Marx, da

Psicanálise de Freud-Lacan, da Filosofia da Diferença de Deleuze e Guattari e das problematizações de Foucault sobre a Sociedade Disciplinar, a Sociedade de Segurança e as relações de poder, consistindo em uma robusta e complexa estratégia que os trabalhadores podem utilizar para se localizarem e para enfrentar os problemas também complexos presentes do cotidiano do trabalho. Isso pode ser feito para que se forjem outros movimentos e conexões para a produção do saber-fazer coletivo, sem desconsiderar o plano das relações de poder, de modo a contribuir para um trabalho que tenha como direção a superação dialética do paradigma disciplinar presente nas práticas sociais dos trabalhadores da AS.

Na tentativa de subverter os possíveis efeitos disciplinares da prática de Supervisão Técnica passamos a nos posicionar junto aos trabalhadores, analisando criticamente os acontecimentos-institucionais-sujeito, considerando como elementos de trabalho alguns analisadores institucionais que emergiram em nossa tentativa de enfrentar a realidade, as formações inconscientes da subjetividade dos sujeitos e os processos sócio-simbólico da formação social capitalista (Costa-Rosa, 2008).

Nomeamos de analisador institucional os fenômenos que podem emergir da análise crítica de reuniões, de acontecimentos ou situações-problemas, que revelam contradições entre forças, construídas ou históricas, e que possibilitam compreender os não ditos de uma instituição (Lourau, 2014; Baremblitt, 2012; Altoé, 2004).

Precavidos e avisados pela Psicanálise de Freud-Lacan e do MH consideramos como nosso campo de trabalho e análise o Trabalho Social, incluindo não somente o discurso oficial da AS, as condições sociais e materiais, as desigualdades sociais expressas pelas diferenças de Classe Social, Gênero e Raça como produtos da realidade socio-simbólica da formação social, mas também a realidade subjetiva das equipes de trabalhadores e sujeitos-usuários dos estabelecimentos socioassistenciais.

Os enfrentamentos aos problemas sociais apresentados pelos trabalhadores nos estabelecimentos socioassistenciais são perpassados pelos efeitos da formação social, que incluem as ações macropolíticas que reproduzem as desigualdades sociais por meio da intersecção entre Classe Social, Gênero e Raça. Esses efeitos são questionados timidamente no cotidiano do Trabalho Social, sem a devida importância que deveria ter dada as suas características colonial, racista, patriarcal, sexista e abusivo que produz efeitos na AS, o que nos leva a nos posicionar contrários aos processos de serialização dos sujeitos, fomentando a emersão do sujeito do

inconsciente para que seja possível fortalecer a sua implicação singularizada na produção coletiva, concebendo o sujeito para além das dimensões social e política, incluindo as tramas da subjetividade no plano do inconsciente.

O trabalhador-intercessor ao operar com a práxis passa a considerar também a realidade subjetiva dos trabalhadores, tentando analisar os acontecimentos-sujeitos, as necessidades, desejos-carecimento e demandas, fomentando uma produção coletiva para o enfrentamento do MCP procurando as oportunidades para radicalizar a posição crítica de não objetificar o sujeito.

Diante da complexidade da realidade do trabalho na AS, o DI, uma estratégia também complexa para tentar enfrentá-la, se inscreve em um plano transdisciplinar para que seja possível ao trabalhador-intercessor articular as dimensões sociais, políticas e a subjetividade inconsciente na concepção de sujeito, possibilitando condições para operarmos com a ética do sujeito do carecimento e do desejo. Essas noções são importantes, pois possibilitam aos trabalhadores sociais outros movimentos na perspectiva da produção de práticas singularizadas e coletivas.

Acreditamos que nós, enquanto trabalhadores que agem em defesa da Política de AS, diante da tentativa de seu desmonte ao longo da pandemia de Covid-19, devemos fortalecer o nosso posicionamento de enfrentamento à desigualdade social em prol de uma transformação da realidade. Assim, ao estarmos avisados e orientados a respeito da complexidade do trabalho na AS com as famílias e cidadãos, que procuram pelos estabelecimentos socioassistenciais, poderíamos nos organizar melhor para o fortalecimento das lutas sociais operando com as demandas da população.

Ao trabalharmos com as demandas dos sujeitos na AS sem possuirmos táticas para problematizá-las e para operacionalizar intercessões que fomentem condições para a emergência do sujeito de desejo e para o fortalecimento da organização política e coletiva da vida social, passamos a lidar somente com o plano social e político.

Operar somente com o plano social e político da realidade do sujeito seria reduzir a potencialidade da subjetividade do inconsciente na dimensão subjetiva do imaginário social, que incorreria na reprodução do MCP, uma vez que a demanda do sujeito poderia não ser problematizada, reproduzindo as práticas sociais do trabalho junto aos sujeitos da AS na perspectiva da necessidade-carecimento.

Conceber o sujeito no plano da subjetividade do inconsciente inclui, no trabalho do intercessor, o campo do simbólico e do real que possibilita a operacionalização das

práticas sociais com os sujeitos na perspectiva da necessidade-desejo, e com isso não objetificá-lo.

Nós trabalhadores do SUAS podemos nos posicionar de modo a construir posicionamentos questionadores sobre a ótica capitalista, buscando encontrar alternativas para fortalecer a organização política da população e suas forças instituintes, produzindo um trabalho de resistência, com ações micropolíticas em movimento moleculares de enfrentamento às forças instituídas. Para tanto, precisamos refletir criticamente sobre a nossa atuação, sobre o que estamos desenvolvendo com o povo, avaliando os efeitos de nossas ações no campo do trabalho coletivo.

O trabalhador-intercessor opera com o DI na tentativa de contribuir para a problematização das dicotomias entre o saber-fazer dos trabalhadores, buscando a superação dialética da divisão sociotécnica do trabalho com o desenvolvimento de estratégias que possam fortalecer a organização dos trabalhadores para que se impliquem com a produção de ações coletivas como respostas ao enfrentamento dos seus problemas, o que demandará dos sujeitos a necessidade de subverter as práticas disciplinares que mascaram os problemas sociais, serializam as ações e contribuem para a reprodução e repetição dos problemas não enfrentados coletivamente.

Confrontar as práticas disciplinares pressupõe aos trabalhadores o enfrentamento ou mesmo a recusa em repetir práticas unodisciplinares, automatizadas, focalizadas, essencialistas e mecanizadas presentes no Trabalho Social. Para que o trabalhador possa assumir uma posição crítica no trabalho de modo a fomentar produções coletivas que enfrentem o MCP na AS, este deverá estar devidamente avisado acerca das oportunidades institucionais para poder escolher assumir uma disposição intercessora por meio do posicionamento crítico quanto aos acontecimentos institucionais nos quais está implicado. A exigência de uma implicação subjetiva com relação à produção coletiva e ao uso do poder saber-fazer que se institui como demanda fomenta no trabalhador-intercessor a possibilidade de reflexão sobre as estratégias operadas e os efeitos éticos e políticos de suas ações nos sujeitos, o que poderá se constituir em uma produção simbólica dos sujeitos quanto ao não-saber institucional e singular.

O confronto institucional pode ocorrer a partir do posicionamento que o trabalhador-intercessor assume diante dos acontecimentos institucionais tendo como

premissa política e ética a não objetificação do sujeito. As práticas sociais assumidas e desempenhadas pelos trabalhadores da AS nos estabelecimentos socioassistenciais promovem efeitos éticos e políticos nos sujeitos-usuários e em si mesmos, estando o trabalhador avisado ou não sobre esses efeitos. O trabalhador na posição intercessora buscará exercer seu lugar de sujeito político por meio da ética do sujeito e do carecimento, confrontando os processos que contribuem para a produção da objetificação dos sujeitos.

No discurso oficial da AS a matricialidade sociofamiliar foi concebida como uma das tarefas endereçadas aos trabalhadores a realização de estratégias de escuta/acolhida da população, mapeando as demandas para serem problematizadas e enfrentadas ao longo do atendimento e acompanhamento à família ou ao sujeito. Porém, acreditamos que sem uma escuta analítica dos sujeitos, implicada com a produção de subjetividades singularizadas, corremos o risco de reduzirmos as demandas dos sujeitos a uma condição de necessidade-carecimento, o que contribuiria para fortalecer as forças hegemônicas do próprio capitalismo. Mediante tais considerações acreditamos ser a psicanálise de Freud e Lacan grande colaboradora para a qualificação e problematização da escuta a respeito das demandas apresentadas pelos usuários.

2. O campo institucional da AS, o Trabalho Social e a pandemia de COVID-19

A AS como instituição foi forjada em um campo de disputas sobre as funções sociais para amparo aos pobres, explorados, usurpados e excluídos do acesso às riquezas produzidas, normalmente culpabilizados individualmente pelas mazelas que enfrentam, isso por meio de certas ideologias decorrentes da formação social capitalista e dos diversos discursos institucionais explícitos ou não (Boschetti, 2016; Périco, 2021).

A AS em seu tempo histórico de institucionalização sofreu transformações resultantes dos conflitos entre as forças institucionalizadas e as forças instituintes presentes na sociedade e, embora tenha havido mudanças em seu discurso oficial institucional, a partir da Constituição Cidadã (Brasil, 1988), manteve ranços do passado, conservando em sua identidade práticas normalizadoras da pobreza e da violência, contribuindo para a manutenção das desigualdades de classe social, raça/etnia e de gênero.

As políticas liberais tornaram-se atraentes e foram assumidas como a grande saída para a crise do capitalismo na contemporaneidade. A AS como política pública de direito e dever do Estado foi criada em um período no qual as políticas neoliberais ganharam força, se opondo ao keynesianismo[54] e ao Estado de Bem-estar Social, acarretando a quebra do modelo de Estado intervencionista. O efeito neoliberal na implantação e criação de serviços assistenciais da AS produziu uma lógica de enxugamento, sucateamento e progressiva seletividade. Encontramos também, mediante o aumento de sua pauperização e do desemprego, o crescimento da pressão popular demandando por serviços. Assim, ocorre a sobrecarga de demandas sociais em um contexto crescente de escassez de recursos a serem distribuídos socialmente (Righetti, 2006).

A implantação do SUAS em tempos neoliberais e os problemas gerados pela precarização das condições de trabalho e pela terceirização das ofertas dos estabelecimentos socioassistenciais assumem diversas características, tais como: falta de reconhecimento dos saberes dos trabalhadores, baixos salários, instabilidade financeira (não receber pelo trabalho realizado, atrasos no pagamento dos salários, necessidade de desenvolvimento de dupla ou tripla jornada de trabalho), diferenciação e hierarquização dos trabalhadores terceirizados e concursados por meio das condições de trabalho, que produziram efeitos na práxis do trabalhador, rotatividade dos trabalhadores, necessidade de grande envolvimento emocional associado às condições de trabalho precárias, produzindo efeitos na saúde física e emocional do trabalhador, ausência de um sentimento de pertencimento à política pública e a falta de perspectiva de carreira (Cordeiro; Sato, 2017).

No Brasil, os direitos humanos e sociais encontram-se ameaçados como produto da realidade socio-simbólica da formação social, constituída pelo capitalismo contemporâneo e pela globalização que acentuou, a partir da década de 70 e se intensificou após o golpe político e jurídico de 2016 com o *impeachment* da primeira

[54] O Keynesianismo é uma teoria econômica desenvolvida por John Maynard Keynes (1883-1946), especialmente em sua obra mais famosa, "A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda", publicada em 1936. O Keynesianismo considera que o governo deve ter um papel ativo na economia, especialmente em tempos de recessão. Diferente do pensamento econômico clássico, que confiava nas forças do mercado para equilibrar a economia, Keynes argumentava que, em períodos de crise, a demanda agregada (ou seja, o total de consumo e investimento na economia) pode ser insuficiente para garantir o pleno emprego. Para combater essa insuficiência, Keynes sugeriu que o governo deveria intervir na economia por meio de políticas fiscais e monetárias. Isso inclui o aumento dos gastos públicos, corte de impostos e controle da taxa de juros, com o objetivo de estimular a demanda agregada e, assim, promover o crescimento econômico e a geração de empregos (Keynes, 1973).

mulher presidenta eleita pelo povo, oportunizando uma série de reformas estruturais que criaram condições para que um grupo de extrema direita assumisse a gestão do governo federal em 2019, intensificando o projeto neoliberal no país.

2.1 O processo de institucionalização da AS no cenário neoliberal brasileiro e a precarização do Trabalho Social

O art.6º A da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (Brasil, 1993) de número 8.742 e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (Brasil, 2004) previram que a Proteção Social no âmbito da Política de Assistência Social fosse organizada em Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE). A PSB ofertaria serviços, programas, projetos e benefícios para fortalecer e potencializar o caráter protetivo das famílias, contribuindo para a prevenção de situações de risco social. As ofertas da PSB seriam realizadas no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), dentre outros estabelecimentos.

As ofertas de serviços, projetos, programas e benefícios da PSE ocorreriam em dois níveis de complexidade: 1) Média Complexidade: com a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de caráter especializado, destinados ao atendimento às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos; e seriam oferecidos no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop), dentre outros estabelecimentos. 2) Alta Complexidade: com a oferta de serviços de acolhimentos para famílias e indivíduos afastados de seu núcleo familiar e/ou comunitário de origem.

Mesmo a AS sendo concebida na afirmação da Proteção Social como direito e dever do Estado, situada na perspectiva do exercício da cidadania e participação social, não escapou dos efeitos da macropolítica neoliberal. Junto a isso, do ponto de vista social e político, desde 2016, os dados da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar Contínua (PNAD Contínua) (Brasil, 2022) já apontavam o aumento da extrema pobreza no Brasil que havia saído do mapa da fome em 2014, mas retornou em 2019 e se manteve nessa condição durante toda a gestão do governo de direita.

O Brasil tinha saído do “Mapa da Fome” em 2014 e sustentou essa posição até 2018. Entre 2019 e até 2022, contudo, vinha em tendência de crescimento da pobreza,

extrema pobreza e crescimento da insegurança alimentar e nutricional. Voltou ao Mapa da Fome no triênio 2019-2021 e se manteve no triênio 2020-2022.

O projeto neoliberal se intensificou no Brasil após 2016, porém pudemos observar que a regulamentação da Assistência Social ao longo dos anos já concebia uma lógica neoliberal inclusive com a publicação da Norma Operacional Básica dos Recursos Humanos do SUAS (NOB RH do SUAS) (Brasil, 2006a). Nesta normativa observamos a existência de uma precarização na contratação de trabalhadores, uma vez que essa estabelece a possibilidade de suas ações serem operadas por Organizações da Sociedade Civil (OSC), algo contraditório as diretrizes base da AS, pois nessa fica explicitada a necessidade da contratação de trabalhadores da AS por meio da realização de concurso público. Essa exigência de estabilidade do trabalhador visava evitar a precarização no trabalho social, assumindo uma posição institucional normativa de defesa dos vínculos trabalhistas e do fim da terceirização. Contudo, no mesmo documento (Brasil, 2006a), abriu-se espaço para a precarização das condições de trabalho e para a terceirização dos serviços socioassistenciais que geraram vários problemas, tais como a cisão entre prestação de serviço e o direito social e um movimento empresarial do cotidiano das famílias atendidas pela AS com a inserção de termos tais como “gestão”, “gerente”, “serviço”, “cliente”, “equipamento”, dentre outros (Cordeiro; Sato, 2017; Benelli, 2022), no discurso oficial da AS.

AS foi construída na lógica de serviço, já sob forte influência do movimento empresarial, como podemos verificar por meio da adoção de termos do campo do mercado empresarial, como por exemplo, o que chamou em seu discurso oficial de “Serviço” Socioassistencial, reduzindo as ações coletivas a ofertas padronizadas.

Embora a AS tenha provisões técnicas e orçamentárias para operar com as demandas financeiras, materiais e subjetivas dos trabalhadores (supervisão técnica e outras ações de formação), as condições de trabalho nos estabelecimentos socioassistenciais são precárias e não contribui para que o trabalhador opere com a subjetividade do inconsciente a partir de uma implicação singularizada com as demandas sociais dos sujeitos-usuários na AS.

Observamos que a institucionalização do SUAS foi realizada com a nomeação dos estabelecimentos socioassistenciais de “Equipamentos”, fazendo alusão ao processo de produção industrial, além de tipo de organização do trabalho consagrada pela heterogestão no mercado. Outros termos estão presentes no discurso oficial da AS como “gestão”, “usuários”, “clientela” e “contingenciamento” dos recursos

financeiros provisionados como forma de controle de despesas que deveriam ser compreendidas como investimento governamental.

A institucionalização do SUAS incorporou características da empresa, alimentando em suas práticas certos *modus operandi* que, ao não serem analisados e problematizados pelo trabalhador podem desembocar em um reducionismo de suas práticas e com isso contribuir para a reprodução do discurso dominante de culpabilização do sujeito (famílias e trabalhadores), disciplinarização e punição por parte Estado dos sujeitos que foram denominados de população vulnerável e de risco social e responsabilizados pelas suas próprias condições de vida.

A precarização das condições de trabalho e terceirização nos serviços socioassistenciais produziu dificuldades na construção de vínculos entre os trabalhadores dos estabelecimentos socioassistenciais e os sujeitos sociais e famílias, gerando descrédito quanto às ações e atividades desenvolvidas e enfraquecendo a compreensão do serviço como reafirmação do direito (Cordeiro; Sato, 2017).

A terceirização trouxe novas matizes na implantação da AS no Brasil, realizada sob a lógica neoliberal reduziu, flexibilizou e fragilizou os contratados trabalhistas regulamentados. A partir da perspectiva do enxugamento do Estado, a Seguridade Social e a Proteção Social, a privatização dos serviços públicos encontrou espaço e passou a ser um novo dispositivo da apropriação da mais-valia extraída do trabalhador (Yamamoto; Oliveira, 2010).

Mesmo nos governos de orientação de esquerda o projeto neoliberal no Brasil continuou em curso, porém, era estabelecido por uma governamentalidade que ofertava uma possibilidade de diálogo e participação social dos trabalhadores, pesquisadores e cidadãos, o que contribuía para uma realidade com maiores condições de fortalecimento das forças instituintes que poderia gerar maior produção de ações micropolíticas.

A estratégia golpista de ruptura democrática produzida pela classe política do país levou ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e culminou na intensificação da implantação do projeto político neoliberal no Brasil, chamado “Uma Ponte para o Futuro[55]”. Este projeto foi colocado em curso pelo presidente Michel Temer e continuada pelo governo de Bolsonaro, aumentando o desemprego, precarizando as

[55] “Uma ponte para o Futuro” refere-se à agenda política liberal conservadora do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) publicada em 29 de outubro de 2015 e adotada pelo Presidente Michel Temer (Cavalcanti; Venério, 2017).

relações de trabalho, enfraquecendo e reduzindo o orçamento para as políticas públicas, principalmente as de AS, Habitação, Previdência Social, Segurança Alimentar, Criança e Adolescente, Cultura, Esporte, Saúde e Educação.

Podemos citar alguns dos processos instituídos no Brasil, anteriores a pandemia, como as reformas na Constituição que reduziram a capacidade do Estado em garantir os direitos por ela estabelecidos: a) Emenda Constitucional de n° 95 de 2016 (Brasil, 2016b), que congelou os gastos públicos com uma estrutura de pessoal, administrativa, infraestrutural, material e financeira de política pública, muito aquém da necessidade apontada pela realidade; b) Reforma trabalhista, Lei Federal 13.467 de 2017 (Brasil, 2017), que flexibilizou as relações de trabalho, reduziu as forças sindicais e levou milhões de brasileiros ao desemprego, ao trabalho informal ou a "Pejotização"; c) Reforma da Previdência Social, Emenda Constitucional de n° 103 de 2019 (Brasil, 2019), que somente o anúncio de seu evento e a tramitação, antes da sua aprovação, já levou milhares de trabalhadores do SUAS do Brasil a corrida pela aposentadoria, gerando redução de trabalhadores nos estabelecimentos socioassistenciais, com poucas aberturas de concurso público, não reposição do quadro de trabalhadores, que já existia de modo incompleto de acordo com os parâmetros proposto pela NOB RH/SUAS (Brasil, 2006a).

2.2 A pandemia de Covid-19, a governamentalidade neoliberal e os seus efeitos no Trabalho Social

A pandemia do Covid-19 no Brasil ocorreu em um chão neoliberal, num tempo de fortalecimento das forças ultra neoconservadoras, na configuração de um Estado Neofacista, que aumentou as desigualdades sociais, analisadas por meio dos marcadores de classe social e suas expressões racista-sexista, pois acirrou as discriminações, os ataques à população afrodescendente, a exploração e expropriação dos trabalhadores, a devastação do meio ambiente e foi incisiva quanto ao extermínio dos povos originários. Com o objetivo de geração do lucro, combinado com a perversa redução dos direitos, elevou a insuficiência das ações do Estado, no campo das Políticas Públicas, e alastrou a fome e a insegurança alimentar para milhões de brasileiros, agravando os problemas das desigualdades sociais como o desemprego e a violência institucional e doméstica.

Vivenciamos no período de Covid-19 ações governamentais por meio de uma governamentalidade neoliberal constituída pelo negacionismo da ciência, as campanhas políticas de desproteções de ordem social e sanitária, que não deram a importância necessária que o problema sanitário requeria para o seu enfrentamento (Fonseca; Alencar, 2021; Borges; Matos, 2020; Côrtes, 2021), o que acarretou a falta de recursos básicos na área da Saúde e até mortes por falta de oxigênio. Esse cenário, no final do ano de 2022, levou aproximadamente 700.000.00 mil brasileiros à morte. Tudo isso foi realizado em contradição com a Constituição Federal (Brasil, 1988) e com a legislação vigente quanto às responsabilidades estatais quanto à Saúde, Educação, Previdência e Assistência Social e demais políticas públicas.

Cordeiro e Sato (2017) deram ênfase em seus estudos a partir dos serviços desenvolvidos por Organizações da Sociedade Civil (OSCs), mas possibilitam compreender inclusive as práticas operadas diretamente pelo poder executivo, pois os trabalhadores dos estabelecimentos públicos de AS vivenciaram problemas parecidos, intensificados no período da pandemia do Covid-19, tais como baixos salários, não reconhecimento dos supostos saberes dos trabalhadores, proibição de novos concursos públicos, congelamento de progressão de carreira, promessas não realizadas de capacitações, cursos e supervisões e equipes reduzidas ou aquém do recomendado pelas normativas do SUAS, que dificultaram o tempo no trabalho para pensar sobre o que estão produzindo e os efeitos de suas ações na vida das famílias e sujeitos sociais, transformando o trabalho em práticas muitas vezes dicotomizadas, contraditórias, mecanizadas, burocratizadas e repetitivas.

Sabíamos que as numerosas e prementes demandas sociais já existiam anteriormente ao período da pandemia. Foi consensual entre os autores que produziram textos sobre o assunto (Luzia; Liporoni, 2020; Oliveira, 2020; Tonon, 2021) que a gestão incompetente da pandemia do Covid-19 contribuiu para a criação das condições sociais que culminaram com o aumento das desigualdades, gerando crises, intensificando impasses e acirrando a Questão Social. Os efeitos do capitalismo neoliberal produziram uma realidade social ainda mais complexa, o que pode ter contribuído para as dificuldades dos trabalhadores em operar com práticas que confrontassem as desigualdades sociais.

O Brasil vivenciou a pandemia do Covid-19 em 2020 com as estruturas dos estabelecimentos públicos desorganizadas e esvaziadas, com recursos financeiros, materiais e funcionais insuficientes. E logo no começo da pandemia as demandas

para os estabelecimentos socioassistenciais triplicaram. A capacidade protetiva da AS estava reduzida e comprometida pelas reformas constitucionais, com a supremacia econômica sobre a primazia social, antes mesmo da pulverização do medo e de todos os desdobramentos sanitários gerados do cenário pandêmico. Antes desse período já era possível observar as dificuldades nas tentativas de implantação de estratégias de preservação da vida sobre os interesses econômicos.

Nos diferentes estabelecimentos socioassistenciais que problematizamos o Trabalho Social que estávamos operando juntamente com a população foram comuns as queixas das ausências ou insuficiências das condições materiais para que os trabalhadores pudessem desenvolver uma prática crítica que objetivasse a transformação da realidade na perspectiva do confronto das desigualdades sociais.

2.3. Os discursos dos(as) trabalhadores(as) da AS sobre o Trabalho Social no período de pandemia Covid-19

Durante a realização da Supervisão Técnica pudemos discutir e interceder para confrontar a governamentalidade neoliberal das Políticas Públicas da época[56], fomos problematizando as práticas sociais dos trabalhadores e analisando nossas tentativas em produzir ações intercessoras, buscando nos reposicionar na práxis, aproveitando as brechas institucionais que surgiam a partir das contradições entre o discurso oficial da AS e os discursos dos trabalhadores.

O anúncio da pandemia de Covid-19 em 2020 juntamente com seus efeitos nas práticas sociais dos trabalhadores nos colocou diante de um questionamento: como os trabalhadores lidaram com o risco do retorno ao assistencialismo como prática disciplinar do Trabalho Social na Assistência Social e a necessidade de conceber o usuário como sujeito, garantindo seus direitos sociais?

Para tanto, passamos a elaborar uma estrutura dos encontros de Supervisão Técnica que permitissem a realização de debates questionadores da realidade vivenciada. Esses encontros eram iniciados por nós por meio da prática da escuta dos trabalhadores. Solicitávamos que falassem sobre os acontecimentos institucionais e o Trabalho Social que estavam realizando, convidando-os a refletir e problematizar as

[56] Assistência Social, Saúde, Previdência Social (Seguridade Social), a Educação, Esporte, Lazer, Habitação, Segurança Alimentar dentre outras políticas caracterizadas como dever do Estado e direito do cidadão brasileiro pela Constituição Federal (Brasil, 1988).

demandas do trabalho, as ações que e reflexões, bem como os efeitos políticos e éticos que poderiam ser produzidos no tempo e espaço do encontro da Supervisão.

Nos autoquestionávamos como podíamos nos reposicionar junto aos trabalhadores, operando com a prática de Supervisão Técnica, mas tentando subvertê-la adotando o DI como estratégia para nos localizarmos na práxis e nos posicionarmos de modo a contribuir para a produção coletiva de saber-fazer-poder, fortalecendo a organização dos trabalhadores e as lutas sociais de enfrentamento ao capitalismo neoliberal.

Do lugar de supervisor buscamos problematizar nossa práxis para que pudéssemos estar de certo modo avisado quanto ao plano imaginário-simbólico da Supervisão Técnica, lugar este materializado pelas expectativas enunciadas e em alguns momentos exigidas pelos trabalhadores de que ocupássemos a posição, no trabalho, de um especialista que produziria as respostas como solução para os seus problemas oriundos no cotidiano do Trabalho Social.

Ao longo do trabalho de Supervisão Técnica colecionamos algumas falas dos trabalhadores que escutamos e registramos em nosso diário de intercessão[57] produzindo uma narrativa sobre a nossa experiência.

A problematização crítica que realizamos de algumas falas dos trabalhadores em nossa práxis de Supervisão Técnica contribuíram para que nomeássemos a justaposição da pandemia de Covid-19 e a governamentalidade neoliberal como um analisador institucional dos processos instituídos na AS e para nos posicionarmos junto aos trabalhadores para produzir intercessões na tentativa de subverter os efeitos disciplinares das práticas sociais nos sujeitos. Mas também, contribuíram para a produção de conhecimento sobre como o Trabalho Social foi instituído pela AS nesse período e como os trabalhadores operaram com suas práticas, reproduzindo os discursos institucionais, confrontando-os e desenvolvendo suas ações nos estabelecimentos socioassistenciais.

A pandemia de Covid-19 representou à população uma ameaça existencial e possibilitou aos governantes a construção de um processo de securitização, isto é, a defesa de medidas extraordinárias em relação às ações democráticas formando um

[57] O diário de intercessão é um instrumento pelo qual o trabalhador-intercessor problematiza e analisa criticamente a sua práxis registrando os efeitos éticos e políticos das suas ações nos sujeitos e em si mesmo. Trata-se de uma ferramenta de trabalho do DI que possibilita ao trabalhador-intercessor se reposicionar na práxis e produzir conhecimento sobre o saber-fazer emanado dela.

cenário de exceção por meio de declarações de emergência que aumentou os poderes das autoridades públicas, mas que não visou, principalmente no discurso da esfera federal a securitização da economia, sob o lema de que esta não poderia parar (Nunes, 2020).

O Brasil entrou no modelo econômico neoliberal na década de 1990. Esse regime econômico se baseia na estimulação da competição, fortalece o setor privado e defende a intervenção mínima do Estado por meio de contenção de despesas, o que produziu no país o desorçamento e o desmantelamento dos sistemas de políticas públicas. A tragédia da pandemia de Covid-19 foi construída historicamente por ações e omissões ao longo das últimas décadas, pautadas na forma neoliberal da economia que não suporta uma suspensão da circulação de pessoas mesmo temporária, revelando uma crise do próprio neoliberalismo ao desvelar algumas de suas contradições como a primazia do mercado sobre a vida mesmo em um momento em que o Estado devia promover o distanciamento social para mitigar a transmissão da doença (Nunes, 2020).

O cenário de Covid-19 foi vivenciado pela população por meio de disputas políticas e lutas. De um lado estava o governo federal defendendo a retomada das atividades econômicas desconsiderando e negligenciando o risco de morte e do outro lado podemos situar os governos estaduais e municipais, sendo que alguns reproduziam o mesmo discurso em defesa da manutenção da atividade econômica plena e outros divergiam na tentativa de interrompê-la devida a urgente ameaça de colapsar o sistema público de saúde, configurando a agenda de debate e ações públicas em processos biopolíticos de controle da vida, que produziu efeitos nas diferentes instituições promotoras das políticas públicas (Mansano; Carvalho; Carvalhaes, 2021).

As governamentalidades neoliberais exercidas pelos governos democráticos no Brasil não criaram condições para a efetivação da Assistência Social como um direito do cidadão e um dever do Estado, relegando a política pública a um segundo plano e fortalecendo ações paralelas, seletivas e focalizadas na pobreza extrema. Porém, após o golpe político que depôs a presidenta Dilma Rousseff escalou-se no país o conservadorismo e os trabalhadores e a população da Assistência Social sofreram duros golpes em suas conquistas de direitos com o fortalecimento da lógica da ajuda e o retorno do primeiro damismo, com a redução e congelamento do orçamento. O comando único da AS não foi respeitado, aumentando os obstáculos

para que a população acessasse os programas de transferência de renda, precarizando as relações de trabalho e intensificando as ações com viés de caridade e filantropia. O grupo de direita neofacista vencedor do pleito eleitoral que governou o Brasil a partir de 2019 deu continuidade aos processos neoconservadores e rapidamente buscou atender os interesses dos grupos hegemônicos, privatizando empresas e serviços públicos, em uma ofensiva contra os direitos da população (Silva; Pereira, 2019).

Na tentativa de mapearmos os efeitos de um governo neofacista na AS, a partir das diferentes falas dos trabalhadores da AS, buscamos produzir uma narrativa que nos possibilitou mapear um conjunto de elementos formados por problemas que se repetiam nos diferentes estabelecimentos socioassistenciais de modo continuado, sem soluções para sua resolubilidade: a insuficiência de trabalhadores para a realização do Trabalho Social; condições materiais e financeiras precárias, volumosa procura da população pelos estabelecimentos; e práticas sociais cada vez mais focalizadas.

Nossa tentativa de intercessão nos movia a questionar junto aos trabalhadores como poderíamos desenvolver um trabalho mais mediado e coletivo, embora, soubéssemos das limitações sanitárias e políticas. A trabalhadora A nos questionava:

> Como realizar acompanhamento se a porta do CRAS está abarrotada de famílias com fome solicitando transferência de renda e cesta básica? O que faremos com essa demanda por solicitação de cesta básica?

Durante a pandemia de Covid-19, uma das práticas adotadas pelos trabalhadores foi denominada de triagem. Nesse processo, eles perguntavam às famílias se possuíam Cadastro Único. Caso não tivessem ou o cadastro estivesse desatualizado, as famílias eram encaminhadas para realizá-lo ou atualizá-lo. Depois, essas famílias eram avaliadas pelos entrevistadores ou digitadores do Cadastro Único. Se fosse identificada insegurança alimentar ou outras situações de vulnerabilidade social, a família era direcionada para o atendimento social, normalmente mediante agendamento. Em um dos municípios, o atendimento no CRAS era realizado exclusivamente pela assistente social, pois não havia um profissional de psicologia disponível. Os atendimentos individuais eram feitos com o uso de instrumentos voltados para uma avaliação socioeconômica, em vez de sociofamiliar, com o objetivo de verificar se a família apresentava insuficiência de

renda e, assim, emitir um documento que justificasse a concessão de uma cesta básica.

As demais demandas sociais, como conflitos familiares, dificuldades de acesso aos direitos de educação e saúde, e situações de violência, eram abordadas principalmente por meio de encaminhamentos a outros órgãos públicos. Isso acontecia apenas quando a família apresentava essas demandas, que, em geral, não eram discutidas de forma aprofundada.

Nossa preocupação com o enfraquecimento do potencial do trabalho, que poderia ser desenvolvido a partir de uma perspectiva mais crítica e engajada com as lutas sociais, nos levava a questionar os trabalhadores sobre como enfrentar essa situação para produzir um trabalho diferente e mais significativo. Em outro estabelecimento a trabalhadora B afirmava:

> A gestão determinou a realização de avaliação das condições socioeconômicas para as famílias para concessão da Cesta Básica, não poderíamos somente conceder a cesta básica?

De um lado, havia o controle rigoroso do município sobre a concessão da cesta básica, junto à orientação para que os trabalhadores realizassem atendimentos individualizados. Qualquer atividade em grupo estava proibida, mesmo quando seria possível manter as medidas de segurança, como o uso de máscaras e o distanciamento social. Ainda assim, as filas nos CRAS contavam outra história: formavam-se aglomerações que, ironicamente, superavam em tempo e risco o que se poderia vivenciar em um encontro de grupo. Essas filas se estendiam como serpentes silenciosas, compostas por pessoas ansiosas e cansadas, à espera de um atendimento que parecia distante.

A dificuldade de pensar um trabalho mais coletivo e crítico, contudo, não se resumia à escolha de estratégias. Era também um reflexo da sobrecarga enfrentada pelos trabalhadores, esmagados por uma avalanche de demandas que mal lhes permitia tempo para refletir sobre o próprio trabalho. As engrenagens da equipe estavam desgastadas, com recursos humanos reduzidos, o que transformava o cotidiano dos serviços socioassistenciais em uma luta diária pela sobrevivência, enquanto o ideal de um trabalho mais profundo e engajado parecia cada vez mais fora de alcance. A trabalhadora C questionou:

> Como farei nesta semana? Pois não teremos ninguém para operar com as demandas do Cadastro Único. As duas trabalhadoras (entrevistador-digitador) do Cadastro Único (Cad Único) estão afastadas por Covid-19.

Diante da ausência de trabalhadores, alguns retornando rapidamente e outros demorando mais devido a complicações de saúde, buscávamos estimular o diálogo entre os funcionários. Nosso objetivo era ajudá-los a, ao enfrentarem suas dificuldades, criar estratégias como o registro das situações e a formalização de solicitações para reposição de trabalhadores e materiais. Essas ações visavam direcionar os problemas aos gestores da Assistência Social (AS), enquanto, ao mesmo tempo, discutíamos com as equipes formas de compartilhar os desafios institucionais com os usuários, visando uma organização coletiva que fortalecesse a luta por uma política pública de qualidade.

Em alguns encontros, tentamos subverter a lógica disciplinar tradicional, propondo a inclusão de perguntas sobre raça e gênero nos atendimentos e nos instrumentos de trabalho, além de apostar na criação de ferramentas coletivas como fluxogramas, mapeamentos de problemas e revisões críticas das redes sociais constituídas no município. No entanto, apesar dessas tentativas, as dificuldades persistiam nos encontros.

> Nesta semana o CRAS está muito sujo, a moça da limpeza está afastada por conta da comorbidade para Covid-19, não teremos café em nossa reunião (Trabalhadora C). - O espaço do CRAS está muito sujo, nojento, pois estamos sem a funcionária da limpeza, a trabalhadora afastou por Covid-19 e a gestão está mandando outra trabalhadora somente duas vezes na semana. (Trabalhadora D do mesmo estabelecimento da trabalhadora C).

Além das dificuldades operacionais na limpeza do espaço físico do estabelecimento, havia dificuldades para operar com as estratégias técnicas. Em uma equipe de CREAS ao problematizarmos o acompanhamento PAEFI de uma família, sem haver a necessidade de elucidar a complexidade que constituía a violência doméstica vivenciada pela família, as ações dos trabalhadores estavam focalizadas em realizar encaminhamentos.

> Se a Escola e a Saúde não conseguem atender nossos encaminhamentos, não nos dão retorno, não há programas de Habitação, não temos o que fazer. Meus braços estão cruzados sim, não dá para trabalhar sozinho na AS, eu que não vou me lascar sozinha, você não viu a trabalhadora F, se afastou por crise de ansiedade (Trabalhadora E).

Nossa insistência em não paralisar e em problematizar as resistências e desafios que a sobreposição da pandemia e da governamentalidade neoliberal impuseram ao desenvolvimento de um trabalho social crítico resultava, nos encontros, em discussões sobre como essas ações contribuíam para fortalecer o assistencialismo e enfraquecer o trabalho coletivo, organizativo, político e ético junto aos usuários.

> Podemos fazer isso? Devemos escutar os sujeitos e aprofundar em sua história para ressignificar a violência? Achei que tínhamos que localizar a situação e realizar os encaminhamentos para que a família acessasse os seus direitos, se também é de nossa incumbência realizar esse trabalho crítico, precisamos nos organizar para criarmos condições (Trabalhadora F).

Em alguns encontros, percebíamos que nossas tentativas de intervir geravam eco entre os trabalhadores, levando alguns a se envolverem mais profundamente com os problemas que enfrentavam no cotidiano do Trabalho Social. No entanto, em outras ocasiões, as forças instituídas pareciam sufocar qualquer possibilidade de fortalecimento das lutas sociais. Ao longo dos encontros de supervisão nos estabelecimentos, vivenciamos confrontos intensos, batalhas que insistíamos em enfrentar dentro das possibilidades que identificávamos.

Os discursos dos trabalhadores variavam: às vezes confrontavam os processos instituídos, e outras vezes se conformavam com uma sensação de impotência diante da realidade dos serviços socioassistenciais. Durante o governo de Jair Bolsonaro, a política de governamentalidade neoliberal marcou a gestão da Assistência Social (AS) com o fim do Programa Bolsa Família (PBF), substituído pelo Auxílio Brasil através de uma Medida Provisória de 2021. Esse ato foi um golpe duro para os trabalhadores que defendiam a Política de AS, já que ignorava a concepção de proteção e segurança social que sustentava o Bolsa Família.

Embora o Auxílio Brasil previsse o acompanhamento das condicionalidades para sua concessão, os trabalhadores relatavam que essas condicionalidades haviam sido descontinuadas. Essa contradição se manifestava na prática, com o enfraquecimento do sistema participativo e do Comando Único da AS, enquanto prevaleciam ações governamentais autoritárias e sem diálogo entre a esfera federal, os estados e os municípios. A realidade dos serviços socioassistenciais durante a pandemia de Covid-19 tornou ainda mais difícil a realização de ações coletivas e práticas de acompanhamento familiar contínuo. As atividades dos trabalhadores

estavam focadas na emergência alimentar, com atendimentos individualizados e pontuais, reforçando a separação entre os serviços e os benefícios, algo que não deveria ocorrer, conforme regulamentado pelo Conselho Nacional de Assistência Social na Resolução nº 07 (Brasil, 2009b).

2.4 A normatização da AS durante a pandemia do Covid-19, os contradições em seu discurso institucional oficial e as lacunas do saber-fazer no Trabalho Social

Nossa prática de formação de trabalhadores da Assistência Social (AS) exigia, devido à complexidade do cotidiano nos estabelecimentos, a compreensão de como a AS foi regulamentada no Brasil durante a pandemia de Covid-19.

O Trabalho Social ao longo da pandemia, principalmente na Proteção Social Básica (PSB), se caracterizou por atendimentos individualizados e pontuais, com foco na avaliação socioeconômica para concessão de benefícios eventuais, como cesta básica, inclusão em programas de transferência de renda e encaminhamento a estabelecimentos privados, como Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e igrejas, que organizavam doações de alimentos, reforçando práticas assistencialistas.

Na Proteção Social Especial (PSE), percebemos maior complexidade em relação às violações de direitos no ambiente familiar. Nos CREAS, as equipes enfrentaramo aumento da violência doméstica, dificuldades de articulação da rede de garantia de direitos e a insuficiência de trabalhadores, gerando demandas reprimidas e longas esperas para inclusão no PAEFI. Tanto no PAIF quanto no PAEFI, as ações de acompanhamento familiar com uma perspectiva crítica foram mínimas.

Apesar disso, algumas experiências municipais se destacaram pela busca criativa ou inadvertida de fortalecimento das lutas sociais, que se faziam urgentes. Nos CRAS e CREAS, os trabalhos foram mais individualizados, com atenção aos protocolos de prevenção da Covid-19, envolvendo ações emergenciais, como a distribuição de alimentos e a articulação com outras políticas para encaminhamento das famílias. No entanto, essas ações também enfrentaram dificuldades de execução e muitas vezes careciam de uma abordagem crítica das demandas dos usuários.

Para compreender essas lacunas e contradições, analisamos a regulamentação da AS durante a pandemia. Identificamos a ausência de trabalhos coletivos com as famílias, mesmo através de estratégias remotas, e a dificuldade de continuidade nos atendimentos em uma perspectiva mediada. As contradições nas

práticas dos trabalhadores incluíam a percepção equivocada de que as condicionalidades do Auxílio Brasil haviam acabado, o aumento da demanda nos serviços, a precariedade das condições materiais e a insuficiência de pessoal.

Documentos como portarias e resoluções mostraram que o governo federal previu, já com a Portaria nº 369 de 2020 (Brasil, 2020h), que a pandemia agravaria a situação de vulnerabilidade, especialmente entre idosos e pessoas em situação de rua, e enfatizou a reorganização dos serviços de AS para mitigar os riscos de contaminação. A Portaria nº 337 (Brasil, 2020g) regulamentou o funcionamento da AS, recomendando atendimentos remotos e individualizados, com suspensão das atividades coletivas e priorização dos casos urgentes. A Lei 13.079 (Brasil, 2020a) também definiu a AS como serviço essencial, regulamentado pelo Decreto nº 10.282 (Brasil, 2020b).

Outras medidas, como a Portaria n° 54 de abril de 2020 (Brasil, 2020c), orientaram a reorganização das equipes, o uso de EPIs e a flexibilização das atividades presenciais. No entanto, essa portaria não destacou a necessidade de difundir informações sobre prevenção da Covid-19 para os usuários dos serviços. A Portaria conjunta n° 01 de abril de 2020 (Brasil, 2020d) permitiu o uso de recursos emergenciais dos fundos da AS, enquanto a Lei Complementar n° 173 de maio de 2020 (Brasil, 2020k) flexibilizou o pagamento de dívidas dos estados e impôs restrições fiscais.

A Portaria nº 63 de abril de 2020 (Brasil, 2020e) previu repasses de recursos emergenciais aos municípios, embora nem todos fossem contemplados, especialmente os menores. Já a Portaria nº 58 de 2020 (Brasil, 2020j) regulamentou os benefícios eventuais, permitindo sua concessão em pecúnia ou bens de consumo, embora timidamente articulada às ações dos estabelecimentos socioassistenciais. Essas regulamentações revelaram a tensão entre a continuidade dos serviços essenciais e as limitações impostas pelas medidas de mitigação de riscos, além das fragilidades estruturais da AS durante a pandemia.

As recomendações e regulamentações do governo federal, em geral, concentraram o Trabalho Social nas demandas voltadas para as necessidades básicas, direcionando as escutas das famílias para a concessão de acesso aos programas de transferência de renda e bens de consumo.

Embora os documentos orientassem para que não houvesse avaliação de comprovação de pobreza ou averiguação vexatória, sugeriam a realização de escutas

individuais, preferencialmente online, evitando atendimentos presenciais e visitas domiciliares, exceto quando estritamente necessário. As atividades coletivas foram suspensas, enquanto a concessão de benefícios e a inclusão em programas de transferência de renda foram priorizadas, como a distribuição de cestas básicas, Programa Bolsa Família[58], Auxílio Emergencial[59], Auxílio Brasil[60] e o Benefício de Prestação Continuada, entre outros programas municipais e estaduais. Além disso, os documentos previam um aumento das demandas sociais.

Mesmo com o aumento da demanda por parte da população, as orientações institucionais da Assistência Social enfatizaram a redução das ações ofertadas, focando em atendimentos individuais, que passaram a ser pontuais e não sistemáticos, preferencialmente online e direcionados ao acesso a benefícios, caracterizando um retorno ao antigo modelo de plantão social. O atendimento se limitava a demandas concretas e específicas.

As estratégias dos governantes, alinhados ao campo político da extrema direita, constituíram uma governamentalidade neoliberal, expressa em atos normativos que condicionaram o acesso de municípios e estados aos recursos financeiros emergenciais da União para o enfrentamento da pandemia de Covid-19. Essas medidas exigiam a adoção de ações locais que proibiam a abertura de concursos públicos, a convocação de novos servidores e a criação de legislações que ampliassem os cargos públicos. Ignorou-se, de forma cínica, o aumento significativo

---

[58] O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado em 2003 baseado no modelo mínimo de inserção sob condicionalidades substituindo o Bolsa Escola. Podemos situar o PBF em três momentos formatos: o PBF 1 (anos de 2003 a 2010), o PBF 2 (anos de 2011 a 2020) e o PBF 3 (relançado no ano de 2023). O PBF 1 e o PBF 2 eram constituídos por renda variável de acordo com as características da composição familiar. O PBF 2 no período da pandemia de Covid-19 foi combinado com o Auxílio Emergencial complementando o valor até o seu teto (Sposati; Meira, 2023).

[59] O Auxílio Emergencial foi um programa curto criado para atender trabalhadores autônomos, precarizados e temporários no período pandêmico, não exigia per capita familiar para o acesso, possuía valor único, sem condicionalidades, direcionado ao indivíduo, não se utilizava o Cadastro Único para o acesso, sendo encerrando em 2021 (Sposati; Meira, 2023).

[60] Com o encerramento do Auxílio Emergencial o PBF 2 foi substituído pelo Auxílio Brasil mantendo valor único por família inaugurado no Auxílio Emergencial, mantendo as condicionalidades do PBF2. Em 2023 o PBF 3 foi relançado, substituindo o Auxílio Brasil, mantendo as condicionalidades, valor único por família composto por benefícios variáveis de acordo com algumas características da composição familiar. O Auxílio Brasil enfraqueceu a lógica do SUAS ao ser implantado pelo governo a partir de um discurso de ruptura com o PBF 2, sem diálogo com os municípios, com interesse populista pela corrida eleitoral, tendo o seu valor aumentado por determinação judicial. A perspectiva meritocrática e punitiva que a lógica operacional do Auxílio-Brasil imprimiu no debate público sobre o direito a renda associada a precarização dos estabelecimentos socioassistenciais, ao aumento da demanda da população, a não exigência do cumprimento das condicionalidades ao longo do período que vigorou o Auxílio Emergencial contribuíram para a fragilização da Proteção Social (Sposati; Meira, 2023).

da demanda da população por acesso às Políticas Públicas, a progressão na carreira pública e a contagem do tempo de trabalho para fins de aposentadoria e benefícios. Isso resultou em um enfraquecimento dos direitos trabalhistas, tornando as condições para o Trabalho Social ainda mais desafiadoras do que antes da pandemia. Justamente em um momento em que as Políticas Públicas deveriam ser fortalecidas, para lidar com a complexidade crescente dos serviços socioassistenciais, foi montada uma artilharia ideológica que minou as possibilidades de enfrentamento coletivo da realidade capitalista neoliberal no país.

O Comando Único[61] da PNAS não funcionou, permitindo que os municípios realizassem suas próprias ações locais sem uma estratégia nacional organizada que contribuísse efetivamente para enfrentar a complexidade do problema. As ações governamentais para o enfrentamento da pandemia foram fragmentadas e cada município desenvolveu seu próprio arranjo, em diálogo com os estados, mas sem uma articulação federal eficaz. Essa falta de coordenação gerou desigualdades nas decisões políticas, especialmente no âmbito da Saúde Pública, o que teve impactos diretos na situação social geral.

As condições para o desenvolvimento do Trabalho Social eram marcadas por um número insuficiente de profissionais, escassez de recursos materiais e financeiros, uma divisão sociotécnica do trabalho acentuada e trabalhadores sujeitos ao medo e à insegurança devido à possibilidade de infecção pela Covid-19. Não havia referências técnicas específicas para lidar com questões como o aumento dos despejos, o trabalho infantil ou a atenção aos idosos em isolamento. Quando se mencionava o acompanhamento sistemático, era apenas para reforçar sua importância, sem oferecer estratégias complexas adequadas à realidade enfrentada.

Durante a pandemia, os trabalhadores da Assistência Social em seus municípios e estados tentaram adaptar suas ações às novas exigências sanitárias para preservar a vida das pessoas atendidas. Contudo, as macropolíticas federais, ancoradas em uma governamentalidade neoliberal, fragilizaram a proteção social ao reduzir a assistência a serviços, programas, benefícios e acesso a outras políticas

[61] A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de número 8.742/93 (Brasil, 1993) reafirmou em seu artigo 5º, inciso I, como premissas a descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e o comando único das ações em cada esfera de governo, delegando a esfera federal a coordenação e as normas gerais da AS.

públicas. Isso aumentou a complexidade do trabalho, dificultando a superação do paradigma disciplinar que perpetua as desigualdades sociais.

Acreditamos que houve retrocessos na transformação social por meio da PNAS, uma vez que interrompemos os vínculos de pertencimento, os agrupamentos e coletivos, sem criar estratégias efetivas de articulação entre os benefícios e as demais práticas socioassistenciais. A falta de orientações institucionais para garantir a continuidade da proteção social – que requer historicidade, elaboração e organização para romper com ciclos de violência e lutar pelo direito à inclusão social – não foi acidental. Parecia, na verdade, uma oportunidade para institucionalizar as forças reacionárias dos grupos dominantes, que aproveitaram para avançar com suas artimanhas neoliberais.

Diante dessa realidade, a nossa prática com as equipes dos estabelecimentos assistenciais nos inquietou e nos afetou profundamente. Ficou claro que o modo como o Trabalho Social foi operacionalizado e normatizado durante a pandemia de Covid-19 evidenciou um retrocesso significativo na construção de um projeto de transformação social no campo institucional da Assistência Social.

2.5 Problematizações de alguns estudos acadêmicos sobre a relação pandemia de Covid-19 e a AS

Durante a pandemia de Covid-19, os trabalhadores da Assistência Social (AS) enfrentaram inúmeros desafios, especialmente em meio à tentativa de reduzir as práticas dos estabelecimentos de Proteção Social do SUAS à concessão de benefícios. Essas regulações emergenciais buscaram esvaziar o caráter crítico e transformador do trabalho social, restringindo-o às respostas imediatas e fragmentadas. No entanto, nós, trabalhadores, resistimos e levantamos questionamentos cruciais sobre as decisões políticas que precarizaram ainda mais nossas condições de trabalho e o atendimento à população.

Uma das principais questões levantadas por nós mediante a realização do trabalho com as Supervisões técnicas foi: por que, diante do aumento expressivo da demanda por serviços socioassistenciais, não foram realizados novos concursos públicos para ampliar as equipes? A resposta se encontra no contexto de uma governamentalidade neoliberal, que, ao priorizar a austeridade fiscal, deixou de lado as necessidades urgentes da população. Mesmo com a intensificação da busca por

apoio nos estabelecimentos, não houve provisionamento de recursos materiais, como internet, câmeras e fones de ouvido, que poderiam ter viabilizado grupos remotos e outras formas de trabalho assistencial em tempos de isolamento social.

As respostas fragmentadas por parte dos municípios, em razão da falta de uma coordenação nacional eficaz, expuseram a fragilidade da política socioassistencial durante a pandemia. A Portaria nº 54, de abril de 2020 (Brasil, 2020c), que recomendava reduzir a circulação de pessoas e interromper atividades coletivas, teve como consequência a descontinuidade de programas essenciais, como o PAIF. Muitas atividades de acompanhamento familiar foram suspensas ou realizadas de forma limitada, prejudicando a continuidade das ações de proteção social em um momento em que eram mais necessárias. Essa desconexão foi agravada pela exclusão digital de grande parte da população vulnerável, que não tinha acesso às ferramentas tecnológicas para acompanhar as atividades remotamente (Luzia; Liporoni, 2020; Sokalski, 2021; Souza, 2021).

Da análise crítica que fizemos das produções acadêmicas encontramos poucos relatos de trabalhos que foram desenvolvidos na práxis junto às equipes de trabalhadores sociais, a maioria dos artigos apresenta um recorte disciplinar, alguns concebem o sujeito de direito, incluindo as dimensões dos direitos e da cidadania, mas não incluem o sujeito do inconsciente, o que não contribui para avançarmos nos posicionamentos éticos e políticos que precisamos para enfrentar o neoliberalismo, a Política do capital por excelência.

Um dos discursos explícito pelos pesquisadores foi sobre a imprevisibilidade da pandemia de Covid-19 na sociedade e as suas expressões nas Políticas Públicas. Oliveira (2020) percebeu a pandemia de Covid-19 como algo que abalou as estruturas da sociedade brasileira, acentuando os problemas sociais.

Para Tonon (2021) a pandemia transformou o trabalho em atividade remota, levando os trabalhadores a se adaptarem e lidar com um contexto adverso, sem estrutura quanto aos equipamentos tecnológicos necessários para a realização do trabalho remoto.

Além das dificuldades operacionais, a pandemia aprofundou desigualdades sociais, atingindo de forma desproporcional grupos já marginalizados. Estudos apontam que pessoas afrodescendentes, indígenas, trabalhadores informais, mulheres e moradores de áreas rurais sofreram de maneira mais severa os impactos da crise. Mulheres afrodescendentes, por exemplo, enfrentaram uma dupla carga de

trabalho, muitas vezes sendo as principais provedoras de suas famílias, sem acesso suficiente a auxílios emergenciais ou condições adequadas de subsistência (Sokalski, 2021; Woffi; Miinella; Lago; Rasmos, 2020).

Buscamos em nossa intercessão-pesquisa problematizar os estudos mapeados e as nossas experiências de formação dos trabalhadores da AS, reunindo as demandas principais da população e dos trabalhadores para o desenvolvimento e manutenção da política de AS durante o período pandêmico mais crônico.

As demandas identificadas para além das localidades onde atuamos com Supervisão Técnica dos trabalhadores foram as seguintes: a descontinuidade da Educação, sem a oferta de aulas por alguns períodos, e a implantação do ensino remoto, vivenciado pelos jovens de modo abrupto, sendo que ficaram sem mobilidade urbana e muitos foram excluídos do acesso à Educação (Oliveira, 2020); as desigualdades na forma como a pandemia de Covid-19 atingiu a população mais vulnerável, como as pessoas afrodescendentes que morreram mais em decorrência de internação para tratamento de Covid-19 do que as pessoas brancas (Leite, 2020); as dificuldades dos sujeitos e famílias em lidarem com os protocolos sanitários, gerando nos grupos sociais a necessidade perversa da escolha entre terem que quebrar as barreiras sanitárias para garantir sobrevivência (acesso às necessidades básicas tais como alimentos, aluguel, gás, energia elétrica, água) ou ficarem em casa para não se exporem ao vírus, sem as condições básicas de subsistência (Sokalski, 2021).

O dilema entre ficar em casa para garantir segurança sanitária e ter que sair às ruas para buscar meios de sobrevivência explicitou a diferença de classe social e o aprofundamento das desigualdades étnicas/raciais e de gênero, constatada pela sobrecarga do trabalho da mulher. Mesmo aqueles que acessaram o auxílio emergencial relataram dificuldades de prover as demais necessidades da família, principalmente as mulheres afrodescendentes, pois elas ocupavam, em sua maioria, trabalhos informais presenciais (Sokalski, 2021; Wofffi; Miinella; Lago; Rasmos, 2020).

Em relação à população em situação de rua, a insuficiência de vagas de acolhimento institucional se destacou como uma das principais demandas durante a pandemia. Trabalhadores relataram a dificuldade de oferecer acolhimento adequado e seguro, inclusive no que se refere à diversidade de gênero. Além disso, faltavam fluxos organizados para garantir o atendimento humanizado e eficiente a essa população. O desamparo psicológico das equipes de AS também foi apontado como

um fator agravante, com trabalhadores sobrecarregados pela ampliação das demandas e pela ausência de condições adequadas de trabalho (Lima, 2021).

Considerando a população idosa, identificamos como demanda a preocupação acentuada derivada do fato desse grupo ser considerado como de risco para complicações oriundas da Covid-19, apontado como o público mais vulnerável frente às alterações decorrentes do desenvolvimento humano e devido aos aspectos físicos e cognitivos pré-existentes. Estes mesmos estudos orientaram as equipes gestoras a se prepararem e instrumentalizarem as equipes de técnicos trabalhadores, para o enfrentamento das desigualdades, nesse contexto de pandemia (Sokalski, 2021; Tonon, 2021). Ainda apareceram como demandas no âmbito da AS, as dificuldades nos diálogos com a Caixa Econômica Federal, com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e com a própria área da Saúde (Sokalski, 2021).

O PAIF passou a ser realizado de modo limitado e esporádico, com o trabalho de acompanhamento familiar, em muitos municípios, simplesmente foi interrompido. Diante das fragilidades institucionais foram mapeadas as necessidades de formação dos gestores e a produção de análises quanto à sobrecarga dos trabalhadores.

Identificamos apenas um estudo que fomentou a necessidade do enfrentamento da questão social, na perspectiva de que os trabalhadores se posicionassem de outro modo, não como meros executores, punitivos ou familistas (Sokalski, 2021).

Outros questionamentos presentes nos artigos que pesquisamos, eram sobre a temática da regulamentação do SUAS para o enfrentamento à Covid-19. Os autores realizaram uma crítica a Portaria nº 54 de abril de 2020 (Brasil, 2020c), em que recomendou às equipes o desenvolvimento do trabalho focalizado nos casos urgentes e emergentes, buscando reduzir circulação de pessoas, aglomerações e contato humano, o que produziu como efeito a suspensão das ações continuadas pelos CRAS e CREAS, assim como a Portaria nº 100, de 14 de julho de 2020 (Brasil, 2020f), que apontou estratégias para os estabelecimentos socioassistenciais enfrentarem a pandemia de Covid-19, como a adoção do trabalho remoto e descentralização do trabalho presencial para evitar aglomerações, sem levar em consideração a exclusão digital da população que possui insuficiente acesso às tecnologias digitais para viabilizar o trabalho remoto (Luzia; Liporoni, 2020; Sokalski, 2021; Souza, 2021).

Outros estudos problematizaram o fenômeno sanitário da pandemia no contexto brasileiro de avanço do modelo econômico neoliberal, que já estava em curso

no país com as medidas de austeridade, a erosão da democracia, a ascensão da extrema direita e de um governo autoritário. Nesses estudos sobre a pandemia do Covid-19, identificamos a agudização e o aprofundamento da crise econômica, insuficiência e incipiência dos benefícios de transferência de renda, enfraquecimento e precarização das políticas sociais, evidenciando os limites colocados pelo projeto neoliberal, que explicitou as desigualdades da sociedade capitalista e suas expressões, desencadeando um aumento da pobreza, na destruição do meio ambiente, em racismo, opressão, discriminação e negação da ciência (Leite, 2020; Luzia; Liporoni, 2020).

Lima (2021) apontou para um tipo de trabalhador na AS, o “burocrata de nível de rua”, que atuava em estabelecimentos públicos, caracterizado pela prática de interação com os cidadãos, associada às condições de trabalho demarcadas pelo aumento das demandas e insuficiência de recursos, operando na linha de frente, com alto grau de discricionariedade e colocando limites ao acesso dos sujeitos aos seus direitos, um conceito recuperado da década de 70, mas uma fotografia do quanto as políticas sociais retrocederam no período anterior e durante a pandemia do Covid-19.

As críticas identificadas no discurso desses pesquisadores referem-se ao não provisionamento das estruturas e condições de trabalho para os trabalhadores. Os processos instituídos na AS foram caracterizados pela insuficiência de recursos financeiros, mesmo diante de uma situação de calamidade pública, em que as prefeituras ficaram autorizadas a desenvolver estratégias próprias para lidar com a crise pandêmica, utilizando recursos para além do orçamento que já havia sido definido em Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

A busca pela sobrevivência nesse período pandêmico produziu um fortalecimento dos estabelecimentos filantrópicos e de caridade, relacionados a associações, OSC, fortemente posicionadas no paradigma ético da filantropia e da caridade. A população buscou encontrar estratégias para endereçar suas demandas, tentando acessar o vale cesta no CRAS e procurando pelos demais estabelecimentos para acessar outros benefícios.

Mas também tivemos ao longo desse período o fortalecimento de algumas forças instituintes que por meio de arranjos inventivos buscaram produzir ações em resposta as demandas da população e a insuficiência do Estado, configurando ações coletiva por meio de rede de afeto, solidariedade e apoio, como a “Coletiva de

Mulheres da Quebrada[62]" em Belo Horizonte – MG, movimento autogerido por mulheres que busca ofertar apoio psicológico às mulheres e atividades de manifestações culturais, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que organizou doações de alimentos e a criação da "Cozinha Solidária" para preparo de alimentos e distribuição aos sujeitos que viviam em comunidades populares, além de outras redes que foram se constituído por meio do fortalecimento dos laços afetivos nas comunidades periféricas, constituindo movimentos moleculares implicados as lutas sociais.

3. A ameaça e o risco do retorno do assistencialismo como efeito ético e político na prática disciplinar no Trabalho Social

A pandemia de Covid-19 se tornou um ponto central no aumento das desigualdades sociais, especialmente entre mulheres e pessoas afrodescendentes, que formam a maioria dos que acessam as políticas sociais. Os governantes, tanto da união quanto dos estados e municípios, aproveitaram essa crise sanitária para esconder outros problemas já existentes, como a crise econômica, política, social e ambiental. Usaram a pandemia como justificativa para tomar decisões que pioraram as condições dos serviços sociais, desorganizando os trabalhadores, dificultando ações críticas e enfraquecendo os movimentos de resistência.

Essas políticas, baseadas no modelo neoliberal, não só aumentaram a vulnerabilidade das pessoas, como também sufocaram as iniciativas que poderiam fortalecer as lutas sociais. Com isso, o assistencialismo voltou a ganhar espaço no Trabalho Social, limitando-o a medidas imediatistas e distantes de seu papel transformador. Em vez de fortalecer a assistência social para enfrentar as crises que afetam o país, essas políticas criaram um cenário de retrocesso, onde o apoio social se torna apenas paliativo e sem compromisso com mudanças profundas.

Acreditávamos que o aumento da procura da população pelos estabelecimentos da AS em busca de proteção social, diante dos problemas sociais agravados pela pandemia de Covid-19, por si só, constituiriam em desafios para o Trabalho Social, alterando e reduzindo as práticas sociais em escuta dos sujeitos-usuários por meio da estratégia de atendimento individualizado e com ações de

[62] Podemos encontrar maiores informações da Coletiva Mulheres da Quebrada no canal do Youtube: Disponível em: https://www.youtube.com/@mulheresdaquebrada3634 Acesso em: 10 nov. 2021.

concessão de cesta básica e inclusão em programas de transferência de renda. Mas não foi somente isso. Houve no período um conjunto de regulamentações institucionais que configuraram em uma governamentalidade neoliberal de ataque ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS) fragilizando sua forma de funcionamento e a capacidade técnica do estabelecimento em construir estratégias coletivas para lidar com a complexidade inerente ao Trabalho Social em resposta às demandas da população. A governamentalidade neoliberal e seus efeitos na AS no período pandêmico fortaleceu as forças institucionais assistencialistas, filantrópicas, tuteladoras e disciplinares que marcaram o longo período de assistencialismo no Brasil e nunca deixaram de existir, mesmo após o processo de institucionalização da Assistência Social como Política Pública do Estado e um direito constitucional garantido pela Seguridade Social.

A piora das condições institucionais, sociais, materiais e financeiras para o desenvolvimento de um Trabalho Social na AS, na perspectiva da participação social, do exercício da cidadania e do acesso aos direitos, resultou de um conjunto de reformas constitucionais e estruturais que modificaram e reduziram os direitos e os seus acessos. Situamos nesse conjunto de modificações das instituições que constituem o Estado brasileiro as reformas Trabalhista, da Previdência Social, do orçamento com a imposição de Teto de Gastos para as políticas públicas, incluindo a AS, da normatização da Pejotização da população, dentre outras alterações regulamentares e ou sociais que contribuíram para agravar a Questão Social com o aumento do desemprego, da insegurança alimentar, do acesso às Políticas Públicas, fortalecendo os processos de burocratização e judicialização para a garantia dos direitos.

Com a emergência sanitária no início do ano de 2020, a pandemia do Covid-19, percebemos os problemas sociais se agravarem com a intensificação das violências contra crianças e adolescentes como um dos seus efeitos, o número crescente de feminicídios[63]; o desemprego, uma vez que nesse período disparou o aumento da fome e da insegurança alimentar. O Brasil vivenciou um alto número de mortes por Covid-19, quando comparado com os demais países. Nesse contexto os estabelecimentos socioassistenciais perceberam o crescimento significativo, no

63. Os feminicídios no Brasil aumentaram cerca de 22% entre março e abril 2020 em comparação ao mesmo período do ano anterior, de acordo com o Anuário de Segurança Pública (Brasil, 2020i).

período da pandemia, da procura das pessoas pelos estabelecimentos socioassistenciais em busca de auxílios para sua sobrevivência e Proteção Social.

Em 2020 muitos municípios ainda não tinham constituído adequadamente suas equipes de referência dos CRAS e CREAS ou sequer haviam cuidado de prover a composição da equipe interdisciplinar dos estabelecimentos assistenciais, produzindo um dos maiores desafios para os trabalhadores: desenvolver o trabalho junto às famílias num contexto intenso de precarização das relações de trabalho.

As condições de trabalho das equipes de referência com as quais trabalhamos como supervisor, capacitador e assessor, no período de março de 2020 a dezembro de 2022, foram as mais diversas e precarizadas. Os trabalhadores da AS vivenciaram como efeito direto o aumento da procura dos sujeitos pelos estabelecimentos socioassistenciais. As equipes de trabalho já estavam reduzidas, mas com os novos afastamentos dos trabalhadores devido o Covid-19, se acirrou a redução do número de trabalhadores, aumentando os desafios aos trabalhadores que permaneceram atendendo.

Ao longo dos meses iniciais da pandemia do Covid-19 no ano de 2020, os estabelecimentos socioassistenciais foram fechados em alguns municípios. Quando esses estabelecimentos foram reabertos já estavam funcionando com atendimento no modo online, e focalizado em demandas de providências relacionada a acesso a cesta básica ou inclusão em programas de transferência de renda.

Mesmo com a aprovação e destinação de recurso financeiro emergencial para utilização pelos municípios para o enfrentamento do Covid-19 no campo da AS, muitos deles não conseguiram garantir condições adequadas e tecnológicas aos trabalhadores e à população para o desenvolvimento do atendimento online, que passou a ser a principal ferramenta de trabalho, assim como o contato telefônico.

Foi comum os trabalhadores dos estabelecimentos socioassistenciais se queixarem por não terem máscaras, Equipamentos de Proteção Individual (EPI), adaptação do espaço e utensílios de proteção para garantir o protocolo sanitário contra o Covid-19 no cotidiano do Trabalho Social. Vivenciamos condições precárias de trabalho, em um contexto social de medo e permeado por conflitos. Assim como os sujeitos atendidos pelos estabelecimentos assistenciais, os trabalhadores também vivenciaram a eclosão de uma crise sanitária gravíssima com muitos lutos sem elaboração, já fragilizados pelas recentes reformas do Estado.

As práticas sociais dos trabalhadores que constituíram o Trabalho Social nos territórios que atuamos estavam confinadas e focalizadas em concessão de cesta básica e acesso aos programas de transferência de renda, caracterizando em ações disciplinares de comprovação de situação de vulnerabilidade social para justificar o acesso, produzindo o risco do retorno do assistencialismo com a objetificação do sujeito.

Os trabalhadores da linha de frente da AS ao verem a possibilidade de vacina no braço do brasileiro não foram contemplados como público prioritário para serem vacinados. Em alguns municípios os trabalhadores conseguiram ser vacinados sendo cadastrados como trabalhadores da saúde. Não houve o reconhecimento dos trabalhadores como profissão essencial. O processo de vacinação dos trabalhadores da AS foi retardado, embora constasse nos textos legais como um direito.

A atuação do trabalhador desprevenida não contribui para a organização dos trabalhadores na produção de saber-fazer-poder que contribua para a reação implicada no enfrentamento às normatizações institucionais. O quanto nós trabalhadores estávamos implicados a partir de uma subjetividade singularizante com o trabalho social no SUAS? Se nós trabalhadores estivéssemos mais organizados coletivamente teríamos resistido de outro modo, prevenindo o número de mortes ou adoecido emocionalmente menos?

Em contradição às mazelas sociais impostas pelas desigualdades sociais à população, a riqueza produzida no país foi cada vez mais concentrada ao longo dos anos de 2020 a 2022 em contraposição ao aumento do número de sujeitos sociais/famílias com nulo acesso a renda para a sobrevivência. Esse contingente excedente ao exército reserva passou a ser exterminado pela ação institucional da polícia, por associações civis criminosas ou pelo desamparo das políticas sociais às famílias, exploradas, moídas e abandonadas àn própria sorte.

A redução dos investimentos estratégicos do Estado na Proteção Social foi acompanhada do fortalecimento do Estado junto a determinados setores econômicos do mercado. O endurecimento das ações policiais nas periferias, cerceando as liberdades do povo pobre e miserável, principalmente da população afrodescendente, reproduzindo uma política de controle coercitivo nas periferias e extermínio da “ralé brasileira” como aponta Souza (2009), já se constituíam como problemáticas sociais, objetivado inclusive nos assassinatos de mulheres afrodescendentes e transexuais, muito antes da crise do Covid-19.

O acirramento das demandas sociais, no contexto da pandemia do Covid-19, exigia uma reorganização do SUAS, de modo a fortalecer suas capacidades para que pudesse atender a população, mas o movimento que percebemos foi embrutecimento das Políticas Públicas.

Entendemos que as novas regulamentações e normativas para o Trabalho Social ao longo do período da pandemia de Covid-19 foram instituídas de modo contraditório, isto é, na contramão das normativas conceituais, técnicas, éticas e políticas presentes que já existiam na PNAS (Brasil, 2004), no Caderno de Orientação Técnica do PAIF volume 1 (Brasil, 2012a), no Caderno de Orientação Técnica PAIF volume 2 (Brasil, 2012b), dentre outros documentos que propuseram a realização de um Trabalho Social interdisciplinar, apresentando conceitos dos planos social e histórico, com suas possibilidades e limitações, que embasavam alguns trabalhadores sociais, de certo modo, para o desenvolvimento de um trabalho de transformação social das desigualdades sociais.

Os trabalhadores sociais encontram dificuldades na produção de efeitos de transformação da realidade. Nossa hipótese é de que se os elementos que já existiam anterior ao período de Covid-19, que constituíam o discurso oficial da AS, não contribuíram para práticas implicadas, singularizadas e modificadoras da realidade, talvez porque poderiam estar alinhadas ao modo de trabalho disciplinar hegemônico que contribui para a manutenção das desigualdades sociais.

Constatamos a partir da nossa análise crítica do Trabalho Social, que ao longo do período pandêmico houve uma tentativa de desmonte do SUAS na perspectiva das suas condições materiais, provimento de servidores públicos e capacidade técnica-profissional dos estabelecimentos socioassistenciais para que os trabalhadores que ali se encontravam pudessem atender e acompanhar às famílias pautadas no campo do direito, da cidadania e da participação social. Essa lacuna e o desinvestimento na AS por parte do governo federal contribuiu para o fortalecimento das ações assistencialistas, muitas vezes religiosas e desarticuladas do discurso oficial da AS já existentes, atrelando o Trabalho Social a ética da tutela produtora de sujeitos passivos. Estaríamos, assim, novamente amaciando a revolta popular?

O SUAS faz parte de uma economia e possui funcionalidades que estão silenciadas, mas que podem ser encontradas nos não ditos. Quando o SUAS não consegue incluir a realidade psíquica do sujeito para que ela serve, então?

A fragilização das capacidades técnicas e materiais dos estabelecimentos socioassistenciais da PSB no período da pandemia de Covid-19 culminou com as práticas dos trabalhadores posicionadas na focalização do atendimento da população que demandavam por acesso ao direito a cestas básicas e a transferência de renda. Algumas práticas sociais dos trabalhadores da AS posicionadas nos paradigmas da caridade e filantropia.

A população vivenciou perdas de familiares e de amigos pelo Covid-19 com pouquíssimos ou nulos processos simbólicos coletivos de elaboração do luto social e também dificuldades de acessos aos direitos sociais. Algumas famílias vivenciaram ordens de despejo, sem condições materiais necessárias para que as equipes da AS pudessem trabalhar para a sua Proteção Social.

Os trabalhadores encontraram dificuldades inclusive para desenvolver um trabalho na perspectiva da inclusão social da população atendida pela AS concebendo o sujeito de direito. As demandas de ordem psíquica do sujeito continuaram encobertas. Elas poderiam ser problematizadas se os trabalhadores também se implicassem com a concepção do sujeito do inconsciente, incluindo o campo da subjetividade e do desejo no campo de trabalho. Os trabalhadores, ao não considerar a realidade psíquica dos sujeitos e somente o plano social, podem produzir como efeito não desejado de sua prática, o fortalecimento da força dominante e a conformação, culpabilização e resignação do sujeito com a miserável vida cotidiana. Como efeito, observamos a repressão de sua força instituinte ou a perversão ao conformismo na aceitação das situações de pobreza.

Todo o contexto de acirramento das desigualdades sociais associado ao medo dos sujeitos de contaminação e infecção pela Covid-19, o mesmo a infecção e seus desdobramentos no cotidiano das equipes de trabalhadores geraram impasses histórico, sanitário, sociais, políticos, subjetivos, dentre tantos outros que não podemos apreender em apenas um parágrafo. Como ressignificar essa realidade?

Focalizados no plano social e político, os trabalhadores tiveram muitas dificuldades em operar com práticas produtoras de perspectivas éticas do Sujeito do Paradigma do Sujeito Cidadão das Políticas Públicas e da Ação Social, presentes inclusive no próprio discurso da AS.

Desenvolver um trabalho na contramão da reprodução social gera demandas de trabalho, necessidade de análise, estudo, organização e ação, mas acreditamos que pode ser uma estratégia menos adoecedora, uma vez que o adoecimento do

trabalhador também pode se configurar pelo não-saber e não-fazer, levando-o à impotência e à utilização de práticas disciplinares de atendimento assistencialista pautada na perspectiva da necessidade-carecimento.

Os sujeitos e famílias foram até o CRAS demandar por aquilo que ouviram por meio dos diversos noticiários que precisariam: alimentos e dinheiro. Junto com o aumento das demandas aos estabelecimentos assistenciais, o desconhecimento sobre o Covid-19 produziu muitos medos e fragilidades nas equipes do SUAS.

Bovolenta (2017) nos lembra que a alimentação, por exemplo, é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal (Brasil, 1988). Desde a criação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan) (Brasil, 2006b) a população não precisaria da interface com outra política pública para a garantia do acesso ao alimento como direito, muito menos de uma avaliação social para sua concessão, como é o caso da Assistência Social. No campo da AS a cesta básica foi caracterizada como um benefício eventual, se configurando como a principal resposta do Trabalho Social às demandas sociais, cumprindo a função de confortar e aliviar o sofrimento do cidadão e camuflando as violações de direitos que permanecem ao longo do tempo no cotidiano da vida dos sujeitos.

Na maioria dos municípios do país os trabalhadores com mais de 65 anos ou com comorbidades foram afastados, implantou-se entre as equipes o trabalho remoto, o atendimento *online*, o revezamento de jornadas de trabalho e o fechamento temporário dos estabelecimentos. Verificamos que houve aumento do adoecimento dos trabalhadores e afastamentos devido a problemas emocionais.

As equipes vivenciaram dificuldades semelhantes e outras específicas com relação ao contexto cultural dos sujeitos dos estabelecimentos socioassistenciais. Acreditamos que os trabalhadores que estavam mais avisados quanto à demanda social e organizados coletivamente, puderam criar estratégias de resistência e enfrentamento à realidade daquele momento da vida brasileira.

Esse enfrentamento da realidade exigia de nós trabalhadores uma implicação subjetiva singularizada para que pudéssemos operar a partir de outro paradigma. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi constituído pelos atravessamentos das forças instituídas pelo MCP. Nós trabalhadores da AS poderíamos nos precaver e nos anteciparmos, de modo coletivo, se estivéssemos avisados sobre as forças presentes, dos ditos e não ditos do capitalismo neoliberal.

Os atravessamentos molares da macropolítica nos trabalhadores fortaleceram os efeitos disciplinares no Trabalho Social e no cotidiano da vida da população, desassociou as estratégias de proteção social (serviço e benefício) e abriu espaço para a reprodução de práticas assistencialistas e clientelistas. Os trabalhadores da AS, de modo inadvertido ou avisado que buscaram operar com práticas sociais que confrontavam as forças institucionais instituídas e as ações macropolíticas contribuem para a produção de movimentos moleculares de fortalecimento das forças instituintes dos trabalhadores da AS, embora essas ações pareçam invisíveis (Deleuze; Guattari, 2000). Por isso, é urgente que possamos forjar a práxis implicada com as lutas sociais, aumentado a capacidade organizativa dos trabalhadores e também da população atendida para produções coletivas inventivas, resistentes e rizomáticas, mesmo com as dificuldades que constitui os problemas impostos pelo MCP que estava a todo vapor no país, sendo implementando no seu viés neoliberal, precarizando as relações de trabalho e as condições materiais e financeiras para um Trabalho Social capaz de se inventar como resposta coletiva dos trabalhadores a altura da complexidade das demandas vivenciadas pelos sujeitos.

Considerações Finais

Nesse ensaio, buscamos questionar e analisar o saber-fazer-poder presente ou ausente no Trabalho Social realizado pelos trabalhadores da Assistência Social (AS), além das contradições no discurso institucional. Nosso objetivo foi identificar as formas, os ditos e os não ditos, para produzir um conhecimento intercessor sobre o Trabalho Social durante a pandemia de Covid-19.

Encontramos que a combinação do fenômeno sanitário da Covid-19 com as ações governamentais pautadas na racionalidade neoliberal resultou um risco concreto de que Assistência Social retornasse às práticas disciplinares de caráter assistencialista no Trabalho Social. Como operar com o Trabalho Social com famílias e indivíduos de modo a contribuir para superar as práticas disciplinares assistenciais em direção a um trabalho transdisciplinar? As limitações impostas ao Trabalho Social pela realidade socioeconômica e simbólica, assim como pela dimensão psíquica dos sujeitos, tornaram o trabalho das equipes inviável em alguns momentos. Esse cenário foi agravado pela lógica operante do neoliberalismo patológico, que reduziu o número

de profissionais, como psicólogos, triplicou as demandas e focalizou as estratégias em atendimentos individualizados.

No entanto, para que essas limitações no Trabalho Social da AS não nos paralisem, avaliamos ser necessário estabelecer um novo tipo de atuação que contribua para a criação de condições concretas. Para isso, é preciso resistir e enfrentar os desafios que visam à transformação social. Devemos considerar, além do aspecto social, a realidade psíquica dos sujeitos (tanto os atendidos quanto os trabalhadores) para desenvolver práticas singulares e comprometidas com as lutas sociais, capazes de enfrentar as práticas disciplinares e a ameaça do assistencialismo que ainda persiste na AS, embora esta seja fundada no campo dos direitos.

Referências bibliográficas

ALTOÉ, S. (Org.). **René Lourau, analista institucional em tempo integral.** São Paulo: Hucitec, 2004.

AMADO, G. Implicação. In Barus-Michel, J., *et al*. **Dicionário de psicossociologia**. 2005. p. 285-285.

BAREMBLITT, G. **Compêndio de análise institucional e outras correntes**. 3. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

BAREMBLITT, G. F. **O Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: Teoria e prática.** 6. ed. Belo Horizonte: Editora FBG/IFG, 2012.

BENELLI, S. J. As éticas nas práticas de atenção psicológica na assistência social**. Estudos de Psicologia (Campinas),** v. 31, n. 2, p. 269-287, 2014.

BENELLI, S. J. **Psicologia e Assistência Social:** interfaces políticas, clínicas e éticas. Curitiba: CRV, 2020.

BENELLI, S. J.; COSTA-ROSA, A. Paradigmas diversos no campo da Assistência Social e seus estabelecimentos assistenciais típicos. **Psicologia USP**, v. 23, n. 4, p. 609-660, 2012.

BENELLI, S. J. **Figuras da clínica "psi" na contemporaneidade**: o olhar, a escuta e a sensação. 248 f. Tese de Livre Docência – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, 2022.

BENELLI, S. J. **Problematizações das figuras da psicologia clínica:** olhar, cuidar, escutar. São Paulo: Unesp Digital, 2023.

BORGES, M. E. S.; MATOS, M. C. As duas faces da mesma moeda: ultraneoconservadorismo e ultraneoliberalismo no Brasil da atualidade. In BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C.; FREIRE, S.M.F. (Org.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia, Navegando Publicações, 2020.

BOSCHETTI, I. **Assistência Social e Trabalho no Capitalismo**. Cortez, SP, 2016.

BOVOLENTA, G. A. Cesta básica e assistência social: notas de uma antiga relação. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 130, p. 507-525, set./dez. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988 (atualizada até a Emenda Constitucional nº 107). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 21 mar. 2021.

BRASIL. **Lei Federal de nº 8.742**, de 7 de dezembro de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em 26 mar. 2021.

BRASIL. **Resolução de nº 145**. Política Nacional de Assistência Social. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), 2004.

BRASIL. **Resolução de nº 269**. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), 2006a.

BRASIL. **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, 2006b.

BRASIL. **Concepção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: 2009a.

BRASIL. **Resolução de nº 07**, de 10 de setembro de 2009b. Ministério do Desenvolvimento Social. Brasília. Disponível em: https://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-no-7-de-10-de-setembro-de-2009/#:~:text=Propor%20mecanismos%20que%20fortale%C3%A7am%20sistematicamente,do%20PBF%2C%20PETI%20e%20BPC.&text=Art.,-5%C2%BA.

BRASIL**. Orientações técnicas**: Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: Gráfica e Editora Brasil, 2011a.

BRASIL**. Resolução de n° 17**. Ratifica a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUA. Conselho Nacional de Assistência Social, 2011b.

BRASIL. **Orientações técnicas sobre o PAIF**. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. V. 1. Brasília: MDS, 2012a.

BRASIL. **Orientações técnicas sobre o PAIF**. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: MDS, V. 2, 2012b.

BRASIL. **Resolução nº 04**. Política Nacional de Educação Permanente do SUAS. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), 2013.

BRASIL. **Resolução de n° 09**. Ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de ocupações profissionais de ensino médio e fundamental do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Conselho Nacional de Assistência Social, 2014.

BRASIL. Resolução de nº 06, de 13 de abril de 2016a. Brasília. Conselho Nacional de Assistência Social. Disponível em: https://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-no-6-de-13-de-abril-de-2016-2/#:~:text=Estabelece%20par%C3%A2metros%20para%20a%20Supervis%C3%A3o,do%20SUAS%20%E2%80%93%20PNEP%2FSUAS.

BRASIL. **Emenda Constitucional de n°95**. Brasília, 2016b.

BRASIL. **Lei Federal de n° 13467**. Altera a Consolidação das *Leis* do Trabalho (CLT). Brasília, 2017.

BRASIL. **Emenda Constitucional de n° de 103**. Altera a Previdência Social. Brasília, 2019.

BRASIL**. Lei Federal de n° 13079** de 06 de fevereiro de 2020a. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-369-de-29-de-abril-de-2020-254678622. Acesso em 23 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 10.282**, de 20 de março de 2020b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10282.htm. Acesso em 27 ago. 2022.

BRASIL. **Portaria de nº 54**, de 1º de abril de 2020c. MINISTÉRIO DA CIDADANIA, Brasília. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-54-de-1-de-abrilde-2020-250849730. Acesso em 28 ago. 2022.

BRASIL. **Portaria Conjunta de nº 1**, de 2 de abril de 2020d. Ministério da Cidadania. Secretaria Nacional de Assistência Social, Secretaria de Gestão de Fundos e Transferências. Brasília. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-conjunta-n-1-de-2-de-abril-de-2020-251067584. Acesso em 28 ago. 2022.

BRASIL. **Portaria de nº 63**, de 29 de abril de 2020e. Ministério da Cidadania. Brasília. Disponível em: http://blog.mds.gov.br/redesuas/portaria-no-63-de-29-de-abril-de-2020/#:~:text=Disp%C3%B5e%20acerca%20da%20operacionaliza%C3%A7%C3%A3o%20da,Import%C3%A2ncia%20Internacional%20decorrente%20do%20novo. Acesso em 23 mar. 2024.

BRASIL. **Portaria de nº 100**, de 14 de julho de 2020f. MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Brasília. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-100-de-14-de-julhode-2020-267031342. Acesso em 28 ago. 2022.

BRASIL. **Portaria de nº 337**, de 24 de março de 2020g. Ministério da Cidadania. Brasília. Disponível em: https:// www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-337-de-24-de-marcode-2020-249619485. Acesso em 28 ago. 2022.

BRASIL. **Portaria de nº 369,** de 29 de abril de 2020h. Ministério da Cidadania. Brasília. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-369-de-29-de-abril-de-2020-254678622. Acesso em 23 mar. 2024.

BRASIL. **Anuário de Segurança Pública**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Ano 14, 2020i.

BRASIL. **Portaria de nº 58**, de 15 de abril de 2020j. Ministério da Cidadania. Brasília. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/portaria/portaria-no-58-de-15-de-abril-de-2020#:~:text=Aprova%20a%20Nota%20T%C3%A9cnica%20n%C2%BA,de%20Assist%C3%AAncia%20Social%20(SUAS).

BRASIL. Lei Complementar de nº 173, de abril de 2020k. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp173.htm

BRASIL. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua)**. Brasília, 2022.

CARDOSO, M. L. M.; ROMAGNOLI, R. C. Contribuições da cartografia para a produção de uma ciência nômade. **Revista Polis e Psique**, v. 9, n. 3, p. 6-25, 2019.

CAVALCANTI, B. M. ; VENERIO, C. M. S. Uma ponte para o futuro?: reflexões sobre a plataforma política do governo Temer. **Revista de Informação Legislativa**: RIL, v. 54, n. 215, p. 139-162, jul./set. 2017.

CORDEIRO, M. P.; SATO, L. Psicologia na política de Assistência Social: trabalho em um "setor terceirizado". **Estudos de Psicologia,** Campinas, v. 34, n. 1, p. 41-52, 2017.

CÔRTES, T. L. A potenciação da expropriação no ultraneoliberalismo brasileiro. **Rev. Mundo Livre**, Campos dos Goytacazes, v. 7, n. 1, p. 62-85, jan./jun., 2021.

COSTA-ROSA, A. O Modo Psicossocial: um paradigma das práticas substitutivas ao modo asilar. In: AMARANTE, P. (Org.) **Ensaios**: Subjetividade, Saúde Mental, Sociedade. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. p.141-168.

COSTA-ROSA, A. **Redes de contratualidade social em sujeitos do sofrimento psíquico grave**: integrando a estratégia saúde da família e estratégia atenção psicossocial no território. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2008. (Trabalho não publicado).

COSTA-ROSA, A. Por que a Atenção Psicossocial exige uma clínica fundada na psicanálise do campo Freud-Lacan? **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 18, n° especial, 2019, p. 37-54

FONSECA, R. S. R.; ALENCAR, T. R. Para uma análise inicial dos impactos do ultraneoliberalismo brasileiro sobre a reprodução social. Ver. **Trabalho, Política e Sociedade**, PPGD/UERJ, V.06, nº 10, p. 317-338, jan.-jun., 2021.

DELEUZE, G.; GUATARRI F. **Mil Platôs**: Capitalismo e Esquizofrenia 1º. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda.** São Paulo: Editora Nova Cultura, 1973.

LANE, S. T. M.; CODO, W. (Orgs.) **Psicologia Social**: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 2001.

LAPASSADE, G. **Grupos, organizações e instituições**. Francisco Alves, 1977.

LEITE, Kelen Christina. A (in) esperada pandemia e suas implicações para o mundo do trabalho. **Psicologia & Sociedade**, v. 32, 2020.

LIMA, L. F. C. **A atuação da burocracia de nível de rua no serviço de acolhimento institucional para pessoas em situação de rua no município de Belo Horizonte**. 2022.

LIMEIRA. **Diagnóstico Socioterritorial do município de Limeira**. Limeira: CEPROSOM, 2016.

LOURAU, R. **A análise institucional**. Petrópolis: Vozes, 1995.

LUZIA, E. L. R; LIPORONI, A. A. R. C. Os impactos da pandemia da Covid-19 na vida das famílias e a reorganização da Política de Assistência Social. **Anais do V SERPINF e III SENPINFISBN.** 2020. Disponível em:https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/serpinf-senpinf/assets/edicoes/2020/arquivos/69.pdf Acesso em: 29 ago. 2022.

MANSANO, S.R.V; CARVALHO, P.R; CARVALHAES, F.F. Pandemia, governamentalidade e biopolítica: A vida em disputa. **Psicologia Política**. v. 21, n.51, p. 305-321, 2021.

NUNES, J. A pandemia de COVID-19: securitização, crise neoliberal e a vulnerabilização global. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 5, 2020.

OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel. Juventudes, escola e cidade na pandemia da Covid-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA),** v. 4, n. 10, p. 115-122, 2020.

PÉRICO, W. **Ensaios sobre psicanálise, instituições e luta de classes no campo de Saúde Mental Coletiva**. 258 f. Universidade do Estado do Rio de Janeiro Centro de Educação e Humanidades Instituto de Psicologia, Rio de Janeiro, 2021.

RIGHETTI, C. S. **Poder judiciário e políticas públicas**: um estudo sobre as demandas sociais na área da infância e juventude. 2006. 123 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006.

ROMAGNOLI, R. C.; FADUL, F. M.; SOUZA, C. A intersetorialidade em tempos de pandemia: perspectivas a partir da ótica da assistência social. In: NOGUEIRA, G.; ROCHA, R. V. de S.; BRAMBILLA, B. B.; JACINTO, P. M. dos S. (Orgs). **A psicologia no sistema único de assistência social: fundamentos, desafios e horizontes metodológicos**. São Paulo: Devires, 2023, p. 361-375.

ROMAGNOLI, R. C.; BRAGA, E. M.; SOUZA, C. Assistência Social e pandemia: tensões políticas e práticas de enfrentamento. In: MOREIRA, J. de O; TORRES, R. (Orgs.). **Pandemia, Crise e Subjetividade.** Curitiba: CRV, 2021, p. 121 – 135.

SILVA, C. C. V.; PEREIRA, A. E. A Teoria de Securitização e a sua aplicação em artigos publicados em periódicos científicos. **Revista de Sociologia e Política**. v. 27, (69), 2019.

SILVA, R. R. Assistência Social no Neoliberalismo: uma análise no contexto da pandemia da COVID-19. **Revista de Políticas Públicas**. V. 25, n. 1, p. 26-45, 2021.

SAWAIA, B. **Exclusão ou Inclusão perversa**? As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. SAWAIA, B. (Orgs.). Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

SPOSATI, A.; MEIRA, P. T. **Transferência de renda no Brasil**: entre a herança recebida e a direção prometida. 1ª Ed. São Paulo, Cortez, 2023.

SOKALSKI, J. F. *Et a*l. **As demandas para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na região da Amplanorte/SC durante o período da pandemia da Covid-19**, 2021.

SOUZA, J. (Org.) **Ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, C. G. Reflexões sobre o trabalho da (o) assistente social no SUAS. Contexto de pandemia: a autônima profissional em questão. **X Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP)**. Ambiente Virtual. Brasil, 2021.

TONON, E. M. P. **A reorganizz\ação das demandas e ações que a atual pandemia proveniente da COVID-19 acarreta na Política de Assistência Social aos Idosos.** 2021. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/SCAR_a90d0491fd005acf52cb05e0ded21ebf. Acesso em: Acesso em: 23 mar. 2024.

WOLFF, C. S.; MINELLA, L. S.; LAGO, M. C. S.; RAMOS, T. R. O. Pandemia na necroeconomia neoliberal. Universidade Federal de Santa Catarina, **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 28(2), 2020.

YAMAMOTO, O. H.; OLIVEIRA, I. F. Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. Psicologia: **Teoria e Pesquisa**, v. 26, (n.spe.), p. 9-24, 2010.

ENSAIO 4 – ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE INSTITUCIONAL (AI) E DA PSICANÁLISE DE FREUD-LACAN PARA O(A) TRABALHADOR(A)-INTERCESSOR(A) OPERAR NA ASSISTÊNCIA SOCIAL (AS)

1. Introdução

O trabalhador que opera com o Trabalho Social na Assistência Social (AS) pode tentar se deslocar da posição que ocupa na produção de práticas tradicionais para forjar a práxis, se posicionando como trabalhador-intercessor[64], para contribuir com a produção de um Trabalho Psicossocial Crítico-Intercessor, que inclua, no plano social, político e da subjetividade, a dimensão do inconsciente da subjetividade do sujeito, que somente é possível em um campo de trabalho e análise sócio simbólico (Costa-Rosa, 2000; Périco, 2021; Benelli, 2022). O Dispositivo Intercessor (DI) foi a nossa estratégia como desejo-ideal para que pudéssemos nos localizarmos nos planos social, político e do inconsciente da subjetividade, criando estratégias intercessoras de subversão da lógica tradicional que opera na reprodução do Modo Capitalista de Produção, e está presente nas práticas dos trabalhadores da AS.

Neste ensaio, que compõe a nossa Intercessão-Pesquisa[65], buscamos apresentar uma série de referenciais teóricos, éticos, políticos, e socioculturais que nos auxiliaram em nossa procura pelo posicionamento intercessor para produzir práxis

[64] A posição intercessora refere-se à atuação do trabalhador-intercessor, avisado das contradições e lacunas institucionais como efeito da realidade socio-simbólica da formação social e da subjetividade dos sujeitos que trabalham no estabelecimento, bem como dos sujeitos atendidos, se inspirando na estratégia do analista, para ocupar as brechas institucionais e operar no plano político, social e subjetivo no Trabalho Social a ser realizado (Costa-Rosa, 2019).

[65] A Intercessão-Pesquisa que desenvolvemos no nível de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, SP, está localizada na modalidade de produção de saber e de conhecimento elaborado pelo Prof. Dr. Abílio da Costa-Rosa e que vem sendo desenvolvida como campo de trabalho-intercessão e análise, organizado e orientado pelo Prof. Dr. Silvio José Benelli. A Intercessão-pesquisa é construída pelo trabalhador-intercessor por meio do Dispositivo Intercessor (DI), uma perspectiva de trabalho e de análise operada na busca pelo posicionamento de superação dialética da ruptura da divisão do trabalho, tal como ela se encontra instituída na sociedade capitalista. As produções sobre o DI estão sendo elaboradas também no contexto do Laboratório Transdisciplinar de Intercessão-Pesquisa em Processos de Subjetivação e "Subjetividadessaúde" (LATIPPSS) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, SP. A Intercessão-Pesquisa é desenvolvida por meio de dois momentos lógicos. Em um primeiro momento nomeado de Dispositivo Intercessor (DI) procuramos realizar a intercessão na práxis em um dado estabelecimento institucional de trabalho. No segundo momento nomeado de Dispositivo Intercessor como Modo de Produção do Conhecimento (DIMPC) analisamos o saber produzido na práxis para a produção de conhecimento, mas em um período após a intercessão, divergindo da modalidade da pesquisa clássica-disciplinar (Benelli, 2021).

nos processos formativos[66] que desenvolvemos com os trabalhadores da AS, os quais atuavam nos estabelecimentos socioassistenciais da Proteção Social Básica (PSB) tais como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Organização da Sociedade Civil (OSC) executora do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), outros estabelecimentos públicos cujas equipes atuavam na Proteção Social Especial (PSE) de média e alta complexidade, tais como os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop), as Organizações da Sociedade Civil (OSC) e outros estabelecimentos públicos de acolhimento institucional, casa de passagem para população em situação de rua, dentre outras ações com trabalhadores gestores da política de AS, de dois municípios do interior paulista do estado de São Paulo.

Discutimos neste ensaio alguns conceitos da Análise Institucional (AI) e da Psicanálise que podem contribuir para que o trabalhador-intercessor se localize na instituição da AS e se posicione na tentativa de produzir um Trabalho Psicossocial Crítico-Intercessor buscando superar o complexo tutelar produzido com a criação do trabalhador social como problematizou Donzelot (1981) em sua obra intitulada “A polícia da família”.

A complexidade do Trabalho Social na Assistência Social (AS) gerou desafios significativos na construção da práxis. Perguntamo-nos: como superar dialeticamente a dicotomia entre saber e fazer, característica típica do capitalismo, que permeia as práticas dos trabalhadores? Como incentivar esses trabalhadores a refletirem sobre o não-saber incluído nas suas práticas, a fim de possibilitar a produção de um saber-fazer singular na práxis? E de que forma é possível gerar conhecimento a partir do não-saber? A partir do Dispositivo Intercessor (DI), encontramos na Institucional (AI) de Lourau e Lapassade e na Psicanálise de Freud-Lacan conceitos e estratégias que nos auxiliaram na tentativa de adotar uma posição intercessora no Trabalho Social, com o objetivo de promover a produção da práxis.

A nossa busca pela posição intercessora pressupõe a apropriação de algumas ferramentas teórico-conceituais que podem ser úteis para operar nos processos formativos dos trabalhadores da AS, se diferenciando da lógica mercadológica. Além

[66] Tomamos nosso próprio campo de trabalho com processos de formação (assessorias, capacitações técnicas, cursos e supervisões técnicas) dos trabalhadores da AS que operamos ao longo dos anos de 2021, 2022 e 2023 como nosso campo de análise e de Intercessão-Pesquisa.

da Análise Institucional (AI) de Lourau e Lapassade e da Psicanálise de Freud - Lacan, operamos com o Materialismo Histórico (MH) de Marx, indissociável da concepção de subjetividade que concebemos para operar com o DI. Incluímos a Filosofia da Diferença de Deleuze e Guattari e a problematização sobre a Sociedade de Disciplinar, de Segurança e o plano das relações de poder produzidas por Foucault. O conceito de subjetividade que operamos no DI é a produção da articulação de contribuições de Marx e Freud, que se diferenciam do uso particular do termo de processos de subjetivação de Guattari e Rolnik (1986) (Périco, 2021). Embora tenhamos procurado nos localizar neste campo da subjetividade, a Filosofia da Diferença foi nos atravessou e atravessamo-la, compondo nosso campo de Intercessão-Pesquisa, assim como estiveram presentes como intercessores em nossas intercessões, contribuindo para a criticidade e radicalidade necessária para operar intercessões e análises que permitiram nos situarmos no campo institucional da AS, poderá se apresentar em determinados momentos.

Em nossas experiências com os processos de formação dos trabalhadores da AS buscamos nos deslocar da posição de práticas disciplinares para as práxis intercessoras, fomentando nos encontros formativos a problematização da nossa própria práxis para a produção de saber coletivo que contribuísse para que os trabalhadores dos estabelecimentos socioassistenciais estivessem mais avisados do que estavam desenvolvendo com os sujeitos-usuários, o que nos levou como trabalhador-intercessor a tentar analisar o que estávamos fazendo e os efeitos que eram gerados pelas nossas ações nos trabalhadores.

Neste segundo momento da nossa Intercessão-Pesquisa, no contexto do Dispositivo Intercessor como Meio de Produção de Conhecimento (DIMPC), buscamos analisar o nosso processo de formação enquanto trabalhador-intercessor. A apropriação do DI, que reconhecemos como uma ferramenta crítica para o trabalho e a análise, é ao mesmo tempo robusta e complexa, apresentando desafios significativos para o trabalhador ao operá-la. No entanto, os movimentos, conexões, rupturas e criações que buscamos desenvolver constituem nossas tentativas de operar de modo crítico no âmbito do Trabalho Social.

A partir das experiências que vivenciamos com os processos formativos dos trabalhadores da AS, surgiu a preocupação em contribuir para a problematização e o fomento do DI como uma estratégia de trabalho nesse campo. O DI, quando apropriado pelo trabalhador-intercessor, pode ser uma estratégia para que os

trabalhadores aumentem suas capacidades organizativas, potencializando a produção do saber-fazer coletivo e singular, promovendo as forças instituintes presentes nas lutas sociais.

Outros questionamentos que permearam essa análise foram: fazemos um trabalho disciplinar com os trabalhadores nos processos formativos? Quais os efeitos éticos e políticos produzidos como as nossas práticas junto aos trabalhadores? Tentar resolver os problemas dos trabalhadores na posição de formador/especialista não é resolutivo e pode produzir como efeito no sujeito a sua objetificação. Como não objetificar os sujeitos trabalhadores? Como não ser mais uma estratégia da biopolítica[67] para o controle da população dita vulnerável[68]? Na tentativa de discutir esses questionamentos procuramos analisar a nossa práxis como intercessor nos processos formativos com os trabalhadores da AS, problematizando os acontecimentos-sujeitos, os desafios, as necessidades-carência e os deslocamentos que vivenciamos e que tentamos produzir em nossas práticas para subverter os efeitos de uma lógica de necessidade-carência (mercadológica) para a necessidade-carecimento e desejo-ideal, para avançarmos do campo do imaginário social, incluindo o simbólico-real, para aproximarmos as práticas das demandas sociais que se encontram veladas.

Iremos apresentar alguns conceitos da AI e da psicanálise do campo de Freud-Lacan que tivemos que nos apropriar e buscar operar eles, produzindo de deslocamentos em nossas práticas, enquanto trabalhador assessor/formador/supervisor, de modo a renunciar ao gozo angustioso[69] como efeito produzido pela posição de mestre ocupada, para que emerja o sujeito nos processos

---

[67] Estamos nos referindo à racionalização econômica das práticas sociais gerida por um determinado tipo de relação de poder estabelecida entre o Estado e a população que, por meio de ações governamentais, possibilita gerir a população (Farhi Neto, 2010).

[68] Na AS os sujeitos vulneráveis são aqueles que vivenciaram riscos que os levaram a situações de vulnerabilidade. Vulnerabilidades e riscos são conceitos que estão presentes no discurso institucional da PNAS (Brasil, 2004), embora não tão bem definidos. São constructos complexos e multifacetados que envolvem um conjunto de dimensões estruturais: a econômica, a ambiental, a de saúde, direitos, individuais, sociais e institucionais, possibilitando aos trabalhadores da AS mapear diversas situações a serem enfrentadas no cotidiano do trabalho para além da pobreza, como a precarização do trabalho, de moradia, exclusão ou acesso precário aos serviços básicos (saúde, educação, saneamento básico, transporte), além de aspectos relacionados ao ciclo de vida de cada sujeito, considerados como elementos que produzem vulnerabilidade (Romagnoli, 2015).

[69] Estamos nos referimos a produção de outros sentidos em relação à implicação do trabalhador, quando este procura significantizar o gozo que se encontra irredutível aos processos recalcados ao longo da sua história. A análise da nossa própria práxis nos levou a problematizar para além do suprimento de nossas necessidades a dimensão do desejo e do carecimento, nossa, no sentido que não somos neutros politicamente nos processos formativos e nos sujeitos-trabalhadores que, como nós, são atravessados, mas podem atravessar (Costa-Rosa, 2012).

formativos. Incluímos em nossa análise crítica as dificuldades que surgiram no processo de análise do trabalho na nossa busca pela posição intercessora, mas também na produção analítica do conhecimento por meio da escrita dos diários e dos ensaios, na tentativa de não reproduzir processos disciplinares de trabalho e de conhecimento, ao mesmo tempo em que nos deparamos com algumas reproduções e com a culpa devido ao insucesso, não mais como queixa, mas como situações problemas a serem enfrentados como efeitos dos processos instituídos na AS e dos atravessamentos institucionais, pois não é possível ser intercessor em todo o tempo e espaço do trabalho. A posição intercessora exige uma sustentação epistemológica transdisciplinar complexa, sendo que as condições de trabalho no capitalismo não contribuem para tal, levando o trabalhador que deseja produzir intercessão junto aos outros sujeitos, ocupar as brechas institucionais para produzir práticas que possam singularizar os efeitos éticos e políticos nos sujeitos, buscando um agenciamento dos trabalhadores no estabelecimento para fortalecer as forças instituintes e as lutas sociais de enfrentamento das desigualdades de classe social, gênero e raça. Mas exigirá do trabalhador que realize análise pessoal e supervisão analítica do trabalho, condições estas que não são garantidas pelos contratos de trabalho e que muitas vezes os atravessamentos financeiros, no contexto de trabalho no capitalismo, não possibilitam ao trabalhador, realizar esses processos com qualidade e sem interrupções esporádicas. O próprio processo tempo de trabalho para desenvolver os processos de escritas, seja de diários de intercessão ou ensaios compete com os atravessamentos de diversas demandas que também exigem tempo de livre do trabalho, este tomado pelo Modo Capitalista de Produção (MCP).

As práticas que produzem efeitos éticos e políticos singularizados nos sujeitos são geradas por meio de uma implicação subjetiva singularizada do trabalhador e dos próprios sujeitos-usuários da AS. A nossa implicação singularizada como trabalhador na AS partiu do desejo-ideal de uma organização política dos trabalhadores no enfrentamento das desigualdades sociais, o que nos levou a querer nos posicionar como trabalhadores-intercessores, em um plano conceitual-teórico, ético-político e sociocultural transdisciplinar múltiplo e complexo.

Operar com o DI na AS cria um campo complexo, que se justifica principalmente pela complexidade dos problemas sociais que se formam e que podem ser localizadas pela problematização das encomendas solicitadas pelos trabalhadores, mas que carregam consigo, de modo contraditório e oculto, as demandas sociais.

A proposta desta discussão com que nos ocupamos foi de contribuir para que o trabalhador da AS possa, por meio de outros paradigmas conceituais-teóricos, éticos, políticos e socioculturais encontre estratégias para que radicalize suas práticas sociais para enfrentar a dicotomia entre sujeito-objeto, propondo conexões entre essas múltiplas contribuições para superarmos dialeticamente a relação sujeito-objeto e forjar a potência do encontro entre sujeito-sujeito, o que nos evoca necessariamente a operar com um modo de trabalho que inclua a concepção de sujeito de desejo do inconsciente nas práticas sociais, operando com os planos social, político e do inconsciente da subjetividade.

O trabalho que estávamos desenvolvendo nos processos formativos dos trabalhadores da AS, no levou a analisar o processo de institucionalização do psicólogo na AS e do Trabalho Social, e o Trabalho Psicossocial como analisador institucional das Práticas Sociais na AS, nos fez constatar uma lacuna no campo de trabalho da AS: a ausência ou insuficiência da problematização do plano inconsciente da subjetividade como dimensão do trabalho para a não objetificação do sujeito. Com essa constatação formulamos uma série de interrogações, sendo elas: seria possível a construção de um trabalho psicossocial crítico e intercessor? O que caracterizaria esse trabalho psicossocial, e por que ele se configura como uma demanda emergente nas práticas dos trabalhadores da Assistência Social (AS)? Qual figura da clínica psicológica pode nos servir como ponto de ancoragem para contribuir no enfrentamento do capitalismo, levando em conta as contradições e desafios presentes no contexto da AS?

A partir das nossas experiências com processos formativos na AS entendemos o Trabalho Psicossocial como uma demanda dos trabalhadores e uma estratégia de organização, o que parecia impossível para alguns estabelecimentos que não contavam com uma equipe de trabalho interdisciplinar, apenas unidisciplinar, pois possuíam em sua equipe de referência apenas trabalhadores assistentes sociais, o que me levou a um processo de apropriação de algumas contribuições da Psicanálise e da AI que foram importantes para procurar assumir uma posição crítica e intercessora no cotidiano do trabalho buscando produzir outros efeitos nos trabalhadores e em mim mesmo.

Alguns trabalhadores nomearam suas práticas de Trabalho Psicossocial. Ao problematizá-las tentando produzir a práxis nos processos de formação dos trabalhadores percebemos que a realidade sócio-simbólica da formação social do

capitalismo no país e a realidade sócio-simbólica da subjetividade dos trabalhadores dos estabelecimentos criam desafios complexos no enfrentamento das situações-problemas/demandas sociais, no cotidiano do trabalho social.

Os desafios emergentes do Trabalho Social no enfrentamento dos problemas sociais no campo da AS, exigirá do trabalhador, que ele busque se implicar de modo singularizante para produzir de fato um Trabalho Psicossocial que não fique restrito apenas ao enfrentamento da realidade social da formação social, mas inclua como campo de trabalho e análise o sujeito do desejo do inconsciente.

Não acreditamos que para produzir um Trabalho Psicossocial, seja necessário ser um trabalhador-analista institucional e nem um psicanalista, mas a apropriação de alguns conceitos da AI, da Psicanálise do campo Freud-Lacan e do DI de Costa-Rosa e Benelli podem contribuir para a produção da práxis, auxiliando os trabalhadores da AS a operar com a ética do sujeito e do carecimento para não objetificá-lo.

Produzir o Trabalho Psicossocial na AS inclui necessariamente ao trabalhador, considerar como plano de trabalho o inconsciente da subjetividade dos sujeitos para amplificar as possibilidades de significantizar a realidade dos sujeitos, produzindo novos saber-fazer-poder sobre os acontecimentos, os quais os sujeitos são atravessados e podem produzir respostas e estratégias de enfrentamento.

Os problemas sociais que os trabalhadores da AS se deparam em suas práticas são complexos. Uma abordagem transdisciplinar como a que propõem o DI, por meio de um campo analítico e intercessor de articulação entre a AI e a Psicanálise do campo de Freud-Lacan e outras contribuições, podem produzir a potência fundamental para que o trabalhador se localize na AS como instituição para a produção de um trabalho implicado com as lutas sociais. De acordo com Benelli (2022) as instituições possuem lógicas próprias, com dimensões teóricas, políticas, técnicas e éticas, e a falta de uma análise crítica pode levar o trabalhador à impotência ou até à violência com prática, derivada da frustração com as limitações institucionais.

Costa-Rosa (2000, 2013) propôs o DI como estratégia de trabalho por meio de uma análise marxista dialética para mapear os paradigmas contraditórios na saúde mental, propondo quatro parâmetros para entender a produção de subjetividade nas instituições. Esses parâmetros envolvem a concepção do "objeto" e dos "meios" de ação, a organização do dispositivo institucional, as relações entre instituição, clientela e população, e os efeitos terapêuticos e éticos dessas interações.

Benelli (2022) expandiu a perspectiva do DI, se localizando em outras instituições como a da Assistência Social (AS) e da Política de Proteção da Criança e do Adolescentes, se orientando por ele para a análise e o enfrentamento dos problemas sociais complexos.

A análise institucional da AS, de seus discursos, de suas formas, funções e práticas dos seus agentes institucionais, em um determinado momento histórico, nos possibilita conceber os estabelecimentos da AS como dispositivos de poder que produzem processos de subjetivação e entender as transformações sociais e no âmbito institucional da AS. A AS articula saberes, fazeres e poderes, formando sujeitos que ressoam a dinâmica social daquele dado momento.

Alguns operadores da AI e da Psicanálise do campo Freud-Lacan podem contribuir para que o trabalhador compreenda os processos de subjetivação serializada reproduzidas nos estabelecimentos socioassistenciais, mas principalmente compreender a subjetividade como um plano que é possível incluir como campo de trabalho e análise a sua dimensão inconsciente para que por meio de uma escuta atenta dos sujeitos e de um processo transferencial implicado de modo singular e sociocultural, contribua para emersão do sujeito de desejo, operando novos significantes em suas práticas e mudanças de discursos no contexto institucional, em combinação com uma análise mais ampla da formação social articulada com a produção de saber sobre o inconsciente da subjetividade, para a implicação singularizada e sociocultural dos sujeitos em ações coletivas para a produção do trabalho coletivo, autogestivo, articulado com o desejo-ideal no lugar da necessidade-carência, criada pela racionalidade mercadológica explícita nas encomendas sociais dos sujeitos (Costa-Rosa, 2000; Périco, 2021; Benelli, 2022).

2. A emergência do Trabalho Psicossocial Crítico-Intercessor como analisador institucional do Trabalho Social produzido nas práticas dos(as) trabalhadores(as) da AS

Com as criações no Brasil dos cursos de Serviço Social e de Psicologia e suas regulamentações como profissões, as práticas sociais passaram por um processo de sistematização dos conhecimentos, com a boa intenção de qualificar a intervenção profissional no campo dessas ciências disciplinares. No entanto, ambas ainda tinham muitas dificuldades de se desvincular dos interesses das classes dominantes. Os

assistentes sociais foram os primeiros trabalhadores a assumir as práticas assistenciais como área de atuação. Já os psicólogos demoraram um pouco mais para adentrar a esse campo de trabalho (Yamamoto; Oliveira, 2010).

Foi fundamental tanto ao Serviço Social como à Psicologia os movimentos de reconceituações ocorridos na América Latina que culminaram no Brasil nos anos 1980. Os assistentes sociais com a produção da análise crítica da própria práxis refundaram as bases da profissão de Serviço Social, buscando um compromisso ético e político com a classe trabalhadora e, em seguida, seu compromisso com a própria emancipação humana de acordo com seu Código de Ética. A Psicologia viveu um processo similar, buscando romper com as práticas psicologizantes e elitizadas (Lane; Codo, 2001).

O Serviço Social já estava presente na AS antes da chegada dos trabalhadores da Psicologia. Esses dois campos institucionais passaram a conviver no cotidiano dos estabelecimentos socioassistenciais, com suas práticas e saberes específicos. As normativas estabelecidas pelo SUAS passaram a recomendar o trabalho interdisciplinar entre essas áreas, embora o discurso oficial se referisse a essa abordagem como Trabalho Social, e não Trabalho Psicossocial.

A Psicologia, enquanto ciência e profissão – especificamente como campo teórico-assistencial, técnico-assistencial, jurídico-político e sociocultural, foi reconhecida como categoria profissional que compõe as equipes de referência do SUAS por meio do SUAS (Brasil, 2004), da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB RH) do SUAS (Brasil, 2006) e da ratificação da atuação do profissional da Psicologia como categoria obrigatória (Brasil, 2011a).

Após a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (Brasil, 1993) e da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (Brasil, 2004), foi aprovada a NOB RH SUAS (Brasil, 2006), e a partir desse momento, os assistentes sociais e psicólogos foram de forma declarada e institucionalizada contemplados como categorias profissionais essenciais à Assistência Social como campo de trabalho.

Consta na NOB RH SUAS (Brasil, 2006) uma memória histórica da Assistência Social, em que as desigualdades sociais são apontadas como problemas sociais que se constituíam como desafios a serem enfrentados pelos trabalhadores do SUAS. O documento apresentou um conjunto de princípios éticos direcionados a todos trabalhadores, buscando alinhar um posicionamento ético e político em torno da defesa dos direitos humanos e sociais.

De acordo com a NOB RH SUAS (Brasil, 2006), somente a inclusão dos sujeitos usuários nos estabelecimentos socioassistenciais não produz Proteção Social, pois esta depende do acesso da família e dos sujeitos sociais a um conjunto de direitos constitucionais (Previdência, trabalho, habitação, alimentação, Educação, Saúde, Esporte, Lazer, Cultura), o documento aponta ainda, como desafio às equipes de trabalhadores, o caráter articulador do SUAS, na garantia do acesso do sujeito social às demais políticas públicas.

Encontramos na NOB RH SUAS (Brasil, 2006) um discurso que buscou enfatizar a importância do fomento de um movimento interdisciplinar na equipe de referência para o desenvolvimento do trabalho com as famílias e sujeitos sociais, apontando, para além dos princípios éticos, que as categorias de classe de cada profissão (Serviço Social e Psicologia) deveriam orientar os trabalhadores sobre suas atuações no âmbito do SUAS. O documento afirma ainda a importância da Gestão do Trabalho e da Educação Permanente por meio da oferta de capacitações e supervisões técnicas aos trabalhadores para o fortalecimento das ações de Proteção Social dos sujeitos.

Em 2011, buscando ratificar a equipe de referência definida pela NOB RH SUAS, foi aprovada a Resolução n° 17 (Brasil, 2011a), reconhecendo as categorias profissionais de nível superior que deveriam compor os serviços socioassistenciais. De acordo com a Resolução n° 17 (Brasil, 2011a), na composição das equipes de referência da Proteção Social Básica (PSB) ficaram definidos o assistente social e o psicólogo. Na composição da equipe de Proteção Social Especial de Média Complexidade ficaram definidos o assistente social, o psicólogo e o advogado. Já a equipe da Proteção Social Especial de Alta Complexidade foi constituída pelo assistente social e o psicólogo. O documento reconheceu que os profissionais como antropólogo, economista doméstico, pedagogo, sociólogo, terapeuta ocupacional e musicoterapeuta poderiam compor as equipes de referência ou apoiar as ações através de assessorias as equipes, muito embora observamos que não exista esforço algum por parte do Estado para contratar/abrir concursos para estes profissionais.

A Resolução n° 17 (Brasil, 2011a) também definiu categorias profissionais que podem compor a gestão do SUAS, dentre os quais: assistente social, psicólogo, advogado, administrador, antropólogo, contador, economista, economista doméstico, pedagogo, sociólogo e terapeuta ocupacional.

Por meio da aprovação da Resolução n° 9 (Brasil, 2014), o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) reafirmou e reconheceu os trabalhadores de nível médio e fundamental como trabalhadores do SUAS e definiu as suas atribuições. Este documento considerou como trabalhadores do SUAS os educadores sociais, monitores, arte-educadores, orientadores sociais, dentre outras profissões similares na categoria de ensino médio.

A materialização dos objetivos, princípios, diretrizes, funções e composição de equipes do SUAS ocorreu de modo diferenciado de município para município, diversificando o financiamento, a organização fática dos estabelecimentos assistenciais, a organização da rede socioassistencial e a atuação do psicólogo nesses espaços. Por exemplo, o tamanho e a configuração das equipes de referência foram constituídos por aspectos associados ao porte do município (Brasil, 2006), mas mesmo com a institucionalização da figura do psicólogo como integrante da equipe, em nossas experiências com os processos formativos dos trabalhadores pudemos perceber a ausência desse trabalhador em alguns estabelecimentos como CRAS e CREAS.

A chegada dos psicólogos ocorreu primeiro na PSE e depois na PSB, sendo esses os dois níveis protetivos e estruturadores do SUAS. Compreende-se que os esforços do Conselho Federal de Psicologia (CFP) em enfatizar o compromisso social da Psicologia ao longo das últimas gestões contribuíram para a conquista de espaços para a inserção da profissão na política de Assistência Social.

Em 2007 o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e o CFP publicaram o documento “Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social” (Brasil, 2007). Encontramos neste documento uma apresentação dos elementos históricos e políticos na construção da Política de Assistência Social, dos processos de desenvolvimento das profissões de Serviço Social e Psicologia no Brasil e sobre os parâmetros norteadores para o desenvolvimento do trabalho no SUAS. Esse documento reuniu um conjunto de atribuições dos trabalhadores reafirmando a Política de Assistência Social no campo dos Direitos. A ênfase deste documento tem como alvos principais a historicidade dos sujeitos, o processo de desenvolvimento da autonomia, a reconceituação das profissões e os reposicionamentos políticos e éticos dos trabalhadores frente ao enfrentamento das desigualdades sociais.

A AS no Brasil ganhou status de direito do cidadão e de dever do Estado com a Constituição Federal de 1988 (Brasil,1988). No entanto, algumas ações e práticas sociais que marcaram a história e a produção do país ainda continuaram a ser desenvolvidas (Benelli; Costa-Rosa, 2012; Paulon; Romagnoli, 2018). Podemos localizar o assistencialismo com viés disciplinar presente ainda hoje nas práticas de Trabalho Social realizado pelas equipes de trabalhadores do SUAS, incluindo nesta análise a figura do psicólogo como mais um trabalhador que compõe a equipe de trabalho na AS, mas a potência que suas contribuições como campo de trabalho e de análise poderia gerar, se avisado dos efeitos éticos e políticos que suas ações podem gerar em si e nos sujeitos com quem trabalha. Embora, as contribuições não se restrinjam apenas a psicólogos, pois qualquer trabalhador que pretende operar com práticas singularizadas e fortalecer as lutas sociais de enfrentamento das desigualdades sociais pode se inspirar pelos significados e pertinências dos conceitos que procuramos problematizar. Partimos da problematização pelas contribuições do campo da psicologia, pois nos situamos como trabalhador na AS por meio dela devido nossa formação de graduação em psicologia.

Entendemos que os trabalhadores dos estabelecimentos socioassistenciais, com suas diferentes funções (assistente social, psicólogo, assistente administrativo, orientador social, educador social, agente social, cuidador coordenador, chefe de equipe/serviço, auxiliar administrativo, entrevistador, digitador, estagiários, motorista e auxiliar de limpeza), utilizavam diversas técnicas, com predominância das práticas individuais, no desenvolvimento do Trabalho Social, fundamentadas pelos conceitos do SUAS. Entre os principais conceitos aplicados, destacam-se: Matricialidade Sociofamiliar[70], Território de Gestão e Território Vivido[71], Vulnerabilidade e Risco Social, Rede de Serviços e Benefícios Socioassistenciais, Pertencimento[72], Exclusão Social[73], entre outros.

Durante os processos formativos com os trabalhadores de diversos estabelecimentos socioassistenciais, nos deparamos com um conjunto de práticas sociais operadas pelos trabalhadores que se constituíam de visita domiciliar, estudo

[70] Proteção especializada para famílias com ruptura de vínculos familiares e comunitários.
[71] Territórios de Gestão ou Território Vivido. Identificado no volume 3 do Capacita-SUAS (Brasil, 2013).
[72] Pertencimento. Conceito articulado com Autonomia e Cidadania. Configura como um dos resultados esperados por alguns serviços. Presente na Concepção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Brasil, 2009a).
[73] Exclusão Social. Conceito abordado por Sawaia (2002).

de caso, discussão de caso, oficina, acolhida, concessão de benefícios eventuais, transferência de renda, atendimento, diagnóstico social, análise técnica, relatórios, produção de relatórios, escuta dos sujeitos, realização de acompanhamentos familiares, encaminhamentos, referenciamento[74], contrarreferenciamento[75] e articulações com outras políticas públicas, além de reuniões de rede, dentre outras ações (Benelli, 2014). Muitas dessas tecnologias sociais operadas pelos trabalhadores constituem um *modus operandi* repetitivo, focalizado, automático, essencialista, individualizado, inclusive em nome da autonomia técnica, que embora haja algumas práticas singularizadas e coletivas inadvertidas de enfrentamento às desigualdades sociais, muitas das ações que problematizamos reproduziam efeitos disciplinares nos sujeitos fortalecendo o MCP.

Algumas das práticas dos trabalhadores da AS que identificamos por meio dos processos formativos atravessaram o século XX, sendo inicialmente implementadas por estabelecimentos religiosos com forte cunho assistencialista e benemerente, que operavam no campo da ajuda e do favor, frequentemente oferecidos pelas classes dominantes aos segmentos mais pobres da população. Essas práticas serviram de estratégias para "apaziguar" os conflitos de classe social emergentes do período pós-escravidão e ao longo do processo de modernização e urbanização que o país vivenciou no início e decorrer do século XX.

Para a produção da práxis nos processos formativos dos trabalhadores da AS tornou-se fundamental reconhecermos o Trabalho Social como um analisador institucional das práticas dos trabalhadores para que pudéssemos analisá-lo criticamente e buscar nos reposicionar na prática para que pudéssemos interceder junto aos trabalhadores com o intuito de subverter as práticas disciplinares que acabavam por produzir a objetificação dos sujeitos e a manutenção das desigualdades sociais e suas expressões no gênero e raça dos sujeitos.

O Trabalho Psicossocial Crítico-Intercessor foi uma tentativa de atuar na práxis na AS, inspirada na problematização paradigmática da Atenção Psicossocial criada por Costa-Rosa (2000, 2013, 2019) no campo institucional da Saúde, que incluiu o Sujeito do Inconsciente, como campo de trabalho e análise para produzir saber-fazer

[74] O referenciamento envolve um conjunto de procedimentos que visam orientar, direcionar os sujeitos para outros estabelecimentos, procurando obter informações sobre a efetividade do seu acesso e inclusão (Brasil, 2012a; 2012b).
[75] O contrarreferenciamento se refere ao recebimento de um referenciamento realizado por um estabelecimento de maior complexidade (Brasil, 2012a, 2012b).

na práxis por meio da busca pela posição intercessora no trabalho e também produzir análise para se reposicionar na práxis e para produzir conhecimento que possa ser intercessor para outros trabalhadores.

Nossas tentativas de forjar o Trabalho Psicossocial Crítico-Intercessor junto aos trabalhadores da AS exigiram um esforço contínuo para identificar as brechas institucionais, e criar condições que permitissem que nós, enquanto trabalhadores, operássemos para além do campo social e político. Buscamos, com isso, incluir a dimensão inconsciente da subjetividade dos sujeitos, isto é, operar com os desejos e as demandas sociais dos sujeitos, produzindo implicação subjetiva singularizante, incluindo o campo da linguagem do simbólico e do real, para além do imaginário social.

O DI como estratégia de trabalho e análise nos possibilitou operar com a complexidade da realidade social da AS, porém nos exigiu como trabalhador-intercessor um processo de apropriação das diferentes contribuições conceitual-teórica, ética, política e sociocultural que constituem o DI.

Forjar o Trabalho Psicossocial Crítico-Intercessor na AS com os trabalhadores nos levou a discutir e procurar singularizar as nossas práticas sociais gerando outras conexões, movimentos, rupturas e criações no trabalho.

A nossa apropriação do DI para operar na práxis como trabalhador-intercessor nos provocou a necessidade de uma implicação subjetiva singularizante, exigindo de nós, como trabalhadores-intercessores, elaborar as nossas contratransferências que surgiram das escutas intercessoras dos trabalhadores, por meio da análise dos diários de intercessão[76], realizar análise individual, supervisão profissional, estudos e leituras

[76] Ao longo do desenvolvimento da nossa Intercessão-Pesquisa adotamos a estratégia do Diário de Intercessão como artefato, uma ferramenta analítica, para que pudéssemos indagar a nossa própria práxis com os processos de formação dos trabalhadores da AS, problematizando o que estávamos fazendo e os efeitos éticos e políticos promovidos pelas nossas ações em nós mesmos e nos trabalhadores. O Diário de Intercessão foi uma estratégia de trabalho que nos auxiliou no desenvolvimento da nossa autoanálise (Lourau, 1995), permitindo como trabalhador-intercessor, em um primeiro momento, escrever como um ato político e ético de cuidado de si e do Outro, operando com a dimensão do inconsciente da subjetividade. A escrita nesta perspectiva se diferencia da escrita tradicional que consiste num simples registro linear, lógico e objetivo das experiências vivenciadas. No DI o Diário de Intercessão é produzido pela escrita crítica e analítica por meio de deslizamentos de semânticos que possibilitam ao trabalhador-intercessor articular um campo sócio-simbólico de produção de verdades e se reposicionar na práxis, sem desconsiderar o contexto sócio-histórico das experiências de trabalho. A escrita do diário é construída pelo trabalhador-intercessor como um processo de construção de subjetividade, que permite a singularização da prática. Pela escrita do Diário de Intercessão é possível identificar a emersão de analisadores institucionais que possibilitam restituir aos trabalhadores um campo analítico para problematizarmos as formas, os discursos, as funções e as particularidades institucionais, explícitos ou ocultos, no campo de trabalho da AS, abrindo um campo analítico para a singularização das práticas sociais. Foi por meio das nossas experiências problematizadas nos Diários de Intercessão que entendemos o Trabalho Psicossocial Crítico-Intercessor como analisador do Trabalho Social na AS, que ocupámo-nos de problematizar neste

de trabalhos escritos e intercessores, possibilitando ao trabalhador-intercessor se reposicionar junto aos trabalhadores.

As nossas experiências operando com o DI foram desafiadoras, pois como trabalhador-intercessor-pesquisador, a Intercessão-Pesquisa, exige um campo de trabalho para que se produza a intercessão, para que em um segundo momento, seja problematizado os saberes produzidos na práxis para a realização da pesquisa como produto da produção de conhecimento.

O MCP não cria condições para que o trabalhador conceba o estudo e a produção do conhecimento como parte do próprio trabalho, ao contrário, reduz o trabalho a um conjunto de práticas sociais tarefeiras e operacionais que não param de ser demandadas pelos gestores e operadores das políticas públicas. Criar condições para operar como trabalhador-intercessor-pesquisador, no MCP, exigirá uma implicação subjetiva singularizante e coletiva do sujeito que poderá ocupar, enquanto a instituição não seja modificada para caber o estudo e a produção do conhecimento como inerente ao trabalho, o tempo livre do trabalho do sujeito, disputando com outras demandas oriundas dos acontecimentos-sujeitos no campo existencial (organização pessoal, demandas do grupo familiar, recursos financeiros pessoais para a realização de estudo-pesquisa-análise-supervisão, demandas por acesso à cultura e arte e espaço necessário para cuidado físico e emocional).

Operar com o DI no capitalismo nos coloca diretamente em confronto com ele. As ações operadas na perspectiva do DI são atos políticos produzidos pelo compromisso do trabalhador, como sujeito-cidadão, com o fortalecimento da luta de classe social, pois se trata também de uma demanda existencial gerada pela condição de classe social, gênero e raça do próprio trabalhador-intercessor-pesquisador.

---

ensaio. Neste segundo momento da Intercessão-Pesquisa, já findadas as intercessões que realizamos em nosso trabalho, por meio do DIMPC retomamos os escritos do Diário de Intercessão, como registro documental, para localizar os analisadores institucionais emergentes do campo de trabalho, realizamos a reescrita, conectando outros textos intercessores com as nossas memórias e sensações dos acontecimentos-sujeito. Nos orientamos com o tempo cronológico linear e a sua descontinuidade nas experiências e com certa da implicação singularizante para produzirmos conhecimentos por meio dos deslocamentos de forças, analisando os fora-texto, bordas e transbordamentos, a transdução, a mutação e a restituição dos significantes da práxis. O Diário de Intercessão, desta forma, foi uma ferramenta para a práxis, mas não somente isso, ele esteve alinhado à produção de conhecimento (Nascimento; Lemos, 2020; Janegitz, 2022).

3. Nosso ponto de partida: algumas experiências com processos de formação dos(as) trabalhadores(as) e a lacuna do sujeito do inconsciente nas práticas sociais

Reunimos alguns acontecimentos-sujeito[77], analisadas e nomeadas como acontecimentos das experiências do trabalhador-intercessor operando com processos formativos dos trabalhadores da AS. Por meio do nosso trabalho realizado com as equipes dos estabelecimentos socioassistenciais realizamos algumas análises críticas sobre os seus efeitos éticos e políticos, e movimentos gerados em mim, nos trabalhadores e nos sujeitos-usuário da AS.

Foi por meio da tentativa de elaborar o que estávamos produzindo junto aos trabalhadores para nos reposicionarmos junto a eles e produzir a práxis que o Trabalho Psicossocial Crítico-Intercessor emergiu como analisador do Trabalho Social. Apresentaremos algumas dessas nossas experiências vivenciadas na tentativa de operar com o DI.

3.1 Acontecimentos da experiência – A tentativa de produzir um Trabalho Psicossocial Crítico-Intercessor e a repetição do Trabalho Social deflagrada pela institucionalização do sujeito como prática de Proteção Social

> O saber-fazer acolhimento institucional pautado no princípio da proteção integral deveria ser distinto das antigas práticas de contenção por meio da internação-reclusão em estabelecimentos totais e disciplinares (Merisse *et al.,* 1997). Temos operado com as categorias de instituição total (Goffman, 1987) e disciplinar (Foucault, 2013), considerando que a tecnologia social da internação é bastante antiga e, apesar de toda a crítica sólida já apresentada, de modo surpreendente, continua sendo uma ferramenta bastante utilizada

[77] Os acontecimentos-sujeito são figuras possíveis de percepção pelo trabalhador, por implicação singularizada, que possibilita ao trabalhador perceber o processo de subjetivação a partir das queixas do sujeito, que em movimento, pode produzir desarranjos na realidade psíquica, devido a eventos e injunções aos quais o sujeito foi submetido, forçando-o a produzir um modo de lidar com eles de modo específico, o que pode produzir sofrimento que se manifestarão sob a forma de diversos sintomas (Costa-Rosa, 2019). Seriam os acontecimentos-sujeito uma noção útil apenas para o trabalho na Saúde Pública? Se existe um trabalho a ser desenvolvido com as famílias e sujeitos da AS, para além de encaminhamentos e referenciamentos, os acontecimentos-sujeito podem ser uma noção conceitual tática para o desenvolvimento de um trabalho que possa, por meio da posição de trabalhador-intercessor, identificá-los, propor análise crítica e fomentar a ação, gerando movimento na posição do sujeito diante do saber-fazer-poder do processo de produção de historicização, que possam contribuir com a produção de sentidos singularizados e coletivos, pois os sintomas e sofrimentos são efeitos das dificuldades em subjetivar a realidade social, mas para a produção desse efeito ético e político o trabalhador-intercessor precisa escutar o sujeito (Costa-Rosa, 2019). Essa estratégia encontra apoio em contribuições de outras correntes teóricas, como o materialismo histórico de Althusser (1979, 1984), e os trabalhos de Foucault, Deleuze e Guattari, cujas perspectivas transdisciplinares promovem a desconstrução da Psicologia tradicional e de sua versão positivista da ciência.

> na atualidade (Benelli, 2015). Apesar da sua evidente superação teórica, técnica, política e ética, a internação ainda é largamente empregada em diferentes áreas [...] (Benelli, 2024, p.242)

Um causo curioso que surgiu em uma de nossas tentativas de operar de forma transdisciplinar na AS, por meio da criação de um grupo de supervisão e estudo composto por quatro assistentes sociais, foi o desfecho de institucionalização com o acolhimento institucional que não conseguimos cessar a repetição na produção histórica e subjetiva de Dandara, uma jovem afrodescendente, que problematizamos ao longo dos nossos encontros.

Os participantes do grupo formado eram mulheres-trabalhadoras da AS: duas atuavam em uma mesma OSC, uma em outra OSC, ambas localizadas no mesmo município, e uma quarta, em um CRAS situado em um município diverso.

As profissionais envolvidas no grupo haviam participado, ou estavam em processo de formação promovido por nós. As intervenções institucionais que realizávamos tinham como objetivo problematizar as práticas sociais desenvolvidas pelas trabalhadoras nos serviços socioassistenciais, além de analisar os possíveis efeitos disciplinares dessas práticas. Durante os encontros de supervisão técnica, essas questões eram abordadas de forma crítica, com o intuito de promover deslocamentos nas práticas cotidianas, estimulando a produção de ações coletivas, singularizadas e alinhadas ao fortalecimento das lutas sociais.

No início de 2021, nossa busca pela práxis por meio da apropriação do Dispositivo Intercessor (DI) nos levou a enfrentar a demanda de algumas trabalhadoras por um espaço fora do ambiente de trabalho para problematização das práticas que desenvolviam na AS. Esse espaço seria dedicado à análise das suas próprias práticas e dos problemas que enfrentavam no dia a dia, funcionando como um meio para a organização dos trabalhadores. A proposta era criar condições para que essas análises servissem como base para a produção de ações que, por sua vez, contribuíssem para o fortalecimento das lutas sociais.

Atendendo à solicitação de duas trabalhadoras da AS de municípios diferentes, que pediram a criação de um grupo de supervisão e estudo, resolvemos disponibilizar o espaço por meio de encontros *online* com a periodicidade quinzenal. Convidamos outros trabalhadores AS com a minha incumbência de mediá-lo em um espaço de diálogo, troca de experiências dos trabalhadores de diferentes lugares de trabalho e tentativas de leituras de textos intercessores para operarmos na práxis.

O grupo iniciado no mês de março de 2021 com a participação de quatro trabalhadoras foi encerrado em dezembro deste mesmo ano com a participação de apenas uma trabalhadora. A demanda pela criação do grupo de supervisão e estudo foi gerada por alguns movimentos produzidos nos processos de formação dos trabalhadores que contribuiu para que elas dialogassem sobre a complexidade existente na AS para realizar um trabalho de enfrentamento do MCP. Esse processo mobilizou em nós o desejo de criar um espaço para o diálogo, a escuta analítica e a leitura de textos, visando a problematização crítica dos problemas que permeiam o trabalho social e psicossocial na AS.

No início das atividades do grupo, a primeira hora e trinta minutos de cada encontro era tomada pelas queixas das trabalhadoras. As queixas incluíam reclamações sobre as condições de trabalho, a precariedade das políticas públicas, a governamentalidade neoliberal do período e o medo de infecção por Covid-19. No início do encontro a palavra circulava com os acontecimentos-sujeito de cada trabalhador e situações difíceis do trabalho.

Com o tempo, o grupo passou a solicitar que discutíssemos casos e famílias acompanhadas pelas trabalhadoras. Para interceder nesse espaço de trabalho topei o desafio de discutir esses casos, com uma condição: que não houvesse julgamentos nem objetificação dos sujeitos envolvidos. Nas primeiras discussões, as trabalhadoras tinham muitas dificuldades em não objetificar o sujeito, ainda mais em um espaço protegido, fora do ambiente de trabalho. Os julgamentos e os processos de objetificação do sujeito acabaram por aparecer nas falas das trabalhadoras que se identificavam com as violações de direitos e os sofrimentos do sujeito, se apresentando desejosas por soluções que fossem capazes de resolver os problemas dos sujeitos, simplesmente por meio de ações e articulações, na maioria das vezes sem considerar o desejo do próprio sujeito. Nossas tentativas de ruptura, deslocamentos e subversão dos processos de objetificação nos levou a questionar os saberes produzidos sobre o sujeito pelas trabalhadoras, seriam eles saberes produzidos pelo sujeito sobre ele mesmo? Quais elementos eram lacunares quanto ao sujeito em nossas discussões, tratava-se de um sujeito afrodescendente, de uma mulher, de uma pessoa trans? Como escutamos esses sujeitos? Como implicamos o sujeito na construção de solução coletiva para os problemas que eles mesmos vivenciam? Quais as ações políticas que esse sujeito-usuário desenvolve? Como produzir implicação do sujeito com as lutas sociais?

Um dos casos que problematizamos com as trabalhadoras e que ilustra parte dos processos envolvidos em nossas tentativas e destas profissionais em desenvolver ações que, de modo desavisado, acabavam por reproduzir julgamentos ou práticas disciplinares, foi o caso de Dandara[78].

Dandara foi apresentada como uma jovem mulher, de 22 anos, afrodescendente, com deficiência mental, classificada e diagnosticada com base na Classificação Internacional da Doença (CID-10) "F71.1" classificada com "Retardo Mental não Especificado", com o comprometimento significativo do comportamento, requerendo vigilância ou tratamento.

Na nossa perspectiva analítica entendemos a Dandara, por meio das informações que confrontamos com as trabalhadoras, como um sujeito foracluído do nome-do-pai, considerando a nebulosidade dos lugares do gozo e do desejo, em que a localizamos como objeto de gozo do Outro, com dificuldades para se inscrever na linguagem, permanecendo na posição de objeto do desejo da mãe (Quinet, 2006). Ela, naquele momento, vivia com sua mãe em uma comunidade popular com significativa presença do tráfico de drogas. Embora essa informação tenha sido relevante para a construção do caso, ela não foi reconhecida de maneira espontânea pelas trabalhadoras. Dandara era acompanhada por duas das profissionais participantes do grupo de supervisão, que atuavam em uma OSC parceira da Secretaria de Assistência Social do município. Essa OSC oferecia um serviço socioassistencial complementar especializado, voltado para pessoas com deficiência vítimas de violência doméstica, atendendo um número limitado de usuários, que permaneciam no estabelecimento durante o dia.

O estabelecimento socioassistencial tinha como objetivo proporcionar um espaço de proteção para pessoas com deficiência que haviam sido vítimas de violência doméstica, buscando mitigar os efeitos dessa violência por meio do acolhimento desses sujeitos no horário comercial, de segunda a sexta-feira.

Durante a permanência dos sujeitos no estabelecimento, os trabalhadores ofertavam e desenvolviam serviços e atividades. Entre eles, estavam o fornecimento de alimentação, a realização de ações de convivência e um conjunto diversificado de práticas sociais. Essas práticas incluíam atendimento individualizado, grupos reflexivos, exibição de filmes, atividades artesanais, artísticas e culturais, bem como

[78] Nome fictício atribuído ao sujeito para preservar sua identidade.

ações voltadas ao estímulo da autonomia no desenvolvimento de atividades cotidianas. A rotina também contemplava cuidados corporais e de higiene, organização financeira, atividades de incentivo à autonomia na gestão do benefício e do dinheiro, além de oficinas de preparação de alimentos.

Essas ações visavam promover o desenvolvimento físico, motor, cognitivo, social e emocional dos usuários. Além disso, eram realizadas discussões de caso, reuniões de equipe, atividades culturais para arrecadação de fundos, capacitações da equipe, supervisão técnica, reuniões de rede, visitas domiciliares e a elaboração de relatórios, todas com o intuito de garantir uma abordagem integral e coordenada no acompanhamento dos sujeitos atendidos.

A motivação pela discussão do caso da Dandara ocorreu pelas dificuldades que as trabalhadoras estavam enfrentando no acompanhamento da jovem, que vinha relatando à assistente social responsável por seu atendimento acontecimentos-sujeito que a colocavam em situação de vulnerabilidade, especialmente em relação ao risco de sofrer abusos sexuais na comunidade. A trabalhadora buscou enfatizar na apresentação de sua concepção sobre a Dandara dizendo que era uma moça muito bonita, com um corpo bonito e extremamente sensualizado, que despertava olhares libidinosos dos homens por onde passava, e quando eles assoviam ou falavam palavras insinuando a objetificação sexual do seu copo, ela reagia espontaneamente, demonstrando disponibilidade. Para a trabalhadora, a ingenuidade de Dandara a colocava em risco, sendo julgada, mesmo de modo desavisado, pelas trabalhadoras como responsável pelas possíveis violências que poderia sofrer.

Dandara já tinha vivenciado uma experiência de acolhimento institucional aos 14 anos, devido a violência de negligência que a mãe teria cometido, desprotegendo-a e favorecendo a criação de situações de abuso sexual que já tinha sofrido.

A desinstitucionalização da Dandara, por meio do retorno da convivência familiar com a mãe, ocorreu quando ela completou 18 anos de idade. De acordo com as informações que as trabalhadoras nos relataram, os trabalhadores do serviço de acolhimento institucional em que Dandara estava inserida realizaram um trabalho com a mãe na tentativa de desenvolver sua implicação em ações para a proteção da filha, mesmo período em que a jovem foi incluída no serviço em que atuavam essas trabalhadoras do grupo.

A inserção da Dandara nesse serviço em meio aberto objetivou garantir que a jovem, durante o dia, fosse assistida por um estabelecimento da AS. As trabalhadoras

do grupo buscaram trabalhar com a mãe o fortalecimento de sua função protetiva junto a Dandara, que entendemos nos diálogos com elas que se tratava de ações de sensibilização da mãe para que realizasse maior vigilância e controle sobre a jovem para que ela permanecesse o maior tempo possível na residência, evitando assim que ela circulasse pela comunidade sem sua supervisão.

A problematização sobre a Dandara ocupou pelo menos três dos nossos encontros do grupo de estudo. Em um primeiro momento a equipe apresentou a jovem Dandara, e como já estávamos avisados da lacuna de informação sobre a identificação racial da jovem, questionamos as trabalhadoras que informaram ser uma jovem afrodescendente, assim como a sua mãe também. Na ocasião, buscando contribuir com as trabalhadoras para a produção de práticas críticas para o enfrentamento aos efeitos disciplinares típicos do MCP, problematizamos a lacuna sobre a raça e a etnia dos sujeitos atendidos pela AS.

Quem era Dandara? Por que Dandara não poderia andar livremente pela rua sem ser assediada ou/e violentada pelos homens? Por que o corpo afrodescendente feminino de Dandara era alvo de objetificação e controle? Como um ser sujeito-mulher-afrodescendente-com-deficiência poderia circular livremente pela comunidade onde morava e ser respeitada? Por que haveria a necessidade de uma vigilância 24 horas sobre o corpo de Dandara? Que corpo era esse? Quem o usaria? Por que institucionalizar a Dandara e não responsabilizar os autores de violência?

Todos os questionamentos que tentamos desenvolver nos foi revelando um conjunto de práticas disciplinares operadas por diversos trabalhadores das Políticas Públicas com Dandara. Ela foi diagnosticada ainda na adolescência pela psiquiatria do município com deficiência intelectual. A jovem era tratada com medicamentos prescritos para lidar com sintomas de agitação psicomotora e delírio. De acordo com as trabalhadoras as autoagressões que ela provocava e o seu envolvimento em brigas eram as justificativas para os seus sintomas, que eram tratados quimicamente. Contudo, isso acabava dificultando a produção subjetiva simbólica que pudesse fortalecê-la como sujeito. Mesmo com o diagnóstico, tratamentos medicamentosos e a experiência de acolhimento institucional, Dandara possuía uma boa comunicação, dialogando com as trabalhadoras e produzindo vínculos afetivos. Mas acabou sendo internada – Não conseguimos fazer muita coisa com essa situação.

De acordo com Ribeiro (1999, p.360) ao problematizar o dispositivo da sexualidade analisado por Foucault:

> O autor enfoca a questão da homossexualidade, ponderando que, em torno de 1870, os psiquiatras passaram a considerá-la como objeto de análise médica, ponto de partida para a introjeção de novas intervenções e controles. Os homossexuais passaram, assim, a ser percebidos como loucos ou doentes do instinto sexual. Antes, eram considerados libertinos ou delinquentes. Surge, então, a invenção estratégica da "mesma" vontade de verdade. O mesmo acontece com as demais minorias: a mulher, o negro etc. Os mesmos mecanismos levam à patologização da mulher ao considerar seu sexo frágil, quase doente. Os movimentos feministas aceitam o desafio ao assumirem sua singularidade e suas consequências, e reinventam seu próprio tipo de existência partindo dessa sexualidade que as aprisionam para direcionarem-se à outras afirmações, conclui o autor.

As trabalhadoras entendiam que Dandara tinha dificuldades para sustentar a repressão sexual, demonstrando ficar excitada e se envolver em situações de desproteção no próprio serviço, na relação com os demais participantes, mas principalmente, na comunidade em que morava, em que circulava durante a noite com frequência. Diante dessas circunstâncias, orientavam a mãe a manter vigilância, mas ela relatava que trabalhava e que quando chegava em sua residência se sentia cansada e exausta, e ainda com a necessidade de lidar com as demandas da casa, isso a impedia de sair à procura da filha pela comunidade.

Dandara circulava pelos espaços da comunidade e relatava frequentemente encontrar amigos e ter duas ou três relações sexuais por dia, com pessoas diferentes. Essa conduta era interpretada de maneira estigmatizante, sendo ela tratada como “louca”, “doente do instinto sexual” e, por isso, vista como um objeto de intervenção disciplinar institucional.

As preocupações da equipe passavam pelo medo de Dandara não utilizar anticoncepcional e dos efeitos da violência sobre ela, levando-as a considerar um novo processo de institucionalização como uma última possibilidade de ação para a sua proteção.

Em um certo dia Dandara chegou ao estabelecimento chorando, com dificuldades para falar, arranhando com suas mãos os seus próprios braços. Na tentativa de acolhê-la, as trabalhadoras conseguiram estimulá-la a falar e a escutaram. Dandara falou sobre o que havia vivido na noite anterior, em que vários homens a agarraram e abusaram sexualmente dela. Frente a situação que a jovem estava narrando, as trabalhadoras levaram a jovem ao Hospital, registraram Boletim de Ocorrência, fizeram corpo delito e constataram provas de violência.

A mãe vinha sendo cobrada e exigida para que cuidasse e monitorasse a filha, mas mesmo com as diversas conversas de orientação, Dandara continuava a circular pelos espaços da comunidade. Em uma das ocasiões a mãe relatou para as trabalhadoras que não dava mais conta da Dandara, pois precisava viver a sua vida e que o acolhimento institucional de sua filha seria a melhor saída.

Frente ao desejo da mãe, a equipe iniciou um diálogo com Dandara buscando sensibilizá-la. A trabalhadora de referência, utilizando-se do vínculo afetivo que tinha estabelecido com a jovem, a convenceu de que o acolhimento seria uma coisa boa para ela, sem que houvesse resistência explicitada por ela. Dandara estava convencida de que poderia vivenciar uma experiência boa no estabelecimento de residência inclusiva. Enquanto dialogavam com Dandara, as trabalhadoras pautaram a sua situação na Rede de Proteção, juntamente com um relatório em que formalizaram a solicitação do acolhimento institucional de Dandara à gestão da Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Os trabalhadores-gestores apresentaram algumas resistências para a realização do acolhimento da Dandara, porém as trabalhadoras que a acompanhava sinalizaram que, caso não houvesse a decisão pelo seu acolhimento institucional, protocolariam uma representação por violação de direitos no Ministério Público. Embora com resistências, os trabalhadores-gestores autorizaram o acolhimento de Dandara, o que foi efetuado.

A produção social e subjetiva de Dandara, como efeito ético e político das práticas dos trabalhadores, foi intercessora frente aos efeitos de objetificação que ela vivenciou pela formação social de sua realidade, pela relação com a mãe, pelos homens que a violentaram, pelos trabalhadores do Estado que a julgaram, a diagnosticaram, a medicalizaram e a institucionalizaram, um corpo feminino afrodescendente, que pelo discurso da loucura-doença e por meio do Dispositivo da Sexualidade, tinha que ser disciplinado e controlado, reproduzindo práticas disciplinares asilares típicas da Sociedade Disciplinar (Benelli, 2022; Foucault, 2022).

Após um período de intensas discussões de casos, sempre marcadas por muitos questionamentos, as trabalhadoras passaram a solicitar referências bibliográficas que pudessem contribuir para a concepção de um sujeito do inconsciente, algo que parecia ser essencial para uma compreensão mais crítica das dinâmicas subjetivas envolvidas no trabalho da Assistência Social. Nesse momento, conseguimos avançar nas leituras de alguns textos sobre o DI como uma estratégia de trabalho na AS, o que contribuiu para enriquecer as discussões das trabalhadoras

sobre as suas práticas disciplinares e as possibilidades de produção subjetiva singularizante. Poderia o processo de institucionalização dos sujeitos não ser a última possibilidade de trabalho social frente aos impasses sociais e subjetivos dos sujeitos? Mesmo sem respostas, passamos a nos indagar sobre os efeitos éticos e políticos do trabalho na AS em nós sujeitos-trabalhadores e nos sujeitos-usuários.

No entanto, no segundo semestre de 2021, a participação no grupo começou a diminuir. Duas trabalhadoras deixaram de participar, e, um mês depois, mais uma se afastou. Ficamos, então, apenas eu e mais uma trabalhadora. Continuamos com o grupo até dezembro daquele ano, mas, embora tenha havido conversas sobre a possibilidade de retomar as atividades no ano seguinte, o grupo acabou sendo interrompido, sem que fosse reiniciado.

3.2 Acontecimentos da experiência – Enfrentando a resistência dos(as) trabalhadores(as) para a produção de uma implicação subjetiva singularizada e coletiva nas práticas sociais

Outro causo que vivenciamos em nossas experiências com os processos de formação dos trabalhadores ocorreu na experiência de Supervisão Técnica com uma equipe de Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua. A encomenda desse processo formativo foi realizada pela coordenação do estabelecimento, juntamente com as trabalhadoras que ocupavam cargos de chefia em um nível hierárquico superior ao do cargo de coordenadora do Centro Pop. Quando problematizamos essa encomenda com os trabalhadores da equipe deste Centro Pop entendemos que as resistências estavam ligadas às inúmeras queixas sobre a precariedade das condições de trabalho devido ao número insuficiente de trabalhadores para enfrentar as demandas do trabalho, incluindo a falta de material e recursos financeiros, que tornavam inviáveis algumas ações. Essas limitações geravam, por sua vez, reclamações dos sujeitos-usuários dos estabelecimentos, que criticavam os trabalhadores por não conseguirem criar condições ou implementar ações que contribuíssem para o enfrentamento dos seus problemas.

O processo de Supervisão Técnica juntamente com esse grupo de trabalhadores enfrentou resistências ao longo de todo o seu processo. Alguns trabalhadores questionavam as nossas estratégias de não realizar exposições teórico-conceituais definidas e preparadas de modo antecipado aos encontros. Nos primeiros

encontros, solicitamos que os trabalhadores falassem sobre o cotidiano do trabalho e dos acontecimentos-sujeitos, o que tornava o espaço disponível para a circulação da palavra entre os trabalhadores e criava tempo para que eles pudessem problematizá-los. Nossas ações de formação eram operadas de modo a interceder para que os trabalhadores se organizassem, buscando problematizar as queixas, enfrentar as resistências por meio do mapeamento das demandas e fomentar capacidade organizativa identificando as demandas que não possuíam governabilidade, endereçando-as aos trabalhadores da equipe de gestão ou outros estabelecimentos responsáveis para enfrentá-las. Esse processo contribuiu na implicação dos sujeitos em uma análise crítica das demandas, diferenciando aquelas que para o seu enfrentamento exigiam o endereçamento a outros operadores da política e aquelas que somente seriam enfrentadas se houvesse a implicação dos próprios sujeitos-trabalhadores e sujeitos-usuários na sua problematização e produção de respostas.

A nossa tentativa de não objetificar os sujeitos, de produzir como efeito uma maior implicação subjetiva singularizada dos trabalhadores e incluir em nossas ações o plano inconsciente da subjetividade dos trabalhadores como campo de trabalho, gerou em nossos encontros um espaço de manifestação pela fala dos próprios trabalhadores de conteúdos difíceis de serem escutados sobre os conflitos relacionais entre os pares. Alguns trabalhadores diziam que no cotidiano do trabalho, havia demandas que os sobrecarregavam enquanto entendiam que havia outros trabalhadores com menos demandas que, mesmo percebendo as dificuldades dos colegas, não se disponibilizavam para colaborar. Não se implicavam com o problema que era de todos, mas que estava localizado como atribuição do outro, reduzindo suas ações às práticas discricionárias e recusando se envolver em qualquer ação, mesmo que configurada como emergência ou urgência, que não estivesse no escopo daquilo que considerava ser seu trabalho.

Os apontamentos feitos pelos trabalhadores sobre as atitudes de outros colegas, ali presentes, de recusa a se envolver com os problemas coletivos emergentes no estabelecimento, individualizando-os, sobrecarregando-os e ignorando-os nos impasses, inclusive psíquicos, como efeitos dos problemas oriundos das realidades socio-simbólica da formação social do capitalismo e da subjetividade dos sujeitos do estabelecimento, que se mascaravam de modo individualizado, foram realizados pela manifestação de conteúdos difíceis a quem dizia, constituídas por uma carga emocional intensa (agressividade nas palavras, choros e sentimentos de raiva),

mas também difíceis aos demais trabalhadores representadas por expressões corporais de cansaço, entregues fisicamente na cadeira, como sem energia para se implicar com o sofrimento do outro, havia até um trabalhador que frequentemente dormia já no começo dos encontros.

Em uma dessas ocasiões, diante da resistência dos trabalhadores em enfrentar os seus problemas e direcionar os discursos como se a nossa estratégia de trabalho fosse a grande responsável por terem que viver aqueles momentos, que mesmo dormindo ou em silencio, geravam angústias, entendi que precisávamos nos deslocar desse lugar para a produção da práxis, lugar este que mobilizou em mim sentimentos de incompetência no meu trabalho, desinteresse e descrédito dos outros por ele e o desejo de transformá-lo.

Uma de nossas tentativas de deslocamento desse lugar ocorreu quando decidi compartilhar abertamente com os trabalhadores os sentimentos que surgiam em mim, provocando-os a refletir sobre os seus efeitos neles e nos sujeitos-usuários, como produção da realidade que enfrentavam no cotidiano do trabalho. Naquela ocasião problematizei o cansaço e o esgotamento como efeitos produzidos pelo cotidiano do trabalho. Indaguei aos trabalhadores: “Há sujeitos aí? Estão resistindo a quê? Continuarão entregues aos efeitos da realidade? Ficarão dormindo, aceitando o adoecimento físico e emocional ou acordarão? Finalizei essa fala dizendo que precisávamos falar sobre isso, solicitando aos trabalhadores que acordassem o colega que estava dormindo.

Essa tentativa de intercessão gerou uma circulação de palavras aos territórios silenciados e adormecidos, levando os trabalhadores a constatação de que se continuassem a reproduzir aquele *modus operandi* continuariam adoecidos e adoecendo inclusive os trabalhadores que apresentavam maior implicação com as demandas do trabalho, como era o caso de um psicólogo recém inserido na equipe por meio de nomeação por concurso público. Esse trabalhador ao longo dos encontros iniciais era um dos poucos que tornava visível o seu interesse e tentava se implicar com o trabalho para singularizar suas ações, porém seis meses depois, esse mesmo trabalhador passou a apresentar sinais de esgotamento e cansaço nos encontros de supervisão, pela própria postura corporal que insistia em denunciar, pela posição entregue sobre a cadeira, como que desmaiado, como se o corpo dizia: “Não aguento mais”.

Por meio da percepção dos trabalhadores de que se encontravam derrotados perante os problemas que enfrentavam, alguns movimentos foram gerados. O que fazer com as suas próprias demandas? Como restituir um campo com significantes que pudessem contribuir para que os sujeitos pudessem deslizar entre eles para a transformação das queixas e do sofrimento gerado pela não simbolização e outra lida com as próprias demandas? Buscamos nos encontros de Supervisão Técnica avançar com os trabalhadores para uma implicação deles na produção de algumas ações de organização do trabalho por meio de criação de estratégias coletivas de enfrentamento do MCP, que foram sintetizadas e escritas em um documento organizador de fluxograma ações como respostas às situações institucionais difíceis, documento que seria discutido e validado também com os sujeitos-usuários.

O processo de Supervisão Técnica com esses trabalhadores foi encerrado sem sabermos se conseguiram operar com as estratégias coletivas criadas. Porém, tempos depois, em um evento público da AS do município, a coordenação do estabelecimento, juntamente com um grupo de trabalhadores, leram uma carta denúncia relatando dentre outros aspectos, o descaso dos gestores da política de AS com as condições de trabalho naquele estabelecimento, denunciando o adoecimento físico e psíquico dos sujeitos no trabalho e cobrando providências políticas, carta que foi assinada por um conjunto significativo de trabalhadores de outros estabelecimentos e protocolado junto ao Ministério Público (MP) e outros órgãos públicos.

3.3 Acontecimentos da experiência: a transferência, a contratransferência e a provocação institucional

Durante os encontros de formação dos trabalhadores, principalmente nas discussões de caso, pude perceber que a expressão racial aparecia com mais frequência quando havia violência doméstica envolvendo crianças pequenas, brancas, loiras e de olhos claros, situações nas quais, de algum modo, os trabalhadores revelam a identidade racial. Alguns comentários que registramos em nosso diário de intercessão em um CREAS exemplificam isso: “Nossa, precisa ver, essas crianças, elas são lindas, que judiação! São todas branquinhas e os olhos são lindos”. Outro comentário: “Se ela for para a adoção, será adotada rapidamente, ela é loirinha”.

Esses relatos evidenciam como as expressões raciais e estéticas se articulam com a forma como os trabalhadores percebem e tratam as situações, destacando uma possível idealização e valorização de características associadas ao padrão de beleza branco.

Contraditoriamente, quando discutíamos os casos de violência doméstica contra crianças afrodescendentes nos encontros de Supervisão Técnica com os trabalhadores, a identidade racial não aparecia espontaneamente nos discursos. Com o tempo, fui entendendo que a lacuna sobre a identidade racial nos discursos dos trabalhadores durante as discussões de caso refletia uma lacuna discursiva. Curiosamente, ao intercedermos provocando os trabalhadores a problematizar a interseccionalidade entre classe social, raça e gênero do sujeito, frequentemente o caso em evidência se referia a um corpo feminino afrodescendente. Esse fenômeno revela como a racialização das situações muitas vezes é omitida ou não explicitada, mesmo quando se trata de sujeitos afrodescendentes, especialmente no contexto de discussões sobre violência doméstica e suas implicações sociais e culturais.

Em uma dessas problematizações que realizamos com a equipe de trabalhadores de um CRAS, em uma Supervisão Técnica, novamente a lacuna da expressão racial apareceu na discussão de um caso de violência sexual de uma criança de 4 anos perpetuada pelo padrasto. A situação de violência sexual contra a criança foi flagrada pela mãe que estava a caminho de um mercado, mas no meio do caminho retornou para a casa, pois lembrou que havia esquecido de algo (não saber/ausente no discurso dos trabalhadores) e encontrou o padrasto em posição suspeita tocando o corpo da criança. Essa mãe buscando proteger a criança e disfarçar para que o padrasto não desconfiasse do que iria fazer conseguiu com agilidade chegar até o CRAS com a criança e solicitar ajuda. A equipe buscou escutar, acolher e orientar a mãe e a criança, que foi acompanhada até o Hospital de Referência da Saúde para atendimento de casos violência sexual. Após os cuidados profiláticos à criança, desempenhados pelos trabalhadores da Saúde, as duas foram até a delegacia, acompanhadas pelas trabalhadoras do CRAS, registrar Boletim de Ocorrência. Em seguida a criança foi encaminhada para a realização do Exame de Corpo e Delito, que comprovou a violência e com agilidade houve a prisão preventiva do padrasto, que foi decretada e efetuada. Percebendo a lacuna sobre a expressão racial no relato dos trabalhadores sobre a situação de violência vivenciada pela família

e das ações de proteção que desenvolveram, indaguei junto a equipe sobre a identidade racial dos sujeitos atendidos.

Uma das trabalhadoras questionou: “O que a identidade racial tem a ver com o caso, o que mudaria no atendimento e nas ações que realizamos?” Naquele momento, algumas lembranças de violências raciais que eu já havia sofrido e os relatos de vivências de outros colegas, também invadiram a minha consciência junto com alguns sentimentos, que me levaram a me questionar: E se fosse uma criança branca, ela teria sofrido as violências que sofreu? A equipe de trabalho teria realizado a escuta desta mãe de outro modo?

Dentre os conteúdos das minhas contratransferências me autorizei a compartilhar com aquela equipe de trabalhadores um causo sobre uma situação vivenciada por uma aluna e contada por ela em uma aula de um curso de pós-graduação que eu estava atuando como docente. Como professor, problematizo a expressão racial da questão social[79]. A aluna, uma mulher de afrodescendente, graduada em serviço social, durante uma visita domiciliar que realizou como prática social no acompanhamento de uma família que realizava em um estabelecimento da AS, relatou que uma criança de 6 anos de idade perguntou a ela qual era a sua profissão, ao dizer que era uma assistente social, a criança falou: “Nossa, não sabia que gente da nossa cor poderia ser assistente social”.

A problematização da criança sobre sua identidade racial revelou o discurso colonial presente na formação social-simbólica e que produz a manutenção da exclusão social do sujeito afrodescendente. A experiência relatada pela ex-aluna foi intercessora para mim, de modo que pudesse assumir outros posicionamentos nas práticas sociais, buscando romper com a invisibilidade da raça do sujeito como plano de trabalho e análise na AS.

Os elementos das contratransferências que vivenciei como efeito da não problematização da expressão racial dos sujeitos-usuários pelos trabalhadores do CREAS, me levou a identificar esse breve acontecimento da experiência e o recontar aos trabalhadores, buscando interceder junto a eles para contribuir com a ruptura da

[79] De acordo com Benelli (2022a, p. 284) “a ‘questão social’ é uma expressão que justamente indica que a produção social da pobreza e de todas as suas mazelas é estrutural numa sociedade capitalista: ‘[...] a questão social – [pode ser] entendida como conjunto dos efeitos constitutivos da contradição capital-trabalho, expressos na produção massiva da desigualdade social, tal como postulada pela perspectiva marxista – ao longo da história brasileira’ (Benelli, 2020a, p. 177)”.

invisibilidade racial dos sujeitos na AS e para a criação de conexões que possibilitem a produção de ações decoloniais para o enfrentamento das desigualdades de classe social, raça e gênero.

Operar com as resistências dos trabalhadores do CRAS e com a nossa própria contratransferência nos levou, no processo formativo, a discutir a importância de desenvolver ações de visibilidade da identidade racial nos estabelecimentos socioassistenciais, de contratação trabalhadores afrodescendentes para atuar na AS, produzir conhecimento/informações sobre as expressões de raça e gênero sobre os sujeitos-usuários, fomentando ações coletivas de fortalecimento das lutas sociais para além da simples ação de incluir informações sobre a raça e a orientação sexual dos sujeitos nos prontuários físicos, que não é frequente entre os estabelecimentos socioassistenciais e quando há, pouco se faz com essas informações.

A contratransferência constitui-se pela elucidação conformada em respostas fornecidas pelo trabalhador-analista aos clientes considerando suas características (idade, sexo, etnia/raça); respostas dadas por ele à organização/cliente como instituição; e respostas às transferências das suas organizações psicanalíticas.

As nossas contratransferências são importantes para a produção da provocação institucional. É preciso estar atento aos conteúdos (pensamentos, sentimentos, memórias, lembranças, fantasias) elaborados ou não que surgiam da nossa própria história como sujeito ao operarmos com a escuta analítica dos trabalhadores.

Percebemos que a desigualdade social como produção da Questão Social, vivenciada pelas famílias e sujeitos da AS, problematizada pelos trabalhadores frequentemente não incluía as expressões racial e a de gênero, ignorando os corpos femininos afrodescendentes que enxergamos de modo expressivo nas salas de espera dos estabelecimentos da AS que trabalhamos.

3.4 Por que o Trabalho Psicossocial Crítico-Intercessor na AS requer um campo complexo crítico-analítico que inclua o sujeito de desejo do inconsciente?

A institucionalização do trabalhador psicólogo como membro da equipe de referência de trabalho dos estabelecimentos da AS não produziu necessariamente um Trabalho Psicossocial Crítico. Em uma busca pelas palavras “Trabalho Psicossocial”

nos cadernos de Orientações Técnicas sobre o PAIF[80], volumes 1 (Brasil, 2012a), volume 2 (Brasil, 2012b) e no caderno de Orientações Técnicas do CREAS (Brasil, 2011b)[81], identificamos que elas aparecem apenas uma vez, relacionadas ao nome do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)[82], ou seja, em referência a Política Pública de Saúde. Já as palavras "Trabalho Social" aparecem inúmeras vezes nesses três documentos, configurando-se como elemento institucionalizado na AS com efeito orientador e nomeador do trabalho das equipes com as famílias e indivíduos.

As experiências que vivenciamos nos espaços de formação dos trabalhadores da AS nos levou a entender que ainda prevalece um trabalho predominantemente disciplinar na realidade das equipes dos estabelecimentos socioassistenciais, mesmo havendo algumas práticas singularizadas. Isso fica mais evidente pela caracterização das demandas que acessamos por meio da problematização das encomendas de ações de capacitações e assessorias, que se formaram pelo desejo de alguns trabalhadores na organização e criação de estratégias que contribuíssem para a superação das práticas disciplinares.

A AS regulamentou o Trabalho Social como campo de atuação nas práticas dos trabalhadores dos seus estabelecimentos socioassistenciais, sendo que a grande referência para o seu desenvolvimento advém do Serviço Social, como contribuição ao campo de trabalho da AS. Mas para lidar com a complexidade dos problemas sociais inerentes às demandas dos sujeitos (atendidos e trabalhadores) na AS, como produzir outro tipo de trabalho que fosse transdisciplinar?

O Trabalho Psicossocial está ausente do discurso oficial da AS, não existe regulamentado em seus documentos e em suas normativas institucionais, porém o termo aparece no discurso dos trabalhadores dos estabelecimentos socioassistenciais, evocados por eles após se verem reunidos (assistentes sociais e psicólogos) em uma mesma equipe de trabalho. Muitos trabalhadores desavisados denominavam a simples junção de trabalhadores com essas formações acadêmicas

[80] O Serviço de Proteção e atenção integral à família (PAIF), é oferecido em todos os CRAS e tem como objetivo apoiar às famílias, prevenindo a ruptura de laços, promovendo o acesso a direitos. Tem a finalidade de apoiar e fortalecer os vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo.

[81] O Serviço de atendimento especializado a famílias e indivíduos (PAEFI) é voltado para famílias e indivíduos que estão em situação de risco ou tiveram direitos violados.

[82] O Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) oferece serviços direcionados à saúde mental, são oferecidos de forma aberta e comunitária. Os atendimentos se destinam a indivíduos que apresentam sofrimento psíquico ou transtorno mental.

de Trabalho Psicossocial, executando práticas corriqueiras que não se diferenciam do Trabalho Social.

Segundo Benelli (2020a) há várias denominações em uso como “dupla psicossocial”, “relatório psicossocial”, “atendimento psicossocial”, “acompanhamento psicossocial”, dentre outras que não passam de meros termos, sem uma implicação com o saber-fazer que o conceito psicossocial pode representar.

Na AS, no plano do Trabalho Social, compreendemos a existência de um conjunto de práticas sociais que podem ser diferenciadas pela concepção de sujeito que os trabalhadores operam e pelos efeitos éticos e políticos gerados por suas ações em si mesmo e nos sujeitos-usuários da AS. Por um lado, existem as práticas disciplinares, que concentram sua atuação no psiquismo do sujeito, muitas vezes desconsiderando as condições objetivas da formação social. Por outro, surgem práticas alternativas ao modelo disciplinar, denominadas de “psicossociais”. Essas práticas psicossociais podem ser organizadas em distintas modalidades, dependendo das concepções e dos efeitos teórico-conceituais, éticos, políticos e socioculturais que elas geram.

No amplo conjunto das práticas psicossociais, podemos distinguir duas vertentes principais: as práticas não críticas, que se alinham a uma abordagem psicologizante e terapêutica, frequentemente com efeitos normalizadores; e as práticas críticas que, por sua vez, também se dividem em duas vertentes. A primeira, de cunho pedagógico e politizante, busca promover a reflexão e a transformação das condições sociais; a segunda vertente, a intercessora, inclui práticas inadvertidas e a Atenção Psicossocial, que visa uma intervenção mais profunda, considerando o sujeito em sua totalidade e inserido no contexto social. Essas diferentes abordagens revelam os múltiplos efeitos que as práticas psicossociais podem ter sobre os indivíduos e a sociedade, refletindo as tensões entre a normatização e a transformação das práticas sociais (Benelli, 2020a).

Nas práticas psicossociais críticas que se localizam na vertente pedagógica/politizante, os sujeitos buscam articular a dimensão subjetiva do sujeito e dos coletivos com a produção de atividades coletivas, gerando ações de intervenções coletivas e de efeitos políticos. Porém a “dimensão subjetiva” se restringiu ao campo da linguagem do imaginário, sem considerar o inconsciente, como plano de trabalho em suas ações. Ao não problematizar os não ditos e as lacunas institucionais, os elementos negados, calados, silenciados, as práticas sociais podem não produzir o

efeito da emergência do sujeito inconsciente, que traria como desafio ao trabalho outros problemas a serem enfrentados para o fortalecimento das lutas sociais contra o capitalismo, mas que podem continuar ocultos como demanda de trabalho (Benelli, 2020a).

Ao não operar com o sujeito de desejo os trabalhadores podem acabar por objetificar ou reduzir o sujeito-usuário ao plano do discurso explícito, tornando as solicitações como encomendas não problematizadas e as atividades/ações permanecem restritas ao enfrentamento da realidade do sujeito. De acordo com Costa-Rosa (2012) a realidade dos sujeitos, embora seja somente uma, inclui a dimensão da linguagem nos planos do imaginário, do simbólico e do Real, ela se forma pela realidade sócio-simbólica da formação social e pela realidade sócio-simbólica da subjetividade, incluindo o seu plano inconsciente. Mesmo os trabalhadores que adotam uma postura crítica, ao não operarem também com o sujeito do inconsciente, acabam por restringir os efeitos de suas práticas quanto ao enfrentamento da formação social capitalista. Como o acontecimento que experienciamos com a jovem Dandara. Mas quantas “Dandaras” teremos que experienciar para criarmos outras possibilidades de existência e convivência com as diferenças dos sujeitos em meio aberto, sem oprimi-las, violentá-las, excluí-las ou subalternizá-las? O próprio discurso de Proteção Social como resposta às situações de rupturas de rupturas de vínculos e risco social propõe o acolhimento institucional como resposta do Estado a Proteção do sujeito-vítima da violência, mas não cria alternativas de Proteção Social que contribuísse para a sustentação do sujeito cidadão de direito, apresentando como última alternativa o acolhimento institucional. Esse discurso oculta todo um campo de possibilidade de pensar uma resposta institucional que fosse em direção de fato da garantia dos direitos do sujeito a uma casa, uma família, a uma convivência comunitária sem violências, sem reduzir a sua autonomia e sua condição de sujeito político.

Algumas práticas dos trabalhadores sociais de modo inadvertido podem chegar a incluir o sujeito do inconsciente, operando na tentativa de superação dialética e produção de saber-fazer diante dos acontecimentos institucionais que atravessam os sujeitos enfrentando as situações-problemas e as demandas sociais. Mas será que os trabalhadores-intercessores, avisados e intencionados, estariam produzindo um outro tipo de Trabalho Psicossocial? Um Trabalho Psicossocial Crítico-Intercessor?

Em nossas tentativas de atuar na práxis e fortalecer a organização dos trabalhadores no enfrentamento da complexidade dos problemas sociais que permeiam o cotidiano da AS, o Trabalho Psicossocial emergiu como um analisador institucional[83] fundamental das práticas sociais, possibilitando que procurássemos nos reposicionar na práxis e na produção do conhecimento para que as ações produzissem uma implicação subjetiva singularizante entre os sujeitos para o desenvolvimento de práticas coletivas singularizadas de enfrentamento das desigualdades sociais, éticas-raciais e de gênero.

Esse processo de construção da práxis na AS, embora com as impossibilidades de produção do novo, em determinados momentos institucionais, nos levou à tentativa de operar de outro modo, nos aproximando do Trabalho Psicossocial, desejante de um campo crítico como o do Dispositivo Intercessor, como uma estratégia potente para o fortalecimento das lutas sociais. Ao nos apropriarmos dessa perspectiva, encontramos nela a possibilidade de produzir prática mais transformadora, que não apenas atendesse às demandas imediatas, mas que também promovesse um lugar no trabalho em que os sujeitos pudessem produzir outras relações de poder para enfrentar as opressões presentes no contexto social e institucional.

Mas afinal, o que é o Trabalho Psicossocial Crítico-Intercessor? Entendemos ele como efeito ético e político nos sujeitos (trabalhadores e usuários da AS) da produção do trabalhador-intercessor que se localiza na prática, com o materialismo histórico, que nos permite problematizar e buscar a superação dialética da divisão técnica do trabalho entre os que executam as ações e os que as pensam e também com a Psicanálise do campo Freud-Lacan, para produzir a práxis, a partir de elaboração do saber emanado das práticas. O trabalhador-intercessor analisa o trabalho para produzir efeitos nos sujeitos e para teorizar esses efeitos, o que o inclui como o seu próprio objeto de análise, na condição de sujeito (Périco, 2021).

A articulação entre o materialismo dialético e a psicanálise deste campo contribuem para superarmos o especialismo como expert, que produz, pelo uso do saber e do poder, a objetificação do sujeito. O Trabalho Psicossocial Crítico-

[83] Os analisadores institucionais são fenômenos que podem emergir da análise crítica dos processos de trabalho na instituição/estabelecimento (reuniões, acontecimentos, situações-problemas) que revelam as contradições entre forças antagônicas, construídas ou históricas, que possibilitando visibilidade daquilo que estava implícito e não visível, oportunizando construções coletivas de enfrentamento (Lourau, 2014; Baremblitt, 2012; Altoé, 2004).

Intercessor opera com a AI, por ser derivada pela articulação epistemológica entre esses dois campos, possibilitando ao trabalhador-intercessor operar com as formações subjetivas inconscientes e as formações sociais, em uma relação dia ética (Périco, 2021).

> O movimento da história para Marx, cujo motor é a luta de classes, dá-se por superações dialéticas. Uma superação dialética, ou suprassunção, é o processo de transformação em que algo é em parte extinguido e em parte conservado/elevado a outro patamar (Périco, 2021, p. 26).

Para produzirmos um Trabalho Psicossocial na AS, como trabalhador-intercessor, temos que considerar os fatores inconscientes presentes na ideologia capitalista reproduzida instituição da AS, mas também os fatores subjetivos dos sujeitos, que em uma variada intensidade em cada sujeito, circunscrito em um tempo e espaço histórico e sociopolítico, e com seus efeitos, produz sofrimento (Périco, 2021; Benelli, 2022), o que nos leva a enfrentar as demandas sociais, implícitas nas solicitações dos sujeitos-usuários aos trabalhadores da AS, não como um problema individualizado e privado, para psicologizar ou disciplinar o sujeito, nem somente com um problema da ordem social e política, mas para criarmos um campo sócio-simbólico, por meio da escuta, das relações transferenciais e da implicação singularizada e sociocultural, criarmos condições para emergir o sujeito de desejo do inconsciente, implicando os sujeitos de modo singular e sociocultural, na construção de ações coletivas em direção da luta de classes.

4. A contribuição da Análise Institucional (AI) por meio dos seus operadores conceituais para um(a) trabalhador(a)-intercessor(a) se localizar na Assistência Social (AS) e operar com o Trabalho Psicossocial

> [...] articular lacunas, ver relações onde só se percebiam elementos coerentes e homogêneos, comprovar um problema onde se julgava existirem soluções [...] (Lourau, 2014, p.15).

Nossa tentativa foi mapear um campo conceitual complexo da Análise Institucional que pudesse contribuir para que nos localizássemos como trabalhador-intercessor na AS de modo a operar de modo mais avisado dos atravessamentos institucionais e dos efeitos éticos e políticos de nossas práticas nos sujeitos-usuários da AS. Talvez, nossos achados sejam úteis para outros trabalhadores que, assim como nós, buscam singularizar suas ações no SUAS.

A Análise Institucional (AI), ao introduzir o conceito de campo de análise, oferece uma contribuição significativa para a compreensão das necessidades desta

Intercessão-Pesquisa, pois articula dimensões micropolíticas e macropolíticas de maneira integrada. A AI, portanto, se coloca como uma estratégia que opera com os atravessamentos de diferentes esferas sociais e políticas, e sua abordagem se estende ao reconhecimento das transversalidades presentes nos momentos históricos revolucionários, sendo capaz de abarcar tanto as tensões locais quanto as globais que afetam as organizações e os sujeitos.

O campo de análise pode ser entendido de forma flexível, como contemporâneo ou não contemporâneo, concreto ou abstrato, conforme o contexto em que é aplicado. Esse conceito possibilita a delimitação de um espaço de estudo específico, com o objetivo de compreendê-lo em toda sua complexidade. Dessa maneira, a AI permite que se capturem as articulações e os efeitos das interações e dinâmicas que compõem esse campo, oferecendo uma lente analítica que vai além da superfície dos fenômenos, explorando suas interações e repercussões mais complexas (Proença, 2020).

Para nos localizarmos na AS foi necessário tomá-la como instituição, o que fizemos por meio da AI, tornando possível operar com alguns dos seus conceitos para compreender a AS e nos posicionarmos no campo do trabalho e da Análise Institucional.

Abordamos um conjunto de conceitos que o trabalhador pode se apropriar e com eles operar para produzir um trabalho singular, possibilitando a transformação institucional por meio de deslocamentos de discursos. Mas não se trata de um método e nem de um manual, mas de coordenadas analíticas, pois a práxis somente é produzida com a implicação singularizada do trabalhador. Alguns desses conceitos foram: campo de análise, instituição, organização, estabelecimento, função/funcionamento, práticas discursivas, práticas não discursivas, atores institucionais, analisadores, relações de poder, efeitos éticos e políticos nos sujeitos. instituinte/instituído, demanda/encomenda, campo de intervenção, socioanálise, análise de papel, análise paradigmática, provocação institucional, autoanálise, autogestão e heterogestão, análise da implicação e/ou da sobreimplicação, processo de institucionalização e atravessamento/transversalidade. Como são muitos conceitos operadores, buscaremos problematizá-los na proporcionalidade da intencionalidade que operamos com eles na produção do conhecimento, ocorrendo que poderemos nos ater mais a alguns deles do que na sua totalidade.

Problematizamos esses conceitos-teóricos da AI, buscando apresentar os significados e as pertinências deles para operarmos na AS. Essa contribuição nos possibilitou estarmos mais avisados e precavidos, das formas implícitas da AS, de seus discursos ocultos e dos efeitos institucionais nos sujeitos-trabalhadores e sujeitos-usuários. Tomamos o nosso próprio processo de apropriação e as tentativas de trabalhador com alguns conceitos operadores da AI em nossa práxis para problematizar como eles podem contribuir para o enfrentamento do MCP na AS e os efeitos de reducionismo ou mesmo alienação do desejo sobre as necessidades e carecimentos explícitos pelos sujeitos-usuários como encomenda do trabalho. Nos parece interessante realizar essa problematização, pois compuseram a nossa produção de sentido para possibilitar condições institucionais para que seja possível operarmos com o sujeito de desejo, não reduzido ou alienado a necessidade-carecimento, mas, por meio da problematização da encomenda, produzir com o sujeito o desejo-carecimento como demanda, como efeito inventivo, para implicar o sujeito de modo singularizante, na construção de ações coletivas de enfrentamento dos problemas inerentes a sua própria existência.

A AI, como campo teórico-conceitual possui alguns operadores conceituais que contribuíram para que pudéssemos, por meio da apropriação deles, nos localizarmos na AS como instituição, na tentativa de produzir a práxis, ocupando a posição intercessora. Um trabalhador que opera com práticas sociais na AS, seja desenvolvendo atividades diretamente com os sujeitos-usuários dos estabelecimentos socioassistenciais ou os trabalhadores em processos formativos, também pode se inspirar em alguns conceitos-teóricos da AI para se implicar na produção de um Trabalho Psicossocial Crítico-Intercessor.

De acordo com Benelli (2022) um trabalhador social pode se inspirar em um conjunto de conceitos-teóricos, que podem serem articuladas como estratégias de trabalho e análise para qualificar a sua práxis na AS.

> O papel do analista institucional é provocar o aparecimento do — não dito, os segredos da organização, aquilo que é mascarado entre os membros do grupo, ou seja, não é atender exclusivamente à encomenda do cliente, mas favorecer a subversão do instituído. — Tudo o que é silencioso, não dito, parcimoniosamente comunicado é simbolicamente enunciado pela estrutura do aparelho‖ (LOURAU, 2014, p. 302). A intervenção analítica diz respeito às estruturas sociais visíveis e, sobretudo, às invisíveis, às relações sociais antagônicas e veladas, de que se compõe uma instituição (Penariol, 2017, p.38).

A AI é uma perspectiva institucional crítica. Um campo de saber e de práticas (Benelli, 2022; Lapassade, 1989; Hess; Savoy, 1993; Lourau, 2014; Rodrigues, 2000, 2013; Altoé, 2004; L'Abbate; Mourão; Pezzato, 2013; Penariol, 2017) que possibilita aos trabalhadores das Políticas Públicas a realização de intervenções em grupos, coletivos e organizações/instituições para colocar em ação a produção do saber sobre o não saber para que os sujeitos envolvidos nas ações institucionais enfrentem os seus próprios problemas.

A AI, de acordo com Lapassade (1977) não se refere a um processo terapêutico, mas sim de subversão dos processos institucionais instituídos. De acordo com Lourau (2004, p.71) "Uma instituição é formada pela articulação entre a ação histórica de indivíduos, grupos, coletividades, por um lado, e as normas sociais já existentes, por outro". Essa conceituação da formação da instituição nos possibilita analisar a AS e seus processos constitutivos e as forças antagônicas presentes, que a faz se deslocar.

O trabalhador social sofre os efeitos da instituição, mas as suas ações também a constrói e a modifica, o sujeito na AI é concebido como um ser humano que reproduz de modo passivo os processos institucionais instituídos, porém é capaz de gerar ações que fortaleçam forças instituintes, abrindo um campo de problematização sobre as possibilidades de transformação institucional (Lourau, 2004).

Na perspectiva de análise proposta pela AI de Lourau (1995) podemos entender a AS como instituição, que possui suas normativas abstratas que inclui modelos, regras, valores, comportamentos sociais, formas de trabalho, concepções sobre família, direito, cidadania. E também como a mesma instituição que também inclui as suas formas sociais visíveis, com uma normatização jurídica, administrativa e conceitual-técnica (Benelli, 2022).

De acordo com Benelli (2022) a instituição possui um significante polissêmico. O autor inferiu pelo menos três sentidos. Sendo o primeiro agindo como substantivo lógico, que denotam os processos instituídos sobre os costumes sociais, perpetuando-se ao longo da história humana. O segundo significante, como verbo, referente ao ato de instituir, encarnado na ação humana, como a criação da associação entre pobreza e periculosidade. Por meio deste significante como verbo o sujeito pode reproduzi-lo ou transformá-lo. Já o terceiro significante de instituição pode ser entendido como produção da formação social. Trata-se do conceito de instituição elevado pela AI para designar, nas palavras de Benelli (2022), um dispositivo de produção social que opera

com o processo de instituir o instituído, que abarca a reprodução social, e o instituinte, gerado pela força pulsante das demandas sociais, ligando os significantes "instituição" como substantivo e verbo.

> É esse conjunto composto por arquitetônico, mobiliário, equipamentos, maquinário, saberes e práticas, articulados por um discurso, realizado por agentes, que estamos definindo como dispositivo institucional; dispositivo que opera sobre objetos configurados e em função de objetivos determinados no contexto de uma realidade social complexa capaz de expressar processos produtivos e modos de produção. São os agentes que atuam nos estabelecimentos e nos dispositivos institucionais que (re)produzem a instituição e também os que podem subvertê-la e reinventá-la (Benelli, 2022, p.42).

As instituições sempre geram efeitos nos sujeitos, embora de modo particular a cada um, não há linha de fuga. O regramento normativo sobre os sujeitos ocorre por um conjunto de instituições, que buscam colocar o sujeito na linha, sem desviar do destino social-histórico-político-subjetivo imposto por meio da posição da passividade.

De acordo com Benelli (2022), por exemplo, tanto o sujeito que é incluído quanto o que é excluído do sistema de trabalho-salário sofre efeitos das normas instituições, seja como estudante, estagiário, desempregado, trabalhador empregado, trabalhador informal, terceirizado, aposentado etc.

A AS, foi criada em 1988 pela Constituição Federal (Brasil, 1988), fruto de uma demanda social da população pobre do país, protagonizada por trabalhadores, pesquisadores, militantes dos direitos humanos e políticos, posta em problematização em um debate representado por forças antagônicas, de um lado, os representantes da filantropia do país e do outro lado, aqueles que afirmam como direito de todos e dever do Estado. O próprio debate de criação da AS como direito e dever do Estado ocorreu com pouca participação dos próprios usuários da AS (Benelli, 2022).

A AS, criada como direito em 1988 (Brasil, 1988), antes deste período, marcada como oferta de práticas junto aos sujeitos-usuários de ação de caridade, benesse e assistencialismo, protagonizada por voluntários e trabalhadores que atuavam em Organizações da Sociedade Civil (OSC), fundações, associações e outras organizações do terceiro setor, passou por um período de burocratização visível, adquirindo outras formas sociais explícitas e particularizadas (Benelli, 2022).

Porém, antes de avançarmos para a problematização dos significados e pertinências dos operadores conceituais da AS para a AS entendemos que é necessário compreendermos alguns elementos históricos que produziram o

Movimento Institucionalista primeiro na França, o surgimento da AI e as ressonâncias desse movimento, bem como as suas particularidades e singularidades no Brasil.

4.1 Movimento Institucionalista, o surgimento da AI e sua pertinência para AS

O Movimento Institucionalista teve origem na França, nas décadas de 1950 e 1960, em meio a intensos movimentos de contestação. Ele reuniu trabalhadores de diversas áreas do saber com o objetivo de questionar as práticas nas áreas de Saúde Mental, Pedagogia e na organização da sociedade (Penariol, 2017).

O termo MI designa um conjunto heterogêneo de teorias, práticas e experiências, abrangendo uma multiplicidade de discursos, com maior ou menor diversidade. As principais vertentes desse movimento compreendem: Análise Institucional, Psicoterapia Institucional, Pedagogia Institucional, Socioanálise, Esquizoanálise, Psicossociologia e Sociologia Clínica. Dentre as referências fundamentais do MI, destacam-se Lourau (1993; 2014), Lapassade (1989), Guattari (1986; 1992), Baremblitt (2012), entre outros. O Movimento Institucionalista se articula com a Sociologia das Organizações, a Psicologia Social de pequenos grupos e a Psicossociologia, entre outros enfoques teóricos (Penariol, 2017).

Lourau (1995) ressalta que a Psicossociologia emergiu na interseção de diversas áreas do conhecimento, como psicologia social, psicanálise, psicopedagogia, terapêutica e sociologia das organizações, entre outras. A Psicossociologia se caracterizou como uma abordagem teórico-metodológica que se dedicou ao estudo do ser humano em relação com o social, ou seja, rejeitava a separação entre o individual e o coletivo, o afetivo e o institucional, assim como entre os processos inconscientes e os sociais, ao analisar as relações de trabalho nas organizações. Entre os principais nomes da psicossociologia estão Max Pagès, Eugène Enriquez, André Levy, Jacqueline Barus-Michel e Nicole Aubert (Penariol, 2017).

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) constitui um importante ponto de análise histórica para a compreensão do nascimento teórico-social da Análise Institucional. Em razão das suas consequências devastadoras, emergiu, especialmente na Europa, um movimento de pensamento radical de crítica a todas as instituições, as ciências acadêmicas e as práticas sociais. Na década de 1940, dentro das instituições terapêuticas, psiquiatras e psicólogos passaram a questionar não apenas suas funções e metodologias de tratamento de pessoas com sofrimento

psíquico em hospitais psiquiátricos, mas também as relações entre médico-terapeuta e usuário, bem como o funcionamento organizacional e institucional. Essas reflexões e críticas culminaram no surgimento da Psicoterapia Institucional, que, junto com a Pedagogia Institucional, constituiu as duas primeiras vertentes do Movimento Institucionalista (Penariol, 2017).

Uma das primeiras vertentes do Movimento Institucionalista, a Psicoterapia Institucional, foi marcada pela tentativa de reorganizar os hospitais em direção a uma prática mais liberalizante, no contexto do pós-guerra. Na década de 1950, as experiências do Hospital de Saint-Alban e da Clínica de La Borde proporcionaram novas formas de organização, que consideravam a participação dos pacientes no processo de autogestão. No que diz respeito à Psicoterapia Institucional, sabe-se que, após ser perseguido pela Segunda Guerra Mundial e passar por um campo de refugiados, o médico-residente François Tosquelles foi enviado, em 1940, ao Hospital psiquiátrico de Saint-Alban, então dirigido pelo psiquiatra Paul Balvet, em Lozère. Sua chegada, junto com a atuação de outros residentes e psiquiatras, possibilitou uma reconfiguração estrutural do hospital, transformando-o em um espaço com maior liberdade frente à opressão manicomial e às condições desumanas típicas da época. Nesse cenário, foram criados procedimentos novos para o tratamento dos pacientes, que passaram a ser considerados sujeitos, realizando atividades próprias e singulares, e não mais vistos como meros objetos de tratamento (Guatarri, 2004; Penariol, 2017).

Em 1952, a experiência foi denominada "Psicoterapia Institucional" em um artigo de G. Daumezon e P. Koechlin, passando a ser reconhecida como uma das fases iniciais da AI francesa. Este período foi caracterizado pela adoção de práticas grupais, que foram utilizadas como ferramenta terapêutica tanto para a instituição quanto para os pacientes institucionalizados. Os médicos, os enfermeiros, outros profissionais e os pacientes interagiam com as relações hierárquicas, sendo progressivamente desconstruídas. A terapêutica de grupo surgiu inicialmente como uma técnica complementar às tradicionais, como o eletrochoque e o uso de camisolas de força quimioterápicas. O objetivo das intervenções terapêuticas em grupo era reestruturar as relações sociais dentro das instituições. Dessa forma, surgiram as reuniões de equipe e de bairro, entre outras (Lourau, 2014).

Em meados da década de 1950, o psiquiatra francês Jean Oury, após seu contato com Tosquelles, buscava implementar práticas institucionalizadas

semelhantes às de Saint-Alban no hospital de La Borde. Em 1955, Oury convidou Guattari para integrar sua equipe e dar início à primeira experiência de Psicoterapia Institucional em um estabelecimento privado (Penariol, 2017).

A inserção de Guattari no Hospital de La Borde foi crucial para o desenvolvimento de novas formas de integração entre os sujeitos da organização hospitalar e para a criação de conceitos-chave, como analisador e grupo sujeitado/grupo sujeito, que se fundamentam na transversalidade, e que viriam a compor a estrutura da Análise Institucional (L'Abbate, 2012; Penariol, 2017).

Já a AI, produto desse dinâmico MI, surgiu também na França, na década de 1960, inserida em um contexto profundamente psicossociológico e/ou sociológico, marcado por características peculiares do momento histórico. Sua origem está relacionada à crise interna de diversas instituições e dispositivos da sociedade capitalista pós-industrial, como a crise da escola, do hospital, das igrejas, das fábricas e até mesmo das correntes modernistas em Ciências Sociais. Esse movimento emergiu em um cenário de intensos movimentos de contestação, que questionavam as práticas de escolas, universidades, fábricas, partidos políticos, entre outras. Para entender a gênese teórica e social da Análise Institucional, é imprescindível compreender o contexto sócio-histórico da França desde as décadas de 1940 e 1950 (Penariol, 2017).

Assim como na Segunda Guerra Mundial, o Movimento de Maio de 1968 também foi um importante analisador histórico para a compreensão do surgimento da AI. A década de 1960 foi marcada por intensos conflitos e tensões. Nos Estados Unidos e no mundo, aumentaram os protestos contra a Guerra do Vietnã, enquanto na América Latina intensificaram-se os movimentos de luta contra as ditaduras. Diversos movimentos críticos se opunham às instituições em geral e à sociedade norte-americana. A questão central para a AI, nesse período, era que os problemas, educativos, de formação, de trabalho, de organização, dentre outros deveriam ser tratados como fenômenos de ordem macrossocial. O Maio de 1968 representou uma onda de protestos e manifestações estudantis exigindo reformas na área educacional, que se estenderam ao setor industrial, provocando uma greve geral que paralisou mais de dez milhões de trabalhadores franceses, que reivindicavam melhorias nas condições de trabalho (Penariol, 2017).

Embora já houvesse ações anti-institucionais e autogestionárias antes de 1968, este segundo momento do Movimento Institucionalista é marcado por maio de 1968,

considerado um analisador crucial, devido à intensa recusa ao totalitarismo e ao autoritarismo, e à crítica ao conservadorismo presente nas diversas esferas do cotidiano. Os acontecimentos pós-68 geraram efeitos significativos, expandindo as intervenções socioanalíticas não só na França, mas também em outros territórios (Penariol, 2017).

A maioria das experiências autogestionárias anteriores a 1968 tinha uma visão positivista e tecnicista da autogestão, fundamentada nos modelos da Psicoterapia e Pedagogia Institucionais, funcionando apenas como uma técnica e não como um dispositivo analisador que permitisse a identificação dos obstáculos e resistências, que favorece a análise. A partir dessa segunda fase, a autogestão passou a ser encarada como um dispositivo analisador, e conceitos fundamentais da Análise Institucional, como analisadores (históricos, espontâneos e construídos), implicação e transversalidade, passaram a emergir (Baremblitt, 2012; Coimbra, 1995; Penariol, 2017, p. 36).

Lourau (1993) propôs, em *A Análise Institucional*, um método de intervenção em situações específicas que visa analisar as relações estabelecidas pelas múltiplas partes envolvidas em um contexto social com o sistema manifesto e oculto das instituições. A originalidade desse método reside no fato de que o analista não se posiciona mais como um observador externo dos grupos, coletividades ou organizações que demandam sua intervenção, mas sim como alguém implicado diretamente na rede de instituições que lhe concede a palavra (Hess, 2004; Penariol, 2017). Mesmo Guattari introduzindo a expressão "Análise Institucional" por volta de 1964, durante um encontro anterior à publicação do primeiro número da *Revue de Psychothérapie Institutionnelle* (Revista de Psicoterapia Institucional), foi Lourau quem, segundo L'Abbate (2012), sistematizou essa abordagem de forma teórico-metodológica a partir de sua *Thèse d'État* (Rodrigues, 2000; Penariol, 2017).

Sob orientação de Henri Lefebvre, Lourau formalizou teoricamente o processo de emergência e institucionalização da AI como um campo de saberes e práticas específico, fundamentado na psicanálise de Freud e no materialismo histórico de Marx. Sua proposta foi estudar e intervir nas instituições, construindo o conceito essencial de instituição. A AI, portanto, visa compreender a realidade social e/ou organizacional a partir da história, estrutura e funcionamento das organizações, incluindo os discursos e práticas dos sujeitos inseridos nesses contextos (Penariol, 2017).

A AI se constitui por um conjunto de conceitos articulados que nos foram estratégicos para operarmos com o Trabalho Psicossocial Crítico-Intercessor no campo institucional da AS.

Lapassade (1989), filósofo e sociólogo francês, considerou a AI como um movimento que possuía dois lados. De um lado, possibilita construir teorias para serem analisadas; de outro, permitia a criação de conceitos para operar com as práticas e as intervenções institucionais. Assim, a AI é um campo de trabalho e análise que cria condições para que o sujeito entenda as formas de recriar e repensar a realidade social instituída, por meio de promoções de discussões dentro de grupos, organizações ou instituições, e gerando reflexões na sociedade (Penariol, 2017).

Lapassade (1989) também propôs que, nos grupos, existia uma dimensão velada, não manifestada, que ele denominou de dimensão institucional. Ele sugeriu que a AI pudesse ser uma estratégia para desvendar o nível oculto da vida e do funcionamento dos grupos. Segundo o autor, era necessário ir além da psicologia dos pequenos grupos, desmascarando essa dimensão institucional. Com isso, a AI surge como uma crítica às práticas grupais que se concentram unicamente nos grupos em si. A AI, então, como campo conceitual-teórico, permitindo aos sujeitos superar as concepções tradicionais da psicologia dos grupos e da sociologia das organizações.

Na década de 1970, Lapassade desenvolveu uma visão mais política e menos técnica do trabalho em grupos, afirmando que a ação revolucionária deveria procurar acabar com as diferenças e abrir espaço para que os próprios grupos se conduzissem, sem a intervenção dos especialistas. A AI, com esse foco, visava, portanto, romper com as restrições impostas pelos especialistas psi e aos fatores psíquicos, estabelecendo uma abertura no campo analítico (Rodrigues, 2013; Penariol, 2017).

4.2 Movimento Institucionalista no Brasil

O MI foi introduzido no Brasil a partir de 1970, mas em um contexto político muito distinto do que ocorreu na França, uma vez que o país vivia sob a ditadura militar, instaurada em 1964, caracterizada por repressões intensas, restrições violentas às liberdades civis e políticas, e desrespeito à democracia. A AI chegou primeiramente ao Rio de Janeiro e Belo Horizonte, nas universidades públicas, influenciada por diversos fatores, como a visita de Georges Lapassade à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1972 e a vinda de René Lourau para um

Simpósio Internacional promovido pelo Instituto Brasileiro de Psicanálise, Grupos e Instituições (IBRAPSI) no Rio de Janeiro em 1982 (Penariol, 2017).

A partir da segunda metade da década de 1970, a Psicologia Institucional de José Bleger e os grupos operativos de Pichon-Rivière começaram a ser difundidos no Rio de Janeiro, mas foi apenas na década de 1980 que a AI começou a ser utilizada mais amplamente em Rio de Janeiro e São Paulo. A Psicologia Institucional e a AI, apesar de estarem relacionadas, não são o mesmo movimento. A Psicologia Institucional, cunhada por José Bleger na Argentina na década de 1960, focava na psicologia dentro das instituições, com uma abordagem psicanalítica, visando trabalhar tanto com a instituição quanto com a intervenção do psicólogo. No Brasil, a Psicologia Institucional começou a ser utilizada em meados dos anos 70, particularmente no Rio de Janeiro, por meio de exilados argentinos ligados à Associação Americana de Psicologia (APA). Já a AI, a partir da década de 1980, passou a ser entendida como um movimento com uma perspectiva política transformadora, utilizando conceitos sociológicos e políticos, ao invés de se restringir a uma análise psicológica (Penariol, 2017; Proença, 2020).

A AI é uma forma específica de compreender as relações sociais, baseada em um conceito de instituição e numa inserção política do trabalhador, com foco em práticas transformadoras na sociedade. Na década de 1980, o Brasil viveu um contexto de estagnação econômica, altas taxas de inflação e desemprego, e aumento das desigualdades sociais, o que levou os trabalhadores "psi" a se envolverem mais diretamente nos movimentos sociais, aplicando a AI como uma forma de pensar suas práticas de acordo com uma realidade concreta (Penariol, 2017).

Em São Paulo, o movimento institucionalista também se espalhou na década de 1980, principalmente devido à influência dos argentinos exilados, com maior ênfase na área da Saúde Mental, ao contrário do Rio de Janeiro, onde a ênfase foi na instituição pedagógica. O Núcleo de Estudos de Psicologia e Psicanálise (NEPP), criado em 1977, foi um dos primeiros grupos a realizar leituras institucionais, e, no final da década de 1970 e início de 1980, surgiram os primeiros espaços de formação socioanalítica, como a Casa 11 e o Centro de Estudos em Psicanálise e Análise Institucional (CEPAI). Além disso, em 1987, foi organizado um curso no Sedes Sapientiae, com ênfase institucionalista para trabalhadores da Saúde Mental, marcando o início das primeiras experiências institucionalistas em São Paulo (Coimbra, 1995; Penariol, 2017).

O MI inclui várias vertentes, como a AI, Psicoterapia Institucional, Pedagogia Institucional, Socioanálise, Esquizoanálise, Psicossociologia, e a Sociologia Clínica. Essas vertentes possuem atravessamentos de diversos campos, como o marxismo, a pedagogia, o psicodrama de Moreno e a psicanálise de Freud-Lacan (Proença, 2020).

A Esquizoanálise, desenvolvida por Gilles Deleuze e Félix Guattari, e a Psicossociologia, influenciada por Max Pagès, Eugène Enriquez e outros, são algumas das vertentes que interagem dentro do MI. A Psicossociologia, por exemplo, trabalha com as relações entre o social e o psiquismo, e a intervenção busca promover mudanças dentro de grupos e organizações (Coimbra, 1995; Proença, 2020). Já a Esquizoanálise se baseia no desejo e na produção, em vez de se focar na representação.

Remi Hess, um dos principais animadores da AI na França, destacou a contribuição de Lourau ao retomar a dialética hegeliana para compreender as instituições. Lourau descreveu três momentos da instituição: a universalidade, a particularidade e a singularidade. Na prática da AI, esses momentos podem ser aplicados à instituição de AS, onde a universalidade se refere ao discurso oficial da política, a particularidade à prática dos trabalhadores, e a singularidade à práxis, que envolve a reflexão crítica sobre essa prática (Benelli, 2022; Proença, 2020; Penariol, 2017).

A Psicoterapia Institucional, uma das vertentes do MI, surgiu no contexto hospitalar e visava modificar as relações entre médicos, funcionários e pacientes, utilizando técnicas de psicodrama e psicoterapia ocupacional. Já a Pedagogia Institucional, surgiu nas escolas na década de 1960 e procurava transformar a dinâmica escolar, buscando autogestão e relações menos repressivas e burocráticas, colocando o aluno como centro das decisões. A crítica de Lapassade à Pedagogia Terapêutica visava questionar a escola como uma instituição social e não apenas mudar as relações internas da escola (Coimbra, 1995).

Lapassade, em seus estudos sobre Pedagogia Institucional, desenvolveu a ideia de autogestão, que envolvia a progressiva e ponderada proposta de gestão por parte do grupo, com a intervenção mínima do pedagogo. A autogestão permitia que o grupo se organizasse e tomasse decisões coletivas de forma não impositiva, mas facilitadora (Proença, 2020).

A Psicossociologia Institucional, com ênfase nas intervenções em grupo e nas relações humanas, surgiu da confluência de várias correntes, como a Sociometria de

Moreno, o *T. Group* e a Sociologia das Organizações. Essa vertente procurava superar o reducionismo das análises psicológicas e sociológicas, promovendo uma abordagem mais ampla das relações dentro de grupos e instituições (Coimbra, 1995).

A AI, com as contribuições de Lourau e Lapassade, operada em nossas experiências de Intercessão-Pesquisa, pode contribuir para que o trabalhador da AS entenda e intervenha nas instituições de forma dialética, considerando os lados positivo e o negativo nas relações institucionais e possibilitando que os atores sociais, por meio da palavra, construam as transformações necessárias em suas práticas e relações.

4.3 A Análise Institucional

A Análise Institucional (AI) se configurou como uma importante estratégia de pesquisa e intervenção no contexto acadêmico brasileiro, conforme apontado pela literatura (Altoé, 2004; Benelli, 2014, 2016, 2020a, 2020b; Baremblitt, 2012; L'Abbate, 2012; L'Abbate; Mourão; Pezzato, 2013; Passos; Rossi, 2014). AI representa um referencial teórico, técnico, ético e político relevante para a formação dos psicólogos psicossociais que atuam e realizam pesquisa nas áreas das políticas públicas, podendo ser operada na modalidade de papel (in vitro) ou na modalidade de intervenção.

4.3.1 A AI de papel

A AI de papel é uma modalidade de pesquisa que se propõe a aplicar os conceitos e ferramentas dessa abordagem para produzir conhecimento sobre uma determinada instituição. Para isso, utiliza-se de materiais diversos, como textos institucionais, regimentos internos, regras e cronogramas, entre outros. Exemplos de estudos realizados com essa abordagem são os trabalhos de Benelli (2006, 2013, 2014a, 2016b), Benelli e Silva (2016, 2017), Proença (2020) e Proença e Benelli (2017).

Segundo Solange L'Abbate (2012, p.198), na AI de papel, "[...] há um profissional que assume o papel de perito, oferecendo um diagnóstico e esclarecendo problemas da organização. Em um contexto acadêmico, trata-se de um pesquisador que realiza uma análise teórica sobre uma organização específica". Foi por meio

dessa abordagem e da literatura disponível, incluindo documentos e bibliografia, que Benelli (2022) desenvolveu um estudo analítico e crítico sobre o processo institucional envolvendo A Política de Proteção Integral à Crianças e Adolescentes e a Assistência Social.

Na AI de papel, os analisadores potenciais se assemelham aos analisadores da socioanálise padrão, mas possuem uma diferença importante: são considerados potenciais porque, se fossem reconhecidos pelos sujeitos envolvidos, poderiam gerar efeitos transformadores. Isso significa que, embora os analisadores na AI de papel possam não ter um impacto direto imediato sobre a realidade da instituição, como teria uma socioanálise, eles são capazes de revelar a lógica dominante de uma organização e, eventualmente, contribuir para mudanças, caso sejam levados em consideração (Benelli, 2022).

Na AI *in vitro,* não há uma encomenda direta por parte da organização, pois a demanda é originada pelo pesquisador, que realiza observações da realidade institucional, buscando entender e revelar fenômenos pouco conhecidos ou não problematizados dentro da instituição. A AI *in vitro* se dá em um contexto acadêmico, com o objetivo de gerar conhecimento por meio da pesquisa. Nessa abordagem, a formação necessária para o pesquisador se dá *in vitro*, ou seja, através do estudo e leitura teórica, enquanto na Socioanálise, o processo ocorre *in vivo*, ou seja, o intercessor se forma na prática, com base em experiências vividas (Martini, 2010).

4.3.2 Socioanálise e Grupos

A socioanálise tradicional, conforme proposta por Baremblitt (2012), refere-se a um serviço prestado por profissionais liberais ou autônomos, dentro de um contexto convencional, geralmente em uma sociedade científica ou em institutos privados. Ela também pode ser realizada por departamentos especializados dentro das universidades como em um departamento específico de uma universidade. A Socioanálise, também pode ser realizada em instituições privadas ou organizações com fins lucrativos, como sociedades anônimas ou microempresas. Na prática da Socioanálise, é essencial que se faça uma análise da produção da demanda, ou seja, um exame detalhado sobre o pedido formal da intervenção, considerando a gestão institucional antes da intervenção propriamente dita, já que esses aspectos são fundamentais para a análise (Benelli, 2022).

A Socioanálise é uma prática de intervenção com foco em ações transformadoras e na resolução de conflitos sociais, que muitas vezes envolvem questões mais complexas, que não se limitam apenas às relações interpessoais ou aos conflitos organizacionais. Estes problemas, na verdade, envolvem aspectos institucionais, pois "as instituições são atravessadas e penetradas por tensões e contradições de toda a sociedade" (Martins, 2002, p.16).

A Socioanálise visa analisar coletivamente os membros de uma organização, suas questões históricas e fundacionais, além das suas relações, estruturas, atitudes e práticas cotidianas. Para isso, ela depende de uma solicitação formal de intervenção, um pedido realizado por um grupo ou instituição, com a finalidade de compreender a realidade social e organizacional daquele espaço a partir das práticas e discursos dos sujeitos envolvidos. Nessa análise, conceitos como demanda, analisadores e transversalidade se tornam centrais.

Conforme Rodrigues (2000), a Socioanálise é uma prática totalizadora que busca intervenções externas em organizações e análises internas em estabelecimentos, com o intelectual sendo diretamente implicado, ou seja, ele é influenciado e também influencia as relações dentro das instituições. A abordagem metodológica da Socioanálise é inovadora, pois propõe que o pesquisador, ao se engajar na pesquisa, deve se implicar ativamente, tendo clareza sobre os objetivos, objetos e metodologias da intervenção (Lourau, 1997).

Alguns dos conceitos fundamentais dessa prática incluem: análise da encomenda, que se refere ao pedido formal feito pelo grupo ou instituição; análise das demandas, que envolve a compreensão das solicitações específicas; autogestão da intervenção pelo coletivo; e o respeito à regra da livre expressão. Também se destaca a análise das implicações tanto do pesquisador quanto do interventor, além da elucidação dos analisadores (Hess; Savoye, 1993; Lourau, 2014).

Os conceitos de transversalidade e analisador, que são essenciais na Socioanálise, foram desenvolvidos por Félix Guattari no contexto da Psicoterapia Institucional e receberam grande destaque na teoria e prática da Socioanálise por autores como Lourau e Lapassade (Lourau, 2014; Lapassade, 1979). Na prática da Socioanálise, é crucial analisar a produção da demanda, refletir sobre a encomenda/pedido e examinar a gestão antes de realizar a intervenção, pois esses são elementos fundamentais para a análise.

Em uma Socioanálise tradicional, os analisadores institucionais têm um papel ativo, operando efetivamente para promover transformações na realidade institucional, desde que o coletivo envolvido se deixe interpelar por eles. Isso se distingue da Análise Institucional *in vitro*, onde os analisadores identificados pelo pesquisador são enfrentados na condição de "potenciais", ou seja, podem gerar transformações se forem reconhecidos, mas não operam diretamente na realidade institucional (Benelli, 2022, p.14-19)

4.4 A Problematizando as formas sociais da Assistência Social: suas formas, discursos e funções

Na AI, os termos *instituição*, *organização*, *estabelecimento* e *equipamento* não possuem o mesmo significado e não podem ser usados de forma intercambiável. O conceito de *instituição* é abstrato e universal, referindo-se a um campo teórico onde as relações de produção são instituídas de maneira necessária e vistas como naturais e eternas (Baremblitt, 1996).

A concepção de *instituição* representa um avanço importante, sendo necessário resgatar seu caráter político, histórico e seus processos desejantes (Paulon, 2005; Rodrigues, 2000; Lourau, 2014).

No nível da *organização*, a instituição se concretiza em formas materiais mais específicas. Por exemplo, a instituição da linguagem se manifesta na língua portuguesa, e a religião se materializa na estrutura da Igreja Católica. Já os *estabelecimentos* são compostos por elementos físicos e concretos, como as paredes que delimitam espaços, integrando as grandes organizações. Esses estabelecimentos têm recursos técnicos, chamados *equipamentos*, que auxiliam na realização dos objetivos propostos pela própria organização ou instituição (Benelli, 2022).

Esses conceitos operam de maneira dinâmica, sendo impulsionados pelos *agentes*, ou seja, pelos indivíduos e grupos que conferem movimento tanto aos aspectos materiais quanto imateriais da realidade social. Esses agentes, públicos ou privados, desempenham o papel de operacionalizar práticas discursivas e não discursivas, contribuindo para a produção e reprodução da realidade social. Os agentes públicos são subdivididos em políticos, como governantes, prefeitos, vereadores e parlamentares, e burocratas, que são funcionários públicos concursados. Já os agentes privados, como os empresários, possuem uma grande

capacidade de influenciar políticas públicas, uma vez que controlam setores da produção, do mercado e da oferta de empregos. Além disso, há outros agentes importantes, como os trabalhadores, os agentes internacionais (como o FMI e o Banco Mundial), e a mídia, que tem o poder de mobilizar a ação de outros atores. Para compreender a complexidade dessas relações, é útil organizar os conceitos de forma hierárquica: Instituição – Organização – Estabelecimento – Equipamento – Agentes (Benelli, 2022).

Lourau baseou-se nas obras de Hegel e Castoriadis para desenvolver o conceito de *instituição*. Hegel propôs a ideia de dialética, um movimento de afirmação/negação e negação da negação (Hegel, 1980). Para Castoriadis (1982), cada instituição social é compreendida como um movimento contínuo entre forças instituídas e instituintes, em um processo dialético. Com base nessas influências, Lourau (1995) articulou o conceito de *instituição* nas suas relações com os termos *instituinte* e *instituído*. O *instituinte* é a capacidade de contestação, inovação e a prática política como "significante" da prática social (Hess, 2004, p. 22). Ele representa um jogo constante de forças que busca agir nas resistências singulares dos indivíduos, gerando novos sentidos e promovendo uma transformação contínua para acompanhar as mudanças sociais. O *instituído*, por sua vez, refere-se à ordem estabelecida, aos valores, modos de representação e organização considerados normais (Hess, 2004).

A AI, em Lourau (1993), é um conjunto de forças de caráter *instituinte*, que entra em contradição com o que já está *instituído*, com o objetivo de quebrar a imobilidade por meio da intervenção. No nível da organização, os conceitos de *organizado* e *organizante* correspondem respectivamente ao *instituído* e ao *instituinte*. Dessa forma, a AI busca criar e identificar dispositivos que permitam ao coletivo se reunir e discutir os analisadores, com o objetivo de gerar eventos significativos, especialmente por meio de processos de autoanálise e autogestão (Penariol, 2017).

A AS é uma instituição permeada por outras instituições, e também como um dispositivo de produção de subjetividade. Para entender isso, é necessário perceber as instituições como geradoras de ações coletivas, inseridas em um contexto sócio-histórico específico (Costa-Rosa, 2000), no qual elas atuam na interação entre saberes e poderes, moldando sujeitos e diversas formas de subjetividade (Benelli; Costa-Rosa, 2013; Penariol, 2017).

A formulação da política pública de Assistência Social teve como objetivo superar práticas de benemerência e caridade, bem como as formas de fisiologismo e

clientelismo, geralmente mediadas pelo favor, embora essas práticas ainda persistam em diferentes contextos socioassistenciais. Houve um avanço significativo ao estabelecer a Assistência Social como um direito de cidadania, dentro de uma política pública que visa combater a pobreza e promover o bem-estar social, em sintonia com outras políticas públicas sociais. Contudo, em um cenário marcado pelo neoliberalismo, as práticas clientelistas que fortalecem as forças hegemônicas ainda persistem.

4.5 Funções negativas

Segundo Costa-Rosa (2000), as instituições no contexto do Modo Capitalista de Produção (MCP) não atuam de forma neutra ou altruísta. Pelo contrário, elas possuem funções que, embora essenciais ao seu funcionamento, desempenham papéis negativos na sociedade. Primeiro, elas são responsáveis pela produção de mais-valia, que acontece quando se articulam com outras instituições, como empresas, que consomem produtos, alimentos, materiais e serviços para seu funcionamento. Em segundo lugar, elas reproduzem as relações sociais dominantes, ou seja, as dinâmicas de poder entre quem comanda e quem obedece, formando uma subjetividade alienada, quase que automatizada, onde o comportamento é moldado para ser dócil e submisso, obedecendo à lógica das hierarquias autoritárias presentes, por exemplo, nas práticas de gestão empresarial. E, por fim, a instituição também pode ser um terreno fértil para novas formas de relações sociais, onde os interesses do grupo subordinado podem ser expressos de maneira inovadora, permitindo a criação de vínculos mais democráticos, que promovam a participação ativa, a cidadania plena e, consequentemente, a transformação social (Penariol, 2017).

As organizações, como grandes estruturas materiais, são as responsáveis por traduzir as proposições das instituições em práticas concretas na sociedade. Elas não existem sem as instituições, e estas, por sua vez, não teriam propósito algum sem as organizações. Mas a realidade vai além: dentro dessas organizações existem agentes institucionais, que são os verdadeiros responsáveis por dar vida a tudo o que é material e imaterial. Esses agentes atuam não só com práticas visíveis e discursivas, mas também com ações sutis, muitas vezes invisíveis, que constantemente reconstroem e desconstroem as relações sociais nos diversos estabelecimentos em que atuam (Proença, 2020).

A AS é um campo que não se limita a ser uma simples extensão de outras instituições. Ela está entrelaçada com a economia, a política e outras forças sociais, tanto em um plano macro quanto micro. No plano micro, cada agente dentro dessa instituição carrega consigo saberes e práticas que são, na verdade, frutos dos atravessamentos e transversalidades que vêm de outras esferas sociais e culturais.

AS é uma instituição em constante transformação, passando por avanços e retrocessos, alternando entre discursos conservadores e revolucionários. Nela, coexistem forças contraditórias que reforçam a desigualdade social, mas também aquelas que criam oportunidades para momentos de autogestão e autoanálise. Os agentes institucionais (sujeitos-trabalhadores e sujeitos-usuários) podem se organizar potencializando a liberação da palavra, para a superação da alienação e, sobretudo, para a busca de uma transformação social genuína, que se conecta com os interesses dos mais pobres e marginalizados da sociedade (Proença, 2020).

As prefeituras e o poder público, responsáveis pela Política Pública de Assistência Social, de acordo com Benelli (2022) e Penariol (2017) frequentemente operam de maneira violenta e intrusiva. Isso ocorre por meio de ações e omissões que desconsideram a ética na administração pública, resultando em uma série de deficiências nas políticas públicas. A falta de planejamento estratégico, a ausência de profissionalismo, a escassez de transparência e a ausência de participação popular são apenas algumas das falhas evidentes.

As secretarias municipais, responsáveis por direitos essenciais como saúde, educação, trabalho, habitação e assistência social, carecem de execução técnica e competente, o que gera um ciclo vicioso de negligência. O resultado disso é a perpetuação da pobreza, a falta de perspectivas para a população, a falta de projetos de formação profissional e a ausência de serviços básicos de qualidade. Embora os prefeitos, vereadores e secretários municipais sejam os primeiros a serem responsabilizados, também devemos incluir nesse ciclo o empresariado, a polícia e o Judiciário, cujas práticas, muitas vezes, contribuem para a existência de áreas de vulnerabilidade, onde os CRAS (Centros de Referência de Assistência Social) são acionados, como parte do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Essa violência institucional é frequentemente referida como a má-fé das instituições, um termo utilizado por Souza (2009) para descrever o abandono e a exclusão das populações mais pobres e marginalizadas (Benelli, 2022).

A experiência de desigualdade e exclusão não é apenas uma privação material, mas uma violação da própria dignidade e identidade do sujeito, que se vê privado de ocupar um lugar social digno, como apontou Scarparo (2008). Essa realidade é especialmente crítica no campo da AS, um espaço que muitas vezes não está vinculado a um saber acadêmico específico, como a da sociologia ou da medicina, mas sim a uma ação prática. Apesar de muitos ainda se referirem à AS como ação social, ela se posiciona como uma instituição que possui um esforço organizado para garantir direitos e promover a justiça social.

Porém, é importante entender que a AS, de maneira negativa, frequentemente se faz presente na ausência do que deveria ser garantido: os direitos sociais, a seguridade e a justiça social. Ela se caracteriza, portanto, pela falta: falta de acesso, de recursos, de dignidade. Porém, também é um campo de transição e de acesso a outras políticas públicas, funcionando como uma ponte para a inclusão social, seja para suprir as necessidades imediatas ou como estratégia para algo maior (Scarparo, 2008).

No campo das Políticas Públicas, os termos utilizados não são neutros nem desinteressados. Ao contrário, eles pertencem a diferentes campos discursivos e possuem intencionalidades distintas, gerando efeitos variados. Benelli (2022) observa que, para uma perspectiva dialética e institucionalista, é comum que termos de diferentes campos semânticos, até contraditórios, se sobreponham e se misturem, como parte de uma disputa discursiva pela hegemonia. Essa fusão de significados pode resultar na colonização de campos institucionais por ideias e conceitos externos, o que pode esvaziar suas potencialidades transformadoras, enfraquecendo sua capacidade de gerar mudanças substanciais.

Benelli (2022) também aponta como certos termos, como “serviços”, “gestão” e “gerencialismo”, se tornam naturalizados no discurso das políticas públicas, especialmente na Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Esses termos são usados de forma a ocultar as dimensões políticas e sociais, tratando-as de forma técnica e despolitizada, como se fossem apenas funções a serem cumpridas, sem levar em consideração suas implicações para os direitos dos cidadãos.

A “gestão”, particularmente, é um termo frequentemente utilizado nas políticas públicas, e se refere a um conjunto de atividades técnicas, como planejamento, execução, monitoramento e avaliação. No entanto, Benelli (2022) observa que, frequentemente, a gestão é tratada de forma fragmentada, desconectada das

questões políticas e sociais mais amplas, o que reflete a ideologia capitalista. O senso comum, moldado por essa ideologia, tende a descontextualizar a gestão, vendo-a como uma função técnica sem considerar seu papel dentro de uma instituição complexa e dinâmica. Esse tipo de abordagem, muitas vezes heterogestiva, pode se tornar autoritário, reduzindo as possibilidades de participação e democracia nas instituições.

Costa-Rosa (2000) pautou essa discussão ao criticar o termo “serviço”, que ele considera como uma forma de trabalho alienado, caracterizado pela execução de ações sem reflexão, e que coloca os trabalhadores em uma posição de meros executores de protocolos. Essa concepção reflete a colonização das políticas públicas pela lógica mercadológica, transformando direitos sociais em produtos mercadológicos. Para ele, a noção de "serviço" disfarça a transição de direitos sociais para mercadorias à venda, acessíveis apenas a quem pode pagar por eles, o que se distancia da concepção de direito como algo universal e garantido pelo Estado.

O discurso neoliberal, como aponta Benelli (2022), transforma as políticas públicas sociais em "gastos", tratando-as como questões meramente técnicas, subjugadas ao imperativo da responsabilidade fiscal. Esse discurso promove o "ajuste fiscal", que limita os orçamentos públicos enquanto os recursos destinados ao mercado e às empresas privadas continuam a crescer sem o devido questionamento pela mídia ou pelo Estado. Esse processo evidencia uma lógica de "mercantilização" das políticas públicas, que tendem a transformar direitos sociais em bens mercantis.

Nesse contexto, para operar com o Trabalho Psicossocial Crítico-Intercessor as Políticas Públicas devem ser vistas como instrumentos para a garantia dos direitos dos cidadãos, como um processo em constante evolução que desafia a lógica do mercado. Segundo Benelli (2022), ao contrário da visão neoliberal que trata os direitos como carências ou necessidades específicas, a verdadeira democracia deve garantir direitos universais e iguais para todos os cidadãos.

Benelli (2022) destaca que, ao contrário de meros "gestores" ou "gerentes", os trabalhadores sociais devem se posicionar como cidadãos, sujeitos de direitos, que têm a responsabilidade de mediar e garantir os direitos de outros cidadãos. Isso implica a subversão e superação do capitalismo, buscando uma cidadania democrática e popular que defenda os direitos sociais como algo universal e não mercantilizado.

O uso cotidiano de termos como “indivíduo”, “sociedade”, “marginalização”, “conduta”, “comportamento”, “violência” e outros, muitas vezes ocorre de maneira abstrata e descontextualizada. Isso confere a esses conceitos uma coloração ideológica acrítica que carece de uma reflexão mais profunda. A teoria, segundo Penariol (2017), não deve ser aplicada de maneira rígida, mas deve ser utilizada de forma crítica para guiar a prática dos trabalhadores sociais na busca por soluções concretas para os problemas enfrentados no dia a dia.

4.6 As formas sociais da AS

> Uma instituição consiste na articulação de saberes e práticas por um discurso lacunar, como costumam ser todos os enunciados discursivos. Tomando uma sugestão de Hegel sobre os três momentos do conceito – universal, particular e singular –, é possível pensar a instituição como uma conjunção de esferas ou momentos articulados (Lourau, 2014; Oliveira, 2005; Costa-Rosa, 2013; Pasqualini; Martins, 2015). (Benelli, 2022, p.39-40).

As formas sociais visíveis da instituição da AS podem ser localizadas nos seus modos de organizações, estabelecimentos e dispositivos específicos de intervenção junto aos sujeitos-trabalhadores e sujeitos-usuários, denominados de objeto de intervenção.

De acordo com Benelli (2022) podemos analisar a AS como instituição, decompondo-a em universidade, particularidade e singularidade, ou seja, em três momentos que nos possibilitam analisar e diferenciar os múltiplos aspectos da realidade.

Inspirado na filosofia de Friedrich Hegel, Lourau (1995) procurou entender a instituição por meio de três momentos diferentes, que em movimento dinâmico, se processam: a tese, a antítese e a síntese. Lourau (1995) na tentativa de analisar a dinâmica dos movimentos institucionais conceituou a categoria da universidade como tese, a lógica configurada pelas figuras abstratas do pensamento, correspondente a sua estrutura, que pode ser percebida pelas formalizações conceituais do seu discurso oficial, com as suas normativas universais estabelecidas.

No plano das afirmações positivas, de acordo com Benelli (2022) encontramos os discursos de “Proteção Social” da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (Brasil, 2004), opostos aos discursos anteriores que eram pautados como caridade, ajuda, favor, benesse, que reunia os discursos e práticas assistencialistas e filantrópicos.

Na dimensão das particularidades como antítese, fenômeno em que é possível identificar a negação da própria universalidade pelas práticas dos trabalhadores no cotidiano do estabelecimento institucional, as lógicas funcionam por meio de um conjunto de práticas e saberes mobilizando um dispositivo no âmbito dos seus estabelecimentos institucionais para operar sobre o objeto.

A particularidade da instituição se manifesta nas práticas concretas enunciadas ou não de modo explícito, operando na condição de negação da universalidade (antítese), não referidos a verdade geral da forma instituição, mas sim na forma concreta das práticas dos trabalhadores, que podem produzir determinadas diferenças em suas ações. A instituição na sua particularidade produz práticas e saberes multifacetados, para além do discurso institucional geral, podendo ser localizadas abaixo dele ou superá-lo de modo dialético, o que ocorrerá por meio do descarte de parte do discurso e na preservação de outra parte que será elevado a outro nível de discurso, como podemos entender na modificação do discurso da AS que, pautada em um paradigma disciplinar-preventista, transmutou o discurso do "pobre associado a periculosidade" para o "cidadão em condição de vulnerabilidade e risco social", por meio do paradigma disciplinar-promocional e inclusivo (Benelli, 2022).

Na dimensão da singularidade como síntese, a essência como produto de uma multiplicidade de fatores, pode ser entendida como síntese de um elevado processo de suprassunção da universalidade, na produção da realidade social e histórica. A singularidade é produzida por práticas que não se localizam, necessariamente, na negação a universalidade, mas se diferenciam no discurso, nas ações e nos seus efeitos no próprio trabalhador e nos sujeitos-usuários, singularizados, que uma vez apropriado dos elementos que compõem a universalidade da instituição, que já carrega em sim a sua própria contradição no discurso, produz a unidade dos contrários em conflito, para transmutar suas práticas, produzindo algo novo. No confronto entre a unidade positiva (universalidade) e a unidade negativa (particularidade), o trabalhador produz a síntese (singularidade) com construção da sua própria práxis, articulando e problematizando, no plano da práxis, um Trabalho Social, diferente do próprio discurso oficial da AS, mas não necessariamente na negativa a ela. Há nessa construção a produção de outro modo de operar com as práticas sociais, deslocadas da simplória repetição, mecanização e aplicação das ações sociais.

O universal e o particular são formas institucionais opostas, mas, por serem abstratas, podem ser confundidas com facilidade, pois estão circunscritas no plano da ideologia e da filosofia idealista (Benelli, 2022). As contradições desses momentos institucionais podem ser experienciados de modo conflituoso entre o discurso e a prática, podendo se opor uma a outra, como ouvimos frequentemente dos trabalhadores, que "não é possível operar no Trabalho Social com o que está proposto nos marcos conceituais que compõe o discurso da AS", ou que "não seria possível aplicar a teoria na prática". Essas falas dos trabalhadores da AS explicitam as cisões no campo do trabalho, frutos das dicotomias produzidas pela divisão social e técnica da formação capitalista.

> Rigorosamente, talvez nem toda prática possua o estatuto de práxis. Há práticas que reproduzem o instituído, aplicam mecanicamente conhecimentos e protocolos ou técnicas de procedimentos formais, nas quais não se pensa nem se problematiza o que se faz. Há práticas alienadas e preconceituosas, improvisadas e baseadas no senso comum. Para que uma prática esteja à altura da designação de práxis, ela precisa ser uma ação na qual se expressa a produção de um saber novo e criativo que é consumido no mesmo ato de sua produção pelos sujeitos que o produzem, visando responder a uma dada problemática. Chamamos de práxis este fazer no qual o outro ou os outros são visados como seres autônomos "[...]. Existe na práxis um por fazer, mas este por fazer é específico: é precisamente o desenvolvimento da autonomia [...] a práxis é, por certo, uma atividade consciente, só podendo existir na lucidez; mas ela é diferente da aplicação de um saber preliminar (não podendo justificar-se pela invocação de um tal saber – o que não significa que ela não possa justificar-se" (Castoriadis, 2000, p.94-5) (Benelli, 2022, p.41-42).

Buscamos considerar em nossa análise dialética, as diferenças entre os fenômenos aparentes e os fatores que compõem a essência das produções para entender a forma social da AS, relacionando-as com o seu processo de estruturação e as ações dos atores sociais, para operarmos buscando superar a racionalidade mecanicista, corriqueira, que opera de modo repetitivo e enfrentando a realidade social e histórica, complexa, com práticas simplistas.

Localizado na instituição da AS por meio da AI, o trabalhador-intercessor pode produzir a subsunção dialética, transformação da tese (universalidade institucional), pelo qual parte dela é suprimida e outra parte é preservada, mas modificada qualitativamente, elevando as práticas a uma produção distinta.

4.6.1 A função social positiva da AS, os atravessamentos e as suas subfunções negativas

A AS, como forma social, possui uma organização administrativa e para se diferenciar, foi definida negativamente, na relação com as outras formas sociais como a Educação, a Saúde e a Previdência Social. Ela é o que as outras instituições não são e o contrário também é verdadeiro (Benelli, 2022).

A diferença de uma forma social em relação a outra pode ser compreendida pela finalidade (função) atribuída a ela, que embora, carrega em uma tese, na dimensão da universalidade da instituição, carrega outras finalidades, geradas pela relação entre as diferentes formas sociais com diferentes funções, que forma o sistema social. Essas outras finalidades são produzidas pelos atravessamentos:

> A função oficial da organização está ligada a outras finalidades criadas pela existência de relações contínuas entre tal organização e as outras, com funções diferentes, e, ainda, por suas relações com o conjunto do sistema social. A isso chamamos atravessamento: um estabelecimento é "atravessado" pelas funções de outros, no sentido da reprodução das relações sociais hegemônicas. Exemplos: a prisão tem algo de escola; a empresa, algo de clínica; os manicômios, algo de prisão; e os conventos e seminários possuem estruturas e dinâmicas institucionais semelhantes (Goffman, 1987; Foucault, 2013; Benelli, 2006, 2013). (Benelli, 2022, p.37).

Os atravessamentos referem-se às articulações que são produzidas pelas diferentes instituições e suas formas de organização, estabelecimentos e práticas, que, como produto da realidade socio-simbólica da formação social capitalista, que produz ações macropolíticas e institui funções às instituições.

Pactuamos com Benelli (2022) que entender a AS somente por suas ações especificadas em seu discurso oficial não retrata a realidade da instituição, pois junto a sua principal atividade, outras são associadas, aumentando a complexidade do trabalho que, para situar em um campo crítico, se faz necessário ao trabalhador, para além da escuta, se localizar na instituição, buscando entender as contradições e as lacunas entre o discurso e as práticas.

A AS como instituição foi produzida como ação macropolítica, mediada pelo imaginário e pela ideologia, de uma determinada conjuntura sociopolítica, em resposta aos agenciamentos de um conjunto de pulsações, que em uma batalha antagônica, formou a demanda social, que não aparece explícita, senão pela sua contraface, nas encomendas solicitadas para acesso a cesta básica, a programas de transferência de renda, à proteção social etc.

Para a análise da conjuntura sociopolítica, Costa-Rosa (2013) se apropriou do conceito de Processo de Estratégia de Hegemonia (PEH) do filósofo Antonio Gramsci, que nos possibilita analisar os movimentos molares, por meio de algumas linhas,

organizadas e atualizadas pelas pulsações das demandas sociais, que compõem a formação social, e que nos possibilitam localizar o pensamento por meio de modos paradigmáticos antagônicos do trabalho.

Na AS, de acordo com Benelli (2014), identificamos o paradigma filantrópico em oposição ao paradigma do sujeito cidadão.

> Sempre resta na instituição, como resultado desse processo de constituição, um "não sabido" estrutural em relação à demanda social do qual ela é efeito. Isso quer dizer que a instituição "distorce" e, de muitos modos, "simplifica" as pulsações da demanda social, interpretando-as. As queixas, os pedidos de ajuda, os sintomas, os conflitos, o sofrimento mudo etc., ao serem mediados e produzidos socialmente, são recortados por meio da ideologia e do imaginário, desconhecendo o "não sabido" do qual emergem. Invariavelmente, a resposta institucional produzida não coincide com as pulsações instituintes, coincidindo com o que também aprendemos com a psicanálise: "Isso que você está me oferecendo não é aquilo de que preciso". Uma parte importante das pulsações da demanda social pode encarnar-se em indivíduos concretos, sob a forma do sofrimento e das queixas (drogaditos, moradores de rua, crianças de rua, pobres em geral etc.). Nesse caso, tendem a se redobrar os efeitos de alienação (que é simultaneamente social e subjetiva), exigindo, na mesma medida, uma qualificação esmerada da práxis, da acuidade dos referenciais de escuta e de compreensão, utilizados por parte daqueles a quem tais queixas são dirigidas (Benelli, 2022, p.39).

Frente ao discurso ideológico oficial da AS e a sua função, no âmbito da particularidade da instituição, depreendemos que o discurso acaba por explicitar as funções positivas do dispositivo institucional. Para acessarmos as demais subfunções da AS, que estão na condição negativa, faz-se necessário, de acordo com Costa-Rosa (2013) e Benelli (2022) a utilização de referenciais dialéticos para explicitar outras funções existentes na complexidade do trabalho nos seus diferentes estabelecimentos socioassistenciais.

De acordo com Benelli (2022, p. 43), há uma função positiva explícita no discurso oficial da AS que objetiva: "[...] oferecer apoio social para os pobres, amparar e proteger o indivíduo e a sociedade dos riscos e das vulnerabilidades sociais, recuperar, ressocializar, reintegrar, incluir socialmente os indivíduos, entre outros termos". Já a função negativa que o autor identificou se desdobrava em três subfunções. Sendo a primeira localizada na produção de mais-valia utilizando produtos de outros instituições como a transferência de renda como meio de injetar dinheiro na economia pela utilização desses recursos pelos beneficiários para o consumo, a filantropia de fundações e associações que, por meio da responsabilidade social das empresas, transferem recursos aos estabelecimentos socioassistenciais privados, ainda o terceiro setor, que complementa as ações da AS, abrindo um campo

para a terceirização das funções do Estado e consolidando um modelo baseado na precarização das condições de trabalho, exaurindo a mais-valia da pobreza, criada pela própria concentração da riqueza nas mãos dos grupos dominantes, mantendo, no campo da AS, as práticas disciplinares tuteladoras, punitivas, normalizadoras e assistencialista.

A segunda subfunção negativa, semelhante à produção da mais-valia, refere-se a reprodução das relações sociais e intersubjetivas hegemônicas, que produzem a subjetividade serializada, em nome da função de amparar e cuidar dos pobres. Já a terceira subfunção refere-se as possibilidades de novas práticas, movidas pelas forças instituintes, se contrapõem ao paradigma filantrópico:

> É o caso, num dado momento histórico, das contribuições baseadas nas técnicas e éticas do materialismo histórico (pedagogia dialética, educação popular etc.), da psicanálise (escuta do sujeito na transferência e atenção ao plano da realidade psíquica, ao mesmo tempo subjetiva/social, numa postura clínica que não se confunde com o consultório e com tratamento psicológico), da genealogia (emergência da sociedade disciplinar e produção concomitante das ciências humanas disciplinadoras e normalizadoras, administração do social, biopolítica, sociedade de controle dos riscos no meio aberto – que permitem situar a AS e seus efeitos típicos) etc (Benelli, 2022, p.46).

Essa subfunção da AS congrega as práticas dos sujeitos na produção de subjetividade singularizada, em que o trabalhador assume a posição de sujeito e opera o Outro (sujeito-usuário), também na posição de sujeito. Essa subfunção pode ser compreendido como efeito das tentativas de subjetivas as contradições, os conflitos e as lacunas que atravessam os sujeitos, mas em que os sujeitos também assumem uma posição de atravessadores, na tentativa de produzir um laço social, abrindo a possibilidade à produção de novos saberes e práticas na busca do enfrentamento e equacionamento dos problemas sociais.

4.7 Operadores conceituais da AI que um(a) trabalhador(a) da AS pode se apropriar para produzir a práxis

A reflexão sobre os conceitos de transversalidade e analisador, desenvolvidos por Félix Guattari no contexto da Psicoterapia Institucional e amplamente adotados por Lourau e Lapassade para a teoria e prática da Socioanálise, revela uma abordagem crítica e transformadora sobre as instituições e suas dinâmicas. Embora esses conceitos não se restrinjam a uma única instituição, organização ou equipamento, eles estão presentes em todas essas esferas simultaneamente,

indicando que as relações institucionais são complexas e multifacetadas (Penariol, 2017).

Esses conceitos são essenciais para a compreensão crítica das instituições que, ao invés de serem vistas de forma isolada, devem ser analisadas em sua complexidade e interconexão. Na perspectiva da Socioanálise, conforme Lourau (1995) e Lapassade (1979), tanto a transversalidade quanto os analisadores são ferramentas para um trabalho de desnaturalização das relações de poder e para a busca de práticas institucionais mais inclusivas e democráticas. Penariol (2017) destaca a importância desses conceitos no estudo das instituições, enfatizando que suas dinâmicas não podem ser reduzidas a modelos simplistas, mas precisam ser abordadas com uma visão crítica que compreenda suas diversas facetas e a interação entre elas.

4.7.1 Atravessamento e Transversalidade

A transversalidade refere-se à maneira como as questões e os problemas sociais, psicológicos e institucionais se entrecruzam dentro de uma organização, e como as práticas podem ser redirecionadas por um olhar que não se limita a uma hierarquia rígida. Já o conceito de analisador, em Guattari, se refere à capacidade de um elemento ou prática dentro da instituição revelar as tensões e contradições subjacentes, funcionando como um ponto de análise para entender as relações entre os sujeitos e a estrutura institucional (Penariol, 2017; Proença, 2020).

Os conceitos de atravessamento e transversalidade, elaborados no contexto do institucionalismo, são fundamentais para a compreensão das dinâmicas sociais e organizacionais nas instituições. O conceito de atravessamento, conforme Penariol (2017), nos mostra que as instituições não são apenas espaços para a reprodução da sociedade organizada, mas também locais de resistência às transformações propostas por uma utopia social. O instituído e o instituinte se interpenetram, revelando o potencial criativo das instituições e a possibilidade de fundação de novos valores e conceitos

No que diz respeito à formação social brasileira, autores como Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Otávio Ianni e Roberto Schwarz sublinham a importância da colonização e da escravidão para a constituição das desigualdades sociais e políticas do país. O legado histórico dessas estruturas, junto aos conceitos de

clientelismo e patrimonialismo, caracteriza as práticas e vícios cristalizados na vida política brasileira (Anhucci, 2016). Essas práticas, iniciadas no Período Colonial, ainda se refletem nas relações sociais contemporâneas, permeando as instituições e suas formas de governança.

Nesse contexto, a análise institucional, como discutido por Altoé (2004), busca desvendar o que está oculto a respeito das instituições, aquilo que não é dito ou explicitado nas relações sociais e que é fundamental para a compreensão das estruturas de poder e resistência. A análise institucional, portanto, não se limita a observar as regras visíveis, mas se propõe a revelar as dinâmicas invisíveis que influenciam as relações entre os indivíduos e as instituições.

Além disso, a crítica ao modelo burocrático de gestão, de acordo com Penariol (2017), surge como uma resposta à crise da governabilidade e aos movimentos neoliberais da década de 1980. O modelo burocrático, caracterizado pela administração racional-legal, foi substituído pelo modelo gerencial, que enfatiza a eficiência, a flexibilidade e os resultados, características da globalização do capital e das reformas do Estado. Essa mudança reflete uma nova forma de gestão, mais centrada no mercado e nos indicadores de desempenho, e menos preocupada com a participação social e a justiça distributiva.

Em síntese, os conceitos de atravessamento e transversalidade proporcionam uma análise crítica das instituições e da sociedade, mostrando como estas são espaços de manutenção e também de transformação. Ao considerar a história do Brasil, suas desigualdades estruturais e as práticas de resistência presentes nas instituições, esses conceitos oferecem uma base para repensar as formas de gestão pública e os caminhos para a transformação social.

4.7.2 Heterogestão, Autogestão e Autoanálise

A crítica à lógica de heterogestão nas instituições é um ponto central na análise de Penariol (2017). Segundo a autora, nas instituições tradicionais, a gestão é centralizada na figura de um "chefe", que exerce uma relação hierárquica e verticalizada, ocupando uma posição de superioridade dentro do organograma. Esse modelo implica uma organização rigidamente estruturada, onde as decisões são tomadas de cima para baixo, sem a devida participação ou contribuição do coletivo envolvido.

Em contraste, a proposta da autoanálise e da autogestão se coloca como um caminho para transformar essa dinâmica. De acordo com Benelli (2022), Penariol (2017) e Proença (2020), a autoanálise e a autogestão são processos que devem ser vistos como complementares, e não independentes. Ambos implicam a participação ativa e consciente do coletivo nas decisões e processos de gestão da instituição. Esse modelo visa à construção de uma gestão horizontal, onde as decisões são tomadas de maneira compartilhada, com o grupo sendo responsável por seu próprio processo de organização e análise crítica. Dessa forma, ao contrário da imposição autoritária da heterogestão, a autogestão propõe a criação de uma gestão coletiva e mais democrática, o que implica uma redefinição das relações de poder dentro da instituição.

Portanto, o conceito de autoanálise se refere à capacidade do coletivo de refletir sobre suas práticas, identificar suas forças e limitações, enquanto a autogestão envolve a tomada de decisões de forma autônoma, com base em uma gestão compartilhada, democrática e horizontal. Juntas, essas práticas visam criar espaços mais participativos e críticos dentro das instituições, favorecendo uma gestão mais justa e com maior envolvimento dos sujeitos que compõem a organização.

Compreendemos o conceito de autogestão como a organização interna e a administração da própria instituição pelos seus membros, sem a necessidade de uma hierarquia externa ou de um profissional que imponha decisões. Penariol (2017) destaca que a autogestão implica no compartilhamento do conhecimento e na tomada de decisões de maneira coletiva, permitindo uma gestão onde todos participam ativamente.

Essa forma de organização não envolve apenas a divisão técnica do trabalho, mas propõe uma igualdade no que se refere a direitos e desejos. O trabalho coletivo, portanto, não é subordinado a hierarquias tradicionais, mas é baseado na colaboração mútua. Lapassade (1989) e Baremblitt (2012) acrescentam que a autogestão também está ligada a um processo de transformação contínua, onde o coletivo busca questionar, criticar e reinterpretar sua própria história, elucidar materiais ocultos e propor soluções para os impasses institucionais. Essa prática analítica do coletivo permite que ele compreenda e mude a própria estrutura da organização de maneira criativa. Por outro lado, a autoanálise é outro princípio que complementa a autogestão, tendo como base a crença na autonomia dos grupos.

A presença de um profissional ou analista no contexto da autogestão não implica em uma posição superior, mas sim em um papel de apoio ao coletivo. Proença (2020) afirma que o analista ocupa um lugar junto aos membros do grupo, trazendo seu saber externo para ajudar a organização a se conhecer e se organizar. Assim, a função do profissional é contribuir com a análise e facilitar a organização do coletivo, sem estabelecer relações de subordinação ou comando. O saber, portanto, está nas próprias mãos dos integrantes do grupo, que são os principais agentes do processo de autogestão e autoanálise.

O conceito de autogestão na análise institucional (AI) refere-se à organização de um grupo de maneira que ele possa estruturar-se, articular-se e analisar sua própria realidade, incluindo suas necessidades, problemas, interesses e desejos. Isso implica em uma abordagem onde o grupo, em vez de contratar um especialista externo para dizer o que deve ser feito, se torna capaz de construir dispositivos e estratégias próprias para alcançar seus objetivos. O foco está em permitir que os sujeitos pensem sobre si mesmos e sobre tudo o que os afeta, especialmente em um contexto de capitalismo acelerado e de "especialismos", onde o saber e o poder são frequentemente monopolizados pelos experts. Como Penariol (2017) aponta, a ideia não é depender de um saber especializado externo, mas possibilitar uma reflexão interna e coletiva, de modo a encontrar soluções autênticas para os problemas institucionais.

4.8 A análise paradigmática das clínicas psicológicas presentes nas práticas dos(as) psicólogos(as) na AS e dos efeitos éticos e políticos do trabalho nos sujeitos como estratégias para a localização do intercessor na instituição

Nossa leitura das análises paradigmáticas do campo institucional da AS, especialmente as produzidas por Benelli e Costa-Rosa (2012); sobre as éticas presentes nas práticas dos trabalhadores da AS (Benelli, 2014); sobre as figuras da Clínica Psicológica nas práticas desses profissionais (Benelli, 2023) e sobre a instituição da AS e os efeitos éticos e políticos das práticas dos trabalhadores nos sujeitos-usuários (Benelli, 2022), foi fundamental para inspirar nosso esforço de nos deslocarmos das práticas convencionais e seus efeitos disciplinares. Esse movimento visou possibilitar um reposicionamento para a construção de uma práxis intercessora e gerar conhecimentos críticos sobre o Trabalho Psicossocial, que possam ser úteis

aos trabalhadores que buscam também produzir práticas mais singularizadas no trabalho.

O foco dessas considerações está em como as práticas formativas podem contribuir para o enfrentamento do Modo Capitalista de Produção (MCP) presente nas ações dos trabalhadores da AS, ao mesmo tempo em que fortaleçam processos formativos que possibilitem a criação de saberes-fazeres coletivos e singulares, orientados pela ética e pela política de transformação social.

A reflexão sobre os diferentes paradigmas éticos presentes nas práticas dos trabalhadores da AS e das diferentes figuras clínicas da psicologia nos instigou a compreender como elas podem ou não estar presentes no trabalho do psicólogo na AS.

A análise crítica sobre a associação entre as diferentes éticas como efeitos das práticas dos trabalhadores da AS e os paradigmas que formam as clínicas da Psicologia presentes na formação e nas práticas dos trabalhadores psicólogos pode contribuir para nos inspirarmos a produzir uma implicação subjetiva com o trabalho de modo singularizado, buscando transversalizar e não repetir as práticas disciplinares ou mesmo fortalecer as forças institucionalizadas que tendem a reproduzir as desigualdades sociais.

> Entendemos que “muito ajuda quem não atrapalha”. Quem não sabe onde está, nem pode explicar o que está fazendo, por que o faz, como o faz e para que o faz, certamente está perdido. Pode não saber, mas está desorientado. Pode inclusive estar “correndo muito bem, mas é uma pena que esteja na direção errada”. Por isso, cremos que é tão importante ter uma compreensão paradigmática sobre os problemas complexos que estão presentes no campo de atuação profissional no qual se está inserido (Benelli, 2022, p. 24)

A clareza paradigmática não nos permite retroceder nem renunciar ao paradigma do sujeito de direitos e à atenção socioassistencial. Certamente poderemos avançar, fazendo a crítica e superando os limites e problemas dessa perspectiva, mas não é possível nos contentarmos com menos (Benelli, 2022, p.311).

Procurando mapear e analisar o campo do Trabalho Social e os efeitos éticos e políticos das práticas dos trabalhadores da AS nos sujeitos e a presença da psicologia para que pudéssemos nos localizar nos processos formativos dos trabalhadores na AS como instituição encontramos dois estudos que nos foram intercessores para a nossa práxis e acreditamos que poderá contribuir para outros trabalhadores que também desejam operar no plano da práxis.

Em um primeiro momento, iremos refletir a respeito de algumas contribuições da análise paradigmática produzida por Benelli (2023) sobre as diferentes clínicas psicológicas presentes na AS para um segundo momento apresentar algumas considerações que nos foram intercessoras quanto ao mapeamento dos efeitos éticos e políticos das práticas dos trabalhadores na AS (Benelli; Costa-Rosa, 2012; Benelli, 2014).

A análise paradigmática como ferramenta da AI concebe o paradigma como um modelo estruturado dialeticamente no campo de análise de uma instituição, o qual tem seu modo de funcionamento e organização interna alicerçado por um arcabouço teórico que possibilita uma compreensão histórica da realidade. Na relação entre o aparente e a forma, entre os sentidos e aquilo que se produz, pressupõe-se um todo estruturado e articulado em um ordenamento jurídico-ideológico e teórico-técnico das atividades-ações desenvolvidas sobre determinadas demandas (Costa-Rosa, 2000; Benelli; Costa-Rosa, 2012).

Para a compreensão de um paradigma institucional avaliamos ser necessário explorar os parâmetros que definem sua estrutura. De acordo com Benelli e Costa-Rosa (2012) são no mínimo 4 parâmetros que podemos identificar no âmbito da produção de uma instituição e da práxis dos trabalhadores:

> a) concepções do "objeto" e dos "meios" de ação sobre ele; b) concepções das formas de organização do dispositivo institucional; c) modos da relação da instituição com a clientela e a população (incluindo o território), e modos da relação da população com a instituição; d) concepções dos efeitos socioeducativos (políticos, educativos, pedagógicos, terapêuticos) e de seus desdobramentos éticos (Benelli; Costa-Rosa, 2012, p.613).

Costa-Rosa (2012) propôs parâmetros importantes para a análise paradigmática. O primeiro envolve a compreensão da realidade psíquica do sujeito, sublinhando a importância da produção de sentido ou saber inconsciente sob transferência. O segundo parâmetro sugere a subversão das formas de gestões verticalizadas, promovendo análises políticas e participação ativa em espaços como conselhos e fóruns. O terceiro e o quarto parâmetros envolvem concepções das relações instituição-território e dos efeitos terapêuticos e éticos das ações de atenção, respectivamente.

Os paradigmas não aparecem de modo puro e explícito na perspectiva das práticas institucionais. Por meio de nossas análises das experiências de trabalho, buscamos compreender e explicitá-los. Os paradigmas reúnem um conjunto de elementos sobre opiniões, valores, técnicas, objeto, métodos e formas de fazer as

coisas, organização das relações de trabalho, orientação política e ideológica e efeitos éticos e estão presentes nas instituições (Benelli, 2023).

4.9 A análise paradigmática das Clínicas Psicológicas na AS: As Clínicas Convencional, Ampliada e Intercessora

Por meio da análise paradigmática Benelli (2023) problematizou as clínicas psicológicas e como elas se organizariam por meio de práticas de pesquisas, denominando de figuras da clínica psi.

As figuras da psicologia clínica foram organizadas por meio de paradigmas que podem ser detectados nas práticas de pesquisa dos psicólogos. Avaliamos que essa análise paradigmática das figuras das clínicas psis pode ser inspiradora para pensar o campo da AS devido as possíveis articulações entre a psicologia enquanto ciência e profissão e as demandas oriundas do SUAS, como área de atuação dos psicólogos.

Esses paradigmas das práticas da psicologia são todos iguais? As práticas localizadas nesses paradigmas produzem quais efeitos políticos e éticos nos sujeitos? Qual a articulação entre os paradigmas presentes nas clínicas psis e o Trabalho Social desenvolvido na AS?

Na Psicologia um paradigma é caracterizado por seus pressupostos teóricos-assistenciais, técnico-assistenciais, jurídico-políticos e socioculturais e as práticas que se circunscrevem como clínicas. E a clínica não pode ser compreendida como sinônimo de consultório ou de psicoterapia, pois produz um reducionismo do conceito de clínica, que compreendemos com um conceito mais amplo do que a técnica da psicoterapia.

No âmbito de determinado paradigma, as práticas incluem elementos técnicos, assistenciais, ideológicos, políticos e éticos diversos (Benelli, 2023).

> O horizonte paradigmático mais amplo seria composto pelo Paradigma Disciplinar e pelo emergente Paradigma Transdisciplinar, com seus movimentos, avanços, recuos, suprassunção, superação, impasses e paradoxos. Eles fornecem o enquadre no qual localizamos quatro possíveis figuras da clínica que seriam mais globais, respectivamente: a Psicologia Convencional com sua *Clínica Tradicional*, a Psicologia Psicossocial e sua *Clínica Ampliada*, a *Clínica da Diferença* e a *Clínica da Atenção Psicossocial*. Haveria um conjunto de diferenças e submodalidades ou variações clínicas que ocorrem no âmbito de duas figuras ainda predominantes: no da Psicologia Convencional com sua *Clínica Tradicional* e no da Psicologia Psicossocial e da sua dita *Clínica Ampliada*. Trata-se de considerar a complexidade dinâmica da realidade, em seus processos, sobreposições, impasses e transformações. Uma de nossas hipóteses é de que há diversas

> abordagens em Psicologia Clínica nas quais, embora se empregue o termo "psicossocial", dados seus vieses adaptativos e normalizadores, ainda permaneceriam, forçosa e rigorosamente, no âmbito da Clínica Tradicional. Em tais casos, as alterações teóricas, técnicas, políticas e éticas não chegam ser dialeticamente contrárias à estrutura da Psicologia Convencional: as inovações propostas ainda poderiam ser consideradas mais do mesmo, apesar de tudo (Benelli, 2022, p.183-184).

De acordo com Benelli (2023) as clínicas são constituídas pelas dimensões que operam na concepção do sujeito e consequentemente pelos efeitos políticos e éticos produzidos nos sujeitos. Há um conjunto de práticas psicológicas sob o paradigma da Clínica Convencional que se configuram como tradicionais, devido ao enviesamento disciplinar, tanto explícito quanto implícito, presente em seu discurso, sendo principalmente centrado em perspectivas teóricas positivistas e de aplicação normalizadora.

Outras práticas buscam se diferenciar da clínica convencional incluindo a dimensão da realidade social, constituindo o paradigma da Clínica Ampliada em que se localizam uma diversidade de ações como submodalidades terapêutica-pedagógicas, políticas-pedagógicas, algumas denominadas de "psicossociais". Apesar dos psicólogos buscarem diferenciar essas práticas ampliadas das pertencentes à Clínica Convencional, ainda permanecem ancoradas em ações que reproduzem o viés tradicional.

Existe também outro conjunto de práticas que se localizam no paradigma das Clínicas da Diferença e da Atenção Psicossocial. Essas práticas se situam em uma dimensão crítica e se diferenciam radical e dialeticamente da clínica tradicional, isso por conceberem perspectivas que vão além da realidade social do sujeito, incluindo tanto a dimensão política quanto a dimensão subjetiva do sujeito.

O Estado encomendou à psicologia enquanto saber institucional e como produtora de saberes/fazeres a atuação na AS com a difícil tarefa implícita de supressão das revoltas sociais, haja vista o acolhimento e a escuta oriundos da prática desavisada e majoritariamente reprodutora de um modo de ação disciplinar.

No entanto, cabia, à época mesma da inserção do profissional psicólogo na AS, a compreensão de que a pobreza devia ser, sim, problematizada e, para além disso, as práticas poderiam contribuir para o fortalecimento das forças instituintes modificadoras da realidade socioeconômica que se impunha.

O paradigma da figura da Clínica Convencional da psicologia tradicional, que também pode ser nomeado de disciplinar ou hegemônico, se caracteriza pela

quantificação e matematização da realidade, uso da divisão e classificação como método científico, reduzindo a complexidade da realidade, racionalidade científica produzindo dualidades entre: sujeito-objeto, doença-cura, normal-anormal, saber-poder, não saber-não poder, planejadores-executores e teóricos-tarefeiros (Benelli, 2023). As práticas sociais em torno da clínica tradicional permanecem no plano da relação ego-realidade, envolvem o imaginário e o sujeito é compreendido com outro semelhante, porém não inclui o plano da realidade psíquica inconsciente (Benelli, 2023).

No paradigma da figura da Clínica Ampliada da psicologia observamos as práticas dos psicólogos denominadas de psicossocial, incluindo uma psicologia pautada no materialismo histórico, que propõe trabalhar com os processos dialéticos. Em relação à crítica ao paradigma convencional, os psicólogos psicossociais operam com práticas sociais que concebem o sujeito histórico no plano da ação social e como cidadão no plano da política (Benelli, 2023).

Já nos paradigmas das figuras clínicas que chamamos de intercessoras encontramos a Clínica da Diferença e a Clínica da Atenção Psicossocial. Essas clínicas se localizam no trabalho transdisciplinar ao proporem a superação dialética dos princípios disciplinares dicotômicos, isso por intermédio de noções sobre o sujeito, o cidadão, a saúde-adoecimento-Atenção e a práxis. O trabalhador que atua orientado por esta concepção de sujeito busca superar a maestria, para que a prática não se torne um exercício de poder sobre o outro, o tomando como objeto de intervenção (Benelli, 2023).

Frequentemente psicólogos e outros trabalhadores adotam o termo psicossocial para designar suas práticas, mas continuam a atuar na perspectiva adaptativa, normatizadora, prevalecendo uma clínica tradicional, quando as alterações técnicas, teóricas, políticas e éticas não chegam a se diferenciar dialeticamente, prevalecendo uma continuidade das práticas disciplinares tradicionais. A partir da análise paradigmática desenvolvida por Benelli (2023) das clínicas da Psicologia foi possível compreender que há produções na psicologia sobre a AS que operam com práticas que podem ser identificadas como dialéticas, localizadas na Clínica Ampliada, quando as práticas buscam se diferenciar da clínica tradicional, mas por operarem apenas no plano social e político, excluindo o inconsciente como dimensão de análise crítica da realidade, acabam por produzir práticas que não se diferenciam dialética e criticamente do modo disciplinar do trabalho. Benelli (2023)

localiza essas práticas psicossociais como estando em processo de transição paradigmática.

A Clínica de Atenção Psicossocial, localizada no plano transdisciplinar das clínicas psi, foi forjada no campo institucional da Saúde. Costa-Rosa (2019) apontou três demandas para o campo do trabalho psicossocial no campo institucional da Saúde, sendo a primeira: adequar o dispositivo institucional a fim de que nele possa caber a psicanálise; a segunda caracterizar um trabalhador de Saúde Mental de um novo tipo, o trabalhador-intercessor; e a terceira: produção de noções de "acontecimento-sujeito" e de "transferência".

Na Saúde, a Clínica de Atenção Psicossocial opera com a psicanálise como estratégia ética e política para a emersão do sujeito de desejo, protagonizada por meio do processo de constituição subjetiva primária e secundária, que é, respectivamente, o equivalente a construção do aparelho psíquico ou da máquina humana de subjetivar, e do funcionamento psíquico do sujeito na subjetivação da realidade socio-simbólica da formação social capitalista. Costa-Rosa desenvolveu uma trajetória de trabalho para a constituição coletiva da Clínica de Atenção Psicossocial como Paradigma Psicossocial (PPS) em um processo instituinte de subversão do Paradigma Psiquiátrico Hospitalocêntrico Medicalizador (PPHM), nos estabelecimentos da Saúde (Costa-Rosa, 2019).

Na perspectiva da AS, ampliando o debate sobre as figuras clínicas psicológicas, que constituem a formação dos trabalhadores psicólogos e incluindo os demais trabalhadores de outras categorias de profissão como os assistentes sociais e os educadores sociais, não identificamos muitas experiências que vão além das práticas dialéticas, que já são interessantes, do ponto de vista dos seus efeitos éticos e políticos, as quais poderíamos situá-las como Trabalho Psicossocial e no âmbito da psicologia como uma Clínica Ampliada, já que incluem o plano social e político, porém essas práticas sociais não estão institucionalizadas no discurso oficial da AS. Estariam essas práticas sociais na transição paradigmática, pois ainda não incluem o plano subjetivo do inconsciente.

4.10 A análise paradigmática das dimensões éticas e políticas das práticas sociais dos(as) trabalhadores(as) como efeitos nos sujeitos da AS

A sociedade se organizou por meio de instituições em um sistema de relações complexas, produzindo movimentos de institucionalização e normatização. No campo institucional da AS, as nossas experiências nos levaram a problematizar os efeitos das nossas ações junto aos trabalhadores e dos próprios trabalhadores junto aos sujeitos-usuários. Como diferenciar as ações por meio dos seus efeitos éticos e políticos efetuados nos sujeitos? A análise paradigmática produzida pelo Benelli e Costa-Rosa (2012) e Benelli (2014) sobre os efeitos éticos das práticas dos trabalhadores sociais, nos inspirou a discutir e diferenciar por meio de características os paradigmas éticos na Assistência Social e problematizar como os trabalhadores de diferentes estabelecimentos socioassistenciais produzem ou se conectam com os processos instituintes, no plano da dinâmica da dialética, e enfrentam os instituídos, que se referem aos produtos institucionais (Benelli, 2020a).

As práticas operadas pelos trabalhadores da AS produzem um conjunto de efeitos éticos e políticos nos sujeitos atendidos e nos trabalhadores dos estabelecimentos socioassistenciais.

Benelli e Costa Rosa (2012) identificaram por meio de uma análise paradigmática do campo institucional da AS os seguintes paradigmas éticos nas práticas sociais dos trabalhadores: Caridade; Promoção Humana; Filantropia; Clientelismo Assistencialista do Poder Público; Política Pública de AS como discurso oficial do Estado; e Sujeito Cidadão de Direitos. A partir disso, a contradição paradigmática encontra-se entre o Paradigma Cidadão de Direitos e o Filantrópico que inclui os demais, que são meramente equivalentes quanto aos seus aspectos indispensáveis.

Esse mapa analítico nos possibilitou a compreensão dos efeitos éticos dos processos de trabalho das equipes do SUAS e nos posicionar junto aos trabalhadores problematizando e localizando quando possível os seis paradigmas institucionais que estão presentes no campo e trabalho da Assistência Social. Cada paradigma pode produzir um modo de compreender o sujeito, lidar com o conhecimento e com a realidade das demandas da sociedade, que produz também um tipo de trabalhador no campo da Assistência Social, o qual tem os seus processos instituídos e instituintes específicos.

O Trabalho Social desenvolvido pelas equipes dos estabelecimentos socioassistenciais contém algumas tecnologias sociais em um conjunto de práticas sociais, entre elas encontramos: os atendimentos, acompanhamentos,

Estudo/discussão de caso, a visita domiciliar, o relatório técnico (exame), a busca ativa, a averiguação do Cadastro Único, dentre outras. Essas tecnologias sociais podem ser desenvolvidas a partir de um leque diversificado de posicionamentos éticos e políticos, podendo contribuir para trabalhar as resistências, analisar, elaborar e propor ações singulares e coletivas para a transformação dos sujeitos e da sociedade ou podem, inclusive na contramão do discurso oficial da AS, mobilizar a vergonha, a culpa, a repetição e manutenção das desigualdades sociais.

Com base nas hipóteses de Benelli e Costa-Rosa (2012) a ética da tutela é aquela em que o trabalhador se relaciona com o sujeito social a partir de um saber a priori, com base na racionalidade científica. Nessa perspectiva, o trabalhador está posicionado no lugar de quem detém o saber sobre o que é melhor para o outro, partindo do pressuposto de que o outro não saberia nada sobre si mesmo. Nessa ética haveria um conjunto de práticas articuladas entre social-psi-jurídico-legal que cristaliza o sujeito em uma condição de passividade (Benelli; Costa-Rosa, 2011).

A ética da interlocução se constitui por meio de práticas nas quais tanto o trabalhador quanto o sujeito social atendido nos estabelecimentos socioassistenciais procuram estabelecer uma relação igualitária, no entanto, o trabalhador ainda se localizaria como detentor do saber, porém realiza a escuta e a orientação, e o poder decisório sobre a vida do sujeito fica a cargo do próprio sujeito. A crítica a essa ética é o reducionismo do sujeito no campo da intrassubjetividade e pouca contribuição para o fortalecimento das lutas sociais com produções coletivas e políticas (Benelli; Costa-Rosa, 2012).

Uma outra ética possível está relacionada à ação social na qual tanto o trabalhador quanto o sujeito atendido na Assistência Social se implicariam na perspectiva do fortalecimento das pulsões instituintes, com o objetivo de transformar/modificar a realidade sociopolítica e enfrentar as desigualdades sociais e violências em que vivem, a partir a afirmação da cidadania e do sujeito de direitos (Benelli; Costa-Rosa, 2012).

Temos também a ética do paradigma do sujeito cidadão nas políticas públicas, em que o trabalhador procura deliberadamente orientar suas práticas sociais a partir dos documentos e marcos conceituais do SUAS. Nessa ética, o trabalhador buscaria uma articulação de um conjunto de aspectos como o sujeito de direitos-cidadão, protagonismo, cidadania, participação democrática e controle social (Benelli, 2014).

A ética do cuidado é pautada no envolvimento do trabalhador com o sofrimento do sujeito social ou da família. Nessa modalidade ética, o trabalhador, ao se localizar na posição de cuidados e se identificar com a dor do outro, acaba por simpatizar com ela, tornando-se solidário ao outro. Esta ética fundamenta formas de ajuda, mas está centrada em um plano orientado por elementos cristãos. Além disso, as práticas de cuidado também podem estar influenciadas pela medicalização, psiquiatrização, psicologização e assistencialismo (Benelli, 2014).

Haveria ainda, em menor escala, a ética do sujeito do desejo inconsciente, que se constitui a partir da Psicanálise de Freud e Lacan e problematiza o inconsciente e o campo da linguagem a partir dos registros do imaginário, do simbólico e do real, estimulando o sujeito a se posicionar diante dos conflitos e contradições, orientando-o pela busca da compreensão do próprio desejo. Na perspectiva de Costa-Rosa (2012) também encontramos a ética do sujeito, em que para além do inconsciente, plano subjetivo, inclui-se também uma implicação sociocultural, em que o sujeito é considerado um ator social no plano da história e da política. Essa é a ética pela qual pretendemos nos orientar, podendo ser assumida pelos trabalhadores da AS, principalmente, quando a demanda de trabalho se caracteriza por necessidades relativas aos processos de subjetivação. No entanto, é necessário considerar alguns aspectos para que se possa operar com essa ética no campo da AS, precavidos pela psicanálise em intensão, tais como perspectivas teórico-técnicas na produção de diferentes subjetividades (singularizada ou serializada), e formas de relações transferenciais (Benelli, 2014).

Assim, quais seriam as éticas e dimensões políticas que estariam orientando as nossas práticas sociais no campo da AS? Ao longo de nossa jornada de atuação como assessor junto aos trabalhadores dos estabelecimentos socioassistenciais, percebemos dificuldades que emanam das práticas sociais desses trabalhadores, sendo que alguns deles se esquivavam da dimensão da subjetividade como elemento de trabalho. Alguns trabalhadores rotularam a subjetividade como elemento do campo da Saúde, se posicionando de modo a evitar adentrar nos aspectos subjetivos do sujeito, o que acabou por colaborar para a produção de processos de alienação, com o trabalho focado em ações objetivas e de objetificação do sujeito, desconsiderando o sujeito de desejo, e em alguns casos, até mesmo a dimensão política, contribuindo, desse modo, para a produção de um tipo de trabalho em que se reproduz uma racionalidade cientificista, que não contribui para a transformação da realidade social.

A partir da emergência das ciências humanas, as ações sociais desenvolvidas deram origem a uma nova racionalidade: a racionalidade econômica, na qual o interesse econômico se destacou como uma forma específica de governo, o denominado “governo econômico” (Farhi Neto, 2010). Estaria a AS isenta da lógica da racionalidade econômica? Provavelmente, se não problematizarmos a dimensão do inconsciente da subjetividade em nossas práticas sociais e políticas, tendemos a reproduzir essa lógica no âmbito assistencial, nos tornando sujeitos aos seus efeitos éticos e políticos.

A análise paradigmática desse conjunto de efeitos éticos e políticos das práticas sociais presentes no Trabalho Social no SUAS contribui para explicitar os diferentes posicionamentos dos trabalhadores, nos permitindo problematizar os distanciamentos e os encurtamentos de suas ações junto às dimensões do social, bem como reverberam no sujeito que será subjetivado nesse contexto. A partir de quais paradigmas estamos atuando? Em tempos difíceis à Política de AS precisamos enfrentar a realidade social para que possamos criar outras estratégias que sejam capazes de ir em direção ao deslocamento do lugar da desimplicação, da impotência e da onipotência para que, então, possamos pensar o impossível da intersecção sociotécnica do Trabalho Social como sintoma.

> Quanto à ética da singularização, além da ética psicanalítica da diferença (desejo), a Intercessão- Pesquisa é também tributária da ética marxiana do valor de uso (carecimento) e da ética socioanalítica da autogestão dos coletivos, homologamente singularizantes (Périco, 2021, p.16).

Para produzirmos a ética da Atenção Psicossocial, como efeito do trabalho nos sujeitos na AS, precisamos nos implicar de modo subjetivo e sociocultural com o paradigma da singularização, criando processos de trabalho que possibilitam ao sujeito os deslocamentos para que se perceba e se implique também como um dos agentes que pode produzir as respostas de enfrentamentos dos problemas que lhe geram os seus sofrimentos (Costa-Rosa, 2000).

4.11 Análise de implicação e sobreimplicação

O conceito de análise de implicações desenvolvido por Lourau (1993, 1997, 2004a, 2004b, 2014) é central na Análise Institucional (AI), sendo um dos seus principais e mais relevantes conceitos. Este tem raízes na contratransferência institucional da psiquiatria e na intervenção socioanalítica introduzida pela

Psicoterapia Institucional na década de 1960 (Altoé, 2004). Embora a palavra "implicação" seja comumente utilizada em contextos diversos, como compromisso, participação, motivação e engajamento (Altoé, 2004; Coimbra; Nascimento, 2008), sua conceituação na AI é bem mais complexa. Ela se refere ao envolvimento do analista e dos participantes nas relações institucionais, incluindo aspectos afetivos, políticos, ideológicos e institucionais. Altoé (2004) destaca que a origem do uso contemporâneo do termo talvez se encontre em uma mistura de influências existencialistas, fenomenológicas e psicológicas, frequentemente voltadas para um discurso mais voluntarista e produtivista.

A AI não vê a neutralidade como uma possibilidade, pois qualquer forma de observação de um objeto já implica uma modificação desse objeto, interferindo nas relações e dinâmicas que ele envolve (Rocha; Deusdará, 2010). Segundo Lourau (2004a), a ideia de que o analista deve se distanciar do objeto de análise é ultrapassada, pois a análise de implicações reconhece que as percepções, afetos e outros elementos estão imersos no processo de análise. No método da AI, o analista não está fora do coletivo, mas implicado nele, fazendo parte de uma rede institucional que influencia as práticas e os saberes (Hess, 2004). Proença (2020) reforça que o analista ocupa um lugar de colaboração, sem se colocar superior ao coletivo, mas contribuindo para o autoconhecimento e a reorganização do grupo.

A análise de implicações ocorre dentro do próprio campo de intervenção, referindo-se às relações que os participantes e analistas mantêm com diferentes instituições, como o dinheiro, o poder, o saber, e o Estado (Rodrigues; Souza, 1991). A análise de implicação, como apresentada pela AI, vai além do simples envolvimento consciente ou voluntário. Trata-se de um envolvimento também inconsciente, com as instituições que nos formam e atravessam (L'Abbate, 2012). Esse envolvimento é inevitavelmente afetado pelas dinâmicas de poder e interesses que formatam as organizações.

A AI também critica a ideia de um intelectual neutro e enfatiza o conceito de intelectual implicado, que analisa as implicações de suas pertenças e o lugar que ocupa nas relações sociais e de poder (Coimbra, 1995), não havendo conhecimento neutro, pois está associado as condições nas quais o sujeito existe, porém o saber que ele produz no enfrentamento dos seus impasses, sem ser capturado pelo conhecimento pré-estabelecido, que o objetifica, é político e o proporciona um lugar

de poder. O conhecimento, portanto, deve ser analisado não apenas em termos do que é sabido, mas também do poder que o legitima e o sustenta.

> Implicação subjetiva refere-se à capacidade de posicionar-se ativamente em relação a conflito e contradições. Movido pela sua capacidade desejante e de autodeterminação, o sujeito não sofre apenas os efeitos de um modo que tais conflitos e contradições ficam intactos em sua reprodução, ele se posiciona de forma a trabalhar na direção da sua metabolização e superação. Através de uma alta capacidade constante de mutabilidade, vai se autoproduzindo e produzindo o mundo que habita (Benelli, 2020a, p. 33).

Um trabalhador social capaz de implicação subjetiva e sociocultural se caracteriza por uma subjetividade singularizada: ele se posiciona como sujeito frente aos conflitos e contradições do seu próprio desejo e realizando conexões críticas com a realidade social mais ampla, sendo capaz de criar outras saídas, não tradicionais, para os seus problemas, como estratégia para enfrentá-los (Benelli, 2020a).

A implicação é resultante do conjunto das relações libidinais, organizacionais e ideológicas, que se forma entre sujeito e instituições, não sendo uma escolha, o sujeito é sempre atravessado e está implicado (Romagnoli; Santos, 2023). Portanto, para operar com o Trabalho Psicossocial Crítico-Intercessor, o trabalhador precisa se dar conta do seu modo de implicação com a produção do trabalho, para não correr os riscos de reproduzir uma desimplicação com o trabalho, que em última análise, é a não criação de laço social, inexistindo o sujeito e repetindo o MCP ou de ser “Capturada nesta esperança equilibrista, a implicação dos trabalhadores se sustenta em uma sobreimplicação que acredita na mudança e em um corpo para a ação, ao mesmo tempo que é atropelada por adoecimentos e decepções” (Romagnoli; Santos, 2023, p.12).

Romagnoli e Santos (2023) em uma problematização referente ao conceito de sobreimplicação operando com trabalhadores da AS por meio da AS, localizou que trabalhadores que trabalham no MCP, no modo indivíduo, produz uma sobreimplicação em uma conexão simétrica das formas, e incluímos aqui, discursos, práticas e relações de poder, tradicionais e instituídas na AS, e com isso os trabalhadores desavisados ou cínicos produzem as suas ações colaborando com o processo de precarização da AS que entram em curso pelas ações macropolíticas e micropolíticas que fortalecem uma governamentalidade neoliberal.

A sobreimplicação, quando analisada, remete-nos ao que Lourau (1990) denominou de ideologia normativa do sobretrabalho, um ponto cego na relação do sujeito com a instituição, um excesso que se apoia na implicação para produzir um

além que não está, necessariamente, vinculado ao bem-estar daquele que produz o trabalho. Ao discorrer acerca da implicação profissional, Rougerie (2019) afirma que esta relação pode derivar de uma tal imersão na prática, que se torna difícil processar análises de implicação, análises críticas do fazer profissional. Portanto, como tentaremos ilustrar, a sobreimplicação aponta para a exploração da subjetividade, colocando o sujeito no exercício da autogestão de sua alienação (Lourau, 1990) (Romagnoli; Santos, 2023).

A sobreimplicação, embora possa potencializar, em determinadas situações as lutas sociais de enfrentamento da produção do Trabalho Social localizado no MCP, pode ser capturada pelas forças instituídas na AS e nas demais instituições de Políticas Públicas, impedindo o trabalhador de analisar com criticidade os acontecimentos-sujeito na instituição, ficando mais suscetível a exploração da Mais Valia da sua força de trabalho. Como não podem gerar lucro nas ações do Estado, os interesses individuais dos sujeitos, principalmente dos segmentos partidários políticos, protagonizam o destino dos recursos públicos, gerando intensos momentos de precarizações nos estabelecimentos públicos por meio do estímulo e da utilização da sobreimplicação dos trabalhadores, o que produz como efeitos nestes processos de sofrimentos (Romagnoli, Santos, 2023), que podem ser localizados pelos sintomas analisados pela escuta do sujeito (Costa-Rosa, 2000, Périco, 2021; Benelli, 2022).

Já a desimplicação, conceito problematizado por Périco (2017; 2021) contribuiu para que possamos localizar a implicação singularizante do trabalhador-intercessor, avisado do seu avesso, que corrobora com as forças dominantes. A desimplicação pode ser percebida no discurso do trabalhador que reproduz a tese ilusória da possibilidade de produzir um trabalho, muitas vezes encerrada em processos burocráticos, que objetificam o sujeito, e que estariam desvinculadas dos interesses hegemônicos, mas que ignoram as relações de poder que envolve o trabalho no campo das Políticas Públicas.

A posição do trabalhador social que acredita que está assumindo uma neutralidade política, muitas vezes vestindo uma toga da racionalidade científica e técnica, ancorado nas normativas da AS e nos fluxogramas de atendimentos dos estabelecimentos socioassistenciais, quando existentes, produz uma desimplicação subjetiva e sociocultural com o trabalho.

> [...] com a manutenção da sua alienação psíquica e do seu estranhamento social, pois nos Estabelecimentos “em que pacientes nervosos não têm

> tratamento psicanalítico, observamos as maiores intensidades e as formas mais indignas de transferência, chegando à servidão" (Freud, 1912/2017f, p 110) (Périco, 2021, p.143).

A desimplicação na AS pode ser observada pelas práticas sociais dos trabalhadores que operam de modo adaptado à tradicional na instituição, produzindo uma desimplicação subjetiva e sociocultural do trabalhador com os sujeitos, resultando em práticas que ignoram o sujeito de desejo do inconsciente, lacunado do campo de trabalho (Costa-Rosa, 2013, Périco, 2021).

5. A subjetividade e a Assistência Social: contribuições da Psicanálise do campo Freud-Lacan para operar com o sujeito de desejo do inconsciente no Trabalho Psicossocial

> O "usuário", que é na verdade o sujeito, não pode ser tratado como objeto, não pode ser coisificado, manipulado, modelado, conduzido, assujeitado, subordinado às ordens dos trabalhadores (Benelli, 2022, 295).

Entendemos que as práticas sociais presentes no Trabalho Social das equipes da AS que são reproduzidas de modo acrítico podem produzir efeitos éticos e políticos disciplinares tuteladores, clientelistas e assistencialistas nos sujeitos. Essas práticas estão localizadas nos paradigmas institucionais éticos e políticos da Atenção Filantrópica e da caridade (Benelli; Costa-Rosa, 2013), e produzem como principal efeito, de modo avisado ou desavisado, isto é, trabalhadores que operam suas práticas calculando os efeitos delas ou não, respectivamente, a objetificação do sujeito.

Mesmo os trabalhadores que operam com práticas sociais de intervenções políticas[84], ao produzirem ações coletivas de transformação política que não inclui a dimensão inconsciente da subjetividade, acabam restringindo a potência dos seus efeitos nos sujeitos no campo discursivo da linguagem no imaginário, ignorando em sua prática as dimensões do simbólico e real, que também compõem a linguagem. Excluir do campo de trabalho o plano do inconsciente da subjetividade do sujeito, acaba por negar o próprio sujeito, no campo do desejo, o que pode produzir a

[84] Há tentativas de práticas sociais dos trabalhadores articuladas aos paradigmas da política pública de AS como o discurso oficial do Estado e do Sujeito Cidadão de Direitos (Benelli; Costa-Rosa, 2012) desenvolvidas por alguns trabalhadores. Algumas dessas práticas buscavam avançar a partir de escutas individuais singularizadas, tentativas de organização de redes e atividades que versavam sobre o campo do direito e da cidadania, principalmente por meio de estratégias de organização e produção coletiva de ações políticas.

objetificação dos sujeitos, ao não operar com o desejo e o ideal inerentes às demandas sociais, reduzindo os efeitos do trabalho ao plano da consciência.

Mas por que não implicar as práticas sociais ao paradigma da ética do sujeito do inconsciente? Quais as contribuições da Psicanálise que podemos nos apropriar para gerar outros efeitos no sujeito? Quais ferramentas, estratégias e técnicas a ética da Psicanálise poderiam ser operadas pelo trabalhador no campo da AS? Quais seriam os operadores da Psicanálise que um trabalhador sendo psicólogo ou não poderia utilizar no seu trabalho na AS?

A literatura contemporânea apresenta uma série de estudos representativos da clínica psicanalítica na atualidade, incluindo os trabalhos de Altoé (2004), Rinaldi (2006), Costa-Rosa (2000, 2013), Mariano (2011), Silva (2011), Sathler (2013), Benelli (2012, 2014, 2020a, 2020b, 2022), Périco (2014, 2021), Costa-Rosa e Périco (2014), Bueno (2016), França e Costa (2017), Cury (2015), Rosa (2024), Scarparo (2008), Broide (2006) etc. Buscamos compreender o campo da psicanálise por esse conjunto de autores, que vem operando com a psicanálise de Freud e Lacan em contextos clínicos, sociais e políticos, considerando a realidade subjetiva, conforme descrita por Freud como realidade psíquica, como campo de trabalho, ao entender a forma que a realidade psíquica se processa de maneira interligada com a realidade social e histórica.

A psicanálise no campo de Freud-Lacam proporciona ao trabalhador da AS alguns conceitos que podem auxiliar no trabalho com a dimensão do inconsciente da subjetividade, pois pela apropriação de alguns conceitos permite compreender as dinâmicas de construção, análise e transformação do sujeito.

De acordo com Costa-Rosa (2000) o trabalhador que se localiza com a psicanálise, se posiciona de maneira ética, não é um mero observador ou técnico, mas um trabalhador que se implica no processo de subjetivação do sujeito, o que deverá levar em conta os seus aspectos internos e o que envolve sua inserção sociocultural.

Um profissional pode se inspirar na Psicanálise e alguns de seus operadores, o que lhe permitirá se posicionar ética e politicamente como um trabalhador-intercessor, para que não seja um trabalhador disciplinar, um trabalhador interventor autoritário ou interventor psicologizante. Há noções da Psicanálise que podem ser inspiradoras para um trabalhador, sendo ele psicólogo ou não.

> Pensamos que o psicólogo pode ter sim uma atuação profissional singular no campo socioassistencial. Para tanto, sua inserção institucional e suas práticas, seus atendimentos, devem ser pautados pelo paradigma da Atenção Psicossocial, precisa ser marcadas pelo "privilégio dado à expressão própria do sujeito, à sua palavra e à sua história" (Altoé, 2005, p. 79). Como se faz isso? É importante procurar instaurar no cotidiano institucional "[...] atividades que convoquem o sujeito, podendo ele se dar conta e assumir a responsabilidade de seus atos. É importante, igualmente, que se possam instaurar grupos de trabalho e de estudo na busca de teorização – o vai e vem entre a prática e a teoria" (p. 80). O estudo e a formação dos trabalhadores pode possibilitar a intensificação do movimento institucional, buscando superar a inércia do instituído. É trabalho do psicólogo pensar a prática e procurar fomentar a coletivização dos demais profissionais em grupos, em reuniões nas quais se possa questionar e problematizar o sentido e os efeitos das práticas institucionais. A psicanálise é muito explícita quanto ao "[...] poder das palavras, quando estas chegam a ser ditas" (Idem) e o sujeito se implica naquilo que enuncia. Importa "[...] favorecer o esforço, muitas vezes enorme, de substituir a disciplina, os maus tratos físicos pela palavra" (Ibidem), assumindo com determinação que se deve operar no plano da escuta e da fala, considerando com seriedade o plano da realidade psíquica. Uma organização institucional baseada na liberdade, na circulação da palavra, em práticas democráticas e participativas que têm como horizonte ético-político a autogestão e a autoanálise pode viabilizar processos psicossociais subjetivos e também socioculturais transformadores (Benelli, 2020a, p. 21-22).

Algumas das contribuições da Psicanálise do campo de Freud e Lacan para o trabalhador da AS se referem a compreensão dos processos de subjetivação primários e secundários; a realidade psíquica e sua concepção moebiana; ética do sujeito do desejo inconsciente; o manejo da transferência; os discursos constitutivos dos laços sociais: do mestre, da universidade, da histeria, do analista, do capitalista; a distinção entre saber inconsciente e conhecimento; as relações entre clínica e política etc.

As práticas sociais do Trabalho Social podem ser modificadas para forjar um trabalho Psicossocial Crítico-Intercessor na AS a partir de outro posicionamento dos trabalhadores, incluindo o sujeito do inconsciente para que possam gerar outros efeitos éticos e políticos nos sujeitos-trabalhadores e também nos sujeitos-usuários. Defendemos que algumas noções da psicanálise poderiam qualificar essas práticas sociais.

Mas caberia uma psicanálise na AS? Que tipo de psicanálise? Benelli (2020a) construiu uma matriz crítica e complexa das variedades da psicanálise no campo da AS, problematizando os limites da psicanálise mais tradicional e elitizada, da psicanálise denominada "clínica extensa" à psicanálise em intensão. A clínica extensa, embora amplie o escopo de sua prática, acaba por manter certa semântica conceitual do universo psicanalítico. Isso porque ela abrange ações extramuros, com a escuta

analítica por meio de grupos (crianças, adolescentes, homens, mulheres, trabalhadores), em organizações da sociedade civil ou mesmo estabelecimento das políticas públicas e poderia gerar efeitos interessantes, porém não se propõe a problematizar as demandas de ordem organizativa e política dos trabalhadores e sujeitos. E pelas lacunas que pode deixar, devido a ingenuidade desavisada corre o alto risco, apesar da boa intenção, segundo Benelli (2020a), de ainda estar alinhada ao paradigma filantrópico hegemônico, pois não enfrenta os processos instituídos. Os trabalhadores que operam nessa lógica teriam que aguentar as mazelas sociais, sem enfrentá-las e estariam dessa forma contribuindo com o Discurso Capitalista que as constituem.

De acordo com Benelli (2020a) as interfaces entre as dimensões subjetiva, social e política, dialogam com a concepção de sujeito de Freud e Lacan, embora ainda seja lacunar e enigmática no campo da AS.

Scarparo (2008) destaca a importância de questionar pressupostos naturalizados nas práticas e na organização de serviços públicos, com especial atenção à subjetividade no contexto de políticas públicas, que frequentemente priorizam avaliações quantitativas como impacto, qualidade total, monitoramento e desempenho. Os questionamentos contribuem para desvendar os discursos que que sustenta essas práticas, alterar significativamente os direcionamentos dos estabelecimentos das Políticas Públicas e na tentativa de subverter o apagamento das subjetividades silenciadas, subalternizadas pela lógica tecnocrática.

Cury (2015), em suas reflexões, não apenas destaca a importância da escuta sensível na prática psicossocial, mas também critica a tendência de normalizar e patologizar os sujeitos, especialmente os das classes populares, dentro de um sistema social que muitas vezes ignora ou reduz a complexidade da subjetividade humana. Ele sugere que a psicanálise oferece uma perspectiva mais aberta e inclusiva, capaz de reconhecer e integrar a diversidade subjetiva e as múltiplas dimensões do ser.

No campo institucional da Assistência Social entendemos que há a predominância de práticas sociais reprodutoras da psicologia do ego, especialmente com base em interpretações equivocadas das teorias freudianas sobre o inconsciente. Essas interpretações atribuem ao ego um poder absoluto sobre pensamentos, sentimentos e ações, o que resulta em práticas adaptacionistas, diretivas e racionais (Benelli, 2020b).

Os trabalhadores que operam se orientando com a psicologia do ego operam com o sintoma ou o mal-estar do sujeito como algo a ser eliminado em nome de um funcionamento psíquico alinhado a perspectiva da normalidade. Costa-Rosa já havia constatado que esse modo de trabalho se baseia na fragmentação e segmentarização. São práticas que seguem o Paradigma Filantrópico. Elas estão enraizadas no paradigma hegemônico, que, segundo Benelli e Costa-Rosa (2013) se perpetuam nas ações destinadas à população pobre, perpetuando modelos de cuidado que ignoram a complexidade da subjetividade do sujeito.

O Trabalho Psicossocial Crítico-Intercessor é operado pelo trabalhador por meio de uma perspectiva crítica, pautada pela psicanálise, que visa restituir ao sujeito a posse de seu discurso. O sujeito, ao fazer uso da fala livre e da livre-associação (fundamentos basais da psicanálise), é oportunizado a se reposicionar diante de seu sofrimento, por meio do ato transferencial.

O trabalhador adota uma postura de sujeito suposto saber, sem ocupar uma posição de mestria, o que abre espaço e tempo ao sujeito-usuário da AS, a tomar a dianteira em sua própria trajetória de sofrimento e gerar respostas a eles. Cury (2015) enfatiza que, embora esse modelo ofereça consideráveis ganhos ao sujeito, é fundamental que não se trate de uma receita pronta, mas de um processo dinâmico que deve ser questionado e implicado à realidade do sujeito.

A prática intercessora para a produção do Trabalho Psicossocial opera com uma ética que não busca modelar o sujeito, mas permitir que ele se aproprie de sua própria fala. O trabalhador, ao renunciar à tentação de seduzir o sujeito pelo imaginário, facilita o processo de bifurcação do sintoma. Este sintoma deixa de ser visto como uma resposta tautológica, e passa a ser considerado um enigma a ser decifrado por meio da análise, permitindo ao sujeito abrir-se para novas formas de significação de si mesmo (Costa-Rosa, 2013).

O trabalho de Scarparo (2008) explora a interface entre a psicanálise e AS, destacando a influência de Lacan e de outros psicanalistas, como Françoise Dolto, nas práticas de atendimento social e na reformulação dos serviços de assistência social na França. A autora faz referência ao trabalho de Dolto, particularmente sua tese de 1939, *"Psicanálise e Pediatria"*, e sua atuação na Fundação Parent de Rosan, um espaço de acolhimento infantil. A abordagem psicanalítica de Dolto foi fundamental na transformação das práticas assistenciais e se estendeu até a década de 1980, quando a AS passou por reformas significativas.

No contexto brasileiro, Elia (2000), também influenciado por Lacan, critica a ortodoxia da psicanálise no consultório particular e a limitações dessa concepção de setting analítico, que restringia a prática psicanalítica a uma elite social. A concepção de setting não é neutra e tem implicações significativas, incluindo a elitização da psicanálise e sua inacessibilidade para camadas populares, o que nos leva a compreender que é necessária uma psicanálise mais ampla e implicada, que além das exigências técnicas e considere as condições sociais e culturais na constituição do sujeito, como sugerido por Freud e Lacan (Elia, 2000).

A psicanálise, desde seus primórdios, oferece não apenas uma teoria e um método, mas também uma ética que se compromete com a escuta do sujeito do desejo inconsciente, com a proposta do cuidar-se. Freud, em Psicologia das massas e análise do Eu (1921), já indicava que a psicologia individual é, de certa forma, coletiva. Lacan retoma e reforça essa ideia, retomando as raízes da investigação sobre o inconsciente, ao afirmar que este é estruturado como uma linguagem. O sujeito, tanto no enunciado quanto na enunciação, resulta da entrada do homem no mundo da linguagem, uma linguagem que o torna humano e, por isso, social. Nesse sentido, a psicanálise concebe o sujeito como sendo coletivo, sendo ele parte de um continuum dentro e fora de si mesmo.

O inconsciente manifestado na linguagem, segundo Lacan, é o testemunho de um saber que escapa, muito mais por meio dos afetos e das verdades psíquicas do que pela comunicação direta de fatos históricos ou dados objetivos (Scarparo, 2008).

Para Lacan, o silêncio ou os tropeços na fala podem ser mais reveladores do que os próprios enunciados, já que refletem a verdade subjetiva do sujeito, e não a realidade objetiva. Isso implica que a psicanálise deve, ao contrário de apenas resgatar fatos históricos, interpretar a forma como o sujeito se afeta ao falar e ao se relacionar com sua história (Scarparo, 2008).

O Trabalho Social por vezes fica restrito a burocracia técnica instituída n AS, que ignora a subjetividade e a história dos sujeitos. Porém, apesar da surdez do sistema, sempre há a possibilidade de um trabalhador ousar ir além do papel de mero registrador e adotar uma escuta que valorize a subjetividade e a experiência dos sujeitos, permitindo que a sua história tenha espaço para ser significantizada ou ressignificada no contexto social e institucional (Scarparo, 2008; Benelli, 2022).

A psicanálise como operada pela Scarparo (2008) em situações difíceis, na perspectiva da Clínica Política (Rosa, 2024) ou na perspectiva do Trabalho

Psicossocial (Benelli; Costa-Rosa, 2013; Cury, 2015; Benelli, 2022; Périco, 2021) propõem uma abordagem inovadora da psicanálise, que se distancia do modelo tradicional e se implica diretamente no enfrentamento da Questão Social. Ao invés de simplesmente aplicar a psicanálise, como no contexto clínico convencional, propomos implicá-la de modo que possamos escutar analiticamente os sujeitos que vivem em contextos de precariedade social, que buscam captura-los e moldá-los pela maquinaria do poder, na tentativa de subverter a alienação social.

5.1 A subjetividade como realidade psíquica e a sua concepção moebiana

Seguindo as proposições de Costa-Rosa (2012; 2013), é com a torção moebiana entre as formações sociais, apreendidas a partir do materialismo histórico, e as formações subjetivas, analisadas pelo prisma da psicanálise, que definimos o que entendemos por "processos de subjetivação"[17]. Partimos de uma importante hipótese de Marx ([1857-58]/2006), segundo a qual "[...] os processos de produção da vida material estão diretamente relacionados com os processos de subjetivação" (Costa-Rosa, 2013, p. 37). Inter-relacionando dialeticamente psicologia individual e psicologia social, tentamos desdobrar concepções de Freud ([1930]/2010) que evidenciam "[...] a semelhança do processo cultural com o desenvolvimento da libido do indivíduo" (p. 101). Homologamente, Marx ([1844]/1999) afirma que "[...] assim como é a própria sociedade que produz o homem enquanto homem, assim também ela é produzida por ele" (p. 37). Desse modo, especificando os processos psíquicos e sociais em relações reciprocamente determinantes, chegaremos à definição do "Psicossocial" que adjetiva o Paradigma de tratamento em Saúde Mental emergente (Périco, 2021, p.41).

Partimos desta mesma concepção de "Psicossocial" discutido por Périco (2021), no âmbito da Saúde Pública das Políticas Públicas para pensá-la como possibilidade de campo de trabalho na AS, reservadas as diferenças das funções institucionais, mas considerando os atravessamentos institucionais que ocorrem entre os estabelecimentos institucionais das diferentes Políticas Públicas.

A subjetividade, na psicanálise do campo Freud-Lacan, pode ser entendida como a realidade psíquica do ser humano, ou seja, a construção interna de significados, desejos, conflitos e experiências que constituem o sujeito. Ela não é um fenômeno isolado ou puramente individual, mas está intrinsecamente relacionada ao

contexto social, histórico e político em que o sujeito está inserido. Essa perspectiva amplia a concepção de subjetividade, que não se limita ao que é percebido ou vivido de forma consciente, mas engloba também os processos inconscientes que moldam a experiência e a percepção de si e do mundo.

Por meio da Psicanálise do campo de Freud-Lacan situamos conceitualmente a subjetividade como processo de subjetivação, que é estendido desde sua formação primária aos processos secundários de subjetivação ao longo da vida do sujeito. De acordo com Elia (2004), Garcia-Roza (1994), Costa-Rosa (2000) e Benelli (2022), esse processo envolve uma série de mecanismos psíquicos – como o recalcamento, a foraclusão e a renegação – que estruturam a realidade psíquica do sujeito e frequentemente geram impasses internos, conforme pontuou Lacan (1979, 1998). A experiência psicanalítica nesta perspectiva procurar superar dialeticamente as dicotomias comuns no campo psi, como interno/externo, psíquico/orgânico, ou comportamento/vivências subjetivas, proporcionando uma visão mais integrada e fluida da subjetividade humana (Benelli, 2022).

A torção moebiana problematizada por Costa-Rosa (2013), metáfora a banda de Moebius, pode ser útil para entender a subjetividade de maneira mais complexa e fluida. A banda de Moebius é uma figura geométrica que possui uma única face e uma única borda, sem separação entre dentro-fora. Ela ilustra bem a ideia de que a subjetividade não tem uma divisão rígida entre o interior psicológico do indivíduo e as influências externas, como a sociedade ou o contexto histórico e político. Em outras palavras, não há uma fronteira clara entre o que é interno e externo no processo de constituição da subjetividade. Ambos se entrelaçam de maneira contínua e dinâmica, sem solução de continuidade.

A subjetividade é, portanto, algo que abrange tanto os aspectos conscientes quanto os inconscientes da psique. A dimensão inconsciente, que tem um papel fundamental na psicanálise, envolve desejos, traumas e conflitos que o sujeito não está ciente, mas que, ainda assim, influenciam sua experiência e comportamento. Essa parte da subjetividade muitas vezes se manifesta de maneiras indiretas, como nos sonhos, nas manifestações psíquicas deslocadas e nas transferências, por exemplo. A dimensão social, histórica e política da subjetividade, por sua vez, refere-se à forma como as condições externas moldam a maneira como o sujeito vivencia seu mundo interno, suas identidades e seus desejos.

A realidade psíquica, portanto, não é um espaço fechado ou interior, mas uma construção dinâmica que integra o social, o histórico, o político, o consciente e o inconsciente. Cada indivíduo está em constante interação com esses diferentes aspectos da realidade, sendo moldado e moldando sua própria subjetividade a partir dessas interações.

O conceito de subjetividade, no campo Freud-Lacan, oferece uma estratégia analítica e radical para o campo da AS, pois possibilita ao trabalhador discriminar e localizar diferentes práticas sociais, com base na consideração paradigmática das produções de processos de subjetivação. Podemos entender as práticas que ignoram a subjetividade e aquelas que, ao tomá-la em consideração, que operam com a complexidade que envolve o inconsciente e as que se restringem a dimensão da consciência. Podemos criar, por meio desta perspectiva analítica, um mapeamento estruturado das práticas sociais, superando as análises históricas e conjunturais para uma análise lógico-estruturais (Benelli, 2022; Cury, 2015) operando com ela para a produzir outras práticas sociais.

De acordo com Birman (2005) o processo histórico de modernização social consolidou o MCP, impondo um conjunto de ações segmentadas voltadas para aliviar o mal-estar do sujeito em sofrimento, sendo este classificado e responsabilizado por um suposto desvio de sua condição humana original. Cury (2015), ao criticar essas abordagens, destaca a necessidade de repensar esse modelo, que transforma a condição original do ser humano em um bem que poderia ser (re)adquirido, reforçando um modelo que tende a ignorar a sua complexidade subjetiva.

Em muitos contextos de escuta dos sujeitos-usuários dos estabelecimentos da AS os trabalhadores frente a precariedade existencial do trabalho e da vida, e do não saber sobre o que está fazendo e pensando, operam se apoiando no senso comum, no discurso institucional para lidar com o mal-estar gerado por essas situações. A contradição entre a necessidade de lidar com a urgência das circunstâncias e o espaço mediado para a escuta e a análise do inconsciente, é um desafio constante no campo da psicanálise, como problematizou Cury (2015). Pela psicanálise como estratégia de trabalho é possível não apenas produzir uma escuta do sujeito, mas também criar um espaço para que ele se reconstrua, ressignificando ou significantizando suas experiências, analisando os acontecimentos-sujeitos, confrontando os seus desejos e exercitando a escolha, mesmo nas condições mais difíceis.

5.2 A dimensão do inconsciente da subjetividade no campo de Freud-Lacan e o sujeito de desejo como campo de trabalho e análise para a produção do Trabalho Psicossocial Crítico

Mas, no que a Psicanálise do campo Freud-Lacan tem a contribuir com as práticas sociais na AS? Essa psicanálise, particularmente, compreende o sujeito elevado à dimensão do desejo inconsciente. Essa perspectiva supera a simples dicotomia entre consciente-inconsciente. O sujeito do desejo inconsciente é marcado pela fragmentação e pela divisão, características fundamentais da subjetividade humana, que não são apenas internas, mas atravessadas e formadas por processos sociais, históricos e políticos. A subjetividade, um fenômeno psicossocial complexo que se forma nos sujeitos produzida pela subjetividade primário, que constitui o modo como o sujeito subjetiva a realidade criada pela da formação sócio-simbólica (subjetividade secundária) (Costa-Rosa, 2012).

O sujeito do desejo inconsciente, como propõe Lacan, não é um sujeito racional ou lógico, mas aquele que se constitui por meio do inconsciente e de suas relações com os outros, seja na linguagem, nas transferências, ou nas estruturas de poder e ideologia que moldam a vida social. Esse sujeito é essencialmente fragmentado, dividido entre o que deseja e o que é possível no contexto social. O desejo inconsciente não se reduz a uma simples falta ou carência, mas é uma força estruturante da psique, muitas vezes em conflito com as normas e as exigências do mundo social (Benelli, 2022).

Nos trabalhos em Assistência Social (AS), a dimensão inconsciente da subjetividade deve ser levada em consideração pelo trabalhador ao lidar com sujeitos em situações de vulnerabilidade, entendendo que a escuta não é apenas um exercício de compreensão do relato consciente dos indivíduos, mas também uma escuta que leva em conta as dinâmicas inconscientes. O sujeito em sofrimento não está apenas reagindo à realidade objetiva, mas também a processos psíquicos complexos, muitas vezes relacionados à maneira como ele foi estruturado e como sua subjetividade se formou através de mecanismos como o recalque, a foraclusão ou a renegação (Benelli, 2022).

Compreender esses processos psíquicos é crucial para os trabalhadores da AS. Se um trabalhador puder identificar e compreender os processos de subjetivação

primária e secundária, bem como os mecanismos de defesa (como o recalque e a renegação), isso pode ampliar sua capacidade de escuta e intervenção. Ele estaria mais apto a reconhecer os sinais de sofrimento psíquico que não são imediatamente visíveis ou que se manifestam de formas distorcidas, como comportamentos que parecem ser incoerentes ou difíceis de compreender.

A ética do sujeito do desejo inconsciente, portanto, não pode ser reduzida a uma moralidade imposta por normas sociais ou políticas assistenciais. Lacan propõe uma ética que não está a serviço dos bens ou do ajuste dos indivíduos a um sistema determinado, mas sim ao desejo, que respeita a singularidade do sujeito e sua própria falta ou potência. Em outras palavras, a ética psicanalítica não é voltada para adequar os sujeitos a uma norma social ou capitalista, mas para reconhecer e respeitar o desejo que emerge do inconsciente, sem transformá-lo em algo que deve ser consertado ou ajustado para atender a demandas externas implícitas nos atravessamentos institucionais.

No contexto institucional da AS, isso implica em práticas que não visam simplesmente adequar os sujeitos à vida social ou às exigências dos estabelecimentos socioassistenciais, mas que reconhece a complexidade dos sujeitos e de suas histórias, permitindo que possam se reencontrar com os seus desejos, sua subjetividade. A ética psicanalítica é, portanto, uma ética da diferença, que não busca transformar o sujeito para se ajustar a um modelo externo, mas que trabalha com a singularidade do sujeito, com suas faltas e com seu desejo inconsciente.

De acordo com Rosa (2024) a constituição subjetiva está intimamente ligada ao desejo, ao gozo e aos laços sociais. A psicanálise não se limita ao tratamento individual, mas possibilita um trabalho capaz de alterar o campo simbólico, contribuindo para fortalecer a resistência à instrumentalização do gozo e à manipulação da vida e da morte no campo social. Rosa (2024) denomina essa prática de clínico-política, que visa intervir nas formas de exclusão social e combater os processos de criminalização e patologização que se encontram presentes nas práticas institucionais.

Para enfrentar a alienação do sujeito aos discursos hegemônicos e aos mecanismos de poder social, a Psicanálise, nesse contexto, pode ser uma estratégia tática para, como trabalhadores, irmos além dos atendimentos prescritivos e individuais, e trabalhar na historização dos laços sociais, sem deixar de operar com

os planos social e político, para não tomar o sujeito-usuário das Políticas Públicas como objeto de patologia, medicalização, institucionalização e exclusão.

As instituições podem, muitas vezes, ser responsáveis pela exclusão dos sujeitos, com suas normas rígidas e suas práticas que atacam aqueles que desorganizam ou quebram as normas institucionais. Nesse sentido, a psicanálise clínico-política propõe uma inversão de perspectiva: em vez de diagnosticar o sujeito como problemático, alguns de seus conceitos podem ser úteis para a proposição de análise crítica dos laços sociais e das instituições, buscando reverter os processos de exclusão e permitindo que o sujeito reconstrua seu lugar na sociedade (Rosa, 2024).

No campo do Trabalho Psicossocial Crítico-Intercessor, podemos operar com os conceitos freudianos e lacanianos criando um espaço em que os enunciados produzidos na interação entre os sujeitos (sujeitos do eu e do outro) possam gerar significações múltiplas, tocando cada um de forma singular. Essa estratégia por ser válida para a escuta analítica dos grupos marginalizados desencadeando processos de transformação por meio da fala (Cury, 2015).

Na psicanálise lacaniana o sujeito é multifacetado, abrangendo o ser humano como ator social e indivíduo autônomo, mas também como sujeito dividido e sujeito do desejo (Costa-Rosa, 2000; Cury, 2015; Périco, 2021; Benelli, 2022). Lacan redefiniu o ego ou eu, não como um sujeito total, mas como uma parte de uma estrutura mais complexa, onde o sujeito é também aquilo que está fora da consciência, aquilo que escapa ao controle da razão e que se manifesta no inconsciente. O sujeito do inconsciente é, portanto, uma figura que nunca pode ser completamente capturada pela racionalidade do ego, sendo sempre fragmentada, dividida e em constante movimento (Cury, 2015).

Operamos com conceitos da Psicanálise de Freud-Lacan na AS para busca promover laços discursivos que permitam ao sujeito se reconhecer e se situar como protagonista de sua própria fala. O trabalhador-intercessor ao se entender na posição de mestre, buscará se deslocar dela, criando um espaço em que o sujeito possa se expressar de forma dinâmica e livre.

A interpretação não é uma ação exclusiva do trabalhador-intercessor, mas do próprio inconsciente do sujeito. O trabalhador-intercessor, embora desempenhe um papel fundamental no processo, é mais um provocador do processo interpretativo do que o detentor da verdade. Nesse movimento constante do significante, o sujeito, ao se apropriar de sua fala, passa de um estado de queixa para um estado de

questionamento, deslocando sua posição no cenário social e subjetivo. Esse processo exige que o analista rompa barreiras e se implique na subjetividade do sujeito, oferecendo uma escuta e uma presença ativa do analista, que servirá como mola para o relançamento das significações e contribuir para a transformação da realidade do sujeito (Cury, 2015).

A presença da palavra é indissociável da presença do trabalhador-intercessor, pois este tem a função de conflitar no espaço entre o enunciado e a enunciação, criando condições para que o sujeito possa se localizar e se reposicionar frente ao seu sofrimento. Este processo de localização subjetiva exige que o trabalhador-intercessor crie um espaço onde o sujeito possa romper o silêncio, seja ele mortífero ou sintomático. O silêncio sintomático é uma forma de angústia, que deve ser trabalhada para permitir a síntese do sofrimento e dar início ao processo de transformação e elaboração do luto (Cury, 2015; Rosa, 2024).

5.3 A escuta analítica na AS

A ideia de qualificar a escuta dos sujeitos, por meio do campo Psicanalítico de Freud-Lacan, nos levou a problematizá-la como conceito analítico, procurando diferenciar a prática do ouvir da prática de escutar. Nossa problematização sobre o ouvir na AS emergiu da análise dos efeitos que essa prática produz nos sujeitos, especialmente aqueles em situação de miséria.

De acordo com Broide (2006), o sujeito mesmo sem conhecimento prévio sobre o que é um psicólogo ou psicanalista, percebe rapidamente que o tipo de conversa que lhe é oferecido é substancialmente distinto das interações que ele tem com outros indivíduos presentes em seu contexto urbano, como pares, religiosos, policiais, traficantes, entre outros. Ele reconhece que se trata de um outro registro: a escuta clínica. A partir dessa percepção abre-se um campo para que ele expresse suas demandas e desejos, oferecendo uma rica quantidade de material sobre sua vida.

Problematizamos a prática do ouvir os sujeitos por meio do que Scarparo (2008) apontou como efeitos do apagamento da subjetividade do sujeito, imposto pelos discursos vigentes nas instituições, que não operam com a escuta da singularidade. Em muitos espaços sociais, o sujeito é reduzido a rótulos diagnósticos que o igualam aos demais, mas a escuta analítica, ao se distanciar dessa abordagem, oferece uma escuta clínica diferenciada. Nessa escuta, o sujeito é chamado a

expressar não apenas suas necessidades, mas também seus desejos, tornando explícito aspectos de sua vida que estavam ocultos.

O que escutamos por meio da psicanálise do campo de Freud-Lacan? De acordo com Scarparo (2008) é possível escutar, para além dos aspectos sociais ou estruturais da exclusão, como o processo de desfiliação descrito por Castel (1998), as dificuldades do sujeito diante de sua inserção no processo produtivo e todo o resto que escapa à representação, algo da ordem do real que não pode ser simbolizado. Essa escuta diferencia-se de outras abordagens, pois não se foca na realidade objetiva ou no controle do comportamento, mas na busca pela verdade subjetiva do sujeito, no que ele traz do inconsciente.

Ancorado na psicanálise de Freud-Lacan, o trabalhador da AS tem a oportunidade de não reduzir o sujeito a um prontuário ou a uma etiqueta de "usuário", mas de permitir que ele se contenha em sua singularidade. No contexto da exclusão social, essa escuta possibilita a formação de laços, reconstruindo o sujeito como parte do social (Scarparo, 2008). Porém, é necessário que o trabalhador esteja avisado dos atravessamentos sobre o sujeito fazendo com que traga demandas de fora, de um outro, principalmente nas situações em que os sujeitos são encaminhados por força externa, como motivado pela a fome ou por uma medida judicial, o que nos leva a situar a escuta sempre associada a elementos transferenciais do próprio trabalhador, pois uma escuta analítica exige uma implicação com a subjetividade do sujeito atento aos atravessamentos sociais e culturais que também formam a subjetividade.

Podemos entender com a contribuição da Rosa (2024) que a escuta analítica, no âmbito da clínica-política e da clínica do traumático exigem uma abordagem diferenciada e intervenções não convencionais, com a enunciação de significantes que possibilita ao sujeito a desidentificação da vertente imaginária do acontecimento, que muitas vezes se apresenta sob a forma simbólica, permitindo a percepção sobre a dimensão histórica e cultural dos processos sociais e políticos. O desafio na escuta analítica está em criar um espaço onde o sujeito possa reencontrar um Outro disposto a escutá-lo, capaz de desestabilizar as identificações que o aprisionam fora do campo social. Essa escuta, ao mesmo tempo, abre possibilidades para desqualificar as construções sociais que estigmatizam o sujeito.

A proposta de Rosa (2024) está em recuperar a polissemia da palavra, afastando-a do uso instrumental e de gozo para devolvê-la à sua potencialidade simbólica e transformadora. As intervenções clínicas descritas no texto visam

justamente recompor uma trama ficcional capaz de proteger o sujeito, seja na infância, confrontado com as angústias das origens, ou na adolescência, em contato com o despertar do sexual. Esse processo é uma maneira de reverter o impacto do real e possibilitar a construção de novas narrativas, permitindo que o sujeito se insira em um campo de saber capaz de questionar as identidades que o reduzem.

Nesse sentido, Rosa (2024) defende que o espaço público, seja nas ruas ou nas instituições, torna-se um campo privilegiado para a prática psicanalítica, onde o sujeito pode ser reconectado com outra posição, uma posição mais autêntica e transformadora. A ética da psicanálise, nesse caso, é claramente articulada com a ação política. Na psicanálise lacaniana, a ética despolitizada representa uma traição, pois implica confiar em uma imagem do grande Outro, o que é contrário ao ato lacaniano, que parte da premissa de que não existe um grande Outro, pois será precisamente nesse ato, de se separar da ordenação estabelecida, que se abrirá espaço para um sujeito que se questiona e, assim, pode criar novas possibilidades de transformação (Rosa, 2024).

Ao se reconhecer como uma falta-a-ser, o sujeito pode deixar de ver a alteridade como uma ameaça, e passar a entendê-la como um encontro. Nesse encontro, o sujeito não é mais definido por identidades fixas ou pela imagem do Outro, mas é capaz de criar algo, construindo sua própria subjetividade de maneira que possa transformar a realidade à sua volta (Rosa, 2024).

A escuta na psicanálise, de acordo com Scarparo (2008), entendida como atenção flutuante, não se limita à simples recepção do discurso, mas se configura como um processo de atravessamento, onde algo irrompe no discurso, da ordem do significante, que remete ao inconsciente. Trata-se, portanto, de uma escuta que visa captar a verdade subjetiva do sujeito, permitindo que este se apresente em sua singularidade. O desafio, então, é investigar como o sujeito se implica nos espaços sociais, seja por meio de marcas simbólicas ou pela ausência delas, e como isso forma a sua demanda.

Além da demanda por um objeto de sobrevivência, o sujeito também demanda ser reconhecido em seu desejo. A escuta psicanalítica, nesse contexto, oferece a possibilidade de desvincular o sujeito da necessidade e permitir a emergência do desejo, promovendo um processo de descolamento das questões imediatas da sobrevivência para abrir espaço ao desejo inconsciente, que poderá se configurar mesmo em cenários onde a necessidade parece imperar e bloquear o acesso à sua

expressão. A escuta não é um ouvir que se limita ao atendimento das necessidades, mas busca desobstruir os territórios, criando conexões para a emergência do desejo. Este processo envolve também o reconhecimento da falta e da limitação imposta pela realidade (Scarparo, 2008).

Rinaldi (2003) complementa esse debate ao problematizar o conflito entre a dimensão política e clínica, entendendo a distância que se forma quando a escuta é associada ao cuidado, afastando-a da prática psicanalítica. Enquanto a clínica tradicional busca tratar o indivíduo em sua particularidade, a política, inserida nas instituições, opera com uma visão mais coletiva e universal. A clínica ampliada tenta articular essas duas dimensões, reconhecendo o sujeito como um ser que está inserido no contexto da cidadania, mas sem perder de vista sua especificidade enquanto sujeito do inconsciente.

No contexto da AS, as dificuldades para estabelecer uma escuta analítica aumentam, pois frequentemente as discussões ficam limitadas a situações-problemas administrativos e referente a tarefas operacionais. A escuta do sujeito, nesse espaço, é muitas vezes eclipsada pela ênfase na necessidade, enquanto a subjetividade do sujeito, com sua complexidade e desejo, fica em segundo plano, criando obstáculo entre a escuta e a tutela, em que a escuta deixa de ser uma ferramenta para a produção do sujeito e passa a ser usada de maneira instrumental, reduzida à função de atender às necessidades de modo moral e educativo (Scarparo, 2008).

A escuta analítica, portanto, exige uma postura de disponibilidade e de escuta sem adotar saberes prévios, uma escuta que se estabelece na relação transferencial e que permite ao sujeito emergir em sua complexidade. Não se trata apenas de entender ou cuidar o sujeito, mas de criar as condições para que o sujeito possa se posicionar, enunciar suas demandas e acessar seu desejo, mesmo nas condições mais adversas, envolvendo o sujeito em uma implicação coletiva, entre a clínica e a política, reconhecendo o sujeito em sua singularidade e, ao mesmo tempo, seu vínculo com a sociedade e seus direitos (Scarparo, 2008).

Como afirmou Rosa (2024), o trabalho psicanalítico implica um compromisso ético-político que busca desestabilizar as narrativas que aprisionam o sujeito em suas condições de miséria e sofrimento, oferecendo uma escuta que não apenas acolhe, mas que ativa a capacidade do sujeito de questionar e transformar sua própria posição no mundo.

5.4 O Conceito e o manejo da transferência e sua pertinência para o Trabalho Psicossocial na AS

As transferências são muitas e se manifestam em diversos contextos – na clínica, nas instituições educativas, nas amizades, nos grupos e nas escolhas que permeiam a vida social (Scarparo, 2008).

De acordo com Freud ([1921]/2013) as transferências decorrem da construção dos laços sociais, sendo um meio através do qual o sujeito se organiza, busca reconhecimento e se constitui no campo do desejo. A transferência é um ponto de conflito entre a ética da diferença e a tentativa de homogeneizar as experiências humanas, como aponta Lacan, em sua relação entre o desejo e a lei. A ética da diferença se coloca como um espaço de reconhecimento da singularidade do sujeito, onde as diferenças não são apagadas, mas respeitadas, e o desejo se articula à castração, à limitação humana, como uma verdade que sempre escapa à positivação (Scarparo, 2008).

Em um processo de formação com os trabalhadores que atendia a polpação em situação rua, Broide (2006) pontuou que atender esses sujeitos envolvia um processo complexo de transferência, no qual o técnico se tornava o porta-voz das angústias e desesperos dessa população dentro da instituição.

O sentimento de impotência e desespero, que inicialmente reside no morador de rua, era internalizado pelo trabalhador, que passava a carregar a urgência e a dilaceração dessa experiência. Ao retornar ao estabelecimento institucional, o trabalhador, ao compartilhar suas vivências e a sensação de violência e degradação da vida nas ruas, fazia com que o estabelecimento enfrentasse uma situação semelhante àquela vivida pelos moradores de rua: uma sensação de impotência e incapacidade de dar respostas adequadas, o que criava um ciclo de rejeição e desamparo, pois a urgência trazida pelo trabalhador era, frequentemente, incompreendida e desvalorizada pelos trabalhadores que ocupavam os cargos de chefia, que começam a vivenciar os mesmos sentimentos de repulsa e urgência (Broide, 2006).

O vínculo transferencial se constrói com base na regularidade da presença do trabalhador, que oferece um espaço de escuta constante. Independentemente do local que se realiza a escuta, o sujeito passava a associar livremente suas experiências. É por meio da consistência na presença e na escuta que forma um espaço de reflexão

e elaboração, no qual as perdas significativas e os fragmentos de vida (acontecimentos-sujeito), que estavam dispersos ou silenciados, começam a se organizar em palavras e pensamentos. O papel do trabalhador-intercessor não é de intervir diretamente no contexto social que vivem os sujeitos atendidos pela AS, mas de apontar, interpretar e criar um ambiente analítico-intercessor que possibilite a transformação da experiência em narrativas simbólicas e estruturadas, permitindo que o sujeito possa elaborar sua dor e suas angústias.

A transferência ocorre em um espaço de continência, onde o grupo e a relação criada com o trabalhador tornam-se estratégias de acolhimento para as fantasias e fragmentos do sujeito, promovendo a transformação desses estilhaços em palavras que possibilitam a construção de um novo significado para suas vidas. A escuta psicanalítica, portanto, vai além do simples acolhimento da dor; ela cria um espaço onde a subjetividade pode se reorganizar, criando possibilidades de significação e de encontro com o Outro (Broide, 2006).

Os processos transferenciais não se limitam ao campo pessoal ou intersubjetivo, mas se instalam em lugares onde a identificação com o Outro se dá através de traços, projeções e introjeções. Esses lugares, por sua vez, servem como espaços de reconhecimento do sujeito, onde não se busca imitar ou capturar uma imagem, mas oferecer um espelho, uma oportunidade de reflexão. O desejo do analista, do educador, do cuidador, do assistente social, do psicólogo, embora muitas vezes inconsciente, é o que permite ao sujeito se reconhecer em sua fala, reconfigurando suas identificações e possibilitando uma nova forma de se colocar no mundo (Scarparo, 2008).

O risco que envolve a transferência, como ressalta Scarparo (2008), é o de um “acting out”, ou seja, de sair de cena e evitar o processo de reconhecimento. A transferência, ao contrário, exige que se enfrente o fracasso e se aceite o espaço da dúvida e da incerteza, como Freud fez ao não evitar o risco em sua própria prática. Esse risco reside em não tomar para si as projeções do sujeito, mas, sim, acolhê-las e permitir que o sujeito se reconheça por meio de sua própria fala. O trabalho psicanalítico envolve a criação de um espaço onde o sujeito possa reescrever sua narrativa, descolando-se do desejo do Outro e criando um espaço de enunciação, onde o sujeito se nomeia e se reconhece em sua própria falta e incompletude.

A própria psicanálise por ser tomada como originada por transferências, possibilitando um lugar onde o desejo é colocado em análise, as resistências à falta

do Outro são enfrentadas e o sujeito se depara com sua própria incompletude, formando o sujeito do discurso.

De acordo com Périco (2021) ao avaliarmos os modos de transferências dos sujeitos em nossos contatos iniciais com ele e o nível de implicação subjetiva do mesmo, nos possibilitam entender como o sujeito se relaciona com os seus impasses sintomático (lacunas, conflitos, contradições) que é originária da sua demanda, permitindo ao sujeito criar uma pré-interpretação dos seus problemas, se aproximando da posição de trabalho no discurso do analista, processo de trabalho que exige do trabalhador a escuta do sujeito.

> Mesmo que seja uma interpretação ainda rudimentar, é fato que ela expressa uma posição transferencial que favorece muito o trabalho a ser realizado, abrindo um campo de trabalho a análise em que o sujeito, em vez de apenas sofrer os efeitos desses conflitos, passe a se reconhecer, também, como um dos agentes implicados nesse sofrimento e, quando for o caso, nas possibilidades de saídas (Périco, 2021, p.183).

5.5 Recompondo os discursos por meio da escuta e da transferência para a emersão do sujeito de desejo do inconsciente

> Os discursos são modos de aparelhamento do gozo com os significantes. Quando nos relacionamos com os outros, fazemos investimentos libidinais, melhor dizendo, aparelhamos o gozo no campo social: “esse tipo de estrutura que designo com o termo discurso, ou seja, isto por meio do qual, pelo efeito puro e simples da linguagem, precipita-se um laço social” (Lacan, 1971/72/2012, p. 146). Tal como os modos de produção teorizados por Marx, os quatro discursos de Lacan habitam simultaneamente uma determinada formação social (Magno, 2007). Quer dizer, mesmo que possamos situar um discurso como dominante, determinando o teor geral dos processos de subjetivação de um dado tempo histórico, esta dominância nunca se realiza por completo, dada a necessária resistência e possíveis revoluções operadas por outros discursos/modos de produção que lhes são avessos. É o que Foucault (1979/2006a) constatou ao notar que onde há poder disciplinar há necessariamente contrapoder (Périco, 2021, p.240).

A teoria dos discursos de Lacan propõe um modelo de análise dos laços sociais e das subjetividades que não se limita a uma descrição linear de ações ou eventos. Pelo contrário, ela oferece uma estrutura complexa onde os lugares fixos e os elementos rotativos interagem, permitindo a emergência do desejo e da subjetividade através da linguagem e das relações sociais. A psicanálise, ao operar nesse campo discursivo, tem a capacidade de revelar os impasses dos discursos dominantes, como o do mestre, da universidade e do capitalista, propondo uma alternativa para a produção de desejo e de saber junto aos sujeitos.

A compreensão desses discursos e de seus efeitos sobre o sujeito revela a complexidade da subjetividade humana, que, ao contrário da lógica do capitalismo, busca desarticular a reificação do sujeito e promover um novo laço social baseado na escuta, na transferência e na elaboração simbólica do desejo. Esse movimento de abertura de sentidos é uma estratégia para a superação dos impasses psíquicos e sociais, permitindo ao sujeito reconstruir sua relação com o gozo e com os Outros em um contexto de lida com simbólica para a singularização subjetiva do sujeito.

A partir do conceito de "Quadrípodes" de Lacan ([1969-70]/1992), que descreve a constituição do sujeito relacionada a estrutura do discurso como um aparelho composto por quatro lugares fixos, podemos explorar como essa estrutura se relaciona com a subjetivação e a dinâmica do desejo. O discurso é organizado pelos lugares ocupados na produção do discurso: o lugar da Verdade, do agente, do trabalho e do produto, sendo a circulação por esses lugares fundamental para a formação de laços sociais (Périco, 2021).

A formação do sujeito ocorre em dois momentos: a subjetivação primária e a secundária. Na primeira, o infans, sob a tutela de um cuidador, recebe uma proto-representação (S1) que o leva a uma identificação totalizante. Esse processo inicial é marcado por um gozo e uma linguagem que configuram a completude narcísica, representando o advento do significante fálico (Dor, 1989). A transição para a subjetivação secundária ocorre com a introdução do Nome-do-Pai (S2), que metaforiza a primeira representação e provoca a separação do desejo do Outro, um movimento que Freud ([1915]/2004b) descreveu como recalcamento originário.

A partir dessa separação, o sujeito se torna um ser de falta, desejante, e o Outro também se descompleta. Essa dinâmica é crucial para entender como o desejo se manifesta como uma metonímia, condensando em objetos sempre diferentes, partes do gozo perdido. A Metáfora Paterna, reinterpretada por Lacan ([1957-58]/1999), reconceituou o significante do desejo materno de Freud pelo Nome-do-Pai, estabelecendo uma nova estrutura de significantes que molda a experiência do sujeito.

O circuito do discurso, que se inicia no lugar da Verdade e se dirige ao agente, revela a impossibilidade de atingir plenamente as finalidades desejadas. Essa impotência é uma característica intrínseca ao laço social, onde a produção resulta em efeitos parciais, refletindo a perda do gozo na inscrição do ser humano no campo da

linguagem socio-simbólica (Périco, 2021). Assim, a estrutura discursiva se torna um laço social onde um agente, movido por uma Verdade, agencia a produção.

Nos processos de subjetivação secundária, por meio do Trabalho Psicossocial Crítico-Intercessor na AS, o sujeito do inconsciente é representado por significantes que emergem em contextos analíticos-intercessores, permitindo aos sujeitos o acesso aos saberes recalcados. A escuta do trabalhador-intercessor e a transferência são fundamentais para que o sujeito possa reconfigurar seu sintoma e sua relação com o desejo (Costa-Rosa, 2013). O desejo, então, é visto como uma capacidade de produzir diferenças radicais para a superação de conflitos cotidianos (Lacan, [1959-60]/2008).

A psicanálise, portanto, se apresenta como uma práxis dialética que busca tratar o real da angústia por meio das ferramentas do simbólico. Essa abordagem contrasta com a lógica capitalista, que Marx (2006) descreve como um trabalho no modo arte, onde o sujeito se apropria do que produz. No discurso capitalista, o trabalhador/consumidor é reificado, e sua relação com o objeto se torna mediada por mercadorias, levando à alienação e à perda do laço social, pois o discurso capitalista revela que a produção não apenas gera objetos de consumo, mas também molda o modo de consumo, criando consumidores (Périco, 2021).

5.6 Os Quatro Lugares Fixos e Seus Elementos Rotativos

Lacan ([1969-70]/1992) propõe que os discursos são como um “aparelho de quatro patas”, o qual deve ser compreendido através de quatro lugares fixos. Esses lugares são cruciais para a estrutura do discurso e para a forma como ele sustenta o laço social, tal como discutido por Périco (2021). Os quatro lugares fixos são: O Lugar da Verdade – Este lugar representa a verdade que é velada, isto é, a verdade do sujeito que não pode ser totalmente apreendida, já que ela permanece sempre oculta, além do alcance do discurso consciente. Ele é fundamental, pois, sem essa “verdade” oculta, o discurso não teria substância; O Lugar do Agente (ou Dominante) – Esse lugar é ocupado pelo agente que especifica o estilo e os efeitos do discurso, ou seja, é o lugar do poder e da direção, aquele que orienta a dinâmica discursiva; O Lugar do Trabalho – Este lugar representa aquele ou aquilo que, sob o agenciamento, produz algo. Trata-se de uma função de trabalho no campo do discurso, onde se realiza a produção de sentido, seja na forma de produtos materiais ou de significantes simbólicos. O Lugar do Produto – Este é o resultado ou a produção gerada pelo

trabalho, seja um objeto material, um saber, ou uma transformação simbólica que reflete os efeitos do discurso. A produção nunca é total e sempre mantém a marca de uma perda ou falha, dado que o laço social é, por sua natureza, incompleto.

Esses lugares fixos definem os espaços de interação do discurso, que é, essencialmente, um laço social. A sequência fixa desses lugares é imprescindível para que haja uma interdependência entre os elementos, formando o tecido do laço social que é mediado pela linguagem. No entanto, a estrutura do discurso não é estática, uma vez que ela é composta por elementos rotativos que ocupam esses lugares de maneira dinâmica, permitindo que diferentes sujeitos e formas de saber possam se manifestar (Périco, 2021).

5.6.1 Os Quatro Elementos Rotativos

Os quatro elementos rotativos são: o significante-mestre (S1), o saber (S2), o sujeito ($) e o objeto-causa do desejo (a). Esses elementos rotacionam entre os quatro lugares fixos, gerando uma dinâmica fluida e variável que organiza os discursos, alterando as posições e o impacto do discurso sobre o sujeito. Lacan (1992) afirma que a relação entre os significantes S1 e S2, que envolve a emergência do sujeito, é a base da formação discursiva. O sujeito, enquanto efeito da simbolização, é sempre um produto da relação entre significantes, sendo configurado de forma contingente no processo de interação com a cadeia de significantes. O sujeito é, portanto, sempre evanescente e não totalizável, uma vez que sua constituição é o efeito de uma constante rotação e movimentação entre esses significantes (Périco, 2021).

5.6.2 Os Cinco Discursos

Lacan elabora a ideia de cinco discursos fundamentais que regem as dinâmicas sociais e subjetivas, cada um com sua própria configuração de poder, saber e desejo. Esses discursos, embora distintos, estão interligados e são necessários para a compreensão do laço social e da formação do sujeito:

a) O Discurso do Mestre (DM) – O discurso do mestre é caracterizado pela predominância do significante-mestre (S1), que exerce uma função de dominância sobre os outros significantes. No discurso do mestre, há uma relação de poder e subordinação, com o sujeito ocupando uma posição subalterna em relação ao mestre,

cuja palavra é soberana. O mestre, em sua essência, é aquele que detém o saber e o poder de direção;

b) O Discurso da Universidade (DU) – Este discurso, segundo Lacan ([1972]/2003), é uma mutação do discurso do mestre, e está intimamente relacionado à modernidade e ao saber científico. A universidade, como instituição, representa um saber formalizado e codificado, com uma ênfase na reprodução e expansão do conhecimento. No discurso da universidade, o saber é inflacionado e fechado, reduzindo o sujeito à posição de consumidor ou recipiente passivo de conhecimento;

c) Discurso da Histeria (DH) – O discurso da histeria é fundamentalmente centrado no sujeito desejante, que ocupa a posição de agente. O histérico questiona o saber do outro e coloca em dúvida o poder do mestre. Este discurso visa a abertura do sentido e à busca do saber, sendo caracterizado pela crise e pela dúvida constantes sobre a autoridade e os significados impostos pela sociedade;

d) O Discurso do Analista (DA) – O discurso do analista propõe uma abertura simbólica, em oposição ao fechamento do discurso da universidade. No contexto da psicanálise, o analista ocupa uma posição de escuta ativa e permite que o sujeito se implique no processo de lida com o seu problema por meio da transferência. O discurso do analista é, portanto, o mais aberto ao movimento de significantes, promovendo a emergência do desejo inconsciente e a reconfiguração da subjetividade;

e) Discurso do Capitalista (DC) – O discurso do capitalista é uma mutação do discurso do mestre, conforme Lacan (1992), onde o mestre é substituído pelo capitalista que, por meio da produção e consumo, controla o saber e a dinâmica social. O sujeito no discurso capitalista é reificado, transformado em mercadoria, e a produção do gozo se torna central. O discurso capitalista reduz a relação entre os sujeitos a uma relação de troca, onde o gozo está subordinado à lógica da mais-valia e da produção incessante de novos objetos de consumo (Périco, 2021).

Alberti (2000), se baseando na perspectiva lacaniana, problematiza a hegemonia do discurso capitalista, que aliena o sujeito ao fazê-lo desejar aquilo que o sistema de produção deseja que ele queira. Nesse cenário, o sujeito perde sua autonomia, tornando-se uma mera ferramenta para a produção de mais-valia, e suas subjetividades se transformam em combustível para esse sistema, o que faz da psicanálise uma ferramenta estratégica que questiona essa lógica.

O processo de recomposição de um lugar discursivo na subjetividade do sujeito é fundamental para a reconstrução da história perdida, que envolve uma reinterpretação do passado e a construção de uma narrativa ficcional que reintegra o sujeito ao laço social. Para tanto, é necessário romper com o lugar alienado instituído por discursos ideológicos, oferecendo uma alternativa para a produção de um novo lugar discursivo, que permita ao sujeito reconstruir sua história e a relação com os Outros (Rosa, 2024).

Para operar com o processo discursivo é necessária uma articulação entre o privado transformado em patológico ou criminalizado e o público, no laço social. Essa intervenção analítica permite que o sujeito se situe no mundo, estabelecendo laços sociais, incluindo os analíticos. A proposta é não apenas a reconstrução narcísica da imagem do sujeito, mas também sua capacidade de se localizar no mundo e estabelecer novas formas de relações sociais (Rosa, 2024).

Lacan destaca a importância dos ritos coletivos como uma condição prévia à elaboração individual do luto, sugerindo que, para tratar o trauma gerado por um Outro totalitário, é necessário reconstruir as leis sociais que orientam o funcionamento do campo simbólico. Essa abordagem se reflete na estratégia clínica, que deve buscar uma intervenção que recupere e restitua o campo simbólico do sujeito, permitindo sua reintegração ao laço social e sua transformação em um outro lugar para o sujeito (Rosa, 2024.

Operamos com a escuta e a transferência na AS nos localizando na teoria dos cinco discursos proposta por Lacan (1992): os discursos do mestre (DM), do universitário (DU), da histeria (DH) e do analista (DA), e quinto discurso, criado por Lacan posteriormente que se refere ao Discurso do Capitalista (DC), este último produzido por Lacan em um período posterior aos primeiros, que de acordo com Alberti (2000), não promove o laço social, mas é uma força que fragmenta, quebra os laços sociais e exclui o sujeito.

Os trabalhadores que operam com os discursos do DM, DU e DC, acabam por silenciar e objetificar o sujeito, pois são discursos que representam uma forma de poder que tenta governar ou controlar o outro, seja por meio de um saber enciclopédico, educacional ou de uma incitação ao gozo sem mediação (Lacan, 1992; Périco, 2014; Costa-Rosa; Périco, 2014).

A alternativa discursiva se encontra na tentativa de suspensão dos saberes objetalizantes, como os enciclopédicos e pedagógicos, para adotar um discurso mais ético, baseado na singularização do sujeito (Benelli, 2022).

Rosa (2002) propõe ao trabalhador psicossocial, que opera com os impasses subjetivos e sociais, a necessidade de deslocamento da perspectiva tradicional, que trata o sujeito como objeto de intervenção, para uma outra escuta que contribua para inscrever o sujeito na realidade psíquica, seja por meio do DH ou do DA. Esses discursos se fundamentam no questionamento e na objeção ao poder que coisifica o sujeito, com o objetivo de promover a ética do desejo e da singularização. Ou seja, ao invés de se posicionar como quem detém o saber sobre o Outro, o trabalhador deve agir de forma mais ética e prevenido, buscando compreender e intervir no processo de subjetivação do sujeito, respeitando sua condição de desejo e de sujeito de direito (Benelli, 2022).

O psicólogo tradicional, com sua prática centrada em um cuidado tutelador e controlador, pode se tornar um agente de transformação se for capaz de se posicionar de maneira mais consciente e ética, visando não apenas a cura, mas a promoção da autonomia do sujeito.

Foucault (2022), problematizando a formação discursiva para entender como os discursos se constroem em determinados momentos históricos e áreas sociais, propõe uma análise das condições de enunciação dos discursos e dos efeitos políticos que esses discursos produzem, destacando as transferências que sustentam as posições de escuta, tanto as que são constituídas quanto as que não o são (Scarparo, 2008).

Operar com a formação dos discursos possibilita ao trabalhador-intercessor na AS compreender com a subjetividade do sujeito é formada, bem como operar com ela, procurando restaurar o laço social e reconstituir o sujeito no contexto da exclusão social.

A prática clínico-política do lado do sujeito, como discutido por Rosa (2024), se depara com questões centrais sobre a angústia e o luto, especialmente quando estas dimensões são impedidas pela violência social e pela intervenção de um poder que busca apagar a subjetividade. Quando o sujeito não consegue elaborar uma resposta simbólica para seu sofrimento, o luto pode ser suspenso ou até mesmo negado, levando a um estado melancólico, onde a dor não é nomeada e permanece eternizada.

Rosa (2024) explora como, nesses casos, a angústia surge justamente quando se perde a distância necessária entre a demanda inconsciente e a resposta do Outro. A ausência dessa distância impede a formação do desejo e a possibilidade de o sujeito se localizar dentro de sua própria história e de seu sofrimento.

Esse processo de não nomeação da dor e a impossibilidade de um sintoma que possibilite a expressão do sofrimento são abordados em termos de violência e trauma, com destaque para o efeito disruptivo da exposição à violência do Outro. Como descrito por Rosa (2024), as situações de violência podem resultar em uma identidade cristalizada que aliena o sujeito de seu desejo, ou, por outro lado, em um desenraizamento sem fim, onde o sujeito se vê perdido na errância e na falta de uma metáfora que consiga comunicar sua experiência.

A angústia não como um sintoma neurótico, mas como um tempo no qual o sujeito dificulta a localização de si mesmo, pode gerar uma sensação de estranheza, que não ressoa apenas na subjetividade do sujeito, mas também no laço social, resultando em um silenciamento que impede o sujeito de encontrar um espaço simbólico para elaborar sua dor e sua demanda. O sujeito, nesta situação, ao se deparar privado da experiência coletiva, desemboca no vazio do silêncio, que é substituído por imagens da loucura, seja individual ou coletiva (Rosa, 2024).

A desproteção social, conforme Rosa (2002), está intimamente relacionada à transgressão de normas básicas, abusos, corrupção e, mais amplamente, à ruptura do contrato social. Nessa fase avançada da modernidade, observa-se a irrupção do traumático, que causa a desorganização subjetiva, na medida em que o sujeito perde sua conexão com um discurso significativo e um lugar dentro da sociedade. Essa perda de pertinência, somada à exclusão de valores e ideais compartilhados, provoca um rompimento dos laços sociais e desencadeia efeitos destrutivos na subjetividade. Portanto, a prática psicanalítica, no contexto de superação da lógica tradicional, deve ser capaz de intervir nesse processo de desorganização, não apenas curando sintomas, mas também restaurando o sujeito à sua capacidade de desejo e à sua posição no tecido social (Benelli, 2022).

Uma direção possível para auxiliar o sujeito a encontrar uma maneira de enfrentar a sua demanda é operar com em um campo ético e político, que considera os contextos de violência extrema, na reconstrução do laço social. A psicanálise deve oferecer um campo mínimo de significantes que permita ao sujeito localizar-se e dar valor à sua experiência de dor, criando um espaço simbólico que possibilite a

expressão de sua demanda. Nesse sentido, o trabalho do psicanalista não é apenas técnico, mas político, uma vez que visa restaurar o campo simbólico que foi destruído pela violência, dando ao sujeito a possibilidade de articular seu sofrimento e sair do silenciamento (Rosa, 2024).

Para produzirmos o Trabalho Psicossocial Crítico-Intercessor na AS, operamos com a clínica da Atenção Psicossocial, situada na Psicanálise do campo de Freud-Lacan. O Trabalho Psicossocial exige que os meios de trabalho estejam à altura das demandas de subjetivação, que envolvem tanto o sujeito, quanto sua realidade psíquica e social (Rinaldi, 2006; Costa-Rosa, 2013; Périco, 2014).

Ao operarmos com a clínica da Atenção Psicossocial, não restringimos a escuta a um processo passivo, mas envolvemos um movimento que permite ao sujeito se implicar em suas próprias questões. Essa implicação subjetiva é fundamental para o processo de transferência, onde a escuta inicial pode abrir caminhos para o entendimento do sofrimento subjetivo e para a transformação das relações sociais do sujeito (Périco; Costa-Rosa, 2014).

O Trabalho Psicossocial Crítico-Intercessor está centrado em conceitos fundamentais, como o sujeito, o inconsciente, a transferência e a interpretação. Costa-Rosa (2013) descreve a atenção psicanalítica a partir de quatro premissas essenciais: o sujeito como demandante, possuidor de um saber inconsciente que pode explicar seu sofrimento e também sua produção de sofrimento, mesmo que, num primeiro momento, ele atribua esse sofrimento ao Outro, como uma figura de autoridade; o reconhecimento da especificidade desse saber inconsciente, que, embora envolva consciência e vontade, não se limita a elas, determinando a posição do sujeito como protagonista de sua história, tanto sociocultural quanto subjetiva; o sujeito como produtor de sentido, capaz de romper com o instituído e gerar novos significantes que transformam sua relação com o sofrimento subjetivo e com os laços sociais que o atravessam; e a necessidade de suspensão do saber técnico e pedagógico do operador, adotando uma postura dialética de acolhimento, sem impor respostas prontas ao sujeito.

A psicanálise, do campo Freud-Lacan, contribui para que o trabalhador da AS possa desafiar a lógica de um governo do outro, que prevalece em modelos de trabalho baseados em uma ordem que busca impor soluções, seja por meio de conselhos persuasivos ou medicamentos que prometem uma melhora mágica.

Esse enfoque transdisciplinar e politizado, segundo Benelli (2022), é a chave para uma prática psicossocial que vá além da intervenção técnica e que, de fato, contribua para a transformação das condições sociais, políticas e econômicas que moldam a pobreza e a exclusão.

Nossa concepção de psicanálise, fundamentada no campo de Freud-Lacan, propõe operar com a clínica intensiva, em que assumimos o sujeito de direito e o sujeito do inconsciente, no lugar de objeto, o que envolve a realidade psíquica dos sujeitos, como modo de enfrentar a problemática que advém da própria práxis na AS. Não temos a pretensão de sanar as lacunas advindas das contradições do próprio MCP, mas enfrentá-las, radicalizando a noção de carecimento no lugar da carência-necessidade e articulando algumas noções da psicanálise, presentes na AI, com estratégia para um posicionamento ético e político, no plano transdisciplinar, implicadas a partir do DI, para que possamos nos posicionar a partir do paradigma da Atenção Psicossocial e orientada pela ética do sujeito de carecimento e do sujeito do inconsciente na AS

Para operarmos com o Trabalho Psicossocial Crítico-Intercessor é necessário adequarmos a instituição para que nela caiba a psicanálise, criando condições para que o trabalhador-intercessor possa operar com as formações sociais, subjetivas inconscientes e políticas, o que exige do trabalhador conhecimento sobre alguns conceitos da psicanálise e da Análise Institucional.

A pertinência da AI e da Psicanálise no campo de Freud-Lacan para o Trabalho Psicossocial na Assistência Social (AS) pode ser vislumbrada por meio do DI, ferramenta que se apresenta como um recurso ético-político para abordar a subjetividade dos sujeitos que vivenciam o cotidiano dos estabelecimentos socioassistenciais, impregnadas pelo discurso capitalista e suas formas de dominação.

O discurso capitalista, amplamente disseminado e predominante nas instituições, destitui o sujeito, convertendo-o em um objeto a ser manipulado e consumido. As práticas que coagulam com o DC operam a foraclusão do sujeito, excluindo a singularidade e, com isso, a possibilidade de uma verdade genuinamente subjetiva. O ordenamento social capitalista trata os sujeitos como objetos para serem manipulados, consumidos ou colocados em produção, esvaziando-os de sua dimensão singular e desejante. Esse processo de objetificação é um reflexo da dominância do saber científico no campo das instituições, onde a verdade e a

subjetividade se tornam invisíveis, sendo substituídas por uma lógica de eficiência, produtividade e controle.

Neste contexto, a Psicanálise, ancorada na teoria de Lacan, oferece uma via de resistência à dominação e ao apagamento do sujeito, pois o inconsciente se estrutura por meio da linguagem, conforme Lacan ([1958]/1998). A escuta psicanalítica, que se fundamenta na fala do sujeito e na articulação de seus significantes, propõe um retorno ao simbólico, ao sentido, àquilo que escapa da redução do sujeito a um simples objeto. O trabalho psicanalítico, dessa forma, pode se articular com o Trabalho Psicossocial na AS, ao permitir que os sujeitos reencontrem seu lugar de fala, aquele que lhes foi retirado pelo discurso hegemônico do capitalismo.

O Dispositivo Intercessor (DI), então, surge como uma ferramenta de intervenção capaz de deslocar o sujeito da posição de objeto para a de sujeito desejante, reinserindo-o na cadeia de significantes e restabelecendo a possibilidade de produzir sentidos novos. Périco (2021) destaca a necessidade de transdisciplinaridade no tratamento do Real, onde as ferramentas simbólicas, como a psicanálise, podem proporcionar uma nova configuração dos laços sociais. No contexto do Trabalho Psicossocial, o DI é uma estratégia ética-política de transformação social, permitindo que os sujeitos, que antes estavam submetidos aos discursos de dominação (do Mestre, da Universidade, do Capitalista), possam reconstituir seu laço com o simbólico e, assim, transformar suas posições de subordinação. Por meio da escuta, da transferência e da apropriação da teoria dos discursos de Lacan, é possível, ao trabalhador da AS, tratar as questões silenciadas, aquelas que a ideologia capitalista tenta obscurecer. A contemporaneidade, marcada pela ameaça constante de violência, pela desigualdade econômica e pela exploração exacerbada, exige que o trabalhador atue como um dispositivo de ressignificação dos sentidos sociais e da própria subjetividade dos seres humanos, que estão frequentemente excluídos e despojados de sua fala.

Considerações Finais

A complexidade do Trabalho Social ressoa nos desafios emergentes do enfrentamento dos problemas sociais que formam a demanda de trabalho nos estabelecimentos socioassistenciais. Para enfrentarmos a complexidade do trabalho

por meio do DI, algumas ferramentas e estratégias são necessárias. Buscamos problematizar as contribuições da AI e da psicanálise para reposicionarmos nossas estratégias de trabalho na posição intercessora. Ser intercessor não significa ser analista institucional ou psicanalista, mas podemos nos apropriar de algumas contribuições da psicanálise para nos inspirarmos e de algumas estratégias e conceitos da AI como instrumentos de trabalho na AS.

Para isso, problematizamos a inserção do trabalhador psicólogo na AS, a contribuição da psicologia enquanto ciência para o Trabalho Social, bem como as contradições, as lacunas, as diferenciações paradigmáticas do Trabalho Social Disciplinar que contribui para o Modo Capitalista de Produção, do Trabalho Psicossocial como discurso dos trabalhadores e dos pesquisadores, suas submodalidades e as contradições, e o Trabalho Intercessor, que inclui o que buscamos postular como Trabalho Psicossocial Crítico-Intercessor, que considera o plano inconsciente da subjetividade como parte essencial do campo de trabalho, inspirado na concepção da Atenção Psicossocial elaborada no âmbito da Saúde Coletiva por Costa-Rosa (2000; 2012; 2019) que tentamos transversalizar, não para terapeutizar ou psicoterapeutizar o sujeito, mas para não reduzirmos o sujeito a condição de objeto na AS, o que nos exige operar buscando subverter a necessidade-carência para construir um trabalho que considere a necessidade-carecimento e o desejo-demanda do sujeito e dos coletivos. Para isso procuramos radicalizar as diretrizes da própria PNAS no campo da participação social dos sujeitos, inclusão e igualdade, propondo atuar com o desejo do sujeito para que haja a implicação subjetiva singularizante dos sujeitos formando o ideal que pode ser fortalecido nas produções coletivas de confronto às desigualdades sociais (Benelli, 2014; 2020a; 2022).

Entendemos que um trabalhador que pretende operar com produções críticas e coletivas de ações políticas na AS, precisa incluir no seu campo de trabalho a dimensão inconsciente da subjetividade, pois operar somente com as dimensões social e política da subjetividade, tornaria os efeitos do Trabalho Social reduzido à rede do imaginário social, quando se faz necessário, para além da consciência de Classe Social dos sujeitos-usuários e dos sujeitos-trabalhadores da AS, uma implicação subjetiva singularizante para a produção de ações micropolíticas críticas e de confronto às desigualdades sociais.

O Trabalho Psicossocial Crítico-Intercessor pode ser forjado pelas tentativas do trabalhador-intercessor em escutar analiticamente os sujeitos, problematizando os seus acontecimentos-sujeitos e intercedendo para que os próprios sujeitos de organizem com os seus saberes-fazeres, analisando os efeitos de suas práticas em si e nos demais sujeitos, escolhendo novos/outros reposicionamentos nos planos dos discursos e das ações para produzir outros efeitos no sentido dos enfrentamentos das demandas sociais por meio de das ações micropolíticas de fortalecimento das forças instituintes presentes nas lutas sociais.

Referências bibliográficas

ALBERTI, S. **O discurso do capitalista e o mal-estar na cultura**. 2000. Disponível em: http://www.berggasse19.psc.br/site/wp-content/uploads/2012/07/19133239-Sonia-Alberti-ODiscurso-Do-Capitalist-A-e-o-Mal-Estar-Na-Cultura-1.pdf Acesso em: 10 nov. 2021.

ALTOÉ, S. (Org.). **René Lourau, analista institucional em tempo integral.** São Paulo: Hucitec, 2004.

ANHUCCI, V. **A dimensão política do orçamento público no âmbito dos conselhos de direitos da criança e do adolescente**. 2016. 247f. Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social). Universidade Estadual de Londrina, Paraná, 2016.

BAREMBLITT, G. **Compêndio de análise institucional e outras correntes**. 3. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

BAREMBLITT, G. F. **O Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: Teoria e prática.** 6. ed. Belo Horizonte: Editora FBG/IFG, 2012.

BEBELLI, S. J. Políticas Públicas, instituições e práticas clínicas no campo da Assistência Social. In: DIONÍSIO, G. H.; BENELLI, S. J. (Org). **Políticas Públicas e Clínicas Críticas.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p.63-84.

BENELLI, S. J. As éticas nas práticas de atenção psicológica na assistência social**. Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 31, n. 2, p. 269-287, 2014.

BENELLI, S. J. **O atendimento socioassistencial para crianças e adolescentes**: perspectivas contemporâneas. São Paulo: Unesp Digital, 2016.

BENELLI, S. J. Risco e vulnerabilidade como analisadores nas políticas públicas sociais: uma análise crítica. **Estudos de Psicologia**. Campinas, v. 33, n.4, p. 735-745, 2016

BENELLI, S. J. **Psicologia e Assistência Social:** interfaces políticas, clínicas e éticas. Curitiba: CRV, 2020a.

BENELLI, S. J. O campo socioassistencial e as figuras diversas do trabalhador social. In: BENELLI, S. J. **Psicologia e Assistência Social:** interfaces políticas, clínicas e éticas. Curitiba: CRV, 2020b. p. 139-169.

BENELLI, S. J. A práxis do trabalhador psicossocial: operando com o Dispositivo Intercessor (DI). In: LEMOS, F. C. S. **Foucault, Deleuze, Guattari e Lourau**: encontros com a arqueogenealogia, esquizoanálise e análise institucional. Curitiba: CRV, 2021. p. 375-400.

BENELLI, S. J. **Entidades assistenciais para crianças e adolescentes no município**: impasses institucionais e possibilidades. São Paulo: Unesp Digital, 2022a.

BENELLI, S. J. **Figuras da clínica "psi" na contemporaneidade**: o olhar, a escuta e a sensação. 248 f. Tese de Livre Docência – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, 2022b.

BENELLI, S. J. **Problematizações das figuras da psicologia clínica:** olhar, cuidar, escutar. São Paulo: Unesp Digital, 2023.

BENELLI, S. J. Operando com o Dispositivo Intercessor na Universidade: Desafios da práxis de um orientador de trabalhadores intercessores. In: BENELLI, S. J. (org.). **Práxis e intercessão**: desafios e possibilidades do Dispositivo Intercessor nas políticas públicas. Bauru: Gradus, 2024, p. 09-33.

BENELLI, S. J.; COSTA-ROSA, A. **Para uma crítica da razão socioeducativa em entidades assistenciais. Estudos de Psicologia.** Campinas, 2011.

BENELLI, S. J.; COSTA-ROSA, A. Paradigmas diversos no campo da Assistência Social e seus estabelecimentos assistenciais típicos. **Psicologia USP**, v. 23, n. 4, p. 609-660, 2012.

BENELLI, S. J.; COSTA-ROSA, A. Dispositivos institucionais filantrópicos e socioeducativos de atenção à infância na Assistência Social. **Estudos de Psicologia**, Puc-Campinas, v. 30, n. 2, p. 283-301, 2013.

BENELLI, S. J.; PROENÇA, F. A. O processo de institucionalização da criança e do adolescente no contexto brasileiro e português. In: MATTIOLI, O. C.; ARAÚJO, M. F. (Orgs.). **Gênero, violência e Psicologia**: um percurso pelas políticas públicas. Curitiba: CRV, 2017. p. 71-96.

BENELLI, S. J.; SILVA, S. I. M. Subjetividade na Renovação Carismática Católica: Mecanismos de Funcionamento e de sua Produção. **Psicologia: Ciência e Profissão** Jul/Set. 2016 v. 36 n°3, 610-624. DOI: 10.1590/1982-3703001432014

BENELLI, S. J.; SILVA, S. I. M. Análise Institucional no papel do movimento renovação carismática católica. **Revista Eclesiástica Brasileira**, *77*(305), 94–128, 2017.

BIRMAN, J. O Mal-Estar na Modernidade e a Psicanálise: a Psicanálise à Prova do Social. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 15 (Suplemento): 203-224, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988 (atualizada até a Emenda Constitucional nº 107). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 mar. 2021.

BRASIL. **Lei Federal de nº 8.742**, de 7 de dezembro de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 26 mar. 2021.

BRASIL. **Resolução de nº 145**. Política Nacional de Assistência Social. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), 2004.

BRASIL. **Resolução de nº 269**. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), 2006.

BRASIL. **Concepção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: 2009.

BRASIL. **Resolução de n° 17**. Ratifica a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUA. Conselho Nacional de Assistência Social, 2011a.

BRASIL**. Orientações técnicas**: Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: Gráfica e Editora Brasil, 2011b.

BRASIL. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social**. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselho Federal de Psicologia (CFP), 2007.

BRASIL. **Orientações técnicas sobre o PAIF**. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. V. 1. Brasília: MDS, 2012a.

BRASIL. **Orientações técnicas sobre o PAIF**. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: MDS, V. 2, 2012b.

BRASIL. **Resolução de n° 09**. Ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de ocupações profissionais de ensino médio e fundamental do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Conselho Nacional de Assistência Social, 2014.

BROIDE, J. **A psicanálise nas situações sociais críticas: uma abordagem grupal à violência que abate a juventude das periferias**. 2006. Tese (Doutorado em Psicologia) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

BUENO, P. A. T. **Clínica ampliada***:* interlocuções entre a psicanálise e a atenção psicossocial. 2016. 117 p. Tese (Mestrado). Pós-Graduado em Psicologia Social, PUC-SP, 2016.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

COIMBRA, C. M. B. A Divisão Social do Trabalho e os Especialismos Técnico-Científico. **Revista do Departamento de Psicologia UFF**, Niterói, v. 2, n. 2, p. 9-15, 1990.

COIMBRA, C. M. B **Guardiães da Ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do —Milagre**l. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

COIMBRA, C. M. B.; NASCIMENTO, M. L. Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder. In: GEISLER, A. R.; ABRAHÃO, A. L.; COIMBRA, C. M. B. (Org.). **Subjetividade, violência e direitos humanos**: produzindo novos dispositivos na formação em saúde. Niterói, RJ: EDUFF, 2008. p. 143-153.

COSTA-ROSA, A. O Modo Psicossocial: um paradigma das práticas substitutivas ao modo asilar. In: AMARANTE, P. D. C. (Org.). **Ensaios de Loucura & Civilização**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. p.141-168.

COSTA-ROSA, A. A instituição de Saúde Mental como dispositivo social de produção de subjetividade. In COSTA-ROSA, A. **Operadores fundamentais da Atenção Psicossocial:** contribuição a uma clínica crítica dos processos de subjetivação na Saúde Coletiva. Tese de livre-docência em Psicologia Clínica, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, São Paulo. P. 44-82, 2011a.

COSTA-ROSA, A. Modos de Produção das Instituições na Saúde Mental Coletiva: efeitos na terapêutica e na ética, ou a subjetividade capitalística e a Outra. In: COSTA-ROSA, A. **Operadores fundamentais da Atenção Psicossocial**: contribuição a uma clínica crítica dos processos de subjetivação na Saúde Coletiva. Tese de livre-docência em Psicologia Clínica, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, São Paulo, 2011b.

COSTA-ROSA, A. Contribuição a uma Clínica Crítica dos processos de subjetivação na saúde coletiva. In: DIONÍSIO, G. H.; BENELLI, S. J. (Org). **Políticas Públicas e Clínicas Críticas.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p.15-31.

COSTA-ROSA, A. **Atenção Psicossocial além da Reforma Psiquiátrica**: contribuições a uma Clínica Crítica dos processos de subjetivação na Saúde Coletiva. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

COSTA-ROSA, A. Por que a Atenção Psicossocial exige uma clínica fundada na psicanálise do campo Freud-Lacan? **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 18, n° especial, 2019, p. 37-54

CURY JÚNIOR, J. E. **Que voz na voz não ouvida? Uma escuta psicanalítica a catadores de recicláveis**. 244f. Dissertação (Mestrado em Programa) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis-SP, 2015.

DOR, J. **Introdução à leitura de Lacan**: o inconsciente estruturado como linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ELIA, L. Psicanálise: clínica & pesquisa. In: ALBERTI, S.; ELIA. L. (Org.). **Clínica e pesquisa em psicanálise**. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2000.

ELIA, L. **O conceito de sujeito**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

FARHI NETO, L. **Biopolítica**: as formulações de Foucault. Cidade Futura, 2010.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 14 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

FREUD, S. Pulsões e destinos da pulsão (1915). In: **Escritos sobre a psicologia do inconsciente**. Rio de Janeiro: Imago, 2004. v. 01. p. 133-162.

FREUD, S. **O mal-estar na cultura** (1930). Porto Alegre: L&PM Editores, 2010.

FREUD, S. **Psicologia das massas e análise do eu** (1921). Porto Alegre: L&PM, 2013.

FREUD, S. Observações sobre o amor de transferencial (1915). In: FREUD, S. **Fundamentos da clínica psicanalítica, Obras Incompletas de Sigmund Freu**d. Belo Horizonte: Autêntica, 2017d. v. 6. p. 165-182.

GARCIA-ROZA, L. A. (1991) Pesquisa de tipo teórico. In: Atas do 1º Encontro de pesquisa acadêmica em psicanálise: Psicanálise e Universidade. **Psicanálise e Universidade**, n.1, São Paulo: PUC-SP, 1994.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo.** Petrópolis: Vozes, 1986.

GUATTARI, F. **Caosmose. Um novo paradigma estético**. Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Ed. 34, 1992

GUATTARI, F. **Psicanálise e transversalidade**: ensaios de análise institucional. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2004.

HEGEL, G.W.F. **Introdução à história da filosofia**. Coimbra: A. Amado, 1980.

HESS, R. O movimento da obra de René Lourau (1933-2000). In: ALTOÉ, S. (Org.). **René Lourau, analista institucional em tempo integral**. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 15-46.

HESS, R; SAVOYE, A. **L'analyse institutionnelle**. Paris: PUF, 1993.

JANEGITZ, H. H. S. **Uma psicóloga trabalhando na assistência social**: problematizações da práxis num Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). 217 f. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2022.

L'ABBATE, S. Análise Institucional e intervenção: breve referência à gênese social e histórica de uma articulação e sua aplicação na Saúde Coletiva. **Mnemosine**, v. 8, n.1, p.194-219, 2012.

L'ABBATE, S.; MOURÃO, L. C.; PEZZATO, L. M. (Org.). **Análise institucional e Saúde Coletiva**. São Paulo: Hucitec, 2013.

LACAN, J. **O Seminário, Livro 17**: O avesso da psicanálise (1969-70). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

LACAN, J. A direção do tratamento e os princípios do seu poder (1958). In: **Escritos**. Rio de janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 591-652.

LACAN, J. **O Seminário, Livro 5**: As formações do inconsciente (1957-58). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

LACAN, J. O Aturdito (1972). In: LACAN, J. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 448-497.

LANE, S. T. M.; CODO, W. (Orgs.) **Psicologia Social**: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 2001.

LAPASSADE, G. El encuentro institucional. In: LAPASSADE, G. **Análisis institucional y socioaálisis**. México: Nueva Imagem, 1977.

LAPASSADE, G**. El analizador y el analista** (1971). Barcelona: Gediza, 1979.

LAPASSADE, G. **Grupos, organizações e instituições**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

LOURAU, R. Implication e surimplication. ***Revue du Mauss***, v.10, 1990, p.110-120.

LOURAU, R. **René Lourau na UERJ**: análise institucional e práticas de pesquisa. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1993.

LOURAU, R. **A análise institucional**. Petrópolis: Vozes, 1995.

LOURAU, R. **La clé des champs**: une introduction à l'analyse institutionnelle. Paris: Anthropos, 1997.

LOURAU, R. O instituinte contra o instituído. In: ALTOÉ, S. (Org.). **Analista Institucional em tempo integral**. São Paulo: Hucitec, 2004a. p. 47-65. 220

LOURAU, R. Uma técnica de análise de implicações: B. Malinowski, Diário de etnógrafo (1914 1918). In: ALTOÉ, S. (Org.). **Analista Institucional em tempo integra**l. São Paulo: Hucitec, 2004b. p. 259-283.

LOURAU, R**. A análise institucional.** Petrópolis: Vozes, 2014.

MARIANO, L. H. S. **O praticante de psicanálise no centro de referência da assistênciasocial (CRAS)**: a intervenção retificadora e outras questões. 2011. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MARTINI, R. B. **O dispositivo intercessor como meio de superação dialética da medicalização da saúde mental.** 2010. 95f. Dissertação (Mestrado em Psicologia e Sociedade). Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Universidade Estadual Paulista, Assis, São Paulo, 2010.

MARTINS, J. B. (Org.). **Temas em análise institucional e em construcionismo social**. São Carlos: Rima; Curitiba: Fundação Araucária, 2002.

MARX, K. **Formações econômicas pré-capitalistas** (1857-58). 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

MARX, K. Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844 (1844). In: COSTA, M. H. M. [Anexo à dissertação de Mestrado]. **A diferença entre as Categorias lebensäusserung, entäusserung, entfremdung veräusserung nos Manuscritos Econômicos e Filosóficos de Karl Marx de 1944**. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 1999. p. 1- 62.

NASCIMENTO, M. L.; LEMOS, F. C. S. A pesquisa-intervenção em Psicologia: os usos do diário de campo. **Barbarói,** v.57, p. 239–253, 2020.

ROSSI, A; PASSOS, E. Análise institucional: revisão conceitual e nuances da pesquisaintervenção no Brasil. **Revista EPOS**, v.5, n.1, p. 156-181, 2014.

PAULON, S. M. A análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção. **Psicologia & Sociedade**, v. 17, n. 3, p. 18-25, 2005.

PAULON, S. M.; ROMAGNOLI, R. Quando a vulnerabilidade se faz potência. **Interação em Psicologia**, v. 22, n. 3, p. 178-187, 2018.

PENARIOL, M. P. **Análise institucional da prefeitura municipal**: desvendando a lógica de funcionamento da gestão pública. Assis, 2017. 231 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2017. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/149909 Acesso em: 2 jan. 2025.

PÉRICO, W. **Contribuições da psicanálise de Freud e Lacan a uma psicotherapia Outra**: a clínica do sujeito na Saúde Coletiva. 164 f. Dissertação (Mestrado) –

Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Universidade Estadual Paulista, Assis-SP, 2014.

PÉRICO, W. **Ensaios sobre psicanálise, instituições e luta de classes no campo de Saúde Mental Coletiva**. 258 f. Universidade do Estado do Rio de Janeiro Centro de Educação e Humanidades Instituto de Psicologia, Rio de Janeiro, 2021.

PÉRICO, W.; COSTA-ROSA, A Sujeito, Subjetividade e "Ciência" em Freud e Lacan: Algumas Considerações Teóricas Prévias a uma Intercessão-Pesquisa no campo da Saúde Mental Coletiva. **Revista Subjetividades,** Fortaleza, v. 14, n. 3, p. 418-432, 2014.

PROENÇA, F. A. **Análise Institucional da Assistência Social como política pública de direito social**: desafios e impasses discursivos. Assis, 2020. 128 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, São Paulo. 2020. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/192446 Acesso 2 jan. 2025.

QUINET, A. **Psicose e laço social**: esquizofrenia, paranoia e melancolia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

RIBEIRO, M. O. A sexualidade segundo Michel Foucault: uma contribuição para a enfermagem. **Rev. esc. enferm**. USP 33 (4), Dez, 1999.

RINALDI, D. **A ética da diferença**: um debate entre psicanálise e antropologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

RINALDI, D. L. Clínica do Sujeito e Atenção Psicossocial: Novos Dispositivos de Cuidado no Campo da Saúde Mental In: **Estudos e Pesquisas em Psicologia: Comunicação de Pesquisa**, Vol 3 n.º 1 (UERJ), 2003.

RINALDI, D. Entre o sujeito e o cidadão: psicanálise ou psicoterapia no campo da Saúde Mental? In: ALBERTI, Sônia; FIGUEIREDO, Ana Cristina (org). **Psicanálise e saúde mental**: uma aposta. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2006.

ROCHA, D.; DEUSDARÁ, B. Contribuições da Análise Institucional para uma abordagem das práticas linguageiras: a noção de implicação na pesquisa de campo. Cadernos de Letras da UFF – **Dossiê Letras, linguística e suas interfaces**, n. 40, p. 47-73, 2010.

RODRIGUES, H. B. C. À beira da brecha: uma história da Análise Institucional francesa nos anos 60. In: AMARANTE, P. D. C. (Org.). **Ensaios de loucura e civilização**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. p.195-256.

RODRIGUES, H. B. C. Sejamos realistas, tentemos o impossível: Descaminhando a psicologia através da análise institucional. In: JACÓ-VILELA, A. M.; FERREIRA, A. A.

L.; PORTUGAL, F. T. **História da Psicologia: Rumos e Percursos**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2013. p. 609-657.

RODRIGUES, H. B. C.; SOUZA, V. L. B. A análise institucional e a profissionalização do psicólogo. In: KAMKHAGI, V. R.; SAIDON, O. **Análise institucional no Brasil**: favela, hospício, escola, funabem. 2. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991. p. 27-46.

ROMAGNOLI, R. C. Problematizando as noções de vulnerabilidade e risco social no cotidiano do SUAS. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 20, n. 3 p. 449-459, jul./set. 2015.

ROMAGNOLI, R. C.; FADUL, F. M.; SOUZA, C. A intersetorialidade em tempos de pandemia: perspectivas a partir da ótica da assistência social. In: NOGUEIRA, G.; ROCHA, R. V. de S.; BRAMBILLA, B. B.; JACINTO, P. M. dos S. (Orgs). **A psicologia no sistema único de assistência social**: fundamentos, desafios e horizontes metodológicos. São Paulo: Devires, 2023, p. 361-375.

ROMAGNOLI, R. C.; SANTOS, A. P. dos. A implicação dos trabalhadores na política de assistência social brasileira. **Psicologia & Estudo**, v. 28, e55157, 2023. Disponível em: https://orcid.org/0000-0003-2758-845X. Acesso em: 3 jan. 2025.

ROSA, M.D. Uma escuta psicanalítica das vidas secas**. Revista Textura**, São Paulo, ano 2, n. 2, p. 42-47, 2002.

ROSA, M. D. Psicanálise implicada: vicissitudes das práticas clinicopolíticas. **Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre**, n. jul. 2011/ju 2012, Disponível em: http://www.appoa.com.br/uploads/arquivos/revistas/revista41.pdf. Acesso em: 15 dez. 2024.

ROSSI, A; PASSOS, E. Análise institucional: revisão conceitual e nuances da pesquisaintervenção no Brasil. **Revista EPOS**, v.5, n.1, p. 156-181, 2014.

ROUGERIE, C. Implication professionnelle: (professional involvement – participación profesional). In: VANDEVELDE-ROUGALE, A. (Ed.), **Dictionnaire de sociologie clinique**. Toulouse, FR: ERES, 2019. p. 355-356.

SATHLER, C. N. A subjetividade na clínica psicológica: introdução temática e histórica. **Psicol. Inf**., 17(17): 107-121, jan.-dez. 2013.

SAWAIA, B. (Org.) **Exclusão ou Inclusão perversa? As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

SCARPARO, M. de L. D. **Em busca do sujeito perdido**: a psicanálise na assistência social, limites e possibilidades. 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SILVA, F. L. G. Gestão da subjetividade e novas formas de trabalho: velhos dilemas e novos desafios. In: BENINI, E. et al. (Org.). **Gestão pública e trabalho associado**: fundamentos e perspectivas. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 47-70.

SOUZA, J. (Org.) **Ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

YAMAMOTO, O. H.; OLIVEIRA, I. F. Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. Psicologia: **Teoria e Pesquisa**, v. 26, (n.spe.), p. 9-24, 2010.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

O risco da reprodução de efeitos disciplinares nos processos de formação dos trabalhadores da Assistência Social (AS), mesmo levando em consideração os planos social e político dos sujeitos, nos levou em direção ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Sociedade da Unesp de Assis-SP, especificamente ao LATIPPSS sob a coordenação do Prof. Dr. Sílvio José Benelli, com sua orientação e supervisão, elaboramos o nosso Projeto de Intercessão-Pesquisa, no âmbito do curso de doutorado, desenvolvemos as intercessões em nosso campo de trabalho e a análise dos saberes produzidos em conjunto com os trabalhadores, materializadas nesta tese.

As nossas experiências com processos formativos da AS foram iniciadas no ano de 2012, ocasião em que realizamos um processo de supervisão técnica para a equipe de trabalhadores de um CREAS. Após essas experiências vivenciamos muitas outras em conjunto variado de municípios de estabelecimentos da AS. Localizado na psicologia social crítica, em nossos processos de formação buscávamos operar com ações que contribuíssem, mesmo de modo inadvertido, para conceber os sujeitos no plano da história, no plano político e no plano da subjetividade, mas ainda não operávamos, de modo avisado e precavido, com a formação inconsciente, no âmbito da subjetividade do sujeito.

A preocupação ética e política e o risco da reprodução do MCP em nossos processos de formação com os trabalhadores da AS nos proporcionou o encontro com o DI como estratégia de trabalho e análise, possibilitando nos localizarmos na AS como instituição produzindo análise e procurando nos reposicionarmos em nossas práticas para produzir saber-fazer por meio da práxis. O DI possibilitou ferramentas para operarmos de modo dialético como trabalhador-intercessor, embora as condições sociais do trabalho no capitalismo não possibilitam que possamos ser intercessor o tempo, mas na insistência e na radicalização do sujeito, recuando ou avançando, frente as brechas institucionais, nos apropriamos, ao longo da realização da Intercessão-Pesquisa, de outro modo de trabalho e análise, que acreditamos que contribuiu para que outras trabalhadores, em determinados momentos institucionais e sociais, pudessem entrar em contato com os seus próprios problemas, presentes no cotidiano do trabalho da AS, criando estratégias coletivas de enfrentamento, e procurando se diferenciar nas respostas prontas, repetitivas, focalistas e individualistas. Operar com a busca pela posição intercessora, assim como na posição

de analista, nos exigiu um tempo necessário e analítico, que muitas vezes, no âmbito da Universidade não é possível, devido aos prazos e regras instituições que estivemos submetidos, mas que continuaram sendo problematizadas fora-tese, em outras escritas que pretendemos produzir.

Ao nos apropriarmos do DI como estratégia de trabalho e análise, procuramos localizar nosso papel na AS e aproveitar as oportunidades para criar práticas intercessoras. Mas, quando não conseguimos operar com o DI, o risco é a simples reprodução de práticas institucionalizadas, que acabam não gerando os efeitos esperados, mas apenas reforçando a divisão do trabalho e a opressão dos sujeitos.

Embora tenhamos buscado nos posicionar criticamente nos processos formativos continuamente, sabemos que não conseguimos ser um trabalhador-intercessor o tempo todo, e, por isso, nosso saber-fazer poderia produzir efeitos disciplinares moralizantes, tuteladores, clientelistas ou filantrópicas nos sujeitos de forma reprodutiva em determinadas situações de trabalho, dependendo da composição que estava sendo formada na realidade dos sujeitos de cada estabelecimento socioassistencial. Contudo, acreditamos que podemos atuar de forma conectiva e mais evolutiva, em uma conjuntura favorável ao trabalho coletivo com as equipes, permitindo o surgimento de formas criativas e potentes. E nas situações não favoráveis procuramos enfrentar as resistências presentes nos processos formativos com os trabalhadores para a produção de um trabalho crítico, porém nem sempre foi possível superá-las. Ao descobrirmos essa limitação na possibilidade de intercessão, associada à resistência dos sujeitos, passamos a nos questionar sobre as práticas que reproduzimos nos processos formativos quando não conseguimos ser intercessores.

A pretensão com a análise de nossa práxis consistia em buscarmos reposicioná-la na vivência de uma implicação singularizante por meio da escuta dos trabalhadores, da identificação e análise das demandas do cotidiano do trabalho. Nossas tentativas de operarmos com a intercessão tiveram como objetivo contribuir para a produção de práticas singularizadas que pudessem se implicar com a luta de classe social problematizando as desigualdades e a violência produtos dos discursos racistas, sexistas, machistas e misóginos que estruturam a realidade da formação social e dos processos de subjetivação dos sujeitos nos estabelecimentos da AS.

Em nossas experiências com a oferta de processos formativos, temos tentando nos posicionar no trabalho criticamente para produzir a práxis, a partir do DI como

uma forma de buscar subverter o plano disciplinar instituído que oprime os sujeitos no campo de trabalho na AS, com o qual muitas dessas empresas e trabalhadores podem estar associadas ou alinhadas a essa lógica, muitas vezes sem se dar conta de suas práticas sociais e seus efeitos no plano conceitual-teórico, político e ético, muito menos na ética do sujeito que inclui a subjetividade do inconsciente.

Encontramos na Intercessão-Pesquisa um dispositivo estratégico capaz de possibilitar nos reposicionarmos na práxis no modo DI e também, após realizada a intercessão, no Dispositivo de Intercessão como Meio de Produção de Conhecimento (DIMPC) tentando desvendar criticamente às figuras da expertise, centradas no suposto saber, e as práticas intercessoras presentes no Trabalho Social da AS e nos processos formativos dos trabalhadores. Incluímos em nossa análise um conjunto de elementos identificados em redes sociais, sites e produção acadêmica.

Nossa experiência com o DI nos provocou uma inquietação frente aos efeitos éticos e políticos que as práticas de formação dos trabalhadores da AS que são ofertadas pelas empresas poderiam estar gerando nos próprios sujeitos-trabalhadores e também nos sujeitos-usuários nos estabelecimentos assistenciais.

Alguns dos nossos incômodos no campo do Trabalho Social nos levou a elaborar muitas perguntas. Algumas delas foram: Se não podemos nos posicionar como trabalhadores-intercessores o tempo todo, e, portanto, operamos com práticas reprodutoras em determinadas situações, quais são essas práticas disciplinares que reproduzimos nos processos de formação? Quais os efeitos éticos e políticos dessas práticas nos sujeitos-trabalhadores e sujeitos-usuários?

Nosso trabalho buscou explicitar os momentos em que, como trabalhadores da AS, estamos produzindo saber-fazer implicados com as demandas sociais da vida dos sujeitos, e os momentos em que os conhecimentos pré-estabelecidos ou mesmo produzidos no campo de trabalho podem contribuir para a opressão dos sujeitos com quem trabalhamos.

Mais avisados dos efeitos éticos e políticos gerados nos sujeitos (trabalhadores e usuários) pelos nossos trabalhos na AS, buscamos uma apropriação do DI para operar com ele, enfrentando os processos de institucionalização da AS, suas formas, aparências, componentes institucionais, equipamentos, práticas discursivas e não discursivas, atores sociais e atravessamentos, que reproduzem a lógica de produção capitalista. Por meio do DI adotamos conceitos teóricos da Análise Institucional de Lourau e Lapassade, do Materialismo Dialético de Marx, da Psicanálise de Freud e

Lacan, buscando convergências, conectividades e produção de potência pelas diferenças com a Filosofia da Diferença de Deleuze e Guattari e as sociedades disciplinares, sociedade da segurança e o plano das relações de poder de Foucault, para problematizar os processos formativos dos trabalhadores da AS.

Nossa análise sobre a própria práxis buscou problematizar a Educação Permanente tomando a nossa trajetória de trabalho nesse campo, as inquietações que nos levaram a entrar nesse campo de trabalho e o processo que nos aproximou do DI, na tentativa de produzir deslocamentos nos processos formativos para não produzir efeitos disciplinares nos sujeitos. Tomamos algumas cenas, memórias, falas, sensações, causos e casos da nossa experiência com processos formativos dos trabalhadores da AS, incluindo a nossa própria história e a dos trabalhadores que se implicaram subjetivamente nesses trabalhos, dentro do campo das múltiplas possibilidades de atuação nos processos de formação.

Na tentativa de mapear os processos de potência e reprodução no trabalho, buscamos articular a história do SUAS e a dos trabalhadores, problematizando como a Educação Permanente se consolidou como uma demanda dos trabalhadores da AS, emergindo um conjunto de empresas que vendem processos formativos, consagrando as ofertas da Educação Permanente como mercadorias.

Ao mapearmos esses processos de institucionalização das ações formativas na AS e a transformação da Educação Permanente do SUAS em um nicho de mercado, discutirmos o nosso ingresso nesse campo, como trabalhadores, e os deslocamentos que ocorreram ao longo dos processos de formação, visando a criação de ações intercessoras por meio da apropriação do DI como campo de trabalho-intercessão e análise. Nosso objetivo foi de nos posicionarmos nas práticas para produzir a práxis e problematizar o conhecimento sobre o saber produzido a partir do não-saber.

A partir da análise crítica das nossas práticas de trabalho no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) questionamos o modo como os trabalhadores se formam e as consequências dessa formação para as práticas realizadas nos estabelecimentos socioassistenciais. Nos ensaios que compõem esta Intercessão-Pesquisa, buscamos não apenas discutir a formação dos trabalhadores, mas também refletir sobre as complexas relações de poder presentes nas dinâmicas do SUAS e as contradições entre as práticas institucionais e as demandas sociais dos sujeitos atendidos. Um dos desafios que problematizamos foi como o Trabalho Social pode ser transformado, por

meio de uma abordagem intercessora, que articula as dimensões social, política e subjetiva da prática, incluindo o plano do inconsciente e do desejo do sujeito, para não objetificá-lo e criar condições para a circulação de vozes, que muitas vezes são silenciadas.

No primeiro ensaio, nosso objetivo foi problematizar a práxis do trabalhador-intercessor a partir da experiência em ações de supervisão técnica, capacitação e assessoria nas equipes de referência do SUAS em dois municípios do interior de São Paulo. A intervenção buscou, por meio do Dispositivo Intercessor, confrontar a lógica capitalista que permeia o Trabalho Social, propondo uma forma de atuação que rompesse com as práticas instituídas com efeitos disciplinares, objetificantes e assujeitadoras. Acreditamos que, ao adotar o DI como ferramenta de trabalho e análise, seria possível gerar um movimento de desterritorialização e desestruturação das práticas tradicionais, criando um espaço para a invenção de novas formas de atuação, com escutas e circulação de novos significantes que pudessem contribuir para subverter a lógica da necessidade-carência, atrelada a perspectiva mercadológica, para o desejo-carecimento, relacionado aos processos de construção de outras formas coletivas para lidar com as demandas sociais, sem reduzi-las a lógica capitalista.

O trabalho realizado, portanto, procurou introduzir uma análise crítica sobre como os trabalhadores no SUAS aprendem a realizar suas atividades e como os processos formativos, muitas vezes estruturados em uma lógica neoliberal, contribuem para a precarização das relações de trabalho. Nessa direção, nosso trabalho propôs um modelo de formação mais crítico e reflexivo, que questionasse as condições materiais e financeiras institucionais, e conjunturais em que esses trabalhadores sociais se inserem e os desafios impostos pela realidade social e política. Buscamos, por meio do DI, criar condições para que pudéssemos nos reposicionar como sujeitos intercessores, capazes de intervir nas práticas e transformá-las, procurando produzir ações que contribuíssem para gerar deslocamentos, rupturas, criações e outras conexões que contribuem para o fortalecimento das forças instituídas na luta pela superação das desigualdades sociais.

No segundo ensaio, a análise crítica concentrou-se nos processos formativos oferecidos aos trabalhadores da AS e seus efeitos éticos e políticos. A reflexão partiu da premissa de que a formação desses trabalhadores não é neutra, mas está imersa

em um contexto de poder que, muitas vezes, reforça a lógica do capitalismo, limitando as possibilidades de uma prática social crítica e transformadora. Buscamos diferenciar três dispositivos presentes nos processos formativos da AS: o Dispositivo Intromissor, o Dispositivo Interventor e o Dispositivo Intercessor. Cada um desses dispositivos envolve diferentes concepções do sujeito e da subjetividade, com impactos diversos nas práticas dos trabalhadores e nas condições de vida dos sujeitos atendidos.

Enquanto os dispositivos Intromissor e Interventor operam dentro de uma lógica técnica e de gestão, que muitas vezes desconsidera as realidades subjetivas dos sujeitos, principalmente no plano do insciente/desejo da subjetividade, o DI, por sua vez, busca superar essas limitações ao integrar as dimensões sociais, políticas e subjetivas, incluindo o inconsciente como campo de trabalho e análise. Essa estratégia busca criar um espaço de atuação que vá além da lógica da eficiência e da gestão, aproximando-se de um trabalho mais ético e politicamente comprometido com a transformação das desigualdades sociais e a construção de uma nova ordem social.

Acreditamos que a construção de práticas intercessoras é fundamental para romper com as abordagens lineares e técnicas que predominam na formação e nas práticas dos trabalhadores da AS. Essas práticas intercessoras, ao integrar as dimensões sociais, políticas e a dimensão do inconsciente da subjetividade do sujeito, podem contribuir para a construção de um trabalho mais comprometido com a transformação das condições de vida dos sujeitos-usuários e dos trabalhadores da AS.

No terceiro ensaio, problematizamos as contradições no discurso institucional da AS, especialmente durante a pandemia de Covid-19. A combinação do fenômeno da pandemia de Covid-19, que gerou uma crise sanitária, com as políticas neoliberais impostas pelo desgoverno de direita continuado no Brasil no ano de 2019, resultou em um fortalecimento das práticas assistencialistas e em um enfraquecimento da dimensão crítica e transformadora do Trabalho Social. A pandemia agravou ainda mais a precarização das condições de trabalho nas equipes, que se viram desprovidas de recursos adequados e de uma formação que respondesse à complexidade das demandas emergentes. O desafio principal foi pensar em formas de superar esse quadro e operar com um Trabalho Social mais transdisciplinar, que levasse em consideração as demandas psíquicas, que envolviam o plano do inconsciente/desejo da formação subjetiva dos sujeitos, além das suas demandas decorrentes dos atravessamentos da formação social capitalista.

A análise realizada no terceiro ensaio identificou como as limitações impostas pelo neoliberalismo, como a redução de equipes e a intensificação das demandas, resultaram na imposição de práticas mais individualizantes e centradas no discurso da eficiência, o que comprometeu a qualidade do atendimento e a capacidade transformadora do Trabalho Social. Nesse contexto, procuramos questionar como o Trabalho Social poderia se reconfigurar para enfrentar os efeitos do neoliberalismo e retomar sua função crítica e de transformação social, atentando-se não apenas à realidade social, mas também ao plano psíquico e subjetivo dos sujeitos atendidos e dos trabalhadores.

Por fim, no quarto ensaio, o foco foi a complexidade do Trabalho Social no contexto da AS e as contribuições da Análise Institucional (AI) e da Psicanálise, do campo Freud-Lacan, para reposicionar as estratégias de intervenção dos trabalhadores. Não buscamos, com isso, transformar os trabalhadores em analistas institucionais ou terapeutas, mas sim utilizar conceitos e estratégias desses campos epistemológico diferentes, apostando na potência delas para nos localizarmos na AS como instituição e enfrentarmos as contradições presentes no Trabalho Social. O objetivo foi introduzir um Trabalho Psicossocial Crítico-Intercessor que considerasse as dimensões inconscientes da subjetividade e contribuísse para a construção de práticas políticas e sociais comprometidas com as lutas sociais e a transformação das condições de vida dos sujeitos atendidos (Benelli, 2020), para que as práticas não acabem sucumbidas na objetificação dos sujeitos.

A partir dessa perspectiva, defendemos a importância de radicalizar as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), ampliando o foco para a participação social dos sujeitos e a construção de um trabalho que considere suas demandas e desejos. A necessidade de operar com a subjetividade e o inconsciente, tanto dos sujeitos atendidos quanto dos trabalhadores, se tornou uma diretriz central, pois acreditamos que, sem essa consideração, o trabalho na AS perde sua potência de transformação e se limita à reprodução das estruturas de poder e dominação (Costa-Rosa, 2019).

Assim, por meio dos ensaios que compõem esta Intercessão-Pesquisa procuramos apresentar uma proposta de transformação da prática do Trabalho Social, com uma ênfase na formação crítica dos trabalhadores, na reflexão sobre a subjetividade dos sujeitos atendidos e na criação de condições para a subversão das práticas institucionalizadas. Acreditamos que ao operarmos com uma perspectiva

intercessora, é possível elevarmos o Trabalho Social para o Trabalho Psicossocial Crítico-Intercessor, mais potente, comprometido com a ética e com a transformação social, que enfrente as desigualdades, considerando as intersecções entre identidade étnica/racial e gênero, estruturais que marcam a população dita vulnerável no Brasil.

O SUAS foi concebido como uma Política Pública central para a garantia de direitos sociais no Brasil. Entretanto, sua implementação e funcionamento não se dão de forma linear, sendo atravessados por paradoxos estruturais e políticas que dificultam a efetiva transformação social e a superação das desigualdades sociais. O contexto neoliberal, que se intensificou nas últimas décadas, tem colocado desafios imensos sobre a AS, afetando a formação dos trabalhadores e, consequentemente, as práticas sociais. Neste cenário, as práticas intercessoras ganham relevância, oferecendo uma alternativa às práticas tradicionais de Trabalho Social e propondo uma transformação das relações de poder entre os trabalhadores sociais e os sujeitos-usuários da AS.

O neoliberalismo, com seu foco na eficiência, no corte de gastos públicos e na desresponsabilização do Estado, tem atravessado diretamente as Políticas Públicas no Brasil, particularmente no campo da AS (Benelli, 2022; Penariol, 2017). A formação dos trabalhadores, no contexto neoliberal, passa a ser despolitizada e técnica, sem um olhar crítico sobre as desigualdades sociais e as causas estruturais da pobreza, quando operadas pelos trabalhadores-formadores, por meio de um conjunto de procedimentos que não considera a complexidade do plano social, político e subjetivo dos sujeitos da AS (trabalhadores e usuários). A imposição de um modo de gerir as demandas dos Trabalho Social de modo técnico e funcionalista, de acordo com o modelo neoliberal, tende a reduzir a atuação dos trabalhadores da AS a uma forma de controle e de reprodução das condições existentes, em vez de promover uma transformação das relações sociais. Essa precarização da formação dos trabalhadores se traduz em práticas que muitas vezes não enfrentam de forma efetiva as desigualdades e as condições de vida adversas das populações atendidas.

A lógica neoliberal, ao valorizar uma formação técnica mercadológica e voltada para a qualificação do trabalho e não do trabalhador, não é capaz de formar sujeitos que questionem as estruturas de poder e as condições de desigualdade que permeiam o cotidiano da AS. É necessário, portanto, que a formação dos trabalhadores seja permeada por uma análise crítica das Políticas Públicas e das condições estruturais que geram e mantêm a pobreza e a exclusão social, criando condições para que os

trabalhadores, por meio da escuta e da transferência, operam com a formação inconsciente da subjetividade como campo de trabalho.

No entanto, a superação do modelo neoliberal não passa apenas pela formação técnica, mas pela construção de uma prática profissional que integre aspectos da subjetividade, aos planos político e social. O trabalhador social pode superar o risco do retorno do assistencialismo e do complexo tutelar, adotando uma postura intercessora que reconheça os sujeitos como agentes de transformação e que promova a construção coletiva de novas possibilidades de vida. A prática intercessora envolve uma escuta atenta e sensível às demandas dos sujeitos atendidos, buscando circular as palavras, inscrevendo novos significantes para que os sujeitos encontrem outras saídas coletivas e criativas para os seus impasses. A intercessão implica em um movimento de intervenção nas relações de poder, estabelecendo um espaço entre os sujeitos para que possam se autoafirmar e construir suas próprias trajetórias, fora dos moldes da assistencialização.

A prática intercessora se opõe, portanto, à lógica do controle e da tutela que marca grande parte dos sujeitos (trabalhadores e usuários) da AS. Em vez de criar as dependências dos sujeitos, para depois controlá-los e geri-los, nos bolsões da miséria, o trabalho intercessor busca criar condições para que os sujeitos possam se posicionar de maneira autônoma e crítica. Nesse sentido, a formação dos trabalhadores deve ser um processo que possibilite a compreensão das dinâmicas de poder que permeiam as relações entre os sujeitos-trabalhadores sociais e os sujeitos-usuários, e que permita ao trabalhador adotar uma postura ética e política, implicada subjetivamente na transformação dessas relações.

O DI oferece uma chave interessante para pensar nas possibilidades de ação no campo da AS. Este dispositivo contribui para que o trabalhador rompa com as práticas institucionalizadas, superando o Trabalho Social, como um campo aberto à experimentação e à criação de novas formas de relação, em que a prática cotidiana dos trabalhadores seja um campo de resistência às formas de poder que, frequentemente, limitam as possibilidades de transformação e oprimem os sujeitos.

A crítica ao assistencialismo é um tema recorrente nos debates sobre o SUAS e o Trabalho Social. No contexto neoliberal, a AS têm sido cada vez mais voltadas para a minimização dos danos, ou seja, para o atendimento de urgências, em vez de promoverem uma transformação das condições estruturais de vida dos sujeitos-usuários. O assistencialismo, nesse sentido, reforça as desigualdades sociais ao tratar

os indivíduos como objetos de intervenção, sem lhes conferir a possibilidade de se tornarem sujeitos de sua própria existência. A crítica a essa prática é fundamental, pois o assistencialismo tende a naturalizar a desigualdade, consolidando as relações de dominação e a exclusão social.

Ao adotar a perspectiva da intercessão, o Trabalho Social, elevado ao Trabalho Psicossocial Crítico-Intercessor, pode contribuir para a superação da divisão sociotécnica do trabalho e para a reprodução do MCP. A formação crítica dos trabalhadores é, portanto, um elemento central nesse processo. Para que o trabalhador social cumpra seu papel transformador, é necessário que os profissionais sejam formados não apenas para lidar com os efeitos da desigualdade, mas para questionar e transformar as estruturas que a geram (Benelli, 2022).

A compreensão da dimensão subjetiva no Trabalho Social é crucial para o desenvolvimento de práticas de enfrentamento ao MCP. Segundo Foucault (2022), os dispositivos de poder não são apenas formas de controle, mas também espaços de subjetivação. No campo da AS, isso significa que o trabalhador deve escutar os sujeitos, problematizando os significantes lacunares, contraditórios ou exaltados, possibilitando aos sujeitos a criação de um campo analítico, em que os próprios sujeitos, criem as saídas para os seus impasses, se implicando subjetivamente, para produzir respostas coletivas singularizadas no enfrentamento daquilo que também forma a sua demanda. O trabalho intercessor, portanto, envolve um esforço para compreender as implicações, os desejos e os sintomas dos sujeitos, com o objetivo de criar um espaço de autonomia e de fortalecimento da cidadania.

A escuta analítica pode ser um fundamental operador ao trabalhador social que tenta operar com as subjetividades para a construção de práticas de transformação social. Os sujeitos atendidos pelo SUAS não são apenas vítimas das desigualdades, mas também atores sociais capazes de construir novas possibilidades de luta, e que possam garantir as condições para a vida. A prática intercessora deve, portanto, buscar reconhecer essa capacidade de autogestão e autoanálise, criando condições para que os sujeitos possam se tornar protagonistas de sua própria história.

A nossa análise das práticas de Trabalho Social no SUAS revelou uma série de desafios impostos pela crise neoliberal e pela fragilidade da instituição da AS, imbricada com o fenômeno do empresariamento do cotidiano da pobreza, herança embrionária da filantropia e da caridade no país, como estratégia para a exploração da mais valia, dos sujeitos-trabalhadores e sujeitos-usuários. No entanto, a análise

também apontou para as possibilidades de transformação a partir de uma formação crítica dos trabalhadores e da adoção de práticas intercessoras, que reconheçam o sujeito de desejo, como campo de trabalho e análise, para além dos planos social e político, para que os sujeitos não sejam objetificados e assumam o protagonismo na superação dialética frente as suas demandas.

Nossa tentativa de operar com o DI junto a esses trabalhadores foi realizada com a propositura tática de aproveitar as oportunidades para a produção de saber-fazer-poder junto aos trabalhadores que contribuíssem para gerar movimentos, rupturas e conexões de ação-reflexão de superação do paradigma disciplinar presente no Trabalho Social que oprime os sujeitos, confrontando os processos instituídos na AS que contribuíam, mesmo de modo não perceptível pelos sujeitos, para a manutenção da desigualdade social, da estratificação de classe social por raça e gênero produto da formação social e dos efeitos éticos e políticos disciplinares, castradores, colonizadores, de conformação social, tuteladores e assistencialistas que as práticas sociais dos trabalhadores sociais poderiam gerar.

Referências bibliográficas

BENELLI, S. J. **Psicologia e Assistência Social:** interfaces políticas, clínicas e éticas. Curitiba: CRV, 2020. p. 139-169.

BENELLI, S. J. **Entidades assistenciais para crianças e adolescentes no município**: impasses institucionais e possibilidades. São Paulo: Unesp Digital, 2022.

COSTA-ROSA, A. Por que a Atenção Psicossocial exige uma clínica fundada na psicanálise do campo Freud-Lacan? **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 18, n° especial, p. 37-54, 2019.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Ed. 14, 2022.

PENARIOL, Marita Pereira. **Análise institucional da prefeitura municipal**: desvendando a lógica de funcionamento da gestão pública. 2017. 231f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, São Paulo, 2017. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/149909 Acesso em: 4 jan. 2025.

APÊNDICE A – TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)
(Por base na Resolução 466/2012 – Conselho Nacional de Saúde – Ministério da Saúde)

Você está sendo convidado(a) a participar da intercessão-pesquisa "O DISPOSITIVO INTERCESSOR E OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO/PRODUÇÃO DE TRABALHADORES DO SUAS", sob a responsabilidade do trabalhador-intercessor Virgilio Paulo da Silva Alves, psicólogo, RG.: 41.687.463-0, CPF.: 228.037.198-78, CRP 06/103933.
Este termo foi elaborado em duas vias. Depois de lido, rubricado e assinado, uma via ficará com você ou de seu representante legal e a outra via em poder do trabalhador-intercessor responsável.
Qualquer dúvida quanto aos aspectos éticos poderá ser esclarecida diretamente com o trabalhador-intercessor através do telefone (19) 988262045 ou e-mail virgilio.alves@unesp.br

I. A pesquisa:
Essas intercessão-pesquisa tem por objetivo problematizar a práxis do trabalhador-intercessor que atua com capacitações, supervisões e assessorias junto a outros trabalhadores que compõem as equipes de referência dos serviços socioassistenciais do SUAS.
Assumiremos uma perspectiva político-pedagógica crítica e emancipatória, capaz de levar em conta os paradigmas políticos, sociais e culturais que atravessam e transversalizam as práxis cotidianas dos trabalhadores da equipe.
Como parte dos objetivos específicos, buscaremos interpelar o campo de intercessão por meio da Análise Institucional na perspectiva de possibilitar o processo de análise institucional dos estabelecimentos assistenciais.
O período previsto para o trabalho de intercessão será de até 12 (doze) meses, com início em dia/mês/ano e término em dia/mês/ano. As intercessões serão organizadas sob a forma de encontros quinzenais de 2 (duas) horas para cada equipe participante.

II. Procedimentos:
Os procedimentos dos quais você participará são os seguintes:
1. Encontros de supervisão técnica/capacitação/assessoria juntamente com o trabalhador-intercessor através de reflexões e ações/atividades de discussões de caso e de análise dos processos de trabalho da equipe.
2. Durante os encontros haverá aberturas para interagir, dialogar e articular estratégias com vistas ao desenvolvimento da práxis de trabalho social.
4. Depois de concluído o "tempo de intercessão", que irá durar até 12 meses, será desenvolvido um segundo momento denominado "Dispositivo Intercessor como Meio de Produção de Conhecimento (DIMPC)". Então o processo de intercessão realizada passará por uma análise crítica na qual será discutida e problematizada a partir de referenciais da Análise Institucional e Materialismo Histórico Dialético. Nesse segundo momento, serão produzidos textos que comporão a tese de doutorado.Esclarece-se que todo e qualquer exercício de produção teórica derivado dessa pesquisa será obtido por meio das vivências como trabalhador-intercessor e os trabalhadores não serão tratados como objetos de pesquisa, em conformidade com a teoria e a ética do Dispositivo Intercessor.
4. Serão produzidos textos de caráter acadêmico a partir dessa intercessão-pesquisa para a apresentação em eventos científicos bem como serão realizadas publicações de artigos científicos ou em outra modalidade, sempre preservando o anonimato de todos os trabalhadores participantes.
Os métodos alternativos existentes são os seguintes: nada a declarar

III. **Riscos/Desconfortos e Benefícios**
Possíveis riscos ou desconfortos:
A fim de atender os objetivos da intercessão-pesquisa, o trabalhador-intercessor irá realizar algumas provocações institucionais e com isso poderão emergir problemáticas que permeiam o campo e o processo de trabalho da Assistência Social Municipal, podendo gerar tensões entre a equipe de referência e a equipe gestora. Considerando que o trabalhador-intercessor ocupa um lugar junto a equipe de referência como supervisor/assessor, considera-se que esse risco já compõe a natureza do serviço prestado. No entanto, isso não exime a possibilidade de surgimento de algum sentimento de persecutoriedade, pois os trabalhadores articulados à intercessão-pesquisa podem sentir que suas condutas estariam sendo observadas, expostas e/ou avaliadas. Cientes disso, o trabalhador-intercessor se disponibilizará para acolher essas questões e estará atento para prestar os esclarecimentos que forem necessários, buscando manejar os sentimentos incômodos despertados e manter a ética proposta pelo Dispositivo Intercessor. Buscaremos equacionar problemas eventuais por meio da transparência quanto as informações, mantendo uma comunicação clara e através do vínculo de confiança estabelecido com a equipe.

Benefícios esperados:
Instrumentalização da práxis enquanto trabalhador-intercessor, no sentido de aproximar a atuação da equipe de referência à ética do "paradigma do sujeito-cidadão", que postula a cidadania integral para todos.
Fomento da transdisciplinaridade e de uma organização da equipe em uma práxis mais democrática que possibilite criação de condições para o surgimento de processos instituintes na perspectiva da autoanálise e da autogestão.

IV. Liberdades/Garantias

Você possui total liberdade para recusar-se a participar nesta intercessão-pesquisa ou para retirar o seu consentimento a qualquer momento, sem penalização ou qualquer tipo de prejuízo.

V. Sigilo/Anonimato

O envolvimento dos trabalhadores nesta proposta de investigação será sigiloso, ou seja, as informações e falas serão tratadas de modo confidencial e em hipótese alguma serão divulgados dados que permitam qualquer forma de identificação pessoal.

Garante-se o sigilo das informações e o seu anonimato. Respeita-se a sua privacidade, mantendo em segredo quanto as suas informações pessoais no decorrer deste trabalho e após a conclusão do mesmo.

VI. Despesas/indenização
Esta intercessão-pesquisa não resultará em despesas ou ônus para você. No caso de eventual despesa ou dano, assumiremos a responsabilidade de ressarcimento e/ou indenização.

VII. Publicação
Informa-se que o resultado final da intercessão-pesquisa poderá ser publicado em revistas da área, colaborando, assim, na construção do conhecimento teórico-científico e na melhoria na viabilização de atendimentos/acompanhamentos/atuação desta natureza.

CONSENTIMENTO

Eu_____, RG: _____, abaixo assinado, concordo em participar, como sujeito, da intercessão-pesquisa intitulada "O DISPOSITIVO INTERCESSOR E OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO/PRODUÇÃO DE TRABALHADORES DO SUAS". Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo trabalhador-intercessor Virgilio Paulo da Silva Alves sobre a intercessão-pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido, ainda, que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.
Declaro, ainda, que ( ) concordo / ( ) não concordo com a publicação dos resultados desta pesquisa, ciente da garantia quanto ao sigilo das minhas informações pessoais e ao meu anonimato.

Assis, de de 2021.

_____
Assinatura

Eu, Virgilio Paulo da Silva Alves, psicólogo, trabalhador-intercessor, responsável, obtive de forma voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido do sujeito/representante legal para a participação na intercessão-pesquisa proposta.

_____
Assinatura do Psicólogo, Trabalhador-Intercessor